

A

HISTÓRIA Revista da FLUP

IV Série, Volume 4, 2014

R

O

T

S

L

Título **História - Revista da FLUP (IV Série, vol. 4, 2014)**

Editor **Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)**

Director **Amélia Polónia**

Presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais

Conselho Consultivo Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), António de Oliveira (U. Coimbra), António Manuel Hespanha (U. Nova de Lisboa), António Nóvoa (U. Lisboa), Charles Esdaile (U. Liverpool), Fernando Catroga (U. Coimbra), Fernando Rosas (U. Nova de Lisboa), Francisco O. Ramirez (U. Stanford), Gérard Lebouedec (U. Bretagne Sud), Hartmut Kaelble (U. Humboldt), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), José Varela Ortega (U. Rey Juan Carlos), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Miguel Angel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Sérgio Campos Matos (U. Lisboa), Silvy April (U. Lille 3)

Comissão Editorial Cláudia Pinto Ribeiro, Jorge Martins Ribeiro, Luís Grosso Correia, Luís Miguel Duarte, Maria Antonieta Cruz

Coordenação Editorial Geral Luís Grosso Correia

Coordenação do Dossiê Temático Manuel Loff, Luciana Soutelo e Filipe Piedade

Painel de Avaliadores da Revista Em seção própria no interior da Revista

Secretariado Ana Paula Soares e Ana Gonzalez

Contactos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto

Portugal

Telefone: 22 607 71 00

Tele/fax: 22 600 38 25

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: ler.letras.up.pt/revistasdaflup

Execução Gráfica

Invulgar - Artes Gráficas

Tiragem: 150 exemplares

ISSN: 0871-164X

D.L.: 19791/88

dezembro | 2014

Revista com arbitragem científica.

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

HISTÓRIA

Revista da FLUP

IV Série, Volume 4, 2014

SUMÁRIO

Amélia Polónia 5 Apresentação

Dossier Temático

9 Introdução

Gaspar Martins Pereira 13 *SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário.*

Lucileide Costa Cardoso 33 *A Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil.*

Rui Calado 51 *Políticas de memória na Argentina (1983-2010). Transição política, justiça e democracia.*

Flamarion Maués 65 *Editoras políticas no Porto, anos 1960-1970: da oposição à ditadura ao pós-25 de Abril.*

Vasco Ribeiro 79 *Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC.*

Adrião Pereira da Cunha 93 *Humberto Delgado e o seu exílio no Brasil.*

Maria Clotilde Cristino 111 *Um novo olhar sobre as Conversas em Família de Marcello Caetano.*

Outros Estudos

Elsa Cardoso 133 *Apontamentos sobre a primeira embaixada bizantina em Córdova.*

Emanuel Cardoso Pereira 145 *Concelhos e ordens militares na Idade Média. Relações de dependência e de confronto dos séculos XII a XIV – síntese do seu estudo e novas perspectivas.*

Gonçalo Matos Ramos	157	<i>O estatuto do muçulmano na Modernidade: na génese de um modelo identitário contemporâneo (estudo de história comparada das representações).</i>
Paola Nestola	167	<i>“Ecce sacerdos magnus”: as entradas dos bispos nas dioceses de região patronato. Uma comparação entre o vice-reino de Nápoles e os espaços portugueses.</i>
Manuel Baiôa	187	<i>A elite do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): perfil social e sociabilidade.</i>
Filipe Piedade	201	<i>A ameaça nazi para o colonialismo português (1930-1933)</i>
Lisandra Franco de Mendonça	209	<i>A inauguração da estátua de Gonçalves Zarco no Funchal</i>
Diogo Faria e André Filipe Oiveira da Silva	225	<i>O ensino da História Medieval na Universidade do Porto (1963-1978). Continuidades e ruturas entre o Estado Novo e a democracia</i>

In Memoriam

José Manuel Vasconcelos	241	<i>Antecedentes da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. A caminho da fusão da Medicina com a Cirurgia. Etapas da afirmação institucional de uma profissão</i>
-------------------------	-----	--

271 Recensões Bibliográficas

281 Notícias de Projetos

285 DHEPI – Pós-Graduações (2012-2013)

343 Notas Biográficas dos Autores

349 Painel de Avaliadores Científicos

Apresentação

É dado ao prelo mais um número de *História. Revista da FLUP*, prosseguindo os objetivos que definiu no editorial da sua IV Série, iniciada em 2011: divulgar trabalhos originais de investigadores nacionais e estrangeiros; promover estudos comparativos e interdisciplinares; proporcionar um espaço de divulgação da produção historiográfica de investigadores e estudantes de pós-graduação do DHEPI (Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da FLUP).

A Revista tem procurando manter regularidade de publicação, qualidade científica e atualidade temática. Isso deve-se ao esforço da sua Comissão Editorial, à colaboração dos numerosos avaliadores envolvidos; ao apoio de elementos do pessoal administrativo e ao necessário suporte institucional. Mas deve-se também à dedicação e disponibilidade de docentes e investigadores do DHEPI que colaboram, com as suas publicações, e coordenando cadernos temáticos ou números específicos da Revista. É o caso de Manuel Loff, Luciana Soutelo e Filipe Piedade, coordenadores do presente dossier temático, a quem se agradece o empenho e o valioso contributo. Agradecimentos são também devidos a Luís Grosso Correia, membro da Comissão Editorial, a quem foi atribuída a incumbência de coordenar o processo editorial do presente número.

No ano em que se completam 40 anos de democracia em Portugal, a *História – Revista da FLUP* dedica o seu número 4 da IV Série ao tema *Da(s) ditadura(s) à(s) democracia(s): 40 anos de mudanças*.

O 25 de Abril de 1974, consagrando uma rutura clara com meio século de ditadura em Portugal, bem como o processo revolucionário que se lhe seguiu, conformaram um modelo de democratização que, embora inevitavelmente conturbado, viria a ter repercussões a nível internacional, influenciando, em certa medida, os sucessivos processos de democratização que se desenvolveram, tanto no continente europeu - Grécia (1974), Espanha (1976-1977), Europa centro-oriental (1989-1991) – como na América Latina (a partir do caso argentino, em 1983). Os processos de transição política que se desenvolveram em cada país assumiram características inevitavelmente diferentes e específicas, mas não deixaram de revelar algumas particularidades comuns.

No 40º aniversário da democracia portuguesa, a *História – Revista da FLUP* integra, assim, estudos sobre tópicos tão importantes como sejam o das crises dos sistemas autoritários à escala internacional; dos processos de democratização social, política e cultural; da experiência histórica da democracia nas suas mais diversas vertentes. Dessa forma pretende contribuir para uma reflexão sobre essas matérias, bem como para uma abordagem dos processos de criação, preservação e reconstrução das memórias coletivas inerentes às experiências autoritárias. E fá-lo numa perspectiva comparativa, integrando estudos que, para além de Portugal, abarcam também o Brasil e a Argentina.

A Revista oferece ainda um conjunto assinalável de *Outros Estudos* numa secção que cobre cronologicamente períodos que vão desde o período alto medieval até ao tempo recente, e contempla, tematicamente, áreas que se estendem desde a história política, cultural, religiosa, incluindo aspetos ligados ao ensino e à educação durante a I República e o Estado Novo. Estudos sobre o século XX, nomeadamente na sua vertente política, complementam afinal um dossier temático que em particular lhe é direcionado.

A acrescer às habituais secções de *Recensões Bibliográficas*, *Notícias* de projetos e eventos e ao elenco, ainda que não exaustivo, de *Projetos de pós-graduação apresentados no âmbito do DHEPI* no ano letivo de 2012-2013, este número introduz uma outra. Refiro-me à secção *In Memoriam*.

Entendeu-se, como forma de homenagem simbólica a uma personalidade que vincou com a sua presença assídua, interessada e comprometida, o quotidiano do DHEPI e dos espaços letivos e de investigação da FLUP, publicar um texto académico do Dr. José Manuel da Silva e Vasconcelos (1949 - 2014), médico neurologista aposentado, que prestigiou, desde 2009, com a sua presença e os seus desempenhos, primeiro a Licenciatura, depois o Curso de Doutoramento em História, no qual ingressou, com mérito, em 2012. O Dr. José Manuel Vasconcelos finalizou, com êxito, o 1º ano do 3º ciclo em História, onde desenvolvia, com rigor, qualidade e exigência científica, uma tese de doutoramento cujo tema lhe era particularmente grato: o da fusão da Medicina com a Cirurgia, na segunda metade do século XVIII, tomando como objeto de análise os antecedentes da Escola Médico-Cirúrgica do Porto e os debates científicos, filosóficos e doutrinários com que se confrontavam correntes científicas e intelectuais, não só em Portugal, mas em toda a Europa. Não tendo o Dr. Vasconcelos podido concluir a sua tese, não poderíamos deixar de publicar o legado do seu relatório de projeto, submetido a avaliação em Julho de 2013, com destacada classificação. Com este texto o autor cunhou o seu projeto de tese. Na impossibilidade de o ter concluído, esperamos que outros, baseados no seu conhecimento, o possam fazer, e assim perpetuem um saber acumulado, estou certa, com muito prazer intelectual.

Agradeço, em nome do DHEPI, o privilégio do seu convívio e o interesse respeitoso e desafiante do seu comprometimento.

Lamentavelmente, o Dr. Vasconcelos não foi o único elemento que interrompeu, com pesar nosso, o seu percurso académico no âmbito do DHEPI. Uma palavra deve ser também proferida em memória de José Carlos Cordeiro, que desde 2012 e até Maio de 2014 marcou os nossos espaços letivos de licenciatura em História.

Mas o *cursus vitae* é inexorável e, como queríamos os que aqui homenageamos, o DHEPI e a sua Revista olham já para a frente, para o futuro, e preparam-se para encarar novos objetivos, para que todos, representantes institucionais, membros do DHEPI, autores, avaliadores, leitores, são chamados a contribuir. O número de 2015 espera-nos...

Porto, 30 de Outubro de 2014

Amélia Polónia

Dossiê Temático

Da(s) ditadura(s) à(s) democracia(s): 40 anos de mudanças

Introdução

No ano em que se completam 40 anos de democracia em Portugal, a História - Revista da FLUP abre o dossier temático dedicado ao tema *Da(s) ditadura(s) à(s) democracia(s): 40 anos de mudanças*.

O 25 de Abril de 1974 - consagrando uma rutura clara com meio século de ditadura em Portugal - e o processo revolucionário que se lhe seguiu conformaram um modelo de democratização que, embora inevitavelmente conturbado, viria a ter repercussões a nível internacional, influenciando, em certa medida, os sucessivos processos de democratização que se desenvolveram tanto no continente europeu - Grécia (1974), Espanha (1976-1977), Europa centro-oriental (1989-1991) – como na América Latina (a partir do caso argentino, em 1983). Os processos de transição política que se desenvolveram em cada país assumiram características, inevitavelmente, diferentes e específicas, mas não deixaram de, no entanto, revelar algumas particularidades comuns.

Assim, acolheu-se aqui a participação de investigadores que estão a desenvolver investigação em algumas das áreas temáticas que, como se tem sobejamente demonstrado nos últimos anos, têm conquistado um importante segmento do espaço público em que se discute questões tão importantes para a compreensão da realidade atual como sejam a leitura e interpretação dos processos de crise dos sistemas autoritários; das formas de criação, preservação e reconstrução das memórias coletivas das experiências autoritárias, bem como, tão importantes quanto estas para a avaliação da qualidade da democracia, das memórias que se conservam e se reconstróem sobre os processos de resistência aos regimes autoritários e de rutura com eles, isto é, dos processos de democratização social, política e cultural de que hoje, por mais deteriorados que eles possam estar, ainda somos herdeiros.

Este dossiê temático é aberto por um artigo de Gaspar Martins Pereira que se centra, não na memória da ditadura, mas na da Revolução. Intitulado «SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário», nele o autor procura analisar as condições que marcaram a evolução do processo de intervenção urbana no contexto da revolução portuguesa, entre 1974 e 1976, através da experiência do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL). Focando o seu estudo na atividade do SAAL-Norte, Gaspar Martins Pereira procura refletir sobre o papel desempenhado pelo SAAL na resolução dos problemas habitacionais e da apropriação pelas camadas populares dos espaços urbanos onde a democracia fervilhava no contexto do processo revolucionário pelo qual, em Portugal, se superou a ditadura. Este trabalho analisa ainda o cunho ideológico de transformação social que era definido nos princípios fundadores do SAAL, bem como evidencia a forma como a metodologia de intervenção desse Serviço implicava a democratização do trabalho técnico. Percorrendo as várias fases, marcadas por diferentes ritmos e intensidades, pelas quais passou esse processo, o autor dá a conhecer ao leitor o caminho que levaria ao enfraquecimento e marginalização do movimento de moradores e à asfíxia e extinção do SAAL.

De seguida, e sobre o caso brasileiro, Lucileide Costa Cardoso, em «Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil», recorre à análise de várias publicações e artigos no sentido de obter um enquadramento do discurso historiográfico como território de memória da ditadura brasileira. Procurando evitar os limites dos documentos oficiais, Lucileide Costa Cardoso reflete sobre a problemática das esquerdas armadas e das suas relações com a sociedade e o Estado brasileiros. Este trabalho insere-se no debate em torno da memória da ditadura brasileira, contribuindo para impedir uma cristalização da mesma e clarificar o papel desempenhado pelos grupos da esquerda armada dentro do processo de resistência à ditadura.

O terceiro artigo dado a publicação debruça-se sobre o caso argentino. Sob o título «Políticas de Memória na Argentina (1983-2010). Transição política, justiça e democracia», Rui Calado apresenta ao leitor um estudo sobre as políticas de memória, verdade e justiça levadas a cabo na Argentina após a queda da última ditadura cívico-militar (1976-1983), até ao final da primeira década do século XXI. Estruturando a sua análise em três fases temporalmente distintas, Rui Calado procura dar a conhecer as várias etapas percorridas na Argentina relativamente à construção e consolidação de políticas públicas de memória da ditadura. Analisando os processos de julgamentos e levantamento de dados sobre as vítimas da ditadura, passando por um período de esquecimento que deu origem a leis de amnistia e a uma amnésia relativamente generalizada sobre essa mesma experiência, termina com a análise do que o autor designa como um *boom* de memória, no qual se assistiu ao florescimento de julgamentos, comissões de verdade e criação de espaços de memória. Neste sentido, o autor apresenta uma boa panorâmica sobre a luta pela memória desenvolvida na sociedade argentina pós-ditatorial.

Este dossiê temático conta ainda com a participação de Flamarion Maués que, no seu trabalho «Editoras políticas no Porto, anos 1960-1970: da oposição à ditadura ao pós-25 de Abril», reentra na memória da ditadura salazarista, procedendo a um levantamento de várias editoras, sediadas na cidade do Porto, e analisa a atuação que estas tiveram, desde o final dos anos 1960 até o final da década seguinte, em Portugal. Tomando como base a identificação dessas editoras, Flamarion Maués apresenta ao leitor uma análise dos meios através dos quais essas empresas se foram transformando em sujeitos destacados do processo político português, quer nos anos que antecederam o 25 de Abril, quer no processo revolucionário desencadeado pelo mesmo.

De volta à Revolução, Vasco Ribeiro, em «Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.ª Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC», apresenta uma investigação baseada na análise de obras biográficas e autobiográficas de agentes políticos e militares, assim como em entrevistas a protagonistas da época com ligações à 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas. O autor procura esclarecer o papel desempenhado por essa estrutura militar no processo de comunicação entre o poder, que conduziria ao atual regime democrático, e a opinião pública portuguesa, durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC). Após efetuar uma apresentação diacrónica do papel que a 5.ª Divisão teve no PREC (1974-1975), Vasco Ribeiro procura compreender se a 5.ª Divisão esteve às ordens do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, durante o período histórico em análise. Com este exercício, o autor procura assim tornar mais claro o papel da 5.ª Divisão no processo revolucionário, estudando, nomeadamente, a função que essa estrutura militar poderá ter desempenhado na propagação dos ideais de Abril.

O penúltimo trabalho apresentado neste dossiê, da autoria de Adrião Pereira da Cunha, e intitulado «Humberto Delgado e o seu exílio no Brasil», consiste numa análise da experiência vivida por Humberto Delgado durante o seu exílio no Brasil, na sequência da derrota nas eleições

presidenciais de 1958. Adrião Pereira da Cunha apresenta ao leitor uma visão das relações que se foram criando entre Humberto Delgado e um universo oposicionista com características sociológicas, culturais, e económicas completamente diversas, que o ex-candidato presidencial viria a encontrar no Brasil. Através do estudo dessas relações, o autor procura demonstrar que entre Delgado e os oposicionistas ao regime do Estado Novo exilados no Brasil se viria a instalar uma insanável e progressiva conflitualidade pessoal e política.

Finalmente, e fechando este dossiê, Maria Clotilde Cristino, com «Um novo olhar sobre as Conversas em Família de Marcello Caetano», através da análise do programa televisivo «Conversas em Família», apresenta um estudo sobre a forma encontrada por Marcelo Caetano de aproveitamento dos novos meios de comunicação social, nomeadamente da Televisão, para a maximização da propaganda do regime do Estado Novo. Maria Clotilde Cristino reflete sobre o canal que foi privilegiado pelo então ditador para o estabelecimento de uma ligação direta entre a opinião pública portuguesa do período e a ditadura e sobre a forma como tal programa televisivo ia permitindo passar, em linguagem simples e de modo informal, as informações selecionadas pelo regime relativamente a alguns assuntos da governação do País.

Este é, portanto, um dossiê plural, quer nos territórios por onde deambulam os seus autores, cobrindo um ciclo de mudança que vem desde o final dos anos 50 até aos nossos dias, quer nos objetos tratados, quer ainda nas interpretações que se fazem da própria mudança e da necessidade dela. Não haveria, aliás, outra forma de assinalar 40 anos dos valores de Abril.

Equipa Coordenadora do dossiê temático

Manuel Loff
Luciana Soutelo
Filipe Piedade

Gaspar Martins Pereira*

SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário¹

R E S U M O | Criado em Julho de 1974, como serviço público vocacionado para apoiar as iniciativas dos moradores insolventes ou de fracos recursos nas zonas de habitação degradada, o SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local integrava, de acordo com o despacho fundador, princípios inovadores de política de habitação popular, que orientaram a sua intervenção: a participação activa e organizada dos moradores pobres na resolução dos seus problemas de alojamento e a apropriação de espaços urbanos valiosos pelas camadas populares que aí se radicavam «sob forma marginal». No processo revolucionário, com a extensão das operações SAAL, em articulação com o forte movimento de moradores, esses princípios assumiram um cunho ideológico de transformação social, identificando-se com a defesa do «poder popular» e do «direito à cidade». A partir da experiência do SAAL/Norte, pretende-se reflectir sobre as condições que marcaram a evolução desse processo de intervenção urbana no contexto da revolução portuguesa, entre 1974 e 1976.
Palavras-chave: SAAL, Habitação Popular, Movimento de Moradores, Processo Revolucionário

A B S T R A C T | The SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local was created in July 1974 as a public service to support the initiatives of the insolvent or financially challenged inhabitants of areas of degraded housing. In accordance with the governmental decree which founded it the SAAL integrated innovative principles of popular housing policy which guided its action: the active and organized participation of poor residents in resolving their housing problems and the appropriation of valuable urban spaces by the lower social classes which were 'marginally' resident there. In the framework of the revolutionary process, with the extension of operations SAAL, in conjunction with the strong movement of residents, these principles were given an ideological slant of social transformation, identified with the defense of 'popular power' and the 'right to the city'. Taking as a starting point the experience of the SAAL/North, we aim to reflect on the conditions that have marked the evolution of this urban intervention process within the context of the Portuguese Revolution, between 1974 and 1976.
Keywords: SAAL, Popular Housing, Residents' Movement, Revolutionary Process

* Professor do DHEPI e Investigador do CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Uma primeira versão deste texto, intitulada *SAAL — um processo de intervenção urbana no processo revolucionário*, foi apresentada num Seminário realizado na FLUP em Outubro de 1989, tendo por base a minha experiência de trabalhador do SAAL/Norte, como auxiliar técnico e responsável pela Brigada de S. Mamede de Infesta (Matosinhos), entre Julho de 1975 e Fevereiro de 1977. A versão que agora se publica, profundamente remodelada, beneficiou da leitura de novos e importantes estudos que vieram, entretanto, alargar a bibliografia sobre o SAAL e o período revolucionário, bem como dos comentários pertinentes dos amigos Ricardo Lima e Virgílio Borges Pereira, que aceitaram ler este texto e a quem expressei aqui a minha gratidão.

Introdução

A história do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), como programa de intervenção urbana, em interação com o movimento de moradores, inscreve-se na dinâmica de democracia participativa que marcou o processo histórico da revolução portuguesa, entre 1974 e 1976. Neste texto, partindo da experiência do SAAL/Norte, pretendemos reflectir sobre as condições que marcaram a evolução do SAAL nesse período, destacando os dois princípios basilares em que o programa se baseava, já enunciados no despacho ministerial fundador: a participação activa e organizada dessas populações na solução dos seus problemas habitacionais; a apropriação pelas camadas populares dos espaços urbanos, onde se radicavam «sob forma marginal». No contexto revolucionário, esses princípios não se confinaram às operações SAAL e orientaram os movimentos sociais urbanos, manifestando-se na defesa do «poder popular» e do «direito à cidade», adquirindo um cunho ideológico de transformação social. Por outro lado, enquanto serviço público de apoio às populações urbanas carenciadas, o SAAL assumiu, desde o início, uma metodologia de intervenção que implicava a democratização do trabalho técnico, a sua discussão com as organizações de moradores e o fluxo contínuo de informações e conhecimentos, em que as brigadas de apoio local tinham de confrontar a sua acção, desde os inquéritos iniciais aos projectos e à construção, com as concepções e aspirações dos moradores envolvidos, numa perspectiva de «processo».

Porém, se é possível destacar os princípios em que se baseava o processo SAAL, a sua evolução no período revolucionário, em articulação com o movimento de moradores, esteve longe de ser linear. Atravessou diversas fases, marcadas por diferentes ritmos e intensidades, de acordo com os factores e agentes que influíram na maior ou menor aceitação daqueles princípios, ou mesmo na sua rejeição, a partir de Novembro de 1975, com a inflexão do processo revolucionário, que conduziria, simultaneamente, ao enfraquecimento e marginalização do movimento de moradores e à asfixia e extinção do SAAL.

1. Um programa revolucionário de política de habitação

Em 31 de Julho de 1974, o despacho conjunto assinado pelo Ministro da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente, Costa Brás, e pelo Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, considerando as «graves carências habitacionais, designadamente nas principais aglomerações», e as «dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo», criou o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Definido no despacho ministerial como um «corpo técnico especializado», que estava já a ser organizado pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH), o SAAL destinava-se a apoiar, «através das câmaras municipais, as iniciativas das populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários». Considerava-se que as iniciativas deveriam partir dos moradores, organizados em associações ou cooperativas. Às Câmaras competiria «um papel de controle urbanístico da localização e cedência de solo e de interlocutores directos da organização dos interessados, designadamente na arbitragem das prioridades em face dos recursos disponíveis [...] e na garantia dos empréstimos previstos na legislação».

O apoio técnico a prestar pelo SAAL às populações mal alojadas compreenderia, segundo o despacho, diversas acções: i) «acção fundiária: aquisição e cedência de solo necessário após exame das aptidões locais»; ii) «acção de projecto: traçado urbanístico e de loteamento, projecto de infra-estruturas, fornecimento de esquemas tipo para habitações; projecto de componentes normalizados»; iii) «acção de assistência nas operações de construção: organização de estaleiro;

mudanças de casas ou barracas para dar lugar à nova construção; eventual preparação de empreitadas e sua fiscalização; treino das brigadas de trabalho locais, volantes ou de voluntariado e programação das tarefas no período previsto e aceite pelos moradores»; iv) «acção de assistência na gestão social: organização e preparação de estatutos das cooperativas; montagem do sistema de contabilidade, recurso ao crédito e repartição de responsabilidades entre os sócios; acções culturais e políticas com colaboração eventual de movimentos políticos, sociedades recreativas, etc., mas sempre organizadas pela população».

Apontava-se para uma fase experimental do programa, até finais de 1974, aconselhando prudência na «selecção das iniciativas», quer por «insuficiência dos recursos» do Estado para esse ano quer «por falta de experiência dos serviços em operações deste tipo».

Como atrás referimos, o despacho assumia, claramente, como princípio basilar da intervenção do SAAL, «a apropriação de locais valiosos pelas camadas populares nele[s] radicadas sob forma marginal»². Em paralelo com a defesa da participação popular, este princípio marcou o carácter mais original e revolucionário do processo SAAL face a outros programas de habitação social.

A viabilidade do programa implicava, no entanto, que o Governo tomasse um conjunto de medidas: i) legislação relativa à expropriação de solos urbanos nas áreas de intervenção; ii) definição dos modelos de financiamento e de crédito às organizações de moradores; iii) estruturação interna do SAAL, enquanto serviço público; iv) definição das modalidades de articulação e de colaboração do SAAL com outros organismos do poder central e local, de forma a permitir a sua afirmação como programa de acção prioritário, com capacidade para ultrapassar a rotinas burocráticas da administração pública. Como afirmaria mais tarde Nuno Portas, a opção de lançar o programa sem a definição de todos esses aspectos legais foi «um risco assumido». Esperava-se que o avanço do processo conduzisse à alteração das condições e relações de força, para que as leis traduzissem «a recolha dessas experiências e a sua necessária consolidação»³. Porém, no período revolucionário, entre 1974 e 1976, a criação desses novos instrumentos legais, indispensáveis para a prossecução normal das operações do SAAL, foi sendo protelada ou apenas parcialmente assumida, gerando ambiguidades, conflitos de competências e impasses sucessivos.

2. Entre o Estado e os moradores: organização e funcionamento do SAAL

Apesar de ter sido sucessivamente requerido e proposto aos organismos governamentais responsáveis, nunca foi aprovado qualquer texto legal regulamentador da organização do SAAL nem da sua articulação com outros serviços oficiais actuando nas áreas da habitação e urbanismo. Ao longo de mais de dois anos de funcionamento, foi um simples despacho que constituiu o suporte legal do Serviço⁴, o que se traduziu na indefinição de funções e de competências e, sobretudo, na ambiguidade da posição do SAAL tanto na estrutura do Estado como face às organizações dos moradores.

A mais grave dessas indefinições manifestava-se na relação entre o SAAL e as autarquias locais. Apesar de caber às Câmaras um papel fundamental, de acordo com o despacho de 31 de Julho de 1974, essa relação nunca foi regulamentada, o que provocou o principal factor de asfixia do processo. Por um lado, os serviços camarários, dominados pela rotina burocrática, não correspondiam às necessidades de um processo de intervenção urbana com princípios,

² *Diário do Governo*, I série, n.º 182, 06/08/1974, p. 873-874.

³ Nuno Portas, "O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra, n.º 18/19/20, Fev. 1986), 637-638.

⁴ *Ibidem*, 637.

metodologias e objectivos inovadores, que exigia rapidez nas decisões e nos procedimentos administrativos. Em contrapartida, o SAAL, por pressão das organizações dos moradores ou em defesa da celeridade do processo, ignorou muitas vezes o papel das Câmaras como «interlocutores directos da organização dos interessados», segundo a letra do despacho. O certo é que as Câmaras, em boa parte dos casos, não quiseram ou souberam assumir esse papel, opondo-se até algumas vezes às organizações de moradores. A coordenação do apoio técnico cabia ao SAAL, serviço criado, como vimos, no seio do FFH (em Lisboa, na EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa), sendo o apoio directo às populações envolvidas confiado a Brigadas Técnicas, contratadas à tarefa. Mas esse apoio, segundo o despacho fundador, deveria ser prestado através de acordos a estabelecer com as Câmaras.

A integração do SAAL no FFH e na EPUL, apesar das reivindicações de autonomização do Serviço, bem como a ambiguidade da posição das Brigadas Técnicas face às organizações de moradores, constituiu outro campo de indefinição, que acabou por se revelar fatal para o processo. Por um lado, as características inovadoras do SAAL não se coadunavam com a sua falta de autonomia. Por outro lado, o papel de intermediação das Brigadas, mesmo se recusado pelos seus técnicos, entre o aparelho de Estado e o movimento de moradores, conduzia à indefinição do seu lugar político e mesmo à dificuldade de coordenação nacional do trabalho das Brigadas.

À falta de uma base legal de organização do Serviço, este foi-se estruturando ao longo do processo, de acordo com a experiência adquirida e as exigências das operações. Não admira, por isso, que se verificassem alterações sensíveis na orgânica do SAAL, entre Agosto de 1974 e Outubro de 1976, bem como diferentes formas de estruturação a nível regional, decorrentes quer da estrutura descentralizada dos serviços quer do esforço de adaptação às diferentes realidades socio-espaciais em que intervinham. Apesar dessas diferenças, podemos considerar no SAAL três níveis fundamentais de organização: i) nacional: logo no início de Agosto de 1974, formou-se no FFH uma Comissão Organizadora do SAAL, propondo-se uma primeira estruturação do Serviço a nível nacional, que obteve parecer favorável do Secretário de Estado da Habitação, sendo então criado um Grupo de Trabalho com carácter permanente, embrião dos Serviços Centrais do SAAL; ii) regional: formaram-se três estruturas regionais ligadas ao FFH (SAAL/Norte, SAAL/Centro e Sul e SAAL/Algarve), ficando o SAAL/Lisboa integrado na EPUL até Julho de 1975; iii) local: Brigadas Técnicas de apoio local às organizações de moradores.

Após cerca de um ano de actividade, a Direcção Nacional do SAAL elaborou, em Setembro de 1975, um projecto de estrutura básica do Serviço, que seria aprovado, com ligeiras alterações, no I Conselho Nacional do SAAL, a 1 de Outubro, passando a regular a organização do Serviço a nível nacional⁵. No terreno, a metodologia de intervenção do processo SAAL foi-se definindo também gradualmente. No caso do SAAL/Norte, na sequência das primeiras experiências, a «matriz das fases do processo técnico» seria fixada em Junho de 1975.

No decurso da elaboração dos processos documentais (PDUO - Processo de Definição de Unidade Operacional e PDUP - Processo para Declaração de Utilidade Pública) e de projectação, todas as fases do trabalho técnico eram discutidas com os moradores envolvidos, segundo o princípio de «democratização da racionalidade técnica»⁶, que orientava o Serviço e que se traduziu sempre num fluxo de informações e de opiniões entre os técnicos e os moradores. Conceitos, linguagens, motivações e hábitos diferenciados geravam por vezes dificuldades de compreensão

⁵ Para todos os aspectos relativos à organização e funcionamento do Serviço veja-se o abundante material publicado em Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL, 1974-1976* (Vila Nova de Gaia: Conselho Nacional do SAAL, 1976).

⁶ Margarida Coelho, «Uma Experiência de Transformação no Sector Habitacional do Estado: SAAL - 1974-1976», *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra, n.º 18/19/20, Fev. 1986), 624.

mútua, o que exigia um enorme esforço de aprendizagem e de adaptação, para evitar soluções «paternalistas» ou «populistas». Mas essa metodologia participativa integrou-se, rapidamente, na rotina das relações entre os técnicos e as organizações de moradores. O SAAL permitiu concretizar novas abordagens da arquitectura, que vinham sendo equacionadas no discurso técnico desde os anos sessenta. De certa forma, os projectos desenvolvidos operacionalizaram uma «arquitectura do 25 de Abril», em que o desafio era não só construir «casas para o povo» mas também construir «com o povo»⁷.

Era na fase intermédia das operações SAAL, subsequente à aprovação do PDUP, que se situavam os principais factores de bloqueio do processo, provocando atrasos na prossecução das intervenções. A ideia inicial de disponibilizar rapidamente os terrenos das zonas degradadas para construção de novos bairros para os seus moradores não foi, como referimos, seguida de medidas legais que tornassem mais expedito o processo de expropriação. Apesar das inovações introduzidas, os Decretos-lei 56/75, de 13 de Fevereiro, e 273-C/75, de 3 de Junho, que vieram regulamentar esta matéria, surgiram tardiamente e foram, segundo os responsáveis do SAAL, manifestamente inadequados às características do processo. Daí decorreram dificuldades e conflitos constantes com as Câmaras, que acarretaram o arrastar dos processos e consequentes atrasos no início da fase de construção. Por outro lado, a regulamentação do sistema de financiamentos a conceder às populações envolvidas nunca foi formalmente aprovada. A solução prática seguida foi a da concessão a fundo perdido pelo Estado de 60 contos para cada habitação. Essa verba era considerada uma parte do custo médio dos fogos, devendo a restante ser negociada por empréstimo pelas Associações de Moradores, com uma taxa de juros baixa e amortizável em 20 a 30 anos. Mas a falta de regulamentação específica do sistema de financiamento conduziu a sucessivos bloqueios na concessão de empréstimos, dando origem a frequentes paralisações das obras em curso e ao agravamento dos seus custos finais.

3. O processo SAAL no processo revolucionário

Desde o Verão de 1974, a história do processo SAAL foi marcada pela evolução rápida da conjuntura político-social e pelo posicionamento dos diversos agentes e movimentos intervenientes. Aparentemente, tais posições foram-se definindo a propósito das questões em aberto no despacho de criação do serviço (expropriações, financiamento, estruturação do serviço, articulação do serviço com os organismos do poder central e local). No entanto, decorreram, de facto, da aceitação ou rejeição dos princípios de política global que enformavam o programa, em especial a participação activa das populações na definição da política habitacional e a apropriação de solos urbanos pelas camadas populares aí residentes.

3.1. De Abril a Julho de 1974: a formulação do programa

O despacho de 31 de Julho de 1974, que criou o SAAL, surgiu no contexto político revolucionário, marcado pelo espírito de mudança anunciado pelo 25 de Abril. Nesse contexto, entraram em jogo diversos actores e movimentos sociais e políticos, que facilitaram a formulação de um novo programa de habitação dirigido às populações urbanas mais carenciadas.

Desde logo, o MFA, agente tutelar da Revolução, cujo programa defendia novas políticas económicas e sociais que deveriam ser seguidas pelo Governo Provisório: «a) Uma nova política económica posta ao serviço do povo português, em particular das camadas de populações até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta

⁷ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007), 13, 253.

excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista; b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses»⁸.

O período posterior ao 25 de Abril conheceu uma profunda remodelação do aparelho de Estado, com a integração de quadros políticos e administrativos vindos da oposição ao regime anterior e defensores das mudanças preconizadas pelo programa do MFA. Assim, à frente da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo (SEHU) irá estar, nos três primeiros governos provisórios, o arquitecto Nuno Portas, defensor de uma política habitacional e urbanística totalmente inovadora face aos modelos convencionais. O Programa do I Governo Provisório (16 de Maio a 11 de Julho de 1974) estabelecia já, entre outros aspectos relativos à política de habitação, «uma política de solos adequada, de modo a facultar às camadas populacionais de menores rendimentos alojamento condigno e em condições acessíveis». De acordo com essa orientação, o SEHU emitiria, em Junho, um despacho sobre o «Programa de acções prioritárias a considerar pelos serviços do Fundo de Fomento da Habitação», propondo a criação de um «Serviço de Apoio ambulatorio Local (SAL)», para atender aos «estratos mais insolventes, mas com organização interna que permita o seu imediato envolvimento em 'auto-soluções', com apoio estatal em terreno, infra-estrutura, técnica e financiamento»⁹. Em entrevista concedida a Manuel Castells, a 23 de Junho, Nuno Portas defendia uma política habitacional capaz de travar a «centrifugação dos pobres» no espaço urbano, de «pôr fim à rotina dos serviços públicos» e de «apoiar o desenvolvimento de uma tendência de controle pelas próprias populações» do problema habitacional¹⁰.

Paralelamente, no sector público, o ambiente posterior ao 25 de Abril, fortemente participativo, conferia aos técnicos um novo papel, permitindo-lhes uma capacidade de intervenção nas decisões políticas. Logo a 16-18 de Junho, técnicos de organismos públicos ligados ao sector da habitação realizaram um encontro no Teatro de S. Luís, com o objectivo de «pressionar as estruturas fechadas, burocráticas e tecnicistas em que funcionam as instituições do Estado [...] e proporcionar uma participação efectiva por parte da população, órgãos e entidades locais na sua decisão e realização»¹¹. Datado de 24 de Julho de 1974, o *Estudo Interpretativo dos Objectivos a Prosseguir através do SAAL*, da autoria do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, terá orientado os primeiros trabalhos de estruturação do SAAL, no seio do FFH, avançando alguns aspectos essenciais que viriam a ser contemplados no despacho ministerial publicado uma semana depois¹².

Com o 25 de Abril assistiu-se ao desencadear de diversos movimentos sociais urbanos, mais ou menos espontâneos, decorrentes, em grande medida, da situação de profunda crise habitacional que desde a década de sessenta se vivia nas principais cidades, bem como do próprio ambiente suscitado pela liberalização política e pelo anunciar de medidas de correcção de injustiças sociais. Logo em Abril e Maio de 1974 verificaram-se movimentos de ocupações de casas vazias ou em construção em diversos bairros de Lisboa e do Porto. As primeiras ocupações de casas seriam sancionadas por um comunicado da Junta de Salvação Nacional, em meados de Maio, que

⁸ «Programa do MFA» in Diniz de Almeida, *Origem e Evolução do Movimento dos Capitães* (Lisboa: Edições Sociais, s/d), 474.

⁹ Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL*, 61.

¹⁰ Nuno Portas, entrevista a Manuel Castells, «La question du logement au Portugal démocratique», *Espaces et Sociétés* (Paris, n.º 13-14, Out.1974-Jan.1975), 199-207.

¹¹ Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL*, 59-60.

¹² Mário Brochado Coelho, «Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte — 1974/76)», *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra, n.º 18/19/20, Fev. 1986), 648-649; José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 118-119.

sublinhava, no entanto, a ilegalidade do acto, prevenindo contra futuras ocupações («a partir do presente momento não serão permitidas mais atitudes deste género, as quais, se necessário, serão contrariadas com os meios ao dispor da JSN»). Paralelamente, assistiu-se ao irromper de organizações populares, ainda em forma embrionária e de cunho essencialmente reivindicativo, com vista à resolução dos problemas locais. No caso do Porto, o movimento reivindicativo partiu dos moradores dos Bairros Camarários e do centro histórico (Ribeira/Barredo). Assim, no 1.º de Maio de 1974, os moradores do Bairro de S. João de Deus manifestaram-se, junto ao Quartel-General, contra o regulamento camarário em vigor, de cunho autoritário e repressivo, apresentando o seu «caderno reivindicativo». A 26 de Maio, moradores dos diversos Bairros manifestaram-se pelos mesmos motivos em frente à Câmara Municipal do Porto. E, a 15 de Julho, um plenário de moradores dos bairros aprovava os «Princípios Fundamentais Reguladores dos Bairros Camarários da Cidade do Porto»¹³. No caso do centro histórico, a mobilização popular inicial, com a constituição de várias comissões de moradores, voltou-se contra as condições degradantes de habitação e a especulação de «subalugas»¹⁴. Estes movimentos estenderam-se, em breve, às populações das «ilhas», espalhadas por toda a cidade.

A «política antimonopolista» defendida pelo programa do MFA traduziu-se, por um lado, pelo reforço do intervencionismo estatal de apoio às iniciativas das populações e, por outro, pelo desinvestimento e fuga de capitais envolvidos anteriormente em operações de especulação imobiliária urbana. Os novos programas de política habitacional não encontraram, numa primeira fase, oposição aberta por parte dos interesses imobiliários. A reacção aos novos princípios orientadores da vida política foi, neste sector, de fuga, de medo ou de silêncio, mas, sobretudo, de expectativa.

3.2. De Julho a Setembro de 1974: o arranque do programa

No Verão de 1974, manteve-se uma tensão latente entre o poder político e o poder económico, dissociados desde o 25 de Abril, não ousando qualquer desses poderes clarificar a situação através de um conflito aberto. Assim, ao mesmo tempo que se afirmou no poder político a corrente liderada pelo MFA, defensora da «transição democrática para o socialismo», de uma política social «de defesa dos interesses das camadas mais desfavorecidas» e de uma política económica «antimonopolista», o poder económico, dominado por uma oligarquia monopolista, alicerçada no sector bancário, continuou praticamente intocado. Na construção civil, embora a esmagadora maioria das empresas fosse de carácter artesanal, empregando menos de dez trabalhadores, eram as grandes empresas do sector que concentravam o grosso da mão-de-obra e dominavam o volume de construção e o mercado imobiliário urbano¹⁵. Pouco afectada pelas medidas políticas, que permaneciam ainda no campo dos princípios, a oligarquia portuguesa manteve-se, maioritariamente, na sombra. É certo que alguns dos seus membros saíram do país ou apoiaram as tentativas frustradas de alteração dos rumos do novo regime político (tentativa de «golpe de Estado constitucional» de Palma Carlos, em 27 de Maio; apelo de Spínola à manifestação da «maioria silenciosa», marcada para 28 de Setembro), que apenas favoreceram, por reacção, o reforço do ambiente político revolucionário e o peso da corrente mais progressista do MFA no aparelho de Estado.

¹³ Mário Brochado Coelho, «Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte — 1974/76)», 646, 650.

¹⁴ Sobre a situação habitacional no centro histórico e as movimentações dos moradores após o 25 de Abril, veja-se João Queirós, «Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia», *Análise Social* (Lisboa, vol. XLVIII, n.º 206, 2013), 102-133.

¹⁵ Christian Topalov, «La politique du logement dans le processus révolutionnaire portugais», *Espaces et Sociétés* (Paris, n.º 17-18, Mar.-Jun. 1975), 111-112.

Apesar da euforia revolucionária, os movimentos populares urbanos não passavam ainda de movimentos reivindicativos dispersos, a maior parte deles de carácter espontâneo, sem estruturas organizativas coesas nem uma definição clara de objectivos. Formaram-se, um pouco por toda a parte, comissões de moradores, voltadas para a resolução de problemas imediatos e localizados. Correspondiam, essencialmente, ao exteriorizar das esperanças na melhoria das condições de vida das camadas mais pobres, num ambiente favorável à participação política colectiva.

O SAAL, que desde o seu lançamento atraía o interesse de um número significativo de técnicos ligados ao sector da habitação e urbanismo, ainda não possuía senão uma fraca ligação de reconhecimento face aos moradores das zonas degradadas e dos bairros pobres, em certos casos facilitada por experiências anteriores¹⁶. No período de 8 de Agosto a 15 de Setembro de 1974, o SAAL/Norte organizou uma lista de operações prioritárias, envolvendo cerca de 12.000 moradores (7.470 no concelho do Porto, 350 no de Matosinhos, 4.000 no de Gondomar e 180 no de Ovar)¹⁷. Estava-se ainda na fase de estruturação interna do serviço. E, no entanto, alertava-se já para a possibilidade de bloqueios futuros, perante a indefinição do grau de autonomia e das formas de articulação do SAAL com outros serviços públicos com responsabilidades no domínio da habitação e urbanismo. Num documento dos serviços centrais do SAAL, datado de 13 de Setembro, pode ler-se: «Atendendo às características específicas das formas de actuação do SAAL, será importante definir o seu grau de autonomia, nomeadamente financeira, para que não venham a existir determinadas dificuldades de ordem burocrática, incompatíveis com a dinâmica que se pretende imprimir a este tipo de trabalho»¹⁸.

3.3. De Setembro de 1974 a Março de 1975: as primeiras operações

Num ambiente de crescentes reivindicações populares, associadas à enorme carência de alojamentos, o dec.-lei 445/74, de 14 de Setembro, veio despoletar um conflito sério no sector da construção civil, ao determinar o controlo público sobre os arrendamentos, a obrigatoriedade de declaração das casas vazias, que deveriam vir a ser integradas nas «bolsas de habitação», e a suspensão do direito de demolição de prédios urbanos. O que antes era desconfiança e oposição «silenciosa» por parte dos operadores privados face ao novo regime transformou-se em acções abertas de confronto. Nas grandes empresas de construção civil (J. Pimenta, Habitat, etc.) aumentaram os despedimentos e acentuou-se a tendência, já anteriormente anunciada, para o desinvestimento e para a fuga de capitais, surgindo as primeiras grandes falências (Arquitectura e Construção, Grão Pará, etc.), com consequências graves no avolumar do desemprego no sector. A resposta governamental viria a ser dada com o dec.-lei 663/74, de 26 de Novembro, visando o relançamento do sector privado da construção civil, através da criação dos «Contratos de Desenvolvimento para a Habitação» (CDH). Com esta medida, visava-se atenuar o desemprego no sector e aumentar o volume de construção para venda ou arrendamento, travando, em contrapartida, a forte tendência de especulação imobiliária existente antes do 25 de Abril, através da fixação de valores máximos de arrendamento, bem como de custos de construção e margens de lucro¹⁹. Porém, os CDH não podiam resolver, nem esse era o seu objectivo, os graves problemas de alojamento dos moradores mais pobres, que depositavam no SAAL crescentes esperanças e

¹⁶ No Porto, estudantes e professores da Escola Superior de Belas Artes realizavam, desde há alguns anos, estudos e levantamentos em zonas de habitação degradada da cidade. No centro histórico da cidade, uma equipa liderada pelo arquitecto Fernando Távora elaborara, em finais da década de sessenta, o *Estudo de Renovação Urbana do Barredo* (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1969), propondo um modelo de intervenção participada, que preservasse a fixação das populações aí residentes, apostando na sua valorização social. Cf. João Queirós, "Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto", 118-119.

¹⁷ Margarida Coelho, "Uma Experiência de Transformação no Sector Habitacional do Estado...", 621.

¹⁸ Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL*, 83.

¹⁹ António Fonseca Ferreira, *Por uma nova Política de Habitação* (Porto: Afrontamento, 1987), 99-100.

insistentemente requisitavam o seu apoio.

Este período correspondeu à fase de lançamento das operações SAAL. No caso do SAAL/Norte, após as primeiras intervenções, iniciadas em meados de Outubro (Bairro do Acácio, Antas, Chaves de Oliveira, Sé, Bairro do Leal, Ilha do Malta), sucederam-se outras tantas em Novembro (S. Vítor e Lapa, no concelho do Porto; Cruz de Pau, no concelho de Matosinhos; Bela Vista - S. Pedro da Cova, no concelho de Gondomar; bairros de Poço de Baixo e Irmãos Unidos e Praias de Esmoriz e Cortegaça, no concelho de Ovar), continuando nos meses seguintes a tendência de expansão das operações. Em inícios de Dezembro, o SAAL/Norte integrava já 21 operações, abrangendo cerca de 18 mil moradores, tendo contratado Brigadas Técnicas para 13 dessas operações. Porém, perante uma situação que os responsáveis pelo organismo classificavam de «impasse total», sem a criação de meios de acção suficientes, admitia-se a «hipótese de não dar mais resposta aos pedidos das populações», dada a extensão atingida pelas operações em curso e a determinação de manter a qualidade técnica das intervenções²⁰. No resto do país, em especial em Lisboa, o ritmo de expansão das operações SAAL era semelhante.

Essas primeiras intervenções depressa esbarraram com dificuldades, decorrentes quer da estrutura burocrática das Câmaras e outros serviços públicos quer da falta de suporte legal relativamente aos financiamentos, às expropriações e à própria articulação do SAAL com outros serviços públicos. A 12 de Novembro, um comunicado das Brigadas de Acção Local de Lisboa considerava: «não está a ser dada suficiente cobertura política, legal, orgânica e financeira, de modo a conseguir canalizar da forma mais útil os esforços quer das próprias Brigadas quer das populações para os fins que estas se propuseram. A gravidade desta constatação é tanto maior quanto se tem consciência de estar no início de um processo cujas repercussões mais profundas ainda não estão totalmente detectadas e que já esbarra neste momento com dificuldades que não se ultrapassam com declarações de boa vontade nem votos de boas intenções»²¹.

Simultaneamente, o movimento popular urbano reforçou as suas estruturas organizativas. A par da multiplicação das comissões de moradores, muitas das quais evoluíram para associações²², surgiram organismos de coordenação. A 2 de Dezembro, no 1.º Plenário de Comissões de Moradores integradas no processo SAAL, realizado na Escola Superior de Belas Artes (ESBAP), foi criada a Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores do Porto. Estreitou-se também a ligação entre as organizações de moradores e o SAAL, passando aquelas a assumir cada vez mais a defesa do processo e a exigir do Governo as medidas legais necessárias à sua prossecução. Segundo Mário Brochado Coelho, a preponderância até então desempenhada pelos Bairros Camarários nas movimentações de moradores passou para as zonas degradadas com intervenções do SAAL/Norte²³, o que decorreu, naturalmente, da expansão destas últimas operações, a par da multiplicação das estruturas organizativas dos moradores envolvidos.

A pressão do movimento de moradores, numa conjuntura político-social que lhe era favorável, conseguiu, em algumas situações, impor soluções práticas, à falta de medidas legais. A legislação veio, por vezes, *a posteriori*, tentar sanar os conflitos entre essas soluções práticas, baseadas na «legitimidade revolucionária», e as velhas leis. Nesta altura, face ao avolumar dos

²⁰ Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL*, 102-108.

²¹ *Ibidem*, 91.

²² Esse processo de «institucionalização», em especial nas áreas das operações do SAAL/Norte, foi estimulado e apoiado pelos serviços do SAAL, nomeadamente na elaboração dos respectivos estatutos, dada a necessidade de legalizar diversos instrumentos contratuais inerentes ao processo. Helena Vilaça, «As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social», *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras* (n.º 4, 1994), 68-69.

²³ Mário Brochado Coelho, «Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/Norte - 1974/76)», 651-652. O que não significou a diminuição das movimentações dos moradores dos Bairros Camarários, que, a 13 de Dezembro, em assembleia de moradores realizada no Bairro do Lagarteiro, criariam também uma estrutura de coordenação, a Comissão Central dos Bairros Camarários do Porto.

movimentos urbanos, verificou-se uma crescente atenção dos governos ao problema habitacional. Um conjunto significativo de medidas, embora considerado insuficiente pelas organizações de moradores, testemunha tal preocupação. Refiram-se apenas algumas das que tiveram maior impacto nas intervenções do SAAL. Em 15 e 16 de Novembro, vários despachos do SEHU concederam as primeiras participações a Câmaras Municipais para aquisição de terrenos e para obras de infra-estruturas em operações SAAL. No final de Janeiro de 1975, o Fundo de Fomento da Habitação assinou protocolos com as Câmaras Municipais do Porto, Gondomar, Matosinhos e Ovar, para movimentação de verbas destinadas a infra-estruturas e aquisições de terrenos. Diversos decretos vieram regular a estrutura legal das Associações de Moradores (dec.-lei 594/74, de 7 de Novembro) e das Cooperativas de Habitação Económica (dec.-lei 730/74, de 20 de Dezembro, e dec.-lei 737-A/74, de 23 de Dezembro). Em 7 de Janeiro de 1975, o dec.-lei 6/75 veio suspender, na área do Grande Porto, os despejos judiciais e administrativos que tivessem por base a sublocação ou a mera ocupação. O dec.-lei 56/75, de 13 de Fevereiro, apesar de se manifestar inadequado em muitos aspectos às características do processo SAAL, veio facilitar a apropriação de solos urbanos.

No entanto, a actividade do SAAL continuaria a enfrentar sérios bloqueios. Nas vésperas do 11 de Março, um relatório divulgado pelo SAAL/Norte referia a «situação de impasse de muitos dos aspectos do trabalho em relação aos quais se aguarda[va] decisão superior». Não fora ainda publicado o decreto sobre financiamentos, não estando definido o montante mínimo a cobrir pelo Estado para cada habitação. Não estavam ainda fixadas as isenções fiscais das Associações de Moradores, apesar de já o estarem para as Cooperativas. Faltava regulamentar o direito de superfície dos terrenos que as Câmaras deveriam disponibilizar para construção. Por outro lado, faltava orçamentar as verbas a atribuir ao SAAL/Norte para 1975. Nessa altura, estavam ainda por assinar os contratos com as Brigadas Técnicas para esse ano, havendo funcionários a trabalhar sem receber honorários. Faltava também clarificar a ligação entre o SAAL e outros organismos públicos. Os Processos para Declaração de Utilidade Pública de diversas operações (Bairro do Acácio, Antas, Chaves de Oliveira, S. Vítor, Ilha da Bela Vista, Bairro do Leal, no concelho do Porto; Cruz de Pau, no concelho de Matosinhos; Poço de Baixo, no concelho de Ovar) estavam retidos nas respectivas Câmaras²⁴.

3.4. De Março a Novembro de 1975: um processo revolucionário de intervenção urbana

A 11 de Março, o falhanço da tentativa militar de derrube do regime traduziu-se no reforço da corrente revolucionária no aparelho de Estado. O poder político iria agora estabelecer, sem a ambiguidade anterior, o controlo sobre o poder económico, através da nacionalização sucessiva de sectores-chave da economia. No seio do MFA, e particularmente no COPCON, com crescente poder militar, era manifesta a simpatia por um projecto socialista revolucionário, de democracia participativa, a chamada «via portuguesa para o socialismo», que atribuía um papel fundamental aos órgãos populares de base, incluindo as comissões e associações de moradores. Em contrapartida, essa via de «poder popular» enfrentaria crescentes resistências quer na estrutura do Estado quer nos partidos políticos maioritários, legitimados pelo voto (o Partido Socialista, vencedor das eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de Abril de 1975, valorizava um projecto social-democrata avançado, defendendo a estabilização da democracia representativa, contra o que considerava a «sovietização do regime») quer ainda em forças tradicionais poderosas, como a Igreja Católica. Na Primavera-Verão de 1975, a radicalização do regime e das forças sociais que o apoiavam traduziu-se na bipolarização da sociedade portuguesa, com contínuas

²⁴ Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL*, 121-126.

manifestações de conflitualidade social entre os adeptos e os opositores da via revolucionária. No «Verão quente», esse ambiente agudizou-se. Multiplicavam-se as manifestações, as ocupações de quartéis, de fábricas, de terras e de casas, os saneamentos nas empresas, escolas e instituições, com uma intensa mobilização dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais urbanos. Em contraposição, sucediam-se as manifestações contra-revolucionárias, os assaltos e destruições de sedes de partidos de esquerda e outros alvos, bem como os atentados bombistas realizados por grupos de extrema-direita (em especial, o ELP e MDLP), que actuavam sobretudo no Norte²⁵.

Neste contexto, o movimento de moradores evoluiu rapidamente das acções reivindicativas localizadas para um movimento social mais abrangente. A luta pelo «direito à habitação» e pelo «direito à cidade» parecia cada vez mais indissociável da transformação global da sociedade. Acentuou-se ainda a tendência para o alastrar do movimento para as periferias urbanas e para o reforço das suas estruturas organizativas.

A extensão das operações SAAL, as primeiras realizações práticas no domínio da construção e, sobretudo, as metodologias e o sentido revolucionário das intervenções suscitaram resistências crescentes por parte dos serviços públicos. A 18 de Março de 1975, um Plenário do SAAL, realizado na ESBAP, com a presença de 29 Comissões e Associações de Moradores, 23 Brigadas Técnicas e a Comissão Coordenadora do SAAL, aprovou um Caderno Reivindicativo, em protesto contra a «total paralisação do processo SAAL», que vinha «esbarrando contra toda uma série de resistências, oposições e impossibilidades burocráticas e legalistas que impediram a sua concretização». Denunciava-se, sobretudo, a «total falta de colaboração dos serviços camarários no desenvolvimento do processo» e «a incompreensão técnica, animosidade e sabotagem política da maior parte das Comissões Administrativas municipais». Além disso, «a burocracia e resistência da própria direcção do FFH» estavam a provocar «a distorção prática e a paralisação dos serviços prestados pelo SAAL». Criticava-se ainda o Governo Provisório por não ter definido «uma política de defesa total dos interesses dos moradores em luta, hesitando nas soluções a adoptar e não mostrando de modo inequívoco estar disposto a afastar de vez a lógica do capitalismo quanto a financiamentos, valorização dos terrenos a expropriar, condução popular das operações e definição do tipo qualitativo mínimo das habitações a construir»²⁶. Quinze dias depois (5 de Abril), realizou-se no Palácio de Cristal uma assembleia mais alargada, em que as mesmas considerações conduziram a um conjunto de resoluções mais radicais: i) suspensão de pagamento de rendas nas zonas de intervenção SAAL, com processos de expropriação já entregues; ii) suspensão de pagamento de rendas a «subalugas» nas zonas de intervenção SAAL; iii) ocupação de casas abandonadas, a organizar pelas Associações de Moradores da respectiva zona; iv) reorganização da gestão das Câmaras Municipais, com base na participação das Associações de Moradores, Comissões de Bairros Camarários, funcionários municipais e do SAAL; v) saneamento da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, especialmente do seu Presidente, Arquitecto Artur Andrade; vi) saneamento da Direcção do FFH, especialmente do seu Presidente, Engenheiro Fortuna Pereira; vii) ocupação das instalações do FFH²⁷. Estas posições tiveram efeitos imediatos. A 10 de Abril, o SEHU assinaria vários despachos de declaração de utilidade pública das primeiras operações do SAAL/Norte, bem como a portaria de concessão dos primeiros subsídios a fundo perdido a Associações de Moradores.

²⁵ Diego Palácios Cerezales, *O Poder caiu na Rua – Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003), 147-172.

²⁶ Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL*, 129-130.

²⁷ *Idem*, 130-131. Numa análise realizada na época, Vítor Matias Ferreira considerava que estas manifestações eram já «sintomas» de que o SAAL, tal como fora projectado, se encontrava «praticamente 'esgotado'». Vítor Matias Ferreira, *Movimentos sociais urbanos e intervenção política. A intervenção do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Lisboa* (Porto: Afrontamento, 1975), 59.

Entretanto, agravou-se o conflito entre o SAAL e a Câmara Municipal do Porto. No decurso de uma greve dos funcionários municipais, iniciada a 5 de Maio, fora saneado todo o gabinete de coordenação Câmara-SAAL, o que foi entendido como uma tentativa de travagem do processo SAAL.

Paralelamente, o movimento popular urbano ganhava agressividade, organização e um carácter mais acentuadamente político. A 17 de Maio de 1975, realizaram-se simultaneamente em Lisboa e no Porto enormes manifestações, organizadas pelas associações de moradores. Pouco depois, o movimento de moradores do Porto conheceria uma nova vitória, com a demissão do executivo municipal. Vivia-se o período de ascensão da corrente revolucionária do MFA e, a 28 de Maio, seria empossada uma Comissão Administrativa Militar na Câmara do Porto, constituída por militares próximos daquela corrente, que iria assumir a defesa do processo SAAL.

Pela mesma altura, foi criada a Inter-Comissões de Moradores de Matosinhos e em Gondomar foram ocupadas as minas de S. Pedro da Cova, encerradas desde 1969, formando-se o Centro Revolucionário Mineiro, com a participação de duas Comissões de Moradores integradas no processo SAAL (Passal e Bela Vista). A 15 de Junho, seria criado o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, constituído por dois representantes de cada Comissão ou Associação de Moradores, ligadas ou não ao SAAL, que passou a reunir-se semanalmente, liderando o movimento popular na cidade e integrando o Conselho Municipal.

A aproximação entre as organizações de moradores e o SAAL intensificou-se, tendendo este a afirmar-se como projecto de intervenção urbana global, especialmente no Porto. Paralelamente à defesa do «Poder Popular» pelas organizações de moradores²⁸, o processo SAAL orientou-se para concepções revolucionárias de intervenção urbana, marcando o momento-chave em que passou, de facto, a verificar-se o controlo do processo pelo movimento popular urbano. Uma análise de conteúdo dos textos produzidos pelas diversas estruturas do SAAL poderia facilmente identificar a viragem de um discurso eminentemente técnico, até aos primeiros meses de 1975, para um discurso de maior pendor político-social, em consonância com as posições do movimento de moradores. É o que transparece das conclusões do *1.º Encontro SAAL/Norte*, realizado em Julho de 1975, reunindo funcionários e responsáveis do SAAL, Brigadas Técnicas e Comissões e Associações de Moradores, onde se defendeu, nomeadamente: i) a «construção do socialismo», através da criação de um «poder de base descentralizado»; ii) a «indispensável municipalização do solo urbano e urbanizável (sob gestão das organizações populares)»; iii) um «movimento de rotura das relações de produção capitalista, no domínio do próprio modo de construção da habitação social», dando preferência «a Cooperativas de desempregados, ou a comunas operárias, que constituam, de facto, os germes duma próxima sociedade socialista», devendo a aquisição dos materiais de construção ser feita a empresas em autogestão ou nacionalizadas; iv) a «tentativa de passagem dos conhecimentos para os moradores, sendo certo que a resolução destas questões depende da hegemonização do processo pela classe operária»; v) uma «revolução cultural» no domínio da educação, através da «criação de Escolas Populares ligadas às Comissões de Moradores e geridas pelas próprias Comissões, com vista à progressiva destruição da escola burguesa institucionalizada»; etc.²⁹.

Uma análise mais detalhada da vida interna das estruturas organizativas dos moradores e das relações entre os protagonistas mais activos e politizados, por vezes militantes partidários, e a maioria dos moradores envolvidos poderia detectar outros aspectos que fragilizaram o movimento de moradores no seu conjunto, nomeadamente disputas entre militantes partidários pela liderança

²⁸ Maria Rodrigues, *Pelo Direito à Cidade: o Movimento de Moradores do Porto (1974/76)* (Porto: Campo das Letras, 1999), 99-101.

²⁹ Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL*, 185-194.

dessas estruturas ou pela afirmação de determinadas posições políticas, a par do afastamento de outros moradores. Alguns autores têm salientado o papel dos partidos e organizações políticas entre os actores colectivos que influíram na evolução do movimento de moradores³⁰. No entanto, o papel dos partidos parece ter sido, pelo menos no âmbito do SAAL/Norte, secundário³¹, e até ostensivamente secundarizado quer por muitos activistas do movimento de moradores quer por muitos funcionários do SAAL, o que não exclui a participação de alguns deles, com maior ou menor protagonismo, em projectos partidários. Em certos casos, as estruturas associativas de moradores assumiram mesmo um claro distanciamento dos partidos, procurando travar a sua influência, não sendo raro ouvir-se em reuniões de moradores expressões como «aqui não entram partidos» ou «o partido fica à porta». Houve mesmo situações em que activistas do movimento de moradores se desvincularam da vida partidária, em defesa de uma mais ampla unidade no seio das suas associações³². Por outro lado, parece também inegável, em especial a partir das eleições de 1975, um crescente distanciamento do Partido Socialista face ao processo SAAL e aos seus fundamentos, bem como ao movimento de moradores. No entanto, esse distanciamento derivou, em nosso entender, de uma opção táctica de defesa da democracia representativa, após ter alcançado a vitória nas eleições para a Assembleia Constituinte, buscando, por um lado, enfraquecer o poder das estruturas de democracia participativa e, por outro, fechar o ciclo revolucionário liderado pelo MFA.

Apesar da importância crescente concedida à questão do alojamento e ao processo SAAL pelas organizações de moradores, a questão política dominou as preocupações do movimento popular urbano no Verão e Outono de 1975. O apoio ao documento-guia da Aliança Povo-MFA e ao documento do COPCON, em defesa do «Poder Popular», mobilizou grande parte do movimento de moradores para as grandes manifestações urbanas até ao 25 de Novembro, altura em que a ala militar revolucionária do MFA saiu derrotada, criando condições para a inversão do processo político, económico e social. A ligação do movimento de moradores às forças políticas e militares derrotadas traduzir-se-ia no seu claro enfraquecimento, desagregação e marginalização. As organizações de moradores perderam capacidade de mobilização e de intervenção, recuando para uma «atitude defensiva»³³.

Entretanto, desde Setembro de 1975, coincidindo com a tomada de posse do VI Governo Provisório (19 de Setembro), desenrolava-se uma campanha contra o SAAL nos meios de comunicação social, acusando os seus funcionários de má utilização dos dinheiros públicos e de prosseguirem objectivos políticos, contra os interesses das populações. Simultaneamente, punha-se em causa a representatividade das organizações de moradores. No Porto, Mário Cal Brandão, Governador Civil do Distrito, entraria em conflito com o Conselho Revolucionário de Moradores ao exonerar a Comissão Administrativa Militar da Câmara, substituindo-a por uma Comissão de Gestão (que tomou posse em 15 de Setembro) formada por funcionários municipais por si escolhidos, e ao dissolver o Conselho Municipal, formado por organizações populares. Quatro dias depois, o Conselho Municipal reuniria sem autorização do Governador Civil, verificando-

³⁰ Veja-se, por exemplo, João Arriscado Nunes; Nuno Serra, «Casas decentes para o povo» movimentos urbanos e emancipação em Portugal in *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, org. Boaventura S. Santos (Porto: Afrontamento, 2003), 224.

³¹ Neste aspecto, a experiência do movimento de moradores parece ter sido bastante diferente da de outros movimentos sociais urbanos da época, como o importante «Movimento Cidadão de Madrid», analisado por Castells. Manuel Castells, *La ciudad y las masas. Sociología de los movimientos sociales urbanos* (Madrid: Alianza Editorial, 1986), 299-386.

³² Virgílio Borges Pereira, «Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu. Breves notas sobre a memória do encontro entre o social e a política no Porto (pós-) revolucionário» in *A Política em Estado Vivo: uma visão crítica das práticas políticas*, org. Bruno Monteiro e Virgílio Borges Pereira (Lisboa, Edições 70/Le Monde diplomatique - edição portuguesa, 2013), p. 246-251.

³³ Diego Palácios Cerezales, *O Poder caiu na Rua*, 103.

se a ocupação popular dos Paços do Concelho, o que levaria Cal Brandão, também deputado do Partido Socialista, a proferir, na semana seguinte, um violento discurso na Assembleia da República contra as organizações de moradores, acusando-as de «anarco-populismo» e de não contribuírem para o «fortalecimento do poder popular que se pretende ver realizado»³⁴. E, a 19 de Novembro, a propósito da greve dos trabalhadores da construção civil, o deputado socialista Sottomayor Cardia acusaria a Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo de ter perdido tempo, durante meses e meses, «a promover a anarquia urbanística, nomeadamente através do plano SAAL, em vez de se preocupar com os problemas da construção»³⁵.

3.5. De Novembro de 1975 a Outubro de 1976: o enfraquecimento do movimento de moradores e a asfixia do processo SAAL

A partir de Novembro de 1975, verificou-se a travagem do processo político revolucionário, sob a liderança de sectores do centro-esquerda, em especial o Partido Socialista, maioritário no aparelho de Estado, mas apoiado e pressionado pela direita e sob a égide da corrente moderada do MFA, especialmente o «Grupo dos 9», cujo documento, lançado a 7 de Agosto, se transformara numa «bandeira do descontentamento» contra a orientação que o documento-guia da Aliança Povo-MFA vinha imprimindo ao processo político-social³⁶. No seio do Partido Socialista, impôs-se a tese da «centragem», com o objectivo de alcançar a estabilidade política, evitando a bipolarização entre a via revolucionária da esquerda e a violência contra-revolucionária da extrema-direita.

Ao nível da política económica, o novo contexto político conduziu à inversão da importância relativa concedida aos sectores públicos e privado. Buscava-se agora o relançamento da iniciativa privada e do investimento. No campo da habitação, tal política económica traduziu-se pela liberalização da política habitacional e urbanística, com o conseqüente abandono ou desinteresse pelos programas de política de habitação anteriores (SAAL e CDH), o que, se, por um lado, estimulou o relançamento do sector privado da construção civil, por outro, conduziu a um novo impulso da especulação imobiliária. O principal instrumento adoptado para a nova política da habitação foi o sistema de crédito à aquisição de habitação própria, com juros bonificados e prazos de amortização dilatados, lançado por resolução do Conselho de Ministros de 24 de Fevereiro de 1976. O Estado garantia, assim, um forte apoio ao sector privado, através da criação artificial de procura solvente. Esta nova política habitacional correspondia, como já assinalou António Fonseca Ferreira, ao «lobby» dos promotores imobiliários, que se instalara no novo Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, constituído em Fevereiro de 1976³⁷. No âmbito da nova política de habitação, o SAAL foi alvo de uma progressiva marginalização. Num momento em que, apesar de enfraquecido, o movimento popular urbano se mantinha ainda bastante activo, o poder político optou pela não extinção imediata do Serviço. A estratégia adoptada foi a de tornar inviável o processo, através do desgaste provocado pelo retardamento das operações, aguardando que a evolução da conjuntura política levasse ao inevitável esvaziamento do movimento popular urbano. Os processos de expropriação eram retidos nas Câmaras e no Ministério. Retardavam-se os financiamentos às operações, que em 1976 deveriam atingir 1 milhão de contos. Sucediavam-se os entraves à concessão de novos empréstimos, obrigando a protelar o início da fase de construção

³⁴ *Diário da Assembleia Constituinte* (n.º 52, 25-09-1975), 1515 (disponível in <http://debates.parlamento.pt/> - consultado em 11.01.2014).

³⁵ *Diário da Assembleia Constituinte* (n.º 82, 19-11-1975), 2704 (disponível in <http://debates.parlamento.pt/> - consultado em 11.01.2014).

³⁶ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril: Mitos de uma Revolução* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007), 184.

³⁷ António Fonseca Ferreira, «Política(s) de Habitação em Portugal», *Sociedade e Território* (Porto, n.º 6, Jan. 1988), 59.

ou a paralisar obras em curso.

Paralelamente, os ataques ao SAAL tornaram-se constantes, crescendo em violência e tomando formas diversas: i) entraves ao funcionamento normal do serviço; ii) acusações difamatórias na imprensa; iii) declarações de responsáveis políticos; iv) ataques bombistas às instalações do SAAL e a funcionários³⁸; v) actos de intimidação policial³⁹.

Travaram-se as medidas de suporte legal necessárias ao funcionamento do serviço. Em Junho, foi substituída a Comissão Directiva do FFH. As relações entre o novo Conselho de Administração do FFH e o SAAL assumiram crescente conflitualidade. A 21 de Setembro, demitiu-se o Director Nacional do SAAL, José Paz Branco, em protesto contra o desvio de verbas do SAAL para outros programas.

A 13 de Outubro, o deputado socialista Gomes Fernandes, adjunto do Ministro da Habitação, proferiria na Assembleia da República um violento discurso contra o SAAL, muito aplaudido por toda a direita parlamentar, em que acusava os seus trabalhadores de «envolvimento partidário», atacando «as ambições políticas, o oportunismo e a incompetência profissional de alguns técnicos que se têm vindo a servir delas [massas populares] para atingir objectivos diversos daqueles para que são pagos; na maioria dos casos, muito bem pagos!». Considerava necessário «afastar os elementos nocivos» e «atacar rápida e localmente os problemas de habitação degradada, em zonas de população economicamente insolvente e socialmente marginalizada, com o aproveitamento da dinâmica social e do espírito de classe dessas populações»⁴⁰. O ataque, segundo as palavras do deputado, não se dirigia contra o processo SAAL. Considerava, mesmo, ser necessário reforçar o programa, no «respeito pelos objectivos fundamentais do despacho que o criou». Mas, de facto, as acusações impessoais infundamentadas destinavam-se a criar um clima de suspeição favorável à extinção do SAAL. Desnecessário, aliás, já que o movimento social urbano estava praticamente esgotado e só ele poderia ter evitado a extinção do serviço. As acções de rua promovidas pelas organizações de moradores assumiram um carácter mais defensivo, recuando para posições reivindicativas. As divisões internas no seio das Associações de Moradores tornaram-se então frequentes, muitas vezes por razões externas e provocadas por elementos partidários, mas sobretudo pela perda de esperança de alcançarem os seus objectivos, perante a alteração das condições políticas.

3.6. Outubro de 1976: a extinção do SAAL

Logo a seguir, a 27 de Outubro de 1976, o Ministro da Habitação, Eduardo Pereira, e o Ministro da Administração Interna, Costa Brás, assinaram um despacho interministerial sobre a «construção clandestina», que se traduzia, na prática, na extinção do SAAL como serviço, bem como na ruptura com a sua metodologia de intervenção, entregando o comando das operações em curso às autarquias. O despacho responsabilizava o SAAL pela falta de assistência eficaz às populações mal alojadas, pela demora verificada nos processos de expropriações de terrenos e pela escassez de fogos construídos. Acusando algumas brigadas de actuarem «à margem do FFH e das próprias autarquias locais, que deveriam ser os principais veículos da condução do processo», o despacho determinava: i) «As iniciativas das populações, concretizadas em operações actualmente

³⁸ Na noite de 14 de Janeiro de 1976, as instalações do SAAL/Norte foram totalmente destruídas por uma bomba. E, a 4 de Março, o automóvel de um responsável do SAAL/Norte (Arq. Alexandre Alves Costa) foi alvo de outro atentado bombista. Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL*, 27 e 29.

³⁹ Em 10 de Abril de 1976, o comandante da PSP do Porto, Major Mota Freitas, mais tarde implicado na rede bombista, ordenou uma busca às instalações do SAAL, «para detecção de estrangeiros em situação ilegal e armas clandestinas ou outro material suspeito». *Ibidem*, 318.

⁴⁰ *Diário da Assembleia da República* (n.º 26, 13-10-1976), 719 (disponível em <http://debates.parlamento.pt/> - consultado em 11.01.2014).

em curso, serão apoiadas directamente pelas câmaras municipais, ficando-se assim com a certeza de que, dessa mais íntima ligação ao poder local, resultará uma maior eficácia na resposta da Administração»; ii) «Os contratos de tarefa celebrados com as brigadas SAAL actualmente em serviço manter-se-ão enquanto as câmaras municipais responsáveis pelas operações considerarem necessária a sua colaboração, continuando o seu pagamento a ser suportado pelo FFH e feito através das autarquias locais». Simultaneamente, o despacho criava os comissariados para as zonas degradadas e «clandestinas» das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa e da região do Algarve, zonas onde decorria a quase totalidade das operações SAAL. A estes comissários, empossados de imediato, caberiam as funções de: i) «instalar o respectivo gabinete de apoio...»; ii) «apoiar as autarquias no planeamento das acções a desenvolver»; iii) «concertar e coordenar as acções das Direcções Gerais do Planeamento Urbanístico e de Equipamento Regional e Urbano e do Fundo de Fomento da Habitação relativamente às intervenções na área, sem prejuízo da respectiva competência»; iv) «Informar os Ministros da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção e propor as medidas adequadas sempre que se verifiquem distorções ou atrasos no cumprimento dos planos e programas»; v) «apresentar ao Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção relatórios mensais da situação»⁴¹.

3.7. Após Outubro de 1976: o fim do processo

O despacho de 27 de Outubro constituiu não só o anúncio do fim do processo SAAL mas também o fim de uma política de intervenção urbana para resolução dos problemas habitacionais dos estratos sociais mais desfavorecidos. A maioria das brigadas técnicas foram desactivadas e praticamente só nos casos de construções em curso se mantiveram as operações. Como salientou António Fonseca Ferreira: «Após a extinção do Serviço tudo foi deixado, literalmente, ao abandono. Na sequência de uma campanha de duras críticas e muitas calúnias — campanha alimentada por vários sectores político-ideológicos com a colaboração dos próprios responsáveis do Ministério da Habitação — ninguém queria ouvir falar do SAAL. Não se sabia sequer — ninguém se importava em esclarecer — se a responsabilidade da condução do processo cabia aos Comissariados do Governo para as Zonas Degradadas ou ao FFH. A atitude dos governantes e dos responsáveis era ‘deixar andar’; as Câmaras Municipais (salvo algumas excepções) preferiam não intervir no que era considerado como uma ‘batata quente’; e as direcções das Associações caminhavam de Herodes para Pilatos sem encontrarem interlocutor; os empreendimentos em curso foram paralisando por falta de financiamento e de apoio técnico; muitos dos projectos em elaboração e processos de expropriação de terrenos anteriormente iniciados foram abandonados, ao mesmo tempo que se verificava uma desmobilização por parte das populações envolvidas nas operações»⁴².

Os Comissários nomeados pelo Governo limitaram-se a tomar posse dos respectivos cargos, que ocuparam até Julho de 1978. Nos casos do Porto e do Algarve nem sequer foi instalado o gabinete técnico previsto no despacho. Por outro lado, as autarquias locais não quiseram ou não foram capazes de utilizar o manancial de estudos e projectos que constituía o trabalho de milhares de horas das Brigadas Técnicas do SAAL. Dos cerca de 4 mil fogos que poderiam ter sido adjudicados de imediato apenas foram iniciados 293 em 1977 e 374 em 1978. Só em 1979, durante o V Governo Constitucional presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo, seriam aprovados financiamentos para cerca de 2 mil fogos⁴³. Mas era o «canto do cisne»...

⁴¹ *Diário da República* (I série, n.º 253, Suplemento, 28-10-1976), 2460 (1-3).

⁴² António Fonseca Ferreira, “Política(s) de Habitação em Portugal”, 86.

⁴³ *Ibidem*, 86-87.

Notas finais

Ao fim de pouco mais de dois anos de experiência, à data da sua extinção como serviço, o SAAL envolvia mais de 150 operações, em vários concelhos do país, com especial incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se concentravam os principais núcleos de habitação degradada. No conjunto, mais de 40 mil famílias pobres, organizadas em 14 Cooperativas de Habitação Económica, 16 Comissões de Moradores e 128 Associações de Moradores, recebiam apoio do SAAL, através de 118 Brigadas Técnicas, constituídas por mais de mil trabalhadores, sem contar com os trabalhadores dos Serviços Nacionais e Regionais⁴⁴. Quando foi extinto como serviço, o SAAL apoiava a construção de 2.259 habitações e os seus responsáveis previam, com base no trabalho desenvolvido, o início de mais 5.741 até Março de 1977. Um grande volume de processos documentais — de Definição de Unidade Operacional, para Declaração de Utilidade Pública, de estudos urbanísticos, de projectação de infra-estruturas, habitações e equipamentos — estava já concluído. Em Outubro de 1976, cerca de 60 Processos para Declaração de Utilidade Pública, alguns entregues havia mais de um ano às entidades competentes, aguardavam a respectiva publicação em *Diário da República*, sem a qual não podia dar-se sequência às operações. De um total de cerca de 20 mil hectares de terrenos a expropriar, com o respectivo processo documental concluído, apenas tinha sido formalizada a posse administrativa de menos de um décimo. Muitos processos paravam nas Câmaras, nas Direcções-Gerais de Urbanização, na Secretaria de Estado e em outros gabinetes oficiais, sem que houvesse vontade política de lhes dar despacho expedito, como requeria o carácter prioritário das operações SAAL. Cerca de 20 mil fogos estavam então em fase de projectação, dos quais mais de 8 mil já em fase final.

Mas, em 1976, este programa de política de habitação para as camadas populares insolventes ou com menores recursos estava condenado à extinção, já que se situava em contradição com as novas orientações de política económica e social. E não foram, obviamente, as razões apontadas para a sua extinção que a determinaram. As acusações de que o serviço foi alvo nunca foram seriamente comprovadas nem se procedeu a uma avaliação objectiva do trabalho desenvolvido, como seria de esperar. Em contrapartida, o interesse pela experiência de intervenção arquitectónica e urbanística do SAAL tinha atravessado fronteiras e suscitado grande curiosidade por parte de especialistas e instituições especializadas de vários países (Itália, Espanha, Dinamarca, Suécia, Alemanha, França, Japão, etc.), manifestada em artigos de revistas de arquitectura e urbanismo⁴⁵, visitas de estudo, exposições, convites a técnicos do SAAL para participarem em cursos, seminários e conferências internacionais. Na I Conferência das Nações Unidas sobre Estabelecimentos Humanos - Habitat, realizada em Vancôver, no Canadá, entre 31 de Maio e 11 de Junho de 1976, cuja delegação portuguesa integrava o ideólogo do programa, Nuno Portas, e dois elementos do SAAL, reconhecia-se, aliás, a importância dos princípios que estavam na base do projecto SAAL, nomeadamente a participação popular como «elemento indispensável dos estabelecimentos humanos, em particular nos processos de planificação, de formulação, de execução e de administração das estratégias»⁴⁶.

Era, de facto, na participação popular que residia a essência do processo, historicamente possível num período político em que se apostou na democracia participativa, antes ainda da constitucionalização do regime democrático. Não é de estranhar, por isso, que o SAAL tenha sucumbido na fase de estabilização da democracia representativa, que, após 1976, se impôs como modelo de regime, coincidindo com a dinâmica económico-social de recuperação dos interesses

⁴⁴ Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL*, anexos estatísticos.

⁴⁵ Veja-se, por exemplo, o número especial sobre *Portugal*, da revista *Architecture d'Aujourd'hui* (Paris, nº 185. Mai.-Jun. 1976).

⁴⁶ Citado em Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL*, 334.

imobiliários urbanos. Da dinâmica participativa intrínseca à natureza de intervenção do processo SAAL decorria que a própria morfologia arquitectónica das habitações construídas ou projectadas se distanciava dos cânones tradicionais dos «bairros camarários» ou da imposição de soluções exteriores contra a vontade das populações. No caso do Porto, por exemplo, as casas foram construídas por um ou dois pisos, organizados em uma ou mais filas, valorizando a identidade socio-espacial das «ilhas», com a «exteriorização da cidade escondida»⁴⁷.

Mais grave e fatal, numa conjuntura política de grande tensão social, foi o facto de o projecto entrar em confronto com o modelo económico dominante, em particular no que respeitava aos fundamentos da propriedade. Ao anunciar, como «principal justificação política» do novo programa, a «apropriação de locais valiosos pelas camadas populares neles radicadas sob forma marginal», o despacho de 31 de Julho de 1974 integrava-se no espírito «socializante» do 25 de Abril, sob a capa tutelar do programa do MFA. Se o fundamento ideológico desse princípio era pouco explícito, o desenvolvimento do processo SAAL acabaria por pôr em causa a legitimidade e os efeitos históricos da apropriação privada dos solos urbanos, acentuando, pelas expectativas criadas, a reivindicação do «direito à cidade» pelas camadas populares aí residentes. Impondo-se como alternativa às soluções do planeamento dominante e às experiências anteriores ao 25 de Abril, cuja política de habitação social conduziu à expulsão das camadas pobres para as periferias, descaracterizando socialmente a cidade, o SAAL não tardou, por isso, a enfrentar, directa ou indirectamente, a oposição de interesses imobiliários poderosos. Após o período revolucionário, a metodologia de intervenção urbana assumida pelo SAAL, que apontava para o respeito pelos direitos e interesses das populações radicadas no lugar e para a sua integração na cidade, tornar-se-ia incompatível com a recomposição desses interesses imobiliários.

Condenado e extinto ao fim de pouco mais de dois anos de experiência, antes de qualquer avaliação dos resultados atingidos⁴⁸, o SAAL não teve tempo nem meios suficientes para ultrapassar o simples apontar de novos caminhos na busca de soluções para uma intervenção urbana integradora das camadas sociais mais pobres. O volume das realizações práticas no domínio da construção foi reduzido, não pela ineficiência do processo em si mas pelos entraves colocados às diversas operações. De resto, a extinção do SAAL não terá sido ditada por essa invocada ineficiência mas antes, no momento em que se previa a entrada de muitas operações na fase de construção, pelo risco de poder assumir resultados irreversíveis. Como concluiu José António Bandeirinha, o SAAL, «não se quedou pela prefiguração de alternativas reluzentes, provavelmente utópicas, mas inertes, e avançou para o confronto com a realidade, avançou para o projecto, avançou para a construção, avançou para o compromisso de vizinhança com as implantações da cidade e do território capitalistas. [...] Os arquitectos do SAAL não fizeram planos para a cidade do proletariado, antes encetaram um processo de construção de fragmentos dessa cidade em conjunto com os moradores, um processo tão credível e tão assustador que teve de ser interrompido»⁴⁹.

Hoje, decorridos quarenta anos sobre o início da actividade do SAAL, é possível perceber que o clima de conflitualidade que o envolveu foi portador de muitas atitudes e valores novos, lenta mas gradualmente adquiridos por vastos sectores da sociedade portuguesa como indispensáveis a um modelo de desenvolvimento urbano socialmente inclusivo. Talvez esse tenha sido o grande

⁴⁷ Álvaro Siza Vieira, «O 25 de Abril e a Transformação da Cidade», *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra, n.º 18/19/20, Fev. 1986), 39. Sobre este aspecto, veja-se, também, Manuel Correia Teixeira, «Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das 'ilhas' da cidade do Porto», *Sociedade e Território* (Porto, n.º 2, Fev. 1985), 88-89.

⁴⁸ A este propósito, vale a pena realçar o valioso contributo de auto-avaliação (*Livro Branco do SAAL*) organizado pelos responsáveis do SAAL, aquando da extinção do serviço.

⁴⁹ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, 260.

legado do SAAL, um legado essencialmente pedagógico, que contribuiu para enriquecer outras experiências, cuja vitalidade se manifestou depois com o movimento cooperativo habitacional, um maior pragmatismo e abertura da gestão local, um novo entendimento da arquitectura e da cidade, com a certeza de que as inovações só serão possíveis se assentarem na transgressão de rotinas mas também no respeito pelas identidades socio-espaciais. Porque a transformação da cidade, num momento em que esta se confronta com os seus próprios limites de desenvolvimento, exige a participação e o empenhamento colectivos, com todas as vantagens e limitações que tal opção encerra. Num percurso de aventura e risco, em busca do bem-estar colectivo, porque, como escreveu Álvaro Siza, reportando-se à experiência do SAAL/Norte, «um processo de participação move-se entre conflitos, tensões, choques, entrega, saltos, paragens; compreende erros e também a sua crítica; acumula experiência; tende à globalidade»⁵⁰.

Em contrapartida, a extinção do SAAL gerou não só o desperdício de imenso trabalho realizado pelas BTs, que poderia ter sido aproveitado pelas câmaras municipais para a concretização de acções exemplares no domínio da habitação popular, e sobretudo o abandono de políticas de habitação inclusivas, em favor do retomar da especulação imobiliária desenfreada, com a apropriação de espaços de habitação popular e uma nova tendência de expulsão das populações mais pobres para os concelhos limítrofes⁵¹. Entregue à iniciativa privada e ao mercado, a questão da habitação deixou de fazer parte das prioridades governativas, impondo aos mais pobres «loteamentos desconexos em cada vez mais distantes periferias»⁵².

⁵⁰ Álvaro Siza Vieira, "O 25 de Abril e a Transformação da Cidade", 39.

⁵¹ Virgílio Borges Pereira, "A política de habitação do estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: uma perspectiva sintética e panorâmica" in *Família, Espaço e Património*, coord. Carlota Santos (Porto: CITCEM, 2011), 553-555.

⁵² Manuel Graça Dias, "O habitar do povo" in *Como se faz um Povo*, coord. José Neves (Lisboa: Tinta-da-China, 2010), 335.

Lucileide Costa Cardoso*

Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil

R E S U M O

Os diferentes graus de engajamento político em organizações e partidos de esquerda determinaram caminhos diferentes com relação à opção pela produção do conhecimento histórico. Defensores de uma historiografia engajada com os conflitos e tensões do seu tempo, os estudiosos aqui destacados analisaram com rigor o golpe de 1964 e seus desdobramentos, buscando ultrapassar os limites dos documentos oficiais. O recorte está direcionado para a problemática das esquerdas armadas e de suas relações com a sociedade e o Estado. A obra de Jacob Gorender - *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 1987, o livro de Daniel Aarão Reis Filho, *A Revolução faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*, 1989 e a do sociólogo Marcelo Ridenti, *O Fantasma da Revolução Brasileira*, 1993, entre outras publicações e artigos, permitem o enquadramento do discurso historiográfico como território de memória. Tal produção pode ser caracterizada pela hiperpolíticação do debate, envolvendo paixões e engajamentos, visíveis na arte de discutir bem, de realizar julgamentos rápidos, finalizados com argumentos contundentes. Os seus escritos passaram a incomodar tanto os defensores mais diretos da ditadura, como os opositores mais moderados, especialmente pela coragem na abordagem do tema da violência política, envolvendo projetos de revolução e de resistência. Episódios hoje, relegados ao esquecimento, favorecendo a valorização da luta democrática como memória hegemônica e pacificadora desse passado.

Palavras-chave: Historiografia, Revolução, Resistência, Democracia.

A B S T R A C T

The different degrees of political involvement in organizations and left-wing parties determined different paths concerning to the option for the production of historical knowledge. Proponents of a historiography engaged with the conflicts and tensions of its time, the scholars featured here, rigorously analyzed the 1964 coup and its aftermaths, seeking to go beyond the limits of official documents. The clip is directed to the problem of armed leftists and their relationship with society and the state. The work of Jacob Gorender - *Fighting in the Darkness. The Brazilian Left: from the lost illusions to armed struggle*, 1987, the book of Daniel Aarão Reis Filho - *The Revolution Missed the Meeting: The Communists in Brazil*, 1989 and the one by the sociologist Marcelo Ridenti, *The Phantom of the Brazilian Revolution*, 1993, among other publications and articles allow the framing of historiographical discourse as a territory of memory. This production can be characterized by the hyperpoliticization of the debate, involving passions and commitments, visible in the art of arguing well, to make rapid judgments, finished with blunt arguments. The writings began to annoy both the most outspoken dictatorship advocates as the most moderate opponents, especially due to the courage in addressing the issue of political violence, involving projects of revolution and resistance. Episodes today, relegated to oblivion, favoring the valuation of democratic struggle as a hegemonic and peacemaker memory of that past.

Keywords: Historiography, Revolution, Resistance, Democracy

* Doutora em História Social pela USP. Professora Associada do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Líder do Grupo de Pesquisa *Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades*, UFBA/CNPq.

A intenção do texto é discutir os primeiros intérpretes da atuação da esquerda armada durante a vigência da ditadura militar no Brasil. Críticas, convergências e divergências sustentam uma interlocução entre eles, mesclando o testemunho com análises acadêmicas. Trata-se dos escritos de Jacob Gorender, 1987, Daniel Aarão Reis Filho, 1989 e Marcelo Ridenti, 1993, sobre o sentido da Revolução naquele contexto histórico. Os respectivos autores estabeleceram um debate sobre a caracterização ao não da resistência como fenômeno democrático e sugerem balizas e novos recortes historiográficos no contexto dos finais dos anos oitenta e início dos anos noventa do século passado.

Defendemos o argumento de que produziram reflexões polemistas ainda hoje não superadas por estudiosos dedicados a entender o caráter da resistência à ditadura. Críticas e autocríticas aos seus escritos permanecem como cerne do debate historiográfico, tensionado por complexas relações entre política, memória e história, reveladores de posições ideológicas dos que estiveram sempre comprometidos em denunciar o arbítrio e o terror do Estado brasileiro.

Essa produção serve de contraponto a uma memória cristalizada, por vezes mistificada entre aqueles que se engajaram na luta contra o regime, seja pelo enfrentamento armado, seja por vias institucionais. Tal memória nos impede de enxergar uma série de comportamentos diversos, reveladores de práticas violentas e de dificuldades de lidar com a questão da democracia.

Questões complexas sobre a produção dos discursos memorialísticos e historiográficos sobre a ditadura permanecem em aberto e exigem revisões. O problema ainda é entendermos quando devemos tomar a historiografia sobre a ditadura também como território de memória. Em algumas obras misturam-se a testemunha e o historiador, o que viu e o que deve desconfiar do que viu, aqui definida como historiografia engajada e polemista. A noção de engajamento compromete o narrador no seu modo particular de julgar a época em que se viveu, criando visões questionadoras e passionais sobre o passado que tomam o presente. Por vezes, não se viveu diretamente o período, mas a proximidade e convivência com os escritos e relatos de sobreviventes, propiciam uma memória emprestada, partilhada, comprometida com o sentimento de pertencimento daqueles que assumiram um dos lados da história.

Os nossos estudiosos estão situados nesse limiar entre a história e a memória da ditadura, produzindo discursos marcados por contendas e múltiplas reflexões sobre o Golpe de 1964. Novos desafios ocasionados aos grupos e partidos revolucionários que tomaram a frente no combate ao regime militar constituem a matéria narrativa, seja pelo viés de criações heroicas ou autocríticas, marcada por cicatrizes, divergências e esquecimentos. Contudo, resta saber se o discurso historiográfico avança com relação à memória, devendo entender, mas do que lembrar, sem que isso implique em desconsiderar a dimensão da lembrança na elaboração de uma determinada memória histórica¹.

Diante de tais inquietações passamos a demonstrar como cada um construiu interpretações e julgamentos sobre a experiência dos grupos da esquerda armada, indicando que existe entre eles uma interlocução merecedora de um estudo acurado. O esforço de síntese consiste em expor os argumentos centrais que provocam o debate, talvez pouco compreensível para aqueles que insistem em tomar a experiência da luta armada na perspectiva apenas da derrota. Portadores do sonho do socialismo, os militantes da esquerda armada apresentaram sérias dificuldades de pensar a questão da democracia como valor universal, optando pelo caminho incerto da violência armada.

¹ Beatriz Sarlo. TEMPO PASSADO: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo. CIA das Letras, Belo Horizonte, UFMG, 2007, 22.

Sentido da Violência: Jacob Gorender

Intelectual de formação ampla, Jacob Gorender apresentou ao longo de sua existência um compromisso que não pode ser reduzido ao campo da prática historiográfica.² A vocação para o jornalismo, matriz fundamental para compreensão da sua prática militante, esteve acompanhado de uma atuação no setor da Educação. O empenho e dedicação à pesquisa conformam a formação de historiador, mediados pelo sentido pedagógico de suas ações. Em entrevista, declarou-se um intelectual que se afastou da militância prática, optando por continuar produzindo reflexões teóricas e históricas no campo do marxismo. Desse modo, o aporte maior para compreensão do seu pensamento é o percurso intelectual, mas do que a militância política, pois sempre considerou essa atividade, embora mediada pela política, independente e justificada pelos seus próprios méritos.

Nos seus escritos sobre a ditadura, dedicou-se a analisar o comportamento das esquerdas, enfatizando as crises internas do PCB no período pré e pós-64. Além de *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, com a primeira edição lançada em 1987, entrevistas e artigos publicados em livros, revistas e jornais; depoimentos em áudio ou vídeo evidenciam o caminho seguido pelo historiador em defesa da luta das esquerdas para por fim a ditadura no Brasil. Seguindo o propósito inicial desse artigo de tomar a historiografia sobre a luta armada como lugar de memória, podemos afirmar que o livro *Combate nas Trevas* é o exemplo clássico da mescla entre o testemunho e análise profunda de dados pesquisados em arquivos, até então considerados inéditos.

O conteúdo memorialístico adquire teor autobiográfico e provocativo, mediado por várias entrevistas realizadas com protagonistas das organizações da esquerda armada. O autor, em suas páginas iniciais, alerta o leitor de que o livro possui certo “coeficiente memorialístico”, embora contribua com o pioneirismo de quem dissecou parte dos documentos de natureza repressiva, oriundos da Justiça Militar.³ Dedicou o livro ao amigo, Mário Alves, preso e barbaramente torturado até a morte pelos inescrupulosos homens dos “porões”. Mário intermediou sua filiação ao PCB, configurando o cumprimento de tarefas práticas e intelectuais durante trinta anos. A narrativa segue o seu curso, deixando transparecer paixões, entregas e inquietações, provocando reflexões entre os sobreviventes, estudiosos do tema e curiosos em geral.

Um dos pontos fortes de sua análise é a crítica e a maneira como caracteriza o “terrorismo de direita” e “terrorismo de esquerda”, que, de modos diferentes, empregaram estratégias violentas para tomada do poder. O emprego do termo “terrorismo” para ambos os lados antecipa a batalha de memórias, repercutindo entre os leitores que produziram resenhas e comentários diversos criticando o uso de um termo empregado pela repressão para desmoralizar o movimento da esquerda armada. Outro ponto problemático de sua interpretação refere-se à realização de várias entrevistas com militantes das organizações armadas que são tomadas como valor de verdade, o que exigiria uma reflexão mais apurada sobre a temporalidade da fonte memorialística e suas

² Militante de sólida formação intelectual, ex-dirigente do PCB e fundador do PCBR em 1968, Gorender publicou diversos artigos e livros tendo como pressuposto o materialismo histórico e dialético ao analisar vários aspectos da história brasileira em momentos distintos. Apresenta uma produção historiográfica conhecida dentro e fora da comunidade acadêmica, principalmente pelos seus livros *O Escravismo Colonial*, 1978 e *Combate nas Trevas*, 1987. Em 1999, recebeu o troféu Juca Pato, prêmio de intelectual do ano, pela União Brasileira de Escritores. Além de historiador, atuou vários anos como jornalista e tradutor, escrevendo principalmente em órgãos de esquerda. Faleceu em 11 de junho de 2012, aos 90 anos, deixando um livro inacabado sobre o Governo Lula.

³ O autor contou com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo que lhe facultou o acesso aos documentos do “Projeto Brasil Nunca Mais”, pois na década de oitenta, o acervo BNM ainda não estava disponível para consulta pública. No prefácio do livro, define o conceito de esquerda com referência ao “movimento de ideias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes” Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*, 1987, 7.

implicações e usos destinados à recuperação do passado ditatorial.

Sobre o tema da violência, afirma que a ditadura militar instaurou no país uma violência “ampliada” e “exibicionista”, comprometendo inclusive a imagem profissional das Forças Armadas em operações de caráter policial e na aplicação de métodos de tortura. O relato da tortura ultrapassa o campo da racionalidade própria do pensamento e convida o leitor a mergulhar em sua dor, em seu sofrimento pessoal, cujo ápice é a tentativa de suicídio, logo impedida pelos seus algozes. O tom imperativo da experiência na primeira pessoa ao descrever as sevícias a que foi submetido não o impedem de defender a refinada tese de “rotinização” do emprego da tortura no Brasil. Esta, de responsabilidade exclusiva dos órgãos pertencentes ao quadro legal das instituições militares, não foi extraordinária, ocasional, mas sim aplicada de forma sistemática, devendo ser caracterizada por duas fases: a primeira, utilizando-se de métodos brutais para obtenção da confissão a qualquer custo; a segunda, empregando procedimentos e técnicas mais sofisticadas, compondo redes internacionais de repressão. Os brasileiros desenvolveram métodos próprios e buscaram aperfeiçoar outras técnicas com oficiais de outros países, notadamente os Estados Unidos. O objetivo era alargar o círculo de informações, completando fichários e estabelecendo regras de interrogatórios cada vez mais eficazes.

O autor discorre sobre os atentados de direita, estabelecendo um recorte cronológico que se inicia em 1964, atingindo o seu pico em 1968. A partir de 1969, regridem um pouco para desaparecerem totalmente entre 1971 e 1975, quando a ditadura se institucionaliza. Com isso, a atuação desses grupos paramilitares tornou-se desnecessária, porque o terrorismo de direita se oficializou: “Tornou-se terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais”⁴. Em reação ao AI-5, temos a imersão de várias organizações na luta armada, estabelecendo a prática dos assaltos, sequestros, justiçamentos. Apostaram em movimentos de guerrilhas urbanas e rurais, capazes de instaurar o processo revolucionário e por fim a ditadura. Enfim, instituíram formas de violências com mais erros do que acertos, justificadas por Gorender como práticas também terroristas.

Ao estabelecer essa comparação, o autor não caiu na armadilha da propaganda ideológica do chamado “milagre brasileiro” ao divulgar imagens de “terroristas de esquerda” e das ações espetaculares de captura, reação e morte dos agentes da repressão no combate aos “bandidos”, denominando assim só os de esquerda. Em contrapartida, o que acontecia nas câmaras de tortura dos diversos órgãos policiais sofria censura ou era encoberto pela “cultura do silêncio”. De acordo com ele, a população passou a ter medo em discutir tais assuntos ou, simplesmente, passaram a ignorar as barbaridades cometidas nos “porões” por falta de informação ou por indiferença.

Os dirigentes das organizações de esquerda, afundados na clandestinidade, conviveram com dificuldades econômicas e ficaram vulneráveis ao cerco repressivo, assim cometendo o erro de acreditar que a justeza de sua causa, a audácia dos seus feitos e divulgações de suas ações lhes garantiria o apoio das massas oprimidas. A realidade era bem outra, perderam muitos militantes e simpatizantes que se sentiam acuados por falta de aptidões pessoais ou disposição ideológica para assumir a luta armada. Perderam também a base social das suas organizações, discordantes da estratégia da violência revolucionária e, isolados, só lhes restaram atuarem sem base social, mantendo seu perfil vanguardista e sectário. O resultado foram prisões, torturas, assassinatos.

Narra vários episódios ocorridos durante a experiência da guerrilha urbana e rural para justificar seu argumento de que a esquerda não foi vítima passiva da ditadura, seus erros e acertos nesse período devem ser analisados pela lente crítica da história, cuja função é desmitificar o culto aos heróis, facilmente assimilável pela memória coletiva, que busca esquecer os tropeços e

⁴ Jacob Gorender, *Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 1987, 152.

somente reverência a “firmeza serena do mártir”⁵. Assim, Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Frei Tito são vistos por Gorender à luz de uma concepção de história crítica, distanciando-se de uma memória celebrativa, seja de direita ou de esquerda, que tende à consagração dos heróis.

O processo em curso era de liquidação terminal da esquerda armada urbana, marcando um período de autocrítica. Nesse contexto de refluxo das ações armadas nas cidades, Gorender destaca a Guerrilha do Araguaia⁶, cuja história foi abafada pelos governos militares, que não produziram documentação oficial sobre as campanhas efetivadas na região, bem como proibiu qualquer divulgação de informações por parte da imprensa sobre aquela experiência. Só a partir de 1978 alguns episódios da guerrilha são revelados, compreendendo o paradoxo da crença no modelo maoísta, mas na prática reproduzindo o modelo foquista castro-guevarista. A luta foi iniciada sem nenhum trabalho político prévio e o partido manteve um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando.

Na tentativa de compreender a violência colocada em curso por organizações da esquerda armada, sugere que a opção pela luta armada teve um efeito retardado de resistência que, na verdade, deveria ter ocorrido nos momentos iniciais do golpe de abril: “Em condições desfavoráveis, cada vez mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas, a esquerda radical não podia deixar de adotar a concepção da violência incondicionada, para justificar a luta armada imediata. A esquerda brasileira se motivou em suas próprias razões e as reforçou com ideias de impacto internacional nos anos 60. Nas circunstâncias da época, a concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo”⁷. Considera que as organizações de esquerda cometeram um equívoco teórico, pois partiram do princípio da violência incondicionada. Ou seja, a violência empregada nos anos sessenta não foi à revolucionária, recurso justificável em condições favoráveis e condicionadas pelos fatores históricos. Momento em que as classes sociais são responsáveis por empregar a violência revolucionária, e não vanguardas e seitas isoladas: “A consequência só podia ser a derrota”. A vanguarda e a juventude nos anos sessenta vivenciaram uma “psicologia do revanchismo romântico”⁸. Diante da vitória impiedosa da repressão, prevaleceu o romantismo revolucionário inebriado pelo contexto mundial dos movimentos, revoluções e guerras a partir de 1968. Praticaram assaltos a bancos, atentados à bomba, sequestros de diplomatas, matança de vigilantes, policiais e elementos das Forças Armadas, justicamentos de inimigos e guerrilha urbana e rural.

A esquerda deve assumir a violência que praticou se quiser ser coerente com sua história. Porém, as duas violências não se equivalem com a argumentação de que ambas as partes cometeram os mesmos erros e de que as culpas se compensam. Ou no jargão militar, “guerra é guerra”, justificando as atrocidades praticadas. Gorender acredita que as duas violências não podem ser julgadas pelo mesmo critério: “A violência original é a do opressor, porque inexistente

⁵ *Ibidem*, 250.

⁶ Inicialmente, contou com uma base fixada na região do Pará em 1967, organizada por militantes treinados em guerrilha na China. Demonstraram notável estrutura organizativa e a direção do PC do B, de linha maoísta, paulatinamente, foram introduzindo mais militantes na região, no total de 69, assumindo atividades de lavradores, negociantes e atuando em práticas assistenciais nas áreas de ensino e saúde. Em 1972, a luta foi deflagrada por iniciativa do Exército, contudo os guerrilheiros obtiveram duas vitórias consecutivas, desafiando e desmoralizando o governo. Em 1973 inicia-se a terceira investida contra a guerrilha do Araguaia, mediando estratégias que aterrorizavam a população, como torturas e assassinatos de camponeses, com medidas assistencialistas. O governo criou um programa de Ação Cívico-Social (ACISO), incumbido de fornecer assistência médica e dentária à população carente, ao mesmo tempo em que obtinha mais informações do grupo guerrilheiro. Essa ação pioneira de combate à guerrilha rural foi comandada pelo general Hugo Abreu, chefe da Brigada de Paraquedistas que, no mês de outubro, período de chuva intensa na região, iniciou a investida que dizimou o grupo guerrilheiro. O último combatente, ferido de morte em abril de 1974 foi Oswaldo Orlando da Costa.

⁷ Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*, 1987, 250.

⁸ Ricardo de Azevedo e Flamarion Maués. (Orgs). Entrevista com JACOB GORENDER IN *Rememória: Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. SP, Fund. P. Abramo, 1997, 197.

opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta”⁹.

Acredita que as forças de esquerda no Brasil deverão desenvolver, na ação prática e na elaboração teórica, uma concepção de socialismo coerente com a realidade do país e colado nas transformações mundiais. 1964 foi uma contrarrevolução, uma reação dos setores mais conservadores frente um golpe comunista, comandada por setores radicalizados da esquerda, acordados com Goulart e Brizola. Em *Combate nas Trevas*, essa posição é destacada pelo autor no seguinte trecho: “Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alta das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classes, em que se põe em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito a propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo. A Classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir ante que o caldo entornasse”¹⁰. Mas de forma muito mais contundente, uma década após a publicação do livro, defendeu o argumento de que havia um plano ou projeto golpista de Jango em curso, com apoio da cúpula do PCB, e que o golpe de direita veio como reação: “(...) a partir de novembro de 1963, Goulart deu uma guinada e passou a se entender com as forças de esquerda, com o PCB em particular, germinando também uma ideia golpista. Esta inspiração golpista está visível nos documentos que temos à disposição. Jango se preparava francamente para o que se chama de continuísmo. Luís Carlos Prestes declarou, numa entrevista à televisão, em janeiro de 1964, que a Constituição deveria ser reformada para possibilitar a reeleição do presidente. Era um convite aberto ao golpe, neste caso já com motivação esquerdista aparente”¹¹.

Entre os fatores do fracasso das esquerdas em 64, destaca a liderança nacionalista burguesa, falta de coesão entre as várias correntes de esquerda, competição entre chefias personalistas, insuficiência de organização. Enfim, as “ilusões reboquistas” e as “incontinências históricas”. Uma derrota desmoralizante com a desativação da operação Brother Sam no Caribe: “Os generais triunfantes proclamaram que o Ocidente ganhou no Brasil formidável vitória a baixíssimo custo”¹².

O livro, misto de reportagem e pesquisa acadêmica, apresenta aspectos polêmicos, tais como: a dura avaliação sobre a militância do líder comunista Luiz Carlos Prestes, a discordância da versão de Frei Betto sobre a morte de Carlos Marighella e a exposição de casos de “justiçamentos”, no total de quatro, de guerrilheiros por seus próprios companheiros. Tais versões desagradaram profundamente determinados setores da esquerda, revelando, porém, a independência do historiador na pesquisa e análise dos fatos estudados. Vale ressaltar que em vários trechos do livro de Marcelo Ridenti, *O Fantasma da Revolução Brasileira*, publicado a posteriori, o sociólogo referenda e amplia essas interpretações, demonstrando apreço pela coragem de Gorender em apontar as imprecisões e falhas da esquerda. Em suma, o livro de Ridenti representa um reforço de memória e entendimento do legado historiográfico de Gorender.

O livro recepcionado no contexto de transição contribui imensamente para esclarecer a contenda entre “opressores” e “oprimidos”, analisando-os sob o prisma da violência. No entanto, o autor não raciocina com simplificações, buscando no interior de cada um dos grupos elementos

⁹ Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, 1987, 235.

¹⁰ *Ibidem*, 66-67.

¹¹ Jacob Gorender. “Era o golpe de 64 inevitável?”, in 1964: Visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo. Caio Navarro de Toledo (org.), Campinas, Ed. UNICAMP, 1997, 110.

¹² Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, 1987, 67.

divergentes e problemáticos que explicam os erros e acertos, especialmente daqueles que optaram pela luta armada. Os “erros” dos grupos armados são analisados por ele no bojo da dinâmica de uma conjuntura coercitiva que levou à sua desestruturação e ao seu desmantelamento. A tese de Gorender é do “protesto armado”, resistência contra a ditadura, embora parte da esquerda imaginasse estar realizando uma operação estratégica, revolucionária, que levaria ao socialismo.

Projetos de Revolução: Daniel Aarão Reis Filho

Daniel Aarão Reis Filho rememora através de livros, artigos e entrevistas, os diferentes projetos de revolução em confronto com a ditadura, demonstrando os seus equívocos e acertos.¹³ O recorte está direcionado para a problemática das organizações da esquerda armada e suas relações com a sociedade e o Estado. Os militantes não fizeram a resistência democrática à ditadura, lutaram por um projeto e acreditaram numa revolução mundial que, ao final, não aconteceu. O livro, *A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil*, lançado em 1989, fruto de tese de doutoramento, exemplifica a fusão do discurso historiográfico com o memorialístico¹⁴.

Ao retornar do exílio em 1979, o historiador manteve os seus posicionamentos anteriores, refazendo o percurso da militância e combatendo pela memória versões que tendem a reconciliar-se com aqueles tempos, retirando-lhe o caráter revolucionário e de dramaticidade. Produziu uma série de livros, artigos, organizou coletâneas e concedeu entrevistas que atestam o seu permanente desejo em compreender o passado ditatorial. Continua bastante polêmico ao criticar uma determinada memória que, segundo ele próprio, busca a pacificação desse passado.

A vitória do golpe civil-militar foi uma experiência dolorosa e desagregadora, tornando imprescindível repensar os procedimentos, métodos de trabalho, a retórica e, sobretudo, as concepções sobre o Brasil e sobre a revolução brasileira. Tal inflexão política “cortou o nó górdio de uma correlação de forças aparentemente equilibrada. Instalou uma ditadura militar e reforçou a hegemonia do capital internacional no bloco do poder”¹⁵. O golpe contou com uma ampla composição de forças sociais e políticas, unindo-se o grande e médio capital. Também é inegável a ingerência do capital internacional, bancos e federações industriais e agrícolas com o apoio da maioria do Parlamento, do Judiciário, da Igreja e das classes médias.

Explica a trajetória das organizações comunistas no contexto do pré-golpe. O PCB entre 1961/1964 adotou a Declaração de Março de 1958 e as Resoluções do V Congresso em agosto de 1960 como documentos definidores de suas ações, principalmente a crença na burguesia nacional como força revolucionária, determinando o caminho pacífico para as transformações da sociedade. No caso da POLOP, o golpe de 64 adiou por mais alguns anos a perspectiva da missão histórica do proletariado, porém, seus quadros acertaram ao demonstrar a “inapetência revolucionária” da burguesia nacional. Apostaram no movimento revolucionário independente, sem a tutela das classes dominantes, intitulando-se partido revolucionário de vanguarda

¹³ Doutor em História pela Universidade de São Paulo em 1987, onde obteve o título com a tese *“As Organizações comunistas e a luta de classes no Brasil – 1961/1968”*, Daniel é professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense. Publicou vários trabalhos sobre a esquerda brasileira e a ditadura civil-militar. Em 1988, lançou o livro *1968 – A Paixão de uma utopia* com parceria de Pedro de Moraes, coletânea de entrevistas e ilustrações sobre o Movimento Estudantil e suas lideranças. Tal álbum de teor mais memorialístico do que analítico mereceu uma reedição dez anos depois. No ano 1997, lançou o livro *VERSÕES E FICCÕES: O Sequestro da História* e em 2000, temos a primeira edição de *Ditadura Militar, Esquerdas & Sociedade*.

¹⁴ Para José Jobson de Arruda, o livro de Daniel A Reis, representa um marco na historiografia sobre o regime militar, contribuindo com uma tese original sobre as organizações comunistas. A primeira edição foi lançada no momento em que muitos temas permaneciam em aberto, poucas lacunas eram preenchidas e os acervos quase não existiam. Somente nos últimos anos: “os historiadores despertam do encantamento e passam a enfrentar os complexos temas da história política nos anos de exceção”. ARRUDA, José Jobson de & TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-brasileira Contemporânea*. Bauru. SP EDUSC, 1999. P.98.

¹⁵ Daniel A. Reis Filho. *A Revolução Faltou ao Encontro. Os Comunistas no Brasil*, 1989, 22.

semelhante ao movimento revolucionário russo no começo do século XX. O PC do B, fundado em 1962, surgiu como uma segunda alternativa política ao PCB. Os embates teóricos envolvendo a cúpula do partido, responsável pelo “racha”, iniciaram-se entre 1956 e 1960. A POLOP e o PC do B sempre negaram o papel revolucionário da burguesia nacional, defendida pelo PCB, embora tenham apostado na inevitabilidade da revolução.

O problema é que a revolução não veio e o golpe militar vitorioso surpreendeu os militantes que amargaram a derrota: “A derrota surpreenderia em 1964. Um drama político. Depois de 1968, sem deixar de surpreender, a derrota massacraria, em forma de tragédia, os comunistas brasileiros”¹⁶. *A Revolução faltou ao encontro*, apresenta uma avaliação das razões da derrota das organizações comunistas no contexto da ditadura militar, considerando que as nossas vanguardas experimentaram o mesmo processo de outras vanguardas mundiais, especialmente Argélia, Cuba e Moçambique. Mas, lamentavelmente, não alcançaram a vitória sustentada por aquelas. As motivações que levaram à derrota das esquerdas em 1964 constituem o objeto central da pesquisa, entrecortadas com recordações da luta armada e do tempo do exílio. Por volta de 1970, a maioria da esquerda no exterior amargava a derrota, inventariando as suas principais “debilidades” e “desvios”, entre eles o primarismo teórico, desconhecimento da realidade nacional, fragilidade ideológica, submissão aos modelos revolucionários internacionais, presença maciça de uma pequena burguesia nos seus quadros militantes: “O desvendamento dos erros era implacável: só carências a remediar, lacunas a preencher”¹⁷.

Ademais, tais formulações ainda são insuficientes, tornando-se emergencial uma análise por dentro de tais organizações, ampliando ou corrigindo certezas de que a luta armada foi um erro e que, portanto, a derrota era iminente. A bem dizer, a crítica, a autocrítica da luta armada no plano interno só foi possível a posteriori, no contexto de transição, pois durante o processo de resistência e repressão foi preciso ter muito claro quem era amigo e quem era inimigo no combate a ditadura. Durante o exílio, os ex-militantes da esquerda armada refizeram o percurso e manifestaram sentimentos de negação ou autoafirmação dos valores daquele tempo, de modo especial, a autocrítica foi possível porque estavam imersos em novos projetos políticos.

O pensamento e a prática comunista são abordados a partir da experiência histórica do PCB, da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e do PC do B entre 1961/1964, contextualizando suas ações.¹⁸ Segundo Reis Filho, o golpe de 64, embora antecipado e anunciado, causou perplexidade e eliminou utopias de parte dos militantes dos partidos e organizações da esquerda armada. Também estuda o início de uma fragmentação irreversível que levaria os comunistas à “utopia do impasse”, gestando derrotas e fracassos entre 1964/1968, explicada pela expectativa, nutrida pelas esquerdas, de que a ditadura não tinha condições históricas de governar o país, gerando desilusões das massas populares que logo perceberiam as debilidades do programa reformista dos militares e tenderiam a apoiar os revolucionários em sua posição radical de enfrentamento armado.

Ao defenderem projetos próprios de revolução, os comunistas se colocaram como vanguarda da classe operária e dos processos revolucionários, mas não sintonizados com o processo social. Após a derrota em 1964, iniciaram um processo de autocrítica, entretanto, não anularam os princípios vanguardistas, definidores do “estado-maior revolucionário”. As modificações de orientação política partiam de reflexões e motivações internas, mesmo com influências de modelos

¹⁶ Ibidem, 73.

¹⁷ Idem, 15.

¹⁸ Reis Filho cita três correntes que rejeitavam as referências comunistas: AP (Ação Popular), de origem e inspiração católica, fundada em 1963; o Movimento Nacionalista, cuja ala radical era liderada por Leonel Brizola; e as Ligas Camponesas, sob a liderança do deputado Francisco Julião.

revolucionários internacionais: “Os comunistas brasileiros liam as ‘orientações’ externas com o auxílio de ‘chaves’ próprias, para atender suas necessidades específicas”¹⁹. Orienta o seu trabalho a convicção de que as organizações comunistas “constituem quadros orgânicos destinados a submeter-se à hegemonia dos trabalhadores intelectuais de classe média”²⁰.

As razões da derrota não podem ser fundamentadas na tese do vanguardismo, comparativamente as vanguardas vitoriosas mundiais, existem mais semelhanças do que diferenças: “Eles teriam se preparado com rigor, enquanto estados-maiores (...) mas a revolução faltou ao encontro”²¹. O autor identifica uma revolução mundial em curso e argumenta que os comunistas brasileiros perderam o rumo da história ou não leram adequadamente o seu tempo, tempo esse repleto de possibilidades de reformas e revolução, mas internamente vivíamos os duros anos de repressão e a sociedade não se voltou contra a sua ditadura.

De fato, a forte inflexão política de 64 coloca uma sucessão de problemas a decifrar. Os próprios comunistas buscaram explicações para a derrota. Para o PCB, a responsabilidade cabia ao “esquerdismo”. Para as demais organizações, a cúpula do PCB sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, optou pela passividade e não conduziu a resistência. A derrota gerou crescentes insatisfações no interior do PCB, dando origem à formação da Corrente Revolucionária com a participação de Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira. Em 1965, Marighella defendeu o caminho da luta armada e organizou a ALN em 1967; Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender enfatizaram o trabalho de rearticulação do movimento social e de reorganização de um partido revolucionário, fundando o PCBR em 1968.

Os aspectos políticos são decisivos na compreensão da divisão das esquerdas: primeiro, com a derrota houve um desmoronamento de referências; segundo, os partidos existentes exaltavam suas próprias qualidades de forma individualizada; terceiro, o choque de gerações entre os “velhos” militantes das organizações e partidos comunistas, que haviam perdido seu carisma, e os “jovens” inexperientes com pouca capacidade de aglutinação e coesão. O cerco violento da repressão policial impôs novas estratégias de sobrevivência. Somado a esses aspectos, os comunistas não enxergaram a vitalidade e a capacidade de expansão do capitalismo brasileiro liderado pela tutela militar.

No plano externo, as grandes influências das revoluções cubana e chinesa rompendo com a estrutura do “partido”, consagrada pela tradição da Internacional Comunista, repercutiram no PCB, POLOP, PC do B e demais organizações e partidos existentes no pós-64. A morte de Che Guevara na Bolívia em 1967 colocou em questão a eficácia da teoria do foco, mas, na contramão da história, as guerrilhas urbanas cresceram no Brasil. O apaziguamento da Revolução Cultural na China não foi motivo de reflexão crítica, organizações de linha maoísta, principalmente o PC do B, continuavam acreditando na retórica “maoizante” e na “proletarização” dos seus militantes.

Reis Filho apresenta os principais postulados teóricos e práticos de coesão das organizações comunistas e as consequências decorrentes da adoção desses postulados. Os princípios norteadores das organizações comunistas advêm da concepção equivocada da inevitabilidade da revolução socialista de tradição marxista-leninista. A revolução seria uma lei natural, fora apenas retardada em 64, assim como a missão revolucionária do proletariado baseada nos princípios apregoados por Marx de que o mundo caminhava ‘necessariamente’ para a ditadura do proletariado. Depois de Marx, Lênin, Stálin, Mao e Che Guevara, Gramsci e Lukács, cada um ao seu modo contribuíram

¹⁹ Daniel A. Reis Filho. *A Revolução Faltou ao Encontro*, 1989, 18.

²⁰ *Ibidem*, 17.

²¹ *Idem*, 19.

para uma visão favorável da “missão proletária”.

Para as vanguardas de tradição marxista a revolução era objeto de um estudo científico, de uma previsão. Os comunistas constituíam uma vanguarda porque eram capazes de esclarecer, através do domínio teórico, a marcha do processo revolucionário com objetividade. As vanguardas detêm algo de grandioso, o “domínio do futuro”, pois são preparadas teoricamente para perceber o momento decisivo de eclosão do movimento revolucionário. Nasce daí a concepção de partido revolucionário de tradição leninista, aquele capaz de “acelerar em momentos de pausa, ou a frear o ‘trem’ da revolução em marcha”²². Considera que a adoção desses postulados de revolução, transformados em mitos, adquiriu uma importância chave na vida das organizações comunistas brasileiras, justificando sua própria personalidade orgânica. Ao identificar o processo de mistificação da revolução, indica a ambivalência de orientação no interior das organizações e a “síndrome da traição”, crença de que deixar a organização significava renunciar à revolução, como razões para o seu isolamento frente à sociedade que se pretendia transformar.

Nessa perspectiva teórica, os comunistas brasileiros não foram apenas vítimas da ditadura militar, formaram uma “contraelite” e pretendiam se fazer representar como dirigentes dos movimentos sociais, pois só eles detinham a teoria que organiza a revolução, desprezando, portanto, o trabalho de linha mais institucional, principalmente o jogo eleitoral. A democracia viria como um resultado inerente ao processo revolucionário em curso, sendo considerada uma questão menor e merecendo atenção subalterna: “as diversas organizações comunistas não escapariam de uma profunda subestimação da questão democrática”²³.

Colocando-se como vanguarda, os militantes perderam de vista a dinâmica social e histórica que apregoa a revolução como um processo social amplo: “resultado de convergências objetiva de movimentos sociais que se tornam incontroláveis política e militarmente”²⁴. Os comunistas brasileiros foram derrotados muito mais por suas semelhanças com partidos e organizações vitoriosas no plano internacional do que pelas diferenças que os separam. Ao negar o conceito de resistência, aposta no sentido da ofensiva revolucionária: “não existe nenhum documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumentos da resistência democrática”²⁵.

Em estudo mais recente, observa que prevalece uma incômoda memória no Brasil: “da ditadura fez-se a democracia, como um parto sem dor, sem grandiloquência ou heroísmo, sem revoluções ou mortes d’homem... Cordialmente, macunaimicamente, brasileiroamente”²⁶. A natureza do argumento é para combater versões que sustentam a tese de que a sociedade precisa exorcizar a sua ditadura, apaziguar os conflitos, pois a vocação democrática é inerente ao povo brasileiro, que nada teve a ver com o regime de exceção instalado no país em 1964. Nessa reconstrução enaltecida da memória do “vencido” em 64, as esquerdas frequentemente aparecem como vítimas, ou no máximo, quando lutaram, o fizeram apenas para afrontar a ditadura militar. Reis Filho afirma que resistência tornou-se a palavra-chave para explicar a memória das esquerdas submetidas à ditadura, apagando o caráter de contraofensiva em que distintos projetos de revolução disputavam a cena política. Na fase mais “dura”, as esquerdas aprenderam e descobriram o sentido e o valor da democracia, já que a luta pela anistia contou com a participação de setores sociais mais amplos.²⁷

²² Daniel A. Reis Filho. *A Revolução Faltou ao Encontro*, 1989, 115.

²³ *Ibidem* 141.

²⁴ *Idem*, 186.

²⁵ Entrevista concedida a Elio Gaspari, *Jornal Folha de São Paulo*, p. A14, 23 setembro de 2001. Apud. RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. P. 55, 2004.

²⁶ Daniel A. Reis Filho. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. RJ. Zahar, 2000, 11.

²⁷ *Ibidem*, 8-9.

Diferenciando-se dessa perspectiva, Reis Filho menciona de forma positiva, uma memória dos vencidos presentes no misto de reportagem e pesquisa acadêmica empreendida por Jacob Gorender em *Combate nas Trevas* e Marcelo Ridenti em *O Fantasma da Revolução*: “Nos livros de Gorender & Ridenti não há meninos rebeldes, há projetos revolucionários, e, antes, e acima de tudo, há resistência de mulheres e homens que não se entregam. (...) O isolamento dos que foram liquidados pelo aparelho repressivo teria sido mais o resultado dos métodos que utilizaram (com os quais a sociedade não se solidarizou), do que da vontade de resistir à ditadura”²⁸. Em suma, as esquerdas não foram apenas vítimas, sendo problemática a ideia de conceber a sua luta desesperada como resistência democrática. “Não se tratava mais de morrer, mas de matar, pela revolução”²⁹. Ainda, alerta para a necessidade de se compreender os valores que animavam os esquerdistas nos anos 60, recuperando o processo de construção de uma identidade.

Reis Filho e Gorender realizaram investigação histórica em acervos, até então considerados inéditos nos anos oitenta, e criaram versões polêmicas que caracterizam o debate em torno de suas obras. Os dois sobreviveram à truculência do Estado Ditatorial, refletiram e contaram a sua história e a do país a contrapelo. Os julgamentos são rápidos e os argumentos quase sempre inovadores, servindo de balizas seguras para novas interpretações sobre o período. Seus escritos potencializam questionamentos de natureza argumentativa e criativa, fortalecendo o ponto de vista analítico, mas ressentem-se de uma de uma melhor consolidação e problematização com relação à materialidade das fontes.

Conceito de Resistência: Marcelo Ridenti

Marcelo Ridenti também pretendeu desmitificar a ação “heroica” dos guerrilheiros urbanos, utilizando-se do conceito de “romantismo revolucionário” para pensar “os fantasmas da revolução”³⁰. Seu trabalho aborda o engajamento dos intelectuais e dos estudantes nas organizações de esquerda armada, verificando suas imbricações políticas, culturais e psicológicas. Defende que a partir de 1971, as organizações armadas já estavam quase todas liquidadas, ou no limite, quase totalmente “marginalizadas”. Os “justiçamentos” e outros erros cometidos pelos grupos guerrilheiros urbanos transformaram-no em “terroristas”, ao mesmo tempo em que combatiam o “terrorismo” da ditadura. Aqui, já podemos identificar uma proximidade em termos interpretativos com o historiador, ex-dirigente comunista, Jacob Gorender. Os posicionamentos políticos dos dois estudiosos apontam para inquietudes com a representação dos trabalhadores enquanto classe no interior do partido político.

Adota o conceito de resistência para explicar a luta dos guerrilheiros, sem desconsiderar o aspecto mais radical, já que a intenção é desvendar a constituição da ideia de brasilidade revolucionária que não se efetivou enquanto projeto político. Admite que o termo resistência fora reivindicado e utilizado por algumas organizações, entre elas a ALN (Ação Libertadora Nacional), MR-8, (Movimento Revolucionário oito de Outubro), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária),

²⁸ Daniel A. Reis Filho. VERSÕES E FICCÇÕES: O Sequestro da História. Fundação Perseu Abramo, 1997,39-40.

²⁹ Ibidem, 1997,41.

³⁰ Marcelo Ridenti, nascido em São Paulo em 1959, Professor Titular da UNICAMP e Pesquisador do CNPq. Doutorou-se em sociologia na USP, onde se graduou em Ciências Sociais e Direito. É autor de vários livros e artigos, entre eles destacamos *Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*, Ed. Record; *Brasilidade Revolucionária, SP, Editora da UNESP, 2010; História do marxismo no Brasil, v. 5 e 6* (organizado em parceria com Daniel A. Reis Filho), Editora da UNICAMP, 2002. Além de vários outros trabalhos, artigos, capítulos de livros, organizações de obras coletivas, entre outros temas sempre relacionados à compreensão da política, cultura e sociedade contemporânea. Diferente de Gorender e Daniel que são testemunhas de sua época, Ridenti representa uma geração posterior que começou a produzir estudos acadêmicos sobre o tema, distanciando-se dos conflitos de memórias e imprimindo racionalidades na escrita de cunho sociológico.

MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes) e um pequeno grupo denominado REDE (Resistência Democrática). Defenderam a guerrilha como estratégia não somente de libertação, mas de resistência, parte do projeto de construção de uma sociedade socialista. Os documentos produzidos por tais organizações entre os anos de 1965 a 1971 contemplam o uso do conceito, incluindo o livro de 1965, *Por que resistir à prisão* de Carlos Marighella. Nele, o comunista conclama o povo brasileiro a enfrentar à ditadura, inconformado que estava com a ausência de resistência ao Golpe de 64. Além desse manuscrito, Marighella publicou em 1968 o documento “Chamamento ao Povo Brasileiro”, manifestando a convicção de que a guerrilha irromperia no interior de um movimento amplo de resistência.

Em 1971, um documento direcionado aos brasileiros no exterior, *La lutte armée au Brésil*, assinado por várias organizações, buscou entender o sentido da luta de resistência no Brasil. Apesar do uso do termo, a tônica geral do texto representava uma aposta na ofensiva revolucionária.³¹ Do mesmo modo, constitui outro exemplo, o Jornal com o título *Resistência*, produzido pelo MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), organização que contou, inclusive, com a participação do ex-guerrilheiro e historiador Daniel A. Reis Filho. Convicto de que a luta teve caráter mais de resistência do que de revolução, Ridenti indica que o termo democracia não é usual, e este é o ponto de inflexão mais problemático, já que a caracterização dessa experiência como resistência democrática é de difícil solução, limitada pela ausência de fontes.

Ao reivindicar o termo resistência, não implica em afirmar que tais grupos adotaram uma postura defensiva, mas no limite, apostaram nela, como etapa importante para alcançar o socialismo: “Pode se usar apropriadamente o termo resistência para essas esquerdas, pois sua luta importou mais pelo significado de combate à ditadura do que pelo intento de ofensiva revolucionária, mas pelo sentido defensivo, que ofensivo, ao contrário da intenção original dos agentes”³². Na prática, uniram-se ao campo opositor, caracterizados por divergências, por vezes, inconciliáveis, mas com o objetivo comum de por fim a ditadura.

Nas páginas finais do livro *O Fantasma da Revolução Brasileira*, analisa as contribuições de Reis Filho ao discutir a dinâmica interna das organizações comunistas e seus mecanismos de coesão interna de formas autônomas como “algo exterior e diferente da luta de classes”³³. Tais mecanismos são reveladores de sua “força”, porque estiveram sempre aptas a assumirem o papel de vanguardas revolucionárias, bem como de suas “fraquezas”, ao se distanciarem do processo social, encontrando-se em um determinado momento da história. Com tais argumentos, o autor de *A Revolução faltou ao encontro* pretendeu justificar que os comunistas não podem ser responsabilizados pela sua derrota: circunstâncias históricas determinaram o processo. Ainda, de acordo com Ridenti, a interpretação de Reis Filho difere frontalmente daquelas realizadas por setores da esquerda que realizaram a autocritica da luta armada, responsabilizando as vanguardas pela derrota política, considerando seus “erros” e “desvios”. Para Reis Filho, as derrotas devem-se aos mecanismos de coesão internas das próprias organizações semelhantes à de outros países, que, por outras circunstâncias, alcançaram a vitória.

As duas teses não são capazes de explicar as relações das “supostas vanguardas” com o “movimento contraditório do social”. As ideias de Reis Filho, não fornecem elementos para pensarmos a sintonia entre o “projeto histórico com vida própria” das organizações comunistas com o processo vivo da luta de classes. Embora reconheça que ela possa ocorrer, Daniel Reis

³¹ *La lutte armée au Brésil*. Paris, p.44, 12 de janeiro de 1971. Mimeografado Trecho citado “mais ou menos isolados da luta de resistência que se desenvolve atualmente no País”. Apud. Marcelo Ridenti, op.cit. p. 56.

³² Marcelo Ridenti. “Resistência e Mitificação da Resistência Armada contra a Ditadura”. IN REIS FILHO, Daniel A. RIDENTI, Marcelo e SÁ, Rodrigo Patto. (Orgs). *O Golpe e a Ditadura Militar. 40 anos depois. (1964-2994)*. Baurui, SP EDUSC, 2004, 57.

³³ Marcelo S. Ridenti. *O fantasma da Revolução Brasileira*. 1993, 256.

explica muito mais a dinâmica interna do que o movimento da sociedade no contexto dos anos sessenta. Ridenti questiona o perfil de vanguarda adotada por ele, centrado no estudo dos “princípios” e do “projeto histórico” das organizações à “espera que a revolução não faltasse ao encontro”³⁴. As organizações comunistas estiveram deslocadas do real processo da luta de classes, sem enraizamento na sociedade; algumas podendo até sobreviver em sociedades democráticas mais tolerantes, mas confinadas a serem eternamente seitas ou guetos sujeitos às cisões internas. No caso de regimes autoritários a tendência é a destruição destas que, isoladas, nunca estiveram em sintonia com a luta de classes. Esse processo conduziu à derrota e à dizimação das organizações da esquerda armada durante a ditadura, compreendendo que os elementos de coesão interna apontados por Daniel, impediram a sobrevivência dessas organizações tornando-as autodestrutivas ou desenraizadas socialmente.

De acordo com Ridenti, o ex-guerrilheiro constrói um “modelo de tipo ideal” para explicar as organizações comunistas distantes do real. Os elementos de coesão interna das organizações são aplicáveis aos modelos clássicos de partido marxista-leninista com forte influência stalinista, não podendo ser generalizado para outros grupos de esquerda das décadas de sessenta e setenta. Portanto, seu modelo pode ser considerado parcialmente válido para algumas organizações da esquerda armada, mas não para entender a dinâmica do engajamento de tantos jovens da geração libertária de 1968 na luta armada. Ridenti destaca a visão dos próprios militantes, entendendo que o centralismo e a rigidez das organizações eram justificáveis pelos riscos, exigindo cuidados e sacrifícios, no limite de da própria vida. Reis Filho, em entrevista concedida a Ridenti, assume que o centralismo era admitido por todos como medida de segurança, portanto, não era questionada a “taxa de democracia” que variava entre os grupos armados. Portanto, a disciplina espartana era considerada legítima e necessária naquela conjuntura.

O desejo em continuar polemizando com Reis Filho, pioneiro na crítica ao conceito de resistência como categoria analítica, levou Ridenti a produzir um texto, publicado em 2004, questionando os usos e adequação do termo resistência, designando experiências e propostas variadas dos grupos armados. O problema em foco visou examinar a mistificação da resistência armada no contexto de elaboração de uma determinada memória. Inicia o percurso investigativo, demarcando a ideologia da democracia, como reveladora de múltiplas interpretações dos que optaram em atribuir a retomada da democracia no Brasil, a luta heroica das esquerdas armadas. Esse aspecto é mistificador porque desconsideram o fato de que tais grupos nunca defenderam um retorno à democracia do pré-1964, nem concordaram plenamente com a opção pelo modelo de transição democrática no pós-ditadura. Ainda, desconsideram o fato de que organizações como o PCB e a AP, sempre foram críticos da luta armada. O PCB assumiu claramente um posicionamento contrário à luta armada, enquanto a AP propunha uma revolução armada, mas nunca levada à prática, porque dependeria do apoio das massas.

Por último, setores de esquerda comprometidos com a transição sem grandes rupturas, nos finais dos anos setenta, continuam apostando na hipótese de que se não houvesse o fechamento dos canais de expressão para oposição, o país não teria vivido o trauma das ações armadas. Nesse ponto, Ridenti concorda com Reis Filho, de que houve um apagamento da ofensiva revolucionária e a negação de que elas, de modo algum, estavam preparadas para a democracia. Nos dias atuais, para muitos, ainda prevalece à ideia de que a luta das esquerdas só teria legitimidade se fosse considerada parte da resistência democrática à ditadura. Ridenti compreende que para evitar tal confusão, o melhor é adotar só a categoria analítica da resistência, sem adjetivá-la com o termo democracia.

³⁴ *Ibidem*, 258.

Alguns que se recusaram a pensar as esquerdas armadas como resistência acabou contribuindo para uma incorporação política e ideológica dos seus argumentos por setores que visam ainda hoje isentar setores da sociedade civil de cumplicidade com a ditadura. Reis Filho observa que “a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o domínio da truculência, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo. De outro lado, a nova república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se em sua vocação democrática”³⁵. Sobre esse texto, em particular, Ridenti diz que o propósito desmistificador é pertinente à denúncia de uma suposta neutralidade de amplos setores sociais diante dos crimes da ditadura.

O problema foi à maneira pela qual tais interpretações foram recepcionadas, caminhando para um sentido totalmente oposto do pretendido pelo seu autor. Destaca a matéria do jornal O Globo, intitulada “Resistência Democrática, dogma que desaba”, baseada em trechos proferidos por estudiosos do período, participantes do Seminário sobre os 40 anos do golpe de 1964, realizado em março de 2004³⁶. Os autores da matéria elaboraram um discurso aparentemente neutro e objetivo, revelando duas interpretações que nenhum pesquisador concordaria, embora suas análises, descoladas de um contexto, forneceram elementos para esse tipo de construção ideológica. A conclusão do jornal é a de que não sendo a esquerda parte da resistência democrática, mas revolucionária, o golpe pode ser considerado legítimo e justificado frente à ameaça real de uma revolução comunista em curso. Até o AI-5 e a repressão que se seguiu passou a ser justificada como uma reação às esquerdas revolucionárias, tese defendida por uma memória militar que encontra espaço na imprensa para divulgar o seu ideário, caso do coronel Jarbas Passarinho, ex-ministro da ditadura e signatário do AI-5. Contudo, essa leitura permitiu isentar a sociedade civil, pois, democrática e desarmada, assistiu de fora ao confronto entre os “fanáticos” armados: militares adeptos da ditadura versus guerrilheiros comunistas. Todos antidemocráticos³⁷.

Além dele, foram revelados trechos da entrevista de Reis Filho em consonância com a historiadora Denise Rollemberg, de que a valorização da democracia pelas esquerdas só ocorreria em meados dos anos sessenta³⁸. Vale lembrar que a questão da democracia esteve muito forte no contexto da Guerra Fria anterior ao Golpe e os EUA justificou seu apoio aos golpistas em nome da democracia. Além disso, o debate sobre esquerdas e democracia tomou fôlego no momento crucial de nossa chamada transição democrática: a eleição e posterior funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte (1988):

A frase do próprio Ridenti de que “o termo resistência só pode ser usado se for descolado do adjetivo democrático” foi retirada do contexto original para adquirir um conteúdo enviesado.

³⁵ Daniel A. Reis Filho. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. RJ. Zahar, 2000, 7-8.

³⁶ Aydano André Mota; Chico Otavio; Cláudia Lamego. “*Resistência Democrática, dogma que desaba*”. O Globo, Rio de Janeiro, p. A-8, 29 mar. 2004. Seminário 40 Anos do golpe militar: 1964-2004. CPDOC/FGV, APERJ, UFRJ, UFF, Rio de Janeiro/Niterói, 22-26 mar. 2004. Apud Marcelo Ridenti. op. cit. P. 61.

³⁷ Não por acaso, esta matéria do jornal *O Globo* foi imediatamente reproduzidas em sites de direita, patrocinados especialmente pelo Exército, destacando uma suposta neutralidade na análise. Trechos de obras e entrevistas de Daniel A. Reis Filho e Jacob Gorender são largamente referenciados nesses sites e demais escritos de militares. O propósito de igualar as duas violências e assim justificar como legítima o combate a “guerra interna”.

³⁸ Importante mencionar o impacto no seio das esquerdas do artigo de Carlos Nelson Coutinho, “*A Democracia como valor universal*”, publicado em *Encontros com a Civilização Brasileira*, RJ, Ed. Civiliz. Bras. No. 9, 1979. Debate recuperado por Marco Aurélio Garcia, durante Conferência proferida na UFBA em 14/12/2012, afirmando que Coutinho introduziu o tema no Brasil, no momento em que as esquerdas não estavam sensíveis a essa questão. Por esta razão, a discussão do artigo foi prejudicada e ele foi bastante criticado. Contudo, o artigo revolucionou a historiografia da esquerda brasileira, repondo o marxismo no debate das ideias, pois é preciso compreender que o marxismo nunca foi hostil à democracia, referenciado por Marx na frase: “O Enigma da Democracia”. A bem dizer, o intelectual foi rotulado de reformista e Coutinho passou a ser negado em seu tempo, tal era a dificuldade das esquerdas em pensar o referencial da democracia. No entanto, ele prosseguiu defendendo que a democracia liberal tinha um valor importante na luta contra a ditadura.

Para comprovar a tese da violação das esquerdas tomaram a declaração do historiador Carlos Fico: “os confrontos armados eram uma disputa sangrenta entre duas elites – o povo ficava de fora, assistindo a sobressaltos” e destacaram-na fora do contexto em que foi dito. O jornal procurou ouvir o outro lado, entrevistando o sociólogo João Quartim de Moraes que defendeu a ideia da resistência democrática como categoria aceita para explicar no pós-64 a continuidade da luta pelas reformas de base, herança do governo janguista. Ridenti questiona Quartim e propõe que após o golpe, as esquerdas apostaram mais na revolução do que nas reformas.

Em suma, na interpretação de Ridenti, o termo revolução é o mais exato para pensarmos os anos sessenta pós-golpe, mas não é suficiente para explicar a complexidade das ações e reações das esquerdas armadas a posteriori. Ao argumentar nesse sentido, o sociólogo não consegue formular hipóteses que sustentem a aplicação do termo democracia às esquerdas revolucionárias. Ao que parece, a opção por não adjetivar o termo resistência resvalou em dificuldades documentais, além da difícil tarefa de sistematizar a intrincada discussão do que seria democracia para as esquerdas.

Revolução & Resistência: Uma interlocução possível entre eles.

O artigo buscou argumentar que o cerne da polêmica consiste em pensar o conceito de resistência em oposição ao de revolução, ou de resistência como parte do processo revolucionário. O termo resistência surgiu no contexto europeu da Segunda Guerra Mundial e serviu para sustentar a luta de todos os movimentos de oposição à ocupação nazifascista. A estratégia dos comunistas no plano mundial compreendia a defesa de alianças com partidos burgueses e a resistência podia contemplar a construção de uma sociedade socialista, embora julgasse mais primordial, naquele contexto, a luta pela libertação.

A ideia de oposição e não de revolução caracteriza o conceito como explicativo de uma reação, algo defensivo e não ofensivo. De acordo com a propriedade do termo, podemos afirmar que Gorender e Ridenti assumem o seu uso para designar o combate à ditadura realizada tanto pelos grupos armados quanto pela esquerda que não pegou em armas. O sociólogo apoia suas reflexões nas constatações de Jacob Gorender, ao analisar a ambiguidade entre a necessidade de manter a luta pela sobrevivência e o desespero autodestrutivo dessas organizações. Ridenti aproxima-se da perspectiva de análise de Jacob Gorender e identifica, nas condições sociais adversas de crescimento econômico e no acirramento da repressão, a tendência do desaparecimento dos grupos armados, “já desenraizados e marginalizados socialmente”³⁹. Gorender afirma que o dilaceramento ocorreu também no interior dos grupos, cortados por cisões e “justiçamentos”, reveladores do clima de insegurança que caracterizou a “síndrome de traição”, gerando “atos incontroláveis e desconexos”.

Gorender realizou uma reflexão sobre os “fracassos” da esquerda armada naqueles anos, deixando bastante evidente que a violência do opressor não é a mesma violência dos oprimidos. Os “erros” dos grupos armados são analisados no bojo da dinâmica de uma conjuntura coercitiva que levou à sua desestruturação e ao seu desmantelamento. A questão ainda a considerar é o emprego da noção de violência como categoria analítica apropriada para pensarmos o projeto e a prática política desses grupos. Gorender, Reis Filho e Ridenti convergem no entendimento de que as esquerdas não foram vítimas passivas da ditadura, tampouco praticaram a violência revolucionária, recurso justificável em condições históricas favoráveis. Contudo, para Gorender e Ridenti, prevaleceu o ideal de “imersão geral na luta armada”, abandono do trabalho com as massas, espécie de resistência retardada ao golpe de 64. A consequência dessa tomada de posição

³⁹ Marcelo S. Ridenti. *O fantasma da Revolução Brasileira*. 1993, 264.

só podia ser a derrota.

Em contrapartida, Reis Filho parece valorizar demais o projeto de revolução e suas variadas propostas, talvez porque fez parte dele como líder de uma das organizações. Assim, compreende que os “erros” e “acertos” devem ser evidenciados, mas sem perder de vista à inspiração mobilizadora daquelas organizações em mudar o mundo. Ao verticalizar muito a análise, confere as organizações armadas um grau de autonomia, distantes e descoladas da sociedade brasileira. Estiveram mais atinadas com a dinâmica mundial e é esta, e não aquela é a chave para compreender o modo como se colocaram. A ideia força é a adoção do conceito de revolução em oposição ao de resistência, perdendo com isso, referenciais mais amplos de articulação entre a experiência do PCB, ORM-POLOP e PC do B, com o conjunto da esquerda que não pegou em armas. Afirma que o termo resistência só seria apropriado para designar a esquerda católica, movimentos liberais e nacionalistas, de classe e até mesmo o PCB, ao defender a constituição de uma frente ampla de combate à ditadura.

Gorender e Ridenti, ao optarem pelo uso do termo resistência, não deixaram de situá-lo como inerente ao processo revolucionário, articulando-o com a dinâmica política e social mais ampla de oposição à ditadura. Ridenti aposta numa sociedade democrática, elaborando uma crítica mais aguçada e mordaz com relação aos grupos armados. Reis Filho foi dirigente de uma das organizações comunistas, a DI-G, transformada depois em MR-8, participou de ações armadas e planejou, junto com outros militantes, o sequestro do embaixador americano. Ao exercitar a memória nos seus escritos, estabelece significações na tentativa de compreender o “ethos” das organizações comunistas brasileiras, “contraelite”. Seu trabalho não expressa uma pretensão do modelo analítico, anunciado por Ridenti, generalizado para todas as organizações de esquerda. O aspecto autônomo é apenas uma “brecha”, aberta por Reis Filho, para compreender a singularidade do PCB, a ORM-POLOP e o PC do B, seus erros e acertos políticos.

Ao tematizar a presença e a evocação dos diferentes discursos, defendemos o argumento de que os projetos das organizações armadas seguiram uma tradição revolucionária mundial e brasileira, variando apenas o caminho a ser seguido. No entanto, os avanços e rupturas, provocadas por elas, não foram suficientes para atomizar a Ditadura Civil-Militar ou Militar-Civil, como defende Ridenti⁴⁰, destinada a inaugurar uma nova sociedade. A violência praticada e os erros cometidos ainda não foram devidamente mensurados. Ademais, o conceito de resistência estende-se a um leque mais amplo, esquerdas armadas ou não, ocasionando, mas tarde, o difícil aprendizado da democracia.

Campo de memórias conflitantes, englobando lutas sociais e políticas do presente, que influenciam o saber historiográfico e o recepciona a cada nova onda memorialística, o que parece ser de difícil compreensão para todos eles, é a questão da democracia. Existe uma dificuldade real em afirmá-la como parte do processo de luta da esquerda armada, porque havia uma negação do valor da democracia como algo a ser considerando naquele contexto. O elemento democrático, problematizado e destacado no contexto de transição dos anos oitenta, serviu de baliza para crítica e autocritica da experiência passada, imprimindo a valorização da luta armada como resistência democrática e não mais como revolução.

Diante disso, cabe ainda perguntarmos sobre os sentidos da democracia? Trata-se de duas

⁴⁰ A defesa dessa nomenclatura para caracterizar o regime é defendida por Ridenti no Posfácio da 2ª. Edição revista e ampliada de *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Ed.da UNESP, 2010. p. 289. Neste posfácio não existe nenhuma ideia discordante da abordagem das esquerdas realizadas com a primeira edição da obra em 1993, edição utilizada nesse artigo como matriz de análise. Na página 288, Ridenti reforça as suas divergências interpretativas com Reis Filho, não obstante o fato de que realizaram alguns projetos comuns, resultando em coletâneas organizadas sobre a história das esquerdas e da ditadura. (Reis; Ridenti, 2002; 2007; Motta; Reis; Ridenti, 2004).

concepções conflitantes que moldaram imaginários antes e depois da ditadura? Estamos nos referindo à afirmação da democracia popular, revolucionária que permite talvez inserir as esquerdas armadas na frente de resistência democrática ou, ainda, a adoção da noção de democracia burguesa, restrita ou ampliada, defendida pelas oposições mais conservadoras e reformistas. O debate ideológico permanece no campo de memórias e perspectivas historiográficas opostas. A justa medida ou não do conceito para designá-las, oscila entre considerar as esquerdas armadas como antidemocráticas, e a oposição geral contra a ditadura como democráticas, dispostas a não acirrar os conflitos com o passado. Tal assertiva, se verdadeira, contribui para o sentimento de frustração da sociedade brasileira que ainda não foi capaz de promover a ruptura e acertar as contas com esse passado. De uma perspectiva crítica, é inegável que na luta ideológica do pré e pós-64, intelectuais e partidos de esquerda, não estavam prisioneiros do discurso da democracia liberal, apostaram mais na revolução ou, simplesmente, não elaboraram reflexões mais profundas sobre os temas da democracia e do socialismo.

No apreço a verdade, podemos concluir que esta memória transvertida em mistificação e de acordo com o interesse político do presente, tornou-se responsável por reduzir a compreensão das violências e das tensões, expondo somente o conflito mais evidente entre “opressor” versus “oprimido”. Assim, a reconstrução memorialística desconsidera ainda hoje, as permanências do autoritarismo na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo em que condena os militares com “escárnio”, “desprezo” e “indiferença” versus a bravura dos “jovens rebeldes”, não contribui para a construção de uma memória pública que responsabilize os agentes mais diretos da repressão. Por parte das esquerdas, poderíamos levantar a hipótese de que talvez subsista uma memória frustrada, o passado não gerou rupturas, tampouco se avaliou devidamente a violência praticada por elas. Permanece o desafio histórico de voltarmos a compreender a tão sonhada Revolução Brasileira, parte do movimento de apagamento da memória no presente.

Rui Calado*

Políticas de memória na Argentina (1983-2010). Transição política, justiça e democracia

R E S U M O | *O artigo que aqui se apresenta resulta da investigação para uma dissertação de mestrado sobre as políticas de memória, verdade e justiça levadas a cabo na Argentina após a queda da última ditadura cívico-militar (1976-1983) até sensivelmente final da primeira década deste século. Divide-se em três espaços temporais que comportam fases, respostas e realidades diametralmente opostas. Uma primeira (1983-1985) em que a Argentina tenta concretizar as políticas de memória através de julgamentos e levantamento de dados sobre as vítimas. A segunda (1986-1995) tem como premissa uma política de esquecimento dando origem a leis de amnistia e uma amnésia sobre esta temática na realidade argentina. Por fim (1995-2010), surge um boom de memória, que não tendo começado com a crise económica de 2001, a teve como factor determinante. Nesta fase dá-se o florescimento dos julgamentos, comissões de verdade e criação de espaços de memória.*
Palavras-chave: Memória - Políticas de Memória – Transição para a Democracia – Justiça

A B S T R A C T | *The following article is the result of a master's thesis research on memory, truth and justice policies implemented in Argentina, following the fall of the last civil-military dictatorship (1976-1983) up until the end of the present century's first decade. It is divided into three time blocks, comprised of totally opposing phases, answers and realities. The first phase (1983-1985), in which Argentina tries to deliver memory policies through court trials and data research on the victims; the second phase (1986-1995), which upholds a forgetting policy, setting in motion amnesty laws and an amnesia on the subject. Lastly, there is a memory boom (1995-2010) that, even though wasn't started by the 2001 economic crisis, was one of its results. In this phase, the court trials, truth commissions, and memory spaces flourish.*
Keywords: Memory-Memory Policies- Transition to Democracy -Justice

“La impunidad es hija de la mala memoria”.

Eduardo Galeano¹

Com este artigo procura dar-se uma visão das políticas concretas de memória, verdade e justiça levadas a cabo na Argentina desde o fim da ditadura cívico-militar até aos finais da primeira década do século XXI compreendendo avanços e retrocessos.

* Mestre em História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e doutorando em Altos Estudos em História pela mesma Universidade.

¹ Jornalista e escritor uruguaio.

1 – De Alfonsín aos julgamentos (1983-1985)

Das eleições marcadas na Argentina, para 30 de Outubro de 1983, saiu vencedor Alfonsín e as suas bandeiras de campanha: a construção de um Estado de Direito e a defesa acérrima dos Direitos Humanos. O presidente tomou posse a 10 de Dezembro de 1983. No seu discurso de tomada de posse o presidente anunciou “se pondría en manos de la justicia la importante tarea de evitar la impunidad” e acrescentou que o governo estava empenhado em “[...] esclarecer la situación de las personas desaparecidas.”² A sua estratégia consistia em sancionar as forças armadas pelos crimes cometidos e as violações dos Direitos Humanos, de preferência através de julgamentos militares ao mesmo tempo que procurava incorporá-las dentro “do jogo democrático”.

Três dias depois reitera que a sua política consistiria em declarar nula a lei conhecida como de auto amnistia do governo militar; em alterar o código de justiça militar estabelecendo níveis de responsabilidade consoante a graduação de cada militar; instruir o Procurador-Geral da nação para investigar os delitos penais de sete dirigentes de grupos guerrilheiros que atentaram contra “[...] el orden público e la paz interior [...]”, submeter a julgamento sumário perante o Conselho Superior das Forças Armadas os elementos pertencentes às Juntas Militares que “usurpó el gobierno de la nación a 24 de Marzo de 1976 y los integrantes de las dos Juntas Militares Subsiguientes.” e por fim criar a *CONADEP – Comisión Nacional sobre a Desaparición de Personas*.

Alfonsín aprovará as designadas leis reparatórias. Consistirão na reintegração nos quadros da função pública de funcionários afastados durante a ditadura. Os cônjuges, filhos ou progenitores das pessoas desaparecidas foram contemplados com pensões.

A estratégia governamental enquadra-se na teoria de *Los Dos Demonios*. Os resistentes pertenciam a organizações, criadas entre finais dos anos sessenta e princípios da década de setenta, tinham optado pela violência para, numa primeira instância, alcançar mudanças sociais e posteriormente combater o “terrorismo de Estado”. A expressão foi utilizada em Julho de 1984 no famoso livro *Nunca Más*, elaborado pela CONADEP, no qual se defendia a perspectiva de que o terrorismo de estado era uma forma de combater outras formas de terrorismo. Os partidários desta visão advogavam que estavam em combate duas forças antagónicas – o estado e as guerrilhas – sendo sacrificadas a sociedade e as vítimas inocentes.

Dos movimentos sociais veio a crítica por duas razões: não se pode responsabilizar de igual forma grupos políticos e organizações armadas e compará-los com um aparelho repressivo e ilegal do próprio estado e quando se refere a “vítimas inocentes” – aquelas que não pertencem a nenhum grupo político, organização armada ou outra, estarão, automaticamente, quer consciente quer inconscientemente, a dar aval a todos os sequestros, torturas, desaparecimentos e assassinatos por parte do Estado dos “não inocentes”.

1.1 CONADEP

A CONADEP teve como objectivos fulcrais receber as denúncias dos desaparecimentos das pessoas durante a ditadura, remeter as provas para a justiça, averiguar o seu paradeiro, localizar as crianças retiradas ilegalmente aos pais biológicos em cativeiro e por fim a investigação das violações dos Direitos Humanos no mesmo período. A organização era composta por dez elementos, sendo a figura mais mediática Ernesto Sábató (escritor). Todos escolhidos “por su celo en la defensa de los derechos humanos y por su prestigio en la vida pública del país”³, ainda que esta afirmação esteja longe de ser consensual. O governo também convidou as duas câmaras do

² Eduardo Rabossi, “Veinte años después – Acerca de la Conadep”, *UBA: encrucijadas* (Buenos Aires, Marzo 2005) p. 19

³ *Ibidem*, p. 19

Congresso (Senado e Câmara dos Deputados) a enviarem três representantes cada, no entanto, apenas a Câmara dos Deputados enviou os seus.

A CONADEP conseguiu incluir na sua publicação dados sobre doze mil desaparecidos, número que posteriormente aumentou. Comparativamente com outros países da América do Sul, onde houve ditaduras semelhantes, podemos constatar que o número é claramente superior na Argentina. A título de exemplo, o Brasil contou cento e trinta e cinco desaparecidos⁴, o Uruguai cento e quarenta e quatro⁵, e o Chile cerca de mil.⁶

A CONADEP reconstruiu o *modus operandi* do terrorismo de estado pormenorizando detalhadamente todos os passos das operações ilegais. Comprovou-se a existência de mais de trezentos campos de detenção clandestinos, número que mais tarde subiu para quinhentos. Foram, também, apurados pormenores de um dos aspectos mais sinistros da repressão – a apropriação ilegal de crianças – provando-se que foram falsificados inúmeros registos de identificação pessoal. Sabe-se que maioritariamente as famílias de acolhimento pertenciam às Forças Armadas ou à Polícia. A 20 de Setembro de 1984 foi entregue ao Presidente da República o documento com o título *Nunca Más* que foi posteriormente publicado e lançado nas livrarias apesar de não incluir nomes dos responsáveis pelos crimes. No entanto, a revista *El Periodista de Buenos Aires*, do mês de Novembro do mesmo ano, publicou alguns dos nomes sem autorização oficial.

Inúmeras testemunhas dos acontecimentos ocorridos recusaram-se a prestar declarações, já que a atmosfera de medo era ainda sentida e existia a possibilidade de virem a ocorrer represálias. O número de desaparecidos levantou desconfiança a muitos organismos de Direitos Humanos, sobretudo da associação *Madres de Plaza de Mayo*, que apontava números na ordem dos trinta mil desaparecidos.

O prólogo da primeira edição recorria à teoria de *Los Dos Demonios*⁷ caracterizando os factos passados como uma “espécie de guerra civil” com excessos de ambos os lados e inclusivamente defendendo “[...]a acción criminal de la dictadura como una respuesta terrorista desde el Estado a ese otro terrorismo”⁸ foi alvo de enorme controvérsia. Perante o reconhecimento do erro ou o recuo na defesa dessa teoria, nas edições seguintes o prólogo foi alterado.

1.2 Julgamentos

Posteriormente à aprovação que derrubava a lei da auto-amnistia, o governo definiu as competências dos tribunais militares, que numa primeira instância não englobava a possibilidade de apelação para a justiça civil. Porém, devido à pressão social, essa capacidade foi contemplada sendo ainda acrescentada a hipótese da justiça civil chamar a si processos, caso os julgamentos militares demorassem demasiado tempo por motivos injustificáveis.

A proposta de lei da reforma do Código Militar gerou também polémica porque estabelecia o respeito pela obediência devida distinguindo diferentes níveis de responsabilidade sendo consequentemente mais penalizados aqueles que tinham capacidade de decidir e ordenar do que os que obedeciam. Todavia, devido à discussão que se gerou no Congresso e à pressão dos movimentos de Direitos Humanos e de alguns partidos introduziram-se modificações no conceito de “obediência devida” excluindo todos os factos que se considerassem “atrocidades ou aberrantes”, independentemente de serem executados a mando de superiores.

⁴ Paulo Evaristo Arns, *Projecto Brasil: nunca mais* (Petropolis, Editora Vozes, 1985).

⁵ Francisco Bustamante (coord.), *Uruguay nunca más - Informe sobre la violación a los Derechos Humanos* (Montevideo, Servicio Paz y Justicia, 1989).

⁶ *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (Chile, Fevereiro de 1991).

⁷ Eduardo Duhalde, *El Estado Terrorista Argentino*, Buenos Aires (Ediciones El Caballito, 1983).

⁸ Hugo Vezzetti, *Pasado y Presente – guerra, dictadura y sociedad en la Argentina* (Buenos Aires Editores Siglo Veintiuno, 2009).

A reacção das Forças Armadas foi tentar adiar/impedir, através de mecanismos burocráticos, os julgamentos. Em Setembro de 1984 o *Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas* declarou que muitos dos acontecimentos foram “ejercicio de la lucha contra la subversión” e eram “inobjetablemente legítimas”.⁹

Perante a evidência do fracasso da estratégia de Alfonsín, de auto-punição dos militares, iniciaram-se na *Cámara en lo Criminal y Correccional de la Capital Federal* os julgamentos civis das três primeiras Juntas Militares que governaram a Argentina entre 1976 e 1982. Estes julgamentos decorreram entre 22 de Abril e 9 de Dezembro de 1985 do mesmo ano tendo ficado conhecidos como - *Juicio a las Juntas*.

Durante estes meses muitas questões jurídicas foram levantadas: se se deviam julgar os réus tendo por base delitos comuns inscritos no Código Penal ou se deveriam ser julgados de forma “extraordinária” à luz do Direito Internacional (genocídio e atentados aos Direitos Humanos). A primeira hipótese venceu. Os delitos de homicídio e desaparecimento foram mais dificilmente comprováveis já que não existiam provas reais – corpos das vítimas.

A sentença final confirmou o plano sistemático de sequestros e desvalorizou o argumento da “guerra civil” porque não se podia enquadrar a noção de guerra. As condenações mais relevantes foram a de Jorge Videla, presidente da primeira Junta Militar (1976-81), Emilio Massera, comandante-chefe da armada (1976-78) e Orlando Agostí, comandante-chefe da força aérea (1976-81). Foi o primeiro julgamento que responsabilizou os dirigentes das ditaduras da América Latina.¹⁰

Depois dos julgamentos Alfonsín tentou centralizar as culpas nos chefes militares e captar o apoio dos oficiais mais jovens. A tensão entre o governo e as forças armadas continuou elevada. O Estado Argentino viu-se obrigado a promulgar uma lei que limitava prazos nos processos, o que na prática significava colocar entraves ao apuramento dos factos.

2 – Da Ley de Punto Final ao esquecimento (1986 – 1995)

Em Dezembro de 1986 sendo a pressão das forças armadas cada vez mais gritante e com a possibilidade de rebeliões militares se sucederem, tal como se viria a confirmar mais tarde, o Congresso irá aprovar a *Ley de Punto Final*¹¹, que fixava um prazo máximo de sessenta dias para iniciar a eventual imputação a um arguido das violações dos Direitos Humanos durante o período militar. Estabelecia, ainda, a prescrição de delitos cometidos por civis sob a chefia militar. No entanto, esta lei abriria uma excepção relativa aos delitos de apropriação ilegal de menores.

A visão enquadra-se numa tendência ideológica que tem por base o processo de reconciliação, assentando em três pressupostos: o primeiro é que “busca da verdade e da justiça” seria contraproducente porque envolveria reviver enfrentamentos do passado; em segundo lugar a “reconciliação” entre dois antigos opositores (Teoria de *Los Dos Demonios*); e por último, pressupunha a existência de uma união original entre os argentinos que teriam inevitavelmente de se entender afastando todas as diferenças políticas, ideológicas e outras.

No caso argentino, o estado, ou melhor, as forças que compunham o estado durante o período que se pode situar entre 1986 e meados dos anos 90, geraram uma nova narrativa que

⁹ Elizabeth Jelin, *Los Trabajos de la memoria* (Madrid, Editora Siglo Veintiuno, Junho 2002).

¹⁰ C. H. Acuña e outros, *Juicio Castigos y Memorias* (Buenos Aires, Nueva Visión, 1995).

¹¹ Juan Carlos Wlasic, *Memoria, Verdad y Justicia en democracia: de la impunidad política a la impunidad técnica* (Mar del Plata, EUEM, Abril 2010).

defendia a necessidade do avanço rumo ao futuro deixando para trás o passado que “[...] era el conflicto, [...] el caos, [...] el atraso” estigmatizando “todo aquel que, simplemente intentara recordar. Se construyó entonces, una vez más, un “otro”, un enemigo, un afuera de la sociedad argentina: aquel que recordaba [...]”¹²

Esta corrente de pensamento é claramente rejeitada por uma parte significativa da sociedade argentina. No mesmo dia em que se discutia no Congresso Argentino a polémica lei, assiste-se a uma expressiva manifestação com cerca de cinquenta mil pessoas, segundo o jornal conservador *La Nación*. Foi encabeçada por organizações de Direitos Humanos, como a *Las Madres de Plaza de Mayo*¹³ seguida da *Asociación de ex detenidos y desaparecidos* à qual aderiram vários partidos políticos e intelectuais dos quais se destacava o Prémio Nobel da Paz - Adolfo Pérez Esquivel¹⁴.

Mesmo com todas as manifestações de oposição, a lei viria a ser aprovada na Câmara de Deputados com uma larga maioria.

Com a aprovação da lei, e consequentemente os sessenta dias que esta estipulava para apresentação de denúncias, as organizações de Direitos Humanos apresentarão até ao final de Fevereiro de 1987, trezentas denúncias contra oficiais superiores. Se a aprovação da lei, por parte do Congresso, tinha como objectivo “acalmar” a esfera militar, este será posto em causa pelo aumento massivo dos processos iniciados advindos dos constrangimentos temporais da nova lei.

2.1 - Ley de Obediencia Debida

O grau de animosidade foi-se agravando com o passar do tempo que culminou, na Páscoa de 1987, com o primeiro levantamento militar pós ditadura, sob o comando do coronel Aldo Rico. Este movimento ficou conhecido como *Movimiento Carapintada* já que os militares revoltosos tinham as suas caras pintadas como se estivessem camuflados. Reivindicavam o fim dos julgamentos, uma amnistia generalizada e o fim da “condenação injusta”. A sociedade mobiliza-se, populares concentram-se nas principais praças do país em apoio ao regime democrático. Alguns partidos assinam um memorando conhecido como *Acta de Compromiso Democrático* na qual se podia ler “que la reconciliación de los argentinos sólo será posible en el marco de la justicia, del pleno acatamiento a la ley y del debido reconocimiento de los niveles de responsabilidad de las conductas y hechos del pasado.”¹⁵

O acordo negociado para a rendição dos rebeldes teve por base a aprovação de uma nova lei, de *obediencia debida*, que estabelecia níveis de responsabilidade entre os que violaram os direitos humanos (os que deram as ordens e os que as cumpriram), impedindo, assim, os julgamentos e condenação de quadros intermédios e baixos.

Uma vez mais, a sociedade civil irá demonstrar o seu descontentamento. A *Madres de Plaza de Mayo*, *Abuelas de Plaza de Mayo* e *Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas* encabeçam o descontentamento seguidas de associações de estudantes e sindicatos mobilizando milhares de pessoas.

Não totalmente satisfeito com a promulgação destas duas leis, uma parte dos militares irá promover um levantamento militar, dirigido uma vez mais por Aldo Rico, que entretanto tinha fugido da prisão domiciliária. A insurreição *Monte Caseros* deu-se em Janeiro de 1988, e caracterizou-se pela tomada do aeroporto metropolitano de Buenos Aires, por duzentos militares. Foi exigido um indulto total para todos os militares. Esta intentona foi rapidamente controlada

¹² Gabriela Cerruti, “La Historia de la Memoria”, *Puentes* (Buenos Aires, Marzo 2000) 20.

¹³ Demetrio Iramain, “Una historia de las Madres de Plaza de Mayo”, *Sueños Compartidos*, (Suplemento nº 3, Buenos Aires, Outubro de 2009).

¹⁴ Adolfo Pérez Esquivel, *Contra la Impunidad en defensa de los Derechos Humanos*, (Barcelona, Icaria Editorial, 1998).

¹⁵ C. H. Acuña, *Juicio Castigos y Memorias* (Buenos Aires, Nueva Visión, 1995) 63.

pelo comando das forças armadas argentinas. Grande parte da estrutura estava sumamente satisfeita com as leis *de Punto Final* e *de Obediencia Debida*.

Um terceiro levantamento militar deu-se em Dezembro de 1988 quando membros do exército e das forças navais, liderados pelo Coronel Mohamed Seineldín, tomaram de assalto a guarnição *Villa Martelli*, permanecendo aí quatro dias. Exigiam o fim das “perseguições”, aumentos salariais e “[...] una reivindicación de la “dignidad” del Ejército ante la sociedad.”¹⁶ O acordo de rendição englobou aumentos salariais e melhores apoios sociais.

O governo de Alfonsín enfraquecido pela deterioração da situação económica do país (inflação), pelas derrotas políticas e eleitorais em várias províncias viu-se na obrigação de não perder o controlo das forças armadas tendo cedido a algumas das reivindicações dos “carapintadas”, ainda que tenha julgado os cabecilhas do movimento.

Com a crescente mobilização e respectivo sucesso das forças ultra-direitistas, a esquerda revolucionária decide responder em moldes idênticos numa tentativa de estancar as constantes cedências ao poder conservador dentro da esfera militar.

Em Janeiro de 1989, uma organização denominada *Todos por la Patria*, que integrava antigos elementos do ERP, ocupa o regimento de infantaria em *La Tablada*, enfrentando-se com o exército argentino por mais de vinte e quatro horas. Este movimento foi uma resposta a um possível golpe de estado por forças da direita, exigia a conclusão dos julgamentos e auto-reivindicava-se como guardião do sangue de todos aqueles que pereceram às mãos da ditadura militar.¹⁷

As organizações de Direitos Humanos sofrem, indirectamente, uma dupla penalização. Por um lado, o exército melhora a sua imagem pública conseguindo fazer passar a ideia de que era um elemento essencial para a “ordem pública” e garantia da democracia. Esta melhoria da imagem do exército irá relativizar as denúncias das violações dos Direitos Humanos. A par disto, uma outra questão foi o possível envolvimento de alguns membros destas organizações na *La Tablada* o que irá enfraquecê-las perante a opinião pública mesmo que estas tenham vindo prontamente repudiar tal acusação.

A situação do país estava incontrolável. Alfonsín viu-se obrigado a antecipar as eleições presidenciais para o mês de Maio de 1989.

A eleição de Carlos Menem, do Partido Justicialista, representará em matéria de Direitos Humanos a manutenção da teoria de *Los Dos Demonios*.

A estratégia seguida pelo novo presidente consistiu em captar, numa primeira instância, o apoio dos militares, condenados pela violação dos Direitos Humanos durante a ditadura, através de uma amnistia, à excepção das Juntas Militares. Nestes indultos também foram contemplados alguns ex-guerrilheiros, seguindo a lógica de que teria existido algo similar a uma guerra civil. Devia, no entanto, mostrar pulso firme perante os militares “carapintadas” que tinham protagonizado o último levantamento militar, que não foram amnistiados. O objectivo desta medida era “[...] perdonar por crímenes del pasado, pero catigar la desobediencia y el levantamiento presente e futuro.”¹⁸

Em Outubro de 1989 quatro decretos-lei promulgados por Menem amnistiaram duzentos e setenta e sete militares e civis, muitos deles responsáveis por crimes cometidos na ditadura e ainda responsáveis pelas primeiras sublevações “carapintadas”.

Como resposta a este perdão, organizações de Direitos Humanos organizarão, sob o lema

¹⁶ Osvaldo Bayer, *El Terrorismo de Estado en la Argentina* (Buenos Aires, Instituto de espacio para la memoria, 2010).

¹⁷ Vide Juan Carlos Wlasic, *Memoria, Verdad y Justicia en democracia: de la impunidad política a la impunidad técnica* (Mar del Plata, EUDEM, Abril 2010), p.49.

¹⁸ Elizabeth Jelin, “La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial”, *Tribuna Americana*, (Vol. 6, Madrid, 1º semestre 2006) 43.

“No al indulto”, uma mobilização a 12 de Outubro de 1989 que contou com a presença de cento e cinquenta mil pessoas. Uma pesquisa realizada, pelo jornal *Página/12*, irá demonstrar que 63% da população é contra os indultos. Passado somente um ano, Menem amnistiara, também, as cúpulas militares e ideológicas e ainda o chefe máximo dos montoneros¹⁹ - Mário Eduardo Firmenich que terá como “[...] la reconciliación definitiva de todos los argentinos, única solución posible para las heridas que aún faltan cicatrizar[...]”²⁰

A sociedade argentina e associações de Direitos Humanos demonstraram o seu descontentamento. No dia 30 de Dezembro de 1990 manifestaram-se quarenta mil pessoas na *Plaza de Mayo*. Destacadas personalidades argentinas também se solidarizaram com esta iniciativa.

Na questão jurídica a lei foi contestada uma vez que não se pode indultar pessoas que estão a ser processadas. A faculdade de indultar só é possível ser atribuída a autores de delitos que tenham sido condenados, ora muitas das penas dos amnistiados não tinham ainda transitado em julgado. A interpretação de Rodolfo Barra, Ministro da Justiça de então, era que no artigo da constituição argentina as penas estavam exclusivamente ligadas ao verbo comutar e não ao verbo indultar. Assim sendo, podia-se indultar os processados.

Uma outra questão jurídica levantada por aqueles que se mostraram contra os indultos é que os delitos permanentes, como é o caso do desaparecimento de pessoas, só terminam quando há a aparição do corpo ou da pessoa, assim sendo nesta perspectiva os efeitos práticos do indulto só vigoram entre o momento do sequestro e a data daquele. A partir dessa altura o crime está de novo sujeito a uma acção penal porque nenhum indulto pode ser aplicado por antecipação.

2.2 – Da hibernação ao boom da memória

Durante a primeira metade da década de 90 a manifestação pública dos movimentos sociais foi reduzida. O tema da “memória, verdade e justiça” circunscreve-se a grupos limitados, parecendo ter entrado numa fase de “hibernación”.²¹ Temas como a hiper-inflação, a “convertibilidad”²² e a transformação das estruturas económicas e sociais à luz do neo-liberalismo sobrepuseram-se.

O governo de Menem procura minimizar os custos políticos dos indultos. Uma primeira medida foi a aprovação no Congresso de uma lei que isentava os filhos de cidadãos “desaparecidos” da obrigatoriedade do serviço militar.

Em 1991 indemnizará duzentos ex-presos políticos, que tinham denunciado a sua situação junto da OEA²³. Em 1992 as indemnizações estendem-se à totalidade de presos políticos. Passados dois anos o Senado alargará estas indemnizações aos familiares directos dos desaparecidos.

Tendo em conta a paralisação dos processos judiciais os esforços das organizações de Direitos Humanos concentraram-se na denúncia dos crimes ocorridos e ilegalidade das leis aprovadas, no âmbito da jurisdição internacional. O CELS – *Centro de Estudios Legales y Sociales*, que trabalha numa perspectiva jurídica, terá sido a primeira organização a fazê-lo.

As estruturas de Direitos Humanos sustentarão junto da CIDH²⁴ que a sanção das “leis da impunidade” pelo Governo Argentino ignorava a imprescritibilidade de crimes de lesa humanidade e do crime de genocídio. Interessa aqui esclarecer porque consideravam estas

¹⁹ Organização militar peronista.

²⁰ Jornal *Clarín*, 31/12/1990, 6

²¹ Expressão utilizada por Elizabeth Jelin no seu artigo: “La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial”, *Tribuna Americana* (Vol. 6, Madrid, 1º semestre 2006).

²² Paridade entre o peso argentino e o dólar americano: 1 peso – 1 dólar.

²³ Organização de Estados Americanos.

²⁴ Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

organizações que os crimes seriam de lesa humanidade²⁵ e genocídio²⁶. Para Daniel Feierstein, um dos maiores estudiosos da matéria, é “la intencionalidad específica de destrucción de un grupo lo que distingue al genocidio de las matanzas indiscriminadas calificadas como crímenes contra a humanidad”²⁷. Defende que no caso argentino os dissidentes políticos se enquadram num grupo nacional, ao passo que outros especialistas advogam que os militantes políticos mortos não são um grupo nacional, uma vez que não têm características comuns, assim sendo, não se poderia enquadrar juridicamente o genocídio.

Ao mesmo tempo que esta situação ocorria, tribunais de países europeus julgavam os responsáveis pelo desaparecimento dos seus conterrâneos. Um dos primeiros processos foi finalizado no início dos anos 90 e terminou sentenciando pena de prisão perpétua para o ex-capitão Alfredo Astiz, uma das figuras mais emblemáticas da repressão, responsável pelo desaparecimento de duas freiras francesas. Este julgamento só foi possível num enquadramento jurídico que possibilitava a realização do julgamento sem presença dos acusados. As condenações não foram efectivadas uma vez que o Governo Argentino recusou os pedidos de extradição.

Em Espanha a legislação era distinta das demais europeias, não permitindo o julgamento sem a presença dos réus. Sob a autoridade do juiz Baltasar Garzón, pertencente à Audiência Nacional de Madrid, desencadearam-se, ao longo da década de 90, vários pedidos de extradição ao estado argentino com resultados idênticos aos demais. Os governos de Carlos Menem (1989-1999) e de Fernando de la Rúa (1999-2001) foram coincidentes na oposição à extradição.

Entre 1990-1994 as associações de Direitos Humanos apostam na passagem de um discurso quase exclusivo de denúncia e procura de justiça para uma abordagem que contemplava a recordação e exaltação dos acontecimentos e das vítimas e uma aposta nas iniciativas didáticas. Num contexto de desmotivação, alguns grupos como a *Madres de Plaza de Mayo* irão transformar um discurso que tem como epicentro o desaparecimento dos seus filhos num outro onde reivindicavam os ideais das próprias vítimas, ou seja, a sua luta e a sua resistência.

As comemorações, como o 24 de Março, data do golpe cívico-militar, que já tinham ganho algum relevo desde a décima comemoração (1986), tiveram, a partir deste momento, maior protagonismo. A *Madres de Plaza de Mayo* tentará modificar o carácter destas comemorações transformando-o não num dia de dor pela morte dos desaparecidos mas num dia de combate pelo compromisso revolucionário que, assumiam, teriam de desempenhar “no lugar” dos seus filhos.

O ano de 1995 marca uma inflexão na presença da memória sobre o passado ditatorial, no espaço público, desencadeada pelo testemunho de um antigo militar que tinha prestado serviço no ESMA.

3 – Do “ressurgimento” aos nossos dias (1995-2010)

Num conjunto de entrevistas tanto a jornais como especialmente à televisão Adolfo Scilingo, que foi oficial da Marinha e ingressou no ESMA em Dezembro de 1976, confessará publicamente a sua participação nos chamados “vuelos de la muerte”. Numa dessas declarações diz “[...] participé en dos traslados aéreos, el primero con 13 subversivos a bordo de un Skyvan

²⁵ Conceito jurídico definido a 8 de Agosto de 1945 no Tribunal Militar de Nuremberga e posteriormente confirmado na Assembleia Geral das Nações Unidas a 11 de Dezembro de 1946.

²⁶ A *Convenção para a Prevenção e Sanção para o Delito de Genocídio* entrou em vigor a 12 de Janeiro de 1951. A Argentina ratificou-a em 1956. Qualifica o genocídio como “delito de derecho internacional sea que se lo cometa en tiempo de paz o de guerra” (art. 1).

²⁷ Discurso proferido por Daniel Feierstein no *2º Encuentro Internacional de Analisis de las practicas sociales genocidas* (Buenos Aires, 20 a 22 de Novembro de 2007).

de la prefectura, y el otro con 17 terroristas en un Electra de la Aviación Naval. Se les dijo que serían evacuados a un penal del sur y por ello debían ser vacunados. Recibieron una primera dosis de anestesia, la que sería reforzada por otra mayor en vuelo. Finalmente en ambos casos fueron arrojados desnudos a aguas del Atlántico Sur desde los aviones en vuelo.”²⁸

Este militar confessará que entre 1500 a 2000 pessoas foram vítimas destes voos. Nesse mesmo ano um livro da autoria de Horacio Verbitski com o nome *El Vuelo* incluirá testemunhos detalhando a metodologia de Scilingo. Estas confissões foram o marco da ruptura na sociedade argentina, não por serem uma novidade, uma vez que o relatório da CONADEP já lhes fazia referência, mas por ser a primeira vez que um repressor reconhecia estes crimes publicamente. Como resposta, a estrutura do exército argentino através do chefe do exército, Martín Balza, fará uma auto-crítica pública da repressão. Neste discurso, para além da auto-crítica anteriormente referida, constata-se também a crítica implícita à lei da “obediência devida” quando considera como delinquentes aqueles que cumpram ordens imorais. Para além disso, a crítica à tortura quando refere, por outras palavras, que os fins não justificam os meios.

O Governo procura minimizar as confissões do militar ao assegurar que não existia qualquer prova concreta dos “vuelos de la muerte” e negando, peremptoriamente, a existência de uma listagem com os dados relativos a possíveis vítimas.

Contudo, os meios de comunicação social darão grande relevo às declarações de Scilingo suscitando na sociedade o sentimento de comoção e revolta. O ano de 1995 coincidiu com o décimo aniversário dos julgamentos das Juntas Militares, as “revelações” do ex-capitão farão florescer as dinâmicas sociais em torno das questões da “memória, verdade e justiça”.

No ano de 1995 surgirá um grupo de Direitos Humanos denominado *HIJOS - Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*²⁹ que como o próprio nome indica era constituído por filhos de desaparecidos com idades entre os vinte e os trinta anos e maioritariamente com grande militância política de esquerda. Num dos seus comunicados fundacionais os HIJOS reivindicaram não só a justiça em relação aos responsáveis pela ditadura mas, também, os ideais dos seus pais adoptando-os como seus. A associação desenvolverá um novo método de denúncia dos repressores, denominada “escraches”. Consiste, basicamente, em identificar os repressores e procurar dados dos crimes cometidos para posteriormente fazer uma manifestação à porta da residência ou do local de trabalho do mesmo, de forma a denunciar publicamente os crimes cometidos pelos mesmos. “Escraches” terá grande relevo ao longo da segunda metade da década de 90 contribuindo à sua medida para o não esquecimento.

A organização, logo em 1996, irá juntamente com a *Madres de Plaza de Mayo*, fazer uma exigência junto da justiça, requerendo dados que lhe permitissem fazer a reconstrução do que teria acontecido com os seus pais. Em 1995, pela primeira vez, o *Centro de Estudios Legales y Sociales* procurou junto dos tribunais argentinos o reconhecimento do “direito à verdade”. Face à limitação de perseguir penalmente os responsáveis, as acções incidiram sobre a procura de uma resposta para o destino dos desaparecidos. A partir de 1998 os repressores serão ouvidos, na qualidade de testemunhas.

O “direito a saber” foi reconhecido no Tribunal da Câmara Federal da Capital, que levantou várias averiguações sobre o que ocorreu a pessoas detidas/desaparecidas. A sua actuação teve um momento alto no ano de 1998 quando levou altos responsáveis do ESMA a prestar declarações.

Os julgamentos “pela verdade” que tiveram início na segunda metade de década de noventa e

²⁸ Claudia Feld, “La construcción del “arrepentimiento”: los ex represores en la televisión” *Entrepasados* (nº20/21, Buenos Aires, 2001) 35.

²⁹ Elizabeth Jelin, *El pasado en el futuro: los movimientos juveniles* (Editora Siglo Veintiuno, Buenos Aires, Junho 2006).

início de novo milénio foram-se multiplicando. Para além da vertente jurídica, estes julgamentos fomentaram a criação de uma memória colectiva e de uma memória individual, ajudando a conhecer particularidades das vítimas e repressores.

O governo de Menem apoiará esta pretensão, não na sua dimensão jurídica, mas sim na dimensão social. Pressionado pelas “abuelas” cria em 1992 a Comissão Nacional para o Direito à Identidade que trabalha juntamente com o Banco Nacional de Dados Genéticos, que havia sido criado em 13 de Maio de 1987 (lei n.º 23511). Nascia, desta forma, uma base de dados digital sobre os desaparecidos, essencial para a localização das crianças, sequestradas pelo regime.

Os vinte anos do golpe militar argentino foram uma oportunidade para avivar os relatos e testemunhos na sua dimensão emocional. Nas iniciativas promovidas cumpre-se a estratégia dos movimentos dos Direitos Humanos de ocupação e marcação de espaços públicos, fenómeno que até aqui tinha tido pouca importância. As organizações verificaram a importância de realçar os lugares de memória que condensam e simbolizam acontecimentos ou experiências, parte da identidade colectiva, como menciona Pierre Nora.

O apogeu das comemorações foi o dia 24 de Março e fica marcado pela intervenção do Presidente da República, já que pela primeira vez, um presidente democrático se expressou sobre o golpe militar no seu aniversário. Numa mensagem gravada, Carlos Menem qualificou a data como o dia “del horror, la muerte y la intolerancia”

Em Junho de 1996, depois de ter ouvido várias testemunhas, o juiz espanhol Baltasar Garzón considerou-se competente para investigar os delitos de genocídio e terrorismo na Argentina, tendo processado militares argentinos que desempenharam funções durante a última ditadura, entre os quais Scilingo. Em 1997 o militar foi ouvido pelo juiz e na sequência da audiência ficou detido. O julgamento ocorrido no exterior do país foi o primeiro a contar com a presença do repressor. Depois de vários anos de julgamento foi condenado a mil e oitenta e quatro anos de prisão.

A *Abuelas de Plaza de Mayo* apresentou, no ano de 1997, junto do tribunal, a queixa de subtracção de menores durante a última ditadura. A acusação terá consequências significativas, uma vez que os crimes de apropriação e falsificação de identidades não prescrevem. O fundamento alegado para a queixa encontra-se na Convenção para os Direitos das Crianças, no seu artigo n.º 8, conhecido como “o artigo argentino”. Inúmeros responsáveis pela ditadura viriam a ser acusados, dos quais se destaca Rafael Videla, logo no ano de 1998. O juiz Roberto Marquovich ordenará a detenção de Videla, primeiro em prisão domiciliária e depois em prisão efectiva. Outro preso será Massera, seu processo foi suspenso em 2002, quando o militar sofreu um acidente vascular cerebral, tendo sido posteriormente declarado incapaz por demência.

Decorridos dois anos, legisladores, essencialmente de esquerda (Unidad Socialista), apresentaram um projecto de lei para anulação das leis da *Obediencia Debida* e *Punto Final*. Precisamente no mês Março, com toda a sua carga simbólica inerente, o Congresso Argentino discutiu a proposta de lei. A “coligação” de forças entre os dois grandes blocos parlamentares, UCR e PJ, iria modificar a proposta adulterando a essência da mesma. O Presidente Menem já tinha referido que caso o Congresso aprovasse a nulidade das leis, o próprio, a vetaria. Assim a aprovação foi meramente simbólica uma vez que a maioria dos juristas argentinos considerava que não iria produzir efeitos práticos.

O ano de 1998 fica marcado pelo debate em torno da marcação do espaço público como lugar de memória. Carlos Menem irá propor a demolição do edifício do ESMA para a criação, no seu lugar, de um parque verde e de um monumento. Diria Menem que este seria um símbolo da “união nacional” e “reconciliação” do povo argentino.

Movimentos de oposição a esta medida referem que tal proposta é uma provocação a todos aqueles que lutaram pela liberdade. As “madres” através da sua líder, Hebe Bonafini, defenderam que o “ESMA debe mantenerse como una muestra del horror vivido.” Os tribunais argentinos dão razão às organizações de Direitos Humanos. Em Fevereiro de 2001, o Tribunal Constitucional reafirmará o carácter inconstitucional do decreto que pretendia a demolição do ESMA.

Lugares como o ESMA serviram de “campo de batalha” entre duas perspectivas diametralmente opostas. Por um lado, uma visão que tenta transformar/destruir esses espaços e dessa forma apagar as marcas identificadoras do passado. Por outro lado, os que promovem iniciativas para estabelecer marcas que se convertem em “veículos” de memória, ou seja, valorizarão lugares com carga simbólica.

É neste âmbito que a Assembleia da Cidade Autónoma de Buenos Aires destina um espaço, junto ao rio de La Plata, para se construir um monumento de homenagem às vítimas do terrorismo de estado - *Parque de la Memoria*.

No campo académico desenvolveram-se estudos sobre a memória e a consciência crescente da necessidade de preservar arquivos, documentos públicos e privados de forma a poderem ser transmitidos às futuras gerações. É criada a *Memoria Abierta*, em Março de 2000, composta por oito estruturas de Direitos Humanos, uma instituição com tarefas na recuperação, restauração e preservação de arquivos e documentos sobre o período do terrorismo de Estado, trabalhando em prol da criação do Museu da Memória. Uma outra organização, a *Comisión Provincial por la Memoria*, com funcionamento autónomo e de âmbito autárquico, é criada em Junho do ano 2000. Em 2002, o Congresso da Cidade de Buenos Aires aprovará a criação do *Instituto Espacio para la Memoria* com a missão e função de transmitir as memórias e a história dos acontecimentos ocorridos durante os anos 70, inícios dos anos 80, bem como os acontecimentos antecedentes e etapas posteriores e ainda promover a consolidação dos Direitos Humanos e o aprofundamento do sistema democrático.

O novo presidente argentino, Fernando de la Rúa, eleito a 20 de Outubro de 1999, é coagido a criar instituições específicas para impulsionar a política dos Direitos Humanos, por exemplo, uma Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, dependente do Ministério da Justiça, e na qual se desenvolvem medidas para a centralização de todos os dados das vítimas organizando-os e concedendo o acesso público a tais informações.

No ano 2000, em Buenos Aires, aprova-se a lei que define a transformação do ESMA nas instalações de um futuro *Museo de la Memoria*.

De la Rúa aceitará, no seguimento de um comportamento dos últimos anos da governação de Menem, a legitimidade, competência e independência dos tribunais para abrir e desenvolver processos judiciais na busca da “verdade” em relação aos factos ocorridos durante “El Proceso”.

O início do novo século fica marcado pelas querelas judiciais que irão culminar com a inconstitucionalidade das leis do perdão. Uma sentença do juiz Gabriel Cavallo, em Março de 2001, declara a inconstitucionalidade das leis da *Obediencia Debida* e *Punto Final* considerando que são incompatíveis com a *Convenção Americana dos Direitos Humanos*. A consequência imediata foi a possibilidade de levar de novo a julgamento os militares responsáveis por crimes contra a humanidade.

A decisão marcou um ponto de inflexão na história da Argentina passando os crimes cometidos a ser considerados crimes contra a humanidade e não simplesmente de delito comum.

Em Agosto de 2002 o Congresso Argentino aprovará a institucionalização do dia 24 de Março como o *Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia* comemorando “el día en el que se conmemora en Argentina a las víctimas políticas producidas por la última dictadura

militar que gobernó el país [...]”.

A Argentina elege em 2003, depois da crise de 2001, um novo presidente - Néstor Kirchner. A composição do Conselho de Magistratura irá sofrer mudanças. Há um aprofundamento em relação às políticas de memória. Kirchner irá converter em políticas de estado as reivindicações das organizações de Direitos Humanos defendendo que o país não podia desenvolver-se como nação sem responder à procura da “memória, verdade e justiça” em relação aos crimes de lesa humanidade, perpetuados durante o terrorismo de estado. Imediatamente afastará cerca de cinquenta militares. Em Agosto o presidente irá assinar a adesão da Argentina à *Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade*, de 26 de Novembro de 1968. Kirchner exige ao Congresso que esta convenção seja introduzida na “hierarquia constitucional” tornando assim inválidas as leis do perdão.

No mesmo mês, a Câmara de Deputados discutirá a anulação das leis da impunidade a partir de um projecto de lei apresentado por Patricia Walsh, deputada pela Frente *Izquierda Unida*. A lei n.º 25779 declarou a nulidade legislativa da impunidade, foi aprovada pela maioria dos deputados do PJ e dos restantes partidos de centro esquerda e esquerda. Uns dias mais tarde o Senado Argentino confirmaria tal decisão com trinta e três votos a favor, sete contra e uma abstenção.

O governo Kirchner segue as políticas públicas em relação à memória nas diversas vertentes. No ano de 2004, aquando de mais uma comemoração do dia 24 de Março, anuncia novas medidas como a conversão do ESMA no *Espacio para la Memoria y para la Promoción e Defensa de los Derechos Humanos*, que não sendo o primeiro, será, sem sombra de dúvidas, o mais importante. Neste mesmo espaço seria ainda criado o *Archivo Nacional de la Memoria*.

Outra medida será a retirada dos retratos dos ditadores Rafael Videla e Reynaldo Bignone do espaço do colégio militar, medida esta com grande carga simbólica. Durante as comemorações o presidente pediu, em nome do estado argentino, desculpas por tudo aquilo que se havia passado ao longo da década 70 e 80. Sem dúvida, um dos actos simbolicamente mais marcantes realizados até então.

Neste período de florescimento das políticas públicas de memória as organizações de Direitos Humanos ganham mais uma batalha quando a *Corte Suprema de Justicia de la Nación* argentina, em Agosto de 2004, estabelece a imprescritibilidade dos crimes de lesa humanidade e posteriormente, em 2005, ratifica a inconstitucionalidade das leis de *Obediencia Debida* e *Punto Final*. Esta decisão foi recebida com grande regozijo por Néstor Kirchner que afirmou “Es un grito de aire fresco que la impunidad entra a terminar”³⁰.

A oposição fez-se sentir à direita, que se pronunciou, por exemplo, através de Guillermo Cantini, do partido *Unión por Argentina*, “[...] No se deben reabrir las heridas del pasado [...] El país debe discutir cómo enfrenta los desafíos del futuro a partir de la reconciliación dejando de lado el revanchismo.”³¹

O ano de 2006 marcou o trigésimo aniversário do golpe militar e a transformação do dia 24 de Março em feriado nacional. Uma enorme manifestação, de mais de cem mil pessoas, reuniu-se na *Plaza de Mayo* com participantes de todas as idades. Os objectivos da manifestação não se reduziam ao passado e à memória, eram também exigências no plano político, social e económico. As associações defendiam (ainda que com diversas divergências entre si) que estes dois planos, aparentemente opostos, estariam umbilicalmente ligados, Esquivel afirmou “trinta

³⁰ *Jornal Páginat*12, 15/06/2005, 2.

³¹ *Ibidem*, 8.

mil desaparecidos, reivindicamos sus ideales y continuamos su lucha”.³²

A manifestação culminará com alguns agrupamentos de esquerda a realizarem um “escrache” em frente à residência de Martínez de Hoz, relembrando que a ditadura foi posta em prática ao serviço do grande capital e que teve como cérebro o ex-ministro da economia. Raúl Alfonsín, presente nas cerimónias, defenderá as medidas tomadas durante o seu mandato, mencionando que “Ilegamos hasta donde se pudo” numa clara alusão aos perigos de golpes militares vividos nos anos 80. Em relação aos indultos advogará a sua anulação, contudo “[...] el tema de los indultos lo resuelva la justicia”³³

A Corte Suprema anulará os indultos, que Menem concedeu aos repressores, declarando-os inconstitucionais numa sentença proferida a treze de Julho de 2007. Para o ex-presidente Carlos Menem a decisão é acima de tudo política estando contaminada com sentimento de vingança. As organizações de Direitos Humanos comemoram vitoriosamente esta sentença.

No entanto, houve reverses significativos. Aquando do julgamento do ex-chefe da polícia de Buenos Aires, Miguel Osvaldo Etchecolatz, uma das mais importantes testemunhas do processo, Julio Jorge López desapareceu sem deixar rasto. O ex-chefe havia sido condenado nos anos 80 a vinte e três anos de prisão por noventa e cinco acusações de tortura sendo libertado ao abrigo da lei *Obediencia Debida*.

Depois de anos a fio de julgamentos, de vinte e cinco audiências e de cento e trinta e três audições de testemunhas, o tribunal criminal n.º 1 de La Plata condenou Miguel Etchecolatz a prisão perpétua por crimes de lesa humanidade. O presidente do tribunal, Carlos Rozansky irá justificar esta sentença, dizendo “[...] se probaron distintas cosas, una de ellas, fundamental, es una metodología, un sistema para secuestrar, para matar [...]”³⁴ chegando à conclusão que os actos cometidos pelo ex-chefe não eram uma simples soma de delitos, eram sim parte de algo mais grave, ou seja, de um plano sistemático.

No dia em que se leu a sentença de Etchecolatz, Jorge Julio López desapareceu, sem deixar rasto, até ao dia de hoje. O regime de protecção de testemunhas não funcionou, o governo foi alvo de duras críticas, o que originou mudanças significativas nesta área.

Este acontecimento será o grande baluarte da luta pela memória, que se foi reflectindo nas comemorações do dia 24 de Março, desde 2007 até à presente data.

Até à presente data o Estado tem-se preocupado em continuar a aprofundar as políticas públicas de memória em parceria com as organizações de Direitos Humanos. A *Secretaría de Derechos Humanos de la Nación* é o instrumento ideal para fazer a ponte entre o estado e a sociedade civil e materializar as diferentes iniciativas.

Os objectivos passaram pela criação do *Consejo Federal de Derechos Humanos* com delegações em todas as províncias argentinas e os *Observatorios de Derechos Humanos* presentes em oito províncias. Outra iniciativa é a actualização dos anexos do boletim *Nunca Más* a par da criação de vinte unidades de investigação das sequelas do terrorismo de Estado. Também externamente o estado desencadeou acções para promover os Direitos Humanos. Conseguiu que o património documental dos Direitos Humanos argentinos fosse incorporado no programa Memória do Mundo sob a alçada da UNESCO. Aprovou o protocolo de adesão à Convenção contra a Tortura (2007) e desempenhou um papel activo na elaboração da Convenção Internacional contra os Desaparecimentos Forçados e na Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos, tudo isto a cargo da UNESCO.

³² Jornal *Página/12*, 25/03/2006, 3.

³³ *Ibidem*, 8.

³⁴ Entrevista a Carlos Rozansky, *Puentes* (nº 19, Dezembro de 2006) 14.

Nas instâncias do Mercosul, a Argentina propôs que se criasse o *Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del Mercosur* que funcionaria no ex- ESMA. Ainda no espaço do Mercosul será criada a *Iniciativa Niñ@s Sur* que visa promover os Direitos Humanos, essencialmente das crianças, mas também dos grupos mais vulneráveis.

As “abuelas” em coordenação com o poder executivo fomentaram o aumento significativo das apresentações espontâneas de jovens que duvidam da sua identidade perante a *Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad* (CONADI). A par deste passo desenvolveram-se leis para fortalecer o Banco Nacional de Dados Genéticos de forma a facilitar e agilizar o cruzamento de dados genéticos entre familiares e possíveis menores desaparecidos.

Um conjunto de associações e o próprio Congresso Argentino encabeçados por Daniel Filmus, ex-Ministro da Educação de Néstor Kirchner, decidiram candidatar a *Abuelas de Plaza de Mayo* a Prémio Nobel da Paz no ano de 2010.

Actualmente existem na Argentina diferentes tipos de julgamento cujo fim é a sanção penal dos responsáveis pelo terrorismo de Estado. Algumas dessas investigações são sobre delitos que ficaram excluídos com as leis da impunidade (subtracção de menores, mudança de identidade ou roubo de bebés). Outros estão relacionados com crimes contra a Humanidade estando as cúpulas militares, nomeadamente Videla, em julgamento na cidade de Córdoba, no qual assumiu, pela primeira vez publicamente, a responsabilidade dos actos cometidos, em defesa, segundo o próprio, da “[...] sociedad occidental e cristiana”.³⁵ A sentença, no caso de Videla, foi proferida em Dezembro de 2010 condenando-o a prisão perpétua por crimes contra a Humanidade.

Se é certo que o contexto actual da sociedade, da justiça e do estado argentino são propícios ao desenvolvimento de políticas de memória, todavia novos (e velhos) desafios se impõem: o avanço dos processos aos responsáveis económicos pela ditadura; o debate em torno da memória, ou melhor, das memórias (no plural); a querela sobre a maior legitimidade, nesta luta, de um grupo (detidos e familiares) em relação ao resto da sociedade e, conseqüentemente, o relacionamento entre essas formações e o debate actual sobre a problemática da memória; a complementaridade entre as homenagens (comemorações, monumentos e museus) às vítimas e o intuito de deixar, às futuras gerações, um legado de “memória, verdade e justiça”.

³⁵ Jornal *Página/12*, 06/07/2010, 3.

Flamarion Maués*

Editoras políticas no Porto, anos 1960-1970: da oposição à ditadura ao pós-25 de Abril

R E S U M O | *As editoras de caráter político tiveram marcante atuação desde o final dos anos 1960 até o final da década seguinte em Portugal. Elas se caracterizavam por editar obras de oposição ao regime salazarista e, após o 25 de Abril, títulos que ampliaram o debate político no país. Pelo menos 24 dessas editoras tinham sua sede na cidade do Porto, mas sua atuação atingia todo o país. Neste artigo apresento um levantamento dessas editoras e analiso mais detidamente a atuação de algumas delas. Em conclusão, aponto que tais editoras tornaram-se um destacado sujeito do processo político português, seja nos anos que antecederam ao 25 de Abril, seja no processo desencadeado a partir daquele momento. Palavras-chave: Edição política, Editoras políticas do Porto, Editoras de oposição.*

A B S T R A C T | *Some publishing houses in Portugal had a notable political role from the end of the 1960s to the late 1970s. They published books that clearly opposed Salazar's regime, and after the Revolution of April 25th they kept publishing works that greatly contributed to the political debate in the country. At least 24 of these political publishing houses were located in the city of Oporto, although their distribution and influence could reach the whole of Portugal. In this paper I present a general outline of these publishing houses and analyze in detail some of them. To conclude, I indicate which publishing houses were more important in the Portuguese political process both before and after the Carnation Revolution, pointing out some specificity of Oporto political publishing features. Keywords: Political publishing, Political Publishing houses in Oporto, Oppositional publishing houses.*

Edição e política

No Porto, maior cidade da região Norte de Portugal, houve nas décadas de 1960 e 1970 pelo menos duas dezenas de editoras que publicaram livros políticos e de oposição ao regime do Estado Novo, com clara intenção de intervenção nos debates e lutas políticas da época. Mesmo antes do 25 de Abril, quando o exercício do direito de oposição estava severamente restrito e vigiado pela ditadura, tais editoras marcaram presença.

Na investigação que realizei sobre a edição política em Portugal entre 1968 e 1980¹, verifiquei que houve mais de uma centena de editoras de caráter político em atuação no país nesse período, sendo que pelo menos 24 delas situavam-se na cidade do Porto. Eram editoras que publicavam obras que questionavam ou se opunham ao regime salazarista, de forma mais ou

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo e Investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

¹ Flamarion Maués Pelúcio Silva, "Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80" (tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2013). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07112013-131459/en.php>>.

menos direta. Editavam obras de ficção em prosa e poesia de carácter crítico ou questionador, seja de questões sociopolíticas ou de costumes e moral; livros de contestação política, por exemplo, com textos da oposição democrática, com a reprodução de processos contra opositores, sobre movimentos estudantis ou com críticas a Salazar ou ao regime do Estado Novo; livros de, ou sobre, presos políticos; obras questionando a política colonial, questões económicas e agrárias; livros que abordavam sob uma perspectiva crítica a visão oficial da história imposta pelo regime salazarista; obras sobre o pensamento socialista e comunista (“comunizantes” ou “subversivas”, segundo a censura salazarista); livros que tratavam da pobreza, das condições de vida e das desigualdades sociais em Portugal.

E depois de Abril de 1974 estas editoras passaram a publicar obras que descreviam a resistência e a repressão durante o salazarismo; títulos que haviam sido proibidos até então; textos programáticos de organizações de esquerda e documentos dos movimentos de libertação africanos; livros sobre os países socialistas; e uma profusão de obras de divulgação das doutrinas socialista e comunista.

Parte dessas editoras realizava o que podemos chamar de *edição política*, ou seja, um tipo de trabalho editorial que vinculava de modo direto engajamento político e ação editorial, conforme definição de François Valloton e Julien Hage². Os vínculos entre engajamento e edição desenvolveram-se, de início, em função principalmente da oposição ao salazarismo, que a partir de meados dos anos 1960 se ampliou e passou a incorporar alguns setores sociais que até então não tinham papel importante nesses embates, como é o caso dos setores católicos que passam a militar na oposição.

Nesse contexto, a edição apresentava-se como instrumento de intervenção política com forte potencial a ser explorado pelos setores que buscavam opor-se e contestar a situação vigente. Isenta, na prática, da censura prévia, a edição de livros beneficiava desse fator se comparada à imprensa, pois, ainda que a lei estabelecesse a obrigatoriedade de censura prévia aos livros que tratassem de “assuntos de carácter político ou social”³, a verdade é que a grande maioria dos editores de livros não submetia suas obras previamente à censura, sujeitando-se ao risco de vê-las apreendidas após a edição, com as perdas económicas que isso implicava.

Devemos ressaltar que tratamos neste artigo tão-somente das editoras situadas no Porto, e apenas do período entre o final dos anos 1960 e o final da década seguinte. É importante destacar isso, pois há casos em que a atuação de algumas editoras teve suas características modificadas nesse período. Levando-se isso em consideração, eis a lista das editoras de carácter político atuantes no Porto no período mencionado (entre parênteses está a data de fundação das editoras):

- Livraria Apostolado da Imprensa (anos 1920)
- Portucalense (1928)
- Brasília (anos 1950)
- Afrontamento (1963)
- Inova (1968)
- Paisagem (1969)
- Cadernos Textuais (1969)
- Latitude (1970/71)

² Julien Hage, “Feltrinelli, Maspero, Wagenbach: une nouvelle génération d’éditeurs politiques d’extrême gauche en Europe Occidentale 1955-1982” (Thèse de Histoire Contemporaine, Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines Batiment D’Alembert, 2010); François Valloton, “Édition et militantisme: le catalogue de ‘La Cité: Editeur’ (1958-1967)”. In *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*, dir. Léonard Burnand, Damien Carron, Pierre Jeanneret (Lausanne: Editions d’en bas, 2007), 7-26.

³ A base legal para a censura prévia aos livros era o Decreto 22.469, de 11 de abril de 1933. Ver: MOURA, F. Pereira de Moura *et al.*, *O estatuto da imprensa* (Lisboa: Prelo, 1968), 14-15.

- Cadernos para o Diálogo (1971)
- Edições do Povo (1971)
- Telos (1972)
- Textos Marginais (1972)
- A Regra do Jogo⁴ (1973)
- O Grito do Povo (1973)
- Escorpião/Textos Exemplares (1973)
- Estrela Vermelha (1974)
- Sementes (1974)
- Textos Políticos (1974)
- Textos da Revolução (1974)
- A Opinião (1975)
- Contra a Corrente 1975
- Limiar (1975)
- Nova Crítica (1975)
- Rés (1975)

Como podemos constatar, a maior parte das editoras (15) surgiu antes do 25 de Abril, e nove foram criadas a partir dessa data. Isso mostra que mesmo no período pré-25 de Abril, em particular durante o Marcelismo, já havia um razoável movimento editorial de caráter oposicionista no Porto, e em Portugal de modo geral.

Interessante destacar a presença de três editoras ligadas aos setores da oposição católica: Livraria Apostolado da Imprensa, Telos e Afrontamento – sendo que esta última em sua fase mais importante extrapolou muito esse âmbito de apoiadores. Duas outras editoras tinham já atuação havia certo tempo – a Portucalense e a Brasília –, mas tiveram suas linhas editoriais afetadas no período do Marcelismo.

Outras editoras são resultado de iniciativas de editores independentes, como João Barrote (Paisagem e Escorpião/Textos Exemplares), António Daniel Abreu (Cadernos para o Diálogo, Textos Marginais, Rés e Nova Crítica), José Carvalho Branco (Brasília), José Leal Loureiro (A Regra do Jogo), Egito Gonçalves e Eugénio de Andrade (Limiar) e José da Cruz Santos (Inova). Lugar especial entre os editores cabe a Henrique A. Carneiro, proprietário da Gráfica Firmeza que assumiu a responsabilidade por inúmeras edições realizadas por diferentes editoras e autores, e de quem ainda falaremos mais adiante. Somente após o 25 de Abril ele criou a sua editora, a Textos Políticos.

Havia ainda outro conjunto de editoras que tinha vinculações com grupos políticos. Eram maoístas as Edições do Povo; Textos da Revolução; O Grito do Povo (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa/OCMLP), Sementes e Estrela Vermelha (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado/MRPP). Vinculada ao Partido Comunista de Portugal (PCP) tínhamos A Opinião. E a Contra a Corrente era ligada ao jornal *O Combate*, que defendia a auto-organização dos trabalhadores.

A Latitude e a Portucalense (esta apenas no curto período 1971-72) eram ecléticas, reunindo trotskistas, maoístas e setores dos católicos progressistas. Também a Afrontamento, a Cadernos Para o Diálogo, a Escorpião/Textos Exemplares e A Regra do Jogo tinham esse caráter eclético do ponto de vista ideológico.

Antes de apresentar algumas notas sobre essas editoras, apresento a seguir uma visão muito breve de livrarias que, no Porto, vendiam os livros publicados por estas editoras políticas antes do 25 de Abril.

⁴ As editoras A Regra do Jogo, O Grito do Povo e Contra a Corrente tinham suas sedes tanto na cidade do Porto como em Lisboa.

Livrarias de oposição

Os livros políticos podiam ser encontrados em algumas livrarias da cidade que também tinham posturas oposicionistas (mas não só nestas), como a Divulgação, talvez a mais destacada de todas as “livrarias de oposição” do Porto, tendo à frente Carlos Porto e Fernando Fernandes, este último o continuador da empresa em sua segunda fase, quando passou a se chamar Livraria Leitura⁵.

Importante também foi a Unicepe (Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto). Na altura, surgiram em várias cidades cooperativas livreiras, que tinham como objetivo facilitar a aquisição de livros por estudantes e professores, e acabavam também por difundir obras proibidas, literatura marxista e livros que questionavam o regime salazarista.

Outra livraria de oposição era a Paisagem, na rua José Falcão, que tinha, nos fundos, um pequeno compartimento, “que estava sempre fechado, pelo que os clientes não se davam conta, onde só tinham livros ‘fora do mercado’, cujo acesso só permitiam a pessoas conhecidas, de confiança”, lembra José Manuel Lopes Cordeiro⁶.

Vale lembrar a livraria e distribuidora Latitude, na rua de Santo Ildefonso, que fechou as portas ainda antes do 25 de Abril. E também a Livraria A Educação Nacional, na rua da Fábrica, “uma livraria editora que publicava obras afectas ao regime, mas que no rés-do-chão de um prédio contíguo, um autêntico cubículo, que habitualmente estava de porta fechada, tinha e vendia os livros proibidos”⁷.

Lopes Cordeiro lembra que “Havia ainda um outro conjunto de livrarias que, embora não tão ‘especializadas’, também vendiam livros ‘fora do mercado’, embora com menos ‘sortido’”⁸.

Todas essas livrarias tinham muito cuidado na venda dos livros políticos, pois eram muito vigiadas pela PIDE. A maior parte desses livros era produzida pelas editoras de carácter político. A seguir destaco algumas dessas editoras, situadas no Porto, que tiveram atuação importante no período, e ao mesmo tempo procuro mostrar a diversidade política e ideológica que as caracterizava, ressaltando ainda o papel de seus editores para que conseguissem alcançar os objetivos que se propunham.

Algumas editoras políticas do Porto

Afrontamento

Editora cujas origens remontam a 1963, com o lançamento da coleção de antologias “Afrontamento”, publicada no Porto por um grupo composto de “jovens católicos progressistas, que tinham uma perspectiva mais atuante da religião no campo social, e gente de esquerda não conotada com o Partido Comunista”⁹. Os livros eram coordenados e editados por Pedro da Conceição Francisco, jovem “provindo da Guiné-Bissau em maio de 1966 e desde há muito ligado às JUC [Juventude Universitária Católica] do Porto”¹⁰.

Os livros desta coleção traziam na contracapa a seguinte frase, de Emmanuel Mounier, que resumia o espírito que motivava seus editores: “Quando a desordem se torna ordem, uma atitude se impõe: afrontamento”.

Em 1967 o grupo em torno da Afrontamento se amplia e busca dar início a uma nova fase

⁵ Carlos Porto, *Livrarias e livreiros, 1945-1994. Histórias portuenses* (Porto: Livraria Leitura, 1994), 87-112.

⁶ Mensagem eletrônica de José Manuel Lopes Cordeiro ao autor em 24/2/2014.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Idem*.

⁹ Entrevista com José Sousa Ribeiro na cidade do Porto em 24/3/2011. Todas as falas de Ribeiro que aqui aparecem provêm dessa entrevista, assim como grande parte das informações utilizadas neste item.

¹⁰ Mário Brochado Coelho, *Confronto, memória de uma cooperativa cultural: Porto 1966-1972* (Porto: Afrontamento, 2010), 24-25.

de publicações. Nesse momento, alguns dos membros do grupo são: Pedro Francisco, Mário Brochado Coelho, Raul Moura, Pedro Barros Moura, José Leal Loureiro, Eneias Comiche, Machado Cruz, Artur Castro Neves, Arnaldo Fleming, José Carlos Marques, Eugénio Furtado, Gaspar Barbosa, Bento Domingues, David Miranda¹¹, César Oliveira e José Soares Martins (que utilizava o pseudônimo de José Capela). Várias dessas pessoas atuavam na cooperativa cultural Confronto, criada no Porto em 1966.

Até este momento, a estrutura editorial e comercial existente em torno da Afrontamento era amadora, militante, o que criava algumas limitações para a produção e circulação dos livros editados. É em 1971 que se inicia efetivamente a segunda etapa da atuação do grupo, com o incremento das edições e a sua ampliação. É a partir de então que de fato se pode falar em uma Editora Afrontamento, com coleções diversificadas de livros, constância nos lançamentos e uma melhor estrutura comercial, mais profissional.

José Sousa Ribeiro, que era nessa época um jovem estudante de economia na Universidade do Porto, aproximou-se do grupo por afinidade, acabando por ser, pouco depois, profissionalizado pela então embrionária editora, ocupando-se da produção dos livros e da sua venda para as livrarias¹².

De acordo com Ribeiro, a nova fase da editora começa com a iniciativa do advogado Mário Brochado Coelho de editar um livro sobre o processo judicial contra um militante da luta anticolonial preso em Angola, dando origem à obra *Em defesa de Joaquim Pinto de Andrade*, em julho de 1971. “No blecaute de informações que havia na época, essa era uma forma de furar esse bloqueio. Este livro teve uma grande difusão e saiu com a chancela Afrontamento”, lembra Ribeiro. Ele afirma que o sucesso de vendas desse livro – que teve tiragem de 20 mil exemplares – e o entusiasmo que ele gerou, levaram a que se começasse a estruturar melhor essas atividades e que se evoluísse para um empreendimento mais organizado.

Os recursos obtidos com o livro foram cedidos por Brochado Coelho e serviram de base para o incremento das edições, que passaram a um ritmo acelerado. Apenas em 1971 foram pelo menos seis títulos, editados entre julho e dezembro. Em 1972 e 1973 foram cerca de dez títulos por ano.

Os títulos publicados nesses anos têm marcadamente um caráter de oposição ao governo de Marcelo Caetano, com forte ênfase em temas relacionados com a luta anticolonial. Merece destaque a coleção Bezerro D’Ouro, cuja característica era reproduzir em seus volumes peças jurídicas de processos contra opositores: pedidos de *habeas corpus*, medidas de segurança, reprodução da legislação em vigor, autos de interrogatório, acórdãos de tribunais etc. Tratava-se, portanto, de documentos oficiais, o que tornava embaraçoso para o governo a sua censura. Foi, sem dúvida, um subterfúgio inteligente, apesar de boa parte desses livros ter sido posta “fora de mercado”, ou seja, foram censurados ou apreendidos da mesma forma. Todavia, a censura ou a apreensão não significavam, na maior parte dos casos, que os livros efetivamente deixavam de circular, como veremos adiante.

Os livros da coleção Bezerro D’Ouro tiveram grande êxito, venderam milhares de exemplares. O sucesso dessa e de outras coleções da Afrontamento tornou a editora rapidamente conhecida em todo o país.

Nessa segunda etapa, diz Ribeiro, alguns dos católicos progressistas “foram se afastando do catolicismo, passando a engrossar as fileiras de uma esquerda não filiada nas organizações políticas clandestinas que existiam. Era um grupo muito marcado pelas questões anticoloniais”. De fato,

¹¹ *Ibidem*, 41.

¹² Entrevista com José de Sousa Ribeiro, Porto, 24/3/2011.

nessa etapa, esse foi o ponto forte do combate político da editora: “Aquilo que afrontava mesmo ao regime de maneira radical eram as questões coloniais. E fomos radicais nisso”, afirma Ribeiro.

Em janeiro de 1973 é criada a primeira sociedade comercial por cotas, uma distribuidora de livros, com nove sócios. Uma sede foi alugada e a editora passou a ter alguns funcionários. “Até então era uma coisa informal, tudo era feito como edição do autor”, lembra Ribeiro.

O recurso à “edição do autor” ocorria devido aos riscos existentes na edição de livros de oposição ao regime: “Estávamos conscientes de que a atividade do ponto de vista político era arriscada. A consequência menor, desse ponto de vista, era a apreensão dos livros pela polícia política, 90% dos livros que publicamos era esse o destino que tinham”, lembra Ribeiro.

A edição do autor era uma maneira de tentar escapar à ação repressiva. Ribeiro lembra que eram apresentados como editores das obras o autor ou personalidades públicas, o que tornava mais difícil a atuação policial. “O livro *Presos políticos*, da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, de 1972, é um exemplo disso”, recorda. Os editores eram três personalidades de âmbito nacional (Armando de Castro, Francisco Pereira de Moura e Filipe Lindley Cintra), contra quem a polícia dificilmente poderia agir com grande violência.

A ação repressiva de apreensão dos livros tinha resultados apenas parciais, pois, como destaca Ribeiro: “Havia um sistema já completamente montado para obviar isso. Nós podíamos publicar um livro que era apreendido imediatamente mas apesar disso vender milhares de exemplares dessa edição. Desenvolvemos a venda mão-a-mão, ou seja, havia uma grande rede de amigos da editora que compravam dez, vinte exemplares e os revendiam fora do mercado livreiro. Os livreiros, fossem quais fossem as suas ideias, eram extremamente solidários, compravam os livros, punham um em exposição e guardavam os outros, vendiam apenas a quem conheciam. A polícia apreendia o exemplar que estava exposto, mas não os escondidos. Muitas vezes isso até aumentava as vendas, porque havia gente que comprava livros porque eles tinham sido apreendidos. Então os livros circulavam sempre, mesmo aqueles que eram apreendidos”.

Uma terceira fase na vida da Afrontamento se inicia com o 25 de Abril. O fim da censura, das apreensões e a efervescência política que se iniciou a partir de então tiveram reflexos diretos sobre a atuação da editora. Ribeiro lembra que: “Logo em seguida ao 25 de Abril fizemos livros com tiragens nunca pensadas até aí. Uma das nossas primeiras investidas então foi publicar a história das zonas colonizadas, digamos assim, dos movimentos de libertação, a *História de Angola* que o MPLA divulgava, da Frelimo sobre Moçambique, do PAIGC sobre a Guiné. A *História de Angola* deve ter tido 80 mil exemplares, exportamos uma parte para Angola, mas a um preço declaradamente mínimo. Nunca aproveitamos disso para capitalizar, nestes casos vendíamos próximos do preço de custo. Prestamos um serviço claramente importante do ponto de vista político, mas nunca perdemos a independência. Sempre quisemos manter a independência, isso pareceu-nos importante após o 25 de Abril”.

Nessa etapa, Marcela Torres, então militante do Movimento de Esquerda Socialista (MES)¹³, passou a atuar de forma mais intensa na editora.

Por outro lado, a liberdade para editar era também uma situação que trazia novos desafios do ponto de vista comercial. Foi necessário, até certo ponto, redirecionar a editora, como explica Ribeiro: “Outros editores começaram a editar coisas de conteúdo político e, portanto, vieram fazer-nos concorrência. Isso teve algum impacto. Decidiu-se que a Afrontamento começasse a se abrir a outros campos de edição, e não apenas à edição de conteúdo político. Abrimos essencialmente para dois campos, o campo universitário (ciências sociais e humanas) e a literatura

¹³ “O leitor (in)penitente”, *Blogue Incursões* (11/1/2007), (disponível em <http://incursoes.blogspot.com.br/2007/01/o-leitor-impenitente-10.html> - consultado em out. 2012).

infanto-juvenil”.

No que diz respeito à edição política, a editora manteve um caráter de independência em relação a grupos políticos, e editou obras de várias tendências à esquerda do PCP, mas sem se deixar “aparelhar” por nenhum grupo. “Havia uma certa heterogeneidade entre as pessoas que compunham a editora, havia um certo entendimento nessa heterogeneidade, ninguém quis estragar esse ambiente”, diz Ribeiro. “Essa heterogeneidade criava uma independência face aos grupos”.

Até o final da década de 1970 os livros políticos tiveram grande peso na produção da editora, mas a partir desse momento foram perdendo espaço, apesar de a Afrontamento nunca ter deixado de publicar obras de caráter político – como faz até os dias de hoje.

Ribeiro explica que “A partir do princípio dos anos 1980 a editora foi confrontada com questões de outra natureza, questões de viabilidade econômico-financeira que têm a ver com opções empresariais”. Para ele isso se deveu a um certo declínio da linha tradicional de publicação da editora. “A editora se descaracteriza um pouco a partir daí, até porque a sociedade mudou muito também nesse período. E fomos confrontando-nos com a vida de uma empresa normal, com os altos e baixos dos ciclos econômicos, com as crises etc.”.

No período entre 1968 e 1980, a Afrontamento publicou cerca de 150 títulos de caráter político. Atualmente, a Afrontamento mantém-se como uma editora independente. Ribeiro continua como um dos responsáveis pela editora.

Ribeiro faz uma avaliação ponderada sobre o papel da editora desde a sua criação: “Sobretudo antes do 25 de Abril, numa altura em que a informação estava completamente bloqueada em Portugal, a possibilidade de publicar coisas que não eram controladas era extremamente apelativa, era um desafio. E acho que desse ponto de vista levamos isso ao limite no contexto da situação fechada que havia. E isso deu o seu contributo para abrir algumas cabeças. A importância do nosso trabalho foi fazer com que certas coisas se tornassem públicas, que abandonassem a clandestinidade a que estariam reservadas. Não quer dizer que isso tivesse uma importância desmesurada, não foi por isso que caiu o fascismo, mas a verdade é que tudo conflui, o rio engrossa se houver muitos fios d’água a ajudar, e a Afrontamento foi um desses fios d’água. Nunca ninguém quis reivindicar mais do que isso”.

Editorial Inova

Editora criada em 1968 por José da Cruz Santos, que iniciou sua vida editorial nas Publicações Europa-América e, em 1963, a convite de Agostinho Fernandes, tornou-se coordenador literário da Portugália Editora.

Alguns anos depois decidiu voltar ao Porto e criar a sua editora, a Inova¹⁴. Cruz Santos recorda que: “As pessoas não imaginam o que era constituir uma editora naquela altura: era necessária uma autorização, que vinha da Presidência do Conselho, e foi preciso meter uma cunha a um homem a quem chamavam ‘o Lápis de Salazar’, um tal Paulo Rodrigues”¹⁵.

Inicialmente, a Portugália era sócia da Inova, o que “facilitou as coisas”, lembra Cruz Santos¹⁶. Óscar Lopes, escritor e militante do PCP, foi chamado para ser o diretor literário¹⁷, e

¹⁴ Nuno Medeiros, *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970* (Lisboa: ICS, 2010), 244-45.

¹⁵ Luís Miguel Queiróz, “José da Cruz Santos, um inventor de livros”, Público, Lisboa (1/4/2012), (disponível em <http://www.publico.pt/Cultura/jose-da-cruz-santos-um-inventor-de-livros-1540311?all=1> - consultado em 15/04/2012).

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Sobre a atuação de Lopes na Inova, Cruz Santos afirmou: “Ele não se importava de fazer as coisas mais simples, lia originais, fazias as badanas dos livros, escrevia folhetos de divulgação”. Ver: “Homem da palavra, leitor emocionado”, *Diário de Notícias*, Lisboa (1/10/2007), (disponível em <http://www.portugalvivo.com/spip.php?article2517> - consultado em 16/4/2011).

o artista plástico Armando Alves assumiu a direção de arte da editora¹⁸.

A Inova caracterizou-se por suas coleções de poesia e pelas obras de ficção. Mas também publicava livros de atualidades, jornalísticos e da área de ciências sociais, além de livros técnicos. As obras políticas representavam, portanto, apenas uma pequena parte de sua produção.

Mas a característica mais marcante da Inova foi sem dúvida a inovação gráfica de seus livros, cuja criação era de Armando Alves. Os volumes da editora usavam quase sempre duas cores nas páginas iniciais e finais do livro, trazendo um diferencial que os destacava em relação às demais editoras.

Cruz Santos era simpatizante do PCP, e tinha ligações com outros setores da oposição democrática. Essas ligações se refletirão na escolha de alguns títulos publicados e no rol de autores da editora.

Antes do 25 de Abril, a Inova editou obras de caráter político, tanto sobre temas nacionais quanto sobre questões internacionais. Neste último caso, foi recorrente a edição de obras que valorizavam a resistência à dominação nazista na Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

Em relação a temas ligados à realidade portuguesa, alguns títulos se destacam. É o caso das obras *Eleições de 1969: documentos eleitorais da Comissão Democrática do Porto*, que teve seleção e prefácio de Virgínia Moura (1971); *Em defesa do pensamento científico (Um incidente / Os condicionamentos do ensino superior)*, de Armando de Castro (1973), trazia as peças do processo a que o autor foi submetido pelo Ministério da Educação Nacional e que levou ao seu afastamento do ensino superior; *Intervenção política: textos integrais* (seleção e edição de Humberto Soeiro), com os principais documentos dos democratas de Braga entre 1949 e 1970.

A publicação destes e de outros livros fizeram com que a Inova fosse alvo constante da polícia política. “Entre livros proibidos e apreendidos, foram cerca de 40 títulos”, afirma Cruz Santos¹⁹. Após o 25 de Abril a Inova continuou a editar algumas obras políticas, inclusive com a edição de alguns títulos que denotavam a proximidade entre a editora e o PCP: *A resistência em Portugal*, de José Dias Coelho (1974), militante comunista assassinado em 1961; *O que é o comunismo?*, de Georges Cogniot (1974); *Agonia e morte de Lenine*, de Máximo Gorki e Gerard Walter, traduzido por Egito Gonçalves (1974); e a coletânea *Companheiro Vasco* (1977).

Esta última obra foi efetivamente uma ação política da Inova de apoio e desagravo ao ex-primeiro-ministro Vasco Gonçalves, que era apoiado pelo PCP. A obra, editada em setembro de 1977, começou a ser elaborada cerca de dois anos antes, em outubro de 1975, quando “a Editorial Inova publicou anúncios pedindo a colaboração para um livro de depoimentos diversos sobre Vasco Gonçalves [...] nome consagrado então por uma grande massa do povo trabalhador que via no ex-primeiro-ministro a figura ímpar da Revolução de Abril”²⁰. O anúncio, publicado dois meses após a saída de Vasco Gonçalves do cargo de primeiro-ministro do V Governo Provisório, tinha o seguinte título: “Companheiro Vasco. Homenagem nacional a Vasco Gonçalves, ao revolucionário do MFA, ao governante devotado ao povo, ao português de honra”.

Esta iniciativa é um exemplo excelente de como a edição de uma obra pode ser uma ação política de uma editora, desde a sua concepção até o lançamento do produto final, servindo para mobilizar pessoas, engajá-las em um projeto editorial e interferir – ou tentar interferir – de modo real na conjuntura política.

No entanto, o fim da ditadura foi mais negativo do que positivo para a editora, pois, de acordo com Cruz Santos, até o 25 de Abril “grande parte dos livros era escoada para África – mais

¹⁸ Luís Miguel Queiróz, “José da Cruz Santos, um inventor de livros”.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ Texto publicado na badana do livro *Companheiro Vasco* (Porto: Inova, 1977).

de 60% da tiragem, em algumas obras –, e no pós-25 de Abril não foi mais nenhum”²¹, o que teria causado graves perdas para a Inova.

A editora ainda se manteve em atividade até 1980, mas o último título político parece ter sido o livro *Companheiro Vasco*, em 1977.

A Editorial Inova publicou entre 1968 e 1977 cerca de 35 livros de caráter político. Isto equivale a algo como 20% da produção da editora nesse período. Predominavam na sua produção as obras de literatura, principalmente ficção e poesia.

Sem ser uma editora vinculada a um grupo ou partido político, parece certo que a proximidade do proprietário da Inova ao PCP foi fator que teve repercussão nas obras políticas por ela editadas, mas sem transformá-la de modo algum em uma editora de partido.

Cadernos Para o Diálogo

Editora criada em 1971 por António Daniel Abreu. Sua origem relaciona-se à atividade profissional de Abreu na Editora Paisagem, pouco antes, onde ele trabalhava no setor de vendas.

Abreu tinha ligações com setores católicos progressistas, que faziam oposição à ditadura, e tinha feito parte da Juventude Operária Católica (JOC) e do Gedoc (Grupo de Estudos e Documentação).

Depois que saiu da Paisagem, no começo da década de 1970, Abreu foi trabalhar na editora Inova. Lá ficou pouco tempo, pois decidiu começar a editar por conta própria. “Comecei a editar em 1971. Eu tinha 19 anos, então a minha mãe teve que me dar a emancipação, pois eu era menor de 21 anos”, conta Abreu²², que desde 1986 vive no Brasil.

“O Abreu, do seu trabalho de vendas, percebeu que havia espaço para fazer publicações de orientação oposta ao regime, que condiziam com os sentimentos dele de opositor da ditadura, e começou a fazê-las, com todo o atrevimento e ingenuidade”, lembra João Barrote²³, que trabalhou com Abreu na Editora Paisagem.

A primeira editora criada por António Daniel Abreu foi a Cadernos Para o Diálogo, que editou seis títulos em 1971. Entre os autores estavam Marx (*Trabalho assalariado e capital*), Engels (*A questão do alojamento*), D. Helder Câmara (*Espiral de violência*) e Aimé Césaire (*Discurso sobre o colonialismo*). Este último livro, em particular, “era uma afronta para o regime, porque a palavra colonialismo tinha sido banida em Portugal”, lembra Abreu.

Tais lançamentos não passaram despercebidos pela polícia política. Abreu recorda que: “A Cadernos Para o Diálogo publicou livros, digamos, muito avançados, a polícia política, a PIDE/DGS, veio em cima de mim, apreendeu tudo, fizeram um processo, e eu tive que parar com aquilo porque não tinha mais condições. Qualquer livro que saísse eles vinham em cima de mim”.

Para tentar escapar à perseguição e ao estigma que a Cadernos Para o Diálogo tinha criado junto à PIDE, Abreu resolveu encerrá-la e iniciar uma outra editora. “Foi quando eu comecei a Textos Marginais, com uma proposta diferente, mais aberta”, diz Abreu.

Textos Marginais

Criada por António Daniel Abreu, em 1972, para dar continuidade à sua atividade de editor, que se iniciara com a Cadernos Para o Diálogo. A criação da Textos Marginais foi a forma encontrada por Abreu para tentar escapar à perseguição política que aquela editora sofria, já que

²¹ Luís Miguel Queiróz, “José da Cruz Santos, um inventor de livros”.

²² Entrevista com António Daniel Abreu, São Paulo, 23/8/2012. Todas as demais falas de Abreu provêm desta entrevista.

²³ Entrevista com João Barrote, freguesia de Arnoia, concelho de Celorico de Basto, distrito de Braga, 22/6/2011.

qualquer título que viesse a ser publicado pela Cadernos Para o Diálogo estava fadado à censura e à apreensão.

Os livros editados pela Textos Marginais se caracterizavam pelo marcado caráter político e ideológico ligado ao pensamento transformador, de esquerda e marxista, mas não tocavam diretamente na questão colonial, que, na opinião de Abreu, era o ponto que mais incomodava o regime.

Antes do 25 de Abril a Textos Marginais publicou livros como: *O sistema irracional*, de Paul Baran e Paul Sweezy (1972); *A guerra civil de Espanha*, de Andrés Nin (1972); *Contribuição para a história do cristianismo primitivo*, de Karl Marx e Friedrich Engels (1972); *Uma educação para a liberdade*, de Paulo Freire (1972); *O novo mundo industrial e societário e outros textos*, de Charles Fourier (1973); e *Império e imperialismo americano*, de Celso Furtado e outros (1973).

António Abreu recorda que: “Os livros da Textos Marginais eram um sucesso. Quando fiz o primeiro eu tinha um certo receio, porque a polícia vinha sempre em cima de mim, então eu comecei com 1.500 exemplares, que já saíam praticamente vendidos. Aí eu fui aumentando a tiragem até que cheguei a 10 mil a tiragem inicial. E vendia tudo”.

Um dos maiores sucessos da editora foi o livro *O combate sexual da juventude*, de Wilhelm Reich, publicado em 1972, que vendeu quase 30 mil exemplares. “Quando eu resolvi editar este livro todo mundo disse que eu estava louco, que eu seria preso, mas resolvi editar assim mesmo. Foi um sucesso, vendeu uns 20 mil, 30 mil exemplares. Eu tirei os primeiros 5 mil e vendeu tudo em 24 horas”, lembra Abreu.

Depois do 25 de Abril, num primeiro momento os livros continuaram com boas vendas, conta Abreu. Mas os novos tempos trouxeram mudanças para o setor editorial: “As coisas mudaram radicalmente. Antes do 25 de Abril o livro saía com o rótulo de proibido, então havia todo um mercado paralelo, que se formou em função disso, as livrarias recebiam os livros que sabiam que seriam proibidos e já tinham uma forma de os vender, recebiam os livros e nem expunham, ficavam debaixo do balcão e havia os clientes certos que iam lá e compravam. Eram tiragens de 3 mil, 4 mil exemplares e vendia tudo. Normalmente uns 30% ou 40% da tiragem eram já destinados para a apreensão, a gente já contava com aquilo. Com o 25 de Abril surgiram dezenas de editoras, e naturalmente eu também perdi espaço, eu tive que me afastar de algumas coisas e mudar o rumo”.

Abreu lembra, com ironia, que “Com o 25 de Abril todos se transformaram em revolucionários”. Mas, depois de cerca de dois anos em que a agitação política foi intensa e venderam-se livros políticos como nunca em Portugal – de abril de 1974 até o final de 1975 –, o mercado para este tipo de livro começou a diminuir. “Depois, já em 1976-78, começou a haver uma definição de mercado. O mercado começou a ser muito mais seletivo, ficaram alguns, a Afrontamento, a Centelha [de Coimbra], o resto caiu tudo”, diz Abreu, que completa: “O interesse pelo livro político caiu muito. O interesse era motivado, em grande parte, pela repressão política”.

António Abreu avalia da seguinte forma a atuação das editoras políticas em Portugal no período que precede ao 25 de Abril e nos anos imediatamente seguintes ao fim da ditadura: “Acho que as editoras que publicaram livros políticos tiveram um papel importante na formação política, porque não existia formação política em Portugal devido ao longo período da ditadura. A maioria dessas pequenas editoras era ligada a algum movimento. Elas não tinham uma visão comercial, eram idealistas que faziam aqueles livros”.

A editora atuou até 1977, tendo publicado 28 títulos. Abreu criou mais duas editoras em Portugal – Rés e Nova Crítica –, sempre no Porto. Em 1986 mudou-se para São Paulo, onde vive

desde então, também exercendo a profissão de editor, à frente da editora Landy.

Em alguns livros da *Textos Marginais* aparece o seguinte crédito: “Edição: Henrique A. Carneiro”, de quem já falamos neste texto. Como esclareceram-me António Abreu, José Sousa Ribeiro, da editora Afrontamento, e João Barrote, das editoras *Escorpião/Textos Exemplares*, este senhor era um dos proprietários da Gráfica Firmeza, do Porto, onde foram impressos muitos livros de caráter político naqueles anos. O seu nome aparecia para cumprir a exigência legal de que houvesse um editor autorizado que fosse responsável pela publicação – e também para proteger os reais editores de possíveis problemas com a polícia política. Mas de fato o senhor Henrique A. Carneiro não era o editor daquelas obras, mas sim o tipógrafo responsável por sua impressão. A menção de seu nome como responsável pela edição ocorre em livros de muitas outras editoras do Porto.

Publicações Escorpião / Textos Exemplares

Editoras criadas por João Barrote em 1973. Barrote havia iniciado sua trajetória como editor na Editora Paisagem, tendo participado da nova etapa da Editora Afrontamento que se iniciou no começo dos anos 1970²⁴ e trabalhado com António Daniel Abreu na editora *Textos Marginais*, sempre no Porto²⁵.

A *Escorpião* e a *Textos Exemplares* são iniciativas do mesmo editor – João Barrote –, quase simultâneas (ambas começam em 1973), mas são editoras diferentes. A *Escorpião* era um projeto mais estruturado de editora, com coleções definidas e títulos que respondiam a um anseio de informação que crescia muito naquele momento. Já a *Textos Exemplares* era, mais do que uma editora, “uma coleção de heterodoxia”, nas palavras de Barrote: “Na *Textos Exemplares* havia um aspecto ideológico, a vontade de editar livros que eu acreditava relevantes do ponto de vista do pensamento. A *Escorpião* é uma coisa mais institucional, a grande diferença é essa, [era] uma editora que se queria uma grande editora”.

Sempre de acordo com Barrote, “o nome *Escorpião* expressava a ideia de ser uma coisa que incomodasse, é um bicho que pica, é um ‘pau na engrenagem’, como diria o José Mario Branco”, compositor português.

Estas iniciativas de Barrote estão diretamente relacionadas às suas experiências anteriores. “Vi a experiência do António Abreu [com a editora *Textos Marginais*] e a relativa facilidade do ponto de vista econômico em fazer vingar a distribuição e, portanto, sustentar a atividade”, lembra Barrote. Era um caminho natural iniciar a sua própria editora.

Barrote tinha uma ideia muito clara do que queria como editor: “Como editor eu não me comprometia diretamente com o sistema, era uma atividade de relativa liberdade, com a publicação de textos que eram socialmente úteis, o que pra mim é muito importante, estou aqui a fazer coisas que quero que sejam socialmente úteis. E sempre nas margens do sistema. [...] A partir do momento em que eu visualizei que havia a possibilidade de trabalho de uma forma autônoma, consistente do ponto de vista técnico, consistente do ponto de vista da qualidade de informação, e útil, para mim era óbvio que eu tinha que trilhar este caminho, porque resolvia duas questões ao mesmo tempo: a questão da minha própria subsistência, e a questão de exprimir, do ponto de vista ideológico, aquilo que eu acreditava”.

Tanto na *Escorpião* como na *Textos Exemplares* João Barrote era a peça-chave, o editor

²⁴ Entrevista com José Sousa Ribeiro, Porto, 24/3/2011.

²⁵ Grande parte das informações utilizadas neste item são oriundas da entrevista que realizei com João Barrote na freguesia de Arnoia, concelho de Celorico de Basto, distrito de Braga, Portugal, em 22/6/2011. Todas as falas de Barrote que aqui aparecem provêm dessa entrevista.

e o coordenador de todas as atividades, sempre contando com a participação de sua esposa, Amélia, e de alguns amigos. Mas era ele a mola-mestra. Isso também era válido do ponto de vista econômico, ou seja, o investimento e os riscos eram assumidos por ele.

A Escorpião publicou antes do 25 de Abril títulos como: *Para uma crítica da economia política*, com textos de Paul Sweezy e Karl Marx (1973); *Sobre o conceito de consciência de classe*, de Georg Lukacs e Adam Schaff (1973); *Formações econômicas pré-capitalistas*, de Karl Marx (1973); *Guia breve da ideologia burguesa*, de Robin Blackburn (fevereiro, 1974).

E a Textos Exemplares editou três títulos neste período: *A reprodução da vida quotidiana*, de Fredy Perlman (1973); *Consequências sociais da maquinaria automatizada*, com textos de Karl Marx e Rudi Supek (1973); e *A lenda do grande inquisidor*, de Feodor Dostoevsky (abril, 1974).

Como lembra Barrote, o êxito das editoras foi grande, pois mesmo antes do 25 de Abril “os livros vendiam-se como pãozinho quente. A 1ª edição nunca era menor que 4 mil exemplares”.

E depois do fim da ditadura as vendas continuaram muito boas, e até melhoraram. O êxito das edições permitiu até que, durante certo período, os rendimentos da Escorpião ajudassem a financiar a editora Afrontamento. “Uma parte das edições era distribuída pela Afrontamento ficando todo o produto dessas vendas para a esta editora”, revela Barrote.

Outro fator que ajudava nas boas vendas eram os preços baixos. A maior parte dos livros da Escorpião e da Textos Exemplares era formada de pequenos volumes, de menos de cem páginas e formato também pequeno (10,5 cm X 18 cm). De acordo com Barrote, isso gerava economia nos custos de produção.

Perguntado sobre o que mudou na sua atuação como editor com o 25 de Abril, Barrote responde de chofre: “Nada”. Mas em seguida completa: “Quer dizer, passamos a editar sem receios, essa foi uma mudança. As vendas aumentaram, passamos a vender sem restrições, desse ponto de vista as coisas ficaram mais fáceis. Mas não me facilitou nada a qualidade do trabalho, as dificuldades com os tradutores etc. Houve até um cuidado maior em não publicar certas coisas que eram solicitadas, por exemplo, publicar textos marxistas-leninistas. Houve alguma pressão para isso, pessoas da [distribuidora] Dinalivro pediam isso, diziam, ‘você está a perder dinheiro’”.

Houve também, após o 25 de Abril, algumas rugas com certos setores da esquerda, em função de alguns títulos publicados, que faziam críticas à União Soviética e aos seus aliados. “Houve alguns velhos conhecidos meus que chegaram a dizer: ‘Depois, quando nós chegarmos ao poder, tu vais ver’. E eu dizia: ‘Ó pá, então a PIDE não me assustava e são vocês agora que me vão assustar?’. Mas não publicar aquelas coisas seria uma traição à verdade”.

As Publicações Escorpião editaram pouco mais de 50 títulos, o último dos quais em 1978. A Textos Exemplares fez a sua última edição em 1977, e no total publicou dez títulos.

Referindo-se não só às editoras que dirigiu, mas ao conjunto de editoras de caráter político que atuou em Portugal naquele período, Barrote avalia: “O papel destas editoras foi real, mas limitado. Não se muda o mundo com livros. Os destinatários eram pessoas, muita gente terá se beneficiado disso, não tanto da literatura de caráter mais político, mas dos conteúdos sociológicos etc.”.

Editora Sementes

Editora criada em janeiro de 1974 por José Martins Soares, advogado e dirigente do MRPP que morreu num acidente de automóvel poucos meses depois, e por António José Fonseca, estudante de economia e militante do MRPP²⁶.

²⁶ Mensagem eletrônica de António José Fonseca ao autor em 31/8/2012. Todas as falas de Fonseca não identificadas provêm dessa mensagem, assim como grande parte das informações utilizadas neste item.

Fonseca colaborava como tradutor e revisor com as editoras de António Daniel Abreu e João Barrote desde 1970. Além da Sementes, Fonseca fundou também, em 1974, as Edições Estrela Vermelha, “claramente vocacionada para publicar livros ideologicamente ligados à linha política do MRPP”, de acordo com suas palavras. Ele chegou a ser dirigente do MRPP no Porto e candidato a presidente da Câmara Municipal dessa cidade.

A Sementes atuou entre 1974 e 1976, período em que editou cerca de 20 títulos. De acordo com Fonseca, as duas editoras que ele ajudou a criar tinham uma intenção totalmente política: “Na época só havia um objetivo: combater a ditadura fascista (antes do 25 Abril de 1974) e, posteriormente, divulgar a ideologia comunista. Não se pode dissociar a atuação das editoras desse aspecto”.

Os livros editados mostram a predominância absoluta de títulos oriundos dos partidos comunistas da China e da Albânia, além de alguns títulos dos clássicos socialistas, como Marx, Engels, Lenin e Stalin. Entre os títulos lançados estavam: *A nossa política económica*, de Mao Tsé-tung; *Sobre a literatura, a filosofia e a música*, de A. Jdanov (1975); *Marxismo e questões de linguística*, de Stalin (1975); *A democracia popular*, de Dimitrov (1975); *A revolução em Espanha*, de Karl Marx e Friedrich Engels (1976); *O controlo operário*, de Enver Hoxha (1976); *A guerra popular*, de N. Giap (1976).

A editora tinha uma visão marcadamente instrumentalizadora e propagandística do seu trabalho, e da cultura em termos gerais, como preconizava o MRPP. Podemos constatar isso em uma circular publicada em um dos livros da editora que afirmava: “A Editora Sementes, editora democrática e popular, tomou a iniciativa de conclamar os intelectuais revolucionários no sentido de participarem activamente na edificação de uma literatura nacional, patriótica, científica e de massas, tendo como objectivo a propaganda da teoria científica do proletariado, o marxismo-leninismo-maoismo”²⁷.

Em 1976 a Editora Sementes cessou sua atuação, em função, ao que tudo indica, do esfriamento e da normalização da situação política após o golpe de 25 de novembro de 1975 e das eleições presidenciais de 1976. “Após o período revolucionário a procura de livros marxistas caiu e a editora não tinha planos para prosseguir, tendo terminado”, afirma Fonseca²⁸.

Fonseca abandonou a militância na década de 1980. “Estava, como muitos outros, cansado e certamente desiludido com a visão muito sectária que o MRPP seguia. Em minha opinião o esforço desmesurado em manter o jornal *Luta Popular* diário foi um erro enorme que afastou muitos militantes e simpatizantes”, avalia ele²⁹.

Fonseca tornou-se empresário na cidade de Maia, Portugal.

Algumas considerações

Com esta pequena e sintética amostra da atuação de algumas editoras políticas do Porto nos anos do Marcelismo e no pós-25 de Abril, esperamos ter demonstrado a sua importância na oposição à ditadura, num primeiro momento, e seu papel nos debates e embates políticos a partir da queda de Marcelo Caetano.

As editoras políticas no Porto fizeram parte de um movimento editorial mais amplo, de abrangência nacional. Assim como o mercado editorial português na época, o centro desse movimento era Lisboa, onde estavam dois terços das editoras políticas – a cidade do Porto

²⁷ “Circular: Sem um amplo trabalho cultural a revolução não é possível”, 1976. Pasta “Cultura”. Dossiers Temáticos, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

²⁸ Mensagem eletrônica de António José Fonseca em 9/9/2012.

²⁹ *Ibidem*.

era o segundo polo de concentração dessas editoras³⁰. Principalmente antes do 25 de Abril, algumas editoras do Porto, como a *Afrontamento* e a *Cadernos Para o Diálogo*, se destacaram por enfatizar as questões anticoloniais em suas publicações, lutando contra as determinações oficiais que visavam abafar este debate. Os católicos que se puseram na oposição a Marcelo Caetano também se destacaram no campo editorial da cidade do Porto, com pelo menos três editoras vinculadas a esse setor (*Afrontamento*, *Telos* e *Livraria Apostolado da Imprensa*).

Um ponto interessante parece ser a pequena inserção do Partido Comunista Português no mundo editorial portuense, ao menos no que diz respeito às ligações com casas editoras. Apenas uma das editoras políticas atuantes na cidade entre 1968 e 1980 era diretamente ligada ao Partido, a editora *A Opinião* – e havia uma editora com proximidade ideológica ao partido, a *Editorial Inova*. Já em Lisboa o número de editoras ligadas ao PCP chegava a sete, incluindo a editora partidária oficial, a *Avante!* No Porto destacaram-se editoras ligadas a setores de esquerda não comunista. E as demais editoras comunistas da cidade, em sua maioria, eram ligadas a grupos trotskistas ou de extrema-esquerda, que seguiam linha política diferente do PCP (*Edições do Povo*, *Textos da Revolução*, *O Grito do Povo*, *Sementes* e *Estrela Vermelha*).

Parece que no Porto, mais que no restante do país, houve no período do Marcelismo algumas editoras que se caracterizaram por um certo ecletismo político, mesclando a publicação de títulos marxistas, trotskistas, maoistas e ligados ao pensamento católico progressista. Foi o caso, por exemplo, das editoras *Latitude*, *Cadernos Para o Diálogo*, *Portugalense*, *Afrontamento*, *Escorpião/Textos Exemplares* e *A Regra do Jogo*. Isso talvez possa ser explicado, conforme o testemunho de Manuel António Ribeiro Resende, militante trotskista no Porto e fundador da *Liga Comunista Internacionalista (LCI)*, pelo fato de que, na cidade do Porto, “Nessa altura havia uma certa coexistência entre as várias correntes de extrema-esquerda e dos católicos progressistas, inclusive com os maoistas. Havia relações pessoais entre militantes de diferentes grupos, havia menos sectarismo”³¹. Resende lembra, nesse sentido, da realização de sessões de estudo de autores marxistas realizadas na residência da *JUC (Juventude Universitária Católica)*, como decorrência da abertura dos jovens católicos à sociedade em geral, o que significou, entre outras coisas, admitir não crentes nas suas residências³².

Diversificadas do ponto de vista ideológico, apesar do majoritário predomínio do pensamento de esquerda em suas fileiras, as editoras políticas que constituíram esse movimento editorial que marcou o final dos anos 1960 e a primeira metade da década seguinte, responderam a uma parte do anseio por informação – e formação – de grande parcela da população naquele momento. Colaboraram para que a história e a realidade mais recentes de Portugal comesçassem a vir a público e a ser conhecidas por amplas camadas da sociedade, contribuindo para ajudar a transformar o país. Tornaram-se um destacado sujeito do processo político português, seja nos anos que antecederam ao 25 de Abril, seja no processo desencadeado a partir daquele momento.

Foram também um instrumento importante para os grupos e partidos, principalmente de esquerda, que mesmo na clandestinidade buscavam informar seus militantes e simpatizantes, divulgar suas ideias e angariar novos apoios para as causas que defendiam. Forneceram subsídios aos debates, trouxeram ideias novas e reavivaram outras, dando vazão ao pensamento inovador, contestador ou simplesmente reformista.

³⁰ Flamarion Maués Pelúcio Silva, “Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80”, 99.

³¹ Mensagem eletrônica de Manuel António Ribeiro Resende em 30/8/2012.

³² Flamarion Maués Pelúcio Silva, “Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80”, 238.

Vasco Ribeiro*

Os primeiros passos da comunicação política democrática em Portugal: A 5.^a Divisão do MFA como motor da propaganda revolucionária no PREC

R E S U M O | Com apenas catorze meses de atividade, a 5.^a Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas foi a primeira estrutura responsável pela comunicação entre um poder que conduzirá ao atual regime democrático e a opinião pública portuguesa. Neste pressuposto, o presente artigo tem o objetivo de 1) descrever diacronicamente o papel que a 5.^a Divisão teve no PREC (1974-1975) e 2) tentar compreender se a 5.^a Divisão esteve às ordens do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, como se fosse um gabinete de comunicação governamental. Esta investigação assentou metodologicamente na análise de obras biográficas e autobiográficas de agentes políticos e militares do referido período histórico, sendo ainda complementada com entrevistas de elite a protagonistas da época com ligações à 5.^a Divisão. O encadear dos acontecimentos, figuras, autores e teorias permitirá perceber melhor o papel da 5.^a Divisão no processo revolucionário, designadamente enquanto veículo privilegiado dos militares para a propagação dos ideais de Abril.
Palavras-chave: 5.^a Divisão, PREC, Propaganda, Comunicação Política.

A B S T R A C T | With only fourteen months of activity, the 5th Division of the Major-General Commanding of the Portuguese Army was the first structure responsible for communication between a power that will lead to the democratic regime and the Portuguese public opinion. On this assumption, this paper aims to 1) diachronically describe the role that the 5th Division had in PREC (1974-1975) and 2) try to understand the 5th Division was under the orders of Prime Minister Vasco Gonçalves as if it were an office of government communication. This investigation was based on methodologically analysis of biographical and autobiographical works of political and military actors of that historical period, and further complemented with interviews of the elite players of the time with links to the 5th Division. The chain of events, figures, authors and theories will better understand the role of the 5th Division in the revolutionary process, namely the military as a privileged vehicle for the propagation of the ideals of April.
Keywords: 5th Army Division, April 25, Propaganda, Political communication.

1. Metodologia

O ponto de partida foi a seleção bibliográfica de obras que descrevem, direta ou indiretamente, a atividade da 5.^a Divisão. Muito restrita a obras de caráter testemunhal e de autorreferenciação, esta investigação recorreu igualmente a um conjunto de trabalhos académicos que descrevem e analisam politicamente os anos de 1974 e 1975 e, em concreto, a ação da 5.^a Divisão.

Decidimos também recorrer a entrevistas, numa lógica de história oral, como forma de conhecer melhor e validar historicamente o encadear dos acontecimentos que envolveram a 5.^a

* Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho e Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Divisão. A vantagem das entrevistas centra-se ainda no facto de serem muito flexíveis, permitindo que as respostas dadas pelos entrevistados resultem do desenvolvimento da conversa¹. Optou-se, então, pelas entrevistas de elite ou também chamadas de “posição de perito”². Já quanto ao modelo, escolheu-se a entrevista semidirectiva ou semidirigida, o que permitiu, através de um questionário previamente definido, alcançar um maior grau de profundidade dos assuntos mas, por outro lado, impedir demasiadas variações ou afastamentos do tema. Refira-se que o principal intuito destas entrevistas foi validar acontecimentos e factos e, não tanto, recolher citações ou alocações conceptuais.

Considerando o protagonismo que assumiram à época no aparelho militar e, dada a natureza da revolução, no processo político então vivido, foram seleccionados para as entrevistas o coronel Varela Gomes, o general Loureiro dos Santos, o coronel Vasco Lourenço e o coronel Otel Saraiva de Carvalho.

O primeiro militar, Varela Gomes, esteve na génese da 5.ª *Divisão* e permaneceu, até ao último momento, como um dos seus principais efetivos. O general Loureiro dos Santos desenvolveu reconhecida atividade ao serviço da 5.ª *Divisão* e, mais relevante ainda, participou na comissão que encerrou esta unidade do Estado-Maior General das Forças Armadas. Por fim, os coronéis Vasco Lourenço e Otel Saraiva de Carvalho lideraram diferentes cúpulas militares que superintenderam a 5.ª *Divisão*, estando por isso envolvidos quer na criação, quer no ocaso desta unidade.

Justificadas as escolhas dos entrevistados, informa-se que, para a leitura deste artigo ser mais fluida e com a maior identificação das fontes, optou-se, quanto à apresentação, por incluir os excertos destas quatro entrevistas em *itálico* e entre apóstrofos (‘).

2. A criação da 5.ª *Divisão*

O 25 de Abril de 1974 trouxe a democracia a Portugal por iniciativa do Movimento dos Capitães, que, logo numa das suas primeiras ações, procurou, paradoxalmente, controlar os principais meios de comunicação social nacionais³. Do seu programa político, apresentado a 27 de abril, constava ainda uma profunda revolução político-institucional do Estado⁴, com medidas de curto prazo que passavam por instituir a “liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma”⁵, e o compromisso de “uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema”⁶.

O I Governo Provisório, liderado por Adelino da Palma Carlos⁷ e com pastas governativas partilhadas entre os principais líderes partidários, não aguentou mais de um mês e meio no poder. Seguiu-se o II Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves⁸, que toma posse a 12 de julho.

E foi durante a governação deste primeiro-ministro que se registaram decisões e ações políticas que promoveram a utilização dos órgãos de comunicação social como veículo

¹ Luc Van Campenhoudt; Raymond Quivy, *Manual de investigação em ciências sociais* (Lisboa: Gradiva, 2008).

² Pedro Demo, *Metodologia científica em ciências sociais* (São Paulo: Atlas, 1995), 48.

³ Marco Gomes, *Comunicação Política na Revolução de Abril (1974-1976)* (Coimbra: MinervaCoimbra, 2009), 111.

⁴ Este documento histórico destituía de imediato o Presidente da República, dissolvia a Assembleia Nacional Constituinte, o Conselho de Estado assim como todas as formas de poder executivo e legislativo a nível nacional, regional e ultramarino. Por sua vez, instituiu o exercício do poder político pela Junta de Salvação Nacional (JSN), que, para além de um extenso rol de medidas de governação, reconheceu o general António Spínola como primeiro Presidente da República da III República e assumiu o compromisso de nomear um Governo Provisório civil.

⁵ MFA, *O Programa do MFA e dos Partidos Políticos* (Lisboa Edições Acrópole, 1974), 11.

⁶ *Idem*

⁷ Primeiro-ministro de Portugal do I Governo Provisório (entre 16 de maio e 9 de julho de 1974).

⁸ Primeiro-ministro de Portugal do II, III, IV e V Governos Provisórios (entre 12 de julho de 1974 e 30 de agosto de 1975)

ideológico⁹. Aliás, Vasco Gonçalves demonstrou, logo no seu discurso de tomada de posse, uma enorme preocupação com a influência da comunicação social num processo de democratização.

“Nesta tarefa de reconstrução nacional tem papel fundamental a esclarecida e lúcida ação de todos os órgãos de comunicação social. A objetividade e sentido das grandes responsabilidades nacionais dos trabalhadores da informação, desde os tipógrafos aos diretores de jornais, passando pelos redatores, serão um poderoso estímulo para a educação de mobilização de vontades, na edificação de um Portugal novo (...) fundamental para a consciencialização e democratização do povo português”¹⁰.

Comportamento que parece ser coincidente com o facto de Vasco Gonçalves, então coronel de engenharia, ter tido um papel relevante na ativação da divisão militar incumbida das relações públicas do MFA: justamente, a *5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas* (EMGFA)¹¹¹². Trata-se de um departamento criado em meados de junho de 1974, por iniciativa do General Costa Gomes, que fica inicialmente instalado no mesmo espaço da *Comissão Coordenadora do Programa do MFA*: o Palácio da Cova da Moura.

Neste palácio lisboeta, o então coronel Vasco Gonçalves era o militar mais graduado, o mais velho e um reconhecido “lutador antifascista há mais de trinta anos”¹³. Por isso, “é designado chefe da *5.ª Divisão*”¹⁴. Facto confirmado por Varela Gomes, na entrevista que nos concedeu: ‘*Vasco Gonçalves foi nominalmente o primeiro chefe da 5.ª Divisão*’, garantiu.

Esta é, aliás, uma opinião parcialmente partilhada por Loureiro dos Santos, Otelio Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço, só que este último coronel faz uma ressalva:

‘*Quando se diz que foi o Vasco Gonçalves que criou a 5.ª Divisão, não foi o Vasco Gonçalves! Foi a Comissão Coordenadora onde ele era o mais graduado (...)*’ (Vasco Lourenço)

Porém, mesmo não existindo nenhum registo oficial desta estrutura¹⁵ que o nomeasse ou designasse para o cargo, é o próprio Vasco Gonçalves que o assume, numa entrevista a Maria Manuela Cruzeiro:

“Sendo o mais graduado, fui nomeado chefe da *5.ª Divisão* (...). Dada a importância e complexidade dessas tarefas, e os trabalhos que absorviam totalmente os oficiais da *Comissão Coordenadora*, a *5.ª Divisão Militar* criou os seus quadros”¹⁶.

Mas, nos primeiros meses da revolução, a *5.ª Divisão* “não progredia”¹⁷ por obstáculos logísticos e desconfianças do próprio Presidente da República, general António Spínola:

“Logo após a posse do [II] Governo, a Comissão Coordenadora, inspirada na Revolução Cubana, lançava a ideia de uma ‘campanha militar’ de esclarecimento, com vista à politização das populações rurais. (...) Não obstante, pouco tempo depois a *5.ª Divisão do Estado-Maior*

⁹ João Figueira, *Os jornais como atores políticos: O Diário de Notícias, o Expresso e o Jornal Novo no Verão Quente de 1975* (Coimbra: MinervaCoimbra, 2007), 44.

¹⁰ Vasco Gonçalves cit. in Augusto Paulo da Gama, *Discurso na tomada de posse do II Governo Provisório*. Augusto Paulo da Gama, *Vasco Gonçalves: Discursos, conferências de imprensa e entrevistas* (Porto: São Braz, 1976), 19.

¹¹ A figura de uma *5.ª Divisão* nasce da adaptação do modelo de organização militar dos EUA do pós-II Guerra Mundial. Em Portugal só surgem em 1961, nomeadamente na Guiné, e estariam encarregues daquilo que os militares chamavam de *ACAP – Assuntos Cívicos/Ação Psicológica*.

¹² O EMGFA, ao serviço da JSN, foi reorganizado em cinco divisões militares: 1ª Pessoal, 2ª Informações, 3ª Operações, 4ª Logística e 5ª Relações Públicas, de acordo com o ‘Decreto-Lei 400/74 de Reorganização do EMGFA de 29 de agosto de 1974, Diário do Governo, 1º Serie, Nº 201 (15)’, in *1ª Série*, in *Diário do Governo* (1974).

¹³ Luís Lopes, *Vasco Gonçalves* (Lisboa: QuidNovis, 2009), 11.

¹⁴ SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975* (Lisboa: Ler Editora, 1984), 16.

¹⁵ A primeira ordem de serviço da *5.ª Divisão* do EMGFA foi lançada no dia 28 de junho de 1974 e serviu para chamar oficiais ao serviço.

¹⁶ Vasco Gonçalves cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução* (Lisboa: Editorial Notícias, 2002), 256.

¹⁷ SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975*, 26.

General das Forças Armadas torneava a questão através de um ardiloso plano, apresentado pelo General Costa Gomes à *Junta de Salvação Nacional* como imperativo de manter as unidades em funcionamento”¹⁸.

Também Maria Inácia Rezola assevera que “Spínola se opõe, terminantemente, à ideia [de criar uma 5.ª Divisão] mas não tem forças para a travar”¹⁹. Já Sónia Vespeira de Almeida refere que só houve materialização desta estrutura no pós-28 de Setembro²⁰.

O próprio primeiro-ministro Vasco Gonçalves veio a admitir, mais tarde, as dificuldades criadas pelo então presidente Spínola:

“Não tínhamos tido a possibilidade, enquanto o general Spínola foi Presidente da República, de expandir a dinamização cultural [um dos principais braços da 5.ª Divisão]”²¹.

A gorada manifestação de apoio ao general Spínola, a 28 de Setembro de 1974, através da mobilização daquilo a que chamaram *Maioria Silenciosa*²², viria a precipitar a demissão do “general do monóculo” e, conseqüentemente, a reforçar as forças político-militares mais à esquerda²³.

O general Costa Gomes²⁴ é, então, indigitado Presidente da República pela *Junta de Salvação Nacional* e a 5.ª Divisão assume, finalmente, as funções para as quais foi criada: ser a estrutura militar do MFA “responsável pela comunicação social (...) e informação pública”²⁵ ou, como também foi muitas vezes descrita, pelas “relações exteriores”²⁶. Ou ainda, como Maria Inácia Rezola referiu, ser “a agência de propaganda”²⁷ do COPCON²⁸.

De outubro a dezembro de 1974, o MFA reorganiza-se numa estrutura de poder colegial, encimado pelo chamado *Conselho dos Vinte*. Neste período, a 5.ª Divisão começou a crescer e foi expandindo os seus serviços por vários edifícios da capital. Transfere-se então para o Palácio Foz, nos Restauradores, em outubro de 1974, num ambiente de grande azáfama:

“Curiosos a perguntarem por filmes, máquinas de projetar, estruturas de ação cultural, foram encarados com crescente expectativa, o que não impediu que como primeiras instalações tivesse sido cedido um corredor, onde com muita dificuldade, lá se foram arrumando umas cadeiras e umas mesas...”²⁹

Também no mesmo período passaram a ocupar o 2.º andar do Edifício ‘Grão-Pará’³⁰, na Rua Castilho, partilhando assim o mesmo prédio da 2.ª Divisão Militar do EMGFA, dedicada às “Informações Militares”. Mais tarde, vieram ocupar o Centro de Sociologia Militar³¹, na Rua das Necessidades, e o Quartel das Janelas Verdes. O comando da 5.ª Divisão ficou sempre no Palácio

¹⁸ António de Spínola, *País Sem Rumo* (Lisboa: Scire, 1978), 181.

¹⁹ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. (Lisboa: Esfero do Livro, 2007), 95.

²⁰ Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de dinamização cultural e Ação Cívica da M.F.A. (1974-1975)* (Lisboa: Edições Colibri, 2009), 75.

²¹ Vasco Gonçalves cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução*, 162.

²² Uma expressão usada pelos opositores a Salvador Allende.

²³ Ver António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis (Lisboa: Alfa, 1992). e também L. Pereira Gil, *Processo de uma Revolução* (Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1979).

²⁴ Presidente da República entre 30 de setembro e 13 de julho de 1976.

²⁵ Henrique Soares, Fernando Humberto, José Araújo, Maria dos Anjos Pinheiro, e Esmeralda Serrano, ‘Era Uma Vez Um Milénio’, (Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra, 1999).

²⁶ José Gomes Mota, *A Resistência - O Verão Quente de 1975* (Lisboa: Jornal ‘Expresso’, 1976), 77.

²⁷ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*, 113.

²⁸ COPCON é a abreviatura de “Comando Operacional do Continente” e tinha como líder Otelro Saraiva de Carvalho. Este organismo criado em 12 de julho de 1974 desenvolvia ações do cariz daquela que empreendeu na madrugada de 28 de Setembro ao sabotar a manifestação da *Maioria Silenciosa* ou capturar indivíduos que, de alguma forma estivessem conotados com ações reacionárias.

²⁹ SA, *MFA - Dinamização Cultural, Ação Cívica* (Lisboa: Edições Ulmiro, 1976), 19.

³⁰ Atual Edifício Castil, que era apelidado, por José Gomes Mota, como o “covil da 5.ª Divisão”. Ver: José Gomes Mota, *A Resistência - O Verão Quente de 1975*. (Lisboa: Jornal ‘Expresso’, 1976), 147.

³¹ Atual Instituto de Defesa Nacional.

da Cova da Moura.

Importa sublinhar que a expansão da 5.ª Divisão e a sua crescente influência político-militar não resultaram apenas da radicalização do processo revolucionário, na sequência do 11 de março³². Para a notoriedade então alcançada, foi também relevante a autopromoção que a 5.ª Divisão fez no primeiro *Boletim do MFA*, lançado a 9 de setembro de 1974 com o objetivo de assinalar o aniversário da primeira reunião do *Movimento dos Capitães*. Neste número, a 5.ª Divisão publicou um quadro com as suas competências e apelou à participação e mobilização revolucionárias, cedendo um local de atendimento e quatro linhas telefónicas para “todas questões postas pelos militares”³³.

O coronel Varela Gomes descreveu um desses momentos:

‘Havia muitos civis, oficiais em trânsito, milicianos em serviço militar que andavam por lá sem fazer nenhum. (...) Até mulheres apareceram por lá! Por exemplo, umas datilógrafas que saíram de um serviço do extinto Ministério do Interior. Eram umas 15 senhoras! Quando vi disse: “O que é isto?! Onde é que a gente as vai sentar?!” Lá nos vimos ensarilhados para nos libertar delas.’ (Varela Gomes)

Esta grande movimentação de militares impediu que os entrevistados deste trabalho avançassem com um número, real ou aproximado, de efetivos pertencentes a esta estrutura. No entanto, o general Loureiro dos Santos garante que a 5.ª Divisão apresentava ‘uma dimensão razoável e tinha muita gente’.

3. Estrutura e atividade desenvolvida

‘Antes de mais, a criação da 5.ª Divisão enquadrou-se no processo de reestruturação de todo o EMGFA’ (Vasco Lourenço), nomeadamente na colocação dos militares que se encontravam no *Serviço de Informação Pública das Forças Armadas (SIPFA)*³⁴.

“Será, com efeito, através do redimensionamento do EMGFA que se canalizará a ação política da instituição militar entre 1974 e 1975”³⁵.

Com efeito, e tal como o demonstra António Reis, “a 5.ª Divisão (...) passaria a ter um importante e influente papel neste novo contexto”³⁶.

A atividade da 5.ª Divisão distribuía-se por quatro comissões ou centros: 1) a *Comissão Dinamizadora Central (CODICE)*, que era responsável pela realização de campanhas de dinamização cultural, sessões de esclarecimento, apoio artístico e técnico; 2) o *Centro de Esclarecimento e Informação Pública (CEIP)*, que publicava o *Boletim do MFA*, emitia um programa de rádio, produzia conteúdos para televisão, rádio e imprensa e compunha músicas de cariz revolucionário; 3) o *Centro de Sociologia Militar*, que organizava cursos, estágios, colóquios e conferências e preparava atos celebrativos; e 4) o *Centro de Relações Públicas*.

Mas a CODICE assumir-se-á como a principal marca da 5.ª Divisão, sendo até descrita como uma ideia extraordinária³⁷. Como explica Sónia Vespeira de Almeida, a força da ação da CODICE era um dos pilares públicos do MFA, ao ponto de, aos olhos da população, denominações como “os militares”, “o MFA”, “a dinamização cultural”, “as campanhas” ou “a 5.ª Divisão” serem sinónimos³⁸. Tanto assim que esta comissão conseguia remeter, pelo menos no

³² A 5.ª Divisão fica até encarregue da realização e condução de uma *Comissão de Inquérito ao 11 de março* e publica um livro: MFA, *Relatório Preliminar do 11 de março de 1975* (Lisboa: MFA, 1975).

³³ MFA, “Organização da 5.ª Divisão”, *Boletim do MFA*, (9 de setembro de 1974, Lisboa, 1975), 5.

³⁴ Organismo do EMGFA que vinha do período da ditadura e era conhecido por difundir a lista dos «Mortos ao Serviço da Pátria».

³⁵ José Medeiros Ferreira, “Portugal em Transe”, in *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 2001), 182.

³⁶ António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, 33.

³⁷ Vasco Lourenço cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço: Do Interior da Revolução*, 340.

³⁸ Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de dinamização cultural e Ação Cívica da M.F.A. (1974-1975)*, 54.

início do processo revolucionário, a opinião pública portuguesa para um “imaginário social de libertação, um centro de um universo simbólico de luta contra a miséria e contra a injustiça”³⁹.

Neste contexto, os programas de dinamização cultural tinham cinco linhas mestras: a luta antifascista, o estabelecimento do *Programa do MFA*, o apoio às Forças Armadas, a isenção partidária e a promoção da inteligência política de atuação⁴⁰. Estes programas eram sempre executados pelos próprios militares, sob a coordenação do tenente médico-naval Ramiro Correia, tido como o ideólogo da 5.ª Divisão. Um tema que será retomado mais tarde, neste trabalho.

O *Centro de Relações Públicas* – que era, de acordo com o coronel Varela Gomes, o ‘maior em número de efetivos militares e que disponibilizava o maior volume de serviço ao EMGFA’ – tinha como objetivo central “satisfazer as necessidades do Estado-Maior do COPCON no que refere à ação psicológica e de relações públicas”⁴¹. Circunstância que, na prática, se traduzia por gerir uma secção de análise e triagem de informação, estudar “estatisticamente os problemas que mais preocupavam a opinião pública”⁴² e manipular a correspondência dos CTT, “através do controlo das linhas hierárquicas da empresa”⁴³.

A 11 de março de 1975 – uma “inventona”⁴⁴ perpetrada por spinolistas e outras fações mais à direita, depois de ludibriados pelo boato⁴⁵, lançado por militares do MFA, de que o COPCON e a LUAR⁴⁶ tinham uma lista de oficiais e civis conservadores a abater (a “matança da Páscoa”) – provoca nova viragem à esquerda do periclitante regime político. Na noite de 11 para 12 de março realizou-se a “assembleia selvagem” do MFA, na qual foi criado o *Conselho da Revolução* e nacionalizados vários setores económicos, bem como a maioria dos títulos da imprensa: *O Século* (e respetivas publicações: *Vida Mundial*, *Século Ilustrado*, *Modas e Bordados* e *Jato*), *A Capital*, *Jornal do Comércio*, *O Comércio do Porto* e *Diário Popular*. A estes órgãos de informação devemos juntar ainda a RTP, a *Emissora Nacional* e a *Agência Noticiosa Portuguesa* (ANOP), o que consubstanciava uma clara hegemonia dos meios de comunicação social estatais no espectro mediático português.

A 5.ª Divisão, em particular, controlava várias redações estatais e estatizadas (principalmente depois do 11 de março), tais como a RTP, a *Emissora Nacional* (EN), o *Rádio Clube Português*, o *Diário de Notícias* e o *Século*. Havia, até, quem defendesse que estes jornais diários “não passavam de seus [da 5.ª Divisão] boletins de informação”⁴⁷.

A 31 de março, por despacho de Vasco Gonçalves, foi nomeado como presidente do Conselho de Administração da RTP o tenente-coronel Tavares Galhardo, um “oficial que merecia a confiança da 5.ª Divisão”⁴⁸. Na mesma data assiste-se à entrada do coronel Marcelino Marques na administração do *Diário de Notícias* e, na segunda semana de abril, os jornalistas Luís de Barros e José Saramago ocupavam os cargos de diretor e diretor-adjunto do jornal, respetivamente. Por seu turno, a 12 de junho, o capitão-tenente Manuel Bouza Serrano e o capitão-engenheiro Jorge

³⁹ Boaventura Sousa Santos cit. in Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de dinamização cultural e Ação Cívica da M.F.A. (1974-1975)* (Lisboa: Edições Colibri, 2009), 75.

⁴⁰ Avelino Rodrigues, Cesário Borge e Mário Cardoso, *Abril nos Quartos de Novembro* (Lisboa: Bertrand, 1979).

⁴¹ Varela Gomes, *A contra-revolução de fachada socialista* (Lisboa: Ler Editora, 1981), 3; Maria Carrilho, “As Forças Armadas”, in *Portugal 20 anos de democracia*, dir. António Reis (Lisboa: Círculo de Leitores, 1994), 153.

⁴² *Ibidem*, 246.

⁴³ *Idem*, 249.

⁴⁴ Termo usado nas seguintes obras: A. Neves Analecto, *A Inventona do 28 de Setembro: Quem a Fez?* (Lisboa: Edição do Autor, 1976) e António Maria Pereira, *A Brula do 28 de Setembro* (Lisboa: Livraria Bertrand, 1976).

⁴⁵ Costa Gomes cit. in Alexandre Manuel, *Costa Gomes: Sobre Portugal* (Lisboa: Regras do Jogo, 1979), 66.

⁴⁶ Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR), organização antifascista liderada por Hermínio da Palma Inácio, ex-militar da Força Aérea.

⁴⁷ José Gomes Mota, *A Resistência - O Verão Quente De 1975*, pag: 144.

⁴⁸ *Idem*, 59.

Alves assumem a direção da *EN*.

Esta “dança das cadeiras” na comunicação social é, aliás, admitida e justificada no *Livro Branco da 5.ª Divisão*:

“Também em consequência da derrota do golpe contrarrevolucionário de 11 de março – e em virtude de terem sido consideradas pouco claras, ou mesmo suspeitas, determinadas atuações – verificaram-se alterações significativas nos quadros diretores dos principais órgãos de comunicação social”⁴⁹.

Do mesmo livro consta um documento da autoria do capitão Duran Clemente, descrevendo a dificuldade que o oficial teve para alterar o alinhamento do noticiário da *EN* no dia 11 de março⁵⁰. Facto que, por si só, é revelador do espírito que imperava na 5.ª Divisão.

“Foi-me necessário impor com energia a interrupção do noticiário normal e a sua substituição por um programa militar sob a responsabilidade do *EMGFA/5.ª Divisão*. Embora com relutância, a direção da *EN* anuiu (...)”⁵¹

Arons de Carvalho fala de controlo e manipulação de informação no período gonçalvista e dá, entre outros, o exemplo da tentativa de tornar obrigatória, por lei, a publicação das notas e comunicados oficiais dos órgãos de soberania⁵². Mário Mesquita glosa o facto de “militares experimentados em campanhas de ‘ação psicológica’ nas colónias”⁵³ estarem a disputar a “preponderância na televisão, na rádio e nos jornais”⁵⁴. José Freire Antunes descreve a 5.ª Divisão como “um cordão umbilical”⁵⁵ entre gonçalvistas e comunicação social. Helena Lima caracteriza-a como “uma máquina de propaganda”⁵⁶, que servia para influenciar a opinião pública e conquistar apoiantes para as medidas gonçalvistas. Ricardo Miguel Gomes equipara o comportamento revolucionário perante os *media* ao da própria ditadura estado-novista, uma vez que, também no PREC, existiu uma censura imposta de “cima para baixo, através da pressão governamental, partidária e sobretudo militar”⁵⁷.

Estes académicos salvaguardam, porém, que nem sempre o *MFA* teve sucesso neste processo de conquistar a opinião pública através do controlo de uma imprensa alinhada. Para além da falta de unidade política no seio do próprio *MFA* e da existência de outros agentes governamentais, a proliferação de empresas de comunicação social ligadas às diferentes e antagónicas correntes políticas dificultou os intentos propagandísticos dos militares e dos seus governos provisórios. “Uma informação em pantanas”⁵⁸.

Por último, também ficou enraizada a ideia de que a 5.ª Divisão era o porta-voz do *MFA*. Mas, para Varela Gomes, isso aconteceu porque no cabeçalho do primeiro *Boletim do MFA* aparecia a assinatura da 5.ª Divisão como entidade responsável pela “edição” daquele que era o principal órgão de informação do movimento.

⁴⁹ SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975*, 59.

⁵⁰ Este interessante documento, intitulado *Participação do capitão Duran Clemente*, relata a igual tentativa de ingerência no alinhamento do noticiário por parte de Mário Soares e Manuel Alegre (este último era na altura funcionário da EN).

⁵¹ *Ibidem*, 49.

⁵² Alberto Arons de Carvalho, *A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa* (Lisboa: Direção-Geral da Comunicação Social, 1986), 256-261.

⁵³ Mário Mesquita, ‘Estratégias Liberais e Dirigistas na Comunicação Social de 1974-75 - Da Comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa’, *Revista Comunicação e Linguagens*, 8 (1988), 85-113.

⁵⁴ *Ibidem*, 113.

⁵⁵ José Freire Antunes, *O segredo do 25 de Novembro* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1980), 67.

⁵⁶ Helena Lima, “Os diários portuenses e os desafios da atualidade na imprensa: Tradição e ruturas” (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2008), 170.

⁵⁷ Ricardo Miguel Gomes, “A imprensa diária portuense no período revolucionário de 1974-75”, in *Portugal: 30 Anos de Democracia (1974-2004)*, dir. Manuel Loff; Conceição Meireles Pereira (Porto: Editora UP, 2004), 242.

⁵⁸ Alexandre Pais, e Ricardo da Silva, *Capitães de Abril*. Vol. II (Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1975), 99.

4. A «dinamização cultural» e o desgaste da 5.ª Divisão

O próprio Presidente da República, general Costa Gomes, reconhece, mais tarde, ter tido dúvidas quanto à composição e aos propósitos das *Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA*, por considerar que “a sua composição, essencialmente militar, não oferecia as condições políticas, intelectuais e técnicas”⁵⁹ para a consciencialização política. Mas também porque “houve alguns elementos da 5.ª Divisão e das brigadas de dinamização cultural que iam fazer propaganda política, de forma tosca e agressiva, contrariando frontalmente o sentir das populações”⁶⁰.

O tom de contestação era um facto e alguns casos eram mesmo descritos pelo próprio *Boletim do MFA*. Um dos casos ocorreu numa povoação de Viseu:

“Em Dade as pessoas arrancaram cartazes que anunciavam uma sessão de esclarecimento (...). Fugiram dos militares que lá iam para conversar com elas, tocaram os sinos a rebate, meteram-se em suas casas e insultaram os elementos das FA, a coberto do escuro da noite. (...). Não desistiram os homens do MFA. Voltaram no dia seguinte. Falaram com as pessoas. Mostraram quem são e o que querem fazer com o Povo. E as pessoas foram-se chegando aos poucos, perguntaram e viram como era diferente do que lhes tinham dito. Não foi fácil. Este estender de mãos.”⁶¹

Curioso é também constatar que a ideia da criação de uma divisão militar portuguesa, à imagem do modelo norte-americano e que ficasse responsável pelas relações públicas, partiu do próprio general Costa Gomes, ainda durante o regime anterior.

“Ela [a 5.ª Divisão] pretendia ter atividades de ação psicológica junto das populações [do Ultramar], dando-lhes a conhecer o papel das Forças Armadas, além de construir um importante elo de ligação”⁶²

Sónia Vespeira de Almeida demonstrou que, enquanto agentes de uma agenda revolucionária, estes militares conseguiram “estabelecer um intenso diálogo com a cultura popular de matriz rural”⁶³, mesmo tendo uma “retórica de visibilidade”⁶⁴ que contrastava abruptamente com 41 anos de obscurantismo ditatorial de Salazar e Marcelo Caetano.

“Ao procurar legitimar a sua versão de Portugal, os protagonistas das *Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA* revelaram uma sensibilidade antropológica lida não só nas diferentes descrições de ruralidade que surpreenderam, como também na utilização que fizeram de alguns conceitos fundadores da antropologia, como «cultura» e «outro»⁶⁵.

Também Vasco Gonçalves aponta o dedo a quem sempre tentou acabar com as “campanhas de dinamização”:

“Eram uma ameaça concreta ao caciquismo, ao conservadorismo, ao tradicionalismo (no pior sentido), ao obscurantismo que faziam essas populações aceitar passivamente as condições de vida herdadas do passado”⁶⁶.

Também Loureiro dos Santos recorda que as *Campanhas de Dinamização Cultural e Ação Cívica do MFA* ‘criaram graves perturbações no norte do país e com os dirigentes políticos da altura’.

5. Muita produtividade ou o extravasamento das competências?

⁵⁹ Costa Gomes cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes: O Último Marechal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 263.

⁶⁰ *Ibidem*, 328.

⁶¹ Boletim do MFA, de 22 de abril de 1975.

⁶² Costa Gomes cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes: O Último Marechal*, 327.

⁶³ Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução: Campanhas de dinamização cultural e Ação Cívica da M.F.A. (1974-1975)*, 385.

⁶⁴ *Ibidem*, 385

⁶⁵ *Ibidem*, 386

⁶⁶ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução*, 256.

A 5.ª Divisão durou 14 meses e, de entre as suas atividades, destacam-se as mais de duas mil sessões de esclarecimento e educação realizadas por todo o país⁶⁷; programas de rádio diários com uma média de duas horas; programas televisivos para a RTP; spots publicitários; publicação de um semanário – o *Boletim do MFA* – com 120 mil exemplares de tiragem e 25 números distribuídos; bandas desenhadas⁶⁸, desenhos e cartazes propagandísticos desenvolvidos por reconhecidos artistas⁶⁹, como *O Povo está com o MFA*, *MFA: Sentinela do Povo*, *MFA, Vasco, Povo: Povo, Vasco, MFA*; músicas⁷⁰ como a *Força, Força, Companheiro Vasco*; difusão de poemas da autoria de conceituados poetas e escritores⁷¹; atendimento e resposta a todas as solicitações do MFA; envio de informação e organização de ações com as comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo; publicação do *Programa do MFA* em várias línguas; e dezenas de conferências, colóquios e seminários orientados por especialistas nacionais e internacionais.

Também são relatadas, sem provas concretas, pelos próprios militares da 5.ª Divisão e pelos seus opositores políticos algumas intervenções menos ortodoxas que espelhavam a tensão política sentida neste período, como o desaparecimento dos arquivos da PIDE/DGS⁷²; o combate à informação do movimento de extrema-direita, MDLP⁷³; a perseguição, manipulação e controlo de órgãos de comunicação social, em particular nos casos *Renascença* ou *República*⁷⁴; o saneamento e reclassificação de militares e funcionários públicos considerados reacionários⁷⁵; ou ainda a detenção de jornalistas, como foi o caso de Manuela Preto, da agência *France Press*, por “prática do crime de associação criminosa”⁷⁶.

A 5.ª Divisão é também recriminada por ter apelado ao voto em branco nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de abril de 1975, à semelhança de outras forças políticas e militares da esquerda revolucionária. O apelo visava a anulação do ato eleitoral⁷⁷, ainda que sem explicitar essa intenção.

“A 5.ª Divisão apela ao voto em branco como voto de confiança no processo revolucionário por parte de quem se sinta incapaz de optar partidariamente”⁷⁸.

O historiador António Reis critica estes militares por sobreavaliarem “a ignorância e a hesitação de muitos eleitores procurando assim instrumentalizá-las em favor do MFA”⁷⁹.

Mas o caso do voto em branco era apenas uma das muitas ações que a 5.ª Divisão havia desencadeado contra o *Conselho da Revolução* e que “extravasou as suas atribuições iniciais”⁸⁰ e a sua dimensão hierárquica. Aquele que é tido como o primeiro incidente com a *Comissão Coordenadora* foi a publicação de um artigo, no *Boletim do MFA* de 20 de outubro, da autoria do

⁶⁷ Henrique Soares, et. al., “Entrevista com Manuel Beganha: “Em Tempo de Mudança, a História do Século XX””, in *Centro de Documentação 25 de Abril / Universidade de Coimbra* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1999), SP.

⁶⁸ Ver, por exemplo: SA, *Vão à Escola? Não, vão votar!*; MFA, *Vão À Escola? Não, Vão Votar!*, (Lisboa: MFA - Dinamização Cultural, 1975).

⁶⁹ Tais como Armando Alves, José Rodrigues, Teixeira Lopes, Alberto Carneiro, Querubim Lapa, João Abel Manta, entre outros.

⁷⁰ Ver, por exemplo: José Jorge Letria, *A Canção Política Em Portugal*. (Lisboa: Edições “Opinião”, 1978).

⁷¹ In Carlos Coutinho, *Companheiro Vasco*, (Porto: Editorial Inova, 1977) estão reunidos muitos desses produtos literários da autoria de José Saramago, Eugénio de Andrade, Urbano Tavares Rodrigues, Ruy Luís Gomes, Alice Vieira, José Jorge Letria, A. Garibaldi, António Ramos Rosa, Armando Silva Carvalho, Eugénia de Melo e Castro, Egitto Gonçalves, José Viale Moutinho, entre muitos outros SA, 103..

⁷² Sanches Osório, *Os Equívocos do 25 de Abril* (Aveiro: Editorial Intervenção, 1975), 58.

⁷³ Varela Gomes, *A Contra-revolução de Fachada Socialista*, 165.

⁷⁴ Figueira, João, *A Revolução da Vergonha* (Braga: Lateral, 1977), 140

⁷⁵ SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975*, 39.

⁷⁶ Manuela Preto, *Tortura depois de Abril* (Lisboa: Lateral, 1977), 169.

⁷⁷ Rui de Brito, *Anatomia das Palavras - Vasco Gonçalves* (Lisboa: Liber, 1976), 96

⁷⁸ António Reis, “O processo de democratização”, in *Portugal 20 anos de Democracia*, dir. António Reis (Lisboa: Temas e Debates, 1996), 30.

⁷⁹ António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, 44.

⁸⁰ Vasco Lourenço cit in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Lourenço: Do Interior da Revolução*, 300.

coronel Varela Gomes, em que este militar criticava as opções do ministro da Economia.

“É talvez o primeiro grande choque entre duas linhas, duas concepções, que mais tarde vêm a formar dois grupos, o dos nove e o dos gonzçalvistas”⁸¹.

Outros exemplos de antagonismos são consubstanciados pelas iniciativas desenvolvidas com vista à criação de um Supremo Tribunal Militar, a 18 de novembro de 1974, pela publicação do *Memorial da 5.ª Divisão sobre a Atuação do MFA*, de 4 de março de 1975, mas também pela negação do *Plano de Ação Política* (PAP), elaborado no Alfeite a 21 de julho de 1975, sob a responsabilidade do *Conselho da Revolução*. Em alternativa a este último documento, a 5.ª Divisão decidiu apresentar o *Projeto de Aliança Povo-MFA*.

Muitos comunicados, iniciativas, reuniões, assembleias-gerais e protestos seguiram-se, pois a linha seguida pela 5.ª Divisão, e igualmente preconizada pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, não tinha aceitação na ala mais “moderada-conservadora” ou “socialista” do *Conselho da Revolução*, encabeçada por Melo Antunes e Vasco Lourenço. Uma rutura assumida e pública, que levou o primeiro-ministro a pedir a suspensão de Vasco Lourenço do *Conselho da Revolução*.

Este antagonismo entre Vasco Lourenço e Vasco Gonçalves/5.ª Divisão estava bem presente na vida pública de então, envolvendo movimentações militares nos quartéis e acalorados discursos políticos. De recordar, por exemplo, o discurso extremamente radical que Vasco Gonçalves proferiu numa visita à *Sorefame*, a 17 de maio, perante os trabalhadores da empresa⁸².

Por sua vez, o então jovem capitão e elemento do *Conselho da Revolução*, Vasco Lourenço, “desmultiplicando-se em sucessivas reuniões”⁸³, organizou uma “assembleia-pirata” de oficiais da Escola Prática de Infantaria de Mafra, em julho de 75, para conseguir um apoio unânime com vista, entre outras resoluções, a viabilizar a “dissolução da 5.ª Divisão”⁸⁴. Uma deliberação que serviria para forçar o *Conselho da Revolução* a tomar medidas contra a 5.ª Divisão.

Vivia-se o *Verão Quente* e, durante um dos intrincados processos de rutura política no interior do MFA⁸⁵, o presidente Costa Gomes assinou, por proposta do *Conselho da Revolução*, a 25 de agosto de 1975, a “desativação” da 5.ª Divisão e, dois dias depois, o COPCON, assalta as suas instalações⁸⁶. Sintomaticamente, a 30 de agosto, Costa Gomes demite o V Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves.

Otelo Saraiva de Carvalho descreve, da seguinte forma, o assalto do COPCON, que chefiava:

‘Recebi a ordem do general Costa Gomes. Ele deu a ordem mas eu julgo que foi o Conselho da Revolução que o pressionou para acabar com a 5.ª Divisão. “Temos que a eliminar”, disse o presidente, pelo que eu respondi: “Meu general, vai ser tramado fazer uma ação armada para fechar aquilo!”. Mas lá chamei o Jaime Neves e dei a ordem. Ele agarrou numa companhia de comandos e foi às Janelas Verdes.’ (Otelo Saraiva de Carvalho)

O coronel Abreu Arriscado é nomeado, a 3 de outubro, para encerrar administrativamente a 5.ª Divisão e criar uma unidade substituta, tendo sido seus assessores o tenente-coronel Ramalho Eanes e os majores Loureiro dos Santos e Tavares Pimentel. No entanto, a “liquidação administrativa da 5.ª Divisão prologou-se até 25 de Novembro”⁸⁷, já que a CODICE só recebeu

⁸¹ *Ibidem*, 333.

⁸² Vasco Lourenço cit. in Sousa e Castro, *Capitão de Abril, capitão de Novembro* (Lisboa: Guerra e Paz, 2008), 185.

⁸³ António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, 50.

⁸⁴ Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Mário Cardoso, *Abril nos Quartéis de Novembro* (Lisboa: Bertrand, 1979), 112.

⁸⁵ Nomeadamente com a perda de influência do PCP no Conselho da Revolução; a rutura entre Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço; e a ascensão da ala mais moderada liderada pelo major Melo Antunes, conhecida pelo *Grupo dos Nove* in Ricardo Miguel Gomes, *A Imprensa Diária Portuguesa no Período Revolucionário (1974-1975)*, (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 2005), 45.

⁸⁶ Muitos pormenores do assalto são contados no livro: José Gomes Mota, *A Resistência - O Verão Quente de 1975* (Lisboa: Jornal ‘Expresso’, 1976), 143-148.

⁸⁷ SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975*, 23.

ordem do *EMGFA* para suspender as suas atividades nesta data. Três dias mais tarde, mais precisamente a 28 de novembro, o *EMGFA* emite dois mandatos de captura: um para o coronel Varela Gomes e outro para o capitão Duran Clemente⁸⁸.

Mesmo estando encerrada, a 5.ª *Divisão* é apontada por alguns autores como uma das forças por detrás da intentona golpista que culminou no 25 de Novembro⁸⁹.

6. Discussão

Após esta exposição sobre a criação, evolução e encerramento da 5.ª *Divisão*, assim como uma tentativa de compreender quais foram as suas principais competências e ações, propomo-nos centrar o artigo no segundo objetivo deste trabalho: perceber a relação entre o então primeiro-ministro Vasco Gonçalves e esta estrutura militar.

Há abundantes indícios de que a 5.ª *Divisão*, mesmo tendo sido formalmente chefiada pelo coronel de cavalaria Robin de Andrade (de 7 de outubro 1974 a 20 de julho de 1975) e pelo 1º tenente médico-naval Ramiro Correia (de 20 julho de 1975 a 25 de agosto de 1975), foi, em grande medida, dirigida por aquele que apontam como tendo sido o seu primeiro líder: Vasco Gonçalves.

Por isso, as ações da 5.ª *Divisão* eram vistas, por muitos opositores, como “autopromocionismo”⁹⁰ do então primeiro-ministro, também ele acusado de estar ao serviço do PCP na disseminação e aplicação da ideologia marxista-leninista. Para muitos, a 5.ª *Divisão* foi, nas mãos de Vasco Gonçalves, uma “oficina ideológica”⁹¹, uma “central de intoxicação”⁹², um instrumento de “colonização ideológica”⁹³, um propagador de “ondas de medo”⁹⁴, capaz de “matraquear uma ideologia monolítica”⁹⁵ e de promover o “monolitismo da informação”⁹⁶.

Contudo, o vínculo ao PCP foi sempre negado por Vasco Gonçalves, para quem essas insinuações não passavam de “calúnias”⁹⁷ e, por isso, com um teor “absolutamente falso”⁹⁸ e “errado”⁹⁹, como sublinhou perentoriamente na entrevista a Maria Manuela Cruzeiro. Admitiu apenas ser um ativista¹⁰⁰ da luta de classes, mas sem militar no PCP.

Já em relação à cumplicidade entre Vasco Gonçalves e a 5.ª *Divisão*, são vários os acontecimentos e as referências que demonstram a sua veracidade. Na entrevista que nos concedeu, Loureiro dos Santos critica a 5.ª *Divisão* por ser ‘um órgão de propaganda’ de um ‘radicalismo exagerado muito ligado ao governo gonçalvista’ e Vasco Lourenço é peremptório: ‘É lógico que [a 5.ª *Divisão*] trabalhavam para ele [Vasco Gonçalves]’. E José Gomes Mota vai mais longe e chama à 5.ª *Divisão* “Estado-Maior dos gonçalvistas”¹⁰¹.

Acrescente-se, a respeito desta cumplicidade, que o antigo primeiro-ministro mantinha uma longa relação de amizade com aquele que, mesmo tendo sido só o “adjunto do chefe” da 5.ª

⁸⁸ Conhecido como o coordenador da produção de filmes e documentários propagandístico para a RTP.

⁸⁹ SA, *25 de Novembro: Breve panorama gráfico e noticioso duma crise* (Lisboa: Terra Livre, 1976); L. Pereira Gil, *25 de Novembro: Anatomia de um golpe* (Lisboa: EDITUS, 1976); Álvaro Henrique Fernandes, *Portugal nem tudo está perdido* (Lisboa: Ulmeiro, 1976); e entre outros.

⁹⁰ Eduardo Lourenço, *Os militares e o Poder* (Lisboa: Arcádia, 1975), 153.

⁹¹ José Freire Antunes, *O Segredo do 25 de Novembro*, 67.

⁹² *Ibidem*, 161.

⁹³ Cit. in John Andrade, *Dicionário do 25 de Abril. Verde Fauna, Rubra Flora*. (Lisboa: Nova Arrancada, 2002), 60.

⁹⁴ A. Neves Anacleto, *A Inventona do 28 de Setembro: Quem a Fez?* (Lisboa: Edição do Autor, 1976), 167.

⁹⁵ Rui de Brito, *Anatomia das Palavras - Vasco Gonçalves* (Lisboa: Liber, 1976), 139.

⁹⁶ Fernando Pacheco de Amorim, *Portugal Traído* (Madrid: Autor, 1975), 169.

⁹⁷ José Pedro Castanheira, “Vasco Gonçalves”, *revista Única*, 18 de junho 2005, 83.

⁹⁸ *Idem*.

⁹⁹ Vasco Gonçalves cit. in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução*, 197.

¹⁰⁰ Vasco Gonçalves cit. in José Pedro Castanheira, “Vasco Gonçalves”, *Revista Única*, 18 de junho 2005, 79.

¹⁰¹ José Gomes Mota, *A Resistência - O Verão Quente de 1975*, 143.

Divisão, desde cedo se tornou uma figura omnipresente e incontornável desta estrutura militar: o coronel Varela Gomes¹⁰². Proeminentes combatentes antifascistas, Vasco Gonçalves e Varela Gomes estiveram juntos no fracassado *Golpe da Sé*, de 12 de março de 1959.

Vasco Gonçalves tinha também, desde os tempos do Colégio Militar, uma forte amizade com outro dos chefes da 5.ª *Divisão*, Robin de Andrade, que era igualmente tido como um elemento próximo do PCP. Havia, portanto, uma relação próxima e de manifesta confiança entre os três militares: Vasco Gonçalves, Varela Gomes e Robin de Andrade.

Quando a queda do Governo de Vasco Gonçalves se começou a desenhar, em particular após o comício do PS na Fonte Luminosa, em Lisboa, a 19 de julho de 1975, o ataque ao PS e ao *Grupo dos Nove* veio precisamente da 5.ª *Divisão*, através de uma ruidosa campanha imortalizada pelo tema: “Força, Força, Companheiro Vasco” (Grupo outubro). Tratou-se de uma campanha de promoção do primeiro-ministro com profuso recurso a cartazes, músicas, palestras, lançamento de livros e outros eventos apologeticos que personificavam em Vasco Gonçalves a aliança entre o povo e o *MFA*.

Importa sublinhar que o ocaso da 5.ª *Divisão* é concomitante com o crepúsculo político de Vasco Gonçalves, facto que parece indiciar uma relação de dependência entre ambos. Não será, certamente, por coincidência que apenas três dias depois de os Comandos terem encerrado a 5.ª *Divisão*, a 27 de agosto, o presidente Costa Gomes demite o V Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves. A queda da criatura arrasta o seu criador? Ou vice-versa?

Outro caso de “apoio caloroso e inequívoco a Vasco Gonçalves”¹⁰³ foi a capa do *Diário de Notícias* do dia 23 de julho de 1975, que é manchada com um dos lemas da 5.ª *Divisão*: “Força, força, companheiro Vasco...”. À influência gonçalvista não terá sido, de resto, alheio o saneamento de 22 redatores do mesmo jornal, a 27 de agosto de 1975.

Mas Vasco Gonçalves contesta, dizendo que “passou-se à margem das [suas] decisões e até conhecimento”¹⁰⁴ e havia sido uma “inteira surpresa”¹⁰⁵. A verdade é que, verificando a muita literatura do PREC, é difícil dissociar Vasco Gonçalves da 5.ª *Divisão*. No fundo, a 5.ª *Divisão* traduzia-se num programa de “apoio de massas à volta da sua [Vasco Gonçalves] figura de «homem do povo» e «Messias» da revolução democrática nacional”¹⁰⁶.

É bom lembrar que no *Verão Quente*, e temendo o assalto ao poder por parte dos socialistas, a 5.ª *Divisão* (com o apoio do PCP e de vários agrupamentos de extrema esquerda¹⁰⁷) chega a preparar uma guarda especial a Vasco Gonçalves, entre os dias 23 e 24 de agosto:

“Na perspetiva de um golpe à força, a 5.ª *Divisão* manteve-se mobilizada, montando um posto de apoio na residência oficial do primeiro-ministro, em S. Bento”¹⁰⁸.

Vasco Lourenço, quando questionado sobre esta ligação entre o então primeiro-ministro e a 5.ª *Divisão*, não hesita em referir que ‘eles [a 5.ª *Divisão*], a determinada altura, estavam declaradamente ao serviço de Vasco Gonçalves’. E acrescenta:

‘Faziam comunicados muito agressivos, ao arripio do próprio Conselho da Revolução. Houve uma altura que ou eram eles, ou era eu, porque a 5.ª *Divisão* Militar tinha tomado o freio nos dentes’ (Vasco Lourenço).

¹⁰² Autor de três livros sobre a 5.ª *Divisão*: *Sobre os golpes contra-revolucionários de 11 de março e de 25 de Novembro de 1975, A contrarrevolução de fachada socialista e O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975*.

¹⁰³ Adelino Gomes, José Pedro Castanheira, *Os Dias Loucos Do Prec*, (Lisboa: Expresso/Público, 2006), 274.

¹⁰⁴ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução* (Lisboa: Editorial Notícias, 2002), 226.

¹⁰⁵ *Ibidem*, 226.

¹⁰⁶ Rui de Brito, *Anatomia das Palavras - Vasco Gonçalves* (Lisboa: Liber, 1976), 67.

¹⁰⁷ António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis (Lisboa: Alfa, 1992), 52.

¹⁰⁸ SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975* (Lisboa: Ler Editora, 1984), 83.

O apelo ao voto em branco é mais um acontecimento que evidencia esta proximidade entre o antigo primeiro-ministro e a 5.ª Divisão, na medida em que há uma clara sintonia de pontos de vista sobre esta matéria, como confirma Vasco Gonçalves:

“Em vez de irem votar influenciados por A, B ou C, e sem a consciência plena do que iam fazer, seria mais correto, mesmo de um ponto de vista ético, que dessem o seu voto em branco”¹⁰⁹.

São vários os episódios, factos e factoides que evidenciam similitudes nas intenções e na harmonia da ação política destes dois atores institucionais. Mas há um dado importante que pode inverter esta tese: a 5.ª Divisão nunca foi uma estrutura una e indivisível.

Na opinião de todos os entrevistados, houve sempre dois grupos distintos. No início os “spínolistas” e os “pró-Comissão Coordenadora”; e, a partir do 11 de março, formaram-se os “gonçalvistas”, na vanguarda da revolução “e em proveito da esquerda radical”¹¹⁰, e os “moderados” ou “pró-Conselho da Revolução”. A complexidade destas duas fações pode ser personificada por um dos chefes da 5.ª Divisão, Robin de Andrade, que entrou como “oficial da confiança do general Spínola”¹¹¹ mas acabou por acompanhar todos os “exageros” do PREC ao lado de Varela Gomes e de Vasco Gonçalves.

Conclusão

Fica então um contributo para se melhor compreender o que era a 5.ª Divisão, que técnicas usava, o que desenvolveu de pioneiro e quem fora mas principais figuras de uma estrutura que poderá ser equiparada a um contemporâneo gabinete de comunicação governamental.

No entanto, não é possível confirmar que este “laboratório revolucionário”¹¹² estivesse inequivocamente sob as ordens do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, pois a sua complexidade e a dos seus atores não permitem definir uma única 5.ª Divisão. Isto apesar dos factos, personagens e acontecimentos demonstrarem que esta estrutura militar serviu amiúde como máquina de propaganda desse mesmo primeiro-ministro.

Afirma-se, porém, e com a ressalva necessária sobre a componente militar e revolucionária, que a 5.ª Divisão foi a primeira estrutura pública portuguesa num período de liberdade a desenvolver um profissional e sofisticado trabalho de comunicação política governamental, nomeadamente através da tentativa de controlo de informação interna, da tentativa de manipulação e intimidação de jornalistas, das campanhas de instrumentalização da opinião pública, entre muitas outras. Aliás, técnicas muito semelhantes ao que, atualmente, no mundo anglo-saxónico, chamam de *spin doctoring*.

¹⁰⁹ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um general na Revolução*, 162.

¹¹⁰ António Reis, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, in *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis (Lisboa: Alfa, 1992).

¹¹¹ SA, *O livro branco da 5ª Divisão: 1974-1975* (Lisboa: Ler Editora, 1984), 30.

¹¹² Ramiro Correia cit. in Maria Inácia Rezola, 25 de Abril: Mito de uma Revolução. (Lisboa: Esfera do Livro, 2007), 95.

Adrião Pereira da Cunha*

Humberto Delgado e o seu exílio no Brasil

R E S U M O | *O Exílio de Humberto Delgado no Brasil em 1959 constitui um momento único na história política de Portugal Contemporâneo. É a queda dos mitos, criados ao longo dos anos, por Salazar e seus apaniguados, quer a nível interno, quer externo. As eleições presidenciais de 1958 constituem para Humberto Delgado um drama pessoal e político, com múltiplos reflexos. O seu exílio político vai centrar-se numa dimensão humana com novas vivências políticas das vítimas da repressão do Estado Novo. No Brasil vai encontrar um universo oposicionista com características sociológicas, culturais, e económicas completamente diversa, vindo a surgir uma insanável e progressiva conflitualidade pessoal e política. Palavras-chave: Estado Novo, salazarismo, eleições presidenciais, oposição democrática.*

A B S T R A C T | *The political exile Humberto Delgado in Brazil in 1959 is a single moment in the political history of Contemporary Portugal. It is the fall of the myths created over the years by Salazar and his cronies, both internally and externally. The 1958 presidential elections are to Humberto Delgado personal and political drama, with multiple reflections. His political exile will focus on a human scale with new political experiences of victims of the repression of the Estado Novo. In Brazil you will find an opposition universe with sociological, cultural and economic characteristics quite different, one incurable and progressive personal and political conflict been emerging. Keywords: Estado Novo regime, Salazar, presidential elections, Humberto Delgado, democratic opposition.*

Introdução

A 8 de junho de 1958, o General Humberto Delgado e o Almirante Américo Tomás disputam a eleição à Presidência da República, um combate político cujas regras se encontram viciadas desde o início: na manhã do próprio dia das eleições, o Governo faz inserir uma nota-oficiosa proibindo a fiscalização das urnas pela Oposição.

Em termos internacionais é conhecida a posição do regime salazarista e são vários os jornais que fazem denúncia pública do que se passa em Portugal. As eleições constituem uma burla grotesca do que deveriam ser eleições livres, visando integrar Portugal no âmbito das Nações Livres e Democráticas.

O ato eleitoral à Presidência da República processa-se após uma agitada campanha, onde existem vários feridos entre os apoiantes de Delgado, sendo denunciados numerosos atropelos à

* Mestre em História Contemporânea e doutorando em História pela FLUP.

liberdade com perseguição e prisão de numerosíssimos cidadãos que emprestaram o seu nome e a sua ação cívica à causa da liberdade.

Pelo regime foi negada à Oposição o livre acesso aos cadernos eleitorais, interdita a possibilidade de efetuar comícios ao ar livre, destruídos diversos documentos de campanha, dificultada a distribuição e entrega de boletins de voto.

A 8.6.1958, Portugal realizou pela última vez, na vigência do Estado Novo, eleições para a Presidência da República pelo voto direto, secreto e universal.

Salazar não deixa aos portugueses quaisquer dúvidas sobre as eleições para a Presidência da República. A posição que assume perante estas eleições fica definida num discurso que profere na sessão de propaganda da candidatura de Américo Tomás, no Palácio dos Desportos, em Lisboa, a 4.6.1958, num registo bastante crispado, que ele próprio deplora. As linhas essenciais desse discurso¹ são:

- A campanha tem suscitado uma leitura geral (“enciclopédica”) do funcionamento do sistema político;
- A campanha tem sido aproveitada como pretexto para a subversão;
- Faz a promessa de retorno rápido à vida habitual;
- Regozija-se com a disponibilidade de a oposição ir às urnas, exprimindo este facto como derivado dum esforço do poder governamental;
- A eleição apresentada como “prova de força” e de mudança que impõe novas exigências na vida política, com o surgimento da oposição;
- Finalmente, pelo não – dito, Salazar desfaz todas as dúvidas quanto ao apreço que tem pela figura constitucional da personalidade que exerce a presidência da República, quando no discurso de encerramento de campanha eleitoral, não pronuncia uma única vez o nome do candidato do regime, por si sancionado. E, no mesmo passo, exprime a insignificância que atribui à magistratura presidencial.

Sequelas das eleições

Das campanhas presidenciais ocorridas em Portugal, nos vinte e cinco anos da vigência da Constituição de 1933, o regime jamais se sentiu afetado, durante ou no rescaldo das mesmas, sobretudo desde que a oposição dera sinais de maior capacidade interventiva no pós-guerra. Sempre se recuperara dos períodos eleitorais, onde a Oposição nunca tinha chegado ao voto. Contrariando o que até aqui tinha sido habitual, o sufrágio eleitoral de 1958 provoca um forte abalo ao regime que parece degastado; considera-se atingida a autoridade carismática do incontestado e inamovível chefe político, Oliveira Salazar.

O sucesso generalizado que o General Humberto Delgado obtém na campanha eleitoral como candidato – Independente - à Presidência da República, fica a dever-se, em boa parte, à sua maneira de ser, a um discurso vigoroso, ao seu imprevisto arrebatamento, no contacto direto com a população, numa ânsia pública de ação conducente a uma imediata alteração do regime. Delgado congrega uma massa política heterogénea, unindo diferentes setores da sociedade portuguesa, subvertendo todos os cálculos e previsões políticas até então formuladas.

Franco Nogueira refere que Delgado obteve o apoio da mais completa coligação que o regime houve de enfrentar: “sobreviventes do partido democrático, monárquicos liberais, integralistas desgarrados, socialistas, elementos da *Seara Nova*, sociais- democratas, elementos republicanos moderados e comunistas, de que os demais tiveram de aceitar a colaboração, senão a preponderância”.²

¹ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas V 1951-1958*. (Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1959), 477/481.

² Franco Nogueira, *O Estado Novo [1933 – 1974]*. (Porto, Livraria Civilização Editora, dezembro 2000), 106

A candidatura do General Humberto Delgado, conduzida com forte cunho pessoal; com carisma, com coragem e entusiasmo, rompe os moldes estabelecidos, derruba padrões assentes; e a sociedade portuguesa é batida por uma rajada que a faz estremecer até aos seus fundamentos. O acontecimento transcende o candidato e os seus reflexos projetam-se definitivamente sobre Salazar, sobre os fundamentos do regime do Estado Novo, sobre as mais diversas instituições e personalidades.

Pedro Teotónio Pereira embaixador de Portugal em Londres, em carta endereçada a Oliveira Salazar, datada de 20.3.1958 escreve: “Regressei de Lisboa com o espírito cheio de ansiedade quanto à solução que se irá dar à eleição de junho. Quanto mais penso no caso mais me convenço que há só uma solução que unirá outra vez as forças nacionais e que dará ao país as garantias para o futuro. Deus permita que essa decisão seja tomada. O caso já está a produzir aqui grande repercussão. Vê-se que há muito interesse à volta da eleição presidencial em Portugal”.³

Em ofício confidencial para Oliveira Salazar de 17 de agosto, Pedro Teotónio Pereira, retoma o tema das eleições e dá notícia das repercussões sentidas em Londres: “Desde o inverno que os nossos créditos aqui começaram caindo. Fez-se o que se pôde para travar um ambiente de hostilidade mas é manifesto que a campanha eleitoral nos fez terrível dano. Acabaram os ataques desde o fim das eleições seguindo-se-lhe um silêncio total por parte da imprensa. Chega a parecer impossível como em tão curto espaço foi possível uma tal transformação”.⁴

O Embaixador de Portugal em Londres Pedro Teotónio Pereira reportando-se ao agendamento de um almoço com o Primeiro-ministro Britânico, *Harold MacMillan*, dá conhecimento a Salazar em nota datada de 27 de agosto: “O caso da imprensa é tão evidente que os próprios amigos ingleses me perguntam como isto é possível. O escândalo da passada campanha eleitoral destruiu boa parte do crédito público que aqui tínhamos”.⁵

Consumadas as eleições, Humberto Delgado a 23.6.1958 envia ao Presidente eleito, Américo Tomás a seguinte carta:⁶

Lisboa, 23.6.1958
Exmo. Senhor
Almirante Américo Tomás
Lisboa

Num país civilizado e democrático de eleições livres, eu teria enviado a V. Exa um telegrama de parabéns pela vitória nas eleições.

Tal é a praxe, por exemplo no país de onde há pouco regressei – os Estados Unidos. Sucede que eu fui violentamente roubado nas eleições, além de perseguido e vexado por forma inacreditável, apesar de, como V. Exa ser oficial general das Forças Armadas.

O documento junto – Impugnação das eleições – o prova em demasia. Daí não ter enviado, nem enviar por esta carta, quaisquer parabéns. Ao contrário, muito lamento que V. Exa se decida a aceitar um cargo obtido por aquela forma.

Porque talvez V. Exa desconheça, transcrevo por tradução um passo do “*New York Times*” de 10 do corrente: “O General Humberto Delgado é claro, perdeu por larga margem a favor do candidato escolhido por António de Oliveira Salazar, o ditador

³ João Miguel Almeida, (*António Oliveira Salazar / Pedro Teotónio Pereira, Correspondência Política -1945-68*. (1.ª ed., Lisboa: Círculo de Leitores, outubro 2008), 609.

⁴ *Ibidem*, 623

⁵ *Idem*, 626

⁶ Victor Dimas, *Humberto Delgado – O homem e três épocas* (1.ª ed., Lisboa: Edições Jornal Expresso, dezembro 1977), 194

e primeiro-ministro. O nome do vencedor é, por acaso, Contra-Almirante Américo Tomás, mas isso não tem qualquer importância. Ele não terá qualquer poder e o Dr. Salazar podia da mesma forma ter escolhido o polícia de trânsito mais à mão”.

Este passo dá ideia do que no estrangeiro se pensa da farsa das eleições e da função que a V. Exa atribuem como Presidente da República eleito por aquela forma, afrontosa da dignidade humana.

A Bem da Nação
Humberto Delgado
General”

Naturalmente, as eleições presidenciais não inquietaram apenas Salazar, vieram também perturbar o campo da oposição, como se pode verificar por duas posições que emergiram no mesmo dia, 18 de junho de 1958, ou seja, dez dias decorridos após o ato eleitoral (discutidas provavelmente nos dias imediatos ou até anteriores), uma protagonizada por um ator coletivo – o PCP e outra por um ator singular em busca de apoio.

Assim, a Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, a 18.6.1958, faz a denúncia que as eleições foram falseadas e dos vários atropelos cometidos à legalidade e liberdade do ato de votar, ao mesmo tempo que convoca todos à luta contra Salazar e aponta a vanguarda dessa luta para a classe operária, sugerindo greves, paralisações manifestações, de forma a promover o movimento de massas. A posição do PCP pode sintetizar-se nas seguintes afirmações: “A Nação votou contra Salazar! O general Humberto Delgado tem o apoio do povo. Não restam dúvidas a ninguém de que foi ele quem ganhou as eleições no dia 8 de Junho e de que a camarilha salazarista foi derrotada – a Nação pronunciou-se e votou contra Salazar. Os resultados apresentados são a maior burla e falsificação eleitorais até hoje cometidas por Salazar e a sua camarilha”⁷.

O Movimento Nacional Independente

Por seu lado, Humberto Delgado, dez dias decorridos após as eleições, convocou os representantes nacionais e locais da candidatura a fim de organizar um partido, embora fosse de antemão sabido que o governo não permitiria a sua existência. Pretendia-se que o Movimento Nacional Independente fosse “uma organização civil de indivíduos e não de grupos”, tendo como “objetivos imediatos os que foram apresentados na candidatura”, com a expressa intenção de elevar os padrões culturais e económicos do povo português. Além disso, o MNI deveria opor-se “a todas as concepções totalitárias e à inclusão na sua organização de qualquer grupo, seita ou partido”⁸.

Seria já o MNI a denunciar casos de fraude eleitoral, o que fez numa brochura de 47 páginas. Exemplo: na cidade do Porto, onde foi lançada a candidatura do autor, e que tem 400.000 habitantes, o Governo concedeu ao candidato independente apenas 8.865 votos! Sem atentar no disparate, em Vila Nova de Gaia, que está separada do Porto apenas por uma ponte de 1 Km e mal conterà 20.000 habitantes, atribuiu-lhe 7.768 votos, quer dizer quase o mesmo que na segunda cidade do país, apesar de vinte vezes menor o número de eleitores! No que respeita às colónias, ultrapassou-se as raias do crível. Em algumas, o Governo atribuiu 100 cento dos votos ao seu candidato, almirante Tomás.

⁷ Comunicado da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.

⁸ Iva Delgado, *Memórias de Humberto Delgado*. (Alfragide: Publicações D. Quixote, 2009), 189

Ao mesmo tempo, denunciava o facto de o ministro da Defesa Nacional, Santos Costa, cortar ao general a autorização para desempenhar o cargo de diretor-geral da Aeronáutica Civil, no Ministério das Comunicações, mando-o apresentar no Subsecretariado de Estado da Aeronáutica.⁹

Relativo ao Movimento Nacional Independente, que Humberto Delgado publicita, é emitido a 4.11.1958 um documento anunciando uma reunião, a realizar em Lisboa, a 1 desse mês, congregando 50 democratas da cidade e concelhos próximos, com a aprovação da seguinte proposta:

Tendo em conta o manifesto desejo da generalidade dos democratas e, mais ainda, de todos os que anseiam por uma mudança do actual estado de coisas no sentido de um regime de liberdades públicas e dignificação da pessoa humana, tendo a honra de propor a esta assembleia o seguinte:

1.º - Que testemunhe ao Senhor General Humberto Delgado a confiança que todos nós nele depositamos como intérprete das aspirações nacionais e símbolo do mais verdadeiro patriotismo e, conseqüentemente, se lhe reitere a qualidade já reconhecida de chefe do Movimento Nacional Independente para prosseguir nos objectivos essenciais à Nação no seu programa de candidatura à Presidência da República;

2.º - que sejam desde já convidados para fazerem parte de uma comissão organizadora do Movimento Nacional Independente na região de Lisboa, sem prejuízo da inclusão de outros de acordo com as sugestões do Senhor General Humberto Delgado e de todos os democratas os seguintes cidadãos:

Drs. Luiz da Câmara Reis, Sá Vieira, Nuno Rodrigues dos Santos, Manuel Sertório Marques da Silva, José dos Reis, José Vieira da Luz, Manuel Serra, Constantino Fernandes, Joaquim Bastos, Manuel João da Palma Carlos, Francisco Pereira e Lorena, Prof. Marques da Silva, Dra. Alcina Bastos, D. Maria Rita Rolão Preto, Cap. Henrique Vilhena, Cap. Augusto Casimiro, Escritora Lília da Fonseca, Jornalista Julião Quintinha, Pintor Nikias Skapinakis, Padre Pio (Ajuda), estudantes João Alves Falcão, Alfredo Portela dos Santos, Maria Amélia Alçada Padez, João Pedro dos Santos, António Lomelino, Arnaldo Félix Castanheira, Demétrio Duarte, Ary Oliveira Braga, Guilherme de Almeida, Francisco Carvalho Afonso, Manuel Portugal, António Carvalho, Fenando Peres, José Plácido Barbosa;

3.º - que esta comissão provisória dê os passos necessários para a estruturação do Movimento em todos os bairros, freguesias e concelhos do distrito, bem como em todos os sectores profissionais e entre a juventude, com o objectivo de ser eleita, posteriormente, uma comissão Distrital verdadeiramente representativa;

4.º - que simultaneamente se proceda desde já à execução dos trabalhos relativos ao próximo recenseamento eleitoral e à preparação das próximas eleições para as Juntas de Freguesia, cuja realização deve ser reclamada junto do Governo, com a maior brevidade e de acordo com as disposições legais em vigor;

5.º - que ao mesmo tempo, essa comissão desenvolva todos os esforços no sentido de se multiplicarem e alargarem quaisquer iniciativas tendentes à abolição da Censura e à libertação de todos os presos políticos;

6.º - que a referida comissão promova uma comemoração condigna da data histórica e nacional do dia 1.º de Dezembro;

7.º - que, com elementos da mesma comissão, seja constituído um Serviço de Propaganda encarregado de publicar todos os documentos de interesse para o Movimento Nacional

⁹ Humberto Delgado, *Tufão sobre Portugal, Documentos para a História*. (Rio de Janeiro: Livraria Editôra Germinal, sd), 59/60

Independente e fazê-los distribuir não só na região de Lisboa como em todo o território nacional;

8.º - que, atendendo à necessidade de consolidação do Movimento Nacional Independente à escala nacional, se promova, no próximo dia 9 de Novembro, em Lisboa, um jantar de confraternização em homenagem ao Senhor General Humberto Delgado, em condições de poder reunir, com a maior representatividade possível, todas as regiões do país. Para a execução prática desta iniciativa sejam convidados os cidadãos;

Drs. Nuno Rodrigues dos Santos, Agostinho Sá Vieira, Manuel Sertório Marques da Silva, Constantino Fernandes, Joaquim Bastos, José Vieira da Luz, Eng.º António Abreu, D. Maria Amélia Alçada Padez, estudantes Rui Cabeçadas, e J. Alves Falcão;

9.º - que entretanto, se confie ao Senhor General Humberto Delgado a tarefa de, conjuntamente com o Senhor Dr. Arlindo Vicente, e mais personalidades destacadas da Oposição, promover a constituição de uma Comissão Central do Movimento Nacional Independente e, se possível, que a proposta para essa Comissão Central seja apresentada no jantar a promover no dia 9 do corrente.

No final foi designada uma Comissão, compostas por 4 das pessoas presentes, para levar ao Sr. General Humberto Delgado os votos da Assembleia, traduzindo apoio decidido ao Movimento Nacional Independente, e sintetizado na proposta aprovada.

Dificuldades surgidas posteriormente a esta reunião, mormente a exiguidade do tempo de que dispõe, obrigaram a adiar para data posterior o anunciado jantar de confraternização nacional.¹⁰

O MNI teve existência de – facto mas nunca de direito – será objeto de diversas interpretações tanto a nível interno, como externo e vai estar na origem de diversas dissensões, pessoais e políticas. Movimento criado por Humberto Delgado no rescaldo das eleições de junho de 1958, vai servir de base para várias ações políticas, do próprio General e de diversos cidadãos, por si credenciados por documento emitido em papel timbrado do MNI, quer em Portugal quer no estrangeiro.

Mário Soares reportando-se à génese deste movimento refere: “Humberto Delgado quis pôr de pé um movimento político que prosseguisse o trabalho realizado durante a sua candidatura – o Movimento Nacional Independente (M.N.I.). Mas, obviamente, não era isso que as pessoas esperavam, nem era para esse tipo de trabalho político que Delgado estava fadado”.¹¹

Salazar procura resolver o problema Delgado da forma mais célere. Júlio Botelho Moniz ministro da Defesa oferece-lhe a possibilidade de se manter ligado às Forças Armadas saindo de imediato do país para frequentar um curso de Ciências Económicas na Universidade de McGill, Montreal, Canadá¹² além disso, receberia a fabulosa quantia de 40 contos mês.¹³ A sua situação como oficial-general das Forças Armadas portuguesas estava séria e definitivamente comprometida.

Aproximando-se as habituais comemorações do 5.10.1910, data da implantação da República, celebração que o regime não observava proibindo todas as manifestações cívicas que sempre existiam, particularmente, em Lisboa e no Porto. Para as comemorações deste ano de 1958, Humberto Delgado recebeu convite do Centro Republicano Português radicado em S. Paulo, no Brasil, para presidir nesse ano às comemorações do 5 de outubro. “O convite gerou repercussão em Portugal e nos *media* brasileiros. Delgado aceitou o chamado, mas o governo

¹⁰ Documento original em espólio particular.

¹¹ Mário Soares, *Portugal Amoraçado*. (Lisboa: Editora Arcádia, outubro 1974), 239

¹² *Ibidem*, 743

¹³ Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado Biografia do General sem medo*. (1.ª ed., Lisboa: A Esfera dos Livros, abril, 2008),

português recusou-lhe a autorização para a viagem”.¹⁴

Para se ausentar do país, Humberto Delgado carecia de prévia autorização. Sobre esta possibilidade Delgado escreve:

Retardei o pedido para a necessária autorização até ao 1.9.1958. O meu pedido lançou o Governo em pânico, pois não seria possível recusar-me a licença para ir ao estrangeiro, quando eu não tinha qualquer comissão de serviço e estava em casa todo o dia. Assim, astuciosamente, foi-me oferecido um cargo a partir de 9 de setembro e de pois foi rejeitado o meu pedido com a desculpa de que eu era necessário na Força Aérea e que não tivesse qualquer contacto com os oficiais. Por outras palavras, deveria ficar em casa e receber o ordenado por inteiro para não fazer nada.¹⁵

Na data do quadragésimo oitavo aniversário da implantação da República, Humberto Delgado lembra:

No 5 de outubro juntei-me a um grupo que ia homenagear as principais figuras do regime «republicano» visitando as sepulturas do Dr. Miguel Bombarda e do Almirante Cândido dos Reis. O cortejo tomou o caminho do cemitério, por forma bastante ordeira, mas quando começamos a sair, a polícia interveio e insistiu que todos saíssemos por determinada porta estreita. Quando já estávamos para depor uma coroa de flores no monumento do falecido Presidente da República, Dr. António José de Almeida, a polícia portou-se de forma indescritivelmente bárbara, atacando-nos com granadas de gás lacrimogéneo, muito embora entre os presentes se encontrassem dois candidatos à Presidência da República, Dr. Arlindo Vicente e eu próprio, e diversos outros membros da Oposição, já idosos, tais como o Dr. António Sérgio, o Dr. Jaime Cortesão e o Dr. Azevedo Gomes [...]

O Dr. António Sérgio descreveu a cena ao Ministro da Presidência, Dr. Teotónio Pereira:

Quando finalmente cheguei à rua onde se ergue o monumento a António José de Almeida, as pessoas circulavam em perfeita calma e algumas subiam até à base da estátua para deporem as suas coroas de flores. Então, num determinado ponto da cerimónia, o General Humberto Delgado subiu os degraus com alguns dos seus amigos – não sei dizer exactamente quantos, mas creio que à volta de vinte ou trinta, pois não havia lugar para mais na base da estátua. Quando a coroa foi colocada ante os aplausos dos presentes, o Dr. Acácio Gouveia pediu-lhes, em nome do General, que dispersassem em ordem, mas, quando começavam a afastar-se, foram subitamente atacados com granadas lacrimogéneas. Indubitavelmente que foi um acto estúpido. Como Vossa Excelência sabe, o gás lacrimogéneo só é formalmente usado quando a polícia é atacada por uma multidão, pelo que o seu uso só pode ser considerado como completamente irresponsável e idiota, quando praticado contra um pequeno grupo de pacíficos cidadãos que se limitavam a colocar coroas de flores na base duma estátua.¹⁶

Humberto Delgado é alvo de uma sucessão de factos de carácter persecutório: exonerado do cargo de Diretor da Direção Geral da Aeronáutica Civil; na sequência de um processo disciplinar cujo inquérito teve início a 4.12.1958, conduzido pelo General Esquível - tendo por base acusatória atos de natureza política - é demitido do serviço militar a 7.1.1959; carta de Humberto Delgado ao Almirante Américo Tomás; criação do Movimento Nacional Independente, entre outros.

¹⁴ Douglas Mansur da Silva, *A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. (Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. 2006), 74

¹⁵ Humberto Delgado, *Memórias*. (Lisboa: Edições Delfos, sd), 238

¹⁶ *Ibidem*, 238/240

A demissão de Humberto Delgado do serviço militar impunha-lhe a proibição do uso da farda e a posse de armas de fogo.

O ministro da Defesa, Santos Costa, numa atitude revanchista às diversas declarações proferidas por Humberto Delgado, fez publicar nos jornais de Lisboa de 11.5.1958, a seguinte nota oficiosa:

O ministro da Defesa Nacional, usando da faculdade que lhe confere o artigo 44.º do Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36.304 de 24 de Maio de 1947, mandou cancelar a autorização, que concedia ao sr. general Humberto da Silva Delgado para desempenhar o cargo de director-geral da Aeronáutica Civil, no Ministério das Comunicações.

Por efeito desta determinação, aquele sr. Oficial-general apresentar-se-á no Subsecretariado do Estado da Aeronáutica¹⁷

Sobre o inopinado afastamento de Humberto Delgado da Direção da Aeronáutica Civil, em nota escrita, Marcelo Caetano formula a Salazar as seguintes considerações:

11.6.1958

Senhor Presidente:

Não quero deixar de lhe transmitir ainda hoje as reacções que me têm chegado quanto à maneira como o general Delgado foi tirado da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, donde se achava natural que saísse por portaria do respectivo Ministério; e as apreensões de que seja o início de represálias que irão agravar interna e internacionalmente o efeito produzido por atitudes violentas da campanha eleitoral. Ao cumprir o dever de consciência de informar V. Exa dessas reacções do nosso lado não posso deixar de acrescentar que eu próprio estou apreensivo como tanta gente sobre a sequência de acontecimentos. Não seria conveniente convocar um Conselho de ministros?

Respeitosos cumprimentos do

Marcelo Caetano¹⁸

Rumo ao exílio no Brasil

Delgado sentindo-se perseguido e na iminência de poder vir a ser preso pela PIDE e vendo gorada uma revolta armada há muito planeada para “18.12.1958”,¹⁹ decide seguir os conselhos de António Sérgio, Rodrigo de Abreu e de José Plácido Barbosa no sentido de se exilar na Embaixada do Brasil em Lisboa. Decisão que merece o apoio expresso de sua esposa Iva Delgado.

A 12.1.1959, o General Humberto da Silva Delgado, dá entrada na Chancelaria da Embaixada do Brasil, sendo recebido pelos “secretários Alarico Silveira e Baena Neves que deixaram entrar os quatro homens, sendo possível identificar somente três (Humberto Delgado, Rodrigo de Abreu e José Plácido Barbosa) convidando a esperar pelo embaixador, a quem tentavam contactar pelo telefone com urgência”.²⁰

Álvaro Lins regressado do aeroporto à chancelaria avista-se de imediato com Delgado, ouvindo a seguinte exposição:

- Vim à Embaixada do Brasil solicitar asilo político a Vossa Excelência porque me encontro sob ameaça iminente de prisão. Fui informado por intermédio de fontes seguras, uma delas merecedoras de absoluta fé, porque pessoa pertencente às altas esferas militares do oficialismo,

¹⁷ Humberto Delgado, *Tufão sobre Portugal, Documentos para a História*. (ob, cit), 60

¹⁸ José Freire Antunes, *Salazar e Caetano, Cartas secretas, 1932-1968*. (Lisboa: Círculo de Leitores, novembro 1993), 389

¹⁹ Humberto Delgado, *Memória*, (ob., cit.), 259

²⁰ Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado Biografia do General sem medo*, (ob.cit.), 767

de que serei preso hoje, às 17 horas, a pretexto de uma manifestação política que me seria feita também hoje, a essa mesma hora, na porta da minha casa. Está prevista nisto tudo, claramente, uma provocação da PIDE. Os policiais, a essa hora, encherão a minha rua com bandos aparentemente populares, obtendo assim pretexto para prender-me; o pretexto de que foi desrespeitado o dispositivo legal que proíbe comícios ou quaisquer manifestações em praça pública, mesmo no período eleitoral, quanto mais fora dêle. Eis a situação em que me encontro hoje²¹.

Álvaro Lins explica que conhecia vários incidentes de pressão por parte das autoridades portuguesas sobre Delgado e outros democratas. E, ouvindo a sós o General Delgado, toma a decisão de contactar de imediato o governo português solicitando uma reunião de urgência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Dr. Marcelo Mathias, depois de consultar previamente o seu Governo no Rio de Janeiro. Depois de uma série de acontecimentos que relata em pormenor, Álvaro Lins lembra que retomou a conversa com Humberto Delgado referindo:

General: em princípio, concedo o asilo que o senhor veio solicitar à Embaixada do Brasil. Darei a minha decisão definitiva ao voltar da audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A não ser, porém, que as garantias do Governo português alterem a situação no seu próprio espírito, ou que as informações do Ministro invalidem as que o senhor me deu, o asilo será mantido. Estou certo de que o seu caso se enquadra, perfeitamente, nos termos dos Tratados assinados pelo Brasil [...]²².

O Embaixador do Brasil recorda uma longa e tensa reunião com Ministro português onde este procura desdramatizar a situação dizendo que o General Delgado é livre de ir para onde quiser e que sobre ele não existe qualquer ação tendente a cercear sua liberdade. Álvaro Lins não aceita as razões avançadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e diz-lhe textualmente:

- Então, Ministro cumpre-me comunicar ao Governo português, por seu intermédio, que eu concedo o asilo solicitado pelo General Humberto Delgado. E o asilo será mantido, a não ser que a minha decisão, o que não acredito, venha a ser desaprovada pelo Governo brasileiro, hipótese em que voltarei à sua presença apenas para apresentar-lhe as minhas despedidas. [...] A despeito do natural constrangimento produzido por um assunto dessa natureza, a entrevista terminou em termos de perfeita cordialidade pessoal e diplomática²³.

A opinião pública toma conhecimento da decisão de Humberto Delgado através de uma nota oficial do Governo português:

O Sr. Embaixador do Brasil informou esta tarde o Ministério dos Negócios Estrangeiros de que o Sr. Humberto Delgado fora à sua Embaixada, a fim de solicitar, como refugiado político, lhe fosse concedido o direito a asilo por se considerar na iminência de ser preso. Foi agradecida ao Sr. Embaixador do Brasil a sua comunicação e dito ao mesmo tempo que não se via qualquer inconveniência em que o Sr. General Humberto Delgado se instalasse na Embaixada Brasileira.

Esclareceu-se porém, que, não havendo qualquer mandado de prisão contra aquele general, nem nenhum propósito de prendê-lo por atos cometidos até ao presente, o pretexto por ele invocado carecia de todo o fundamento.

Foi salientado ao Sr. Embaixador do Brasil que, se as autoridades portuguesas houvessem tido a intenção de prender aquele general, ter-lhe-iam aplicado a pena de prisão e não a pena benévola de afastamento do serviço ativo com três quartos do vencimento. Nestas condições, e continuando a dispor o Sr. General Humberto Delgado de toda a liberdade de movimentos,

²¹ Álvaro Lins, *Missão em Portugal*. (Rio de Janeiro: Civilização Editora S.A., 1960), 32/34

²² *Ibidem*, 37

²³ *Idem*, 46

só um propósito espetacular de se atribuir a si mesmo a condição de perseguido político, com a invocação de perigos e ameaças inexistentes, podia explicar o apelo dirigido à Embaixada do Brasil.

Por outro lado, o Sr. General Delgado não deu no presente momento qualquer passo para preparação de uma eventual saída para o estrangeiro, que, aliás, não lhe seria negada.

Sendo assim, as autoridades portuguesas não têm de intervir no assunto e não lhe darão qualquer colaboração.

O Governo português lamenta sinceramente que um cidadão português, para satisfazer os seus desígnios políticos, não tenha hesitado em criar à Embaixada de um país tão fraternalmente ligado a Portugal semelhante situação²⁴.

Humberto Delgado com o pedido de asilo político à Embaixada do Brasil inicia uma etapa sem retorno da sua vida pessoal e política agregando à tragédia que vai protagonizar uma diversidade de atores, que de igual forma serão profundamente atingidos por terem partilhado este trajeto de luta política.

O pedido de asilo político formulado por Humberto Delgado teve repercussão imediata nos órgãos de comunicação social no Brasil. O jornal *O Estado de S. Paulo*²⁵ de 13 de janeiro de 1959 referia esse tema na primeira página, referindo espanto, equacionando diversas perspetivas, nomeadamente a de procura de atenção por parte do general, bem como previa dificuldades na obtenção de salvo-conduto para Delgado sair do país.

Tornaram-se reais as previsões do Embaixador Álvaro Lins quanto às dificuldades que o Governo português iria colocar à saída de Humberto Delgado de Portugal como asilado político. O regime de Salazar recorreu a todos os artifícios possíveis para demover o diplomata brasileiro do compromisso assumido com o refugiado político. Ações que se mostraram totalmente infrutíferas. Assim, o General manteve-se na Embaixada do Brasil durante 98 dias.

Depois de uma incontável multiplicidade de ações diplomáticas acabou o Governo português por fazer entrega na Embaixada do Brasil em Lisboa, dos documentos necessários para que Humberto Delgado a 20 de abril de 1959 se pudesse dirigir ao aeroporto em viatura da Embaixada, acompanhado pelo Primeiro Secretário Alarico de Oliveira.

No dia 21.4.1959, aniversário do Tiradentes, Humberto Delgado desembarca no aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro, capital da Republica Federal do Brasil.

Luís Abreu de Almeida Carvalhal, presidente da Associação de Beneficência e Cultura, denominada Associação General Humberto Delgado, fundada a 5.10.1958, descreve a chegada de Delgado, referindo que eram numerosas as pessoas, portuguesas e brasileiras, que aguardavam o General, a que se juntavam muitos jornalistas.

Humberto Delgado vai confrontar-se no Brasil com uma realidade política completamente diferente daquele que o havia acompanhado em Portugal, levando-o a acreditar que havia sido ele o escolhido para chefe incontestado de uma Oposição, atípica, conjunturalmente unida. A realidade brasileira era diametralmente diferente.

Os portugueses residentes no Brasil constituíam um núcleo essencialmente de emigrantes por razões económicas, sendo os restantes portugueses exilados por razões de caráter político, agregavam uma comunidade diferenciada e heterogénea, tanto no aspeto social, como económico, cultural e político.

A Oposição salazarista radicada no Brasil era composta por monárquicos, republicanos, socialistas, sociais-democratas, comunistas, anarquistas, etc., radicados há mais ou menos tempo

²⁴ Idem, 56

²⁵ *O Estado de S. Paulo* - diretor Júlio Mesquita, Terça-feira, 13 de janeiro de 1959, n.º 25675

no Brasil com núcleos de ação política de maior ou menor dinamismo e capacidade interventiva.

A grande maioria dos portugueses emigrados no Brasil era segundo Manuel Sertório:

Oriundos, na sua grande maioria, do campesinato e da pequena burguesia urbana, os nossos emigrantes engrossavam no Brasil o sector do salariado dos serviços, especialmente do comércio, tendo como suprema ambição transformarem-se em pequenos patrões. Vivendo numa formação capitalista então em plena expansão e sem contacto direto com a classe operária brasileira, eram inteiramente dominados pela ideologia pequeno-burguesa. Incultos e ignorantes, tornavam-se, por isso, numa presa fácil do fascismo-patrioteirismo local, sob a égide de uma fauna específica existente na colónia: os comendadores (em geral, comerciantes enriquecidos).

Assim se explica que, numa imigração de cerca de um milhão de pessoas, não ultrapassassem em muito a centena, aqueles que, em todo o Brasil e por uma forma ou outra, se manifestavam publicamente como antifascistas e estavam dispostos a agir em consequência.²⁶

Mostrou-se imediatamente errada a forma encontrada por Humberto Delgado para contactar e dinamizar a colónia portuguesa no Brasil. Sobre este assunto Manuel Sertório refere: “Delgado reagiu autoritariamente: começou redigindo «directivas» a torto e a direito, pretendendo regulamentar todos os vectores de actuação possível. Numa dessas directivas, com o n.º 6, numa rubrica final sob o título «Miscelânea», chegou a determinar como deveria ser tratado «na presença e na ausência» (sic) e rectificou o que deveria ser o «grito das massas» (re-sic): Humberto! Humberto! (em lugar do «Delgado! Delgado!» com que fora recebido no Brasil)²⁷.”

Humberto Delgado a 21.7.1959 emite um documento - Diretiva n.º 6 - que segundo Frederico Delgado Rosa tratava-se de um: “documento destinado a estruturar o MNI no estrangeiro, enquanto movimento herdeiro e continuador da Candidatura Nacional Independente, representando por si só a unidade da Oposição”.²⁸

Documento que foi mal recebido por uma grande maioria dos exilados portugueses com especial relevância para os opositoristas que se encontravam em S. Paulo e que tinham o jornal *Portugal Democrático* como polo aglutinador. “A Diretiva n.º 6 ao mesmo tempo que propunha uma «congregação geral de vontades» [...] Em causa estava a proeminência comunista na Oposição portuguesa do Brasil, desde logo pela propriedade e controlo do *Portugal Democrático* [...] as reações não se fizeram esperar e os campos delimitaram-se, deixando transparecer claramente que estava em jogo, de facto, a hegemonia comunista”.²⁹

Luís Abreu de Almeida Carvalhal faz uma crítica severa sobre esta diretiva, referindo-se a várias passagens constantes no seu longo articulado.³⁰

Maria Archer, portuguesa exilada no Brasil desde julho de 1955, sobre assunto relativo a esta “diretiva”, a 23.8.1959 envia carta manuscrita a Rodrigo de Abreu, também exilado político, onde escreve:

[...] Ontem houve leitura da célebre triste 6.^a diretiva. Repúdio geral. Creio que aquilo é o Requiem para um candidato no exílio. Que documento de insânia, Santo Deus! O repúdio foi ao ponto de haver quem dissesse, e aplaudido, que H. D, era e é apenas um agente salazarista para destruir a candidatura do Arlindo Vicente e a possibilidade do triunfo da oposição, etc., e etc.,

A diretiva 6.^a foi também recebida com risos e chistes!

Eu não ri nem rio dele. Considero-a normal no H. D, e como consequência da sua formação

²⁶ Manuel Sertório, *Humberto Delgado 70 cartas inéditas* (Lisboa, Praça do Livro, 1978), 32

²⁷ *Ibidem*, 35/6

²⁸ Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado Biografia do General sem medo*, (ob.,cit.), 811

²⁹ *Ibidem* 812

³⁰ Luís Abreu de Almeida Carvalhal, *A Verdade Sobre Humberto Delgado no Brasil*, (Rio de Janeiro: Editora Brasil América (EBAL), 1986), 89/93

feita em 30 anos de serviço no fascismo português.

Se o H. D, não se equilibra no ambiente de liberdade do Brasil, a Oposição deixa-o a liderar-se a si mesmo... Ontem houve dificuldade em conseguir que esse facto se não tornasse um facto.³¹

Rodrigo de Abreu, em resposta, por carta datada de 1.9.1959, afirma:

A forma como está a decorrer a nossa actividade oposicionista desgosta-me e preocupa-me.

A agilidade mental e mecânica, se não forem servidas pelo senso comum, conduzem-nos à imprevidência e ao abismo.

Um pélogo profundo separa as chamadas esquerdas das direitas, e a ponte necessária, para o momento, não pode ser construída com respeito humanos e espírito de partido.

Disse um anónimo que os maus artífices e os maus políticos se queixam das ferramentas certas e dos homens que não as sabem utilizar.

Enquanto Salazar recompõe e firma a sua frente, nós abrimos brechas com as paixões.³²

As organizações associativas da comunidade portuguesa que proliferavam no Brasil, com predominância no Rio de Janeiro e São Paulo, eram, de forma direta ou indireta, controladas pelo regime salazarista. A Federação das Associações Portuguesas, culturais e de recreio, era exemplo disso.

Salazar não descurara o aspeto associativo dos portugueses no estrangeiro pela existência das denominadas “Casas de Portugal”. Para esse efeito emitiu o Decreto-Lei n.º 39 475 de 21.12.1953, publicado do Diário do Governo I Série – Número 282, de onde realçamos:

Artigo 1.º As Casas de Portugal no estrangeiro constituem delegações do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, do qual diretamente dependem.

[...]

Art. 2.º As Casas de Portugal destinam-se a evidenciar e divulgar, em países estrangeiros, os valores nacionais de ordem espiritual e material, cultural e económica, e a fazer a propaganda dos produtos de origem portuguesa e das condições naturais e artísticas de Portugal que constituam motivo de atração turística.

3.º Prestar ao Secretariado Nacional de Informação e à missão diplomática respetiva as informações que interessem à defesa do bom nome e prestígio do País no estrangeiro e sugerir as providências e iniciativas mais adequadas a essa defesa³³.

O ambiente geral que cerca Humberto Delgado é passível de ser analisado num dos parágrafos da carta que o Padre português Alípio Cristiano de Freitas, pároco em São Luís do Maranhão a 23.6.1959 envia ao General onde escreve:

Como V. Exa já deve ter notado, o salazarismo enraizou-se profundamente no seio da colónia portuguesa do Brasil. Atentando, porém, na mentalidade dos “comendadores”, temos de convir que isso tinha de acontecer forçosamente. Mas a vinda de V. Exa. para o Brasil é não só um incentivo para os que aqui lutamos por um Portugal melhor, como também um congregar de forças dispersas. Aos poucos, insistentemente conseguiremos dismantelar a já dismantelada nau salazarista.³⁴

Os exilados políticos portugueses no Brasil, alguns com longos anos de desterro, pelas suas origens sociais, económicas e culturais, constituem, de algum modo, uma elite, que atua em diversos e selecionados sectores da sociedade brasileira. A investigação, o ensino, a escrita, áreas

³¹ Documento de espólio particular

³² Idem

³³ Em anexo - Fotocópia do Decreto-Lei n. 39 475, in Diário do Governo I Série – Número 282 de 21.12.1953

³⁴ Humberto Delgado, *Tufão sobre Portugal, Documentos para a História*, (ob.,cit), 92

administrativas e nalguns casos, o comércio e a indústria, são espaços do viver coletivo brasileiro onde estes cidadãos portugueses, homens e mulheres, pelo seu manifesto saber se impõem e se distinguem.

Manuel Rodrigues Lapa (demitido das funções de professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) era à data professor Faculdade de Letras da Universidade de Belo Horizonte, um dos muitos intelectuais portugueses exilados, escreve a Humberto Delgado, permitindo-se aconselha-lo sobre cuidados políticos a ter com a nova realidade portuguesa no Brasil (5.6.1959):

Quanto a mim – e nesta opinião acompanham-se muitos portugueses aqui no Brasil – V. Exa. só poderá encontrar no Rio e em São Paulo uma minoria de democratas suficientemente ampla e valiosa, para dar à sua presença aquele cunho de grandeza e dignidade que a missão de que está investido necessariamente lhe impõe. Nos outros pontos do País, por ora ainda não. Há todo um trabalho delicado a fazer de aliciação política que tem de ser feito pela persuasão e não pela violência. Enquanto isso não se fizer, é arriscado para V. Exa. e para a causa que defendemos entregar-se nas mãos de criaturas que não estão à altura das suas responsabilidades.³⁵

Segundo Luís Carvalho a reação de Humberto Delgado foi de profundo desgosto, devolvendo a carta ao remetente.

Humberto Delgado confronta-se com o difícil problema de arranjar um trabalho, condigno, que lhe pudesse garantir autonomia financeira. Todos os escritos demonstram que este foi um dos vários problemas que o General Delgado não conseguiu ultrapassar. Primeiro no Rio de Janeiro, depois em São Paulo, o único emprego remunerado que se conhece é o cargo de relações públicas que ocupou na firma Alimentos Seleccionados Amaral, Lda., em São Paulo, empresa comercial do cidadão brasileiro Rui Amaral “Cestas Amaral”.

No livro *A Verdade sobre Humberto Delgado no Brasil*, Luís Abreu de Almeida Carvalho, dá notícia constante e pormenorizada do problema que em permanência atormenta Humberto Delgado, quanto à falta de um emprego e de fundos que lhe permitam, não só sobreviver com dignidade, como exercer as ações políticas inerentes a um chefe ativo da Oposição. Na sequência de uma reunião de associados da Associação General Humberto Delgado é exarada ata onde se escreve:

O amparo moral e material que demos ao nosso Patrono, Sr. General Humberto Delgado nos primeiros 10 meses que permaneceu no Rio de Janeiro, só afrouxou quando, a convite do Sr. Capitão Sarmento Pimentel e de outros correligionários, ele resolveu retirar-se para S. Paulo, a fim de ocupar o seu lugar remunerado de Relações Públicas da firma Produtos Amaral. Mas, se o nosso amparo material afrouxou, não sucedeu o mesmo com o amparo moral, e ainda então material que em nós representava um baluarte indestrutível, apesar de algumas defeções de elementos mais fracos ou até mais ambiciosos de propaganda e honrarias. É que alguns correligionários, por razões incompreensíveis aos homens de boa-fé, viam, nos atos dinâmicos e certos desta Associação, um açambarcamento de primazias ou honrarias que nunca disputou. Então, a nossa Associação, para evitar melindres, retraiu-se propositadamente, para deixar os outros fazerem aquilo que só a nós competia fazer. E, se tal tivesse acontecido, nunca o nosso Patrono teria chegado à difícil situação em que presentemente se encontra. Ninguém soube dar continuidade ao nosso esforço e, como o tempo tudo vence, a triste realidade aflorou cheia de canseiras e de preocupações para o Sr. General Humberto Delgado que agora, desempregado e sem dinheiro, se vê abandonado por muitos que antes o enchiam de bajulações, imaginando que o seu lugar de Presidente da República, a que tinha direito, lhe seria entregue, espontânea e

³⁵ Luís Abreu de Almeida Carvalho, *A Verdade Sobre Humberto Delgado no Brasil*, (ob., cit), 81

rapidamente, por quem lho roubou.

Ora, como a nossa Associação, desde início, sempre teve carácter apolítico e de absoluta seriedade, cumpre-nos agora retomar nas nossas mãos aquilo que nenhum desses grupos soube manter, como também não sou realizarmos primeiros 10 meses da sua permanência no Rio de Janeiro.

Segundo me disse por carta, confirmado verbalmente, o Sr. General Humberto Delgado poderá ver-se em situação financeira desesperada, sem ter dinheiro para enfrentar a sua vida vegetativa. Assumamos nós os presentes, o compromisso de lhe garantir uma mensalidade de 30 a 40 mil cruzeiros, com a contribuição mensal de Cr\$ 1.000,00 de cada um dos presentes que se dignarem assinar a declaração abaixo, apenas enquanto ele não se empregar novamente no Brasil.³⁶

As resoluções tomadas na reunião da Associação General Humberto Delgado, estão na base de uma carta que o presidente da Direção da Associação G.H.D. envia ao patrono da mesma, onde faz um resumo das liberações aí tomadas, em carta datada de abril de 1962, e subscrita pelo Presidente da direção, Luiz Abreu de Almeida Carvalhal, escreve:

Côncios das dificuldades financeiras que V. Exa. está atravessando neste País, sendo como é, nosso Patrono e Chefe da Oposição Portuguesa, compreendendo que era chegada a hora exata de tomar uma posição, deliberou esta Associação, após reunião de 9 de abril de 1962, tomar a liberdade de lhe ofertar pessoalmente a modesta importância de Cr\$ 30.000,00 mensais para sua subsistência, enquanto não conseguir um emprego no Brasil que lhe permita prescindir da mesma.³⁷

Humberto Delgado acusa a receção desta missiva, e responde a 21.4.1962:

Não quero partir sem deixar a V. S. renovados e comovidos agradecimentos pela sua carta de 21, corroborada pela entrega de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil) destinados a ajudar à manutenção da minha pessoa como Chefe da Oposição, ao encontrar-me desempregado após a revolta de Beja.

Como sempre, a Associação, por meio de V. S., vai na frente, dando o exemplo tão necessário: produzir mais e falar menos.³⁸

As dificuldades financeiras com que o General Delgado se confronta são comuns às dificuldades e problemas encontrados na afirmação das suas opções políticas. O quadro social e político adensa-se na razão direta da passagem do tempo. A chefia dos antifascistas da oposição ao regime do Estado Novo não é consensual e agudiza-se quando Henrique Galvão obtém o estatuto de exilado político no Brasil. A sucessão dos problemas que se colocam à política portuguesa por efeito dos movimentos nacionalistas africanos com o início do conflito armado nas Colónias portuguesas está na origem de dissensões políticas insanáveis.

Muitos dos seguidores de Humberto Delgado pretendem que este mantenha inalterados os propósitos políticos plasmados na proclamação política da sua Candidatura à Presidência da República de 1958.

De uma oposição, artificial e circunstancialmente unida em 1958 a oposição ao regime salazarista acentua agora as suas insanáveis divergências; quer a nível ideológico, quer pessoal, facto que Humberto Delgado tem as maiores dificuldades em ultrapassar. Atritos e fricções, muitas das vezes, fulanizadas, estão na origem de um artificial agravamento das divergências.

Em 1960 nas comemorações do 5 de outubro, Manuel Sertório refere que Humberto Delgado

³⁶ Luís Abreu de Almeida Carvalhal, *A Verdade Sobre Humberto Delgado no Brasil*, (Rio de Janeiro: Editora Brasil América, EBAL, 1986), 339/40

³⁷ *Ibidem*, 341

³⁸ *Idem*, 342

presidiu a um jantar onde ao encerrar uma série de discursos, Delgado falou expressamente em nome de toda Oposição, abordando o problema colonial, defendeu: “um programa para que, «sem quebra de direitos nem ofensas às liberdades dos povos congregados sob a nossa bandeira, respeitando o princípio geral da autodeterminação (...) esse princípio não seja desvirtuado pelos interesses internacionais das grandes potências ou outros, que não são nem os de Portugal, nem os das populações das suas atuais colónias»”.³⁹

O MNI – Movimento Nacional Independente – que Humberto Delgado tenta impor aos exilados antifascistas, confronta-se com organizações de portugueses oposicionistas já existentes no Brasil. Além da Associação G.H.D., criada em 1958, de que é patrono, existe outras organizações de longa ou recente formação; é o caso, entre outros: Centro Republicano Português, Frente Católica Pró-Libertação de Portugal, Comité dos Artista e Intelectuais Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Exílio (F.A.P.L.E.), Unidade Democrática Portuguesa (U.D.P.), Acção Socialista Portuguesa.

Dos vários jornais portugueses publicados no Brasil, sobressai pela sua posição política anti-salazarista o *Portugal Democrático*, com sede em São Paulo, onde escrevem, com nome próprio ou sob pseudónimo, grandes vultos da oposição portuguesa, como Jorge de Sena, Jaime Cortesão, Manuel Rodrigues Lapa, Adolfo Casais Monteiro, Maria Archer, João Sarmiento Pimentel, Oliveira Pio, Miguel Urbano Rodrigues, Roberto das Neves, etc..

Frederico Humberto Rosa refere que um grupo dissidente de São Paulo (*Portugal Democrático*) entre os quais se encontram nomes como Joaquim Ribeiro dos Santos, Pedroso Lima e Vitor da Cunha Rego avistam-se com Humberto Delgado para acordar a criação dum outro jornal, destinado a ser o órgão do Movimento Nacional Independente, não apenas para o Brasil, mas para onde quer que houvesse portugueses a lutar pela democracia. Assim nasceu o *Portugal Livre*, através do qual Humberto Delgado manifestou a maior distância em relação ao comunismo.⁴⁰

Humberto Delgado em carta dirigida a Manuel Sertório, datada de 28.8.1963, no terceiro parágrafo escreve: “Negra a hora a de 1958, quando me meti com tanta garotada mental”.⁴¹ Desabafo sentido em resultado de um acidentado percurso político com as oficiais condicionantes que tinha de observar na condição de cidadão exilado.

No Brasil, o General Humberto Delgado foi importunado pela PIDE que chegou a tentar o seu assassinato. Em janeiro de 1961, quando se encontrava no Rio de Janeiro, um indivíduo contratado pela PIDE, de seu nome Emanuel Dias Melo, português de vinte e oito anos, irmão de um agente da PIDE, foi aliciado para assassinar Humberto Delgado. Para o efeito hospedou-se no Hotel Flórida num quarto contíguo ao n.º 818, onde se encontrava Humberto Delgado. O atentado estava programado para o dia 29.1.1961, um domingo, mas não chegou a acontecer porque Emanuel, em vez de cumprir as ordens, advertiu o general de que estavam «tramando contra a sua vida» e que ele próprio tinha recebido instruções para executar. Frederico Humberto Rosa refere que António Rosa Casaco foi várias vezes ao Brasil para se ocupar de Humberto Delgado. Segundo declarações feitas em tribunal após o 25 de abril por Manuel da Silva Clara, seu superior em 1961, terá numa dessas viagens lançado a ideia de se liquidar o General. [...] Rosa Casaco usou no Brasil a mesma identidade falsa com que atravessaria a fronteira luso-espanhola na cilada de Badajoz quatro anos mais tarde.⁴²

³⁹ Manuel Sertório, *Humberto Delgado 70 Cartas Inéditas*, (ob.,cit), 38

⁴⁰ Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado Biografia do General sem medo*, (ob., cit.), 815.

⁴¹ Manuel Sertório, *Humberto Delgado 70 cartas inéditas*, (ob.,cit), 206

⁴² Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado Biografia do General sem medo*, (ob., cit.), 864/6

Ação premonitória à qual o General Humberto da Silva Delgado não se conseguiu furtar, consumada a 13 de fevereiro de 1965 em - Camino de los Malos Pasos -Villanueva Del Fresno, Espanha.

ANEXOS

Jornal *O Estado de S. Paulo* – sexta-feira, 23 de janeiro de 1959
(Página vinte e dois)

O Caso do General Humberto Delgado

O pedido de asilo feito à Embaixada do Brasil, pelo General Humberto Delgado, candidato à Presidência da República Portuguesa, no último pleito eleitoral, teve grande repercussão em Portugal e no Brasil, pela surpresa do gesto, que envolvia um golpe espetacular de publicidade e sensacionalismo, destinado a empolgar a opinião pública dos dois países e colocar em posição de mártir o candidato que, embora derrotado nas urnas, por uma maioria de mais de 75% dos eleitores, não se conformou com essa decisão do povo português e tudo tem feito para permanecer no cartaz e criar obstáculos ao governo da Nação, ou seja, à situação política a que serviu, durante longos anos, inclusive em postos administrativos e de representação, no exterior.

Concedido o asilo político e cientificado o governo Português do fato, o caso foi logo esclarecido, na nota oficiosa por este fornecido à imprensa, por intermédio do Secretario Nacional de Informação. Não havia nenhuma ordem de prisão contra o General Humberto Delgado nem qualquer propósito para prendê-lo. O que o governo tinha a fazer, em observância ao disposto nas leis que regulam a disciplina militar, estava consubstanciado no ato que o considerou separado do serviço do Exército. Todavia o governo não via inconveniente em que o General Humberto Delgado permanecesse na Embaixada do Brasil, atribuindo-se a si mesmo a condição de perseguido político. Se a sua intenção era embarcar para o estrangeiro, o general que dispunha de toda a liberdade de movimentos, poderia ter solicitado essa autorização das autoridades competentes, que não lha negariam. A sua retirada para fora do país pode-se verificar, por isso, quando ele desejar. Mas as referidas autoridades não tomarão nenhuma iniciativa nesse sentido, que não lhes compete diante dos hiatos apresentados, porque com tal decisão iriam colaborar num plano de agitação adrede preparado. Quer dizer: o Governo Português está na disposição de conceder passaporte ao General Humberto Delgado, logo que este o solicitar. Dar-lhe, entretanto, salvo-conduto acha que seria reconhecer uma situação de perigo iminente e de perseguição política, que não tem cabimento no caso.

O assunto reveste-se ainda de outros que oportunamente poderão ser abordados. Um, porém, não podemos deixar de pôr em evidência, desde logo, como porta-voz que somos da gente portuguesa do Brasil. É a apreensão que a vinda, para este país, do General Humberto Delgado, causa no espirito dos portugueses aqui residentes, que sempre pautaram a sua vida pelo mais fiel respeito à pátria e às suas autoridades constituídas, pelo receio que têm que a campanha de ordem partidária – desenvolvida com escândalo, durante a propaganda eleitoral em Portugal seja transportada para o Brasil, em detrimento da harmonia reinante entre eles e com possíveis reflexos nas próprias relações entre brasileiros e por portugueses.

Já aludimos ao fato da esmagadora maioria dos portugueses domiciliados neste país e as

suas organizações associativas serem francamente simpáticos à atual situação portuguesa, que tem promovido a grandeza e o bem-estar da Nação e o seu prestígio e projeção no exterior – fato assinalado, com abundância de detalhes, pelos próprios brasileiros que têm visitado Portugal e outros países da Europa, nestes últimos anos. Baseamo-nos em um princípio mais alto, firmado na tradição da gente lusitana no Brasil: a linha de conduta sempre mantida, em face da hospitalidade brasileira, que não comporta movimentos de exaltação partidária, estranhos à sua vida, e o acatamento ao governo de Portugal e às suas instituições representativas – acatamento que se verificaria igualmente se o General Humberto Delgado tivesse vencido as eleições e o governo e as instituições fossem por ele representadas. A posição sentida, neste caso, pelos portugueses que vivem nesta grande pátria não é política – é nacional.

Esse aspeto da questão não deixou, aliás, de ser considerado pelo Itamarati, ao estudar a concessão do asilo – segundo notícias divulgadas pela imprensa brasileira. E nós estamos confiantes de que, em qualquer caso, a situação será contornada, de modo a não se verificarem perturbações, de todo incompreensíveis e fora de propósito. As lutas políticas de natureza partidária só se justificam dentro das fronteiras da pátria. De contrário assistiríamos ao inadmissível espetáculo da organização de uma campanha de ação partidária ao abrigo de um país contra a vida política e os poderes constitucionais de outro. Nesse particular é oportuno mesmo invocar um exemplo que poderá servir de norma para a orientação a ser seguida pelo General Humberto Delgado, no Brasil. A digna atitude mantida pelos exilados políticos brasileiros de 1930 e 1932 – a cuja frente estava a inclita figura do Presidente Washington Luís – recusando-se, durante o tempo que estiveram em Portugal, a tomar qualquer iniciativa ou fazer qualquer declaração contra o governo do seu país. Achavam que as questões da vida interna do Brasil só interessavam ao Brasil e não deviam ser discutidas em campo estrangeiro. Foi um ato de nobreza política louvado nos dois países e que jamais poderá ser esquecido por brasileiros e portugueses, como uma lição de patriotismo que já pertence à história.

Não queremos antecipar nenhum juízo sobre a atitude que o General Humberto Delgado tenha a intenção de manter no Brasil. A advertência que lhe fizeram, porém, anteontem os nossos brilhantes e prestigiados colegas do “*O Globo*” tem toda a razão de ser, diante dos seus conhecidos processos de agitação e propaganda, e do movimento de meia dúzia de partidários da sua candidatura tenta articular, desde já, com caráter alarmista, nesta capital e em São Paulo. A situação não pode, entretanto, sofrer alternativas. É clara e irretorquível. Se o general quer lutar contra a política de Salazar e derrubá-lo até do poder, como lhe foi proposto há dias, num telegrama redigido nesta capital, faça-o em Portugal, que é esse o terreno próprio para a empresa. Vir fazê-lo no Brasil, é positivamente, uma encenação e um contra-senso!

(Transcrito do Jornal “A Voz de Portugal” 18-1-59)

Maria Clotilde Cristino*

Um novo olhar sobre as *Conversas em Família* de Marcello Caetano

R E S U M O | *Ao longo do século XX, assistiu-se, por todo o mundo civilizado, a um notável desenvolvimento dos meios de comunicação, que foram adquirindo um papel cada vez mais influente nas sociedades. Os poderes políticos depressa o compreenderam, esforçando-se por controlá-los. Entre nós, foi Marcello Caetano quem melhor lhe percebeu as virtualidades, dispondo-se a usá-los (em particular a recém-chegada Televisão), ao serviço do seu Governo e da sua política. As «Conversas em Família» proporcionaram-lhe um canal privilegiado de ligação directa com os seus governados, para falar, em linguagem simples e de modo informal, sobre alguns assuntos da governação do País. Cada «Conversa» era como que uma aula. Mas, por trás de cada mensagem, apesar do tom informal, havia (encoberta) uma óbvia intencionalidade política: propaganda. Palavras-chave: “Marcello”, “Televisão”, “Conversas em Família”.*

A B S T R A C T | *During XXth century, there was, throughout the civilized world, a remarkable development of media, which were acquiring an increasingly influential role in societies. That was quickly understood by political powers, who endeavored to control them. Among us, Marcello Caetano was the best informed about their virtualities, willing to use them (especially the newcomer Television) in service of his government and its policies. “Family Talks” afforded him a privileged channel for direct connection with people, to speak in plain language and informally, regarding some matters of country’s governance. Each “Talk” was like a lesson. But behind every message, despite the informal tone, there was (covert) an obvious political intentionality: propaganda. Keywords: “Marcello”, “Television”, “Family Talks”.*

Ao longo do século XX, assistiu-se, por todo o mundo civilizado a um prodigioso desenvolvimento dos meios de comunicação. Dentre todos, a imprensa, a rádio e o cinema (apesar de terem sido inventados anteriormente) registaram, na primeira metade do século, uma assinalável evolução tecnológica, principalmente a seguir à primeira guerra mundial. No desenvolvimento dos avanços científicos alcançados, surgiu a televisão (que chegaria a Portugal na segunda metade do século, numa altura em que os Estados Unidos davam, já, os primeiros passos nas emissões regulares, a cores) e, décadas depois, haveria de surgir a Internet.

As alterações económicas, sociais e culturais provocadas pelo desenvolvimento capitalista e pela industrialização geraram novas necessidades comunicacionais a que houve que corresponder,

* Mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

pelo que as alterações e inovações não se fizeram esperar. E, nessa dinâmica, os próprios meios de comunicação (cada vez mais social, porque mais abrangente, mais de massas...) foram adquirindo um papel mais influente e preponderante nas sociedades: divulgaram novos estilos de vida, novos hábitos, novos valores, ajudaram à massificação da vida pública, à implantação de regimes totalitários e à consolidação da sociedade de consumo em que ainda hoje vivemos. O próprio discurso político foi-se alterando de acordo com o contexto histórico em que se inseria e com as possibilidades de difusão de que dispunha. Os meios de comunicação deixavam de ser meros canais neutros que simplesmente registam uma realidade que lhes é externa. E também não contribuem somente para a formação da opinião individual: eles promovem a formação de uma opinião pública e alimentam um certo «imaginário colectivo».

Uma tamanha influência na vida das comunidades não podia ficar indiferente aos poderes políticos que, rapidamente, perceberam as vantagens de aproveitarem esses canais privilegiados para a sua relação com as pessoas, procurando controlá-los. Essa tendência manifestou-se praticamente desde o aparecimento da imprensa, sendo o domínio refinado à medida que as sociedades foram evoluindo, de modo a utilizá-los de modo sistemático para transmitirem as suas mensagens, sejam de mera e isenta informação, sejam de complexa e manipulada propaganda.

A profunda transformação dos meios de comunicação acarretou, por isso, uma acentuada modificação do ambiente político, de que se constituiu parte integrante, a ponto de ser cada vez mais consensual a ideia de que não há política sem comunicação, ao mesmo tempo que se reconhece que a comunicação tem sempre uma componente política explicitada pela forma como a sociedade se organiza em resultado do surgimento de novas tecnologias e pelo modo como é influenciada, em maior ou menor escala, pelos meios em presença.

Um aspecto de particular relevância, que se impõe salientar, neste contexto, é o que resulta nas alterações discursivas e de imagem introduzidas pelas inovações tecnológicas nos meios de comunicação: um discurso metafórico, erudito e elaborado, que poderia resultar numa conferência ou numa comunicação directa e, até, mesmo, na imprensa, já não será tão entendível e aceitável numa comunicação pela rádio e será completamente impossível em televisão. Na presença directa, privilegia-se uma boa imagem física, de beleza e porte, bons dotes oratórios; no rádio, interessa uma boa dicção e na televisão impõe-se um discurso curto, envolvente, e uma presença simpática e cativante. A principal janela para o mundo, que «molda» a realidade de tanta gente, vive de emoções e sentimentos, em tempos tão limitados que tudo se resume a breves impressões. Não há margem para uma postura activa, crítica e distanciada, mas, antes, para a passividade e dependência das imagens que a Televisão apresenta, levando o telespectador a dar maior credibilidade a essas imagens e a orientar os seus pensamentos e comportamentos de acordo com a visão do mundo que lhe é transmitida.

Os novos meios deram, por isso, lugar a novos tipos de políticos, que melhor soubessem tirar partido e utilizá-los. Sucedeu assim com Franklin Roosevelt, nos Estados Unidos, e também com Adolf Hitler, na Alemanha, que se tornaram verdadeiros símbolos da política na era da rádio. Mais tarde, em 1939, Roosevelt tornou-se, também, no primeiro presidente dos Estados Unidos a utilizar a televisão, apesar de já ser usada no país há vários anos.

Portugal era, neste contexto, um país como os demais, inserido numa Europa cujos progressos ia acompanhando e assimilando, e onde os meios de comunicação eram, igualmente, usados como instrumentos políticos.

1. A Televisão e o poder

Segundo Maria Antónia Palla, o poder político instituído tem dificuldades em resistir ao

controlo dos meios de comunicação, e, em particular, da televisão, que lhe torna muito mais facilitada a tarefa de veicular as mensagens que lhe sejam favoráveis. Vantagem que resulta reforçada se, em contrapartida, a oposição não lhe puder aceder. “Esta realidade foi muito rapidamente compreendida por Marcello Caetano, que soube servir-se da televisão para transmitir a sua visão da sociedade e da política”¹.

Ao contrário de Marcello, Salazar poucas vezes utilizou a imprensa, a rádio e a televisão para se dirigir directamente ao país, por escrito ou verbalmente. Não gostava de improvisar e preferia discursar, lendo textos cuidadosamente elaborados, em que media o significado e o alcance de cada palavra e de cada vírgula que escrevia. Mesmo quando a televisão apareceu, em 1957, não lhe atribuiu grande valor e raramente a utilizou, porque jamais conseguiu descortinar-lhe o verdadeiro alcance.

Pelo contrário, Marcello Caetano (seu «delfim», na altura Ministro da Presidência, que haveria de suceder-lhe na chefia do Governo), percebeu perfeitamente (como nenhum outro governante, antes, alcançara) as virtualidades da Comunicação Social – e em particular da televisão – como forma de potenciar a difusão da sua mensagem política. Para tanto, contribuiria, decisivamente, não só a sua vasta experiência, colhida, desde muito novo, no jornalismo, mas a própria circunstância de ter sido pioneiro e, até, “o introdutor da televisão em Portugal”, como fez questão de se auto-intitular nas suas «Memórias»². De facto, por ele passou toda a dinâmica legal e toda a estratégia do novo serviço, assim como a responsabilidade na distribuição do capital entre o Estado e os outros accionistas. As emissões regulares de televisão começaram em 7 de Março de 1957 e Marcello foi o primeiro membro do Governo a utilizar a TV para expor ao País, em Junho desse ano, problemas de interesse geral.

Ao longo dos cerca de 17 anos de relação estreita entre o salazarismo (com Manuel Múrias), o caetanismo e a RTP, a televisão revelou-se, sem margem para dúvidas, um aparelho técnico e discursivo e um instrumento determinante para a legitimação e a longevidade do regime, como o próprio Marcello salientava, em carta dirigida a Ramiro Valadão, em 28 de Dezembro de 1970: “A televisão é nos tempos correntes um instrumento essencial da acção política e nós não podemos hesitar na sua utilização – nem em vedar aos adversários da ordem social essa arma de propaganda”³. Ou, numa outra, de 3 de Abril de 1972, em que precisava: “O controlo efectivo da televisão é essencial para o Governo”⁴.

Rui Cádima, na sua tese de doutoramento em Comunicação Social, explicitou uma série de razões justificativas do reconhecimento que faz de que a televisão se assumia como um prolongamento imprescindível do poder – “como um autêntico aparelho ideológico de Estado, verificando-se, nomeadamente no campo informativo, que o poder da imagem televisiva se dilui progressivamente na imagem do poder político”⁵. E, quando o dispositivo da informação diária se mostrava insuficiente, do ponto de vista propagandístico, para divulgar e promover as viagens do líder, ou os seus discursos, as reuniões da União Nacional, etc., optava-se pelas “edições especiais” ou pelas repetições e remontagens, sendo que, no caso das reportagens da visita de Marcello Caetano a África, esse efeito repetidor adquiria a dimensão e o registo claro do

¹ Maria Antónia Palla, «A renovação da imprensa, apesar da censura» in *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*, Vol. V, dir. António Reis (Lisboa: Publicações ALFA SA, 1989), 219.

² Francisco Rui Cádima, «Televisão» in *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. II – M-Z, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (Venda Nova: Bertrand Editora, 1996), 970.

³ *A Política de Informação no Regime Fascista*, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1º vol., Lisboa:1980), apud. Maria Antónia Palla, «A renovação da imprensa, apesar da censura», 219.

⁴ *Ibidem*.

⁵ Francisco Rui Nunes Cádima, «O Telejornal e o Sistema Político em Portugal ao tempo de Salazar e Caetano (1957-1974)», (Diss. Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1992), 11.

espectáculo propagandístico. Era uma total subordinação da linha editorial à causa da propaganda do regime.

Marcello era, de facto, um *expert* na matéria: para além de ser um comunicador nato, ele conhecia como poucos as melhores técnicas para fazer passar a mensagem que lhe interessava e dominava como ninguém a nova tecnologia de comunicação, dispondo-se a usá-la, ao serviço do seu Governo e da sua política. Se era necessário criar uma nova imagem do regime – mais aberta, dialogante e participativa – que melhor veículo do que a recém-chegada Televisão, possibilitando entrar «de corpo e alma» pelas casas de Portugal? Para além da óbvia manipulação das programações, estudadas e concebidas em cumprimento de estratégias políticas cuidadosamente delineadas, do alinhamento dos serviços noticiosos (que asseguravam ampla cobertura das actividades e iniciativas do Governo, em toada cada vez mais reverente e laudatória), que melhor meio se poderia utilizar para fazer chegar a mensagem do Poder?

As «Conversas em Família» foram o exemplo dessa possibilidade, proporcionando a um chefe do Governo, com um estilo muito próprio, criar um canal privilegiado de ligação directa com os seus governados, que poderiam, até, viver distanciados dos discursos, das cerimónias oficiais, das inaugurações, das discussões da Assembleia... mas sempre teriam uns minutos, já depois do sol-posto, para ouvir, em linguagem simples, a «conversa» do Professor. A ponto de Rui Cádima afirmar que “1969 será essencialmente um ano em que a informação televisiva se centrará portanto na figura de Marcello Caetano, de uma forma, aliás, insistente”⁶.

2. Corpus documental e quadro metodológico

O facto de a matéria versada neste trabalho ter como actor/autor uma personalidade que assumiu, durante quase 6 anos, as funções de Chefe do Governo e a circunstância de o objecto de estudo serem algumas das suas alocações ao País constituíram razões fundamentais para se conseguir, com relativa facilidade, reunir um conjunto de documentação que servisse de suporte à abordagem.

A pesquisa desenvolvida foi eminentemente documental e incidiu sobre os registos dessas comunicações, quer em registo sonoro ou áudio-visual (como fontes primárias), quer em suporte escrito (como fontes secundárias), delas destacando as célebres «Conversas em Família».

Uma mera questão de oportunidade determinou a opção inicial pelas gravações áudio da ex-Emissora Nacional (EN).

Depois de obtida uma listagem da «Consulta de Sub-Registos» do tema «Conversas em Família», junto do Centro de Documentação da ex-RDP, procedeu-se à sua análise detalhada, constatando-se a existência de algumas repetições descritivas.

A audição dos registos áudio viria, depois, a evidenciar falhas no processamento sonoro, inviabilizando a correcta transcrição do teor das «Conversas».

Efectuaram-se cruzamentos de informação com documentação facultada pelo Arquivo Histórico da Rádio e Televisão de Portugal, SA (AHRTP), em Lisboa, e dos Arquivos da ex-RTP, agora ao nível do Arquivo Central (ACRTP), onde nos foi facultada uma listagem de pesquisa do RÉGIS.AV 56.97 (Registo dos Arquivos RTP de 1956 a 1997), que permitiram detectar diversas incongruências de registo, quer na datação, quer na cronometragem e na descrição dos conteúdos (há «Conversas» intituladas «Mensagem», «Comunicação», «Alocação» – termos, igualmente, utilizados, noutros contextos, para outro tipo de intervenções de Marcello, o que, em muitos casos, adensou, ainda mais, o manto nebuloso em que nos debatíamos).

Compilada e estruturada toda essa informação documental, passou-se ao visionamento dos

⁶ *Ibidem*, 448-449.

suportes áudio-visuais, possibilitado pela Direcção de Emissão e Arquivo da Rádio e Televisão de Portugal, SA, que disponibilizou as instalações e os equipamentos.

Conseguiu-se um manancial de informação complementar, que permitiu suprir as deficiências dos registos áudio da ex-EN e, adicionalmente, proporcionar a análise comportamental, a avaliação de expressão, o estudo descritivo do cenário, etc.

De posse de toda esta informação, inferiu-se uma cronologia das «Conversas», nuns casos exacta e noutras aproximada (casos duvidosos e de gravações soltas), que permitiu estruturar e orientar a pesquisa nos órgãos de imprensa que viria a tornar-se de fundamental importância. De facto, o desenvolvimento do trabalho, designadamente após a transcrição escrita das «Conversas» e o seu estudo detalhado (cronometragem, identificação de temáticas, etc.), permitiu o confronto dos textos obtidos pela audição/reprodução dos meios áudio-visuais com os publicados a partir dos textos facultados pelos serviços oficiais às redacções dos jornais. Detectaram-se algumas divergências no conteúdo dos textos comparados: ora, tendo em conta que o texto obtido a partir da gravação não pode ser adulterado e que o texto impresso respeitou (como a utilização das aspas sugere) a integralidade do texto oficial distribuído pelos órgãos de comunicação social, só pode concluir-se que, em pleno directo – e apesar do recurso ao teleponto – Marcello Caetano fez algumas variações ao discurso previamente preparado.

Este recurso adicional permitiu, ainda, esclarecer que algumas das alocações catalogadas como «Conversas em Família» não eram mais do que excertos parcelares das mesmas e, em alguns casos, «Comunicações ao País» ou «Mensagens», sem nada a ver com as ditas «Conversas».

Foi, igualmente, possível confirmar, ou corrigir, as datas em que, efectivamente, se registaram as «Conversas». Usaram-se, com essa finalidade, os jornais “Diário Popular”, “Diário de Notícias”, “Diário de Lisboa”, “O Século” e “Jornal do Fundão”, pesquisando-se as edições impressas existentes no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto e na Hemeroteca de Lisboa, tomando como datas de referência as explicitadas nas listagens da ex-EN e da ex-RTP.

Verificou-se que, habitualmente, se fazia, na véspera ou no próprio dia, o que na gíria jornalística se designa por “lançamento” ou pré-anúncio das «Conversas», normalmente na 1ª página de todas as publicações, e que, a par do anúncio em 1ª página, no dia a seguir à comunicação televisiva, o respectivo texto foi publicado na íntegra numa das páginas interiores. Não é, todavia, uma prática uniforme, já que há casos em que assim não sucede.

Esta abordagem permitiu, ainda, outras constatações, decorrentes do maior ou menor grau de *alinhamento* que cada órgão de comunicação tinha com o Poder, designadamente pela forma como era feito o *lançamento* da notícia ou a publicação dos textos das «Conversas», os títulos escolhidos, os sub-títulos considerados mais expressivos, etc.

Assim se foi construindo o pequeno «puzzle» que veio a culminar na constituição de um *corpus* documental, composto por 26 documentos – as «Conversas em Família» – sobre as quais se fez, posteriormente, incidir um conjunto de técnicas organizadas em função de procedimentos metodológicos assentes na teoria desenvolvida por Laurence Bardin e descrita na “análise de conteúdo”.

A informação coligida foi, por uma questão de estruturação do trabalho, reunida e organizada, com base na tabela junta, que constitui o Anexo I – que evidencia como, a partir dum conjunto mais vasto de documentos, se processou o cruzamento de dados que permitiu estabelecer o *corpus documental*.

Algumas **hipóteses** se colocaram, à partida: tratar-se-iam de meras conversas, inócuas e desprezíveis, ou poderiam, pelo contrário, constituir acções de propaganda, destinadas a divulgar iniciativas do Governo e os princípios orientadores da sua acção política, procurando,

de forma mais ou menos velada, criar condições para envolver a população nas decisões, ou pelo menos, dar a aparência do apoio popular às medidas que iam sendo tomadas?

Estabeleceram-se como **objectivos**:

- identificar o número exacto de comunicações enquadradas neste «formato» televisivo;
- compreender a função destas intervenções; e
- avaliar o contributo que deram para a elevação do nível cultural da população.

Frequentemente, constatamos que algumas pessoas se destacam das demais devido a uma capacidade especial de utilizar as palavras, de as escolher e de as associar em mensagens bem delineadas e estruturadas, que asseguram uma fácil apreensão e compreensão do respectivo conteúdo por quem as ouve ou lê.

Na comunicação política, o discurso assume um papel de extrema importância no que se refere à interacção do agente político com os seus concidadãos. Analisar os discursos políticos tornou-se, por isso, extremamente importante, como forma de possibilitar que se ultrapasse a mera abordagem da leitura simples e directa e se consiga atingir a plenitude da mensagem, nas suas condicionantes e significados, perscrutando o seu conteúdo até ao mais recôndito dos seus termos e ao âmago do seu emissor. São várias as técnicas disponíveis e ensaiadas, ao longo dos anos, numa caminhada em busca do aperfeiçoamento, adequação e rentabilização dos procedimentos (tornando-os cada vez mais eficientes e produtivos).

Dentre todas, daremos particular realce à «análise de conteúdo», por ter sido a adoptada como metodologia estruturante do trabalho, com particular enfoque e suporte na obra com o mesmo nome de Laurence Bardin⁷: trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”⁸. Procura agrupar significados e não vocábulos e é aplicável a todos os *materiais significantes*, a todas as «comunicações». Pretende-se que não seja doutrinal nem normativa, embora se reconheça como “é difícil afastar toda e qualquer implicação ideológica, mesmo multiplicando as técnicas de rigor e validação”⁹. Pode incidir sobre qualquer tipo de comunicação – seja oral ou escrita, assente em imagens ou textos¹⁰. Quando integrada e complementada por outros instrumentos de estudo, pode tornar-se extremamente valiosa e produtiva.

Trata-se, afinal, de fazer intervir os processos cognitivos, mediante um trabalho mental que permite obter *o que se pretende dizer* a partir daquilo que foi *efectivamente dito*. A partir dos resultados da análise, poder-se-á regressar às causas, ou, até, descer aos efeitos das características das comunicações, mas os significados das mensagens não são necessariamente os mesmos para todos, ficando, por isso, implícita uma certa ideia de subjectividade na interpretação.

São três as fases em volta das quais se organiza a «análise»: a **pré-análise**, a **exploração** do material e o **tratamento** dos resultados/inferência/interpretação.

A pré-análise é a fase de organização, propriamente dita. É um período de intuições: faz-se a escolha dos documentos que serão analisados, formulam-se as hipóteses e os objectivos e elaboram-se os indicadores que fundamentarão a interpretação final. Estando decidido o que estudar, é necessário proceder à constituição do *corpus* – que é o material que será submetido a análise. No caso deste trabalho, o «corpus» será constituído pelo conjunto das «Conversas em

⁷ Laurence Bardin, *L'analyse de contenu*, trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro (Lisboa: Edições 70, 1979), 14.

⁸ *Ibidem*, 42.

⁹ *Idem*, 14.

¹⁰ John W. Best, *Como Investigar en Educación*, versão e adaptação de G. Gonzalo Mainer (Madrid: Ed. Morata, 1967), 75.

Família».

A partir dessa primeira fase da análise exploratória, é necessário saber “a razão *porque é que se analisa*, e explicitá-lo de modo a que se possa saber *como analisar*”¹¹. Entramos na fase de codificação, que permite «tratar» o material; corresponde a uma transformação, apoiada em regras concretas.

Para que se organize a codificação são precisas 3 escolhas: das unidades (o recorte), das regras de contagem (a enumeração) e das categorias (a classificação e a agregação). Na primeira escolha, tem que se atender a quais os elementos do texto a ter em conta e à forma como se deve fragmentar o texto, sempre em elementos completos. Teremos, então, «unidades de registo», que são as unidades de significação a codificar e correspondem aos segmentos de conteúdo a considerar como unidades de base (*palavras* ou *temas*, por exemplo, *objectos* ou temas-eixo, *personagens*, *acontecimentos* e *documentos*).

Entre as técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é a mais utilizada e, cronologicamente, a mais antiga. Vai, também, de resto, assumir particular realce por ser a que seguiremos no desenvolvimento deste trabalho. A *categorização* é um processo de estruturação em que se organizam os elementos constitutivos de um conjunto, primeiro, individualizados por diferenças e, na fase seguinte, reagrupados por analogias. Consiste no reagrupamento de temas específicos com critérios previamente definidos, ou, por outras palavras, numa série de “operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias, segundo reagrupamentos analógicos”¹². Ou seja, classificar elementos em categorias impõe uma certa investigação por temas ou termos análogos.

No que concerne às diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou *análise temática*, é rápida e eficaz quando aplicada a discursos directos e simples. Assenta em duas etapas: o inventário (que implica isolar os elementos, isto é separar os diferentes temas) e a classificação (a fase em que se repartem os elementos individualizados, organizando as *mensagens*, representando de forma simplificada os dados *brutos*, ou, por outras palavras, organizar os temas analisados).

Pretendeu-se com a realização deste estudo fazer uma abordagem crítica a um período importante da vida do País, incidindo num dos eixos centrais para o seu desenvolvimento, como foi o uso dos *media* e, em especial, da Televisão. Referimo-nos ao “Marcelismo” (período correspondente ao exercício de funções como Primeiro-Ministro do Professor Marcello Caetano, que decorreu entre Setembro de 1968 e 25 de Abril de 1974, quando a “Revolução dos Cravos”, desencadeada pelos militares, destituiu os governantes e assumiu o poder, abrindo o caminho para a democracia e a descolonização).

3. As «Conversas em Família»

No dia 8 de Janeiro de 1969, através da Rádio e (em particular) da Televisão, após o jantar, o Professor Marcello Caetano entrou, pela primeira vez, pelas casas das famílias portuguesas, com o objectivo de lhes falar abertamente sobre alguns dos assuntos da governação do País. Insigne Professor de Direito, historiador eminente e académico prestigiado, Marcello Caetano “era considerado como um homem de honestidade pessoal e profissional”¹³, no dizer de Jaime Nogueira Pinto. Estes predicados e as boas relações que mantinha com toda a facção liberal e tecnocrata (de quem lhe vinham os mais fortes apoios e incentivos para desencadear as ansiadas

¹¹ Bardin, *L'analyse de contenu*, 103.

¹² *Ibidem*, 153.

¹³ Jaime Nogueira Pinto, *O Fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril* (2ª ed., Linda-a-Velha: DIFEL, 1995), 154.

reformas, sobretudo políticas, económicas e sociais) e com a oposição não comunista geraram elevadas expectativas em torno da sua nomeação e constituíram, mesmo, uma janela de esperança para a Oposição. “Pareceu-me conveniente – dizia Marcello, logo a abrir a primeira «Conversa» – que, sobretudo no período que estamos a viver, houvesse possibilidade de contactos frequentes entre os que têm a responsabilidade do poder e o comum dos portugueses. (...) Os actuais meios de comunicação permitem conversar directamente com as pessoas, sem formalismo, sem solenidades, sempre que seja julgado oportuno ou necessário. É essa conversa em família que vou tentar estabelecer de vez em quando através da rádio e televisão”.

Era a primeira de uma série de “aparições” que haveriam de ocorrer, com alguma regularidade, até ao final do seu mandato: as célebres «Conversas em Família» – um espaço de ligação unidireccional, em que o governante, no seu jeito doutoral (assumindo o papel de Mestre e Professor, mas simultaneamente com alguma informalidade e com a bonomia do Pai, ou do «chefe-de-família»), adoptava uma atitude menos formal, mais pessoal (familiar, até!), para falar das suas actividades, das suas preocupações, dos seus projectos, partilhava com o País as dificuldades da governação e explicava detalhadamente as medidas que o Governo tomava, procurando suscitar a adesão popular às suas ideias. Marcello achava que era importante assegurar “rigor” na informação e desfazer boatos, a par de procurar estabelecer um pretenso envolvimento do povo nas decisões da liderança. Daí, a necessidade de «conversar» com o povo, de lhe narrar os factos – os seus factos, tudo quanto preenchia os dias do chefe de Governo, lhe ocupava o pensamento e lhe reclamava acção e intervenção, iniciando um trabalho «doutrinário» de ofensiva político-ideológica que reclamara nas décadas anteriores: “Nem sempre as circunstâncias proporcionam ao Chefe do Governo oportunidade para, num discurso, esclarecer o seu pensamento ou elucidar o público sobre problemas correntes ou objectivos a atingir”.

Segundo Vasco Hogan Teves, na «História da Televisão em Portugal»: “Frente às câmaras da RTP procurou para o discurso político outro sentido que não o tradicional enfatuido e gasto; manteve-se sobretudo atento à obrigação de virar a imagem do longo consulado de Salazar e, sob este aspecto, as «Conversas» terão provado alguma eficácia. Sem romper com a intenção da palavra, viu-se que estava ali uma certa entrega, estudada, ao poder fascinadamente persuasor da imagem”¹⁴.

A valorização da imagem para que Marcello pudesse falar aos portugueses, como pretendia, de olhos nos olhos, passaria por múltiplos aspectos, sobressaindo o cenário, desprovido de elementos perturbadores ou dissuasores da atenção que pretendia captar: um painel, com almofadas de madeira, de desenho simples e linear, servia de “fundo”. Antepunha-se-lhe o Professor, “bem instalado num cadeirão forrado a napa preta, com formato anatómico, e também mandado comprar especialmente”¹⁵.

Noutro passo da obra, Vasco Teves conta um episódio ocorrido com Helder Mendes, que realizou as primeiras «Conversas em Família»: “O prof. Marcello Caetano ficou um dia muito mal disposto porque eu lhe disse que ele devia aparecer como o prof. Vitorino Nemésio, para se ver os braços e as pernas. Uma vez que era conversa em família devia de ter uma figura de marca completamente diferente. Mas ele não aceitou isso bem. Tanto que eu pedi ao dr. Valadão para não fazer o programa. Foi o Alfredo Tropa que me substituiu”¹⁶.

A preocupação de que as «Conversas» tivessem um ar aligeirado e despretensioso, em que as palavras e os gestos ocorressem de forma solta e natural, sem a atrapalhação da presença de papéis

¹⁴ Vasco Hogan Teves, *História da Televisão em Portugal (1955-1979)*. 1º vol. (Lisboa: TV Guia Editora, 1998), 158.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*.

ou simples cábulas, fez chegar aos estúdios uma inovação tecnológica – o teleponto¹⁷.

Em 28 de Março de 1974, Marcello «conversou» pela última vez. No dia seguinte, no telejornal da hora de almoço (por volta das 13h:45m) dir-se-ia¹⁸: “Os jornais da manhã assinalam com relevo as palavras proferidas aos portugueses pelo Professor Dr. Marcello Caetano, numa das suas habituais “conversas em família”. Focando pontos que estão presentes no espírito de todos, o Presidente do Conselho foi, sobretudo, extremamente oportuno nos temas que ventilou. Os problemas africanos foram, uma vez mais, definidos dentro da linha a que já nos habitou o Professor Marcello Caetano. As palavras do Chefe do Governo foram acolhidas com grande vibração patriótica em Angola. Nos recintos das pequenas colectividades, as instalações sonoras, estavam ligadas a aparelhos de rádio, de modo a que a assistência pudesse acompanhar a “conversa em família”. As palavras do Presidente do Conselho foram escutadas no meio do silêncio, e no fim estalaram ruidosas ovações. Foi particularmente sensível à população angolana a evocação que o Professor Marcello Caetano fez da sua visita em 1969. Muita gente recordava ter participado nas manifestações que acolheram Marcello Caetano, não escondendo a alegria que terão de poder, um dia, voltar a tê-lo novamente em Angola”.

4. A Família portuguesa

Não haverá, seguramente, dúvidas sobre que Família era esta, a quem se destinavam as «Conversas».

A organização sócio-política do Estado Novo assentava numa síntese de princípios de pedagogia e moral, radicados no Integralismo, orientados para a perfeição e a submissão: **Deus**, que dirige os destinos dos Povos e mandava respeitar os superiores e obedecer às autoridades; a **Pátria**, presente nos diversos continentes, com a sua História, a Língua, a Bandeira, o Hino e os seus valores, pedaço do mundo perfeito, sem violência, sem vícios, sem protestos, perfeitamente ordenado, em prol de quem o Homem-cidadão trabalha e se esforça, com elevação e na busca da perfeição; e a **Família**, núcleo central da sociedade, com o Pai na função de chefe, personificando a autoridade, a Mãe, submissa, esposa e dona da casa, e os Filhos que, reverentemente, saúdam o Pai, perante quem são obrigados a mostrar amor, respeito e obediência. O Professor é a autoridade na Escola. A Escola era o local privilegiado para a inculcação dos valores defendidos pelo Estado Novo. A juventude sofria “uma *manipulação permanente*, no sentido de lhe incutir a apreensão de uma concepção da história fundada no papel dos homens providenciais que tudo podem resolver, no culto do chefe, da disciplina, da trilogia central do Estado Novo: Deus – Pátria – Família”¹⁹.

É, pois, a “esta” **Grande Família Portuguesa**, do Minho a Timor, que Marcello se dirige: um grupo submisso, hierarquizado, reverente, temente, respeitador e obediente.

E por quê «conversar»?

As «Conversas» representavam um absoluto, embora dissimulado, objectivo político. O regime em que se vivia, de cariz autoritário e autocrático, permanecia assente na vontade do ditador Salazar. A voz e a participação populares não eram uma prática comum. Mas o desenvolvimento económico dos últimos anos e a abertura do acesso a estádios mais avançados

¹⁷ A RTP estreou o teleponto com Marcello Caetano. Mas só para o Chefe do Governo: apesar de o Telejornal precisar do aparelho (“onde bem falta fazia”), ele estava religiosamente, “escrupulosamente” guardado e reservado para Marcello Caetano, como refere Vasco Hogan Teves, em *História da Televisão em Portugal – 1955/1979*, 158. Este tipo de técnica viria a tornar-se um aliado fundamental dos “políticos que pretendem fazer discursos de ‘improviso’ evitando, deste modo, o incómodo e barulhento papel, tendo sido o ex-Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, um exímio utilizador do sistema”, no dizer de Carlos Alberto Henriques, *Segredos da TV* (Lisboa: TV Guia Editora, 1994), 31.

¹⁸ Cádima, *O Telejornal e o Sistema Político em Portugal*, 639-640.

¹⁹ César de Oliveira, «Da Ditadura Militar à implantação do Salazarismo» in *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*. Vol. IV, dir. António Reis (Lisboa: Publicações ALFA SA, 1990), 31.

de formação académica contribuíram para se reduzirem os índices de ruralidade e, em compensação, fazer aumentar a concentração urbana, com o surgimento de uma nova burguesia e um conseqüente incremento da consciência cívica, que encarou positivamente a «Primavera Marcelista» (como chegaram a ser rotulados os primeiros anos da sua governação) e as promessas de “abertura” e liberdade. É, portanto, este enquadramento que vai justificar que o “mestre de comunicação” adeque o discurso e, em vez de, simplesmente, falar ao Povo, transmitindo-lhe as directrizes, opte por um processo mais enleante, de motivação e participação: fazendo jus aos que lhe reconheciam elevados dotes intelectuais e amplas capacidades comunicacionais, Marcello procurou tirar o máximo partido das potencialidades que a Televisão lhe proporcionava para comunicar directamente com as populações, em oratórias de pretensão «rigor», e procurar criar uma nova imagem do regime, mais aberta, dialogante e participativa. Consciente de que os tempos tinham mudado, procurou aligeirar a carga ditatorial e implementar um modelo reformador assente num amplo conjunto de velhas ideias e conceitos, que retomou e reformulou “à luz dos novos imperativos e da nova ética ditados pelas tarefas do desenvolvimento económico, da aproximação com a Europa ou de uma melhor justiça social”²⁰. Nisto se consubstanciava, afinal, segundo as suas próprias palavras, a «Renovação na Continuidade». Marcello discursava, expunha, propunha, anunciava, envolvia, engajava. Diriam, até, alguns, manipulava. E explicava ao País as medidas que o Governo tomava, procurando suscitar a adesão popular às suas ideias, e fazendo com que os portugueses se sentissem envolvidos e co-participantes na direcção dos assuntos do Estado.

5. «Renovação na continuidade»

Os primeiros anos de mandato ficaram assinalados como um período de intenso desenvolvimento económico, social e cultural, ainda que marcado pelos constrangimentos, internos e externos, resultantes duma guerra colonial que se prolongava (desacreditando o regime). Assistiu-se a uma onda de progresso e a uma melhoria generalizada das condições sociais, com a atribuição de pensões aos trabalhadores rurais e às profissões mais modestas. A Oposição pôde realizar, em Aveiro, o II Congresso Republicano, que reuniu várias correntes políticas, com excepção dos comunistas. Mário Soares, exilado na ilha de São Tomé, foi autorizado a voltar a Portugal. À imprensa, concedeu um grau de liberdade que, apesar de tudo (incluindo a Censura, que converteu em Exame Prévio), não existiu nos trinta anos anteriores. Uma nova lei eleitoral para a Assembleia Nacional²¹ estendeu o direito de voto a todas as mulheres (e não só às viúvas e diplomadas) e «garantia» à Oposição o acesso ao Parlamento e a fiscalização das eleições de 69, para controlar e evitar as fraudes. Aos estudantes, prometeu reformas e, apesar do fecho de faculdades em Lisboa e Coimbra, instruiu a Polícia para moderar as suas intervenções, designadamente reduzindo o prazo de detenção sem culpa formada, de 6 para 3 meses. A PIDE – um organismo secreto e poderoso – recebeu ordens para se enquadrar na lei, sendo proibida, por exemplo, de apreender livros por iniciativa própria. E na máquina do Estado, foi substituindo a velha estrutura salazarista por uma engrenagem mais liberal, a ponto de substituir os 11 governadores civis por homens mais «afinados» com a sua mentalidade.

Mas a sucessão de uma figura carismática não se mostrava uma tarefa fácil, não restando ao novo protagonista alternativas para além de continuar a obra do antecessor (ajustando-se

²⁰ Fernando Rosas, «Marcelismo: a liberalização tardia (1968-1974)» in *História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974)*. Vol. VII, coord. Fernando Rosas, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1994), 547.

²¹ A Lei 2137, de 26 de Dezembro de 1968, publicada no Diário do Governo, I Série, nº 303, de 26.12.1968, apesar do enorme “salto” que representava, mantinha a limitação no sufrágio administrativo: para a designação dos membros dos corpos administrativos (juntas de freguesia, câmaras municipais e juntas distritais), as mulheres só podiam votar se fossem chefes de família.

aos apoiantes e às suas directrizes) ou de tentar fazer algo mais, procurando que os apoiantes aceitassem e aprovassem as novas orientações. Para que se compreenda melhor o desenlace, há que aceitar, como refere Jaime Nogueira Pinto²², que o regime estava “armadilhado” e pouco importava saber até onde Caetano queria ir. Facto decisivo era que uma facção do regime, com propósitos reformadores, cujo chefe fora chamado a presidir ao Governo, ao centro dos centros do poder político do Estado Novo, e, a partir de certa altura, o controle dos acontecimentos deixava de estar ao seu alcance: sobrepunha-se-lhe a cegueira dos políticos, a recusa de colaboração dos adversários ou dos reticentes, o egoísmo dos capitalistas, a estupidez da alta burguesia, as ilusões dos intelectuais irresponsáveis, a manobra da Igreja preocupada em não perder algum comboio vindouro e o problema ultramarino que a direita se recusava a compreender da única forma possível e que a ONU não deixava resolver pela única maneira que seria admissível para Portugal²³.

No dizer de Manuel Loff, o tempo de governo de Caetano seria um “puro período transicional”, sem uma identidade “politicamente própria”, devendo ser visto “como fase final, e mais intensa, de um processo social, económico e, finalmente, político de esgotamento da ditadura e de transição para a democracia, e para uma democracia particularmente diferente, pelo menos na sua fase inicial, de qualquer expectativa reformista que o Marcelismo pudesse ter alimentado”²⁴.

A seguir às eleições de Outubro de 1969, Caetano pensava que tinha mais saídas do que as que realmente teve e tentou compatibilizar um reformismo prudente e o desenvolvimento industrial com a manutenção da guerra, na esperança de ganhar tempo para promover uma autonomia progressiva em que as colónias participassem, “com duas únicas preocupações subjacentes: manter a presença e os interesses das centenas de milhares de colonos portugueses que lá estavam (especialmente em Angola) e garantir a integração das antigas colónias numa *comunidade lusíada*”²⁵.

6. Limitar as liberdades em defesa da liberdade

Em relação às liberdades individuais, Marcello explicou, detalhadamente, em entrevista a Alçada Baptista, que os constrangimentos impostos “foram criados por razões de interesse nacional e, direi até, com o objectivo de garantir e defender o maior número de liberdades individuais”²⁶. E a defesa de certos valores (como a ordem, a paz social, o trabalho, a propriedade, a defesa do território pátrio), parecendo sacrificar a liberdade e a vida humana, resultava de serem necessários à sobrevivência do homem na comunidade em que vive. Caetano entendia que, face a esta concepção do homem, “nem sempre as instituições democráticas foram quem melhor a defendeu”²⁷, acabando por não propiciar as soluções mais adequadas, ao mesmo tempo que expunham perigosamente as sociedades aos avanços das ideias revolucionárias do comunismo, levando “a que, muito legitimamente, as sociedades organizassem a sua defesa”²⁸.

Marcello não acreditava que o comunismo fosse capaz de conquistar democraticamente o poder, mas achava-o capaz de promover golpes de Estado e revoluções, criando instabilidades

²² Pinto, *O Fim do Estado Novo e as origens do 25 de Abril*, 56.

²³ Cunha Simões, *Crónicas da Província e Intervenções Parlamentares* (Alcanena: Ed. “A Província”, 1993), 14-15.

²⁴ Manuel Loff, «Marcelismo e ruptura democrática no contexto da transformação social portuguesa dos anos 1960 e 1970», *Espacio, Tiempo y Forma* (Série V, História Contemporânea, t.19, UNED, 2007), 146-147.

²⁵ Fernando Rosas, «Prefácio» in *A Transição Falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (Lisboa: Editorial Notícias, 2004), 20.

²⁶ António Alçada Baptista, *Conversas com Marcello Caetano* (Lisboa: Moraes Ed., 1973), 113.

²⁷ *Ibidem*, 114-115.

²⁸ *Ibidem*, 117.

que uma sociedade sem paz civil e social jamais conseguiria dominar. Ora, Portugal não tinha, como alguns países da Europa Ocidental, “fortes infra-estruturas económicas e sociais que lhes permitem suportar os inconvenientes e as perdas de energias que o funcionamento pleno das instituições democráticas normalmente acarreta”²⁹.

Por isso, as medidas restritivas de certas liberdades surgiam como coisa temporária, “só enquanto o povo português não soubesse usá-las *correctamente*, com responsabilidade, de modo a que constituíssem *um elemento de aperfeiçoamento e progresso social*, e não, como até aí, *um instrumento de destruição do homem e um meio de perturbação e de dissolução da vida colectiva*. Quando tal deixasse de acontecer, então os governos seriam poupados ao exercício da autoridade”³⁰.

O restabelecimento da liberdade de imprensa – afirmava – não se traduziria certamente no exercício de uma liberdade responsável. “Ora, *face à guerra e à subversão*, manter-se-ia, portanto, o «Exame Prévio», que, aliás, de acordo com instruções que dera à Comissão de Exame Prévio, dizia, se restringiria só, *quase*, a estes dois aspectos. Deste modo, o regresso à normalidade não dependia *só do Governo*, mas, essencialmente, *do retorno à normalidade da vida social*”³¹.

Quanto ao sufrágio directo e universal, segundo ele, só o seria de facto se as pessoas fossem esclarecidas e não influenciáveis pelo “clima de emoção e de paixão” dos períodos eleitorais, afectando a serenidade “que é essencial à formação da opinião e à liberdade de decisão”³².

7. Sociedades multi-raciais, a caminho da independência

Em relação ao Ultramar, Marcello acreditava que a colonização dos portugueses se fazia no sentido de uma humanização no contacto entre os povos. No seu entender, “a solidariedade mundial contra a miséria chegaria para considerarmos benéfica a presença europeia em África”³³. Em troca, os Africanos tinham “um mundo de valores que talvez possa compensar a desumanização e o tédio das nossas civilizações: a grande riqueza da sua vocação comunitária, a sua quase insensibilidade ao valor e à propriedade de bens. A sua capacidade de fantasia, de ritmo, de festa. A sua sensibilidade aos valores poéticos. Uma civilização que resulte da integração de todos estes valores estará de certo mais próxima do destino dos homens”³⁴. Por isso, ele se propunha continuar a trabalhar com o objectivo da construção de uma sociedade multirracial, assente na concretização da sua política: “o progressivo desenvolvimento e a crescente autonomia das províncias ultramarinas”³⁵.

Sobre a autodeterminação dos povos, em África, Marcello achava que os naturais nunca conseguiriam entender o sufrágio e que esse processo não os levaria à liberdade. E reforçava o pensamento dizendo que as formas de poder tradicionais africanas não desapareceriam com a outorga de uma constituição. Por isso, a autodeterminação, *por ora*, deveria reflectir-se pela multiplicação de hospitais e de escolas (que permitissem ensinar-lhes ofícios, práticas agrícolas, a formação de quadros e intelectuais), por dar-lhes apetrechamento técnico e explorar as riquezas, pondo-as ao serviço das comunidades locais, por partilhar com eles, “progressivamente e segundo as suas capacidades reais, o poder efectivo”. Tudo isto levaria a que, “progressivamente, todos

²⁹ *Ibidem*, 118-119.

³⁰ Rita Almeida de Carvalho, «A definição do Marcelismo à luz da revisão da Constituição» in *A Transição Falhada – O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (Lisboa: Editorial Notícias, 2004), 32.

³¹ *Ibidem*, 31-32.

³² Baptista, *Conversas com Marcello Caetano*, 121-122.

³³ *Ibidem*, 203.

³⁴ *Ibidem*, 217.

³⁵ *Ibidem*, 214.

vão ocupando e exercendo responsabilidades numa sociedade solidária de trabalho e criação”³⁶.

Em entrevista concedida no exílio, já depois do 25 de Abril³⁷, Caetano viria a admitir, que, pouco após ter assumido o Governo, se vira forçado a reconhecer «que a política a seguir deveria conduzir à independência dos grandes territórios, como Angola e Moçambique, criando condições para se tornarem Estados», ainda que o não pudesse anunciar publicamente: “Eu não podia afirmar coisa em contrário da Constituição da República e da consciência do povo português. (...) No meu pensamento, a independência impor-se-ia por si na altura própria quando as condições para ela estivessem criadas e o povo português assim compreendesse. Eu não poderia anunciar que iria ser dada a independência numa altura em que, *é bom não o esquecer*, a grande maioria do povo português era contrária a essa ideia”.

8. O «nó górdio» da guerra

Segundo Vasco Pulido Valente, “Marcello tirou o país do passado”³⁸, mas a maior parte das iniciativas que lançou em 1972 para concretizar uma reforma política e económica foi bloqueada, por não conseguir ultrapassar o poder dos «ultra» do regime. Ainda assim, “tudo visto e considerado, Marcello Caetano deixou o País muito melhor do que o encontrara: mais moderno, mais próspero, e, até, incontestavelmente, mais igualitário”³⁹.

Faltou-lhe, porém, a capacidade de entender, ou antecipar, que aqueles objectivos não se podiam dissociar “do omnipresente nó górdio que era a guerra nas três frentes africanas”⁴⁰. O desgaste provocado pela guerra do Ultramar viria a mostrar-se decisivo, devido ao elevado peso que representava na vida das pessoas e do País: o tempo, que passava, sem se vislumbrarem perspectivas de resolução dos conflitos, o descrédito que alastrava, os alinhamentos de interesses da Igreja (que se mostrava cada vez mais distante, quando não envolvida e cúmplice) e das ideologias de esquerda constituiriam uma multiplicidade de factores adversos que ensombravam o que de positivo se ia fazendo. A África era a pedra de toque para o sucesso ou insucesso da missão.

9. Quantas «Conversas»?

Para encerrar este ponto, debrucemo-nos sobre um aspecto que começa, desde já, a assumir particular importância: quantas vezes falou, de facto, Marcello aos Portugueses, utilizando o “figurino” específico das «Conversas em Família»?

A listagem fornecida pela ex-RTP refere 24 gravações, constatando-se que nem todas correspondiam a «Conversas». A listagem da ex-RDP, por sua vez, enuncia 29 gravações (tendo-se constatado que há simples excertos, gravações em duplicado e outras situações que não correspondem a «Conversas»).

O site da RTP, por seu turno, aludindo a programas que, de algum modo, fizeram “história” na vida da Empresa, refere: “Até ser deposto, a 25 de Abril de 1974, Marcello Caetano «conversou» com as famílias portuguesas **16 vezes**”.

Segundo Vasco Hogan Teves, na «História da Televisão em Portugal»: “O Presidente do Conselho aplicou-se em conversas familiares **dezas seis vezes**, até ser deposto, no 25 de Abril de 1974”⁴¹.

³⁶ Ibidem, 209.

³⁷ Jornal *O Mundo Português*, do Rio de Janeiro, edição de 25.06.1976.

³⁸ Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano – as desventuras da razão* (3ª Edição. Lisboa: Gótica, 2003), 69.

³⁹ Ibidem, 71-72.

⁴⁰ Fernando Rosas, «Prefácio» in *A Transição Falhada*, 14.

⁴¹ Teves, *História da Televisão em Portugal (1955-1979)*, 158.

Também Célia Maria Taborda da Silva, da Universidade Lusófona do Porto, menciona 16 sessões: “É Caetano a imagem do Regime e, como tal, é ele que estabelece a comunicação directa com os portugueses através de um programa televisivo, da autoria de Valadão, denominado *Conversas em Família*. (...) A primeira emissão foi para o ar em 8 de Janeiro de 1969 e **seguir-se-lhe-iam mais 15**, a última das quais realizada em 28 de Março de 1974, esta já proferida num tom amargo, por causa da sublevação das Caldas, e como que antevendo o futuro que lhe estava reservado”⁴².

Por sua vez, Rui Cádima, tanto na tese de doutoramento (pág. 514) como na obra já citada⁴³, refere, a propósito da morte de Salazar, uma hipotética «Conversa em Família», que teria ocorrido em 27 de Julho de 1970, mas que não foi, de facto, uma «Conversa em Família».

Concluído o estudo realizado, consubstanciado na Dissertação de Mestrado em História e Educação que a Autora apresentou em Setembro de 2011, pode fixar-se, com precisão e de forma sustentada, que **as «Conversas em Família» foram, de facto, 26**. Apenas um caso mantém, ainda, alguma nebulosidade, por não existir registo áudio-visual que permita desfazer as dúvidas: embora o tom e a estrutura sejam, em tudo, similares aos das «Conversas» e apesar de os registos da ex-RDP a identificarem como tal, a imprensa classifica-a como “comunicação”. É a do dia 15.01.1973. Poderá vir a constituir matéria de estudo posterior, através de uma análise detalhada e aprofundada que possibilite, em definitivo, demonstrar que se trata, de facto, de uma «Conversa».

10. Do «corpus» à fragmentação

Analisando o número de vezes em que ocorreram, em cada ano, em cada mês e em cada dia do mês, procurámos avaliar a frequência das «Conversas», concluindo que:

- a distribuição ao longo dos anos (Fig. 1) é praticamente uniforme e que, atento o número de ocorrências anual, a periodicidade ronda os 2-3 meses;

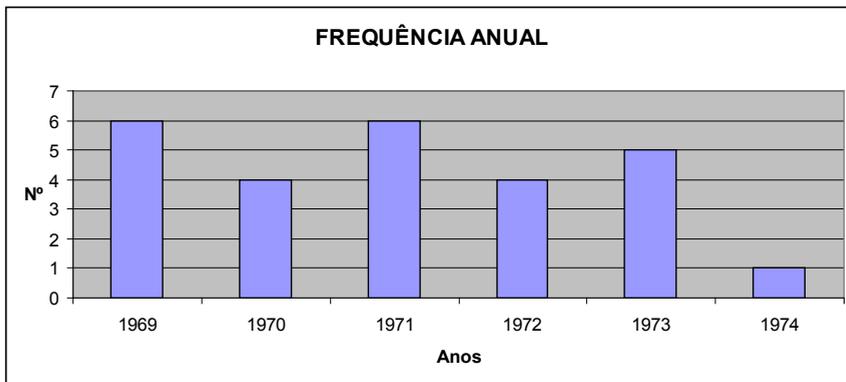


Figura 1 – Frequência Anual

- a distribuição das 26 «Conversas» ao longo dos meses (Fig. 2) já se mostra mais irregular: em Agosto (mês de férias, dos emigrantes, de festas e romarias) nunca ocorre, em Maio e Outubro

⁴² Célia Maria Taborda da Silva, *A Comunicação como Estratégia Política da Ditadura e da Democracia*. 6º Congresso SOPCOM (Lisboa: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Abril 2009), 3116.

⁴³ Francisco Rui Nunes Cádima, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa* (Lisboa: Editorial Presença, 1996), 253.

também é raro, mas o ciclo Novembro-Dezembro-Janeiro (ainda que se lhe junte Abril) é o mais regular (talvez porque os dias são mais pequenos e a invernia obriga as pessoas a estarem em casa);

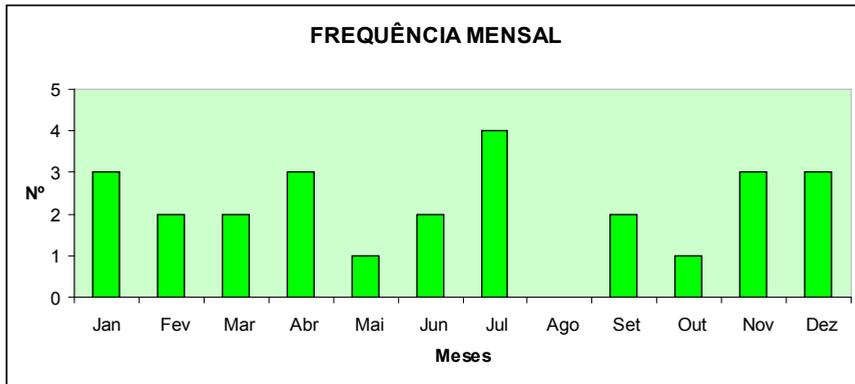


Figura 2 – Frequência Mensal

- a distribuição ao longo dos dias do mês mostra uma incidência maior nos dias 8, 15 e 16 e uma especial preferência pela segunda metade da primeira quinzena.

Depois de “estabilizada” a transcrição das «Conversas», procedeu-se ao seu estudo – na aplicação da técnica escolhida de análise de conteúdo –, escalpelizando o seu teor, através de «leituras» sucessivas e diversificadas, procurando determinar com precisão tudo quanto dele se poderia retirar que pudesse servir ao cumprimento dos nossos objectivos, e segmentando o texto por categorias, ou temas, numa primeira fase, e depois por sub-temas. Assim, acabou por se definir um conjunto de «temas» centrais, como Política Nacional, Política Externa, Política Ultramarina, Política Económica, Política Educativa e Política Social (identificados, e praticamente fixados, a partir dos «resumos» e das sínteses das gravações), que, em fase de exploração, acabaram por permitir a categorização de «sub-temas» como: Orçamento, Reforma Administrativa, Planos de Fomento, Inflação, Ensino Superior, Reforma do Ensino, etc.

Finalmente, e para cada uma das fragmentações consideradas, organizou-se um quadro-síntese de tratamento e agregação de informação, possibilitando, a final, a análise de conteúdos e um estudo comparado (com base na cronometragem dos tempos dedicados a cada um):

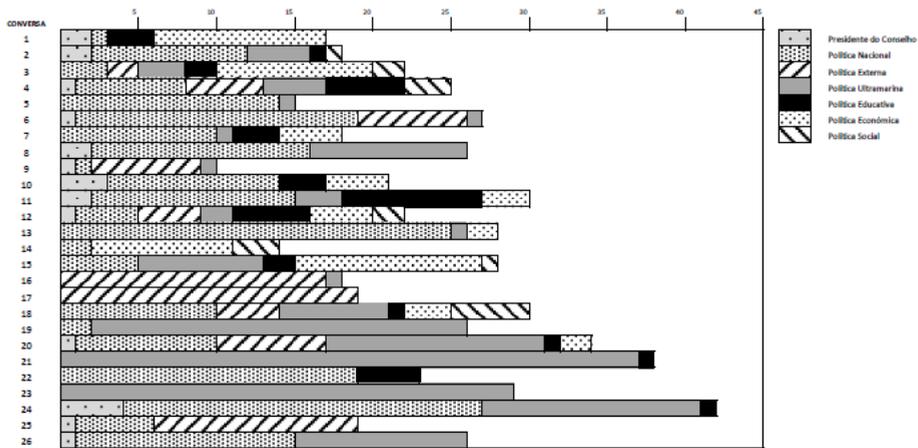


Figura 3 – Quadro-Síntese de análise dinâmica do discurso

- a duração média das «Conversas» foi de cerca de 25 minutos;
- a «Conversa» mais curta ocorreu em 7.07.1970 e durou pouco mais de 9 minutos, durante os quais foi explicado o incidente diplomático com o Vaticano, motivado pela audiência papal concedida aos líderes do movimentos terroristas de Angola, Moçambique e Guiné;
- a «Conversa» mais longa foi transmitida em 27.09.1973 e excedeu um pouco os 41 minutos, ao longo dos quais foi feita uma retrospectiva dos 5 anos de governação, com particular enfoque nas medidas de carácter social e desenvolvimentista entretanto adoptadas, na campanha eleitoral que se avizinhava e na crítica aos que, de forma orquestrada, apoiavam os movimentos terroristas no Ultramar;
- em metade das «Conversas», dedicou algum tempo a falar de si próprio e das tarefas e cansaças que preenchiam o dia-a-dia do Presidente do Conselho, tendo, inclusivé, na 11ª, abordado uma questão do foro privado, aludindo ao falecimento da Esposa, a propósito do que agradeceu a solidariedade manifestada pelos portugueses;
- só na 12ª «Conversa» abordou a totalidade dos temas;
- 22 «Conversas» versaram aspectos de Política Nacional e 20 ocuparam-se de Política Ultramarina. Foram os temas mais versados, pois correspondiam às maiores preocupações e às que exigiam mais «respostas» e mais explicações;
- as primeiras 13 «Conversas» foram mais diversificadas. Importa salientar que ocorreram no período de mais intensas e profundas reformas estruturais, económicas e sociais, coincidindo com a «Primavera Marcelista»;
- as últimas 13 foram mais focalizadas; e, a partir da 16ª «Conversa», a Política Nacional, a Política Externa e a Política Ultramarina dominaram o discurso. À medida que os problemas internos se agudizavam e o apoio externo escasseava, enaltecer o Acordo das Lajes, com os Estados Unidos (que não se tinham solidarizado com a política governamental nos conflitos do Ultramar), valorizar o quadro da relação com o Brasil, a pretexto da visita do Presidente Américo Tomás àquela ex-colónia, e apontar os graves incidentes ocorridos após a descolonização do Congo ex-Belga constituíram motivação para aumentar os tempos de antena. De igual modo, o agravamento das condições militares no terreno, fazia aumentar os tempos relativos dedicados à problemática ultramarina;

- no conjunto das várias «Conversas», os temas que mais tempo absorveram foram a Política Nacional (com mais de três horas e meia) e a Política Ultramarina (com quase três horas), seguindo-se-lhes a Política Externa (menos de uma hora e meia) e a Política Económica (pouco mais de uma hora);

- 14 «Conversas» incidiram sobre Política Educativa;

- 2 «Conversas» foram monotemáticas: uma sobre Política Externa (em 10.04.1972, a propósito da visita do Presidente da República ao Brasil, abordando as relações luso-brasileiras e fazendo um paralelo com as possíveis relações com África, no futuro) e outra sobre Política Ultramarina (em 26.07.1973, para denunciar o que considerava uma campanha tremenda de calúnias e mentiras, envolvendo a Oposição e a ONU, destinada a minar o espírito dos militares e a abalar a consciência dos cidadãos);

- houve 5 «Conversas» bi-polarizadas, sendo um dos pólos, em 4 casos, a Política Ultramarina, em 3 casos, a Política Nacional e em 2 casos a Política Educativa;

- 6 «Conversas» não abordaram Política Ultramarina;

- 4 «Conversas» não abordaram Política Nacional;

- a Política Social deixou de ser tema, a partir da 18ª «Conversa»;

- dos temas elencados, resulta evidente o conteúdo eminentemente político das alocações.

Conclusão

Marcello Caetano chefiou o Governo de Portugal, entre Setembro de 1968 e Abril de 1974. Sucedeu a Salazar e antecedeu a «Revolução dos Cravos».

Durante o seu mandato – e a exemplo do que, por todo o mundo ocidental, fizeram outros dirigentes políticos – procurou tirar o máximo partido das potencialidades que os meios de comunicação social disponibilizavam (especialmente a Televisão, que ele próprio ajudara a implementar em Portugal).

Não hesitaria, por isso, em se servir, de todas as virtualidades do processo. E assim, para além de, directa ou indirectamente, interferir nos conteúdos e na programação (designadamente assegurando que a oposição não lhe pudesse aceder de igual forma), ainda tratou de garantir um «canal» próprio e privativo, um espaço privilegiado de comunicação com os portugueses, as «Conversas em Família».

Marcello achava que era importante assegurar “rigor” na informação e desfazer boatos, a par de procurar que os portugueses se sentissem envolvidos e co-participantes na direcção dos assuntos do Estado.

As «Conversas em Família» terão sido 26 (havendo apenas um caso – 15.Jan.1973 – que suscita dúvidas). O estudo destes documentos, que constituem o *corpus* documental fixado para o trabalho proporciona um vasto manancial de informação que garantiria diversificados e amplos caminhos de investigação.

Da aplicação dos processos técnicos facultados pela «análise de conteúdo», conforme decorre das orientações definidas por Laurence Bardin, na obra com o mesmo nome, resultaram alguns indicadores, possibilitando descrever temas como Política Nacional, Política Externa, Política Ultramarina, Política Económica, Política Educativa e Política Social. Apertando a «malha» de análise, encontrámos sub-temas ou descritores como: Orçamento, Reforma Administrativa, Planos de Fomento, Inflação, Ensino Superior, Reforma do Ensino, etc. – como se mostra detalhadamente explicitado ao longo da apresentação.

Utilizou-se como método de medida a cronometragem dos tempos dedicados a cada fragmento considerado, cujos resultados foram traduzidos em quadros e gráficos que

possibilitaram, depois, a «leitura» e a conseqüente retirada de conclusões.

Questão fundamental e de primeira grandeza: Portugal. Portugal, a sua história, a sua cultura, a sua língua e os povos de além-mar, com quem, em nome de um passado, uma história e uma língua que se pretendiam comuns, se prosseguia o desígnio de edificar uma sociedade multi-racial e pluricontinental. Portugal que continuava a estruturar-se em torno da trilogia do Estado Novo: Deus-Pátria-Família.

Segunda questão: o Desenvolvimento. Que se apresentava sob múltiplas facetas, dos Planos de Fomento às reformas da Administração, às reformas sociais, às reformas políticas, às reformas do ensino. Cada uma delas explicada exaustiva e detalhadamente, de modo a que os portugueses assimilassem as iniciativas legislativas, as compreendessem e as interiorizassem, dispondo-se a participar activamente numa batalha que se tornava comum.

Terceira questão: a participação. Empolgados pelas iniciativas, engajados pelas «Conversas» e mobilizados para a participação, os portugueses mal se aperceberiam dos limites à plena vivência democrática, aceitando transigir, transitoriamente (em nome da defesa do Ultramar), com as limitações à democracia e às liberdades, com a subsistência da Censura/Exame Prévio.

Cada «Conversa» era como que uma aula e representava um enorme manancial de informação e conhecimentos transmitidos à generalidade dos portugueses. Mas, por trás de cada mensagem, apesar do tom informal, havia (encoberta) uma óbvia intencionalidade política: era a Televisão ao serviço da política, no seu máximo esplendor – a propaganda.

Anexo I - MATRIZ GLOBAL DE AFERIÇÃO DAS «CONVERSAS»

Nº	Data	RTP		Nº. Documentid	RDP	Tempo	Diário Popular		Diário Notícias		Outros		Obs.
		Nº. Cassete	Nº. Documento				Duração	Nº. Documentid	Tempo	Diário Notícias	Outros	Páginas	
1	08.01.1969	LX061394XD	690005100	00:17:22	AHD1129	BASF64	00:17:20	1º.pág - lanc	1º.pág - lanc	DL - 1º.pág - lanc	DL - 1º.pág - lanc	Primeira	
	09.01.1969	LX740143XS						1º.pág + 9ª	1º.pág + 2ª	DL - 1º.pág + 8ª	S - 1º.pág + 10ª		
	12.01.1969									JF - 1º.pág + 4ª			
2	08.02.1969	LX066052XD	690005200	00:18:10	AHD1130	BASF64	00:18:22	1º.pág - lanc					
	10.02.1969	LX066052XD	690005200	00:18:10	AHD1130	BASF64	00:18:22	1º.pág - lanc					
	11.02.1969				AHD1696	BASF64	00:20:38	1º.pág + 7ª					
3	07.04.1969	LX066053XD	690005300	00:20:40				1º.pág - lanc					
	08.04.1969							1º.pág + 9ª					
	09.04.1969				AHD1130	BASF64	00:20:43						Não é CF a)
4	18.06.1969	LX066049XD	690005400	00:23:52	AHD1131	BASF64	00:24:11	1º.pág - lanc					
	19.06.1969							1º.pág + 7ª					
	10.09.1969				AHD1131	BASF64	00:14:47						
5	11.09.1969	LX066050XD	690005500	00:14:40				1º.pág - lanc		DL - lanc			
	12.09.1969							1º.pág + 6ª		S - 147 & CF			
	12.09.1969									DL - 1º.pág + 7ª + 12ª			
6	24.10.1969				AHD1131	BASF64	00:15:55	1º.pág - lanc					
	17.12.1969	LX0510803XD	690005600	00:27:43	AHD1132	BASF64	00:27:55	1º.pág - lanc					
	18.12.1969							1º.pág + 7ª					
7	14.01.1970	LX066036XD	700006900	00:17:46				1º.pág + 7ª		1º.pág + 7ª + 8ª + 9ª	S - 1º.pág + 10ª		Não é CF b)
	15.01.1970												
	08.04.1970	LX066045XD	700010900	00:25:26	AHD1132	BASF64	00:25:45	1º.pág - lanc					
8	09.04.1970							1º.pág + 7ª					
	07.07.1970	LX066047XD	700011000	00:08:58	AHD1133	BASF64	00:09:00	1º.pág - lanc					
	08.07.1970							1º.pág + 7ª					
9	16.11.1970	LX066046XD	700011100	00:21:30	AHD1133	BASF64	00:21:40	1º.pág - lanc		1º.pág - lanc			
	17.11.1970							1º.pág + 2ª					
	15.02.1971	LX066042XD	710013900	00:28:52	AHD1133	BASF64	00:28:56	1º.pág - lanc		1º.pág - lanc			
10	16.02.1971							1º.pág + 7ª					
	15.06.1971	LX066037XD	710014100	00:20:10	AHD1135	BASF64	00:20:15	1º.pág - lanc					
	16.06.1971							1º.pág + 7ª					
11	00.00.1971	LX066044XD	710014000	00:28:50				1º.pág - lanc					data RTP
	22.07.1971							1º.pág - lanc					
	23.07.1971				AHD1135	BASF64	00:28:45	1º.pág - lanc					
12	24.07.1971							1º.pág + 7ª					
	00.00.1971	LX066039XD	710013800	00:12:55				1º.pág - lanc					data RTP
	20.10.1971							1º.pág - lanc					
13	21.10.1971				AHD1135	BASF64	00:12:55	1º.pág - lanc		1º.pág - lanc			
	22.10.1971							1º.pág + 7ª					
	00.00.1971	LX066038XD	710014200	00:26:03				1º.pág - lanc					data RTP
14	15.11.1971				AHD1136	BASF64	00:26:57	1º.pág - lanc					
	16.11.1971							1º.pág + 7ª					
	17.11.1971	LX061403XD											Extracto
15	16.12.1971				AHD1131	HBB95	00:10:05						
	16.12.1971				AHD1136	BASF64	00:17:10			1º.pág			
	17.12.1971	LX066040XD	710014300	00:17:06				1º.pág + 7ª					
16	25.12.1971				AHD52	BASF90	00:03:51						Mens. Natal

Outros Estudos

Elsa Cardoso*

Apontamentos sobre a primeira embaixada bizantina em Córdova

R E S U M O | *No ano de 839/840 (225 da Hégira), sob o reinado do emir 'Abd ar-Rahman II, chega à capital do al-Andalus, Córdova, a primeira embaixada bizantina, que transportava uma missiva do imperador Teófilo. O envio desta embaixada insere-se claramente no processo de orientalização do al-Andalus e também nas alterações das dominâncias sofridas no Mediterrâneo da época. Tomando os excertos correspondentes à notícia desta embaixada nas fontes al-Muqtabis II-1 de Ibn Hayyan e Nafh at-tib min ghosn al-Andalus ar-ratib wa Tarikh Lisan Addin bin Al-Khatib de al-Makkari, questionaremos por isso quais os objectivos da mesma e o porquê do seu envio exactamente em 839/840, tomando em atenção o quadro histórico-político mediterrânico. Este artigo deve ser entendido como um ensaio onde se exploram hipóteses de interpretação do significado desta embaixada, inserindo-se dentro do projecto de tese de mestrado da autora¹. Palavras-chave: al-Andalus, Bizâncio, Orientalização, Mediterrâneo.*

A B S T R A C T | *In the year of 839/840 (225 of the Hijrah) the first Byzantine embassy carrying a letter from Emperor Teophilus arrives at the capital of al-Andalus, Cordoba, under the rule of Emir 'Abd ar-Rahman II. The dispatch of this embassy clearly falls within the process of the oriental influence of al-Andalus as well as within the undergoing shift of supremacy in the Mediterranean of that time. Through the historical accounts in the sources al-Muqtabis II-1 by Ibn Hayyan and Nafh at-tib min ghosn al-Andalus ar-ratib wa Tarikh Lisan Addin bin Al-Khatib by al-Makkari, I shall discuss the aims of the embassy and the motivation of its dispatch in 839/840 in the framework of the historical and political circumstances of the Mediterranean. This article must be read as an essay which attempts to appreciate the meaning of this embassy, as it is part of the undergoing research thesis project of its author². Keywords: al-Andalus, Byzantium, Oriental influence, Mediterranean.*

Contextualização do al-Andalus no Mediterrâneo

O Mediterrâneo sempre foi um espaço de aculturação mútua. Um dos mais importantes fenómenos que o Mediterrâneo proporcionou foi o da orientalização. O processo da orientalização não é exclusivo ao período correspondente à existência do al-Andalus, é aliás anterior. Contudo, sendo o território do al-Andalus uma formação tão marcadamente orientalizante, este período da história ibérica é fulcral para o estudo do fenómeno. É precisamente a partir do reinado do

* Investigadora associada do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Tese de mestrado registada no Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada "A diplomacia e a orientalização da corte de Córdova (séculos IX-X)" orientada pelo Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes.

² Master thesis registered in the Centre for History, Faculty of Arts, University of Lisbon, under the title "Diplomacy and oriental influence in the court of Cordoba (IXth – Xth centuries)" under the supervision of PhD Hermenegildo Fernandes.

emir omíada de Córdoba, ‘Abd ar-Rahman II, que reina desde 822 até 852, que a orientalização se torna constante, atingindo um dos seus mais altos expoentes.

José Ramírez define a orientalização como um processo de primeira ordem, no que respeita à constituição do al-Andalus, identidade territorial e política que resultou do processo de aculturação da sua população a uma cultura procedente do Oriente³.

Hugh Kennedy diz-nos também que o processo de orientalização permitiu a evolução da corte formal, que toma modelos orientais, especialmente no que concerne a burocracia e a administração. Este autor afirma mesmo que o período do reinado do emir ‘Abd ar-Rahman II é “a primeira época da cultura do al-Andalus”⁴.

Lévi-Provençal já se havia igualmente debruçado sobre este tema, atribuindo um papel crucial à influência que Bagdad exerce sobre o al-Andalus, que toma os seus modelos orientais, “imitando-a”⁵.

Similarmente, Pierre Guichard aprofunda o tema da orientalização da Península Ibérica, desde um ponto de vista antropológico, analisando a importância na península, não só das estruturas sociais árabes, como também atribuindo um papel central às estruturas sociais magrebins e bérberes, todas elas tradicionalmente tribais. Esta obra parte aliás da já antiga discussão que divide a historiografia espanhola do al-Andalus entre “continuidade” e “ruptura”, posições que de resto dão origem aos dois conceitos presentes no título da mesma – estruturas sociais *orientais* e *ocidentais*⁶. A este respeito o autor sublinha que a grande maioria dos medievistas espanhóis tendia a ver o domínio muçulmano como um processo de continuidade histórico exclusivamente hispânico, compreendendo-se como reacção à visão que colocava, até então, o al-Andalus como uma espécie de parentese histórico em Espanha⁷. Refira-se a propósito que, aproximadamente, um século e meio depois a mesma visão ainda não abandonou completamente a historiografia do país vizinho.

‘Abd ar-Rahman II, como primeiro monarca omíada do al-Andalus, cuja legitimidade é incontestável, do ponto de vista político e cultural, é reconhecido como tal pelo império bizantino ao receber os seus embaixadores. De facto, para Constantinopla, a dinastia dos Banu Umayya não era desconhecida, antes pelo contrário, pois foi esta que conquistou uma parte substancial de territórios que estavam sob o domínio do *basileus* aquando da expansão muçulmana. Dinastia de origem tribal árabe, que partilha laços de consanguinidade com o profeta Muhammad, manterá sempre esta memória, usada como arma para legitimar o seu poder, mesmo depois de ter sido expulsa de Damasco e sujeita ao massacre da linhagem masculina pelos abássidas, dinastia que toma o poder e se desloca para Bagdad. ‘Abd ar-Rahman I, bisavô de ‘Abd ar-Rahman II, consegue escapar a este massacre e refugia-se no al-Andalus, logrando declarar o seu poder neste território precisamente porque faz uso dos laços de legitimidade que mantinha com os clientes da dinastia.

Apesar de não ser discutível o papel central que o oriente abássida tem nos modelos escolhidos para a governação e cerimonial da corte do al-Andalus, é necessário chamar a atenção para outro agente político, protagonista no Mediterrâneo, e que no início da expansão muçulmana havia exercido o papel de agente modelador do então embrionário estado muçulmano, governado pelos califas omíadas de Damasco, como já mencionado. ‘Abd ar-Rahman I será também portador dos

³ José Ramírez del Río, *La orientalización de al-Andalus: Los días de los árabes en la Península Ibérica* (Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2002), 19.

⁴ Hugh Kennedy, *Muslim Spain and Portugal: a political history of al-Andalus* (Nova Iorque: Longman, 1996), 45-46.

⁵ Lévi-Provençal, “Espana Musulmana, hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 J.C.)” in *Historia de España*. Tomo IV, dir. Ramón Menéndez Pidal, (Madrid: Espasa-Calpe, 1982), 170-171.

⁶ Pierre Guichard, *Structures sociales “orientales” et “occidentales” dans l’Espagne musulmane* (Paris: Mouton, 1977).

⁷ *Ibidem*, 9.

modelos de governação damascenos, inspirados na corte bizantina, aquando da sua migração para o al-Andalus. Assim, a embaixada de Teófilo em 839/840 insere-se num quadro mais amplo e num processo mais alargado ao longo do tempo e que, no caso específico da identidade omíada do al-Andalus, teria sido iniciado ainda fora deste território. Recorde-se que já o estado visigodo de Toledo havia sofrido uma profunda *bizantinização*, principalmente a partir do reinado de Leovigildo, monarca que adopta modelos de governação daquele império.

Ainda que seja esta a única notícia que possuímos para o século IX de contacto entre o al-Andalus e Bizâncio, acreditamos que esta embaixada não é nula no que à orientalização e à influência bizantina diz respeito, como se tentará expor nas linhas que se seguem. É aliás uma porta aberta para o fluxo contínuo de embaixadas que serão trocadas posteriormente, já durante o califado, documentadas quer pelo *De Ceremoniis* de Constantino VII Porfirogeneta, quer em al-Makkari ou nos Anais Palatinos de al-Hakam II⁸.

Pedro Bádenas reflete sobre as relações entre Bizâncio e a Península Ibérica, afirmando que o Mediterrâneo sempre protagonizou um espaço de interacção privilegiado⁹, desde o extremo ocidental europeu até ao território que hoje conhecemos como Médio Oriente. Este autor menciona ainda, noutra passagem, que “as relações entre Bizâncio e o al-Andalus entre os séculos VIII e X constituem o ponto mais interessante e melhor documentado dos contactos diplomáticos, políticos e culturais entre a Península e o império bizantino”¹⁰.

É neste contexto que, no reinado do emir ‘Abd ar-Rahman II, pela primeira vez em Córdoba, no ano de 839/840 (225 da Hégira)¹¹, se recebe uma embaixada proveniente da corte de Bizâncio.

Fontes para a primeira embaixada bizantina em Córdoba

A primeira embaixada bizantina em Córdoba é transmitida pelo cronista Ibn Hayyan, no *Muqtabis II-1*¹². Ibn Hayyan, cronista palatino do século XI do al-Andalus, nostálgico do poder omíada derrotado, redige, de forma muito precisa e detalhada, os relatos históricos em torno do poder central de Córdoba, sendo que recompila autores de época califal¹³. O seu *Muqtabis II-1*, que contém a história dos reinados de al-Hakam I e do seu filho ‘Abd ar-Rahman II, é a primeira fonte que conhecemos que narra esta embaixada, sendo que ignoramos, até ao momento, a existência de uma fonte bizantina que relate a troca de embaixadas entre os dois poderes. O *Muqtabis II-1* não só transmite a missiva de Teófilo, transportada por um embaixador bizantino, a quem o emir ‘Abd ar-Rahman II acolhe, como também noticia a recepção do embaixador do emir omíada em Constantinopla¹⁴. Este último relato, apesar de conter dados interessantes em relação ao cerimonial em uso, por um lado na corte de Bizâncio, por outro na de Córdoba, é quase

⁸ Constantine Porphyrogenetos, *The Book of Ceremonies*, vol. 2, trad. Ann Moffat, Maxeme Tall (Canberra: Australian Association for Byzantine Studies, 2012); Ahmed Ibn Mohammed al-Makkari, *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain*, trad. Pascual de Gayangos. Vol. II, (Londres: Oriental Translation Fund, 1843); Ibn Hayyan, *Anales Palatinos del Califa de Córdoba al-Hakam II*, por ‘Isa Ibn Ahmand al-Razi, trad. Emílio García Gómez (Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1967).

⁹ Inmaculada Pérez Martín, Pedro Bádenas de la Peña (eds.), *Bizancio y la Península Ibérica: de la Antigüedad Tardía a la Edad Moderna*, (Madrid: CSIC, 2004), IX.

¹⁰ *Ibidem*, XIII.

¹¹ Nas duas fontes que relatam esta embaixada, os cronistas Ibn Hayyan e al-Makkari, citados neste ensaio, apenas mencionam o ano 225 da Hégira, sem mês ou dia, e que pode corresponder no calendário cristão aos anos de 839 ou 840.

¹² Ibn Hayyan, *Crónica de los emires Alṭakam I [sic] y ‘Abdarrahmān II [sic] entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*, trad. Maḥmūd ‘Alī Makkī [sic] y Federico Corriente, (Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001), 294 – 298 (“Noticia de la correspondencia entre el emperador bizantino y el emir ‘Abd ar-Rahman”).

¹³ Eduardo Manzano Moreno, *Conquistadores, Emires y Califas: los Omeyyas y la Formación de al-Andalus*, (Barcelona: Crítica, 2006), 475.

¹⁴ Ibn Hayyan, *Almuqtabis II-1*, 228 – 244. O poeta Al-Ghazal e o seu companheiro Yahya, enviados do emir omíada, acompanham o embaixador bizantino de volta a Constantinopla, sendo recebidos pelo imperador Teófilo.

exclusivamente um relato anedótico, com histórias curiosas, mas provavelmente duvidosas e cuja finalidade seria essencialmente a de entreter em vez de transmitir sucessos políticos relevantes que esclarecessem quais os verdadeiros motivos da embaixada de Teófilo. Como tal, o presente ensaio centrar-se-á na análise do relato que respeita a mensagem enviada por Teófilo.

Também o cronista al-Makkari, originário do norte de África e que vive e escreve entre os séculos XVI e XVII, vai recompilar a notícia desta embaixada, sendo que a sua fonte é, sem dúvida, para este relato, Ibn Hayyan, autor que cita ao longo da sua narrativa¹⁵.

A embaixada e a missiva de Teófilo

A missiva de Teófilo chega a Córdoba no ano 225 da Hégira, transportada por um embaixador bizantino, cujo nome, segundo Ibn Hayyan, era Qurtiyus, intérprete de profissão.

Ibn Hayyan nunca deixa transparecer de forma clara o objectivo da mesma, limitando-se a sugestões de entrelinhas. Insinua que seria o de estabelecer com o emir do al-Andalus uma aliança contra os abássidas, que ameaçavam o império de Constantinopla. Para tal, o imperador bizantino incita o emir cordovês a ajustar contas com aqueles que lhe haviam arrebatado o império que Damasco havia sustentado:

Llegó al emir 'Abdarrahman una carta de Teófilo, emperador de los bizantinos en Constantinopla, mencionado por Habib b. Aws Atta'i en su poema sobre la toma de 'Ammuriyyah, tomando la iniciativa de proponerle el establecimiento de relaciones, continuando las que había habido entre sus antepasados en Oriente, mencionándole su derecho al califato allí usurpado a su familia, incitándole a ajustar cuentas a sus perjudicadores, los hijos de Al'abbas'¹⁶.

Em primeiro lugar, deste relato ressalta que o cronista estaria muito bem informado da situação de crise que o império bizantino atravessava, pela tomada abássida de cidades do *basileus*. Fá-lo de forma subtil, usando o pretexto da menção do imperador Teófilo num poema sírio, que transmite precisamente a tomada de Amorio em 838 pelo califa abássida. Este relato revela-nos consequentemente que, longe da corte emiral omíada receber ingenuamente um embaixador do *basileus*, teria conhecimento dos motivos que certamente moveriam Teófilo ao enviar esta missiva.

Não possuímos o texto da mensagem enviada pelo imperador a 'Abd ar-Rahman II. Contudo, Ibn Hayyan transmite-nos o conteúdo da missiva de resposta do emir cordovês. Quer o cronista exagere ou não na avaliação que faz desta mensagem enviada por Teófilo, a verdade é que esta embaixada evidencia a importância do emir do al-Andalus no plano político e imperial da época, com o qual Bizâncio começa a perceber que deve tratar em pé de igualdade. Estas embaixadas poderiam muitas vezes não ter um objectivo específico, apenas aquele de dois poderes preponderantes se reconhecerem mutuamente.

Para al-Makkari não restam dúvidas que o objectivo seria o de assinar um pacto de amizade com o emir cordovês. Afirma mesmo que, devido aos ataques abássidas dos califas al-Ma'mun e al-Muta'ssim, sofridos pelo império bizantino, Teófilo pretendia juntar forças com o omíada contra um inimigo comum. Chega a esta conclusão precisamente pelo facto de Teófilo escrever, na carta que endereça a Abd ar-Rahman II, que havia chegado o tempo de tomar posse do poder e império que os abássidas haviam usurpado:

The Greek, who had of late been greatly harassed by the armies of Al-mamun and Al-mu'tassem, asked Abdu-r-rahman to join forces with him against their common enemies of the house of 'Abbas. To this end he tempted Abdu-r-rahman with the conquest of the empire which his ancestors had possessed

¹⁵ Ahmed Ibn Mohammed al-Makkari, *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain*, 114 – 115 (“Greek ambassador arrive in Cordoba”).

¹⁶ Ibn Hayyan, *Almuqtabis II-1*, 294.

*in the East.*¹⁷

Certamente que ao ler e recompilar Ibn Hayyan, al-Makkari compreende também a mensagem do *Muqtabis II-1* ao mencionar Amorio. Tratando-se de um cronista que escreve tardiamente, tinha seguramente a vantagem de possuir uma imagem mais ampla dos acontecimentos que levaram Teófilo a solicitar a ajuda de ‘Abd ar-Rahman II.

Por esta altura, Bizâncio já havia estabelecido *relações diplomáticas*, como define Hugh Kennedy, com o califado abássida de Bagdad¹⁸, califado a quem Constantinopla chega a pagar tributo no século IX. Sugere Lévi-Provençal – primeiro autor que se debruça sobre as relações entre Bizâncio e Córdova, dedicando à primeira embaixada bizantina na capital do al-Andalus um subcapítulo intitulado “As primeiras relações entre Córdova e Bizâncio” – que Teófilo pretendia estabelecer uma frente contra os aglábidas, que não só eram tributários dos abássidas, como haviam conquistado a Sicília¹⁹.

Apesar de Ibn Hayyan deixar passar na sua narrativa que o emir ‘Abd ar-Rahman II se sentia profundamente adulado, nunca deixa contudo de repetir que o seu autor era um “infel insolente” e que tinha-se rebaixado ao ponto de enviar uma missiva por sua própria iniciativa²⁰. Apesar de entendermos que o envio desta embaixada significaria o reconhecimento mútuo de dois poderes hegemónicos, percebemos igualmente que a concepção que Ibn Hayyan faz do envio de um embaixador por Teófilo é a de que o principal poder no Mediterrâneo rebaixara-se ao ponto de enviar por sua própria iniciativa um emissário, o que não só é uma forma de louvar o reconhecimento de um poder como Constantinopla em relação a Córdova, mas também nos leva a pensar que, possivelmente, estaria em jogo um pedido de ajuda. Note-se que sob o reinado de Teófilo o império bizantino não só enfraquece em relação ao abássida, como também atravessa uma crise identitária.

Esta visão de Teófilo como pessoa imperial que se humilha em combinação com a menção de Amorio – ou do bem informado que estaria o poder cordovês quanto à situação de Bizâncio que a mesma menção evidencia – poderia uma vez mais corroborar a vontade do imperador bizantino em estabelecer uma aliança.

A missiva de ‘Abd ar-Rahman II é ainda mais admirável, do ponto de vista da análise do discurso burocrático e da etiqueta, e certamente a caracteriza Lévi-Provençal de “obra maestra da diplomacia cordovesa”²¹. Apesar de extensa, continha apenas uma retórica propagandística, que visava suavizar a negativa da sua resposta. A retórica anda por isso à volta do desprezo expressado contra os abássidas, que haviam massacrado o clã omíada e violado o seu harém, afirmando que chegara a hora da sua dinastia recuperar a autoridade usurpada, esperando por isso a promessa de Deus. Contudo, nada refere sobre uma verdadeira luta, acabando assim com as esperanças que acalentava o soberano bizantino.

Respondendo certamente à chamada de responsabilidade contida na carta de Teófilo, a missiva do emir descarta quaisquer encargos sobre os aventureiros do al-Andalus – exilados por al-Hakam I após a revolta do arrabalde de Córdova e que haviam conquistado Creta em 826 – dando-lhe todo o seu aval para que se livrasse destes:

En cuanto a lo que dices del caso del andalusí Abu Hafy y los de nuestro país que le acompañan, de que se han sometido a Ibn Maridah [forma de escárnio pela qual se refere ao califa abássida] y

¹⁷ Ahmed Ibn Mohammed al-Makkari, *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain*, 115.

¹⁸ Hugh Kennedy, *The Prophet and the Age of the Caliphates: the Islamic Near East, from the Sixth to the Eleventh Century*, (Nova Iorque: Longman, 1986), 147.

¹⁹ Lévi-Provençal, “Espana Musulmana”. Tomo IV, 161- 163.

²⁰ Ibn Hayyan, *Almuqtabis II-1*, 295.

²¹ Lévi-Provençal, “Espana Musulmana”. Tomo IV, 162.

*entrando en su obediencia, pidiéndome intervención en sus asuntos y condena de acción, los que se le unieron fueron sólo la hez, el populacho, depravados y vagabundos entre ellos, y ni están en nuestro país ni bajo nuestra responsabilidad, (...) y no creemos seas incapaz ni débil para castigarlos*²².

Com base nestas passagens do *Muqtabis II-1*, é credível que a missiva que Teófilo envia ao al-Andalus constasse de dois tópicos chave. Em primeiro lugar Amorio, pois era ainda um episódio recente que se vinha juntar às restantes perdas bizantinas. Em segundo, mas não menos importante, parece-me seguro afirmar que Teófilo solicitava, se não abertamente, quase, uma aliança que permitisse unir forças com o emir e cuja finalidade seria a de recuperar Creta. Esta ilha havia sido conquistada por aventureiros do al-Andalus que em 816 se estabelecem primeiro em Alexandria e dez anos depois tomam Creta. Desde esta importante base marítima, que mantém durante quase um século e meio (até 961), põem em causa a hegemonia de Bizâncio no que constituía um dos principais canais comerciais da época: o Mediterrâneo. Desconhecemos o que Teófilo teria apresentado ao emir como vantagens para empreender esta expedição. Seguramente que o *basileus* não esperaria uma resposta positiva apenas pela via da exortação da legitimidade de ‘Abd ar-Rahman II ao califado islâmico. O emir descarta-se de qualquer responsabilidade exortando por seu lado a capacidade e soberania de Teófilo, prometendo-lhe igualmente que, no caso de o califado ser restituído aos omíadas, ser-lhe-iam também devolvidos os territórios usurpados pelos abássidas.

Esta não foi a única tentativa de Teófilo de criar alianças que lhe permitissem a restituição dos territórios perdidos. Lévi-Provençal sugere igualmente que o *basileus*, tendo falhado um acordo com os venezianos e os francos, recorre neste momento ao emir omíada²³.

Hipóteses para a embaixada

Para além de Lévi-Provençal, também Fátima Roldán, Pedro Diaz e Emilio Diaz versam sobre as embaixadas trocadas entre Bizâncio e o al-Andalus²⁴. No seu artigo conjunto estes autores fazem uma síntese sobre o tema, ainda que limitando-se a seguir literalmente Lévi-Provençal.

É sem dúvida o artigo de Juan Signes Codoñer que melhor documenta a troca de embaixadas entre os séculos IX e X, sendo que se foca também nas relações informais, tratando a questão dos piratas ou “aventureiros” andaluzes, já atrás mencionados²⁵. Tratando-se de um bizantinista, prefere adoptar uma visão mais centrada na pujança do império bizantino sobre os restantes poderes mediterrânicos, parecendo até sugerir que Teófilo, ao tomar a iniciativa de envio de uma embaixada a Córdoba em 839/840, não estaria tanto a reconhecer o poder omíada, mas sim a tentar atrair os andaluzes à órbita bizantina, ou seja, a lançar uma tentativa de colocá-los como tributários – o que para Signes estaria perfeitamente justificado pelo facto de o *basileus* fazê-lo explorando a tradicional inimizade em relação ao clã al-‘Abbas²⁶. A verdade é que esta visão parece não se coadunar com a já anteriormente referida afirmação de Ibn Hayyan em relação à diminuição da figura de Teófilo, que resulta da iniciativa do envio da embaixada. Sabemos ser possível que Ibn Hayyan, como cronista partidário e nostálgico do poder omíada, pretendesse apenas, através desta afirmação propagandística, louvar o alcance do poder do emirado do al-Andalus. Contudo, tão pouco existe informação que indique que os omíadas

²² Ibn Hayyan, *Almuqtabis II-1*, 297.

²³ *Ibidem*, 161.

²⁴ Fátima Roldán Castro, Pedro Diaz Macias e Emilio Diaz Rolando, “Bizancio y al-Andalus, embajadas y relaciones”, in *Erytheia* 9.2, (1988).

²⁵ Juan Signes Codoñer, “Bizancio y al-Andalus en los siglos IX y X”, in *Bizancio y la Península Ibérica. De la Antigüedad Tardía a la Edad Moderna*, ed. Inmaculada Pérez Martín, Pedro Bádenas de la Peña, (Madrid: CSIC, 2004).

²⁶ *Ibidem*, 199.

possam ser entendidos pelos bizantinos como tributários e parece pouco credível que nesta época Constantinopla pudesse estar em posição de possuir tais pretensões.

Menciona que o envio desta embaixada estaria relacionado com a questão de Creta e com a situação volátil da Sicília, mas afirma que o seu envio por Teófilo foi uma reacção directa à tomada de Amorio em 838 pelo califa abássida²⁷. Esta aproximação resulta interessante, principalmente se tomarmos em conta a abertura da notícia no Muqtabis II-1, como já aqui ficou exposto, ainda que, na missiva que ‘Abd ar-Rahman II envia em resposta, não se mencione a situação de Amorio, referindo-se sim expressamente a de Abu Hafis.

Amorio seria por isso a “última gota” para os bizantinos. Ostrogorsky, que nada menciona em relação à embaixada que Teófilo envia ao emir de Córdoba, aponta mesmo que a tomada de Amorio pelo califa abássida al-Muta’ssim a 12 de Agosto de 838 causa uma “esmagadora impressão” nos bizantinos, pois não só era a cidade mais importante do *Thema* da Anatólia, como também era o berço da dinastia reinante²⁸. Após a tomada de Amorio, o imperador bizantino despacha embaixadas aos francos e venezianos, que procurariam alianças militares contra os abássidas, facto também apontado por Lévi-Provençal e já mencionado neste ensaio.

Por seu lado, Provençal sublinha que resultaria demasiado pedir que um emir muçulmano, como o omíada, interviesse em favor dos bizantinos cristãos, mesmo contra um inimigo comum²⁹.

É possível que esta evocação dos abássidas como usurpadores constituísse uma arma propagandística, capaz de seduzir o emir do al-Andalus para uma aliança, não alentando esperanças demasiado fantasiosas de uma frente militar conjunta. Ainda assim, tudo indica que Teófilo, ao tentar mover apoios em várias cortes mediterrânicas, procuraria precisamente cimentar alianças que pudessem desencadear a sua vitória sob os territórios que havia perdido.

Signes prefere um olhar no qual Córdoba e Constantinopla são vistas como partes de dois mundos absolutamente opostos, afirmando mesmo que estas embaixadas marcam um episódio sem continuidade entre dois mundos muito diferentes³⁰. Apesar de não termos notícia de mais nenhuma embaixada bizantina em Córdoba até ao califado de ‘Abd ar-Rahman III, resulta claro que a delegação enviada por Teófilo tem consequências. Aliás, como já atrás referido, Bizâncio sempre foi um modelo a todos os níveis para os omíadas, principalmente os de Damasco. Após a sua ascensão ao poder na cidade síria adoptam os mesmos modelos administrativos, cerimonial ou modelos artísticos, como a divisão territorial ou a arquitectura religiosa tipicamente bizantina – elementos palpáveis que se enquadram no tópico da orientalização do al-Andalus. Tendo sido já aqui indicado, estes modelos são transportados para o al-Andalus pela mão de ‘Abd ar-Rahman ad-Dakhil, o imigrado. Essa memória e modelos que os diferenciam do modelo sassânida dos abássidas, continuam sempre presentes no seio da dinastia omíada, que chega a contratar artesãos bizantinos quer para a mesquita de Córdoba quer para Madinat al-Zahra, factos aliás que Signes conhece e cita, e que não terão sido certamente despoletados com o envio posterior das embaixadas de Constantino VII *Porphyrogenetos* no século X, mas sim por um processo demorado que à primeira vista pode apenas aparecer como descontínuo. Este mesmo percurso permitirá a abertura a um processo de bizantinização mais assíduo, tal como refere Fernando Valdés, para o reinado de al-Hakam II³¹, autor que por ser de profissão arqueólogo se debruça nos vestígios que atestam esta mesma orientalização proveniente de terras do *basileus*.

²⁷ *Idem*, 199.

²⁸ George Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*, trad. Joan Hussey, (Edição revista, New Jersey: Rutgers University Press, 1969), 208.

²⁹ Lévi-Provençal, “Espania Musulmana”, Tomo IV, 346.

³⁰ Juan Signes, “Bizancio y al-Andalus”, 207.

³¹ Fernando Valdés Fernández, “De embajadas y regalos entre califas y emperadores”, *Awraq*, n.º 7, (2013), 38-39.

É aliás durante o reinado de ‘Abd ar-Rahman II, e apesar de todas as reformas administrativas que este introduz provenientes do oriente abássida, que o emir institui o *tiraz*, instituição presente em Bizâncio e na Pérsia sassânida e cujas origens parecem remontar ao início do império bizantino³² – “Este emir fue el primero que estableció en Alandalús esta manufactura”³³. Por estes motivos resulta pouco natural Juan Signes declarar em modo de conclusão que, talvez, a única consequência destes contactos, durante o reinado do emir ‘Abd ar-Rahman II, seja a introdução de um novo tipo de fogueira no al-Andalus, desconsiderando o processo alargado da orientalização.

Apoiando-nos em Lévi-Provençal, Córdova era uma metrópole muçulmana capaz de rivalizar com Qayrawan e outras cidades do oriente (acrescentaríamos também Bagdad e Samarra), não se comparando às capitais europeias, às quais excedia em muito, e cujo prestígio só poderia ser comparado ao de Constantinopla³⁴. Prova disso é o facto do imperador Teófilo tomar a iniciativa do envio da primeira embaixada bizantina a Córdova, sinal indiscutível do poder omíada cordovês. Usando as palavras do mesmo autor: o emir “sentia-se infinitamente lisonjeado, já que nada podia assegurar-lhe mais a convicção de que era um soberano poderoso e respeitado”³⁵.

Porque envia Teófilo uma embaixada em 838?

Porque envia então Teófilo esta embaixada ao emir ‘Abd ar-Rahman II? À primeira vista é evidente que se trata do reconhecimento de um poder hegemónico no Mediterrâneo em relação a outro que começa a ter potencial para sê-lo, como já atrás sublinhámos. Parece que esta não é por isso a pergunta certa a colocar, mas antes devemos questionar-nos porque escolhe o imperador enviar esta embaixada precisamente neste momento.

Constantinopla começa a perceber que o seu controlo no Mediterrâneo está ameaçado. Em 826 Creta é tomada pelos aventureiros andaluzes, no ano seguinte os aglábidas, dinastia berbere tributária do império abássida, conquistam a Sicília. Amorio, importante entreposto comercial e cidade natal da dinastia de Teófilo, é tomada pelo califa abássida al-Mut’assim no ano de 838.

Outro dado importante e que pode trazer alguma luz sobre a situação desesperante de Teófilo é aquele transmitido por Ibn Khaldun na sua *História das Dinastias Berberes*. No ano de 830, aproximadamente (214 da Hégira), chega às costas da Sicília uma frota proveniente do al-Andalus, acompanhada de uma frota norte-africana³⁶. Esta frota proveniente da Península Ibérica apoia a expansão aglábida nesta ilha, ajudando na tomada de Palermo no mesmo ano. Assim, Teófilo perde definitivamente a ilha. Ibn Khaldun nada menciona em relação à ligação desta frota com o poder central em Córdova, mas tal como no caso dos aventureiros andaluzes de Creta, não é provável que estivesse às suas ordens. Aliás, não parece credível que o emir cordovês apoiasse uma dinastia norte-africana tributária dos abássidas. A Lévi-Provençal parecem não restar dúvidas de que estes piratas ou aventureiros actuavam sozinhos e que nenhuma ligação

³² O nome *tiraz*, por ser claramente de origem persa, tem suscitado discussão no mundo académico, tendo por isso alguns estudiosos colocado a sua origem no mundo sassânida. Contudo, esta instituição é estabelecida também pelos imperadores bizantinos, ainda que sob a denominação de *ginecea*, para o fabrico de trajes reais. Estando os omíadas de Damasco estabelecidos numa antiga província síria bizantina, terá sido por via deste império que adoptam esta instituição, introduzindo-a no mundo muçulmano. A este respeito veja-se P.J. Bearman, Th. Bianquis, C.E. Bosworth, E. van Donzel and W.P. Heinrichs (ed.), *Encyclopaedia of Islam*, vol. X (Leiden: Brill, 2000), 534-535].

³³ Ibn Hayyan, *Almuqtabis II-1*, 180.

³⁴ Lévi-Provençal, “Espana Musulmana”, Tomo IV, 358.

³⁵ *Ibidem*, 162.

³⁶ Ibn Khaldun, *Histoire de l’Afrique sous la Dynastie des Aghlabites*, trad. A. Noel des Vergers, (Paris: Imprimeurs de l’Institut de France, 1841), 112.

teriam com o emir do al-Andalus³⁷.

Ostrogorsky chama a atenção para o facto de os bizantinos terem descuidado a defesa do Mediterrâneo, após a queda dos omíadas de Damasco, que possuíam uma importante frota naval. Contudo, diz-nos, o perigo marítimo já não era proveniente do oriente, de Damasco ou Bagdad, mas antes da Hispânia, de onde saem os piratas andaluzes que conquistam Creta em 826³⁸. Percebemos que para Ostrogorsky, os piratas hispânicos, associados ou não ao poder central, directa ou indirectamente, são também os causadores da instabilidade mediterrânica que assola o reinado de Teófilo e que coloca em xeque o poder bizantino e a sua hegemonia nesta importante área de circulação.

Provençal chama a atenção para o silêncio significativo que as Fontes do al-Andalus guardam no que respeita às relações que o emir cordovês manteria, por um lado com os idríssidas de Marrocos, por outro com os aglábidas³⁹. Contudo, acrescenta na mesma passagem que, apesar de nada se mencionar sobre as relações com estes poderes, estas não seriam certamente inexistentes, pois Qayrawan, capital aglábida, era o entreposto mais importante onde chegavam as inovações abássidas, que depois eram transferidas a Córdova.

Note-se que o emir de Córdova, quando recebe a notícia do soberano norte africano Aflah ben 'Abd al-Wahab ben Rustum, que se gaba da destruição que inflige à cidade palatina fundada pelos aglábidas, al-Abbassya, envia-lhe 100.000 dracmas como recompensa pelo seu feito⁴⁰. Os rustumidas eram aliás tributários de Córdova, enviando uma embaixada em 822 à capital do al-Andalus⁴¹. Este importante dado, transmitido por Ibn Khaldun, revela que o emir do al-Andalus estaria muito bem informado em relação à situação política do norte de África e que se imiscuía directamente nos seus assuntos. Neste caso, resulta evidente que apoiava os soberanos que declaravam guerra aos aglábidas. Estaria a par destes acontecimentos, por intermédio dos seus tributários. Apesar de certamente não ver com bons olhos a rápida expansão dos aglábidas no Mediterrâneo, não pretenderia um ataque directo, já que Qayrawan se revelava um importante entreposto comercial, deixando essa difícil empresa para aqueles directamente afectados, os bizantinos.

Para entendermos a perda que é infligida a Bizâncio, não esqueçamos a situação estratégica primordial da Sicília, como território de articulação entre uma e outra margem do Mediterrâneo. Recorde-se que em 663 o imperador Constante II muda a sua capital para Siracusa, pois desde a Sicília poderia não apenas controlar os ataques da expansão árabe, mas também os ataques lombardos⁴².

Central também é entendermos que Teófilo era, tal como o emir 'Abd ar-Rahman II, um soberano que abria a sua corte às influências abássidas. Segundo Ostrogorsky, o reinado deste imperador coincide com a época de maior influência da cultura árabe sobre o mundo bizantino, autor que associa esta influência ao zelo iconoclasta do imperador Teófilo⁴³. Este autor afirma mesmo que Teófilo constrói a sua figura à semelhança do exemplo protagonizado pelo califa abássida Harun ar-Rashid.

O fascínio que a cultura árabe-muçulmana exercia em Teófilo levá-lo-á a sentir-se suficientemente à-vontade para enviar emissários até a um potentado muçulmano no extremo

³⁷ Lévi-Provençal, "Espania Musulmana", Tomo IV, 158.

³⁸ *Ibidem*, 205.

³⁹ *Idem*, 158.

⁴⁰ Ibn Khaldun, *Histoire de l'Afrique sous la Dynastie des Aglabites*, 112.

⁴¹ Lévi-Provençal, "Espania Musulmana", Tomo IV, 159.

⁴² George Ostrogorsky, *History of the Byzantine State*, 122.

⁴³ *Ibidem*, 206.

ocidental europeu. Este fascínio revela também a fragilidade de Bizâncio no quadro imperial da época, já que um século e meio antes o seu império havia sido o modelo para os califas muçulmanos, então em expansão, sendo que neste momento a hegemonia dos abássidas é palpável até pela forma como as cortes circundantes bebem dos modelos que ditam.

Conclusão

Os omíadas de Damasco eram então conhecidos pelos bizantinos como detentores de uma frota naval que ameaçava o poder imperial frequentemente. Apesar da conquista de Creta e de Palermo terem sido levadas a cabo por piratas andaluzes que estariam alienados do poder central omíada, o emir 'Abd ar-Rahman II era também detentor de uma frota marítima que usava não apenas para defesa do seu território ibérico, mas também para defender os seus interesses no norte de África.

Em modo de síntese, recorde-se que em 826 os aventureiros do arrabalde de Córdova tomam Creta. Esta ilha constituía uma das principais bases estratégicas do Mediterrâneo, desde a qual os aventureiros lançam ataques contínuos na área circundante bizantina e, apesar das inúmeras tentativas, Bizâncio só conseguirá recuperá-la quase um século e meio depois. Um ano depois da tomada de Creta, a Sicília é conquistada pelos aglábidas, o que, segundo Ostrogorsky, resulta na perda de predominância bizantina no Mediterrâneo⁴⁴.

Relembre-se ainda a tomada definitiva de Palermo em 830 com a ajuda de piratas provenientes do al-Andalus.

Apesar da existência de Bizâncio não estar directamente ameaçada, pois a capital do império muçulmano, Bagdad, estava demasiado longe de Constantinopla, a supremacia dos bizantinos sofre outro golpe em 838 com a tomada de Amorio, importante fortaleza da Anatólia. Como também já atrás mencionado, a tomada desta cidade parece despoletar o envio de embaixadas aos francos e aos venezianos.

A partir do século IX há a entrada em cena desta nova potência localizada no extremo ocidental do mar comum e que emerge das ruínas, quase um século depois, do império construído por Damasco. O al-Andalus, governado pelo poder omíada de Córdova, herdeiro directo, ou pelo menos assim se proclamava, dos califas omíadas de Damasco, adquire a sua identidade cultural distinta no século IX, pela mão do emir 'Abd ar-Rahman II. Esta construção identitária que 'Abd ar-Rahman II protagoniza logra o reconhecimento da legitimidade territorial e cultural omíada, não só aos olhos dos seus súbditos, mas também em relação a poderes imperiais como o de Bizâncio.

Teófilo percebe que poderia usar o perigo hispânico em seu favor. Também compreende que este poder controla praças e possui tributários no norte de África, e que, se assim o desejasse, poderia comandar os seus tributários e quiçá mover as suas forças em aliança com as do *basileus* na tentativa de recuperação de Creta ou Palermo, já que não é credível que Teófilo colocasse alguma esperança no emir de Córdova no sentido de recuperar Amorio. Amorio estava demasiado longe e seguramente que o emir não tiraria qualquer partido em aventurar o seu exército tão longe e em terras abássidas. Ainda que o poder de Córdova estivesse em ascensão, não parece ter pretensões ou ser capaz de enfrentar os abássidas, ou se assim fosse já se teria sentido suficientemente forte para adoptar a denominação de califado, o que só acontecerá em 929. Por outro lado, a Sicília pertencia agora aos aglábidas, protegidos também dos abássidas, inimigo que não poderia enfrentar.

Teófilo, ao contactar com o emir 'Abd ar-Rahman II coloca ênfase especial na situação de

⁴⁴ *Idem*, 206.

Creta por ser esta a que mais directamente poderia dizer respeito ao emirado peninsular, quase sugerindo que 'Abd ar-Rahman II não tinha autoridade para controlar os seus súbditos, que empreendem capturas no Mediterrâneo sob o nome de um líder não reconhecido.

É apontado pela bibliografia mencionada neste artigo que a troca de embaixadas entre os dois poderes se interrompe abruptamente até ao século seguinte, contudo isto pode ser explicado pela declaração de paz entre Teófilo e al-Mu'assim em 841, sendo que o *basileus* já não necessitará de recorrer a outros poderes paralelos.

Creta, Sicília e Amorio. A combinação destes três desastres para Bizâncio faz despoletar a primeira embaixada bizantina enviada por Teófilo. O seu enfraquecimento no Mediterrâneo e o facto destes aventureiros, que conquistam Creta e que ajudam à tomada de Palermo, serem provenientes do al-Andalus, cria o pretexto que o *basileus* necessitava não só para entrar em contacto com o emir omíada, como também para solicitar o seu apoio, já depois do propósito das suas embaixadas às cortes veneziana e franca ter falhado.

Emanuel Cardoso Pereira*

Concelhos e ordens militares na Idade Média. Relações de dependência e de confronto dos séculos XII a XIV – síntese do seu estudo e novas perspectivas.

R E S U M O | *O trabalho apresentado tem como objetivo o estudo das cartas de foral outorgadas pelas Ordens Militares no período da reconquista cristã, de D. Afonso Henriques até D. Dinis, procurando sintetizar os vínculos entre os dois poderes. Em complemento, visa também o estudo das sentenças régias relativas a conflitos de interesses que despontaram entre concelhos e Ordens Militares desde o reinado de D. Afonso III até D. Afonso IV.*
Palavras-chave: Concelhos; Ordens Militares; Reconquista cristã; Forais.

A B S T R A C T | *The presented work aims to study the municipal charters granted by the Military Orders in the period of Christian reconquest, since D. Afonso Henriques until D. Dinis, seeking to understand the connections between the two powers. In addition, it also aims to study the royal rulings on conflicts of interest that emerged between municipalities and Military Orders on the reign of King D. Afonso III until Afonso IV.*
Key words: Municipalities; Military Orders; Christian Reconquest; Charters.

Introdução

A rede organizativa do espaço medieval português caracterizou-se pelo entrecruzamento de poderes. No seu contexto, observa-se ao longo dos séculos, por exigência de vários condicionalismos, um conjunto de mutações que culminaram num complexo xadrez político, económico-social e administrativo, muito do qual ainda está por compreender. Neste emaranhado, destacam-se os concelhos e os senhorios das Ordens Religiosas e Militares durante o processo de reconquista cristã, na estruturação do governo medieval português.

Estes dois poderes criaram reais relações de dependência, veiculadas através dos atos escritos, legitimados pelo direito, pelas cartas de foral, conhecidas também por forais *velhos*¹, por distinção com os chamados forais *novos* ou Manuelinos. Estas cartas operavam como a matriz organizativa das populações concelhias a vários níveis. Tanto monarcas, como senhores, as outorgaram, distinguindo-se entre forais régios e forais particulares de acordo com a sua proveniência. Nestes últimos, as Ordens Militares foram agentes de concessão de primeira relevância.

A temática municipal medieval, sob diversas ideologias e contextos, atraiu a atenção de vários estudiosos, tanto na área da História como na do Direito, como revela o texto de síntese

* Mestre em História Medieval e do Renascimento, doutorando em História pela FLUP e Investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

¹ Publicados por Alexandre Herculano nos: *Portugaliae Monumenta Historica, vol. I Leges et Consuetudines* (Olisipone: s.n. 1856). (P.M.H. – L.C.)

de pendor historiográfico de Maria Helena da Cruz Coelho². Ao analisarmos a evolução da historiografia verifica-se a mutação que sofreu o estudo do municipalismo, desde a compreensão dos concelhos a nível mais político-institucional até à sua relevância nas dinâmicas de poder no período da reconquista e ao papel social que desempenharam.

Entretanto, apesar do bom número de estudos sobre o municipalismo, há que realçar a existência de um longo caminho a percorrer na explicação das relações outrora existentes entre um considerável número de concelhos e os senhorios em que estavam integrados, e dos quais dependiam, quer os senhores fossem personalidades laicas ou instituições eclesásticas diocesanas, como mitras, cabidos, ou Ordens Religiosas Monásticas e, para o nosso caso concreto, quer fossem Ordens Religioso-Militares.

Alicerçadas pelo conjunto de estudos existentes e pela sua própria importância, as Ordens Militares conquistaram o seu espaço na historiografia portuguesa³. As Ordens, no contexto da reconquista Ibérica, desempenharam um papel preponderante nas relações de fronteira entre os reinos cristãos a nível político e jurisdicional, embora aqui também surgissem conflitos de interesses⁴. As funções e as responsabilidades militares dos Concelhos e das Ordens Militares, no plano da reconquista, obrigam-nos, também, a recorrer à historiografia militar⁵ para uma melhor compreensão das relações destes dois poderes, devido às suas dependências no domínio bélico.

Assim, a intercessão entre a historiografia municipal, militar e das Ordens Militares permitiu-nos recolher uma série de referências que viabilizou uma reconstrução sobre as suas relações de dependência e os confrontos, que contribuem para uma melhor compreensão das relações dos poderes regionais, no reino medieval português.

1. Breve contextualização das Ordens Militares e dos concelhos na reconquista.

A Reconquista Ibérica foi acompanhada por uma sistemática operação de repovoamento e valorização das zonas devastadas ou desocupadas. Proporcionou aos Cristãos do Norte e a Cristãos estrangeiros, sobretudo Francos, um território especialmente favorável à sua instalação⁶, sendo bem conhecido o papel que senhores e cavaleiros Francos tiveram durante as Cruzadas⁷. Assim, o fenómeno das cruzadas permitiu a instalação das Ordens Militares Internacionais no Condado Portucalense, inserido no objetivo comum da cristandade na luta contra o Islão⁸.

D. Afonso Henriques, para conquistar os seus intentos político-militares, vê na Ordem do Templo, e em particular na sua vertente militar, e, na Ordem do Hospital, e em particular na sua vertente assistencial de fundo religioso, aliados determinantes para afirmar-se como monarca na

² Maria Helena da Cruz Coelho, "Municipal Power," in *The Historiography of Medieval Portugal (1950-2010)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 209-230.

³ Luís Filipe Oliveira et al., "The Military Orders," in *The Historiography of Medieval Portugal (1950-2010)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 425-457.

⁴ Carlos Ayala Martínez, "Frontera castellano-portuguesa Y órdenes militares: problemas de jurisdicción, ss. XII-XIII," in *III Jornadas de cultura hispano-portuguesa: Interrelación cultural en la formación de una mentalidade, siglos XII al XVI. Actas del simpósio*, (Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999), 51-92.

⁵ Miguel Gomes Martins e João Gouveia Monteiro, "The Medieval Military History," in *The Historiography of Medieval Portugal (1950-2010)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 459-481.

⁶ Jaques Le Goff, *A civilização do Ocidente Medieval* (vol. I, 2ª ed., Lisboa: Ed. Estampa, 1995), 92-102.

⁷ Kenneth M. Setton, *A History of Crusades: The first Hundred Years*, (vol. I, Madison-Milwaukee-London: The University of Wisconsin Press, 1975), 45-77.

⁸ Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Luís Filipe Oliveira, "As Ordens Militares no reino de Portugal," in *As Ordens Militares na Europa Medieval* (Lisboa: Chaves Ferreira – Publicações S.A., 2005), 137-167.

Península Ibérica⁹. Com efeito, a Ordem do Templo adquire grandes domínios senhoriais entre o Mondego e o Tejo com a responsabilidade de os defender¹⁰, enquanto o Hospital adquire um vasto património senhorial espalhado entre o Norte até ao Mondego, no âmbito das peregrinações a Santiago de Compostela¹¹.

Os problemas sentidos pela cristandade na defesa dos reinos latinos de Jerusalém traduziram-se numa redução do auxílio prestado pelos cruzados do norte da Europa na Península Ibérica, obrigando os monarcas Ibéricos à criação de novas Ordens Militares.¹² Portanto, estas necessidades conduziram à instalação da Leonesa Ordem de Santiago, essencialmente, na bacia do Tejo e do Sado¹³ e da Portuguesa Ordem de Avis no alto Alentejo interior¹⁴. Com o avanço da reconquista até ao seu definitivo desfecho, no caso do reino de Portugal, as Ordens ampliaram os seus domínios territoriais, através de várias doações de castelos com os seus termos¹⁵, os quais dinamizaram e povoaram a partir da concessão de cartas de foral, instituindo assim concelhos sobre a sua dependência e autoridade.

A carta de foral legitimava juridicamente o concelho e *reconhecia a uma comunidade de homens livres regras de existência próprias e a capacidade de deliberarem e assumirem o poder local*¹⁶. O foral concedia estas regalias consoante as realidades naturais, económicas, sociais e culturais da comunidade, mas a sua outorga estava condicionada pelos interesses de reis e senhores com influência direta nesse território.

O estabelecimento de concelhos nas linhas de fronteira mostrou-se uma estratégia útil, no contexto de reconquista, onde os forais privilegiavam amplamente a cavalaria vilã nos planos económicos, sociais e jurídicos, incentivando estes cavaleiros e outros povoadores a fixarem-se nas zonas de fronteira. A guerra era entendida, quer pelos que intervinham, quer pelos que a dirigiam (reis e senhores), como uma atividade rentável, existindo uma espécie de concertação social em que todos ganhavam com os saques e os despojos de guerra¹⁷.

Deste modo, as cartas regulamentavam a comunhão dos interesses, a necessidade de os membros da coletividade se conciliarem acerca do cumprimento das obrigações coletivas e do usufruto dos direitos e privilégios, existindo a consciência de entidades sociais distintas, organizadas em reuniões de assembleias dos interessados, designados por *concilium*, onde se escolhiam magistrados encarregados de reger a coletividade¹⁸.

Sem querer ocupar-nos sobre as evoluções e as classificações tipológicas das cartas de foral, como o fizeram Alexandre Herculano, Eduardo Hinojosa, Torquato de Sousa e outros autores¹⁹, referenciemos apenas algumas breves considerações sobre as *famílias foraleiras* em que se podem agrupar os documentos em análise. Na nossa classificação tipológica seguimos

⁹ Maria Alegria Fernandes Marques, “A viabilização de um reino,” in *Nova História de Portugal*. III Vol., *Portugal em Definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Carvalho Homem (Lisboa: Presença, 1996), 22-37.

¹⁰ Maria Cristina Fernandes, “A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)” (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2009) (disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20317> - consultada em 2/02/2014).

¹¹ Paula Pinto Costa, “A Ordem Militar do Hospital em Portugal (séculos XII-XIV)” (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 1993).

¹² Adeline Rucquoi, *História Medieval da Península Ibérica* (Lisboa: Ed. Estampa, 1995), 167-174.

¹³ Mário Sousa Cunha, “A Ordem Militar de Santiago (das Origens a 1327)” (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 1991).

¹⁴ Maria Cristina Cunha, “A Ordem Militar de Avis (das Origens a 1329)” (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 1989).

¹⁵ *Documentos Medievais Portugueses*. Documentos Régios. Ed. Rui de Azevedo, (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940), docs. 96, 271, 281, 294, págs. 120, 344, 370, 388; *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Ed. Rui de AZEVEDO, P. Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, (Coimbra: s.n., 1979), docs. 14, 65, 73, 100, 162, págs. 22, 101, 112, 160, 250.

¹⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, “Concelhos” in *Nova História de Portugal*. III Vol., *Portugal em Definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Carvalho Homem (Lisboa: Presença, 1996), 558.

¹⁷ James F. Powers, *A Society Organised for War: The Iberian Municipal Militias in the Middle Ages (1000-1284)* (Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press, 1988) (disponível em <http://libro.uca.edu/socwar/war.htm> - consultado a 4-02-2014).

¹⁸ Marcello Caetano, *História do Direito Português (1140-1495)* (Lisboa-S. Paulo: Editorial Verbo, 1981), 219-240.

¹⁹ Para um aprofundamento desta questão, veja-se: Coelho, *Municipal Power*, 209-230.

o paradigma de António Matos Reis, na sequência dos atrás referidos. Neste sentido, os documentos designados como cartas de foral podem classificar-se em três principais categorias. As de pendor exclusivamente agrário, individuais ou coletivas, que estabelecem as condições de exploração da terra e as obrigações a que elas estão sujeitas; as que determinam o regulamento jurídico-administrativo das comunidades, contendo determinadas bases de organização interna e regulando as suas relações com o poder régio ou, no nosso caso, as Ordens Militares; e, por fim, as que definem com mais exatidão as regras de regulamentação interna da comunidade que resultam de uma compilação progressiva dos *foros* ou *costumes* aí reconhecidos²⁰.

2. Análise dos forais segundo os seus modelos jurídicos.

A pesquisa que desenvolvemos permite-nos afirmar que as cartas se podem inserir na segunda e terceira categoria que assinalamos (as que determinam o regulamento jurídico administrativo das comunidades e as que resultam da compilação progressiva dos *foros* ou *costumes*), com exceção do foral de Ferreira do Zêzere. Com efeito, as referidas categorias inserem-se, *grosso modo*, em grandes tipologias regionais em que os forais das principais vilas e cidades podiam influenciar ou até ser literalmente copiados para localidades periféricas e circundantes, que absorviam ou adotavam o seu modelo jurídico. Assim, dividimos os forais em cinco grandes famílias, de acordo com a influência das suas cláusulas e regiões, distinguindo-os pelos modelos de: Zamora-Bragança (1187); Coimbra (1111); Salamanca-Numão (1130); Coimbra-Santarém-Lisboa (1179) e Ávila-Évora (1166). Posto isto, verificamos que as Ordens Militares outorgaram 28 cartas de foral²¹, distribuídas pelas cinco tipologias que descrevemos como se pode verificar no mapa que se segue.

²⁰ António Matos Reis, *Origens dos Municípios Portugueses* (2ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 2002), 18-33.

²¹ P.M.H. – L.C., 385, 386, 388, 398, 399, 402, 404, 543, 512, 566, 577, 586, 595, 620, 621, 624, 626, 630, 634, 636, 645, 701, 708, 720; Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Ordem de Avis*, maço 2, nº 117; ANTT, *Gaveta 15*, maço 9, nº 18; Mário Cunha, *A Ordem Militar de Santiago*, 231.

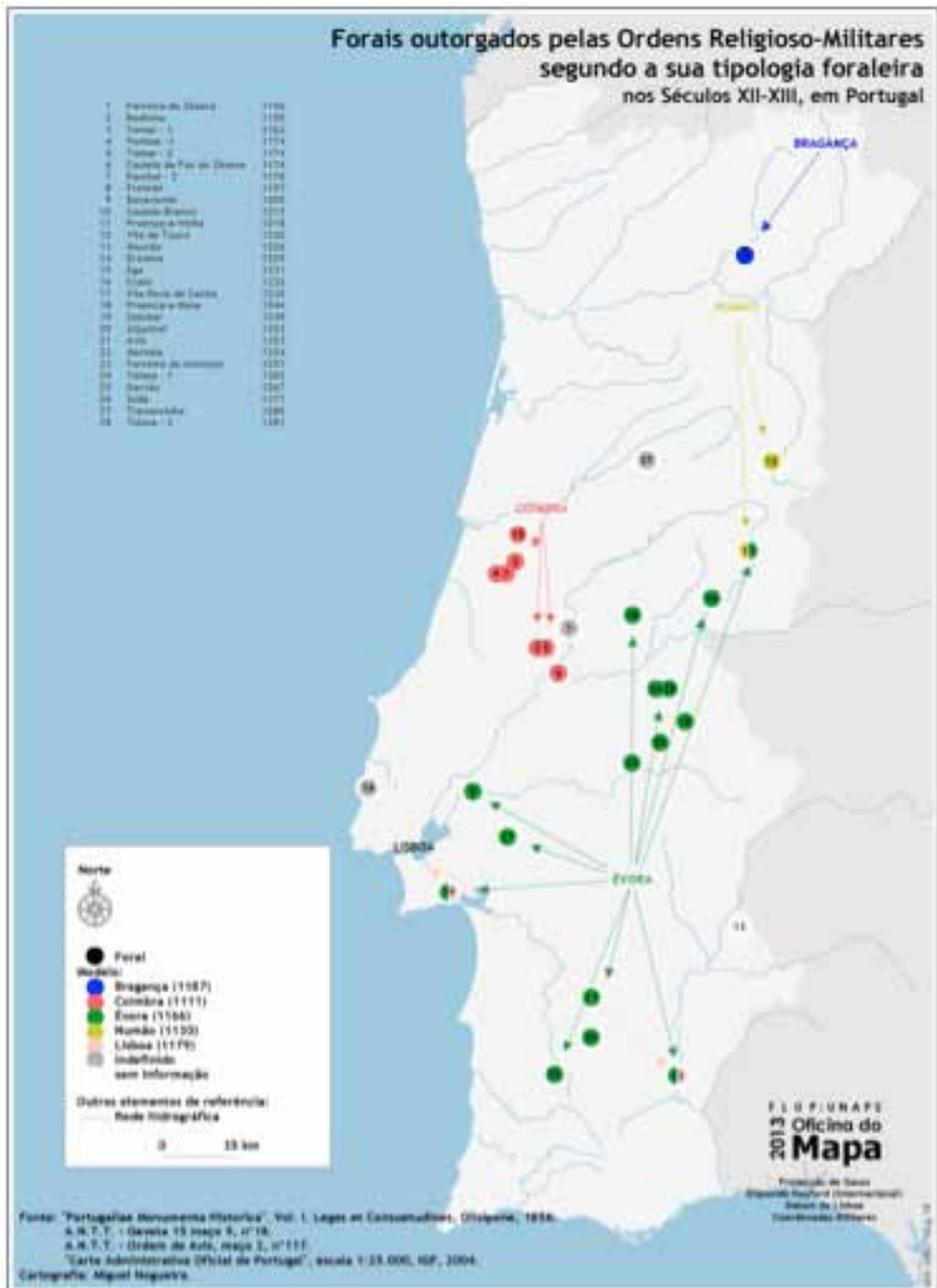


Figura 1 – Forais outorgados pelas Ordens Religioso-Militares segundo a sua tipologia foraleira nos Séculos XII-XIII, em Portugal.

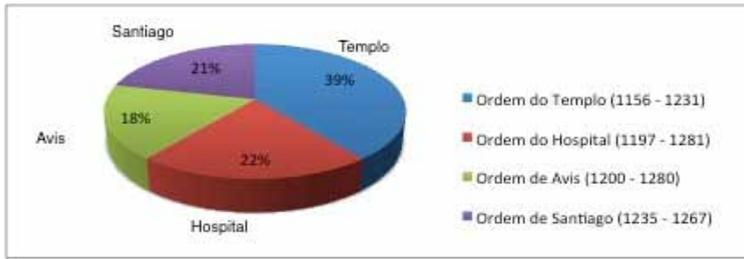


Figura 2 – Forais outorgados pelas Ordens Militares.

Conforme se pode verificar na Figura 2, só a Ordem do Templo outorgou quase metade da totalidade dos forais, na segunda metade do século XII e no primeiro quartel do XIII. Este fenómeno demonstra a grande influência e autonomia que a Ordem, numa primeira fase da reconquista, desempenhou no povoamento do território Português, sobretudo no reinado de D. Afonso Henriques. Face ao posicionamento da Ordem do Hospital junto à linha de fronteira em 1194 e às doações de territórios a sul do Tejo às Ordens de Avis e Santiago, denota-se, no século XIII, o início de um ciclo repovoador por parte destas três Ordens, em detrimento da Ordem do Templo, distribuindo-se a outorga de forais mais ou menos equitativamente entre si.

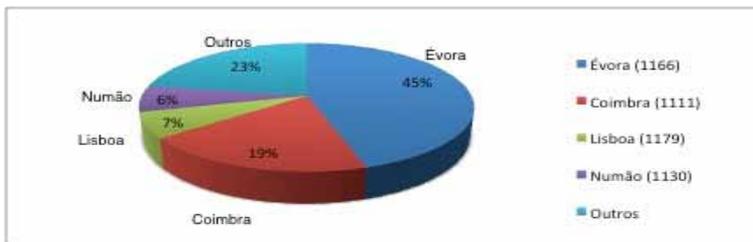


Figura 3 – Modelos jurídicos adotados pelas Ordens Militares nos seus forais.

Como se verifica na Figura 3, dedicada à representação dos modelos jurídicos adotados pelas Ordens Militares no que toca à matéria em estudo, 64% dos forais tiveram como modelo o de Coimbra e o de Évora. Nas terras entre o Mondego e o Tejo, de acentuada presença Templária, destaca-se a adoção e disseminação do modelo de Coimbra. A sul do Tejo, todos os forais das Ordens Militares adotaram e difundiram do modelo de Évora. Apenas Setúbal e Mértola incorporaram os foros de Lisboa, mas só nas questões relativas ao rio e ao mar. Por fim, o foral de Numão serviu como modelo para a Beira interior, onde se situavam a Vila de Touro e Proença-a-Velha, domínios que a Ordem do Templo possuía na fronteira com o reino de Leão. Os 21% classificados como *outros* representam cartas de foral nas quais não nos foi possível determinar qualquer tipo de modelo, devido ao conjunto de cláusulas atípicas com que se apresentam.

Para além da concessão de forais como mecanismo de povoamento, as Ordens Militares

utilizaram outros dois: os castelos²² e as comendas²³. Como em todo espaço cristão em guerra com os muçulmanos, quer a Ocidente quer a Oriente, as atitudes colonizadoras assentaram em mecanismos políticos (tenências), territoriais (estabelecimento de comendas), jurídicos (concessão de cartas de foral) e militares (fortificação de cidades e vilas). Através de uma análise cronológica das doações das terras por parte dos monarcas às Ordens Militares, da edificação dos castelos, do estabelecimento de comendas, das localidades a que se reportam os forais consignados na nossa investigação, podemos defender que há uma estreita relação entre estes mecanismos.²⁴

3. Economia e sociedade nos forais das Ordens Militares.

Nas categorias sociais observamos que, juridicamente, os moradores dos concelhos detiveram algumas regalias ao nível dos seus estatutos, principalmente os cavaleiros, e também os peões que legalmente podiam ascender na hierarquia social²⁵. Esta situação clarifica-se atendendo ao seu papel essencial e ao seu contributo, tanto para a defesa, como para os ataques às possessões muçulmanas, onde ingressavam nas hostes e contingentes das Ordens Militares²⁶.

Socialmente, o modelo condal coimbrão e o modelo régio de Évora apresentam-se com propósitos muito idênticos, na medida em que ambos se adaptavam à sociedade militarizada de fronteira, mas em tempos diferentes. Os dois modelos reportavam-se a um contexto de guerra próxima, em que esta surgia não apenas como uma ameaça, mas como uma atividade presente, tendo em linha de conta a proximidade islâmica. Os forais posteriores, embora continuassem a invocar critérios militares para justificar a superioridade de determinados grupos e a cedência específica de privilégios, faziam-no num contexto em que a guerra com os muçulmanos se encontrava já afastada dos campos limítrofes de vários concelhos (sobretudo os forais de modelo eborense) que foram agraciados com carta de foral. Assim, não apenas era legitimada a superioridade militar dos cavaleiros vilãos, mas também um conjunto de privilégios que os reconhecia como o grupo dominante na conjuntura social dos concelhos das Ordens Militares, primeiro, de uma forma embrionária, no modelo condal de Coimbra e, depois, no modelo eborense, de uma forma um pouco mais delineada²⁷.

A outorga dos forais por parte das Ordens Militares, permitiu um projeto economicamente viável para a manutenção das suas imponentes fortificações e respetivas guarnições que

²² Mário Jorge Barroca, “Os Castelos das Ordens Militares (séc. XII-XIV)”, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Atas do Simpósio Internacional sobre Castelos, (Lisboa: Colibri, 2002), 535-546; Mário Jorge Barroca, “A Ordem do Hospital e a Arquitetura Militar em Portugal (Sécs. XII a XIV)”, in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. Atas do III Congresso de Arqueologia Peninsular, (Porto: ADECAP / UTAD, vol. VII, 2000), 187-211; Nuno Villamariz Oliveira, *Castelos Templários em Portugal (1120-1314)* (Lisboa: Êsquilo, 2010), 261-673; Humberto Baquero Moreno, “Os Castelos da Ordem de Avis no século XV,” in *A História Militar de Portugal no Século XIX*. Separata das atas do IV Colóquio (Lisboa: s.n. 1993), 2-3; Isabel Cristina Fernandes, “Castelos da Ordem de Santiago: A região do Sado,” in *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. Atas do III Congresso de Arqueologia Peninsular, (Porto: ADECAP / UTAD, vol. VII, 2000), 169-185; José Marques, “Os castelos Algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III.” *Separata da Revista Camoniana*, nº13 (1986): 9-32.

²³ Paula Pinto Costa, “As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos,” in *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Atas do Seminário Internacional (Porto: CEPES – Civilização Editora, 2009), 9-24; Para o estudo das comendas de cada Ordem Militar na nossa cronologia, veja-se: Paula Pinto Costa, *A Ordem Militar do Hospital*, 57-63; Maria Fernandes, *A Ordem do Templo*, 112-119; Maria Cristina Cunha, *A Ordem Militar de Avis*, 54-58; Mário Sousa Cunha, *A Ordem Militar de Santiago*, 214-236.

²⁴ Para um aprofundamento desta questão, onde estão inventariados os castelos e as comendas ao cuidado das Ordens Militares, veja-se: Emanuel Cardoso Pereira, “Concelhos e Ordens Militares na Idade Média. Relações de dependência e de confronto dos séculos XII a XIV.” (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 2013), 37-56.

²⁵ *P.M.H.* – L.C., 389, 392, 398, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

²⁶ Pedro Gomes Barbosa, “Guerra de presúria, fossado e algara. A fronteira portuguesa (da segunda metade do séc. IX a inícios do XII),” in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)* (Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005), 95-102; Manuel Sílvio Conde, “Fronteira, Guerra e organização social do espaço: o Vale do Tejo, entre muçulmanos e cristão (séculos IX-XIII),” in *Muçulmanos e Cristãos Entre o Tejo e o Douro (séc. VIII-XIII)* (Palmela/Porto: C.M. Palmela/FLUP, 2005), 43-52.

²⁷ Emanuel Cardoso Pereira, 58-63.

provavelmente teriam custos avultados²⁸. Assim, as Ordens Militares cobravam uma parte sobre as produções locais, como o vinho, azeite, linho, cereais, assim como das criações de gado e da transumância e também da recolha de madeira²⁹. As Ordens Militares recolhiam também importantes impostos sobre as mercadorias que circulavam no reino que eram cobradas a título de portagem nos seus concelhos; como também eram cobrados impostos sobre as pescas nos concelhos de Mértola, Ericeira e Setúbal³⁰ e ainda neste último a exploração do sal³¹.

As Ordens Militares, embora cobrassem vários impostos, concediam algumas regalias fiscais aos moradores dos seus concelhos, principalmente, sobre os impostos dos meios de produção como fornos, tendas e moinhos e protegiam legalmente os bens e a propriedade dos seus moradores. Estas medidas serviam para a captação de povoadores para os perigosos territórios das raiais e das fronteiras com os muçulmanos, agrupando desta forma recursos humanos para fazer a guerra e contribuir para o sustento das suas instituições e para a “máquina” de guerra através da mobilização das milícias concelhias.³²

A leitura dos forais parece indicar que as milícias concelhias dos concelhos das Ordens Militares estavam para os Mestres das Ordens como os concelhos régios estavam para o rei³³. Os forais de Tomar (1162) e Pombal (1174) expressam que, de todos os saques do fossado, um quinto dos despojos de guerra reverteriam a favor do Mestre do Templo, exceto nos casos em que as expedições contavam com a presença do rei.³⁴ O exemplo claro da mobilização das milícias concelhias por parte do Mestre ocorreu em Vila de Touro, onde o mestre do Templo estipula que as milícias do concelho só façam fossado apenas com o Mestre ou com a sua autorização³⁵.

Os forais inseridos no modelo de Coimbra (1111) e, principalmente, no de Évora (1166) demonstram que a sociedade de fronteira permitia uma alavancagem social. No século XIII, os concelhos não eram ainda espaços fechados à mobilidade social como vai acontecer no século XIV, como já referiu Hermínia Vilar³⁶. Importa também salientar, segundo Luís Oliveira, para além de elementos da nobreza, as Ordens Militares recrutavam cavaleiros das oligarquias urbanas no século XIV³⁷. Assim, é credível que possa existir uma relação entre a mobilização das milícias concelhias para a guerra e do recrutamento desses homens para os quadros internos das Ordens

²⁸ Carlos Ayala Martínez, “Las fortalezas castellano-leonesas de las Órdenes Militares. Problemas de control político y financiación (siglos XII-XIV),” in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Atas do Simpósio Internacional sobre Castelos (Lisboa: Colibri, 2002), 549-569; Jesús Molero García, “Los castillos de Órdenes Militares como agentes de feudalización,” in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média* (Porto: FLUP/Civilização Editora, 2003), 591-597.

²⁹ Maria Rosa Ferreira Marreiros, “Os proventos da terra e do mar,” in *Nova História de Portugal*. III Vol., *Portugal em Definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Carvalho Homem (Lisboa: Presença, 1996), 400-464; Francisco Ruiz Gomez, “La economía ganadera y los dominios de las órdenes militares en la Mancha en siglo XII,” in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média* (Porto: FLUP/Civilização Editora, 2003), 415-424.

³⁰ *P.M.H. – L.C.*, 389, 392, 398, 512, 566, 577, 595, 624, 626, 630, 636, 645, 701, 708, 720.

³¹ Virgínia Rau, *Estudos sobre a exploração do sal português* (Lisboa: Editorial Presença, 1984).

³² Emanuel Cardoso Pereira, *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média*, 64-75.

³³ Mário Jorge Barroca, “Organização territorial e recrutamento militar (da reconquista a D. Dinis),” in *Nova História Militar de Portugal (séc. XI-XV)*. I Vol., (Lisboa: Círculo de leitores, 2003), 69-94; José Marques, “Povoamento e defesa na estruturação do estado medieval português.” *Revista da Faculdade de Letras – História* (II série, vol. 8, 1988), 9-34 (disponível in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6441.pdf> - consultada em 05/08/2014).

³⁴ *P.M.H. – L.C.*, 389, 398.

³⁵ *P.M.H. – L.C.*, 586.

³⁶ Hermínia Vasconcelos Vilar, “A construção de uma identidade urbana no séc. XIII. O caso do Sul de Portugal.” *Anales de la Universidad de Alicante – História Medieval* (nº 16, 2010), 133-156 (disponível in <http://publicaciones.ua.es/filespublici/pdf/02122480RD24609317.pdf> - consultada em 7/02/2014).

³⁷ Luís Filipe Oliveira, “A Coroa os Mestres e os Comendadores: As ordens militares de Avis e Santiago (1330-1349)” (Diss. Doutoramento Universidade do Algarve, 2006); Luís Filipe Oliveira, “Fidalgos, Cavaleiros e Vilãos: As Ordens Militares de Avis e Santiago (1330-1449),” in *Militarium Ordinum Analecta. XI Vol.*, (Porto: Civilização Editora/Cepese, 2009), 145-162 (disponível in <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/moa-11> - consultada em 7/02/2014).

Militares, sobretudo, para as novas terras conquistadas organizadas em comendas.³⁸ Os forais por nós analisados permitem verificar que os comendadores tinham várias funções que eram destinadas às magistraturas municipais, interferindo, assim, na administração municipal.

4. Administração e justiça nos forais das Ordens Militares.

Ao longo deste texto averiguamos as dependências militares, económicas e sociais das Ordens Militares e dos seus concelhos. Assim, isto leva-nos a questionar quem eram os agentes que articulavam a organização social, económica e militar dos concelhos com a matriz senhorial das Ordens Militares, assim como as suas competências.

Durante as primeiras fases da reconquista em que os monarcas não dispunham de grandes recursos humanos e financeiros e em que a guerra estava no centro das suas fundamentais preocupações, o regime senhorial manifestou-se como um sistema eficaz para orientar e controlar as populações, em articulação com os poderes públicos³⁹. Assim, as Ordens Militares possuíam senhorios de norte a sul do reino, onde elas próprias detinham os seus oficiais administrativos e judiciais que exerciam as magistraturas por delegação dos Mestres⁴⁰. Um caso paradigmático, estudado por Rosa Marreiros, ocorreu no senhorio da Ordem do Hospital em Amarante⁴¹. Contudo, o nosso enfoque é um pouco diferente, pois o objetivo é averiguar os oficiais municipais e as suas competências.

A presença das Ordens Militares nos seus concelhos era uma realidade importante, e de uma forma mais explícita nos concelhos situados a norte do Tejo, como os de Tomar, Pombal, Castelo do Zêzere e Vila do Touro.⁴² Aí colocavam os seus mordomos e meirinhos para reclamar e zelar pelos seus interesses e, em alguns casos, também os comendadores tinham legitimidade jurídica para atuarem nos concelhos. Os concelhos, juridicamente, tinham determinadas formas de autonomia, como escolher o seu juiz e o alcaide local. A sul do Tejo, de uma forma menos explícita, os oficiais eram escolhidos pelos concelhos, mas, estavam subordinados à confirmação dos Mestres.

O que parece indicar que existia uma espécie de *sistema misto* em que, por um lado, os concelhos detinham a sua autonomia administrativa e judicial, maior em alguns casos do que noutros, e, por outro lado, eram inspecionados pelos oficiais das Ordens Militares para a salvaguarda dos direitos económicos, jurisdicionais e senhoriais nos espaços concelhios. As Ordens Militares, através dos seus agentes, captavam recursos materiais e humanos para o suporte da guerra contra os inimigos, sendo a máquina militar sustentada pelos seus dependentes, tanto os dos seus senhorios como os dos seus concelhos, e estes estavam protegidos pelo seu senhor.⁴³

Na maior parte dos casos, as áreas de atuação dos oficiais senhoriais e dos oficiais municipais eram um pouco misturadas. Facto fundamentado pelas multas e coimas a cobrar, que, na esmagadora maioria dos casos, eram repartidas entre o concelho e a Ordem Militar em questão.⁴⁴ A indefinição das competências entre os oficiais está patente nos forais, não existindo uma clara distinção entre os poderes públicos e os poderes privados, estando eles articulados entre si. Esta

³⁸ Emanuel Cardoso Pereira, *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média*, 76-80; Paula Pinto Costa, *As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos*, 9-24.

³⁹ Judite de Freitas, *O Estado em Portugal (Séculos XII-XIV)* (Lisboa: Alêtheia Editora, 2011), 121-143.

⁴⁰ Maria Rosa Marreiros, "Senhorios," in *Nova História de Portugal. III Vól., Portugal em Definição de Fronteiras: do Condado Portualense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Carvalho Homem (Lisboa: Presença, 1996), 584-602.

⁴¹ Maria Rosa Ferreira Marreiros, "O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (séc. XIII-XIV). Sua organização administrativa e judicial." *Revista de Estudos Medievais* (nº5/6, 1984/1985), 10-38.

⁴² *P.M.H. – L.C.*, 389, 398, 399 e 586.

⁴³ Emanuel Cardoso Pereira, *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média*, 81-91.

⁴⁴ Emanuel Cardoso Pereira, *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média*, 92-98.

situação revelou-se, essencialmente, a partir de inícios do século XIV, bastante complexa e de difícil convivência. A coexistência entre estes dois poderes desembocou num clima de confronto de interesses, nos quais os reis D. Afonso III, D. Dinis e, sobretudo, D. Afonso IV foram sentenciadores assumidos dessas dissidências, na medida em que existiram vários conflitos de natureza diversa entre estes destacando-se litígios económicos, militares e jurisdicionais.

5. Confrontos entre os Concelhos e as Ordens Militares nas políticas de centralização régia de D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV.

Finda a reconquista no espaço do reino de Portugal, os interesses e os próprios equilíbrios de poderes tendem a transformarem-se. A partir de 1250, o reino de Portugal começou a confrontar-se com um novo desafio, o de defender o que outrora havia sido conquistado, face às pretensões dos restantes reinos peninsulares cristãos.⁴⁵ As Ordens Militares e os concelhos vão agora ser chamados a defender e a povoar os territórios limite do reino.⁴⁶

Através das sentenças proferidas por D. Afonso III e D. Dinis encontradas nas suas chancelarias⁴⁷, verificam-se diferentes posturas e diversos interesses nas tomadas de decisão. Contudo, tanto D. Afonso III como D. Dinis entraram em manifesta concordância no sentido de fortalecer o poder régio em detrimento destes poderosos senhorios. O primeiro, dadas as circunstâncias que encontrou na tomada de posse da coroa, implementa uma política delimitadora dos poderes das Ordens não as deixando expandirem-se. Não entrou em choque direto com elas, mantendo um equilíbrio entre os poderes do reino, tentando chegar a acordo entre as Ordens e os concelhos nas suas desavenças. Tanto quanto a documentação deixa perceber, apenas com a Ordem do Templo manifestou alguns atritos.⁴⁸ Por seu turno, D. Dinis já procurou algo mais.

Em consonância com a conjuntura externa, D. Dinis fez um jogo duplo, tanto de benefício, como de controlo sobre as Ordens. Nos confrontos entre os concelhos e estas instituições, beneficia claramente as Ordens do Templo e de Avis, contudo, exige delas cooperação nos seus objetivos políticos para cortarem os laços com autoridades castelhanas e papais.⁴⁹ Neste sentido, a estrutura supra-internacional dos hospitalários esbarrava com a orientação política de D. Dinis, manifestada na determinação de cortar os vínculos das ordens com as autoridades exteriores ao reino de Portugal. Quando despoletou o processo de extinção do Templo, em todos os confrontos

⁴⁵ Leontina Ventura, “D. Afonso III e o desenvolvimento da autoridade régia” in *Nova História de Portugal*. III Vol., *Portugal em Definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Carvalho Homem (Lisboa: Presença, 1996), 123-133; Armando Luís de Carvalho Homem, “A Dinâmica Dionisina,” in *Nova História de Portugal*. III Vol., *Portugal em Definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho; Armando Carvalho Homem (Lisboa: Presença, 1996), 144-160.

⁴⁶ Humberto Baquero Moreno, “As relações de fronteira no século de Alcanices (1250-1350): o Tratado de Alcanices.” *Revista da Faculdade de Letras – História* (II série, vol.15, 1998), 641-653 (disponível in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4026.pdf> - consultada em 5/08/2014). José Marques, “Os municípios na estratégia defensiva dionisina.” *Revista da Faculdade de Letras – História* (II série, vol.15 1998), 524-544 (disponível in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4021.pdf> - consultada em 5/08/2014). Alexandre Pinto, “O Lavrador de Forais: Estudo outorgados por D. Dinis” (Diss. de mestrado apresentada à FLUC, 2007), 41-57.

⁴⁷ *Chancelaria de D. Afonso III. Livro I*. Ed. Leontina Ventura, António Resende de Oliveira (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 vols., 2006), docs. 210, 237, 410, 617, 640, 687, 708, 709. No caso de não nos ter sido possível consultar a chancelaria de D. Dinis seguimos as indicações sobre alguns confrontos referenciados nos seguintes trabalhos: Paula Pinto Costa, “D. Dinis e a Ordem do Hospital: dois poderes em confronto,” in *II Semana de Estudos Alfonsins*. Atas del simpósio (Puerto de Santa Maria: s.n., 2001), 173-184 (disponível in http://institucional.us.es/revistas/alcanate/2/art_13.pdf - consultada em 8/02/2014). Maria Fernandes, *A Ordem do Templo em Portugal*, 212-213; Maria Cristina Cunha, “A Ordem de Avis e a monarquia até ao final do reinado de D. Dinis,” *Revista da Faculdade de Letras – História* (II série, vol.12, 1995), 113-123 (disponível in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2023.pdf> - consultada em 10/02/2014). José Marques, “A Ordem de Santiago e o concelho de Setúbal em 1341,” in *As Ordens Militares em Portugal e no sul da Europa*. Atas do II Encontro sobre Ordens Militares (Lisboa: Colibri - C.M. Palmela, 1997), 285-305. José Marquesa, “O concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336,” *Revista da Faculdade de Letras – História* (II série, vol. 5, 1985), 84-110 (disponível in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2104.pdf> - consultada em 05/08/2014).

⁴⁸ Emanuel Cardoso Pereira, *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média*, 100-103.

⁴⁹ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, “D. Dinis,” in *Reis de Portugal* (2ª ed., Mem Martins: Circulo de Leitores, 2012).

entre os poderes locais da Ordem e os do rei ou os dos municípios, a Ordem é claramente amputada das suas intenções, através de sentenças régias desfavoráveis aos hospitalários⁵⁰.

O reinado de D. Afonso IV é o mais rico em contenciosos entre estes dois poderes.⁵¹ Este facto sugere-nos que, para além da crise económica que marca este reinado e se prolonga pelo final do século XIV⁵², as sucessivas reformas judiciais⁵³ e as sistemáticas amputações de jurisdições e direitos senhoriais⁵⁴ aos senhores do reino, permitiram uma melhor apelação, por parte dos concelhos ao rei, nas denúncias e queixas aos poderosos.⁵⁵

Contudo, causam especial estranheza as confirmações de muitas jurisdições, sobretudo à Ordem do Hospital, sem por parte do monarca inquirições rigorosas. Ao averiguarmos as sentenças dos conflitos entre as Ordens Militares e os concelhos, verificamos que o monarca nunca retira poder, nem jurisdição a estas Ordens, nos casos em que sentencia a favor dos concelhos, reprimindo apenas os abusos de poder. Esta postura de D. Afonso IV para com as Ordens Militares (contrária à sua própria política de centralização) parece ser influenciada pela conjuntura externa do reino de Portugal.

O reinado de D. Afonso IV foi marcado também por guerras e tensões com Castela e contra o reino muçulmano de Granada (até em conjunto com Castela).⁵⁶ O considerável número de fortificações e terras sob o domínio das Ordens Militares nas raiais com Castela⁵⁷ parece determinar um certo cuidado nas relações com estas instituições, dado que o seu apoio militar era determinante no equilíbrio geopolítico peninsular.

Conclusões e novas perspectivas de estudo.

As Ordens Militares encetaram uma profícua estratégia de povoamento, sustentada na adoção dos modelos jurídicos régios, nas outorgas das cartas de foral e no estabelecimento de vastas redes de comendas para sustento dos seus castelos e fortificações. Nesses núcleos de povoamento, as Ordens Militares puderam captar gentes para as suas terras, permitindo a sua ascensão social e, *quicá*, até entrar nos quadros internos das Ordens Militares. Aí também estimularam a exploração económica e a transação de mercadorias, podendo recolher consideráveis impostos resultantes, tanto das produções agrícolas, das atividades marítimas e das criações de gados, como das portagens sobre as mercadorias que circulavam no reino. Deste modo, contribuíam esses rendimentos, tanto para o sustento das estruturas destas instituições, como também para mantimento das suas imponentes fortificações e respetivas guarnições para fazerem a guerra contra os muçulmanos.

Como garantia do cumprimento dos direitos das Ordens Militares nesses espaços,

⁵⁰ Emanuel Cardoso Pereira, 103-106.

⁵¹ *Chancelarias Medievais Portuguesas. Chancelaria de D. Afonso IV (1336-1340)*. II Vol., ed. A. H. De Oliveira Marques; Teresa Ferreira Rodrigues (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992), docs. 19, 21, 56, 105, 125, 175, 198, vol. III, docs. 320, 324, 412.

⁵² A. H. de Oliveira Marques, “A Base Demográfica e Tecnológica,” in *Nova História de Portugal*. IV Vol., *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (Lisboa: Presença, 1986), 19-32.

⁵³ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)* (Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990), 97-203.

⁵⁴ José Marques, “D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais,” in *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Atas do colóquio (Porto: s.n., vol IV, 1990), 1527-1564 (disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56542> - consultada em 12/02/2014).

⁵⁵ Humberto Baquero Moreno, “Estado, Nobreza e Senhoriais,” in *A Gênese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)* (Lisboa: Universidade Autónoma, 1999), 257-267; Maria Helena da Cruz Coelho, “O Estado e as Sociedades Urbanas,” in *A Gênese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)* (Lisboa: Universidade Autónoma, 1999), 269-292.

⁵⁶ A. H. de Oliveira Marques, “As Relações Diplomáticas,” in *Nova História de Portugal*. IV Vol., *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (Lisboa: Presença, 1986), 316-322; A. H. de Oliveira Marques, “A Conjuntura,” in *Nova História de Portugal*. IV Vol., *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (Lisboa: Presença, 1986), 505-530.

⁵⁷ Vejam-se as fortalezas das Ordens Militares cartografadas: Emanuel Cardoso Pereira, *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média*, 43.

especialmente nos concelhos, faziam-se representar pelos seus oficiais, entre os quais mordomos, meirinhos e comendadores, que participavam na recolha dos seus impostos e coimas judiciais, salvaguardando os interesses das Ordens. Contudo, as Ordens Militares reconheciam a autonomia dos seus concelhos, que podiam escolher os seus magistrados sobretudo os juizes, alcaides e outros oficiais (de acordo com cada concelho), salvaguardando estes os direitos dos moradores.

Na sequência dos processos de centralização régia encetados por D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV, foi adotado um conjunto de reformas que os levaram a afirmar o poder da coroa em detrimento dos restantes senhores, sendo criados mecanismos de apelação à corte onde os concelhos denunciaram os abusos dos poderosos do reino. Neste sentido, os monarcas sentenciavam estes acordos em consonância com os seus interesses em determinadas conjunturas, ou seja, umas vezes a favor dos concelhos, outras a favor das Ordens Militares.

Finda a abordagem sintética dos forais das Ordens Militares duas questões se destacam dentro da perspectiva *foraleira* senhorial e das origens e influências dos modelos jurídicos analisados.

Primeiro, o estudo dos forais das Ordens Militares mostra-se útil para uma melhor compreensão sobre os poderes regionais que se constituem no reino durante o processo de reconquista. Neste sentido, parece-nos indispensável analisar os restantes forais particulares (senhoriais), para se alcançar uma melhor visão de conjunto, tendo em vista o esclarecimento do papel dos senhores feudais nas dinâmicas da reconquista, assim como, a dependência mútua que se estabelece com o poder municipal. Maria Helena da Cruz Coelho já elencou, para além dos régios, os forais particulares que constam nas *Leges et Consuetudines*, nas quais contabilizamos um total de 90 forais (sem contar com outros que podem andar dispersos)⁵⁸. Relembramos que, para as Ordens Militares, catalogamos apenas um total de 28 forais particulares. Portanto, parece-nos necessário aprofundar esta questão, visto que ainda falta analisar grande parte destes forais, nesta perspectiva.

Segundo, nos modelos jurídicos por nós examinados, as tipologias dos forais fronteiriços com os reinos cristãos denotam uma nítida influência dos códigos foraleiros do reino de Leão. Este facto parece ter acontecido pelos vínculos que o Condado Portucalense teve com o reino de Leão, mesmo depois da intitulação de D. Afonso Henriques como rei de Portugal, manifestando-se a herança jurídica do reino Leonês nos forais do reino de Portugal⁵⁹. Dos forais analisados destacamos a influência dos foros de: Zamora-Bragança, Salamanca-Numão e Ávila-Évora.

Deste modo, parece-nos fundamental o aprofundamento desta questão tendo em linha de conta as tradições legais que moldaram as populações das raiais, tanto de um lado como do outro da fronteira, que parecem ter culminado na partilha de costumes e tradições, refletindo-se num conjunto de solidariedades entre as populações⁶⁰, sendo de destacar, por exemplo, a questão do contrabando já observada por Luís Miguel Duarte⁶¹.

⁵⁸ Vejam-se os mapas onde estão cartografados os forais régios e os particulares em: Maria Helena Coelho, *Concelhos*, 568-554.

⁵⁹ James F. Powers, "The Creative interaction between Portuguese and Leonese Municipal Military Law, 1055 to 1279" *Speculum* (nº62,1987), 53-80.

⁶⁰ Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Rêpas, "As petições dos concelhos do distrito da Guarda em Cortes e a política transfronteiriça," in *Sociedades de Fronteira* (Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, 2004), 1-7 (disponível in http://www.cei.pt/investigacao/historico_2004.htm - consultada em 05/08/2014).

⁶¹ Luís Miguel Duarte, "Contrabandistas de gado e *passadores de cousas defesas* para Castela e *terra de mouros*," *Revista da Faculdade de Letras - História* (II série, vol.15, 1998), 451-474(disponível in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4017.pdf> - consultada em 12/02/2014).

Gonçalo Matos Ramos*

O estatuto do muçulmano na Modernidade: na génese de um modelo identitário contemporâneo (estudo de história comparada das representações)¹

R E S U M O | Resumo

*O presente artigo constitui um exercício de história comparada das representações, na medida em que coteja o olhar sobre o "outro" muçulmano, tanto na modernidade europeia (maxime séculos XVI e XVII), como na contemporaneidade, na busca de uma alteridade e/ou convergência de paradigmas representativos. Para tal, procurámos compulsar obras que se aproximassem, o mais possível, nos seus intentos. Neste sentido, para a temporalidade mais recuada, optámos por um corpus, por nós definido, de obras de autores ibéricos ou de ancestralidade ibérica que versassem, directamente, os otomanos, maior potência islâmica da modernidade, seleccionando, para a mais recente, e de forma propositada, duas obras de dois autores, de mundividências opostas, mas com semelhanças bem pronunciadas, a saber: *Orientalism*, de Edward Saïd, e *The Clash of Civilizations*, de Samuel Huntington. O produto-final deste cotejo revelar-se-á, ultimamente, no desdobramento hermenêutico de dois vetores centrais: o comprometimento dos autores e o peso argumentativo da religião.*

Palavras-Chave: Império Otomano, Islão, Christianitas, Representações.

A B S T R A C T |

*This article intends to perform an exercise in comparing history of representations, since it'll examine the perception of the Muslim "other", in European modernity (maxime 16th and 17th centuries), as well as in our contemporary age, researching its changeability throughout. As such, we've sought to study some works whose goal was common, which led us to define a corpus of Iberian authors or of Iberian ancestry that shed some light upon their insight into the Ottoman Empire, the most powerful Islamic force of that historical context. As for our time, we've selected two academics, overwhelmingly opposed in every sense, but carrying few interesting resemblances, nevertheless: *Orientalism*, by Edward Saïd, and *The Clash of Civilizations*, by Samuel Huntington. The outcome will be set in two primary hermeneutical vectors: the author's allegiances and the religion's importance in shaping each other's discourse.*

Key-Words: Ottoman Empire, Islam, Christianitas, Representations.

*Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestrando em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval na mesma instituição. Investigador Associado do Centro de História da Universidade de Lisboa.

¹ Resulta o presente trabalho do relatório que redigimos no âmbito da Bolsa de Investigação Amadeu Dias/Universidade de Lisboa, referente ao ano lectivo 2011/2012. O corpo do texto foi, desde então, enriquecido com novas aporções, que se reflectem nesta versão, e que resultaram de uma investigação conduzida maioritariamente na zona dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

1. Enquadramento epistemológico: considerando heurísticos e historiográficos

Empreende este artigo uma viagem dúplice, isto é, vivida a dois ritmos históricos distintos, mercê da clivagem multissecular que os separa. Falamos, claro está, da Modernidade europeia, e da Contemporaneidade, o nosso próprio tempo histórico. A ligação angular de ambos prendeu-se com a abordagem que dedicámos às potências islâmicas em presença em cada um deles e, ulteriormente, à definição alternativa de um discurso adotado pelo “outro” europeu pautado, ora pela alteridade, ora pela manutenção de caracteres comuns.

Para a primeira temporalidade, restringimo-nos ao Império Otomano² (indubitavelmente o que mais influenciou o destino histórico da *Mitteleuropa*³) e, na segunda, demos conta dos conceitos geralmente utilizados na elucidação das forças do extremismo islâmico atual. Para tal, recorreremos, centralmente, a Saïd e a Huntington, dois autores diametralmente opostos nos seus meios e fins investigativos. Justamente por estas valências, todo este trabalho deve ser lido sob o signo de uma dialética estruturadora e tensional, sempre sob o pano de fundo do Mediterrâneo, espacialidade de inserção de ambos os contextos.

Na verdade, dada a vastidão temporal eleita, restringimos, fundamentalmente, o espectro epistemológico da Modernidade aos séculos XVI e XVII, data dos conflitos mais acesos entre os “blocos” da Catolicismo Tridentino e do Império Otomano e também do início do ocaso deste último, recorrendo a autores ibéricos, como Diogo Castilho, Lucas Pérez e José Monterroio Mascarenhas, que tanta atenção votaram a esta alteridade civilizacional. As teses dos autores supracitados, a do autor palestino (de nacionalidade americana) na sequência dos movimentos da O.L.P. nos anos 70 da centúria anterior, e a do professor de Harvard, na procura do novo equilíbrio de poderes decorrente do colapso do Bloco Soviético, têm a vantagem de nos oferecerem, no primeiro caso, a génese da mediatização do que se convencionou designar “terrorismo”, e de nos alertarem para a importância, no segundo caso, da integração destas questões na Guerra Fria e no desmentido da tese do “Fim da História”, preconizada por Fukuyama⁴.

Trata-se, assim, de um estudo que se caracteriza pela compreensão das raízes da violência associada ao fundamentalismo islâmico, evitando o peso deformante das ideologias, que condicionam a percepção dos fenómenos históricos. Nada mais oportuno, a nosso ver, do que começarmos pela dilucidação das representações, paulatinamente construídas, durante séculos de contacto, alternadamente violento e pacífico, muitas vezes até hibridizante, entre civilizações.

2. Metodologia aplicada: considerando hermenêuticos

A metodologia aplicada a esta investigação foi, de igual modo, um instrumento utilizado em função dos tempos históricos que abordávamos. Se na Contemporaneidade, período cujo tratamento merece aos historiadores as maiores reservas profissionais, pela sua proximidade

² Para uma explanação mais aprofundada acerca do poderio naval e terrestre do Império otomano, vide, Palmira Brummett, *Ottoman seapower and levantine diplomacy in the age of discovery*, (1st ed., New York, State University of New York, 1994). A História das relações entre o Império otomano e a Coroa portuguesa encontram-se parcialmente estudadas, ainda que haja muito terreno para desbravar. Cf. Paula Limão, “Portugal e o império turco na área do Mediterrâneo: século XV”, (Tese de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994); Ivo Carneiro de Sousa, “A Expansão Otomana e a reacção portuguesa no reinado de Afonso V (1453-1481)”, in *Os reinos ibéricos na Idade Média : livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, 1^o Vol., coord. Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira, (Porto, Civilização, 2003) pp. 567-579.

³ Para um exame circunstanciado das vicissitudes desta espacialidade, vide Peter J. Katzenstein, *Mitteleuropa : between Europe and Germany* (Providence : Berghahn Books, 1997). Também autores como Claudio Magris e Predrag Matvejevitich (em jeito de livro de viagens que, para lá da objectivação física do itinerário que empreenderam, também ascendem a um patamar superior de busca do sentido identitário do complexo histórico onde nasceram) discorreram amplamente sobre o assunto. Cf. Claudio Magris, *Danube* (Paris, Gallimard, 1991) e Predrag Matvejevitich, *Breviário Mediterrânico* (Lisboa, Quetzal, 1994).

⁴ Cf. Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*, (1^a ed., Lisboa, Gradiva, 1992.)

temporal, que dificulta qualquer distanciamento científico que se intente encetar, se procurou incorporá-lo num contexto histórico muito preciso (como por exemplo na percepção de que as movimentações da O.L.P. aprofundam as suas raízes na criação da Irmandade Muçulmana, no Egipto, em 1928, por Hassan al-Bannā (حسن البنا), (e não obstante a oposição ao elemento sionista que as singularizam), para o período do Antigo Regime a análise, se bem que comum neste esforço de inclusão, avesso à geração espontânea dos fenómenos históricos, foi inteiramente outra. Não nos esqueçamos que os autores quinhentistas e seiscentistas abordados são bastante heterogéneos nos seus propósitos, mas não tinham como objetivo primacial a teorização factológica do que vivenciaram ou aprenderam, como sucede com os contemporâneos. Esta última tarefa cabe ao Historiador, que lhes peneira demoradamente os escritos na busca incessante de um sentido de verosimilhança⁵ (Marques de Almeida). Veja-se a diferenciação radical existente entre Moisés Almosnino, judeu sefardita que, instalado na Salónica sob jugo otomano, dedica, se não um panegírico, pelo menos um relato bastante amistoso da acção dos sultões otomanos, contribuindo, assim, para a manutenção das excelentes relações que a comunidade judaica gozava com as cúpulas do poder turco⁶, e Lucas Peréz, catedrático de Físicos da Universidade de Salamanca, geral da Ordem de S. Bento, e verdadeiro crente no favor divino consagrado aos inimigos mortais dos otomanos, a Santa Aliança, e, por consequência, opositor acérrimo não só da “teologia”⁷ Maometana, como da civilização turca, genericamente. É justamente esta alteridade que, cotejada com as informações retiradas de Saïd e Huntington, constituirão o cerne da questão anteposta a este relatório: as antropologias do muçulmano em dois momentos históricos temporalmente contíguos, mas civilizacionalmente longínquos.

Pegando, como remate, nesta premissa, tenha-se em mente outro aspeto fulcral: não obstante a historicidade inequívoca que pontua a ligação entre ambos os modelos identitários, lembremos da centralidade da religião em todo este processo, que, condicionando a abordagem da Idade Moderna, não deixa de ser vital na Idade Contemporânea, por muito que se lembre, acertadamente, a intrínseca laicidade inerente às intervenções atuais em zonas islâmicas e na proliferação de movimentos laicos durante a jornalisticamente designada “Primavera(s) Árabe” Ainda assim, não há dúvida de que o decaimento do fenómeno religioso é um factor que consubstancia a diferenciação entre ambas as antropologias, apesar das ligações que evidenciaremos.

3. As fontes modernas: um universo multimodo

O subtítulo desta secção serve-nos aqui de ponto de partida: de facto, as fontes modernas que consultámos são um universo multimodo, já pela diversidade de comprometimento ideológico e social dos seus fautores, já pelo contexto temporal em que se inserem. Não nos iludamos: a Modernidade é um período excepcionalmente vasto, o que nos obrigou a focar a nossa atenção em Quinhentos e Seiscentos, logo atravessando a época de Solimão, *O Magnífico*, da batalha de Lepanto até ao Segundo Cerco a Viena, em 1683. Em termos heurísticos, não tendo sido possível (por imperativos logísticos) o acesso a arquivos da Europa Central, escolhemos, predominantemente, autores ibéricos ou de alguma forma associados ao nosso complexo geográfico. É justamente por isso que Moisés Almosnino, judeu sefardita, mereceu a nossa atenção, até porque a sua proximidade do centro de poder otomano constituía outra valência difícil de ignorar ostensivamente.

⁵ Cf. António Marques de Almeida, “A escrita da História. Questões de teoria e problematização”, *Clio, Revista do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, (nº4, Nova Série, 2000) 9-17.

⁶ Cf. Pilar Romeu Ferré, “Introducción”, in *Crónica de los Reyes Otomanos*, (1ª ed., Tirocinio, Barcelona, 1998) 1-49,

⁷ Expressão aqui grafada com aspas, pela impropriedade do seu emprego na religião muçulmana.

Começemos por ele. Nascido em Salónica⁸, em 1518, no seio da mais poderosa comunidade hebraica da cidade, desde sempre se interessou pela escrita e pelos estudos, destacando-se na Astronomia e na Geografia. Ainda assim, seria a *Crónica de los Reyes Otomanos*, composta em aljama hebraica, mas em língua castelhana, que o imortalizaria no seio da Hebraística. Note-se, à semelhança do que outros estudiosos da História Judaica já haviam concluído, a ligação ancestral à sua pátria hispânica, de onde a sua comunidade fora expulsa há não muitos anos. Leia-se, contudo, esta crónica à luz de uma consolidação política⁹ das posições hebraicas na estrutura do Império da Sublime Porta¹⁰. Aliás, escrita já no ocaso da sua vida, a crónica é mais uma rememoração destinada a perdurar vindouramente¹¹ do que um programa político inicial *stricto sensu*. Atente-se, logo na abertura do texto:

*“Proceso de lo sucedido en la guerra que hizo nuestro gran señor ‘sultan Suleimán, que esté en gloria(...) y aunque se hallaba cargado de edad ‘en la vida decrepita, mostró valerosísimo y muy generoso ánimo y gallardo esforzo”*¹²

Inicia-se, aqui, o processo de exaltação do sultanato otomano. Seguindo, *pari passu*, Donald Quataert, não percamos de vista que este Império se encontrava no auge do seu poderio militar: tal como Almosnino se referirá mais adiante, para lá dos temíveis janízaros, os Otomanos haviam-se convertido numa potência naval digna de respeito, intervindo, desde o início de Quinhentos, no conflito de hegemonias das coroas ocidentais no Mediterrâneo¹³: recordemo-nos da intervenção de Carlos V, em Tunes, e na aliança turca com Francisco I de França. Não é, pois, surpreendente que a construção da memória deste monarca não deixe de ser elogiosa, ainda para mais pelos motivos já consabidos¹⁴. Mais, o próprio tom do discurso adotado por este autor, mesmo no relato de derrotas, é suave e desculpabilizador de qualquer erro dos turcos. É, no entanto, o *Libro III*¹⁵, o mais profícuo, em termos antro-po-etnológicos, já pela descrição do quotidiano, já pelas alusões aos marcados contrastes sociais¹⁶ que, não obstante, não são suficientes para ofuscar o brilho de uma corte sumptuosa.

Ainda nesta centúria, e em contraponto ao tom geral do discurso anterior, aproveitámos os informes que Diogo de Castilho, monge alcobacense, nos dá no seu *Livro da Origem dos Turcos he dos seus Emperadores* (dedicado a Manuel Cirne, feito na Flandres e cavaleiro-fidalgo da Casa Real) que se preocupa em localizar, geográfica e sociologicamente, a proveniência dos turcos. O começo da obra, e à semelhança do que a literatura edificante quinhentista consigna, refere a importância de se conhecer os “inimigos da fé”, reduzindo o credo muçulmano a “heresia he dissensoens que sobre os preceptos da fe ouue entre hos cristaons” e referindo, como reforço argumentativo, que os babilónios (unidade civilizacional de definição problemática neste contexto, mas que derivará do referencial veterotestamentário que o norteia, maioritariamente) e os egípcios tinham precedência historiográfica sobre os gregos (Tucídides é especificamente chamado a terreiro), o

⁸ Para uma contextualização da presença diaspórica de judeus portugueses nesta região, e que se revela especialmente útil, tendo em conta a possibilidade de consulta e leitura dos originais por parte de uma autora helenófona, cf. Aristeia D. Kanelaki, D. “Os judeus de origem portuguesa em Salónica no século XVI”, (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2003).

⁹ De outra forma não se explica que todo o *Libro IV* se intitule, sugestivamente: “Las negociaciones de la delegación de Salónica ante la Corte de Suleimán”.

¹⁰ Cf. *supra*. Metodologia aplicada: considerando hermenêuticos.

¹¹ O que não deixa de ser irónico, se nos lembrarmos que a edição de que nos servimos se baseia na **única cópia existente do texto**, presentemente na Biblioteca Ambrosiana de Milão.

¹² Cf. Moisés Almosnino, *Crónica de los Reyes Otomanos*, (1ª ed., Tirocinio, Barcelona, 1998) 60-61.

¹³ Cf. todas as notas históricas que Yves Lacoste dedica, preliminarmente, a todos os países que analisa nas suas interrelações com a geopolítica mediterrânica. Cf. Yves Lacoste, *Geopolítica do Mediterrâneo*, (1ª ed., Edições 70, Lisboa, 2008) 9-72.

¹⁴ Na verdade, a ligação entre turcos e judeus previa uma cláusula de benefício mútuo, pela enorme capacidade financeira destas comunidades judaicas, em pleno processo diaspórico.

¹⁵ Cf. *op. cit.*, pp.207-231.

¹⁶ Cf. *idem*, *ibidem*, *maxime* p.216.

que tornaria o recurso aos mesmos uma necessidade imperiosa. Existem, contudo, menções a *auctoritates* clássicas, como Platão, Cícero, Plínio, ou patrísticas, como Eusébio de Cesareia.

Neste sentido, o autor posiciona os turcos na Cítia (*Scythia*, na fraseologia original), outra unidade geográfica de difícil delimitação, entroncando-os na linhagem dos “povos mais antigos da terra”, já então pouco considerados pela sua nobreza e apresentando vincado carácter bélico, naquilo que eram, na visão de Diogo de Castilho, um prenúncio das características futuramente sublimadas por estes povos. De notar ainda a terminologia empregue na definição da área de influência deste império, já que os turcos haviam alargado “seus termos” até ao Monte Cáucaso e daí até ao “Mar Oceano”, invocando o primeiro uma categoria de delimitação, tradicionalmente associada ao território situado fora do espaço urbano, sendo entendível, no caso vertente, como sendo a periferia do império, e o segundo representando uma expressão cara ao imaginário medieval, aqui utilizada por automatismo, parece-nos, já que não traduz nenhum conjunto aquático específico, mas tão-só a existência de uma massa aquática *strictu sensu*. Sublinhemos, porém, a mudança palpável do tom do discurso e a fundamentação que tal acarretou.

Nesta sequência, foquemo-nos, por ora, nos autores retintamente seiscentistas, como Lucas Pérez, Alonso Santo Tomás e, em menor escala, José Freire Monterroio Mascarenhas. Os dois primeiros, clérigos da linha dura, politicamente atuantes na monarquia espanhola, umbilicalmente aparentada com a Casa de Áustria, onde reinavam os mais veementes opositores à expansão turca para oeste, não poderiam deixar de afinar pelo diapasão oficial. Anotemos a diligência destes homens na demonização ostensiva dos turcos otomanos. Miguel Deslandes chega ao ponto de repugnar, num tom muito duro¹⁷, o costume muçulmano da auto-flagelação, ainda para mais com o intuito de requerer a intercessão de Alá no obviar dos desaires militares que assolaram o exército turco ao longo de todo o século XVII e que culminará, desastrosamente, no fracasso do segundo cerco de Viena, de 1683, onde, de uma vez para sempre, se assesta o *coup de grâce* às aspirações expansionistas da Sublime Porta. Veja-se, igualmente, o modo parenético como Santo Tomás incita a uma estratégia concertada de todos os países católicos contra a ameaça turca, indicando, para tal, o findar das desinteligências entre estes aliados naturais, numa estratégia discursiva, de timbre político, que, enformada pela oposição religiosa ao Turco, se mostra direccionada para a contenção definitiva daquela ameaça¹⁸. Também Monterroio Mascarenhas, se bem que consideravelmente mais atenuado no tom, dá-nos, em *Eclipse da Lua Otomana*¹⁹, um relato circunstanciado dos eventos que precederam e se sucederam ao recontro de Viena supracitado, materializando, desta feita, o preceituado pelo autor anterior.

É, sobretudo, Lucas Pérez quem nos oferece um terreno mais propício à dilucidação de uma antropologia coerente. Para já, o título da sua obra: *Historia del Estado Presente del Imperio Otomano* indicia, automaticamente, uma abrangência epistemológica incomum e, de facto, assim é. Nela se plasma, não só uma ampla e fundamentada crítica à religião islâmica, como uma alteridade civilizacional indiscutível. De outra forma não se explica que o livro se refira, com igual virulência, aos pecados doutrinários²⁰ que obscurecem “la luz del Evangelio” e as práticas sociais dos turcos, como o divórcio²¹. A prosa torna-se ainda mais aliciante quando se constata os paralelismos que o autor refere entre a depravação otomana e as heresias protestante e maniqueia (do tempo de Sto. Agostinho!). Dá-nos a nítida impressão que, sendo perfeitamente analisável do

¹⁷ Vide Miguel Deslandes, *Relaçam das rogaçoens e jejuns(...), passim*.

¹⁸ Cf. Alonso Santo Tomás, *Proclamacion catolica a los príncipes christianos(...), passim*.

¹⁹ Curioso título, já que, focando-se num símbolo irremediavelmente turco como o Crescente, lhe associa terminologia astronómica, *topos* frequente nas obras desta época. Uma futura investigação talvez nos elucide melhor neste aspeto.

²⁰ Cf. Lucas Pérez, *Historia del Estado Presente del Imperio Otomano*, Libro I, Capítulos IX-XIII, *passim*.

²¹ Cf. *idem, ibidem*, Libro I, Capítulo XXX.

ponto de vista da antropologia, esta obra visa atingir quem fraturou deliberadamente a unidade da *Christianitas*. E, para consubstanciar esta afirmação, no capítulo XXIX, quando, em jeito de concessão, reconhece a obra meritória dos hospitais públicos de Constantinopla, associa-as de imediato à pálida luz que os escritos veterotestamentários, apesar de tudo, haviam projetado na axiologia otomana.

Fechamos com as suas palavras derradeiras, no capítulo XVIII, do Libro III, que, anunciando a morte progressiva do Império Turco, encerram igualmente um ciclo de glórias, anunciado por Almosnino na centúria anterior:

“Si bien de lo dicho com toda claridad se colige la ruina del Imperio Otomano(...) Prospere el cielo de la Sagrada Liga para que(...) con la luz del Evangelio tantas almas ciegas en la supersticion de Mahoma, abran los ojos à luz de la verdad”.

4. Huntington e Saïd: pólos da mesma eclipse

Na verdade, tendo tido oportunidade de eleger outros autores tão ou mais controversos, a nossa opção por Samuel Huntington e Edward Saïd passou, em primeiro lugar, pelo conhecimento, prévio a este relatório, que já possuíamos das suas obras fundamentais, e, em segundo lugar e fundamentalmente, pela intensíssima discussão que as suas obras provocaram na comunidade académica mundial, não só pelo evidente polemismo das suas soluções, como pelos contextos em que viram a luz do dia. Escolhemos, pois, respetivamente, *The Clash of Civilizations* e *Orientalism* como o palco de discussão acerca da problemática inter-civilizacional e no “encontro de culturas”, expressão datada e desconstruída pelos estudos pós-coloniais.

Retomando o que já disséramos atrás acerca da diferenciação de vinculação de ambos²², conheçamos, por ora, um pouco melhor cada um deles, essencial na percepção das teses que enunciam. Ambos já falecidos, Huntington um pouco mais velho que Saïd, mas sensivelmente da mesma geração, se bem que com a diferença decisiva de Huntington ser um americano de origem, nova-iorquino na verdade, ao passo que Saïd, nascido em Jerusalém, emigrou para os E.U.A. ainda jovem, vindo a adotá-los como uma segunda pátria, mas nunca se desligando das suas raízes palestinianas, como *Orientalism* e, mais gritantemente, *Culture and Imperialism* bem demonstram. São os dois formados em conceituadas universidades da famosa *Ivy League*, ocupando Huntington um posto em Harvard e Saïd outro em Columbia. Assistiram, de igual modo, a toda a Guerra Fria e, concomitantemente, a todas as encruzilhadas que o mundo árabe-islâmico atravessou, mormente os começos e o desenrolar do conflito israelo-palestiniano e até as sucessivas batalhas que a entidade sionista travou para manter a sua inviolabilidade territorial e a sua legitimidade diplomática. Este elemento assume particular relevância em Saïd, já que, precisamente no ano anterior ao lançamento de *Orientalism*, isto é, em 1977, é eleito membro do Conselho Nacional Palestiniiano, dele se afastando politicamente somente catorze anos mais tarde, em protesto pelo apoio de Arafat a Saddam Hussein durante a Guerra do Golfo, posição que motivará, mais tarde, a crítica cerrada àquele dirigente pela deficiente negociação que conduziu durante os Acordos de Paz de Oslo, que não pressupunha o regresso dos refugiados às terras militarmente ocupadas por Israel, em 1967. No prefácio à última edição de *Orientalism*, datado de 2003²³ (poucos meses antes de falecer), Saïd nunca deixa de frisar que:

“(...) after the 1967 Arab-Israeli war, a war in whose continuing aftermath (Israel is still in

²² Cf. *supra* Enquadramento epistemológico: considerando heurísticos e historiográficos.

²³ Note-se que no ano anterior, havia constituído a Iniciativa Nacional Palestiniiana, que pretendia ser uma terceira força política, uma alternativa ao Hamas e à Autoridade Nacional Palestiniiana.

military occupation of the Palestinian territories and the Golan Heights)²⁴

Quanto a Huntington, conselheiro de Lyndon Johnson, partidário da Guerra do Vietname, não podia estar mais afastado do comprometimento político de Saïd. Na verdade, podemos mesmo afirmar que ambos se situam de lados opostos da “barricada”. Até nas suas formações se distinguem amplamente: o autor americano é um politólogo, um homem que se dedicou, profissionalmente, à vida política, sendo visto com especial favor pelo Partido Republicano, ao passo que o autor palestiano (designêmo-lo assim para evitar redundâncias) é especializado em Literatura Comparada e Inglesa. Para além do que temos vindo a dizer, nada mais influiu na composição das obras aqui em equação do que esta alteridade: se *Clash of Civilizations* se constitui como uma obra de ciência política que pretende retratar um cenário plausível pós-Guerra Fria, com a implosão do bloco soviético, a obra de Saïd pretende, através da análise de monumentos literários da cultura ocidental, identificar os caracteres típicos de uma visão antropológica do Oriente por parte do Ocidental. É uma obra de crítica literária, que pretende extrapolar algumas das suas conclusões para o inconsciente coletivo do Homem ocidental (Jung), apondo-lhe ideias que, insistentemente inculcadas desde há muitos séculos, se transformaram no património cultural europeu da visão do “outro”.

Ilustremos um pouco melhor o que queremos dizer com duas citações de cada um dos autores:

*“My idea in Orientalism is to use humanistic critique to open up the fields of struggle, to introduce a longer sequence of thought (...) to replace the short bursts of polemical, thought-stopping fury that so imprison us in labels(...)”*²⁵

*“For the first time in history global politics is both multipolar and multicivilizational; modernization is distinct from Westernization and is producing neither a universal civilization in any meaningful sense nor the Westernization of non-western societies”*²⁶.

Curiosamente, dificilmente poderíamos ter encontrado dois excertos mais adequados para sintetizarem o pensamento de um e de outro. Ao passo que o primeiro se preocupa com a visualização e posterior desconstrução de uma série de rótulos apriorísticos (e grosseiramente falsos, na sua visão) relativos ao Oriente (e, em especial, ao mundo árabe-islâmico), o segundo teoriza uma nova ordem mundial multipolar, multicivilizacional, donde decorre uma perda de hegemonia da cultura ocidental, até então a que claramente se superiorizava nestas questões. Donde o “choque de civilizações”, conceito tão sedutor, quanto problemático, pelas incertezas quanto à identificação clara das civilizações em palco. Aliás, Huntington, ao longo do livro, alerta para os perigos do extremar do islamismo radical, nomeando detalhadamente os movimentos de libertação da Palestina, ela própria uma área inadequada para assumir a direcção do Islão²⁷. Aqui se vê o quão contrária é esta posição à defendida por Saïd, que, nos seus trabalhos académicos e na sua atividade política, sempre lutou pela emancipação da causa palestina, procurando catapultá-la para o epicentro das encruzilhadas que crivam o mundo árabe-islâmico.

Assim, analisando demoradamente a composição de um produto histórico multissecular (lembremo-nos que Saïd se alarga ao período medieval na sua análise de uma antropologia europeia do Oriental, chamando a atenção para a alteridade religiosa desde sempre presente) e de desconstrução necessária para o melhor entendimento das complexas teias políticas daquelas

²⁴ Edward Saïd, *Orientalism*, (3ª ed., Penguin Books, London, 2003) XII.

²⁵ Cf. Edward Saïd, *Orientalism*, XVII.

²⁶ Cf. Samuel Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, (1ª ed., Cox & Wyman, Reading, 2002) 20.

²⁷ Cf. Samuel Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, 209-218. Mais, o autor considera a Turquia o país mais apropriado para esta função, já que o secularismo de Attatürk fora uma traição ao seu destino histórico, forjado por muitos séculos de domínio otomano.

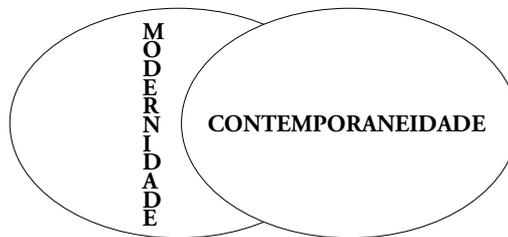
regiões, o outro idealiza, fundamentadamente, um mundo onde as ligações antropológicas se multiplicariam, mercê de uma maior diversificação cultural dos legados constituídos, agora não tocados necessariamente pelo espectro do influxo europeu/ocidental. Este aspeto é fulcral. Estão os dois a reportar-se a elementos diferentes, mas acabam por confluir justamente no mesmo: na justificação de uma determinada ação, com um fim muito específico. Se em Saïd é a legitimidade da causa palestina que está em jogo (como já vimos), em Huntington é, claramente, a posição do Ocidente (e da América, bem entendido) nesse policentrismo antropológico ululante.

5. Entrecruzamentos temporais na linha de Venn

Entramos agora na explicitação mais decisiva dos resultados desta investigação: os entrecruzamentos antropológicos, respeitantes à ligação entre o modelo identitário do Otomano na Modernidade e os atuais referentes ao mundo árabe-islâmico. É, de facto, um desafio muito grande compaginar conceitos tão complexos, sobretudo se tiveram a respetiva gestação em épocas distintas. No entanto, já que se manifesta verdadeiramente como o cerne do trabalho, elegemos, por comodidade, os dois campos onde, segundo concluímos, ambos os modelos moderno e contemporâneo contactam com mais acuidade: o **comprometimento dos autores** e a **religião**, justificando-se o primeiro pelo agudizar da consciência da importância do meio onde germinaram as ideias antropológicas acerca do outro. Em todos os casos que verificámos, tal campo foi absolutamente estrutural no delineamento de um modelo. Com o entrecruzamento seguidamente efectuado pretendemos, tão-só, aferir do seu peso, numa, e noutra realidade. Quanto à religião, dada a sua importância diacrónica em toda esta investigação, seria imperdoável não averiguar o seu peso relativo no cômputo de ambos os ritmos históricos.

Pareceu-nos, de igual forma, que uma representação gráfica meramente ilustrativa (portanto, sem preocupações matemáticas subjacentes) de um diagrama, **inspirado em Venn**, poderia facilitar a visualização clara destas relações, ao mesmo tempo que facilitava, certamente, a explanação delas decorrentes.

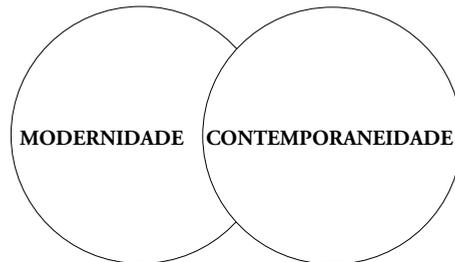
Começemos pelo comprometimento dos autores. Graficamente, a coincidência da importância deste fator é quasi-perfeita.



Como se pode observar, o círculo da Contemporaneidade está em vias de se sobrepor ao da Modernidade. A razão de ser de tal prende-se com o facto já mencionado de os autores contemporâneos, ao terem lançado dois livros científicos relativos a uma dada problemática, intentaram a apresentação de uma teoria, pautada, compreensivelmente, pela imparcialidade, o que não foi inteiramente conseguido, já que as respetivas vinculações ideológicas não lhes permitem tal distanciamento, aproximando-se, por isso, dos autores da Modernidade, assumidamente parciais nas suas composições. Recordemos os casos concretos para justificarmos devidamente esta aceção: Moisés Almosnino, judeu sefardita de Salónica, escreve a crónica com claros intuitos políticos, sublimando a capacidade militar do soberano otomano e a civilidade

da capitalidade turca, já que desejava assegurar a continuidade de uma relação vantajosa com as cúpulas da Sublime Porta; os autores seiscentistas, se bem que com variantes, todos eles são católicos tridentinos, comprovadamente avessos às heresias que a Inquisição diligentemente esmagava nos países mediterrânicos, e, por isso, perceptivelmente apostados em desacreditar, tanto teológica, como civilizacionalmente, o “outro” otomano; veja-se Edward Saïd, determinado a extirpar séculos de antropologia sobre o Oriental, já que somente semelhante ato lhe permitiria conferir, adicionalmente, algum prestígio à causa palestiniã, pela qual se bateu incessantemente ao longo de toda a sua vida; finalmente, Huntington, como um político experiente de variadas Administrações norte-americanas, mostra-se preocupado com a posição do seu país num mundo onde a cultura que o enformara começa a perder, gradativamente, importância. Donde se segue a apreensão com que olha para o extremismo islâmico e a repetição, certamente involuntária, de alguns dos clichés apontados por Saïd. Note-se, em abono da verdade científica, que, de todos, é o professor de Harvard o que menos revela claramente as suas vinculações ideológicas. Em suma, qualquer paradigma representativo será sempre uma construção compósita e incapacitantemente complexa, já que os motivos que levam à sua concepção são múltiplos e prendem-se com realidades que se intersectam continuamente. No caso do estatuto do muçulmano da Modernidade, pois, podemos afirmar que existe, como é bom de ver, uma ligação inequívoca com o que é conceptualizado na Contemporaneidade. Olhando-se, ora com apreço, ora com animosidade, ou simples desconfiança, para o mundo árabe-islâmico, é sempre uma questão de perspectiva, mesmo do ponto de vista do ocidental, aparentemente uniforme nas suas percepções representativas.

No caso da religião, a representação gráfica é algo como o que se segue:



É bem visível a diferenciação relativamente à representação anterior. Neste caso, a Contemporaneidade afasta-se, decididamente, da Modernidade. E, sem qualquer dúvida, o modelo identitário atual do crente muçulmano não se baseia, primacialmente, numa qualquer alteridade religiosa, como se sabe. Indesmentível é, todavia, o grande peso da mesma na Modernidade, pelos motivos já aduzidos. Ainda assim, esta questão merece-nos uma explicitação mais aprofundada. É que, tal como já afirmámos²⁸, a religião é estrutural em toda esta questão. Senão vejamos: qual o único elemento que primeiramente relevou a alteridade entre o Ocidente e o Próximo Oriente? A diferenciação religiosa, independentemente de ambas entroncarem no mesmo substrato milenar. Por isso, a verdade é que a religião é, por si própria, um fator de separação antropológica. Aliás, não só a teologia que a enforma, mas as próprias práticas que preconiza, já que, interessantemente, aquelas se integram no património de uma civilização, compondo, por consequência, uma diferença bem visível. O Ocidente e o Oriente são o exemplo acabado disso mesmo, com um pormenor adicional muito importante: o segundo sentiu as grilhetas culturais do primeiro, pela via do imperialismo fini-oitocentista, numa primeira fase, por meio de um assalto económico concertado, já nos nossos dias. Não que a ocidentalização tenha sido um processo totalmente

²⁸ Cf. *supra* Metodologia aplicada: considerandos hermenêuticos

eficaz, mas não há dúvida de que descaracterizou, parcialmente, aquilo que fora outrora uma civilização palpavelmente afastada da ocidental. Contudo, houve um traço que, longe de sofrer modificações, pelo contrário acentuou, decididamente, a sua virulência²⁹: a religião. É quase um ciclo vicioso. Se a Modernidade colocou, indiscutivelmente, a tónica no elemento religioso como clara justificação de uma alteridade, a Contemporaneidade, se bem que maioritariamente secularizada, não menospreza a religião do mundo árabe-islâmico, sobretudo quando se apercebe, com algum espanto, que tal serve de legitimação a atos de violência terrorista³⁰. Em síntese, o que verdadeiramente mudou entre um tempo e o outro foi a natureza das motivações do quadrante europeu, tendo o “outro lado” mantido a sua crença inabalável no carácter fundacional da religião que abraçam há vários séculos. Donde se segue mais uma comprovação a respeito da diacronia das representações antropológicas aqui em equação.

Conclusões

É altura de fazer um conspecto genérico desta investigação, por forma a sistematizar um pouco melhor o que intentámos evidenciar. Trata-se, pois, de um exercício de síntese.

Em primeiro lugar, concluímos que, não obstante ser a animosidade o prato-forte da alteridade entre ambos os blocos civilizacionais (até porque foi a que se materializou com mais frequência), pudemos discernir, pelo menos, dois modelos antropológicos, tanto na Modernidade, como na Contemporaneidade: o primeiro, que denominámos “paradigma saídiano” (já que é o professor de Columbia o seu teorizador), e que tem os seus expoentes máximos em autores como Lucas Pérez e, em menor escala, Huntington; o segundo, que designámos “paradigma almosniano” (já que, para o reduzidíssimo leque de autores, foi o que melhor encarnou este espírito conciliatório), e a que Saïd certamente pertence, neste contexto. Note-se, contudo, que, se no primeiro paradigma, é a religião o que está em causa (com as práticas culturais a reboque), no segundo é exatamente o contrário o que sucede. É por isto mesmo que um modelo antropológico do mundo árabe-islâmico pode rastrear, de facto, a sua génese na idade histórica anterior, mas não deve perder de vista alteridade epocal.

Outro ponto fulcral, decorrente do anterior, prende-se com a centralidade do comprometimento do autor na definição de uma representatividade. Ideologia, nacionalidade, religião são apenas alguns dos fatores que interferem nesta questão, o que jamais deverá ser escamoteado, antes colocado no topo das prioridades do Historiador.

Decorrente desta análise dos paradigmas representativos, compreendemos, paralelamente, que, para um cientista social, a consideração genérica de um único grupo humano, por muito homogéneo que se apresente, é um erro fatal, sendo, por consequência, necessária a compreensão das subtilezas que desunem uma união.

Peroramos com a plena consciência do artificialismo heurístico e hermenêutico que lográmos nesta investigação, esperando, simultaneamente, ter contribuído para chamar a atenção para a necessidade de espriar, mais recuadamente, o nosso olhar, no sentido de percebermos as raízes de um modelo representativo.

²⁹ A Irmandade Muçulmana, de que já falámos, surge precisamente nesta sequência.

³⁰ É por isso que, argumentando sofisticadamente, Saïd nos surge como um defensor de um movimento que recorre a estes expedientes, e Huntington como um ocidental preocupado com a expansão desta mensagem ideológica.

Paola Nestola^{*}

**“Ecce sacerdos magnus”: as entradas dos bispos nas dioceses de regio patronato.
Uma comparação entre o vice-reino de Nápoles e os espaços portugueses (séculos XVI-XVIII)¹**

R E S U M O | *O estudo considera dois espaços distantes e diferentes, comparados através das cerimónias de entrada dos bispos. Esse exercício comparativo, baseado em documentos visuais e escritos, centra-se sobre os exemplos de algumas sedes episcopais do vice reino de Nápoles, até agora descuidadas pela historiografia, e sobre os do território português continental e ultramarino. Tenta responder às seguintes perguntas: quais são as categorias que conferem sentido a este elevado momento de manifestação e representação da dignidade episcopal, assim como da cidade sé do governo diocesano? Dimensão cronológica e espacial, sistemas simbólicos, teológicos e topográficos podem contribuir para tornar inteligíveis os extraordinários ritos comunitários ligados à reforma tridentina encaminhada nos meados do século XVI? Que elementos distinguem ou aproximam as dinâmicas socioculturais geradas nos diferentes territórios examinados?*

Palavras-chave: Entradas episcopais, Comparação, Vice-Reino de Nápoles, Espaços portugueses

A B S T R A C T | *This study takes into consideration two distant and different spaces, compared through ceremonies of bishop's entry. Based on visual and written documents, this comparative exercise is focused on solemn Episcopal entries into some dioceses of the kingdom of Naples, until now neglected by historiography, and on those of the Portuguese territory of Europe and overseas. The study tries to answer to the following questions: what are the categories that give meaning to this high moment of manifestation and representation of the Episcopal dignity, as well as the city center of the diocesan government? Chronological and spatial dimension, symbolic, theological and topographical systems can contribute to make intelligible the extraordinary community rites linked to the Tridentine reform direct in the half of XVI century? Which elements distinguish or approach the socio-cultural dynamics generated in the different territories examined?*

Key Words: Bishops entry, Comparison, Kingdom of Naples, Portuguese spaces

^{*} Bolseira FCT de pós-doutoramento e investigadora do CHSC da Universidade de Coimbra.

¹ Uma primeira versão desse estudo foi apresentada em inglês no 2012 em Praga na sessão *TRIUMPHAL ARCHES AND URBAN ENTRIES: MUTATIONS OF AN URBAN RITUAL IN CHRISTIAN EUROPE (16TH-20TH CENTURIES)*, do XI Congresso “Cities & Societies in Comparative Perspective” organizado na Universidade de Praga pela European Association of Urban History (EAUH). Desejo agradecer à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) que financiou esta pesquisa integrada no projeto (SFRH/BPD/62887/2009). Uma sentida lembrança à Câmara Municipal de Braga e à de Torres Vedras que me permitiram fotografar alguns dos documentos visuais que aqui se reproduzem. Ainda um agradecimento pela disponibilidade manifestada aos: arquiteto Pedro Lopes (Divisão Renovação Urbana de Braga), doutora Margarida Fernandes (Arquivo Municipal de Braga), doutor Eduardo Pires de Oliveira (Biblioteca Pública de Braga), doutor Carlos Da Anunciação (Convento da Graça de Torres Vedras), advogado doutor António Pires. Por fim, mas não por último, os meus agradecimentos ao professor José Pedro Paiva pelas suas sugestões e pela revisão final do texto.

1. Comparar o incomparável? Um exercício entre espaços distantes

No início do ano 2012 o neo-arcebispo de Taranto, D. Filippo Santoro, fez a sua entrada na cidade portuária da Apúlia chegando do mar. Deste modo, o novo prelado retomava tradição segundo a qual a cidade tinha sido evangelizada pelo antístite irlandês S. Cataldo (†685), ali chegado pelo fluido espaço Mediterrâneo. Os meios de comunicação enfatizaram a solene tomada de posse de Santoro, o qual, precedentemente, foi bispo auxiliar do Rio de Janeiro (1996) e, depois de 2004, titular da sé de Petrópolis. A cerimónia de ingresso celebrada em 5 de Janeiro de 2012, concretamente na véspera da Epifania, apresentava uma configuração específica do rito, o qual, contudo, evocava momentos com um forte significado simbólico: uma liturgia que voltava a invocar o *munus* do supremo sacerdote da hierarquia eclesiástica, intermediário entre Deus e os homens, e seu intercessor.

O neo-arcebispo, entre os seus primeiros gestos, distribuiu a bênção pelos pescadores, augurando a fecundidade na sua faina, o que constituía um importante dom espiritual para uma categoria profissional que enfrentava uma grave crise produtiva. Por outro lado, o prelado foi acolhido com a saudação de diferentes autoridades da Marinha, que o esperavam sobre o cais do porto. Além desta componente específica da cidade portuária, o arcebispo foi homenageado pelo presidente da Câmara de Taranto noutros lugares do espaço urbano, reatualizando uma prática e aludindo a ritos que repetiam um cerimonial de longa duração na história da Igreja². De facto, com esta cerimónia tornava-se publica a tomada de posse da nova autoridade diocesana, incorporada na configuração de governo periférico.

Foi feliz coincidência a recepção por parte da cidade de Taranto do arcebispo Santoro, que fora titular de uma sé no Brasil, até 2011, e depois trasladado para uma diocese do sul de Itália. Embora seja uma evocação que contempla, sobretudo, uma dimensão no plano simbólico, com esta premissa abre-se o percurso desenvolvido nestas páginas, nas quais se propõe colocar em perspectiva dois contextos espaciais diferentes mas com características análogas³.

Nesse itinerário comparativo - simultaneamente experimental e construtivo - cruzar as configurações similares ou completamente diferentes implica levantar hipóteses, pô-las á prova e experimentá-las conceptualmente. A nossa atenção concentrar-se-á, sobretudo, nas cerimónias de entrada dos prelados das dioceses de *patronato regio* do vice reino de Nápoles e nas portuguesas⁴. Pretende-se, por um lado, comparar estes extraordinários eventos comunitários organizados entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade de Setecentos. Por outro lado, procurar-se-á responder às seguintes perguntas: quais são as categorias que produzem sentido a este momento de elevada manifestação e representação do poder episcopal e da cidade sé do governo? Dimensão cronológica e espacial, sistemas simbólicos, teológicos e topográficos podem contribuir para tornar inteligíveis os extraordinários ritos comunitários ligados à reforma tridentina de meados de Quinhentos? Que elementos distinguem ou congregam os diferentes espaços e as dinâmicas socioculturais consideradas?

Até agora, a historiografia, aberta a outros contextos da Itália centro-setentrional o da

² Em certos aspectos é análoga a outros eventos cruciais da história da Igreja como o conclave e a sua evolução, aos quais são dedicados mais aprofundados estudos: Massimo Firpo, "Nelle intime pieghe del conclave", *Il Sole 24 Ore*, 24 novembre 2013, e particularmente: Maria Antonietta Visceglia, *Morte e elezione del Papa. Norme, riti e conflitti. Letá moderna* (Roma, Viella, 2013).

³ Por uma problematização metodológica: Jacques Revel, (ed.), *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'espérance* (Paris: Sevil, 1996); Marcel Detienne, *Comparer l'incomparable. Oser expérimenter et construire* (Paris: Éditions du Seuil, 2009).

⁴ Sobre a consistência numérica deste *corpus* de entradas: cfr. notas 20-21 infra.

Europa do Norte, tem negligenciado as análises das circunscrições do Sul de Itália⁵. Este era um espaço muito fragmentado, constituído por mais de 130 dioceses de pequena ou pequeníssima extensão. Durante a Época Moderna, outra especificidade distinguia este território de fronteira dos domínios da monarquia espanhola: em 1529, o imperador Carlos V alcançou o privilégio de nomear os bispos em 24 sedes. Assim, entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do XVIII, de facto, foram os Habsburgo a intervir na seleção daquela potente elite com um amplo poder no campo administrativo, jurisdicional e espiritual⁶. Durante a união dinástica entre Espanha e Portugal (1581-1640), os soberanos de Castela estenderam este direito sobre as catedras episcopais portuguesas e do império ultramarino que se abria aos territórios dos oceanos Atlântico, Pacífico, Índico, enquanto no vice-reino napolitano se escolhiam os ordinários recrutados entre candidatos de origem ibérica e também napolitana ou de outras regiões da Península Itálica⁷.

Contudo, os soberanos de Portugal já desde 1503 podiam escolher os bispos das 9 (13 na segunda metade de XVI) dioceses de Portugal e nas circunscrições do seu vasto e descontínuo império⁸. Estes foram sobretudo lusitanos, da alta nobreza os indigitados para as do reino, já de origem mais modesta, os providos na maior parte das sedes ultramarinas.

De forma diversa da organização eclesiástica do vice-reino napolitano, o território diocesano dos espaços portugueses tinha uma extensão maior, um aspecto evidente quer considerando as circunscrições do continente europeu quer as do ultramar⁹. Nestas últimas, a malha diocesana era organizada para apoiar sobretudo a rede marítimo-comercial¹⁰. A sobreposição dos espaços cristãos com os novamente descobertos foi um dos principais instrumentos usados na empresa colonial, que entendia transformar as culturas locais tentando evangelizá-las como factor indispensável à sua integração.

Por seu lado, no vice reino de Nápoles o instituto do *regio patronato* tinha o lastro de um plano organizativo erigido no período medieval, quando se intentou implantar uma forte latinização daqueles territórios, nos quais estava enraizada a presença da Igreja grego-ortodoxa e da igreja bizantina¹¹. Pouco desenvolvido nas províncias setentrionais napolitanas, o plano apresentava uma forte concentração na área da Apúlia, mais exposta ao perigo turco. Também por isso, e para aprofundar a análise, nesta intervenção centrar-nos-emos nas dioceses régias da

⁵ Sergio Bertelli, *Il corpo del re. Sacralità del potere nell'Europa medievale e moderna* (Firenze: Ponte alle Grazie, 1990); Daniela Rando, «Ceremonial Episcopal Entrances in Fifteenth Century North-Central Italy: Images, Symbols, Allegories», in *Religious Ceremonials and Images: power and social meaning (1400-1750)*, ed. José Pedro Paiva, (Coimbra: Palimage, 2002), 27-46; José Pedro Paiva, «A liturgy of power: solemn episcopal entrances in early modern Europe» in *Cultural Exchange in Early Modern Europe*, vol. I; *Religion and Cultural Exchange in Europe, 1400-1700*, eds. Heinz Schilling, István György Tóth (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), 138-161; Paola Nestola "Giochi di scala provinciale e liturgie di potere nella «fedelissima» Lecce del 'secolo di ferro", *Mediterranea. Ricerche Storiche* (17, 2009), 517-542.

⁶ Mario Spedicato, *Il mercato della mitra. Episcopato regio e privilegio dell'alternativa nel Regno di Napoli in età spagnola (1529-1714)*, (Bari: Cacucci, 1996).

⁷ Paola Nestola, "Incorporati tra i confini della monarchia cattolica: vescovi portoghesi, spagnoli e italiani nel viceregno di Napoli durante l'unione dinastica", *Revista de História das Ideias*, (33, 2012), 101-164.

⁸ José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), 38-78; para o período de integração de Portugal na coroa espanhola, 357-446.

⁹ Mario Rosa, *Clero cattolico e società europea nell'età moderna*, (Roma-Bari: Laterza, 2006), 10,16,18; Isabel dos Guimarães Sá, «Ecclesiastical Structures and Religious Action», in *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*, eds. Francisco Bethencourt - Diogo Ramada Curto (Cambridge: Cambridge University Press, 2007), 255- 282.

¹⁰ Francisco Bethencourt, «A Igreja», in *História da Expansão Portuguesa, vol. I, A formação do Império (1451-1570)*, dirs. Francisco Bethencourt - Kirti Chaudhuri (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 369-381; Caio Boschi, «Episcopado e Iquisição» in *História da Expansão Portuguesa, Vol. III O Brasil na Balança do Império (1697-1808)*, dirs. Francisco Bethencourt - Kirti Chaudhuri, (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 372-396; João Paulo Oliveira e Costa, «Os bispados ultramarinos», in *História Religiosa de Portugal, vol. 2*, dir. Carlos Moreira de Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 281-284.

¹¹ Paola Nestola, "Incorporati tra i confini"; mais específico Giorgio Otranto, «Cristianizzazione e organizzazione ecclesiastica del territorio», in *Storia della Puglia, I. Dalle origini al Seicento*, dirs. Angelo Massafra, Biagio Salvemini (Roma-Bari: Laterza, 2005), 89-96.

Terra de Otranto, península extrema desse território¹². Ali, entre o mar Jónio e Adriático, situava-se o maior número de sedes onde os Habsburgo possuíam direito de nomeação dos bispos, a saber, 8 das 14 que compunham a rede eclesiástica da província. As cidades de Taranto, Brindisi, Otranto, Gallipoli eram as principais de *regio patronato*. Lecce, ao contrário, era de nomeação papal, embora com um papel de preeminência entre os centros provinciais sob domínio da coroa.

Quanto às circunscrições lusitanas, a análise considera quer os distritos do norte quer do sul de Portugal, além de outros centros ultramarinos, onde os titulares chegavam de barco, analogamente a alguns dos exemplos napolitanos.

Como temos dito, o interesse pelas cerimónias de entrada envolveu de forma diferente a historiografia. Se, por um lado, os estudos de Sergio Bertelli, Daniela Rando e José Pedro Paiva têm reconstruído a morfologia do rito, nas diferentes fases e nos momentos simbólicos que o compunham; por outro, pelo que toca à província do vice-reino, a partir dos anos 80 do século passado, foram sobretudo os historiadores da arte e das cidades que estudaram estes ritos comunitários. Itinerários de pesquisa escrupulosos foram os de Vincenzo Cazzato, o de Regina Poso, ou o de Antonio Cassiano, que consideraram aquelas articuladas cerimónias em especial como monolíticos momentos do efémero e da festa barroca¹³. Fascinados pela riqueza dos aparatos de seda e pelas alegorias de algumas estruturas construídas naquelas ocasiões, os seus estudos circunscreveram-se ao espaço da cintura urbana muralhada e focaram-se sobre Lecce e Gallipoli.

Na realidade, por ocasião da tomada de posse da diocese, as cerimónias do *adventus novi episcopi* constituíam um conglomerado de fórmulas, gestos, ações e um diversificado conjunto de actos simbólicos executados em múltiplos lugares *intra et extra moenia civitatum*. Estes extraordinários rituais coenvolviam estruturas materiais, além de personalidades ilustres e instituições da cidade e do espaço atravessado pelo prelado durante a sua viagem até chegar à sé. Não é por o acaso que as *joyeuse entrées* foram consideradas por José Pedro Paiva como verdadeiras "liturgias de poder", isto é, "rituais de legitimação, afirmação e consagração do poder episcopal"¹⁴. Como mais pormenorizadamente se mostrará, tais cerimónias tiveram novo impulso depois da onda conciliar tridentina, que conferiu uma renovada e específica dignidade à autoridade episcopal estimulando também a obrigação da residência dos prelados¹⁵. Através daquele rito performativo era possível ver publicamente a nova autoridade religiosa instalada no território do seu benefício, como também comunicar formas de afirmação do seu prestígio em relação às outras autoridades civis e eclesiásticas, quer da cidade, quer do espaço diocesano.

Além disso, de acordo com Marcello Fantoni, estes rituais faziam parte de um sistema baseado nas artes figurativas que ajudam a definir categorias importantes do Antigo Regime, como a

¹² Sobre esta província veja-se o imprescindível estudo: Maria Antonietta Visceglia, *Territorio, feudo e potere locale. Terra d'Otranto tra medioevo ed età moderna* (Napoli: Guida, 1988).

¹³ Vincenzo Cazzato, «Architettura ed effimero nel barocco leccese», in *Barocco Romano e Barocco Italiano. Il teatro, l'effimero, l'allegoria*, eds., Marcello Fagiolo - Madonna Maria Luisa (Roma-Reggio Calabria: Gangemi, 1985), 267-282; Idem «Ingressi trionfali e teatri di morte. Momenti dell'effimero fra Cinque e Ottocento nella Puglia Meridionale» in *Atlante della festa in Italia*, ed. Marcello Fagiolo (Roma: De Luca, 2008), 360-376; Antonio Cassiano e Regina Poso, «Il fervore degli arredi» in *Storia di Lecce dagli Spagnoli all'Unità*, ed. Bruno Pellegrino (Roma- Bari: Laterza, 1995), 658-659.

¹⁴ José Pedro Paiva, «A liturgy of power», 138; por outros territórios: Idem, «Etiqueta e Cerimónias Públicas na Esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII)», in *Festa, Cultura & Sociabilidade na América portuguesa*, vol. I, eds. Istvan Jancsó-Iris Kantor (São Paulo: Hucitec, 2001), 74-93.

¹⁵ Adriano Prosperí, «La figura del vescovo fra Quattro e Cinquecento: persistenze, disagi e novità» in *Storia d'Italia. Annali 9, La Chiesa e il potere politico dal Medioevo all'età contemporanea*, eds. Giorgio Chittolini-Giovanni Miccoli, (Torino, Einaudi, 1986), 219-262, 260; Agostino Borromeo, «I vescovi italiani e l'applicazione del Concilio di Trento», in *I tempi del Concilio. Religione, cultura e società nell'Europa tridentina*, eds. Cesare Mozzarelli e Danilo Zardin, (Roma: Bulzoni, 1997), 27-105; José Ignacio Tellechea Idigoras, «El obispo ideal según el Concilio de Trento», *ibidem*, 207-223.

sacralidade/santidade do poder¹⁶. Aliás, conforme mostram itinerários historiográficos recentes, a Igreja católica utilizou a música religiosa para sugerir a majestade de Deus. Simultaneamente com as decorações das igrejas, as composições musicais deviam favorecer a solenidade do culto, que se exprimia em particular nestas extraordinárias cerimónias¹⁷.

No caso específico das entradas dos bispos a música contribuía para afirmar a diferença de estatuto do antístite na hierarquia eclesiástica como testemunha a antífona *Ecce sacerdos magnus*, cantada de forma aclamativa quando o prelado chegava à porta da cidade¹⁸.

Como veremos nas próximas páginas, o acesso urbano era um *topos* fulcral da cerimónia de (re)integração da autoridade diocesana: um espaço onde se cumpriam gestos concretos ou metafóricos que frisavam quer o acto comunitário de instituição/incorporação, quer o polivalente poder do neo-eleito. Na documentação considerada nesta pesquisa fazem referência concreta ao hino algumas entradas, como a do arcebispo de Otranto, em 1675, bem como as dos prelados portugueses de Miranda (1742) e Porto (1743)¹⁹.

Este estudo baseia-se, com efeito, na análise comparativa de 15 entradas em 5 centros da Terra de Otranto²⁰, 10 portuguesas e 4 do seu império²¹.

A península do vice-reino entre o mar Jónio e o Adriático apresenta um circuito policêntrico variado: circunscrições litorais como os arcebispados de Brindisi, Otranto e Taranto, ou uma "pequena ilha" como no caso de Gallipoli. O bispado de Lecce localizava-se no interior e constituía o núcleo entre os dois mares com um relevante papel político-cultural. Cada circunscrição tinha funções diferentes nos planos geopolítico, demográfico, militar, económico, comercial e religioso, aspectos que se reflectiam nos momentos da escolha episcopal. A cidade adriática de Brindisi, por exemplo, tinha um carácter estratégico próprio e, por consequência, o governo diocesano era atribuído somente a fiéis prelados de origem espanhola.

Neste caso específico a uniformidade na origem geográfica dos bispos era semelhante à dos de muitas dioceses portuguesas. Por seu lado, a arquidiocese de Otranto, frente à costa albanesa e aberta também ao mar Adriático, dava o nome à província da Apúlia meridional e espalhava a sua jurisdição sobre 5 dioceses sufragâneas (três de nomeação papal e duas régias). Pelo vasto raio jurisdicional pode comparar-se à sé metropolitana de Braga, no norte de Portugal, que tinha sujeitas o mesmo número de sedes no princípio da idade moderna (Porto, Miranda, Coimbra, Viseu, Lamego)²². Por outro lado, a arquidiocese de Goa, ocupava uma posição central na costa ocidental da Índia, e era o epicentro da extensa estrutura eclesiástica do Oriente. Tinha por

¹⁶ Marcello Fantoni, «Non est enim potestas, nisi a Deo». Grazia divina e governo dello Stato» in *La corte en Europa: política y religión (siglos XVI-XVIII)*, voll. I-III, vol. I, eds. José Martínez Millán – Manuel Rivero Rodríguez – Gijss Versteegen, (Madrid: Ediciones Polifemo, 2012), 35-62.

¹⁷ Sobre este assunto: Bernard Dompnier, «La musique, la liturgie et les dévotions. Un mode de distinction» in *Maitrises et chapelles aux XVIIe et XVIIIe siècle: des institutions musicales au service de Dieu*, ed. Idem, (Collection Histoires croisées, Clermont-Ferrand: PUBP, 2003), 317-341.

¹⁸ Veja-se o caso de Olomuc, na República Checa, onde este hino se cantava perto da porta da sé catedral: Martin Elbel, «Bishop's Secular Entry: Power and Representation in Inauguration Ceremonies of the Eighteenth-Century Bishops of Olomouc», in *Religious Ceremonials*, 47-60, 53.

¹⁹ Arquivo Diocesano Otranto (ADO), *Carte Varie*, 3, 1659-1669, *Trattato delle sacre cerimonie e di varie e diverse cose raccolte e scritte da me abate Giuseppe Procace*, c.n.n., *Relaçam da solemne entrada que na cidade de Miranda fez o Excellentissimo e reverendissimo Senhor d. Diogo Marques Mourato*, Porto, 1742, c.n.n., *Relaçam da solene entrada publica que nesta corte e cidade de Porto fez em o dia cinco de Mayo de 1743*, Porto, 1743, 15.

²⁰ Paola Nestola, "Poder episcopal e saques rituais na periferia do Império: as solenes entradas dos bispos em Terra de Otranto (s. XVI-XVIII)" in *The Lower Nobility in the Iberian Empires of Ancien Regime* International Congress, Lisbon 18-21 March 2011, (Instituto de Investigação Científica Tropical (ICT), Centro de História de Além-Mar – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade de Lisboa e Universidade de Açores (CHAM /UNL&UAç), Direção- General de Arquivos (D GARQ)), (Lisboa, 2012) 1-23.

²¹ Braga 1589 e 1741, Coimbra 1741, Miranda 1742, Porto 1743, Faro 1753; Goa 1595, Cabo Verde 1741, Rio de Janeiro 1747 e Grão Pará 1749.

²² José Marques, «Braga» in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. A-C, ed. Carlos Moreira Azevedo, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 221-253.

sufrágneas Cochim, Malaca, Macau e Funai. Provida de um extraordinário sistema defensivo, constituía o empório comercial do Estado da Índia²³.

Se funções, distâncias e extensões diferentes caracterizavam a malha eclesiástica destes territórios, também são de heterogénea origem e finalidade as fontes utilizadas para esta análise. Uma heterogeneidade documental que, como veremos, poderia reflectir-se nas formas, nas finalidades e ainda nos pormenores da descrição dos momentos tópicos da cerimónia relatados em crónicas ou memórias da cidade, em relações anónimas, em actas da cúria diocesana, ou ainda em biografias episcopais. Além disso, os casos tratados nesse estudo, quer do território português quer do vice-reino de Nápoles, prestam-se a ser analisados através de interessantes documentos bi/tridimensionais: uma especificidade diferente se comparada com outros espaços diocesanos como os de França, que não dispõem de fontes iconográficas sobre as entradas, conforme afirmou recentemente Stéphane Gomis²⁴.

Os exemplos figurativos propostos, embora posteriores às cerimónias, são úteis para corroborar algumas linhas interpretativas focalizadas sobre sintomáticos momentos e *topoi* da liturgia. Estas extraordinárias fontes visuais permitem uma análise das formas de representação e autorrepresentação dos elementos principais da hierarquia social²⁵. Um papel estratégico desempenhado por essas imagens figurantes uma específica elite de poder a qual, além de representar vigilantes agentes da Igreja e da monarquia, desenvolvia funções espirituais, jurisdicionais e administrativas, tornando-se ainda em taumatúrgica defensora da ordem social.

2. Medidas sintomáticas de um medonho e longo itinerário

De acordo com o modelo proposto por José Pedro Paiva, a entrada pública era articulada em seis momentos fundamentais, que decorriam na cidade sé diocesana, mas começavam logo no trajecto em direção à diocese²⁶.

Na economia deste contributo, e de acordo com a perspetiva comparativa que se assumirá, não podemos analisar em detalhe todas as fases que subdividiam cada etapa. Focar-nos-emos em alguns momentos dinâmicos e simbólicos, fortemente ligados ao respeito pelo *praeceptum divinum* da residência, conforme aprovado no Concílio de Trento:

- 1) O percurso episcopal via mar ou terra;
- 2) O périplo urbano em direção à sé do governo episcopal, repleto de significativos *topoi*.

Dos 15 exemplos conhecidos, a crónica da entrada em Lecce do bispo D. Braccio Martelli, de abril de 1553, é a mais antiga²⁷; no caso português, dispõe-se da memória da entrada de 1589 do arcebispo de Braga, D. Agostinho de Jesus²⁸, e da notícia da viagem efectuada por D. Aleixo de Meneses, eleito para Goa em 1595²⁹. As três descrições são interessantes porque, entre outros aspectos, precedem o *Ceremoniale Episcoporum*, publicado no princípio de Seiscentos, tratado latino destinado a uniformizar universalmente o rito de posse da principal autoridade religiosa diocesana. Quando, na primeira metade do século XVIII, este texto foi reeditado e enriquecido

²³ Francisco Bethencourt, «O Estado da Índia» in *História da Expansão Portuguesa*, vol. 2, eds., Francisco Bethencourt - Kirti Chaudhuri (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 284-314, 284; Catarina Madeira Santos, «Goa é a chave de toda a Índia». *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999).

²⁴ Stéphane Gomis, «Les entrées solennelles des évêques dans la France des XVIIe et XVIIIe siècles», in *Les Cérémonies extraordinaires du catholicisme baroque*, ed. Bernard Dompnier, (Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2009), 509- 524.

²⁵ Peter Burke, *Testimoni oculari. Il significato storico delle immagini*, (Roma: Carocci, 2002 [1st. ed. 2001], 163-182.

²⁶ As seis etapas seguiam o seguinte modelo comum: fase organizativa, acolhimento, recepção, procissão intramuros, consagração espiritual no interior da catedral, festejos públicos.

²⁷ *Cronache di Lecce*, ed., Alessandro Laporta, (Lecce: Ed. del Grifo, 1991), 18.

²⁸ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), ms. 603, ff. 193-195.

²⁹ Rodrigo da Cunha, *História eclesiástica dos arcebispos de Braga, e dos santos e varoens illustres que florescerão neste arcebispado*, (Braga: Manuel Cardoso, 1634-1635), vol.II, 424-425.

com um aparato iconográfico, sobretudo o capítulo segundo do primeiro livro era dedicado a esta fase itinerante do rito, não por acaso intitulado *De primo accessu episcopi vel archiepiscopi ad suam diocesim vel archidiocesim*³⁰. Nesta parte do texto, pensado para circular em todo o orbe católico, o aparato iconográfico mostrava até a mudança da vestimenta do bispo que, de viajante principal da comitiva se transformava na autoridade preeminente da cerimónia, tal como o assinalavam a mitra, o pluvial, o baldaquim e outros elementos próximos da porta da urbe³¹. Nessa parte da entrada, ainda não era plenamente claro que o acto da tomada de posse não fosse um percurso indefinido, mas sim um trajeto que, de um ponto de partida específico conduzia a um destino final. Sobretudo no limiar adjacente à transposição da porta, é possível identificar esta espécie de metamorfose do bispo: de simples prelado com uma comitiva a autoridade que ia ser incorporada na cidade de eleição.

Também iconograficamente, portanto, desde Roma se queria corroborar a ideia que a entrada não fosse uma cerimonia única, mas antes desencadeada por sintomáticos momentos. Fases às quais participavam actores diferentes assim como ritmada segundo *topoi*, signos e tempos diferentes.

Embora nesta análise não se siga uma ordem cronológica estrita, a dimensão temporal tinha uma grande importância, conforme evidencia a escolha dos dias nos quais se efectuava a viagem em direcção à sé, onde se realizava a entrada. São sobretudo as relações portuguesas a frisar este ponto, já que as do vice-reino são pouco eloquentes a este respeito.

Na ocasião da tomada de posse da diocese do Porto, por exemplo, o prelado D. José Maria da Fonseca e Évora iniciou numa segunda-feira a viagem desde a capital portuguesa – onde ocorrera a consagração – mesmo no dia da festa “dos prazeres de Nossa Senhora” (22 abril 1743)³². Assim, também o itinerário do novo prelado do Algarve começou em Lisboa, no dia em que a Igreja celebrava “a apresentação da Virgem nossa Senhora no templo” (21 novembro 1752)³³. De igual modo, a viagem por mar do titular da sé brasileira do Grão Pará, depois de uma paragem forçada pelos ventos contrários, recomeçou no dia consagrado ao evangelista S. Mateus (21 setembro 1748)³⁴.

Embora sejam coincidências cronológicas que se encontram ainda em outras relações sobre momentos proeminentes da vida dos bispos, podemos entendê-las como uma poderosa forma de recomendação intercessora, privada/individual mais que colectiva³⁵. Neste último caso, talvez a sobreposição temporal coincida com a referência ao apóstolo que viajou para evangelizar as nações gentias, espalhando os ensinamentos de Jesus entre povos pagãos como os etíopes, os macedonianos e os persas.

Apesar de os exemplos portugueses evocados pertencerem a uma fase avançada do século das Luzes, mas coincidente com as datas fixadas pela historiografia de “um novo florescimento

³⁰ *Caeremoniale Episcoporum Clementis Papae VIII et Innocentii X jussu recognitum*, (Roma, Michelangelo e Pietro Vincenti, 1713).

³¹ *Ibidem*, 4-6.

³² *Relaçam da solenne entrada publica que nesta corte e cidade do Porto fez em o dia sinco de Mayo de 1743 o Exc.mo e R. mo Senhor d. Fr. Joseph Maria da Fonseca e Evora*, (Porto, Officina Prototypa episcopal, 1743).

³³ *Relaçam da Magnificencia, Pompa e Aplauso com que foi recebido pelos seus diocesanos o excellentissimo e reverendissimo Senhor D. Lourenço de Santa Maria e Melo ex Arcebispo primaz de Goa, bispo de todo e reyno do Algarve*, (Lisboa: 1753), 4.

³⁴ *Relaçam da viagem e entrada que fez o excellentissimo e reverendissimo Senhor D.F. Miguel de Bulhoens e Sousa*, (Lisboa: 1749), 2.

³⁵ Concentrado sobre a area do vice-reino de Nápoles e relativo à intercessão colectiva dos santos numa escala cronologica bastante ampla: Jean Michel Sallmann, *Naples et ses saints à l'âge baroque (1540-1750)*, (Paris: PUF, 1994); pelo concernente ao território português e do império ultramarino num espaço temporal mais restringido: João Francisco Marques, «A tutela do sagrado: a protecção sobrenatural dos santos padroeiros no período da Restauração», in *A memória da Nação orgs.* Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991), 267- 294.

de santidade local”³⁶, parece que os prelados portugueses requeriam uma particular proteção sobrenatural aos santos ou a outros poderosos medianeiros para começar esta fase cheia de incógnitas e obstáculos, além de longa e fatigante. Exemplificativa é a borrascosa viagem do franciscano D. João de Faro em direção à Ribeira Grande, na diocese de Cabo Verde, em 1741³⁷. Não somente resistiu a um naufrágio que o deixou apenas com uma túnica molhada, como foi aprisionado pelas populações de “bárbaros negros” que mataram os companheiros de viagem sobreviventes. Pago o resgate para a sua libertação, o pobre bispo sobreviveu somente alguns meses, sem sequer conseguir instalar-se na diocese atribuída.

No contexto da América espanhola, outros foram os perigos da viagem aos quais “milagrosamente” escapou o bispo D. Diego de Salamanca, quando embarcou para Porto Rico, em Junho de 1577. Segundo a sua enfática relação: “me sucedió tan mal, que tengo por milagro el haber llegado; porque se perdió el timón de la nao 100 leguas antes de la islas; y como la flota se fue, sin poder darnos socorro, fue la nao gobernada con el trinquete”³⁸.

Já no século XVII, no caso das dioceses napolitanas não faltaram episódios dignos de menção, embora raros, de prelados mortos durante a viagem. Exemplificativos os casos referidos por Luis Moreri (1643-1680) na sua obra enciclopédica, em particular relativamente á ordem da Mércé, entre os quais membros foram nomeados bispos pelas dioceses de Espanha, mas também para a Sardenha ou para o vice-reino de Nápoles, e até para as de Américas³⁹. O erudito historiador francês referia o episódio de Frei D. Diego de Prado, eleito para Brindisi, em 1657, e que foi “submergé prés de Palamos, par une tempête arrivée le 21 avril 1658”⁴⁰. Da sua parte Jean Delumeau evidenciando os perigos que os viajantes podiam encontrar na via Appia, seguindo o percurso terrestre Roma-Nápoles, assinalou o exemplo de uma emboscada feita por alguns bandidos que, em 1595, fizeram prisioneiro um bispo, matando outros cinco viajantes⁴¹. Segundo o testemunho do autor da notícia, “nunca bandidos realizaram um tal despojo entre mercadoria, dinheiro e resgate”⁴². Tempo da Igreja, tempo do mercador e da informação sobrepunham-se, pois, nesta fase preliminar da entrada.

Ainda explícita era a sobreposição entre dimensão sagrada e profana deste momento preparatório na relação do prelado D. José Maria da Fonseca e Évora, que escolheu fazer a cerimónia pública no dia 5 de Maio, no qual se celebrava “o patrocínio de S. Joseph de quem o mesmo Senhor tem o nome”⁴³. Entre as relações dos prelados de Terra de Otranto, somente a memória de 1679 sobre a tomada de posse do titular de Gallipoli confere particular atenção a esta coincidência entre data da entrada e calendário litúrgico. Como se intui do manuscrito, o prelado espanhol D. Antonio Perez de la Lastra “fez a sua entrada solene a 11 de maio, dia da Ascensão do Senhor, ingresso pelo qual a cidade fez grande despesa”⁴⁴. Contudo, apesar de estas reservas

³⁶ Sobre a evolução do culto dos santos na época barroca e sobre o papel tido nas sociedades napolitanas pelos grupos dominantes na promoção da santidade: Jean Michel Sallmann, *Naples et ses saints*, 134 e 159-160, 371.

³⁷ *Relação da viagem que fez o excellentissimo e reverendissimo bispo D. Fr. João de Faro para a sua Sé da cidade da Ribeira Grande, ilha de Sant'Iago de Cabo Verde*, (Lisboa, Miguel Manescal da Costa: 1741), 1-15.

³⁸ Sobre esta relação de viagem do bispo: Paulino Castañeda Delgado - Juan Marchena Fernandez, *La jerarquía de la Iglesia en Indias: el episcopado americano. 1500-1850* (Madrid: Mapfre, 1992), 206.

³⁹ Louis Moreri, *Le grand dictionnaire historique ou mélange curieux de l'histoire sacre et profane*, (Paris, Librairie Associes, 1759), T. VII, 471-478. Paulino Castañeda Delgado - Juan Marchena Fernandez, *La jerarquía de la Iglesia en Indias*, 104. Não se encontram prelados membros dessa ordem nas dioceses ultramarinas portuguesas nos séculos XVII-XVIII, cfr. Caio Boschi, «Episcopado e Inquisição», 374-375.

⁴⁰ Louis Moreri, *Le grand dictionnaire historique*, 477.

⁴¹ Jean Delumeau, *Vita economica e sociale di Roma nel Cinquecento* (Firenze: Sansoni [1ª ed.1975] 1979), 27.

⁴² *Idem*, tradução do italiano.

⁴³ *Relação da entrada que o Serenissimo Senhor D. Joseph de Bragança Arcebispo Primaz fez na cidade de Braga ao 23 de julho de 1741*, (Lisboa, 1741), 6.

⁴⁴ Biblioteca Provinciale di Lecce (BPL), ms. 347, 125r-126r, tradução do italiano.

nas relações napolitanas, há que evidenciar esta passagem referida pelos biógrafos que se liga com o que frisou Fantoni, para quem “a santidade é a mais alta forma de perfeição e virtude cristã, aproximando-se dela ou encarnando-se nela o poder adquire consagração divina e legitimação terrena”⁴⁵.

Outros interessantes aspectos ligados às excepcionais, até heroicas, virtudes dos bispos emergem nos textos que relatam estas viagens. No caso dos prelados com destino a Goa, por exemplo, a data de início do percurso dependia das monções, ventos que regulavam o ritmo de vida dos indianos e condicionavam as viagens das naus que partiam de Lisboa. Mesmo neste caso, os tempos de jornada estendiam-se muito (desde cinco até seis meses) e as insalubres condições higiénico-sanitárias das embarcações transformavam os prelados em zelantes médicos da alma e, às vezes, também do corpo⁴⁶.

Exemplificativo o caso de final de Quinhentos, do arcebispo D. Frei Aleixo de Menses, o qual, durante a travessia, evidenciou o seu espírito caritativo empenhando-se ativamente na visita dos enfermos e na distribuição de bens materiais. Segundo as palavras do seu biógrafo: “Curou-os o bom prelado, não só com os favores de sua presença visitando-os a todos pessoalmente, e muitas vezes, mas ainda com os regalos, que podia dar de sy o descommodo de hua tão larga viagem”⁴⁷.

Mais recentemente, em biografia deste eminente prelado realizada por Carlos Alonso, foram salientados aspectos interessantes do religioso agostiniano relativamente aos preparativos que fez antes de embarcar em Lisboa. Mesmo a consagração de D. Frei Aleixo de Menses foi celebrada rapidamente – no dia da festa de Páscoa da Ressurreição (26 de Março de 1595) - depois da preconização romana (13 de Fevereiro), para permitir que o prelado se juntasse à frota de cinco navios que no dia 8 de Abril partiam para a Índia⁴⁸. Uma precaução que não teve aplicação imediata, porquanto a largada da frota foi bloqueada pelos ventos fortes que assolaram o porto de Lisboa⁴⁹. O vento, contudo, foi protagonista de outros momentos turbulentos durante a viagem, como foram as enfermidades causadoras de mortos e muitos doentes⁵⁰.

Os relatos de aspectos secundários e quotidianos, aumentavam a função específica do consagrado no auxílio de quem o acompanhava. Nesse sentido, o(s) espaço(s) constitui(em) uma dimensão importante nos relatos da cerimónia de entrada explicando onde e em que ocasião se podia exercer o poder auxiliar do bispo.

Além destes sintomáticos casos, na fase preliminar do ritual urbano estavam previstas cerimónias de boas vindas entre o neo-consagrado e quem ele ia encontrando pelo caminho. Grupos diferentes como autoridades civis, militares, eclesiásticas e religiosas, nobres, senhores e populares homenageavam o bispo à sua passagem, muito antes de ele se instalar definitivamente no seu paço.

Não obstante, no exemplo de Lecce, datado da primeira metade de Quinhentos, o cronista aludiu aos traços mais salientes da cerimónia, composta por diferentes atores sociais como autoridades civis e religiosas identificadas individualmente pelos seus nomes. O ritual, neste

⁴⁵ Marcello Fantoni, «Non est enim potestas, nisi a Deo», 49, tradução do italiano.

⁴⁶ José de Vasconcelos e Menezes, *Apoio sanitario na nossa marinha de outorva*, (Lisboa: Academia da Marinha, 1987); Germano de Sousa, *Vida, saúde e doença a bordo das naus*, in *História da medicina portuguesa durante a expansão*. Idem (Círculo de Leitores, Lisboa, 2013), 103-148.

⁴⁷ Rodrigo da Cunha, *História eclesiástica dos arcebispos de Braga*, 424-425.

⁴⁸ Carlos Alonso, *Alejo de Menses, O.S.A. (1559-1617). Arzobispo de Goa (1595-1612). Estudio biográfico*, (Valladolid: Ed. Estudio Agustiniano, 1992), 24-27.

⁴⁹ *Ibidem*, 27.

⁵⁰ *Ivi*, 29-30

caso, centrava-se num espaço urbano conflitual mas abstrato⁵¹, de maneira que a articulação do grupo episcopal era delimitado pelo pálio/baldaquim, um importante símbolo de legitimidade jurisdicional. Diversamente desta sintética descrição topográfica de Lecce, de 1553, a entrada do arcebispo de Braga evidenciava, ao contrário, o extenso território atravessado pela comitiva episcopal em direção à sé primacial. Depois de partir da capital, no dia 18 de Fevereiro de 1589, o grupo, integrando o metropolitano D. Frei Agostinho de Jesus, chegou ao destino a 8 de Março, festa de S. Tomás de Aquino⁵². Uma vez mais o cronista evidenciou a coincidência entre o acontecimento que afectou a vida do prelado - teólogo agostiniano - com a data do *dies natalis* do *Doctor Angelicus*, permitindo ter descrições de aspectos, em geral, pouco evidentes nos casos examinados no vice-reino napolitano.

Uma das primeiras descrições do espaço percorrido pela comitiva episcopal refere-se à entrada do cardeal D. Bonifácio Caetani, eleito para o rico arquiépiscopado de Taranto, em Janeiro de 1613⁵³. Uma respeitável delegação esperou-o no confim do seu território de jurisdição, a cerca de 20 Km da urbe. Na vila de Massafra o neo-eleito encontrou o governador e o presidente da câmara, isto é, os representantes do soberano e da cidade arquiépiscopal. Seguidamente, durante o itinerário, juntaram-se outras dignidades. Pontos de encontro, distâncias físicas e jurídicas, hierarquias sócio-espaciais correspondiam a distinções topológicas e de *status*. Como justamente notado, as distâncias espaciais tinham um sintomático valor de etiqueta: por parte dos membros da comunidade diocesana, de facto, podiam diminuir ou dilatar-se segundo o grau de respeito tributado à nova autoridade, tornando-se em distâncias simbólicas.

Ainda que cheia de pormenores, reflexo destes escalonamentos hierárquicos, foi a sucessiva descrição setecentista da viagem em carruagem de D. António Maria Pescatori (1741), titular de Gallipoli⁵⁴. Apesar da evolução das novas técnicas de transporte, não dispomos, nessa fase da pesquisa, da informação que as autoridades civis ou religiosas ultrapassassem os 100 Km para esperar o ordinário. Uma situação diferente se comparada com o que acontecia em Portugal onde, quer no final de Quinhentos, quer em meados de Setecentos, os nobres prelados bracarense eram esperados por parte do seu rebanho em Coimbra⁵⁵. Esta diocese sua sufragânea, entre a capital política e a sé de destino, distava quase 180 Km do centro arquiépiscopal.

Simultaneamente às distâncias físicas eram os confins jurisdicionais a ter um papel importante na delimitação da viagem episcopal. De facto, deu-se particular atenção às fronteiras simbólicas no ciclo de azulejos que representa a chegada do arcebispo Meneses a Goa, em 1595. Na imagem proposta (Fig. 1), a chegada do antístite parece ter uma forte aderência ao Salmo da Epifania e aos versículos "Florescerá a justiça nos seus dias e uma grande paz até ao fim dos tempos. Ele dominará de um ao outro mar, do grande rio até aos confins da terra" (Salmo 71).

⁵¹ Relativamente ao saque realizado durante a cerimónia: Paola Nestola, *I grifoni della fede. Vescovi-inquisitori in Terra d'Otranto tra '500 e '600*, (Galatina (Le): Congedo, 2008), 157-159, 187-188; para um quadro territorial mais amplo: Idem, "Poder episcopal e saques rituais na periferia do Império, cit.

⁵² BNP, ms. 603, f. 194r.

⁵³ *Relazione dell'entrata di Caetani Cardinale Bonifacio arcivescovo di Taranto in detta città*, [s.l.], in Vittorio De Marco, *La diocesi di Taranto nell'età moderna (1560-1713)*. (Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1988), 332-334.

⁵⁴ Biblioteca Comunale di Gallipoli (BCG), ms. 37, 52-56.

⁵⁵ *Relação da entrada que fez em Coimbra o Serenissimo Senhor D. Joze de Bragança Arcebispo primaz de todas as Espanhas aos onze de Julho de 1741*, (Coimbra, 1741).



Fig. 1: *Chegada do arcebispo D. Aleixo de Meneses a Goa*, primeira metade do XVIII século, Claustro Convento da Graça, Torres Vedras.

Exactamente no limite entre espaço fluído e terrestre o documento visual mostra as saudações das autoridades locais e membros da ordem agostiniana confrades do neo-bispo. Além disso, a cena e os outros atores representados parecem aludir à continuação do texto bíblico “Os reis de Társis e das ilhas virão com presentes, os reis da Arabia e de Sabá trarão suas ofertas. Prostrar-se-ão diante dele todos os reis, todos os povos o hão de servir”.

Nesse ciclo decorativo relativo ao arcebispo Meneses a larga viagem oceânica do percurso é frisada pela presença de galeões portugueses, estruturas com uma morfologia mais apropriada para percorrer distâncias oceânicas sem esquecer as exigências bélicas da marinha lusitana⁵⁶. Além de quanto representado nesse documento figurativo e de acordo com o texto da biografia episcopal, o arcebispo embarcou na nave “nossa Senhora da Vitória”, que fazia parte da armada do capitão mor João Saldanha. Igualmente refere o nome da embarcação do arcebispo a biografia de Carlos Alonso, que se baseia nos *Documenta Indica* de Joseph Wicki⁵⁷. Para estes autores, de facto, a frota era composta pelos barcos “Nossa Senhora da Luz”, “Nossa Senhora da Vitória”, “São Pantaleão”, “São Simão” e “Nossa Senhora do Rosário”. Embora protegidos pela poderosa medianeira celeste assim como pelo santo mártir padroeiro do Porto que, segundo a *passio*, quando foi atirado ao mar conseguiu salvar-se⁵⁸, foi uma viagem marítima atribulada antes de arribar a Goa, no mês de Setembro, no final do período das monções.

O ciclo de azulejos é posterior à entrada na diocese e está datado, pela recente historiografia,

⁵⁶ Francisco Contento Domingues, «A prática de navegar. Da Exploração do Atlântico à demanda do Oriente: caravelas, naus e galeões nas navegações portuguesas», in *História da expansão portuguesa*, 62-87.

⁵⁷ Carlos Alonso, *Alejo de Meneses*, 29; Joseph Wicki, S.J., *Documenta Indica*, vol. XVII, (Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1988), 27-28.

⁵⁸ Sobre as series de nomes dos navios da Europa ocidental e sobre a passagem desde nomes laicos ao triunfo do nome da Virgem como protectora: Henri Bresh e G. Bresh Bautier, “Les saints protecteurs de bateaux (1200-1460)” *Ethnologie française*, (IX, 2, 1979), 161-178. Interessantes os trabalhos relativos à mentalidades religiosas das gentes de mar pertencente outros espaços geográficos: Alain Cabantous, *Le ciel dans la mer. Christianisme et civilisation maritime (XVIe-XIXe siècle)*, (Paris, Fayard, 1990), 123-171; Pablo Emilio Pérez Mallaina Bueno, *El hombre frente al mar: naufragios en la carrera de Indias durante los siglos XVI y XVII*, (Sevilla, Universidad de Sevilla, 1997), 61.

como sendo da primeira metade do século XVIII (1725?)⁵⁹. Nesta altura, já mais de cem anos tinham transcorrido desde aquela viagem, a qual terá durado cerca de cinco meses. Este ciclo figurativo, em realidade, faz parte das decorações do Convento dos Agostinhos de Torres Vedras⁶⁰. Trata-se de representação com muita probabilidade destinada a envolver emotivamente os religiosos, além de suscitar a sua devoção/emulação pelo ilustre prelado⁶¹. Com certeza trata-se de um exemplo temático especial, uma iconografia diferente no que respeita aos azulejos figurativos coetâneos escolhidos como exemplo didático-moralizante pela ordem dos agostinhos eremitas, os quais mostravam outros aspectos da regra, fazendo apelo à via mística e ascética, de renúncia e de sacrifício para conseguir uma maior proximidade com Deus⁶².

Aliás, nesta importante instituição de Torres Vedras, o nobre eclesiástico Meneses tinha desempenhado relevantes cargos, como o de prior, no biénio 1588-1590, comprometendo-se na recolha de dinheiro para financiar o edifício. Depois deste ciclo de priorado, foi nomeado arcebispo de Goa, até a chegar sucessivamente a ser nomeado arcebispo de Braga e vice-rei de Portugal⁶³. O conjunto figurativo fortemente apologético é interessante porque ilustra, por um lado, aspectos hagiográficos do prelado agostiniano segundo o modelo de bom pastor respeitador da residência; por outro, reflete traços de relações coevas, como uma de 1749, intitulada *Relação da viagem e entrada que fez o excellentissimo e reverendissimo senhor D. F. Miguel de Bulhoens e Sousa [...] terceiro bispo do Grao Pará*. Nesta memória relativa a um prelado dominicano, destinado a uma sé do Brasil, ainda os dois distintos momentos da viagem e da entrada foram associados, a fim de exaltar a figura do eleito que ia cumprir o seu dever de residência, apesar das medonha viagem e as adversidades enfrentadas no longo itinerário que durou quase 5 meses (21 de Setembro de 1748 a 14 de Fevereiro de 1749).

Analogamente às sedes do ultramar, nos centros napolitanos de *patronato regio* podiam ser nomeados eclesiásticos oriundos da Península Ibérica. Estes chegavam aos seus destinos viajando pelo mar Mediterrâneo ou através de um percurso terrestre. Embora, face à navegação oceânica, se tratasse de uma diferente tipologia, é este outro dos elementos e dos "medos psicológicos" que ligam os eclesiásticos considerados. Alguns dos novos eleitos, recrutados muitas vezes entre as ordens religiosas, morreram durante a viagem, como aconteceu no caso do padre mercedário D. Martin de Azevedo (1656), destinado a Gallipoli, ou - como já referido - ao seu confrade D. Diego del Prado, eleito para Brindisi, em 1657⁶⁴.

Estes naufrágios são comparáveis aos que aconteceram aos prelados portugueses recrutados também entre as ordens regulares e enviados para as dioceses do império lusitano⁶⁵. Foi o caso

⁵⁹ José Queiros, "Louça e azulejos de Torres Vedras", *Terra Portuguesa*, (2, 1916), 44-49; Azevedo Carlos et al., *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, (Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1963, vol. IV), 44-45.

⁶⁰ Paula Correia da Silva, *O Convento da Graça de Torres Vedras a comunidade e o património* (Torres Vedras: Camara Municipal Torres Vedras, 2007), 36-38.

⁶¹ Sobre os textos relativos a Goa e a sua história, sobre os sentidos múltiplos assumidos por cada obra: Diogo Ramada Curto, «Representações de Goa: Descrições e relatos de viagem», in *História de Goa*, orgs. Rosa Maria Perez e Joaquim Pais de Brito, (Lisboa: Museu de Etnologia, 1997), 45-85, 64-65.

⁶² Patrícia Roque de Almeida, "Apontamentos sobre a iconografia dos Eremitas na Azulejaria Setecentesca no entre Douro e Minho", *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnica do Património*, (IV 2005), 261-279.

⁶³ Carlos Alonso, *Alejo de Meneses*, cit.; Fernanda Olival, «Los virreyes y gobernadores de Lisboa (1583-1640): características generales», in *El mundo de los virreyes en las monarquías de España y Portugal*, eds. Pedro Cardim - Joan Lluís Palos, (Madrid: Tiempo Emulado, 2012), 247-286.

⁶⁴ Bartolomeo Ravenna, *Memorie istoriche della città di Gallipoli*, (Napoli: Raffaele Miranda, 1836), 476-477; Andrea della Monaca, *Memoria historica dell'antichissima e fedelissima città di Brindisi*, (Lecce: Pietro Micheli, 1674), 707-708, Pietro Cagnes e Nicola Scalese, *Cronaca dei sindaci di Brindisi 1529-1787*, (Brindisi: ed. Amici A. De Leo, 1978), 707-708.

⁶⁵ Para outros espaços americanos de *patronazgo*, a respeito do reccio dos naufrágios e das longas travessias marítimas que, por vezes, dificultavam a aceitação da nomeação régia, ver: Paulino Castañeda Delgado - Juan Marchena Fernandez, *La jerarquía de la Iglesia*, 204-206, 261.

do jesuíta D. Sebastião de Morais, morto durante a viagem para Funai (Japão), em 1587⁶⁶, o do arcebispo de Goa D. Manuel Teles de Brito, náufrago numa tormenta perto do Cabo da Boa Esperança, no verão de 1633⁶⁷, ou do franciscano D. João de Faro, destinado à sé de Cabo Verde (1741).

Para além das distâncias percorridas até aos locais do encontro entre bispos e quem os ia esperar nos confins das dioceses, outro aspecto a assinalar nesta fase itinerante é a hospitalidade. Esta etapa preveria fórmulas imateriais de acolhimento como fogos pirotécnicos de saudação ou toques dos sinos⁶⁸. Eram sinais com valor apotropaico, ou que visavam conferir distinção a locais menores nos jogos de escala territorial de um dado território diocesano. Aliás, seguindo as palavras evangélicas, eram inclusivamente previstos dons tangíveis oferecidos ao neo-bispo que constituíam gestos de urbanidade e liberalidade.

Estas cortesias podiam ser trocadas entre prelados de diferente condição, mas, normalmente, eram oferecidas pelos representantes da comunidade hóspede. Um exemplo é a dádiva do pálio feita pela cidade de Lecce ao metropolitano de Otranto, D. Gaetano Coscia, em 1636, por ocasião da paragem do prelado no centro principal do seu amplo território. O objeto com elevado valor legitimante, segundo o cronista, tinha "bordadas as empresas do dito arcebispo e da nossa cidade"⁶⁹.

Durante o século XVIII, nos centros diocesanos de Miranda ou de Braga, eram oferecidas ao neo-eleito as chaves da cidade⁷⁰. No primeiro exemplo português, como já referido, cantava-se ainda o hino *Ecce Sacerdos Magnus*, o qual conferia particular vigor a este momento inaugural. A simbólica oferta era representada também noutras localidades espanholas como Santiago de Compostela. Aqui até eram oferecidas ao arcebispo 8 chaves, correspondentes aos acessos principais da cidade central da Galiza⁷¹. Na sé arcebispal de Braga o prelado era senhor da cidade, pelo que o simbólico gesto da entrega das chaves, cumprido pelo membro mais velho da Câmara Municipal, sintetizava a extensa jurisdição do consagrado, reafirmando o seu poder disciplinar.

Estes dons, além de bens com valor legitimante, constituíam uma forma duradoura para estabelecer boas relações entre homens e instituições concorrentes no exercício do poder judiciário, legislativo e administrativo. Um simbólico diálogo entre agentes sociais diferentes e com papéis distintos, quer na malha urbana quer na diocesana.

Passe-se, de imediato, à etapa sucessiva: a recepção perto da porta urbana.

3. Uma dimensão de confim: a passagem da porta

Esta fase do rito reporta-se à ocasião que dividia o simbólico momento de (re)instituição episcopal, isto é, uma espécie de ratificação periférica da autoridade que fora indigitada pelo soberano e legitimada pelo papa, assim como um acto simbólico de integração nas estruturas de governo periféricas.

No caso de Lecce, os neo-eleitos tinham de ultrapassar o magestoso *limes* da Porta Reale,

⁶⁶ José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal*, 384-385.

⁶⁷ *Ibidem*, 110.

⁶⁸ Paola Nestola, "Poli(s)centric ceremonies for the bishops of the post-Tridentine period: the *adventus novi episcopi* in the diocesan network of the Salento Peninsula", *Città & Storia*, (VIII, 2013,1),11-29.

⁶⁹ *Cronache di Lecce*, 34-35, tradução do italiano.

⁷⁰ *Relação da solemne entrada que na cidade de Miranda, 3; Relação da entrada que o Serenissimo Senhor D. Joseph de Bragança, 3.*

⁷¹ Ana Goy Diz, "Las entradas triunfales de los Arzobispos en Compostela en los albores del Barroco", in *Barroco, Actas do II Congresso Internacional*, (Porto, University of Porto, 2003), 47-62, (disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7498.pdf>, consultado em 2013.04.10).

conhecida como Porta Nápoles⁷². Este diafragma, com efeito, juntava a sé periférica com a homónima capital do reino, e tinha sido (re)construída em 1548, em honra de Carlos V de Habsburgo. Aquele antigo *topos* devocional, na economia do rito religioso da entrada, tinha um importante valor. A porta era uma estrutura de acesso que se referia ao trecho evangélico de João (10, 7-9) associado ao múnus pastoral: "aquele que não entra pela porta no curral das ovelhas, mas por outra parte é ladrão e salteador. Aquele, porém, que entra pela porta, é o pastor das ovelhas".

Momento sagrado e momento profano, função civil e religiosa, na segunda metade do século XVI, não se confundem. Uma união que, porém, é evidente na entrada do arcebispo de Otranto (1635), ou na do titular de Lecce, D. Luigi Pappacoda (1639), e ainda na de D. Fabrizio Pignatelli (1719). Em todos estes exemplos o solene dispositivo em pedra foi reforçado simbolicamente com distintos aparatos efémeros que evidenciavam o significado de rito liminar.

Na cerimónia da tomada de posse do arcebispo de Braga, em 1741, o neo-consagrado tinha que superar o acesso feito construir por um seu predecessor, o arcebispo D. Diogo de Sousa, na primeira metade do século XVI. Pouco antes de o prelado dobrar a "Porta Nova" eram-lhe oferecidas as chaves perto de outro arco triunfal⁷³. Este acto, na conjuntura cronológica da primeira metade do século XVIII, confirmava o poder temporal e espiritual do bispo. Uma longa ausência tinha, com efeito, marcado a diocese, depois dos conflitos entre a Santa Sé e o soberano, pelo que o arcebispo nomeado pelo rei D. João V, em 1739, teve que esperar a confirmação romana de 19 de Janeiro de 1740 para tomar posse no ano seguinte⁷⁴. Por outro lado, D. José de Bragança era irmão bastardo do soberano e só depois da dispensa romana pude obter a mitra. Ainda hoje no palácio da Câmara Municipal de Braga, mandado construir por este arcebispo (entre 1751 e 1756)⁷⁵, um magnífico ciclo de azulejos representa a cena da cerimónia na urbe (Fig. 2).



Fig. 2: *A entrega das chaves a D. José de Bragança*, início do XX século, Câmara Municipal, Braga.

⁷² Paola Nestola, "Oltre il limite: identità e distinzione socio-territoriale a Lecce a metà '500", *L'Idomeneo*, (10, 2008), 119-129.

⁷³ *Relação da entrada que o Serenissimo Senhor D. Joseph de Bragança*, 3.

⁷⁴ José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal*, 523-524; Idem, «A igreja e o poder», in *História Religiosa de Portugal*, vol. 2. *Humanismos e Reformas*, dir. Carlos Moreira Azevedo, (Lisboa: Círculos de Leitores, 2000), 135; António Luís Vaz, *O cabido de Braga 1071-1971*, (Braga: José Dias de Castro, 1971), 247-258.

⁷⁵ Eduardo Pires de Oliveira, *Estudos sobre o século XVIII em Braga*, (Braga: APPACDM, 1993), 17-21.

Naquele contexto arquitectónico a representação – embora realizada no início do século XX⁷⁶ reconfirmava o amplo poder arcebispal perante as instituições da cidade concorrentes, como a Câmara Municipal e o cabido catedralício.

Das sedes de Terra de Otranto, nenhuma circunscrição apresenta este simbólico momento da cerimónia de posse. Com efeito, quer a diocese papal de Lecce quer as restantes de indigitação régia eram cidades directamente sujeitas ao soberano, o qual ali tinha seus representantes que desenvolviam cargos político-jurisdicionais. Considerando esta faceta e, porventura, para não criar confusão entre os assistentes pode-se explicar, em certa medida, a inexistência dessa homenagem perante o novo bispo⁷⁷.

Através de outros dispositivos podem, contudo, individualar-se atributos específicos e requisitos peculiares reconhecidos às novas autoridades diocesanas. Em alguns casos, sobre estes arcos eram realizadas representações que aludiam às virtudes do prelado. Na entrada de Gallipoli, por exemplo, foi representado o zelo. Neste caso, um jovem deitado numa pequena cama convidava o neo-consagrado espanhol a ultrapassar aquele limiar e a respeitar a residência na sé de governo. De novo o tema do cumprimento da missão é salientado, embora este fosse uma representação mais disciplinada, seguindo as disposições da igreja pós-tridentina, e em tudo diferentes perante as de outras sedes centro-setentrionais da península italiana, nas quais se simulava uma espécie de casamento entre o bispo e a Igreja, considerada como *Sponsa episcopi*.

Também nos centros diocesanos portugueses esta simbólica passagem era enfatizada com preciosos aparatos em seda, ouro e prata, num sincretismo que sintetizava o mundo pagão e cristão. O relator da cerimónia na cidade de Braga, em 1741, equiparava explicitamente a construção efémera erigida na ocasião às feitas edificar pelos imperadores romanos triunfantes.

Nos espaços diocesanos que não dispunham de muralhas na cidade, este simbólico momento de passagem era transferido para o acesso ao edifício mais importante da mesma: a catedral ou um convento de religiosos. Exemplificativos são os casos de Belém do Pará, de Rio de Janeiro, de Grão Pará no Brasil⁷⁸. Neste último caso foi a Câmara a estabelecer que o arco tinha que estar em frente da porta do convento das Mercês. Na representação do titular da diocese de Goa não é dada particular ênfase a este momento, embora existisse um arco para a entrada na cidade⁷⁹. Ali, segundo o exemplo iconográfico comentado, a ação concentrou-se mais sobre o desembarque do primaz da Índia e o acolhimento dos seus confrades e outras autoridades locais. A preeminência do arcebispo é enfatizada, contudo, pelo traje onde se destacava o pálio, o colarinho de lã branca, sinal de jurisdição sobre a ampla província eclesiástica. Um pormenor não efémero, cuja importância jurisdicional talvez como sugerido – poderia ser corroborada pela referência ao salmo evangélico relativo à chegada até os confins da terra. Contudo, uma mais ampla análise do conjunto da figuração dos azulejos no convento agostiniano poderá contextualizar a pormenorizada atenção a este momento e aos atores na chegada do arcebispo primaz das Índias Orientais.

Apesar dessas sugestões, o baluarte de articulação do espaço assumia uma importância particular na cerimónia do *adventus novi episcopi*, mantendo e conotando a função de limite entre território antrópico e selvagem, de diafragma sagrado por contraponto a outros lugares com conotação profana⁸⁰. Ainda, seguindo as sugestões de Lucetta Scaraffia, podemos afirmar

⁷⁶ Arquivo Municipal Braga (AMB), *Livros das Datas da Camara*, Reunião da Camara 11/11/1907, 154.

⁷⁷ Sobre este ponto com um elevado significado etológico nos ingressos triunfais: Sergio Bertelli, *Il corpo del re*, 63-65.

⁷⁸ José Pedro Paiva, «Etiqueta e Cerimónias Públicas», 81; *Relação da entrada que fez o bispo do Rio de Janeiro D. Fr. Antônio do Desterro Malheiro nesta cidade de 1747*, (Rio de Janeiro, 1747), 9 e 17; *Relação da viagem e entrada que fez o excellentissimo e reverendissimo senhor D. F. Miguel de Bulboens*, 7.

⁷⁹ Rafael Moreira, "A primeira comemoração: o arco dos vice-reis", *Oceanos*, (19/20, 1994), 156-161.

⁸⁰ Mírcea Eliade, *O sagrado e o profano a essência das Religiões*, (Lisboa, Livros do Brasil, 1956), 35-78.

que “nas sociedades tradicionais o espaço nunca é neutro ou indiferente, mas qualitativamente diferenciado através de uma rede simbólica que confere identidades coletivas e individuais, e é fundamento e garantia de memória. [...] A epifania do sagrado se apresenta contudo como ambivalente, fonte de energia mas também de caos e confusão: por isso o homem inventa simetrias tranquilizadoras para disfarçar a assimetria constitutiva do religioso”⁸¹.

Um exemplo concreto pode ajudar a compreensão desse tópico momento nas entradas episcopais, seguindo o caso do bispo de Lecce, D. Luigi Pappacoda, que tomou posse da sua diocese a 4 dezembro 1639, poucos dias antes da festa da Imaculada⁸². Como já evidenciado em diferentes estudos, de facto não parece casual que essa autoridade durante o seu largo governo (1639-1670) (re)propusesse visualmente este acto de instituição do poder episcopal⁸³. A estratégia iconográfica tinha um elevado valor taumatúrgico e inseria-se numa conjuntura específica de reforço da autoridade episcopal e de promoção da sede diocesana de Lecce. De facto, esse projeto de Pappacoda contrastava quer a onda de pânico epidémico que tinha afectado o vice-reino napolitano depois da difusão da peste, em meados do século XVII; quer a ação cultural de outros prelados recrutados entre as ordens religiosas (nomeadamente da congregação dos teatinos) que guiavam as preminentes circunscrições arquiépiscopais de Terra de Otranto de nomeação régia⁸⁴. O articulado plano do bispo napolitano baseou-se no estratégico uso de imagens bi e tridimensionais, além de uma reconfiguração urbanística de espaços fundamentais da cidade sé do governo. A organização do circuito iconográfico ordenado pelo bispo-arquitecto, segundo a definição de Gerard Labrot, foi concentrada num lugar específico: a catedral, fulcro litúrgico para além de jurídico e espiritual⁸⁵. Neste monumento reconstruído sob a direção de Giuseppe Zimbalo, a partir de 1659, o ponto focal do edifício era formado pela porta de entrada (Fig. 3).



Fig. 3: G. Zimbalo, *Porta da catedral*, século XVII, Catedral de Lecce, Lecce.

⁸¹ Lucetta Scaraffia, «Questioni aperte», in *Luoghi sacri e spazi della santità*, eds. Sofia Boesh Gajano e Lucetta Scaraffia, (Torino: Rosenberg & Sellier, 1990), 12, tradução do italiano.

⁸² Pelo itinerário urbano e as seis fases da entrada deste bispo de Lecce: Paola Nestola, “*Giocchi di scala provinciale*”, 529 – 534.

⁸³ Idem, “Poder episcopal”; Idem, “Poli(s)centric ceremonies”.

⁸⁴ Relativamente a estratégia cultural gravitante na ação episcopal organizada pelos arcebispos teatinos das limitrofias áreas diocesanas: Idem, ““Un Picciolo Ramo dell’Arbore Teatino” tra l’episcopato di Terra d’Otranto in età viceregnale: distribuzione e iconografica incidenza”, *Regnum Dei- Collectanea Theatina*, (67, 2011), 3-60.

⁸⁵ Gerard Labrot, *Sisyphes chrétiens. La longue patience des évêques bâtisseurs du royaume de Naples (1590-1760)*, (Champ Vallon : Seyssel, 1999), 176-177.

Ainda hoje domina este acesso o brasão episcopal, e ao centro do arco triunfal é evidente a figura de um bispo que alude ao antigo antístite, San Oronzo. Este é acompanhado por dois anjos que o convidam a ultrapassar o liminar ingresso guardado com elementos fitomorfos, aludentes aos frutos e às flores com propriedades profiláticas que decoravam as efémeras estruturas da cerimónia da entrada⁸⁶.

Essa encenação iconográfica constitui uma poderosa teofania arquitetada pelo bispo Pappacoda, o qual soube fazer uso do poder estratégico das imagens também no interior do edifício sagrado. O prelado, com efeito, mandou realizar uma pintura, na qual o santo antecessor - que foi eleito como santo padroeiro da cidade e da inteira Terra de Otranto depois do passado perigo da peste⁸⁷ - era representado chegando a pé à urbe acompanhado por dois anjos que simulam os mesmos gestos. Como na teofania ao exterior da catedral, nessa ierofania a confortante presença desses elementos celestes pode fazer referência aos decretos conciliares sobre o cargo episcopal, enfraquecendo, porém, a força negativa das palavras "Onus quippe angelicis humeris formidandum"⁸⁸. Eram estas, de facto, as palavras usadas nos decretos tridentinos, e contudo - do plano teórico à prática - ainda no 1657 as palavras enviadas às autoridades locais de Brindisi antes do naufrágio do bispo mercedário D. Diego del Prado, faziam referência ao peso do governo episcopal, capaz de fazer tremer mesmo os ombros dos anjos⁸⁹.

Na estratégia visual configurada por Pappacoda, portanto, o antigo antístite é ainda representado com símbolos de forte valor jurisdicional como o feixe de lictor e o báculo (Fig. 4)⁹⁰.



Fig. 4: G.A. Coppola, *A entrada de S. Oronzo*, 1656, Catedral de Lecce, Lecce.

⁸⁶ Também em Portugal nas entradas das autoridades civis se utilizavam estas plantas oficiais: Ana Maria Alves, *As entradas régias portuguesas uma visão de conjunto*, (Lisboa: Livros Horizonte, [1986]), 17 e 23.

⁸⁷ Jean Michel Sallmann, *Naples et ses saints*, 128.

⁸⁸ Cfr. *Sessão VI, Decreto de Reforma, Capítulo I*, João Baptista Reyceud, *O Sacrosanto e Ecuménico Concílio de Trento em Latim e Português*, (Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1781), vol. I, 157.

⁸⁹ Destinada às autoridades locais que deviam organizar e participar à cerimónia do ingresso, essa interessante carta em latim é assinada desde Madrid, Janeiro de 1657, e transcrita inteiramente em: Vito Guerrieri, *Articolo storico su ' vescovi della chiesa metropolitana di Brindisi*, (Napoli: Stamperia Societá Filomatica, 1846), 118-119.

⁹⁰ Sobre os *fasces lictoris*, antigos símbolos de jurisdição romana: Adriano Proserpi, *Giustizia bendata. Percorsi storici di un'immagine*, (Torino: Einaudi, 2009).

Esta representação ao interior do edifício sagrado visualizava um gesto que fortalecia a mensagem comunicada exteriormente. Interessante a comparação entre as duas imagens episcopais relativamente às insígnias do báculo: um símbolo de legitimidade que a autoridade ordinária podia utilizar somente no seu território de jurisdição⁹¹. Na imagem tridimensional, esse objecto representa-se como o cajado do viandante, na bidimensional a mesma insígnia é propriamente afigurada com a extremidade curva. A alusão ao “bom pastor” é evidente, assim como às palavras do Salmo 23 “a tua vara e o teu cajado me consolam”. Nesse sistema visual ligado por um mesmo tema no interior e no exterior da catedral, as insígnias são símbolos visíveis de proteção de Deus: uma forma milagrosa de defesa de uma comunidade que realça a função do bispo como *defensor civitatis*. Nas duas representações é também sintomático o gesto da bênção, que tinha o valor de um bem distribuído sobre toda a comunidade, capaz de sanar males físicos ou espirituais. Enfim, é evidente o poder taumatúrgico do *sacerdos magnus* apresentado como poderoso intermediário entre os homens e Deus.

Conclusão

Concluindo este percurso de pesquisa podemos frisar como dimensão espacial, social e jurisdicional por um lado, sistemas simbólicos, topológicos e teológicos, por outro, constituem as categorias que produzem o sentido das policêntricas cerimónias de entrada. Aliás, mostrando uma variedade de territórios, de poderes concorrentes e paralelos, os relatos ampliavam na diocese, e até na província, as categorias sócio-político-jurisdicionais contempladas no texto de referência universal como foi o post-tridentino *Ceremonialis episcoporum*. De facto, as extraordinárias liturgias de participação colectiva desenvolviam-se além do circuito das muralhas da cidade, incluindo espaços fluídos como os oceanos e o mar Mediterrâneo, quer no caso dos prelados portugueses destinados às sedes ultramarinas, quer no dos ibéricos selecionados para as dioceses régias napolitanas de Terra de Otranto.

Um verdadeiro trajecto, desde um ponto específico até a cidade de destino e pela qual o prelado era promovido.

Durante estes percursos cheios de obstáculos além de longos e fatigantes, era invocada uma especial interceção a poderosos protectores celestes para aliviar o medo pelo futuro e pela morte. Esse patrocínio podia ser expresso através da coincidente escolha do início da cerimónia como um dia de uma particular festividade religiosa, modo que visava apropriar-se de uma ulterior consagração divina e legitimação terrestre. Esses milagres se, por um lado, constituíam um alívio contra as angústias que tribulavam na viagem os expoentes das elites sociais, por outro, a nível colectivo, verificavam e testificavam a eficácia taumatúrgica dos santos ou dos celestes intercessores.

Durante o rito, o prelado representava o *Sacerdos Magnus*, o principal expoente da hierarquia eclesiástica, como aclamava o hino cantado durante a cerimónia de acolhimento do neo-consagrado, mas também como era evidente pelo novo hábito pontifical que rendia visível a particular função episcopal. Outros sinais tornavam a entrada do bispo uma eficaz forma de propaganda/afirmação da dignidade e da cidade sé de governo episcopal. Naquele momento de reinstituição e incorporação nas estruturas periféricas de governo da principal autoridade religiosa, tinham parte activa eminentes personalidades de articuladas hierarquias sociais. Elas comunicavam através de uma linguagem não somente verbal ou imaterial, mas também através da troca de dons com um forte carácter jurídico-identitário.

Desencadeado *extra e intra moenia civitatum* o extraordinário itinerário tinha uma sintomática

⁹¹ *Caeremoniale Episcoporum*, 80-82.

paragem perto do acesso principal da cidade. Neste *topos* liminar representavam-se gestos com um forte sentido teológico e jurisdicional, de maneira que actos concretos e não só metafóricos contribuíam a marcar e territorializar o espaço. A simbólica fase de passagem, em Lecce, foi comemorada por um bispo particularmente determinado a reafirmar o seu poder durante o seu mandado através de poderosas estratégias iconográficas bi e tridimensionais. Sobretudo na teofania remetida para o interior da catedral o ato da bênção frisava o papel episcopal de *defensor civitatis* protegida no plano material e espiritual.

Além disso, a fonte documental mostra ainda momentos de elevado valor legitimante, analogamente ao exemplo da entrada em Braga relativa ao século XVIII. Representando a entrada de um prelado de sangue real, nesse ciclo de azulejos de datação mais recente é enfatizado o amplo poder jurisdicional do arcebispo português, mais do que a capacidade taumatúrgica típica da sociedade do *Mezzogiorno* de Itália. Da sua parte, o testemunho iconográfico relativo ao arcebispo primaz de Goa concorria para exaltar quer extensos tratos administrativos-jurisdicionais, quer ainda as excepcionais qualidades de um ilustre membro de uma ordem regular que, desde a sua longa travessia, tinha agido e promovido o bem comum.

Nesses casos, assim como no exemplo de abertura relativo ao arcebispo de Taranto D. Filippo Santoro, é evidente que, em nome da cidade, os diferentes poderes urbanos dão prova de uma presença activa na tomada de posse da autoridade ordinária. Ao mesmo tempo, este rito performativo permite constatar que o *Sacerdos Magnus* faz a tomada de posse da sua sé, contribuindo para construção da memória do passado e do futuro da história da diocese.

Muitas dimensões se entroncam nas entradas episcopais, uma cerimónia que permite aos habitantes da diocese encontrar o pastor responsável pela sua saúde e a este de se mostrar na plenitude da sua autoridade intercessora.

No itinerário multinuclear proposto, a estreita rede eclesiástica de uma província do vice-reino de Nápoles constitui um significativo observatório, que a comparação/contraposição com os imensos, e simultaneamente descontínuos, espaços portugueses enriquece com novos elementos de análise e reflexão.

Manuel Baiôa*

A elite do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): perfil social e sociabilidade

R E S U M O | *O Partido Republicano Nacionalista era o segundo partido mais importante na fase final da I República. Representava a linha política republicana conservadora alternativa ao Partido Republicano Português, que reivindicava representar a linha radical e histórica do republicanismo e que permanecia como partido dominante do sistema político. Neste estudo pretendemos traçar o perfil social da elite do Partido Republicano Nacionalista e caracterizar a sociabilidade política deste grupo dirigente.*
Palavras-chave: Partido Republicano Nacionalista; elite; sociabilidade; Primeira República Portuguesa.

A B S T R A C T | *The Nationalist Republican Party was the second most important party in the final stages of the First Republic. It represented the conservative republican alternative to the Portuguese Republican Party, which followed the historical and radical trend of republicanism and which remained the dominant party in the political system. In this study we attempted to trace the profile of the social elite of the Nationalist Republican Party and characterize the political sociability of this leading group.*
Keywords: Nationalist Republican Party; elite; sociability; Portuguese First Republic.

Introdução

Depois dos estudos pioneiros de Oliveira Marques¹, a elite política da I República tem sido objecto de vários estudos prosopográficos nos últimos anos, principalmente ao nível da elite parlamentar e ministerial². No entanto, ao nível da elite partidária, o panorama é mais pobre. Faltam estudos sobre a elite do partido dominante - Partido Republicano Português (PRP), assim

*CIDEHUS - Universidade de Évora. Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora.

¹ A. H. de Oliveira Marques, "Estudos sobre Portugal no séc. XX, I - Aspectos do Poder Executivo, 1900-1932", *O Tempo e o Modo* (n.ºs 47-48, 54-55, 62-63, 67 e 71-72, Lisboa, 1967-1969).

² A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República* (Porto: Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000); Pedro Tavares de Almeida; António Costa Pinto, "Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política" in *Quem Governa a Europa do Sul? O recrutamento ministerial, 1850-2000*, Dir., Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto; Nancy Bermeo (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006), 19-58; Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, "Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico", *Revista de História das Ideias* (Volume 27, 2006), 399-417; Pedro Tavares de Almeida, "Eleições e recrutamento parlamentar em Portugal" in *Das Urnas ao Hemiciclo. Eleições e Parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Coord. Pedro Tavares de Almeida; Javier Moreno Luzón (Lisboa: Assembleia da República, 2012), 17-46.

como da maioria dos partidos políticos da I República³. Neste estudo pretendemos traçar o perfil social da elite do Partido Republicano Nacionalista (PRN) e caracterizar a sociabilidade política deste grupo dirigente.

O Partido Republicano Nacionalista nasceu da necessidade de fazer frente ao Partido Republicano Português, uma vez que só reunindo as forças republicanas conservadoras seria possível criar uma oposição eficaz ao partido hegemónico da I República, que continuava a dominar o sistema multipartidário, a administração pública e a rede clientelar. Os resultados decepcionantes do Partido Republicano Liberal (PRL) e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN) nas eleições legislativas de Janeiro de 1922 e nas eleições administrativas de Novembro de 1922 levaram-nos a iniciar uma negociação para a criação de um partido forte e alternativo ao Partido Republicano Português. No entanto, o acontecimento decisivo para a fusão foi a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados de Sá Cardoso, realizada no dia 2 de Dezembro de 1922. Nesse dia, devido à falta de diversos deputados, a oposição liderada pelo PRL e pelo PRRN teve uma importante vitória. Este triunfo incentivou uma maior aproximação destes dois partidos da oposição. Primeiramente, avançou-se apenas para a criação de um *Bloco Parlamentar das Direitas Republicanas*, apresentado formalmente no Congresso a 12 de Dezembro de 1922. As negociações prosseguiram durante as semanas seguintes entre os directórios e os grupos parlamentares. Os restantes órgãos intermédios do PRL e do PRRN foram informados, mais do que consultados, sobre a fundação do novo partido.

No mês de Janeiro de 1923, formou-se uma Comissão Executiva, com elementos dos dois partidos, com o objetivo de ultimar as negociações, preparar o Congresso, elaborar um manifesto e escolher o nome a atribuir ao novo partido. No dia 5 de Fevereiro reuniram no Palácio do Calhariz os directórios do PRL e do PRRN, tendo declarado extintos os dois partidos. Não foi ainda possível chegar a um consenso sobre o nome a atribuir ao novo agrupamento político. Posteriormente chegar-se-ia a um acordo mínimo com o nome de *Partido Republicano Nacionalista*.

No dia 17 de Fevereiro de 1923 o Partido Republicano Nacionalista foi apresentado formalmente ao país através de um manifesto difundido na imprensa. O novo agrupamento político pretendia alterar o sistema partidário que tinha vigorado durante a República. A formação do PRN iria simplificar e equilibrar as forças políticas republicanas em dois grandes grupos: à esquerda a opinião radical reunida em torno do PRP e à direita a opinião conservadora agrupada em torno do PRN⁴.

A fundação do PRN inclui-se na categoria que Maurice Duverger denominou de criação interna ou de origem parlamentar⁵. A própria imprensa da época reconhecia que não eram

³ Os estudos prosopográficos sobre as elites partidárias são exíguos. Contudo, existem estudos sobre o Partido Comunista Português e sobre o Partido Republicano Evolucionista já com alguns anos: José Pacheco Pereira, "Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1910-1926)", *Análise Social* (vol. XVII, n.º 67-68-69, 1981), 695-713; *idem*, "O PCP na I República: Membros e Direcção", *Estudos sobre o Comunismo* (n.º 1, Setembro a Dezembro, 1983), 2-21; Manuel Roque Azevedo, "Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)", *Nova História* (n.º 2, Dezembro, 1984), 74-122. Mais recentemente foram publicadas obras que traçam o perfil social dos dirigentes do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, do Partido Nacional Republicano e do Partido Republicano da Esquerda Democrática: João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, "O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)" (Diss. Mestrado, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996); Armando B. Malheiro da Silva, *Sidonismo e Sidonismo* (2 volumes, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006); António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008). Existe ainda um estudo sobre os programas e a evolução dos partidos políticos da I República que aborda genericamente o perfil social destas elites: Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008).

⁴ *República*, 17-2-1923, 1.

⁵ Maurice Duverger, *Os partidos políticos* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970), 19-33.

os partidos que formavam o Parlamento: o *Parlamento é que criava os partidos e as facções*⁶ no *silêncio dos gabinetes*⁷. O processo de filiação no PRN foi executado de cima para baixo. Primeiro desvincularam-se os parlamentares que levaram consigo os líderes regionais e estes os membros locais. A filiação era feita “por intermédio de”, ou seja por razões de solidariedade ou de dependência pessoal, muito mais de que por um ato de identificação política e ideológica⁸.

O PRN formado inicialmente por liberais e reconstituintes teve ao longo da sua história a adesão de mais dois agrupamentos políticos e sofreu duas importantes cisões. No final de Março de 1923 alguns movimentos e partidos de reduzida dimensão começaram a equacionar fundirem-se e eventualmente ingressarem no PRN. Os antigos membros do Centro Reformista (vulgarmente designado por Partido Reformista, 1914-1915) e da Federação Nacional Republicana (movimento fundado por seguidores de Machado Santos em 1920-1921) e os membros do Partido Nacional Republicano Presidencialista (continuidor do Partido Nacionalista Republicano após o fim do regime Sidonista) estabeleceram negociações conjuntas a fim de se fundirem com o PRN. A maioria dos antigos membros do Partido Reformista e da Federação Nacional Republicana liderados, então, pelo coronel Manuel Soares de Melo e Simas ingressou no PRN a 8 de Maio de 1923. Pelo contrário, outros antigos amigos de Machado Santos decidiram aderir ao Partido Nacional Republicano Presidencialista que optou, naquele momento, por não integrar o PRN, vindo a fazê-lo apenas a 4 de Março de 1925, quando era liderado por João Tamagnini de Sousa Barbosa. Em Dezembro de 1923 o PRN sofreu a sua primeira grande cisão, após desentendimentos internos na sequência do seu efémero executivo e da revolta de 10 de Dezembro de 1923. Álvaro de Castro e alguns dos seus amigos abandonaram o PRN, constituíram um governo de concentração com o apoio do PRP, da *Seara Nova* e dos dissidentes do PRN e formaram o Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Em Março de 1926, durante o IV Congresso do PRN, Cunha Leal, que se preparava para disputar a liderança do partido, foi duramente atacado na sua honra e decidiu sair do Congresso e do partido, sendo seguido por um vasto grupo de congressistas, formando logo a seguir o partido da União Liberal Republicana. Contudo, outras divergências internas de menores proporções contribuíram para a saída de vários membros da elite do PRN ao longo da sua existência⁹.

O PRN formou um governo efémero liderado por António Ginestal Machado (15-11-1923 a 18-12-1923) e apresentou-se às eleições legislativas de 8 de Novembro de 1925 com candidatos próprios em quase todos os círculos. Nestas eleições o PRN fez acordos lícitos em alguns círculos com quase todos os partidos republicanos, em particular com o PRP. No entanto, envolveu-se no sistema clientelar e de caciquismo, fazendo acordos ilícitos com várias forças políticas, que falsearam as eleições em muitos círculos. Os resultados obtidos pelo PRN foram sofríveis, embora tivesse continuado como a segunda força política do regime. Conseguiu eleger 33 deputados (em 163) e 7 senadores (em 36). O PRP conseguiu novamente uma maioria absoluta elegendo 80 deputados (a que se devem somar mais 8 deputados independentes que integraram o seu grupo parlamentar) e 39 senadores. Nas eleições administrativas realizadas a 22 de Novembro (Câmaras Municipais e Juntas Gerais do Distrito) e a 6 de Dezembro de 1925 (Juntas de Freguesia) o PRN fez coligações muito variadas, embora a maioria tivessem por objetivo retirar a hegemonia ao PRP. Nalguns casos tiveram sucesso, casos de Évora, Torres Novas e Caldas da Rainha. Todavia,

⁶ *Diário de Lisboa*, 7-4-1925, p. 16.

⁷ *Diário de Lisboa*, 3-5-1923, p. 1

⁸ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, “O Partido Reconstituinte: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)”, 41-47.

⁹ Manuel Baião, “Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)” (Diss. Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2012).

na maioria dos locais o PRP continuou a ser a força política preponderante¹⁰.

O PRN, à semelhança da maioria das forças políticas de oposição ao PRP, viu-se envolvido diretamente no “Movimento do 28 de Maio” através de alguns dos seus dirigentes máximos, como Custódio Maldonado de Freitas, Jaime Palma Mira e Filomeno da Câmara. Na primeira fase da Ditadura Militar o PRN teve uma posição ambivalente. A elite do PRN procurou preferencialmente um entendimento com os militares ordeiros, com o objetivo de tornar-se no partido conservador de suporte do novo regime. No entanto, nunca esqueceram os seus antigos companheiros revolucionários, pois sabiam que a qualquer momento podia haver uma revolução que instaurasse uma II República. Por isso, ao mesmo tempo que havia negociações com o ministro da Guerra, Passos e Sousa e com os presidentes do conselho de ministros José Vicente de Freitas e Artur Ivens Ferraz, elementos do PRN participavam nas conspirações e nas revoltas promovidas pelo «revirvalho» e pela Liga de Paris. Quando a União Nacional surgiu no início dos anos trinta com um projeto estruturado, o PRN já estava profundamente desgastado por alguns anos de Ditadura, tendo canalizado as suas débeis energias para o frustrado projeto da Aliança Republicano-Socialista. As estruturas nacionais do PRN deixaram de reunir regularmente a partir de 1931, acabando por dissolver-se a 7 de Fevereiro de 1935, após alguns dos seus mais importantes dirigentes terem aderido ao Estado Novo, sendo o mais emblemático, o presidente do Directório, Júlio Dantas. No entanto, uma parte mais significativa da elite do PRN, como Custódio Maldonado de Freitas, Tito Augusto de Moraes, Rafael Augusto de Sousa Ribeiro, Jaime António da Palma Mira, João Tamagnini de Sousa Barbosa, José Augusto de Melo Vieira, Eugénio Rodrigues Aresta, Alberto Jordão Marques da Costa, Pedro Góis Pita e António Ginestal Machado continuou a militar na oposição durante longas décadas. Todavia, a larga maioria dos antigos membros da elite do PRN abandonaram a atividade política durante o Estado Novo, dedicando-se à sua vida profissional e familiar¹¹.

1. O Perfil Social

A elite política do Partido Republicano Nacionalista objecto de análise neste estudo é constituída pelos membros do directório (1923-1935) e do governo do Partido Republicano Nacionalista (15-11-1923 a 18-12-1923), bem como pelos deputados e senadores do PRN nas duas últimas legislaturas da I República (1922-25; 1925-26). Ao todo, foram identificados 91 membros da elite do PRN e deles podemos traçar um perfil social mais detalhado¹².

Quadro 1: Estrutura etária da elite do PRN

Década de nascimento	N.º	%
1850-1859	2	2,2
1860-1869	17	18,7
1870-1879	30	33,0
1880-1889	32	35,2
1890-1899	9	9,9
Não identificado	1	1,1
Total	91	100

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ *Ibidem.*

¹² Para identificar os 91 membros da elite do PRN ver Anexo 1 em Manuel Baião, “Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)”.

A idade média dos membros da elite do PRN era 47,2 anos¹³. Este número encontrava-se dentro do padrão médio dos partidos republicanos portugueses e ligeiramente inferior quando comparado com os partidos europeus¹⁴. A geração de 1880-1889 e 1870-1879 era a que apresentava mais elementos, conforme se pode ver no Quadro 1. Era a geração do «5 de Outubro», que estava em 1925 entre os 35 e os 55 anos. No entanto, havia alguns elementos mais idosos pertencentes à geração do «31 de Janeiro de 1891». O notável mais velho, com 66 anos, era Alberto Carlos da Silveira, e o mais novo, com 32 anos, era José Carvalho dos Santos.

Relativamente à pertença sócio-profissional, os funcionários públicos tinham uma presença esmagadora, aproximando-se dos dois terços, destacando-se particularmente os militares (ver Quadro 2). Os oficiais do exército e da armada somavam 24,2%, outros funcionários públicos 15,4%, juiz/magistrado 11%, professor universitário 7,7% e professor do ensino secundário 4,4%. Os juristas, em particular os advogados (13,2%) e os médicos (11%) também tinham um peso importante na elite do PRN, à semelhança do que sucedia nos outros partidos republicanos¹⁵. Os homens dos «negócios» e os proprietários tinham um peso reduzido na cúpula de poder do PRN. No entanto, muitos destes políticos acumulavam algumas actividades económicas com a profissão principal.

Quadro 2: Estrutura sócio-profissional da elite do PRN

Profissão	N.º	%
Oficial do Exército	18	19,8
Outros Funcionários Públicos	14	15,4
Advogado / Conservador do Registo Civil / Notário	12	13,2
Médico / Farmacêutico	10	11,0
Juiz / Magistrado	8	8,8
Professor Universitário	7	7,7
Comerciante / Negociante / Administrador de Empresas / Industrial	6	6,6
Proprietário	6	6,6
Oficial da Armada	4	4,4
Professor do ensino secundário	4	4,4
Jornalista / Editor	2	2,2
Total	91	100

Podemos dividir a intervenção económica da elite do PRN em três áreas: a primeira prendia-se com a gestão das propriedades privadas, em particular das agrícolas; a segunda relacionava-se com a gestão de empresas controladas pelo estado, ou onde o estado nomeava alguns administradores; a terceira cingia-se aos comerciantes e administradores de empresas privadas.

No primeiro grupo destacavam-se alguns grandes proprietários. Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia fez carreira profissional na advocacia, embora fosse um grande proprietário em Santa Maria da Feira. Foi ainda director-geral do Hospital-Asilo de Nossa Senhora da Saúde, de São Paio de Oleiros, fundada pela sua família. António Correia era bacharel em Direito,

¹³ Para o cálculo da idade foi tomada como referência a data das eleições legislativas: 8 de Novembro de 1925.

¹⁴ Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, 211-213.

¹⁵ Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, 211-213.

mas era ao mesmo tempo proprietário em Abrantes. António Gomes de Sousa Varela era um grande proprietário e comerciante na zona de Rio Maior. Bernardo Ferreira de Matos era conservador do registo predial em Lisboa, mas continuava a gerir as suas «clientelas locais» e as suas propriedades na Beira Baixa. Carlos Eugénio de Vasconcelos era proprietário e comerciante em Cabo Verde. João Raimundo Alves era viticultor e proprietário abastado da região de Loures, ao mesmo tempo que chefiava a repartição do Governo Civil de Lisboa. Joaquim José de Oliveira era conservador do Registo Civil, mas mantinha a gestão das suas vastas propriedades na sua região de origem (Marrancos, Geraz do Lima, etc.). José de Vasconcelos de Sousa e Nápoles era um grande proprietário em Soure. Mário de Magalhães Infante era funcionário público, mas simultaneamente geria as suas propriedades rústicas em Vila Franca de Xira.

No segundo grupo temos alguns membros do PRN que foram nomeados para administração de algumas empresas pelo poder político. Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá era médico na armada e comissário do governo junto da Companhia de Moçambique. António Ginestal Machado era professor do Liceu de Santarém e foi nomeado em 1911 comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, cargo que exercerá até ao seu falecimento em 1940. António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier era secretário-geral do Ministério das Finanças e Director-Geral da Fazenda Pública (1919-1933). Em 1924 exerceu o cargo de Administrador Geral da Casa da Moeda e da Caixa Geral de Depósitos. Já durante o Estado Novo foi comissário-adjunto do governo na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1940 e 1947). Desempenhou também as funções de presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, administrador-geral das Lotarias da Misericórdia de Lisboa. António Vicente Ferreira era oficial do exército, mas desempenhou funções como chefe das oficinas de Luanda (1902-1903), director das Obras Públicas de São Tomé (1903-1904), e engenheiro das Obras Públicas (1909-1910) e da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1910-1914). Francisco Pinto Cunha Leal foi vice-governador do Banco Nacional Ultramarino (1925-1926) e engenheiro consultor da C.P. Filomeno da Câmara Melo Cabral era oficial da armada, desempenhou o cargo de governador de Angola (1918-1919) e foi administrador da Companhia de Moçambique (1920 -1925). João Tamagnini de Sousa Barbosa era oficial do exército, embora também tenha desempenhado os cargos de administrador geral dos C.T.T. Jorge Vasconcelos Nunes administrava as suas propriedades agrícolas em Grândola e pertenceu ao Conselho de Administração da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, em representação do Estado. Tomé José de Barros Queiroz era comerciante, mas foi vogal, vice-presidente e presidente do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (de Dezembro de 1910 a Maio de 1926).

O terceiro grupo compreendia comerciantes e administradores de empresas privadas. António Alves Cálem Júnior foi um importante comerciante na área dos vinhos do Porto. Expandiu a empresa A. A. Cálem & filho, fundada por seu pai. Secretariou a representação portuguesa na Grande Exposição Internacional de Paris em 1900. Foi Presidente da Associação Industrial Portuense entre 1901 e 1903. Presidiu à direcção Comercial do Porto em diversas ocasiões. António Lobo de Aboim Inglês foi sub-director da empresa alemã concessionária das minas de S. Miguel de Huelva (Espanha) entre 1897 e 1912. Com a implantação da República regressou a Portugal vindo a manter-se na mesma actividade económica, colaborando em diversos projectos mineiros e industriais. Simultaneamente seguiu a carreira docente no Instituto Superior Técnico até ao limite de idade (1912-1939). Foi ainda presidente da Associação Industrial Portuguesa em dois mandatos consecutivos nos anos vinte e trinta. Artur Brandão esteve ao longo da sua vida ligado à actividade editorial, ao jornalismo e à indústria hoteleira e

da construção. Na sequência da implantação da República partiu para o Brasil onde permaneceu durante sete anos, tendo dirigido o *Jornal do Brasil* e fundado juntamente com Carlos Malheiro Dias a *Companhia Editora Americana* que lançou a *Revista da Semana* e *Eu Sei Tudo*. De regresso a Portugal em 1918 fundou a Sociedade Editora Portugal-Brasil. Em 1931, com os sócios desta sociedade (Júlio Dantas; Samuel Maia Loureiro; Salvador Costa; José Caeiro da Matta; Augusto Monjardinho) assumiu a gerência da Livraria Bertrand. Em 1939 assumiu o cargo de administrador delegado da Companhia de Seguros Sagres, da Livraria Bertrand, da Sociedade Artur Brandão & C.^a e da Companhia de Moçambique que possuía o Grande Hotel da Beira. Foi director da *Revista da Semana* e Cônsul da Grécia. Em 1940 criou a *Sociedade Nova Oeiras Limitada* com o objectivo de urbanizar a “Nova Oeiras” na Quinta de Cima, a qual fazia parte da Quinta do Marquez de Pombal em Oeiras, de que foi proprietário. Esta sociedade tinha como sócios José Espírito Santo, José Maria Pedroso, José Caeiro da Matta e José Marques Sousa. Viveu durante alguns anos no Palácio do Marques de Pombal, em Oeiras, que posteriormente doou para aí se estabelecer a Câmara Municipal de Oeiras. Custódio Maldonado de Freitas era farmacêutico, mas simultaneamente foi presidente da primeira comissão administrativa do Hospital de Dona Leonor (1919), nas Caldas da Rainha e foi sócio da empresa de Limas União Tomé Feteira nos anos vinte, sendo gerente administrativo juntamente com Raul Tomé Féteira. Filomeno da Câmara Melo Cabral era oficial da armada, mas foi administrador da Companhia do Amboim em Angola. (1926-1927). Francisco Cruz era advogado, mas também foi industrial, administrando a firma familiar, serração Thomaz da Cruz & Filhos na Praia do Ribatejo. João Tamagnini de Sousa Barbosa era oficial do exército, mas esteve na administração de algumas empresas privadas durante o Estado Novo, nomeadamente na Parceria dos Vapores Lisbonenses, da Empresa Geral de Transportes, das Companhias Reunidas Gás e Electricidade e na Companhia de Carris de Ferro de Lisboa (1944-1948). Jorge de Vasconcelos Nunes mantinha a gestão das suas propriedades em Grândola e a direcção do Banco Industrial Português (até 1925). Manuel Ferreira da Rocha era funcionário público, mas dedicou-se à administração da Companhia de Seguros «Tagus», onde era sócio durante o Estado Novo. Paulo da Costa Menano era magistrado, mas presidiu à direcção da Companhia Eléctrica da Beira, que ajudou a fundar. Raul Lelo Portela era advogado, mas dedicou-se também ao comércio com as colónias. Tomé José de Barros Queiroz era comerciante, tendo sido presidente da Associação Comercial de Lisboa em 1913. Desempenhou os cargos de director da Companhia do Boror, de director e co-fundador da Companhia de Seguros «Mutualidade Portuguesa».

O domínio das misericórdias era um alvo prioritário por parte das elites políticas pela rede de «influências» que possibilitava. O PRN controlava a Misericórdia de Lisboa e algumas Misericórdias no resto do país. José da Silva Ramos foi durante vários anos adjunto do provedor da Misericórdia de Lisboa e provedor de 1922 a 1939. José de Matos Sobral Cid e Joaquim Brandão foram dirigentes da Misericórdia de Lisboa no final da I República. António Alves Cálem Júnior presidiu à comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto depois do 5 de Outubro, mantendo-se no cargo até 1929. Nesta instituição desenvolveu diversas iniciativas como o 2.º Congresso das Misericórdias em Março de 1924¹⁶. José Marques Loureiro foi provedor da Misericórdia de Viseu no final da I República. António Ginestal Machado foi provedor da Misericórdia de Santarém entre Novembro de 1919 e Junho de 1933. Alberto Jordão Marques da Costa foi provedor da Misericórdia de Évora entre 1920 e 1923¹⁷.

¹⁶ *O Jornal*, 18-3-1924, p. 1.

¹⁷ Cf., *O Democrático*, 11-07-1920, p. 2; *idem*, 5-06-1920, p. 2; *idem*, 17 -07-1921, p. 1; *idem*, 5-02-1922, p. 2; *Democracia do Sul*, 18-08-1920, p. 1; *idem*, 22-03-1925, p. 2.

Uma larga maioria da elite do PRN tinha uma elevada formação académica, fruto de estudos em institutos superiores, universidades e escolas superiores militares. Tomando em consideração o nosso universo, pelo menos 81,3% dos membros da elite do PRN tinham estudos superiores. A formação jurídica (31,9%) era a preponderante, seguida da formação militar (22%) e da medicina (16,5). Estas eram as três qualificações estruturais dos políticos da I República e o PRN seguia o padrão dos partidos republicanos da época. As outras qualificações superiores eram bastante mais reduzidas conforme se pode verificar no Quadro 3. A percentagem de membros da elite do PRN que não tinham frequentado escolas superiores era reduzida (4,4%). Contudo, o número real devia ser algo superior, uma vez que os membros que estão incluídos na categoria – sem informação (14,3%), deverão encaixar-se certamente, quando se obtenham mais dados, na categoria - outra formação não superior. Este quadro não se afasta do paradigma conhecido dos partidos republicanos, embora a elite do PRN tivesse uma qualificação média superior à elite do Partido Republicano da Esquerda Democrática. Se a comparação for feita com os partidos europeus da época, e particularmente com os do Norte da Europa, o nível de qualificação superior da elite partidária portuguesa era mais elevado, bem como o peso da qualificação militar¹⁸.

Quadro 3: Qualificações Académicas da elite do PRN

Qualificação Académica	N.º de membros	%
Direito	29	31,9
Militar	20	22,0
Medicina	15	16,5
Humanidades	4	4,4
Outra formação não superior	4	4,4
Agronomia	3	3,3
Engenharia	2	2,2
Farmácia	1	1,1
Sem informação	13	14,3
Total	91	100,0

O recrutamento político partidário da elite do PRN fez-se maioritariamente nos partidos progenitores, nomeadamente no Partido Republicano Liberal de onde provinham 61 dos 91 membros da elite do PRN em análise e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional que contava com 18 membros. No entanto, o Partido Republicano Nacionalista também era herdeiro do Partido Republicano Português, uma vez que 42 membros da sua elite passaram pelo partido hegemónico da República. Uma parte importante destes membros acompanhou o PRP na fase da propaganda durante a Monarquia, como Alberto Carlos da Silveira, António Alves Cãlem Júnior, António Gomes de Sousa Varela, Constâncio de Oliveira, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, João Pereira Bastos e Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos, entre outros. Com o início da República alguns membros do PRP enveredaram pelo republicanismo

¹⁸ Serge Bernstein, *Histoire du Parti Radical. La Recherche de L'Age D'Or (1919-1926)* (Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1980); Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)* (Bologna: Il Mulino, 1996); Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia. Clases Sociales y orígenes políticos de los regímenes de la Europa de entreguerras* (Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 1997); Fernando Farello Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal* (Oeiras: Celta Editora, 2004); Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, "Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico, 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, 211-213.

conservador. A PRN recrutou alguns dos seus máximos dirigentes nesta corrente política que apostava na ordem, na moderação e na reconciliação com a sociedade tradicionalista portuguesa, tentando criar uma “República para todos os portugueses”. Defendiam o laicismo do Estado, mas não da sociedade e uma compatibilização entre o nacionalismo moderado e as tradições portuguesas com o republicanismo histórico. O PRN angariou 24 membros da sua elite na União Republicana e 19 no Partido Republicano Evolucionista. Alguns nacionalistas apenas abandonaram o PRP em 1920, quando se deu a cisão que resultaria na formação do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, casos de Alberto Jordão Marques da Costa, Álvaro Xavier de Castro, Custódio Maldonado de Freitas, Pedro Góis Pita, entre outros. Estes partidos que acabamos de referir marcaram o passado político da maioria da elite do PRN. Esta elite está inscrita num republicanismo histórico, mas rejeitou o radicalismo do PRP. Contudo, o PRN absorveu outras correntes e elites menos importantes para a sua matriz. A corrente republicana presidencialista materializada no Sidonismo também foi integrada parcialmente no PRN. O PRN acolheu no seu seio seis membros provenientes do Partido Nacional Republicano (como por exemplo, Belchior de Figueiredo e José Novais de Carvalho Soares de Medeiros) e um do Partido Nacional Republicano Presidencialista (João Tamagnini de Sousa Barbosa). Alguns antigos monárquicos que aderiram à República também receberam abrigo no PRN. Na elite do PRN figuravam nove membros com um passado político monárquico, casos de Afonso de Melo Pinto Veloso, Artur Brandão, Augusto Joaquim Alves dos Santos, Júlio Dantas, Júlio Ernesto de Lima Duque e Roberto da Cunha Baptista. Outras correntes políticas menos importantes que integraram o PRN através dos seus dirigentes foram o Partido Centrista Republicano com três elementos, o Partido Republicano Radical com dois, e com apenas um representante, o Partido Reformista, a Federação Nacional Republicana, a Conjunção Republicana da Beira e o Partido Republicano Popular.

Esta elite do PRN quando abandonou este partido encaminhou-se maioritariamente para os partidos de cisão formados no seu seio, casos do Grupo Parlamentar de Acção Republicana que recebeu 19 membros, encabeçados por Álvaro Xavier de Castro e a União Liberal Republicana que recebeu 25 membros, liderados por Cunha Leal. Alguns membros da elite do PRN abandonaram o PRN para a independência política, casos de Alberto de Moura Pinto, Manuel Ferreira da Rocha e Matias Boleto Ferreira de Mira. Por fim, dois elementos da elite do PRN integraram-se nas estruturas da União Nacional. João Cardoso Moniz Bacelar participou na União Nacional em Coimbra, vindo a desempenhar alguns cargos na década de trinta. Albino Soares dos Reis Júnior chegou ao topo da hierarquia da União Nacional. Foi vice-presidente da Comissão Central da União Nacional (1932-1970) e presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1932-1934 e 1938-1945).

A elite política do PRN considerada neste estudo era essencialmente uma elite parlamentar, uma vez que apenas Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker não teve experiência no Congresso da República. Ao nível da experiência governamental, 35 elementos (38,5%) ocuparam pastas ministeriais, principalmente em governos de coligação. Quanto aos cargos políticos locais (governo civil, junta geral do distrito, câmara municipal, junta de freguesia e regedoria) 45 membros da elite do PRN tiveram experiência nestas funções, o que representa 49,5%. Até ao momento a maioria dos estudos defendiam a pouca importância dos cargos locais no recrutamento da elite republicana¹⁹. Contudo, é provável que seja necessário realizar estudos mais detalhados sobre o percurso destes políticos, uma vez que a actividade política local é mais difícil de detetar. A matriz

¹⁹ Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, 399-417.

republicana histórica do PRN também estava presente através da Maçonaria, uma vez que 25 membros (27,5%) participaram nesta organização²⁰.

A elite do PRN confluiu a este partido pela negação da hegemonia do PRP. Por isso, faltava-lhe alguma homogeneidade, que é patente no passado político que acabamos de retratar. No entanto, uma parte significativa dos membros do PRN estava unida por uma afinidade geracional e por um percurso escolar e militar comum. O estatuto sócio profissional também era um importante elo de união entre os militares, os advogados, os médicos e os funcionários públicos. Alguns destes dirigentes políticos partilhavam uma amizade profunda que mantiveram ao longo das suas vidas²¹.

2. A Sociabilidade

A sociabilidade dos membros e da elite do PRN ocorria principalmente nos seus centros políticos. Muitos destes centros funcionavam como um local de convívio, semelhantes às sociedades recreativas. Entre as várias práticas de sociabilidade destacava-se o convívio fraterno à volta de uma bebida ou “petisco”, a leitura de jornais e livros, a prática de vários tipos de jogos de salão e pontualmente, realizavam-se algumas sessões culturais e musicais. No Centro Republicano Nacionalista do Calhariz os membros do Directório passavam muitas noites a falar de política, a jogar bridge²² e a fumar²³.

Não detectamos práticas educativas e formativas nos centros do PRN, que eram bastante comuns nos centros do PRP durante a Monarquia e no início da I República. No entanto, houve algumas acções de estímulo à educação das crianças e dos jovens. Os centros estavam vocacionados principalmente para serem locais de reunião e de discussão política. Uma prática recorrente era as romagens ao cemitério para enaltecer os vultos republicanos e a distribuição de um bodo pelos pobres republicanos. As bandas filarmónicas acompanhavam habitualmente as festas, havendo alguns centros que dispunham de banda própria. Estes centros realizavam várias sessões políticas e comemorativas ao longo do ano, principalmente quando eram visitados pela elite política da capital²⁴.

Numa visita a Beja da elite lisboeta do PRN podemos contemplar o ritual habitual destas “visitações”. Os membros do PRN local de várias localidades do distrito de Beja esperaram pelos dirigentes do PRN nacional na estação dos caminhos de ferro no dia 18 de Junho de 1923. O comboio chegou com duas horas de atraso (às 16 horas), mas ninguém arredou pé da estação. À frente saiu António Ginestal Machado, tendo a multidão gritado «vivas» à República. Os convidados dirigiram-se para casa de Francisco Manuel Pereira Coelho, líder local do PRN, onde foi servido uma taça de champanhe, seguido de um discurso de boas vindas por parte do dirigente bejense. Posteriormente todos os nacionalistas se dirigiram para a Quinta do Estação (a 6 km de Beja), onde houve uma confraternização e foi servida uma merenda. Esta quinta era um local de convívio habitual da família republicana, onde já em 1909 se costumava reunir para realizar festas. Novamente foi o champanhe que marcou presença, com um brinde inicial por parte de Manuel Pereira Coelho, seguido de diversos e vibrantes discursos. Posteriormente,

²⁰ Ver Anexo 1 em Manuel Baião, “Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)”.

²¹ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, “O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)”, 39-43.

²² *O Penafidense*, 17-4-1923, p. 1; *Diário de Lisboa*, 16-11-1923, p. 8.

²³ O repórter do *Diário de Lisboa* fez o seguinte retrato de uma reunião do Directório do PRN no Palácio do Calhariz: “Terceiro salão. Mais Fumo. Um retrato grave de Manuel de Arriaga. Nos sofás vermelhos o Directório do Partido Nacionalista”, *Diário de Lisboa*, 13-6-1923, p. 5.

²⁴ Manuel Baião, *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)*, (Lisboa: Edições Cosmos, 2000), 106-111.

os nacionalistas dirigiram-se para a sede do Centro Republicano Nacionalista de Beja, onde se realizou uma sessão solene, que se iniciou com a inauguração dos retratos de Jacinto Nunes e Jorge Vasconcelos Nunes, que estavam cobertos com a bandeira nacional. Seguidamente diferentes oradores tomaram a palavra, tendo feito diversos elogios a estes dois políticos alentejanos. Perante estes discursos Jorge Vasconcelos Nunes, antigo presidente da Câmara dos Deputados, ficou “verdadeiramente comovido, as lágrimas bailaram-lhe nos olhos, bem como no de muitos assistentes”. A sessão terminou com as palavras do presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado, a que se seguiram, as palavras entusiastas da assistência: “Viva Portugal! Viva a República! Viva o Partido Nacionalista!”²⁵.

A visita dos líderes regionais às aldeias seguia o mesmo padrão e ritual, embora com outra ordem de grandeza. Os membros da Comissão Distrital de Beja do PRN quando visitaram a Cabeça Gorda, a fim de ser eleita a comissão de Freguesia do PRN foram “fidalgamente recebidos em casa do velho republicano e importante lavrador Sr. José Vaz Montes Palma, onde teve lugar, um fino copo de água”. Quando os trabalhos políticos terminaram foi oferecido um “lauto jantar na residência do nosso prestante correligionário Sr. João Thomaz Palma, importante proprietário naquela freguesia, jantar que decorreu na maior animação e entusiasmo. Ao *toast*, fizeram-se brindes de afecto pessoal e político e as mais entusiastas afirmações de fé republicana”²⁶.

Nalgumas visitas da elite nacionalista à província começou a usar-se os automóveis. Estas deslocações implicavam uma longa preparação e logística sobre os percursos, assistência aos automóveis, contratação de *chauffeur* e marcação das refeições e dormidas. Nalgumas terras a elite nacional era recebida em casa dos notáveis locais. Era também imprescindível encher as salas de correligionários e simpatizantes para ouvir os discursos dos dirigentes nacionalistas vindos de Lisboa. Para isso, os notáveis regionais e nacionais utilizavam toda a sua influência para atrair o maior número de público. O antigo deputado nacionalista, Bernardo Ferreira de Matos enviou uma carta para um discípulo amigo, no sentido de o cativar a participar numa conferência pública que Cunha Leal ia fazer à Sertã no dia 17 de Janeiro de 1926:

“Como o meu amigo nunca o ouviu, e vale a pena ouvi-lo porque é, sem dúvida, o maior parlamentar dos tempos modernos [...]. Haverá um banquete, com mais de 100 talheres, para a qual está já aberta a inscrição na Sertã”²⁷.

Os «Banquetes de Homenagem» eram outra importante actividade de sociabilidade política efectuada pelos partidos. No dia 7 de Dezembro de 1924 realizou-se um «Almoço de Homenagem» a Cunha Leal no salão nobre do Teatro de S. Carlos. O menu era português, mas foi traduzido para o francês como era norma na época. O almoço foi servido pela pastelaria Ferrari. Cada comensal pagou 60\$00, pelo que apenas participaram os membros abastados do PRN²⁸. Assistiram ao almoço “cerca de 160 convivas, entre eles pessoas gradas da política das letras, do jornalismo, do Exército e da Armada”. Na mesa de honra em redor de Cunha Leal sentaram-se os membros de elite do PRN a alguns amigos de Cunha Leal. O almoço iniciou-se com a leitura de inúmeros telegramas e cartas de personalidades que não puderam estar presentes, mas não quiseram deixar de homenagear Cunha Leal. Mereceram especial destaque as cartas de António José de Almeida e Bernardino Machado. Terminada a leitura dos telegramas, iniciou-se uma série de brindes. Levantou-se primeiramente o presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado, tendo declarado que estávamos perante não apenas “uma das maiores figuras

²⁵ *O Bejense*, 24-6-1923, p. 2.

²⁶ *O Bejense*, 22-11-1923, p. 1.

²⁷ Carta de Bernardo Ferreira de Matos para Teotónio Pedroso Barata dos Reis, 6-1-1926, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

²⁸ Convite para participar no Almoço, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

do meu partido, mas como uma das mais prestigiosas figuras da República”²⁹. De seguida, outras personalidades do PRN, como Júlio Dantas, Afonso de Melo, Filomeno da Câmara, entre outras, propuseram brindes em honra de Cunha Leal. O anfitrião fez um duro ataque ao partido hegemónico do regime. Para Cunha Leal ali não estavam apenas os seus amigos, mas “os expulsos, os expostos à margem da República, porque meus senhores, quem não é democrático não é republicano, não é sequer português”³⁰.

Noutro banquete, neste caso de homenagem ao Directório do PRN, realizado no dia 11 de Janeiro de 1925 no salão nobre do teatro de S. Carlos assistiram cerca de 300 pessoas. O salão estava decorado e as mesas adornadas com cravos vermelhos. O serviço foi do Garrett, incluindo o seu sexteto que tocou diversas músicas. Na mesa de honra sentaram-se os membros do Directório e o presidente da comissão organizadora, coronel Mendes Passo. Depois da leitura de telegramas e cartas, passou-se para os brindes. O primeiro a cumprimentar o Directório foi o coronel Mendes Passo, seguido de uma dezena de intervenções de nacionalistas a elogiar a acção dos seus máximos dirigentes do PRN. Representando o Directório, falou o seu presidente, António Ginestal Machado. Começou por defender os pontos essenciais do programa do PRN, que passavam pela “defesa da propriedade privada, garantia da liberdade de consciência e o respeito pela Igreja”³¹. De seguida, Júlio Dantas criticou a intenção do Governo “de extinguir a legação da Santa Sé e de reconhecer a República dos Sovietes”³².

Quando o Directório e Cunha Leal preparavam o confronto das suas «tropas» e das suas ideias no IV Congresso do PRN também realizaram almoços para «delimitar os territórios». O primeiro, de homenagem à *Acção Nacionalista* e de apoio à facção de Cunha Leal, realizou-se no restaurante Tavares no dia 20 de Dezembro de 1925. Contou com a presidência de Filomeno da Câmara e com a ausência do Directório do PRN³³. O segundo almoço realizou-se no «Club Mayer», no dia 28 de Fevereiro de 1926 e homenageou o presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado. Este banquete foi promovido pelo Centro Dr. Sidónio Pais e serviu para agradecer o apoio dado pelo presidente do Directório do PRN à entrada dos presidencialistas no PRN. No entanto, também serviu para lançar a estratégia do Directório para vencer o próximo Congresso e balizar o grupo de oposição a Cunha Leal, que, como era de esperar não assistiu no referido almoço³⁴.

O custo destes banquetes levou alguns nacionalistas a equacionar se seria mais vantajoso reunir fundos para a fundação de um jornal de âmbito nacional, de que o PRN estava tão necessitado, do que continuar a realizar este tipo eventos. No dia 11 de Janeiro de 1925 realizou-se um almoço oferecido ao Directório da PRN, custando cada inscrição sessenta escudos. Dez dias antes da sua realização já estavam inscritos 200 pessoas. N’*A Lucta* surgiu uma reflexão sobre este facto: “Se for de trezentos o número de convivas, custará o banquete dezoito contos. Não é quantia suficiente para fundar um jornal: mas é bem a quarta parte do que será necessário para que o jornal reaparecendo, tivesse garantido a existência por um ano”³⁵. Nalguns destes banquetes destinava-se uma mesa para os jornalistas que estavam a cobrir o acontecimento³⁶. Os longos discursos eram uma das marcas principais destes jantares e almoços. António Ginestal

²⁹ António Ginestal Machado, *Acção Nacionalista*, 14-12-1924, p. 2.

³⁰ Cunha Leal, *Acção Nacionalista*, 14-12-1924, p. 2.

³¹ António Ginestal Machado, *Acção Nacionalista*, 18-1-1925, p. 1.

³² Júlio Dantas, *Acção Nacionalista*, 18-1-1925, p. 1.

³³ *Acção Nacionalista*, 27-12-1925, pp. 1-2.

³⁴ *Acção Nacionalista*, 28-2-1926, p. 4.

³⁵ *A Lucta*, 1-1-1925, p. 1.

³⁶ Cf., *Correio da Manhã*, 19-3-1926, p. 1.

Machado falou mais de uma hora no almoço realizado na Figueira da Foz em sua homenagem³⁷. Era comum realizarem-se almoços com grandes grupos durante os Congressos do PRN. Durante o primeiro Congresso do PRN realizou-se um almoço no restaurante do Coliseu dos Recreios com os delegados ao Congresso e os parlamentares do PRN³⁸. Por vezes, também se realizavam almoços regionais. Em 1923 os representantes do distrito de Beja no Congresso do PRN realizaram um almoço³⁹.

Outros lugares de sociabilidade eram os cafés e restaurantes. Os membros de cada partido tinham os seus preferidos. Um monárquico era facilmente encontrável no Martinho, já um radical, tinha poiso certo na Brasileira⁴⁰. O Tavares era um dos restaurantes mais distintos de Lisboa e era utilizado para realizar diferentes reuniões políticas da principal elite do PRN. Por exemplo, Cunha Leal reuniu-se com Filomeno da Câmara numa das salas reservadas do restaurante Tavares para conspirarem contra o governo⁴¹. Foi também neste restaurante que o pessoal do gabinete do ministro da Guerra cessante, Óscar Carmona, lhe ofereceu um almoço no dia 20 de Dezembro de 1923⁴². António Ginestal Machado tendo residência em Santarém, mas vivendo vários dias da semana em Lisboa, era um grande frequentador de hotéis, restaurantes e cafés, onde fumava um “cigarrito feito neste tabaco agora raro que se chama francês, cujo fumo é como o fio de *Ariane* buscando encontrar ideias”⁴³. Um dos seus lugares de eleição era o «Hotel Francford», onde dormia e tomava as refeições⁴⁴. Neste hotel reunia-se muitas vezes a principal elite do PRN. Um repórter do *Diário de Lisboa* retratou desta forma uma das muitas reuniões realizadas nesse local:

“O Partido Nacionalista vai-se preocupando com as próximas eleições. Há mais de oito dias que no Hotel Francfort (Santa Justa) se reúnem diariamente os marechais nacionalistas srs. Ginestal Machado, Vasconcelos e Sá, Eurico Cameira e José de Nápoles, tendo sido largamente versado a política eleitoral no distrito de Coimbra onde o novel nacionalista Sr. José de Nápoles é grande influente político”⁴⁵.

Conclusão

O Partido Republicano Nacionalista insere-se numa linha política republicana conservadora alternativa ao PRP, que reivindicava representar a linha radical e histórica do republicanismo português. Nesse sentido, o PRN é o legatário de um conjunto alargado de partidos republicanos conservadores, em particular da União Republicana, do Partido Republicano Evolucionista, do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. A maioria dos membros e da elite do PRN era herdeira do republicanismo histórico, incluindo o Partido Republicano Português do período monárquico, mas rejeitou o radicalismo do PRP/ Partido Democrático da I República. Contudo, o PRN absorveu outras correntes e elites menos importantes para a sua matriz, nomeadamente a corrente republicana presidencialista, bem como alguns monárquicos convertidos à República.

As elites dirigentes do PRN não se distinguiam muito dos outros partidos republicanos ao nível do seu perfil sócio-profissional e da sua sociabilidade. Pertenciam às elites urbanas,

³⁷ *O Figueirense*, 16-10-1924, p. 1.

³⁸ Cf., *O Século*, 18-3-1923, p. 2.

³⁹ *O Bejense*, 25-3-1923, p. 2.

⁴⁰ *Diário de Lisboa*, 28-8-1923, p. 5.

⁴¹ Cunha Leal, *As minhas memórias* (Vol. II, edição do autor, 1967), 308-309.

⁴² *Diário de Lisboa*, 19-12-1923, p. 1; *idem*, 20-12-1923, p. 1.

⁴³ *Diário de Lisboa*, 26-1-1923, p. 5.

⁴⁴ *Diário de Lisboa*, 10-5-1923, p. 5; *Diário de Lisboa*, 8-6-1923, p. 8.

⁴⁵ *Diário de Lisboa*, 3-4-1925, p. 1.

com uma elevada formação académica centrada principalmente na área jurídica e militar e na medicina. Ao nível profissional, os funcionários públicos tinham uma presença esmagadora. Dentro dos funcionários públicos destacavam-se os militares, seguidos por altos funcionários da administração pública, magistrados e professores. Os juristas, em particular os advogados, e os médicos também tinham um peso importante na elite do PRN. As profissões ligadas às actividades agrícolas, comerciais e industriais tinham um peso reduzido na cúpula de poder do PRN. No entanto, muitos dos membros da elite do PRN acumulavam algumas actividades empresariais com a profissão principal.

Os centros políticos continuavam a ser os principais locais de sociabilidade da classe política, ainda que os cafés e os restaurantes continuassem a desempenhar um papel fundamental como ponto de encontro e de discussão de ideias. No entanto, era nas «visitações» da elite política lisboeta à província que a sociabilidade política ganhava maior visibilidade, pelo ambiente festivo e de confraternização que era criado.

Filipe Piedade*

A ameaça nazi para o colonialismo português (1930-1933)¹

R E S U M O | *Este trabalho procura tentar perceber se, sendo Portugal uma potência colonial, as elites jornalísticas portuguesas recearam, durante o período de 1930-1933, que a Alemanha nazi pudesse vir a representar uma ameaça para o Império colonial português.*
Este artigo resulta da investigação apresentada na dissertação de mestrado com o título: «A caminho do Estado Novo e do Terceiro Reich: a “Lição de Hitler” e a “Lição de Salazar” na imprensa portuguesa (1930-1933)».
Palavras-Chave: Salazarismo; nazismo; Império; colonialismo.

A B S T R A C T | *This work tries to uncover if, regarding that Portugal was a colonial power, the Portuguese journalistic elites feared, within the 1930-1933 period, that the Nazi Germany could represent a threat to the Portuguese colonial Empire in the future.*
This article includes results from the investigation that was presented in the Masters dissertation under the title: «A caminho do Estado Novo e do Terceiro Reich: a “Lição de Hitler” e a “Lição de Salazar” na imprensa portuguesa (1930-1933)».
Keywords: Portugal; salazarismo; Nazism; Empire, colonialism.

Introdução

Este trabalho procura perceber se, sendo Portugal uma potência colonial, as elites jornalísticas portuguesas recearam, durante o período de 1930-1933, que a Alemanha nazi pudesse vir a representar uma ameaça para o Império colonial português. Nesse sentido, apresenta-se uma análise do discurso jornalístico produzido sobre a ascensão do Nacional-Socialismo e, particularmente, sobre as implicações que a consolidação de um regime alemão alinhado com as diretrizes ideológicas defendidas pelo nazismo poderia vir a ter em relação à manutenção das colónias portuguesas em África. Para tal foram selecionados quatro periódicos, que cremos serem representativos de diferentes correntes políticas que desempenharam um papel no derrube da Primeira República e na posterior instituição da Ditadura Militar que se lhe seguiu. Nesse sentido, analisaremos dois jornais que davam claramente o seu apoio a Salazar (*Diário da Manhã* e *Novidades*), aos quais juntamos um outro (*Revolução*) que, apoiando a Ditadura, acabaria por

* Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Bolseiro de Investigação (PTDC/HIS-HIS/121001/2010).

¹ Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009), (PTDC/HIS-HIS/121001/2010).

procurar que essa não se viesse a definir pelos moldes propostos pelo salazarismo, e, finalmente, um último jornal (*República*) que, representando uma oposição moderada à ditadura, ia sendo por esta tolerado e que, assim sendo, cremos, poderá proporcionar uma boa fonte de contraste relativamente ao posicionamento ideológico defendido pelos restantes jornais selecionados.

Uma ameaça para o Império Colonial Português?

A proteção do Império Colonial português foi permanentemente uma questão na qual o salazarismo beneficiou de um largo consenso entre as elites políticas portuguesas. Efetivamente, «a defesa do direito de Portugal às suas colónias e a identificação dessas colónias como uma chave para um futuro próspero eram áreas nas quais o Estado Novo não precisava de inovar. Todos os grupos das elites portuguesas estavam, a este respeito, de acordo»². Não admira, portanto, que a rápida emergência do Nacional-Socialismo, na Alemanha, fosse acompanhada pelas elites jornalísticas e políticas portuguesas suas contemporâneas com particular atenção e interesse. Com efeito, sendo Portugal uma potência colonial, dificilmente poderia deixar de prestar toda a atenção aos ecos das declarações expansionistas que Adolf Hitler ia dando a conhecer ao mundo. Aquilo que procuramos apresentar ao leitor neste trabalho é a forma como alguns órgãos da imprensa nacional foram acompanhando a ascensão do Nacional-Socialismo alemão e, particularmente, como esses jornais foram relacionando a integridade do Império Colonial português com o programa e ideologia nazis.

O medo que os colonialistas portugueses sentiam face às reivindicações territoriais feitas pelos nazis, manifestar-se-ia ainda antes de estes passarem de uma representação parlamentar de 12 para 107 deputados, nas eleições de setembro de 1930. Aliás, para o jornal *República*, o facto de «a Alemanha quer[er] colónias», forçava os portugueses a «seguir[em] com cuidado o acto eleitoral» que se avizinhava no país germânico. Isto porque, as reclamações da Alemanha contra os tratados representariam uma questão «grave para numerosos países e até para nós próprios»³.

Mas não era apenas o revisionismo nazi, e da Alemanha em geral, que merecia a desconfiança dos colonialistas portugueses. A Inglaterra – tradicional aliada de Portugal – era igualmente vista com grande desconfiança no que tocava à proteção das colónias portuguesas. Prova dessa desconfiança eram as afirmações que se produziam, em dezembro de 1931, nas páginas do *República*. Nesse artigo o jornal republicano relembra «o que dizia o tratado anglo-alemão de 1913» que tinha procurado partilhar «o nosso ultramar, retalhando e desmembrando uma nação apegada à credulidade de que, perante a insaciabilidade de riquezas, ainda h[averiam] direitos» que a ela se sobrepusessem. Nesse sentido, o diário republicano acreditava que nada impediria «uma Inglaterra tradicionalista e uma Alemanha fascista» - descrevia-se já a Alemanha como “fascista”, mesmo que o nacional-socialismo demorasse ainda mais de um ano a chegar ao poder – de se entenderem no sentido de dar «o melhor êxito» a «um programa imperialista» que seria «apanágio das sociedades conservadoras»⁴. De facto, «os nacionalismos portugueses [...] manifestarão receios pelos apetites coloniais de praticamente todos os grandes contendentes. Primeiro, ao longo das campanhas revisionistas dos anos 30, face às reivindicações alemãs e até mesmo polacas; depois, e por ricochete, pelos efeitos que as reivindicações alemãs poderiam provocar junto dos britânicos, eventualmente disponíveis para apaziguar os alemães com a

² Filipe Ribeiro de Menezes, *Salazar, uma biografia política* (3ª ed., Lisboa: Dom Quixote, 2010), 119.

³ Autor não identificado, «As urnas! As eleições realizam-se amanhã em toda a Alemanha prevendo-se uma vitória das esquerdas», in *República*, 13.9.1930, Lisboa, p. 5.

⁴ Autor não identificado, «As nossas colónias em foco. Hitler, O Chefe fascista germânico que se prepara para assaltar o poder quer para a Alemanha um engrandecimento territorial, metropolitano e colonial», in *República*, 10.12.1931, Lisboa, pp. 5 e 8.

promessa de territórios coloniais portugueses»⁵.

Num clima de receio dos avanços alemães no sentido de negociarem com os britânicos a amputação ou desmembramento do Império Colonial português, Pires Avelanoso⁶, acérrimo defensor do colonialismo português, afirmaria nas páginas das *Novidades* que «não faltava mais nada do que uma nação falida» - referia-se obviamente, à Alemanha - «e que teima[va] em não querer pagar as suas dívidas, e honrar os seus compromissos, viesse a querer conquistar as nossas colónias, continuando a deixar as suas na posse dos seus actuais *mandatários!*» - lembre-se que, na sequência da sua derrota na Primeira Guerra Mundial, as colónias que a Alemanha ocupava em 1918 lhe tinham sido retiradas e entregues a outras potências coloniais através do sistema de *mandatos*, previsto nos estatutos da Sociedade das Nações. Mas, ainda assim, Pires Avelanoso parecia desvalorizar um possível perigo, vindo da Alemanha, para as colónias portuguesas, afirmando que, por essa altura, «os papões» já não assustariam «ninguém»⁷.

Extremamente curioso é que os nacional-sindicalistas portugueses se insurgissem também contra o fascismo e o nacional-socialismo quando se entrava na questão colonial. Dutra Faria – entusiástico admirador do nazismo – reconhecia que «tanto a Alemanha como a Itália» apenas poderiam «realizar os seus sonhos [imperialistas] pela agressão, pela guerra, matando, incendiando» e «devastando». Estas afirmações de Dutra Faria seriam, já por si só, surpreendentes, mas, Faria iria ainda mais longe ao afirmar que esses dois países seriam «os dois exemplos típicos do imperialismo anti-cristão, do imperialismo condenável, do imperialismo que vive[ria] e se alimenta[ria] à maneira de ave de rapina, da rapina [sic]»⁸. Embora Dutra Faria fizesse estas declarações ainda antes de os nazis tomarem o poder, não deixa de ser curioso que essa Alemanha, que rapidamente caminhava na direção do Terceiro Reich nazi – e que, por isso, ia sendo tão admirada pelos nacional-sindicalistas -, fosse, quanto aos seus “apetites” coloniais, tão veementemente criticada por um dos nacional-sindicalistas que mais prolificamente ia defendendo o nazismo alemão no diário do Nacional-Sindicalismo.

Para o então diretor do *República*, Ribeiro de Carvalho, não havia qualquer dúvida de que «a situação da Alemanha», por razões óbvias – entre as quais figuraria a questão colonial em primeiríssimo plano - «interessa[va] vivamente Portugal». Aliás, Ribeiro de Carvalho alertava para a necessidade de Portugal ter de «estar atento a tudo o que se passa[va] na Alemanha, porque o novo governo imperialista» - falava-se do governo “dos Barões” liderado por Franz von Papen – não iria «pôr apenas, em frente dos Aliados, os problemas das dívidas de guerra e das indemnizações», mas iria, igualmente, «pôr outro problema ainda mais importante e mais grave» - mais grave para Portugal, obviamente – que seria «o problema das Colónias». Essa tentativa da Alemanha de recuperar as colónias que lhe haviam sido «arrebataadas» far-se-ia «sob o pretexto» de a Alemanha necessitar «de mais larga expansão para os seus sessenta milhões de habitantes». E, Ribeiro de Carvalho concluía, afirmando abertamente que, de todas as negociações que se viessem a fazer com a Alemanha, essa questão colonial seria «o ponto mais negro» que deveria «merecer-nos especial atenção». Seria, antes de tudo o mais, por essa razão que Portugal deveria seguir essas negociações «com todos os sentidos apurados»⁹. Com estas declarações, tornava-se

⁵ ManuelLoff, “O nosso século é fascista” O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945), (Porto: Campo das Letras, 2008), 229.

⁶ António José Pires Avelanoso (1861-1938): Em 1911 foi fundador da União Colonial Portuguesa. Mais tarde, viria a ser diretor do Arquivo das Colónias e da Legislação Colonial e secretário da Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Comissão de Protecção dos Indígenas dessa mesma sociedade. Tendo publicado vários livros sobre questões coloniais, viria ainda a ser colaborador assíduo de vários jornais portugueses (entre eles, do *República* e das *Novidades*).

⁷ Pires Avelanoso, «Questões coloniais. Manejos alemães sobre as nossas colónias e especialmente sobre Angola», in *Novidades*, 8.2.1932, Lisboa, p. 6. (Itálico no original).

⁸ Dutra Faria, «Em prol do Império», in *Revolução*, 4.4.1932, Lisboa, p. 1.

⁹ Ribeiro de Carvalho, «Política Internacional. Avizinha-se a primeira batalha», in *República*, 6.6.1932, Lisboa, p. 1.

absolutamente evidente a desconfiança que havia, entre os defensores do colonialismo português, relativamente a uma possível “deslealdade” da Inglaterra quanto à manutenção da integridade do Império Colonial português.

Preocupados também com as ambições coloniais do nazismo, os nacional-sindicalistas procurariam assegurar-se da manutenção do respeito pela soberania de Portugal nas suas colónias por parte dos nazis, junto do representante do nacional-socialismo que haviam descoberto em Lisboa. Numa entrevista a esse representante, os nacional-sindicalistas procurariam perceber se o nazismo teria interesse nas colónias portuguesas. Nesse sentido, relembra-se a esse representante que Portugal era «a terceira potência colonial do mundo» e que, portanto, tendo sido levantada a questão colonial pelo nacional-socialismo, importava saber qual a posição oficial do partido nazi relativamente aos interesses coloniais portugueses espalhados pelo mundo. O representante do nacional-socialismo procuraria, de imediato, tranquilizar os seus entrevistadores afirmando que o nazismo não teria «qualquer ambição menos legítima»¹⁰ relativamente às colónias portuguesas. A verdade é que essa afirmação, um tanto ambígua, de W. K. Gussmann parecia, pelo menos naquele momento, tranquilizar os nacional-sindicalistas quanto a esta questão.

Já depois da nomeação de Hitler como chanceler alemão, o jornal *Diário da Manhã* (DM), prevendo uma «das maiores tempestades da História», relembra que, de facto, Portugal estaria obrigado a «estar alerta à marcha dos acontecimentos, das paixões e das ideias...», já que, afinal, Portugal tinha «interesses a defender em quatro continentes»¹¹. De facto, como relembra o *República*, Portugal, sendo «a terceira potência colonial do mundo», não deveria ser tratado como «todas as outras pequenas potências», sendo, por isso mesmo, inaceitável que se discutisse a divisão do seu Império Colonial «sem sequer o ouvir». O medo de que se negociasse a entrega das colónias portuguesas aos alemães “nas suas costas” seria constante ao longo de todo esse período de instabilidade política que havia originado o triunfo do nacional-socialismo na Alemanha. Era esse mesmo medo que levava Ribeiro de Carvalho a reiterar que Portugal não poderia «ser considerado, tendo em vista apenas a estreita faixa de terra que ocupa ao longo do Atlântico», mas sim considerando o «bloco» que se formava «com os seus territórios da Metrópole e os seus territórios do Ultramar, em todos os continentes»¹². Os colonialistas portugueses procuravam, insistentemente, afirmar Portugal como uma potência mundial, que deveria ser consultada antes de todas as grandes decisões geoestratégicas – principalmente no que interferisse com questões coloniais -, através da exaltação da grandiosidade do seu Império Colonial.

Já que as declarações que o enviado do nacional-socialismo em Lisboa fez ao *Revolução* não tinham conseguido acalmar a especulação que se fazia em volta da cobiça alemã sobre as colónias portuguesas, o próprio Rolão Preto, decidiria enviar uma carta ao Ministro da Alemanha em Lisboa¹³, com a qual procurava uma tranquilização definitiva relativamente às ambições coloniais da Alemanha nazi. O líder do Nacional-Sindicalismo questionava o Ministro da Alemanha sobre «o boato de que o governo alemão [...] teria colaborado num plano de partilha das províncias portuguesas de além mar», pedindo que o diplomata germânico se pronunciasse sobre a veracidade desse mesmo boato. A resposta de Freytag seria categórica:

«Meu caro senhor: - Ao seu amável pedido de lhe transmitir uma informação sobre a verdade dos boatos que se referem a uma colaboração do Chanceler do Império na partilha das províncias portuguesas de além-mar, posso responder-vos que estou autorizado pelo

¹⁰ Autor não identificado, «A verdade sobre o Movimento “Nazista”. Uma nova e sensacional entrevista [com W. K. Gussmann]», in *Revolução*, 22.8.1932, Lisboa, p. 5.

¹¹ P. R., «União Nacional mentalidade moderna», in *Diário da Manhã*, 20.2.1933, Lisboa, p. 1.

¹² Ribeiro de Carvalho, «A hora que passa... Portugal e o plano da paz tratado em Roma», in *República*, 22.3.1933, Lisboa, p. 1.

¹³ Hans Freytag seria Ministro Plenipotenciário da Alemanha em Portugal entre 1933 e 1934.

meu Governo a declarar formalmente que esses boatos não têm fundamento, não tendo o Chanceler tido a esse respeito a menor interferência»¹⁴.

Com esta segurança dada pelo diplomata alemão encerrar-se-ia o debate sobre a questão colonial no diário nacional-sindicalista, que viria, aliás, a ser suspenso 4 meses mais tarde.

Para o *República*, as garantias que o diário nacional-sindicalista ia procurando obter dos representantes do nacional-socialismo em Portugal quanto ao desinteresse do mesmo relativamente às colónias portuguesas, não chegavam para que se atenuasse, sequer, o medo que o revisionismo professado pelos nazis inspirava nos seus colaboradores. Isto porque, para o diário republicano, «sempre que a Alemanha fala[va] mais alto em querer colónias», havia quem, «por esse mundo além», se lembrasse «estupidamente [...] das colónias portuguesas». No fundo, para o jornal republicano, o verdadeiro problema não estaria no facto de a Alemanha querer voltar a ter colónias mas sim na possibilidade de essas poderem vir a ser retiradas a Portugal. Nesse sentido, o *República* recomendava à Alemanha que pedisse colónias «a quem lhas tirou», já que, «as nossas... já eram nossas»¹⁵.

Curiosamente, dos jornais aqui apresentados, foi o *República* aquele que mais destaque deu a uma possível ameaça das colónias portuguesas, na sequência da tomada do poder alemão pelos nazis. Nesse sentido, Ribeiro de Carvalho voltaria a debruçar-se sobre este tema, em julho de 1933. Nesse seu artigo, o então diretor do *República*, começava por equiparar a Alemanha desse período a «um colossal vespeiro» que se ia alimentando da «ideia da revanche e [d]o espírito de desforra». Felizmente, Portugal «est[ava] longe desse braseiro colossal», não chegando a terras lusas «o ruído sinistro do rodar dos canhões e do tilintar dos sabres». Mas, mesmo estando o território metropolitano português, aparentemente, a salvo das armas nazis, Ribeiro de Carvalho relembra que Portugal tinha «colónias apetecidas e cobiçadas» o que, reafirmava-se, obrigaria o nosso país a estar «atento e cauteloso, de ouvido sempre à escuta e [com o] coração sempre alerta», seguindo com toda a atenção «o desenrolar da grande tragédia alemã».

Mas Ribeiro de Carvalho demonstrava não temer apenas as ambições alemãs. Na realidade, Portugal não «pode[ria] isolar-se diante dos adversários nem adormecer ao lado dos amigos». Ou seja, o país – e, obviamente, o regime que o representava – deveria tentar manter boas relações com a Alemanha e, mais importante ainda, deveria estar atento e preparado para possíveis “deslealdades” da Inglaterra no que tocava às colónias portuguesas do Ultramar. Aliás, as desconfianças portuguesas em relação às intenções britânicas eram de tal forma acentuadas que levariam Ribeiro de Carvalho a deixar um recado, que, claramente, se pode perceber que era enviado aos ingleses, afirmando que existiriam «povos práticos que deixam ficar os próprios amigos para trás, desinteressando-se da sua sorte, quando eles, por sua vez se deixam adormecer a meio caminho»¹⁶. Com efeito, tal como os colaboradores do *República*, também «os salazaristas suspeitaram quase sistematicamente de uma pretensa duplicidade e potencial deslealdade britânica, com várias razões históricas para o fazerem, é certo»¹⁷.

Se a perspectiva de o nazismo poder vir a despoletar uma nova guerra no continente europeu preocupava o *República*, a verdade é que aquilo que mais parecia preocupar o diário republicano – e neste ponto convergiam também o *DM*, as *Novidades* e o *Revolução*, muito embora este

¹⁴ Autor não identificado, «Fala a Alemanha. O senhor Ministro da Alemanha em Lisboa desmente os boatos da interferência do seu Governo no plano da partilha do ultramar português», in *Revolução*, 31.3.1933, Lisboa, p. 1.

¹⁵ Autor não identificado, «Ditos...e feitos. Colónias», in *República*, 5.6.1933, Lisboa, p. 1.

¹⁶ Ribeiro de Carvalho, «Diante do perigo. Problemas internacionais que interessam a Portugal», in *República*, 15.7.1933, Lisboa, p. 1.

¹⁷ Manuel Loff, *As duas ditaduras ibéricas na Nova Ordem eurofascista (1936-1945) autodefinição, mundivisão e Holocausto no Salazarismo e no Franquismo*, (Vol. I da Dissertação de Doutoramento em História e Civilização, Florença: Instituto Universitário Europeu, 2003), 421.

último procurasse afastar a possibilidade de o nacional-socialismo poder vir a ser uma ameaça para o Império Colonial português – era uma supostamente «apregoa[da] [...] necessidade de expansão» da Alemanha, «não só em África, como noutras partes do mundo». No fundo, o jornal republicano parecia acreditar que, no caso de se tornar efetivo um expansionismo germânico, o território português da Metrópole estaria a salvo – graças, antes de mais, à distância geográfica que separava a Alemanha de Portugal –, enquanto que, as colónias portuguesas poderiam vir a ser perdidas nessa vaga expansionista alemã. No caso de tal acontecer, segundo o *República*, esses territórios perderiam tanto ou mais do que Portugal, já que, a Alemanha, «diz[endo]-se possuidora duma super-civilização que julga[ria] necessário espalhar por todo o orbe [sic]» - numa retórica muito similar àquela utilizada por todos os defensores do colonialismo português, e não só... -, difundiria por esses territórios o que, na realidade, seria uma «falsa cultura». Nesse mesmo sentido, perguntava-se o «que lucraria a humanidade com a difusão [...] pelo mundo [d] um sistema truculento» que destruíria «a harmonia social?».

Para o diário republicano, bastaria já «a todos o triste exemplo de além Reno», onde se perseguia «com furor medieval os portadores doutras ideias», tais como as «ideias de tolerância, respeito e fraternidade». Com a doutrina nazi, a cultura alemã ter-se-ia colocado «à margem da civilização», dessa mesma “civilização” da qual o colonialismo português seria portador e veículo. E, como tal, concluía-se relembando que teriam sido os portugueses quem tinha feito «da selva brasileira um florescente e rico país», tendo Portugal feito «sacrifícios sem conta» para «elevar e civilizar» as suas colónias, o que, faria com que o nosso país não necessitasse de «lições de ninguém»¹⁸.

Usando os mais variados argumentos, a verdade é que a necessidade de defesa das colónias portuguesas era um ponto de genuíno consenso entre salazaristas, católicos, republicanos e nacional-sindicalistas. Numa época de crescente expansão do fascismo na Europa e no mundo, «a Alemanha e a Itália» eram vistas como «potenciais agressores» do Império Colonial português e, de facto, seriam «uma fonte de inquietação permanente ao longo da década de 1930»¹⁹ para as elites políticas portuguesas desse período.

Conclusões.

O estudo do discurso jornalístico produzido pela imprensa portuguesa durante o período 1930-1933, ao longo do qual se vão definindo quase em simultâneo os regimes salazarista, em Portugal, e nazi, na Alemanha, demonstra, inequivocamente, que, face às reivindicações nazis, o medo que dominava as elites portuguesas relacionava-se com a possibilidade de Hitler, uma vez chegado ao poder, obrigar a uma redefinição do mapa colonial mundial – que podendo apenas muito remotamente passar por uma intervenção militar direta da Alemanha nesse sentido, poderia ser conseguida através de uma negociação com os britânicos para esse efeito. De facto, para os apoiantes do salazarismo, «mais do que um problema de expansão de espaços vitais», o regime deveria, acima de tudo, «enfrentar o problema da conservação e integração de um legado histórico»²⁰, representado nas Colónias ultramarinas.

A permanente ansiedade vivida pelas elites portuguesas – e pelo regime – relativamente à manutenção das Colónias portuguesas, durante todo o período que analisamos, é, de todos os pontos que neste trabalho abordamos, o único no qual se congregavam todas as correntes políticas aqui representadas. Com efeito, o medo de que Hitler voltasse as suas ambições territoriais para as

¹⁸ Autor não identificado, «O nosso direito», in *República*, 23.6.1933, Lisboa, p. 1.

¹⁹ Filipe Ribeiro de Menezes, *Salazar, uma biografia política* (3ª ed., Lisboa: Dom Quixote, 2010), 125.

²⁰ Manuel Braga da Cruz, *O partido e o Estado no salazarismo*, (Lisboa: Editorial Presença, 1988), 52

Colónias portuguesas era comum a salazaristas, católicos, republicanos liberais e, até certo ponto, nacional-sindicalistas – estes últimos, no entanto, procurando, sistematicamente, tranquilizar os colonialistas das restantes forças políticas nacionais relativamente às ambições coloniais dos nazis. Com a força do nacional-socialismo em rapidíssima ascensão, e face ao aumento das suas reivindicações, os colonialistas portugueses pareciam, antes de mais, temer que, num ato de deslealdade para com um aliado seu – que, historicamente, não seria inédito...-, a Grã-Bretanha pudesse usar as Colónias portuguesas como moeda de troca no sentido de apaziguar os apetites territoriais que os nazis demonstravam ter dentro do continente europeu. No fundo, mais do que o despoletar de uma nova guerra na Europa, aquilo que, perante a emergência do nazismo na Alemanha, mais assustava as elites portuguesas era a possibilidade de uma reordenação colonial que interferisse com o Império português.

Lisandra Franco de Mendonça*

A inauguração da estátua de Gonçalves Zarco no Funchal

R E S U M O | *O objectivo do presente artigo é o de, enfatizar a instrumentalização da formalização do tributo a Gonçalves Zarco, no contexto da relação institucional do arquipélago com o Poder Central e a sua repercussão na, como escreveu Eduardo Pereira na Ilhas de Zargo, "vida socialmente renovadora e progressiva do Estado Novo na Madeira".*
Considero que essa instrumentalização correspondeu a uma forma de controlo da comunidade e inseriu-se num processo mais amplo de afirmação do Estado-Nação que implicou a regressão da autonomia administrativa.
A inauguração integrou um plano de remodelação profunda da cidade, em marcha desde o início da década de 1930. Tomar-se-á evidente que o projeto de modernização do Funchal delineou-se na primeira década do século XX, mas só encontrou meios para se desenrolar mais tarde, num enquadramento que aliou vontade política a imposição de poder.
Palavras chave: Funchal, Estado Novo, Zarco, Francisco Franco.

A B S T R A C T | *The purpose of this article is to emphasize the manipulation of the formal tribute to Gonçalves Zarco, in the context of the institutional relationship of the archipelago with the Estado Novo government and its impact on, as Eduardo Pereira wrote in the Ilhas de Zargo, "socially progressive and renewing life of the Estado Novo in Madeira".*
I believe that this instrumentalization corresponded to a form of control and was inserted in a broader process of affirmation of the Nation-State that led to the regression of administrative autonomy.
The inauguration was part of a plan of profound remodelling of the city, on the march from the early 1930s. It will become evident that the modernization project of Funchal was outlined in the first decade of the twentieth century, but only found ways to unfold later, in a political framework which combined political will to impose power.
Keywords: Funchal, Estado Novo, Zarco, Francisco Franco.

* Doutoranda em regime de cotutela pela Universidade de Coimbra (Centro de Estudos Sociais/ Instituto de Investigação Interdisciplinar) e pela Universidade de Roma 'La Sapienza' (História e Restauro da Arquitetura).

¹ Eduardo C. Pereira, *Ilhas de Zargo* (2ª ed., vol. II, Funchal: C.M.F., 1957), 575.

Introdução

No início da década de 1930 levantamentos populares na Madeira² levaram ao envio de tropas para o território insular³. A região era das mais pobres do país e o regime de *colônia*⁴, peculiar à ilha, condicionava a emancipação de uma população maioritariamente rural e analfabeta. No Funchal, a indústria era dominada pela comunidade inglesa, que desde Setecentos monopolizava os principais ciclos de riqueza⁵. Um século antes, o Funchal assistira à ocupação militar pelas tropas de Sua Majestade britânica⁶ e no contexto da revolta militar de 1931, face às dificuldades de atuação imediata do Governo Central, o governo britânico concorrera novamente com o desembarque de tropas no Funchal. Na inauguração do monumento a Gonçalves Zarco⁷, na Avenida Arriaga⁸, em 28 de Maio de 1934, num extenso programa comemorativo da Revolução Nacional⁹, essa realidade não foi esquecida.

“De hoje para o futuro, o estrangeiro que desembarcar no Funchal não encontrará só dísticos em inglês, nem só costumes em estrangeiro, encontrará ali um monumento português, um monumento que grita o seu nacionalismo, um monumento que representa bem um dos muitos heróis desta Nação heróica [...]”¹⁰.

O monumento ao capitão donatário e o conjunto urbanístico de que faz parte, constituem um exemplo físico de grande significado simbólico para a cidade do Funchal, com referente no lugar de memória dos Descobrimentos, do Império e da ideologia de celebração/ controlo do

² As Revoltas oposicionistas da Madeira de 1931 - a Revolta da Farinha (6 de fevereiro) e a Revolução da Madeira (4 de abril) -, envolveram “uma sublevação bastante complexa, preparada a nível nacional, na qual entraram forças políticas, militares, civis, deportados e até interesses económicos, tendo como principal objectivo o derrube da Ditadura.” Maria Elisa de França Brazão e Maria Manuela Abreu, *A Revolta da Madeira 1931* (2ª ed., Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2008), 124. Ver também Rui Nepomuceno, *A Conquista da Autonomia da Madeira* (Lisboa: Editorial Caminho, 2006), 72-75 e 80-97.

³ A expedição enfrentou militares e populares revoltosos durante sete dias de combate. A revolta alastrou-se a algumas ilhas dos Açores e à Guiné Portuguesa. Verificaram-se também alguns levantamentos em São Tomé e em Moçambique. Cf. Francisco Lopes Melo, “1931: O ano de todas as revoltas”, *Arquivo digital do Ministério das Finanças* (s.d.), 3 (disponível in <http://www.sgmf.pt/Arquivo/Revista/Paginas/1931.aspx> - consultado em 30-04-2011).

⁴ Sobre este assunto, ver João José de Sousa, “A origem da colônia”, *Islenha* (n.º 13, jan.-fev. 1993), 47-73; Rui Carita, *História da Madeira* (Funchal: S.R.E.C., 2008), 413; Nelson Veríssimo, “O Funchal em cinco actos: o séc. XVIII”, *Diário de Notícias* (06-07-2008) e Rui Nepomuceno, *Op. cit.*, 75-79.

⁵ Sobre este assunto, ver Álvaro Rodrigues de Azevedo, *Notas às Saudades da Terra* (Funchal: Tipografia Esperança, 1921), 720; Abel Fernandes *et al.*, *História da Madeira: Antologia de Textos* (Funchal: Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação, 1984), 104; António Ribeiro Marques da Silva, “Os inícios do Turismo na Madeira e nas Canárias. O domínio Inglês”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990), 469-475 e Rui Nepomuceno, *Op. cit.*, 70-71.

⁶ “No contexto das guerras napoleónicas, desembarcaram, por duas vezes, no Funchal, forças militares britânicas, a fim de tomarem a ilha da Madeira. A primeira ocupação ocorreu de Julho de 1801 a Janeiro seguinte. A segunda iniciou-se a 24 de Dezembro de 1807 e terminou no princípio de Outubro de 1814. Nos primeiros três meses da segunda ocupação, a Madeira ficou sob o domínio britânico. Jorge III, rei da Grã-Bretanha e da Irlanda, era então soberano dos madeirenses e a bandeira britânica achava-se içada em todas as fortalezas.” Nelson Veríssimo, “O Funchal em cinco actos: o séc. XIX”, *Diário de Notícias* (Funchal, 03-08-2008).

⁷ Sobre João Gonçalves Zarco (c.1393 - 1471), ver Manuel Rufino Teixeira, “João Gonçalves Zarco quem era?”, Separata da Revista *Islenha* (n.º 22, jan.-jun. 1998), 131-138.

⁸ A primeira avenida do Funchal em 1934 estendia-se da Sé ao Jardim de São Francisco, o atual Jardim Municipal. Construiu-se esse primeiro tramo da avenida sobre o Passeio Público, já delineado sobre o antigo terreiro da Sé. A Avenida, inaugurada em 1914, tomou o nome do deputado republicano Manuel José de Arriaga. Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (1840-1917) foi deputado pelo Funchal em 1882-1884. Ver Nelson Veríssimo, “O Deputado do Povo Manuel de Arriaga (1882)”, *Islenha* (n.º 1, jul.- dez. 1987), 45-52.

⁹ A partir de 1926, o 28 de Maio passava a ser comemorado, com direito a cerimónias militares e civis. No Funchal, a parada militar desenrolava-se na Avenida Arriaga. Ver, José Manuel Melim Mendes, *Memórias do Funchal. O Bilhete-Postal Ilustrado até à Primeira Metade do Século XX* (Funchal: edição do autor, 2007), 266.

¹⁰ Passagem do discurso proferido por Rafael Basto Machado, Presidente da Junta Geral do Distrito do Funchal, in “O descerramento da Estátua. A parada militar e o desfile do cortejo”, *Diário da Madeira* (Funchal, 30-05-1934).

Estado Novo. A estátua invoca um percurso de celebração de um certo período da História¹¹, com passagem pela Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1929)¹² e pelas Exposições do Estado Novo no território nacional¹³ e nas colónias ultramarinas das décadas de 1930 e 40.

1. Planos e projetos de urbanização para o Funchal

No final do século XVIII e ao longo do século XIX a Madeira transformara-se num importante polo de atração do turismo, principalmente terapêutico. O investimento no sector tinha levado à construção de um elevador entre a cidade e a freguesia do Monte e a um malgrado plano de edificação de uma rede de sanatórios¹⁴, “de baixa e grande altitude, com financiamento alemão e a que se encontrava ligada igualmente a construção de um casino na baixa da cidade, mas ao que se haviam oposto os comerciantes ingleses radicados no Funchal”¹⁵, ficando o Estado português obrigado a indemnizar a *Sociedade de Sanatórios* pela rescisão da concessão¹⁶. O incidente, com ampla repercussão a nível nacional e internacional, acentuou o imobilismo no fomento de obras públicas e nas tão necessárias infraestruturas de apoio ao turismo, e a subserviência aos interesses ingleses.

Com a implantação da República, os novos poderes locais procuraram contrariar o abandono a que se via votado o Funchal¹⁷ convidando Ventura Terra (1866 - 1919)¹⁸ “para elaborar um plano de urbanização que deveria dotar a cidade das condições que a projectassem para a época do Grande Turismo Internacional”¹⁹.

A partir de 1911, a Câmara do Funchal iniciara uma série demolições no centro da cidade (nomeadamente, de uma parte das muralhas junto à Alfândega e do velho edifício, no Largo da Sé, onde funcionou a Câmara e o calabouço), procurando também, à semelhança da Capital, transformar o Passeio Público numa avenida ampla. O resultado imediato das obras foi o desaparecimento das praças fechadas que envolviam a Sé. Reconfigurava-se assim uma parte importante do espaço urbano público, de feição medieval, seguindo o modelo corrente nas cidades europeias que se queriam “modernizar”, substituindo praças e largos compartimentados irregulares pela perspectiva bidimensional das avenidas, com enquadramento central²⁰.

Interessa ao argumento perceber em que condições chegou o Funchal ao início de

¹¹ Uma atitude símile marcou em diversas épocas o “aproveitamento” dos monumentos, e.g. o entendimento em grande parte da Europa, ao longo do século XIX, da *mise en valeur* do monumento, residia no servir um propósito, que (em determinadas situações políticas e nacionalistas) podia criar – reportando o monumento a um modelo – formas emblemáticas (falsas), que facilmente induziam a recordar um antigo esplendor, cf. Roberto Di Stefano, “Presentazione”, *Le Sette Lampade dell’Architettura*, John Ruskin (Milão: Jaka Book, 2007), 23.

¹² Onde foi premiada com a medalha de ouro. Cf. Cristina Ferreira de Almeida, *Exposições Universais Barcelona 1929* (Lisboa: Expo’98, 1995), 44-47.

¹³ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”* (Diss. Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1991), 135-167 e 656 e Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940* (Lisboa: Livros Horizonte, 1998).

¹⁴ Sobre este assunto, ver Gisela Medina Guevara, *As relações luso-alemãs antes da Primeira Guerra Mundial: a questão da concessão dos sanatórios da ilha da Madeira* (Lisboa: Edições Colibri, 1997) e Rui Nepomuceno, *A Conquista da Autonomia da Madeira*, 71.

¹⁵ Rui Carita, “Prefácio”, *O Plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal (1.ª metade do séc. XX)*, Teresa Vasconcelos (Funchal: Funchal 500 anos, 2008), 11-12.

¹⁶ Gisela Medina Guevara, *op. cit.*, 111-112.

¹⁷ Cf. Rui Nepomuceno, *Op. cit.*, 69-70.

¹⁸ Miguel Ventura Terra, contava já com extensa obra, ver “Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto”, *Universidade do Porto*, (disponível in http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004304 - consultada em 12/07/2014); Maria José Araújo Lima Perdigão, *O Arquitecto Miguel Ventura Terra: Vida e Obra* (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1988) e Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, *Margem* (n.º 1, 1995), 30.

¹⁹ Rui Carita, “Prefácio”, 11.

²⁰ Sobre a “tridimensionalidade antitética da perspectiva” e o “valor estético do espaço fechado”, ver Bruno Zevi, *A Linguagem Moderna da Arquitectura* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004), 35-38 e Françoise Choay, *O Urbanismo* (São Paulo: Editora Perspectiva, 1998), 210-211.

Novecentos, recorrendo, de forma sintética, à formação e expansão do núcleo urbano e seus traços fundamentais²¹, atenuados nas décadas seguintes pelo traçado enérgico de novos eixos.

A primitiva povoação do Funchal, tomou forma a partir de dois pequenos aglomerados dispostos ao longo da baía: um a nascente, onde se construiu a primeira igreja, de Santa Maria do Calhau (c. 1430), junto ao calhau da praia e à ribeira de João Gomes e um segundo, a poente, junto à primitiva residência do futuro capitão donatário do Funchal, João Gonçalves Zarco, nos arrifes de Santa Catarina²². Ficou desde logo demarcada a zona nobre da povoação sobre o penedo, a oeste, enquanto artesãos e pescadores se fixavam junto à praia, a leste. O assentamento desenvolveu-se, de modo mais ou menos espontâneo, ao longo de um caminho paralelo à praia, que ligava o velho povoado de Santa Maria do Calhau ao de Santa Catarina. Progressivamente foram-se criando caminhos perpendiculares à costa, que seguiam sensivelmente a linha das margens das ribeiras, assim como outros, paralelos ao primitivo eixo nascente-poente. A rápida expansão urbana depressa levou à ocupação do espaço disponível entre as três ribeiras que atravessam o Funchal, concorrendo à elevação a cidade, já em 1508²³.

D. Manuel, ainda Duque, determinou o arranjo urbanístico da futura cidade, a erguer no seu chão de canaviais²⁴. Em pleno século XVI, a parte nobre da cidade passava a ser a zona da Sé e arredores, apetrechada com os principais equipamentos públicos e o centro administrativo da capitania: “a Câmara e Paço dos Tabeliães, a Alfândega e a residência dos capitães donatários, com um baluarte [...], designado depois por Fortaleza de S. Lourenço”²⁵. Ficava assim assinalado o centro da urbe, reafirmado pelo crescimento sucessivo da cidade e pelos planos de urbanização do início do século XX²⁶.

Até ao século XVIII não se conhecem verdadeiros planos de urbanização para o Funchal²⁷. A planta de Mateus Fernandes, de 1570, entendia sobretudo colmar a estrutura defensiva da cidade²⁸, assente numa linha de fortificação costeira. A expansão sequente ficou condicionada pela presença das muralhas e a construção pré-existente.

Com a aluvião de 9 de outubro de 1803, que arrasou grande parte da baixa da cidade e provocou centenas de mortos²⁹, foi mandada levantar uma planta e um plano de melhoramentos, a cargo do brigadeiro de Engenharia Reinaldo Oudinot (1747-1807)³⁰. O plano do brigadeiro Oudinot (1804) previa a reconstrução do centro da cidade e a construção de uma nova ‘Cidade das Angústias’, a oeste. O desenho da nova cidade, de intuito racionalista, inerente ao traço dos

²¹ Teresa Vasconcelos, *O Plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal (1.ª metade do séc. XX)* (Funchal: Funchal 500 anos, 2008), 14.

²² Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 27. Ver também, Manuel Teixeira e Margarida Valla, *O urbanismo Português. séculos XIII - XVIII Portugal – Brasil* (Lisboa: Livros Horizonte, 1999), 47-69.

²³ Cf. Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 22.

²⁴ Ver Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 28.

²⁵ Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 23. Na Fortaleza Palácio de S. Lourenço, residência oficial dos antigos capitães e Governadores Civis, reside atualmente o Ministro da República.

²⁶ O plano de Ventura Terra (1913-1915) previa para o quarteirão norte que margina o primeiro tramo da Avenida Arriaga um “espaço reservado para o palácio das repartições públicas”. Na década de 1930 a Junta Geral adquiriu, nessa área, o edifício do antigo Hospital onde instalou a sua sede, o atual Palácio do Governo Regional.

²⁷ O crescimento da cidade sofreu um abrandamento ao longo dos séculos XVII e XVIII, crescendo sobre si própria, com o aumento da densidade construtiva no interior dos quarteirões centrais. Cf. Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, “A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes”, *Malha Urbana* (n.º 10, vol.10, 2010), 209 e Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 29.

²⁸ Sobre esta planta, ver Rui Carita, *História da Madeira (1420-1566). Povoamento e Produção Açucareira* (vol. II, Funchal: Secretaria Regional da Educação, 1999), 205. Sobre a estrutura defensiva do Funchal construída progressivamente até ao século XVII, ver Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 29 e Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, *Op. cit.*, 81-83 e 88-91.

²⁹ Sobre este assunto, ver Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, *Op. cit.*, 102-104 e Nelson Veríssimo, *O Funchal em Cinco actos: o séc. XIX*.

³⁰ Sobre Reinaldo Oudinot, ver José da Cunha Saraiva, *A bacia hidrográfica do rio Lis e os trabalhos do engenheiro Reinaldo Oudinot no século XVIII* (Lisboa: Ministério das Finanças, Arquivo Histórico, 1943).

engenheiros militares, definia um conjunto urbano ortogonal disposto paralelamente à linha da costa, sobre o porto e Santa Catarina³¹, entre a Ribeira de São João e o Ribeiro Seco. Reconstruiu-se o centro e fez-se a canalização das três ribeiras, mas a ‘Nova Cidade’ ficou-se pela construção do chafariz dos Ilhéus³². O planeamento urbanístico da cidade para oeste só seria retomado no início do século XX.

1.1 O “Plano de Melhoramentos” de Ventura Terra (1913-1915)

Com o advento da República, a Câmara do Funchal assumiu a encomenda de um plano de embelezamento da cidade, a Miguel Ventura Terra (1866-1919). O plano, definido à distância, denotava a escola francesa na formação do autor, nos grandes eixos urbanos e inerente “arejamento” do ‘acanhado’ centro histórico. A cidade do Funchal aparecia agora retalhada por uma rede viária ampla, pontuada de rotundas, praças e parques arborizados, mais adequados, na opinião do urbanista, às exigências e ao conforto de uma população cidadina, e à recepção de turistas.

Da visita do arquiteto ao local, no início de 1913, ficou o apontamento descritivo de uma povoação “completamente destituída dos requisitos que faziam a formosura e a comodidade dos sistemas de viação das cidades modernas”³³. O plano de trabalhos previa o faseamento das obras a executar, segundo a hierarquia do traçado, para um período de 50 a 100 anos: na primeira fase, criava-se uma rede de novas vias e sucessivamente, a transição calculada para o traçado “definitivo” (da cidade na segunda metade do século XX). No entendimento do projetista, a região deveria dar início, de súbito, à construção de uma estrutura viária eficiente que suportasse os melhoramentos sucessivos, nomeadamente o alargamento da rede de saneamento básico e a construção de novos bairros (a oeste, para as classes privilegiadas e a leste, para as operárias). Enquanto trabalhava na definição do plano, Ventura Terra fez chegar ao Funchal, a partir de 1913, vários desenhos parcelares para as novas vias. A Avenida Oeste³⁴, com referente nessas instruções, viu a conclusão do primeiro tramo, compreendido entre a Sé e o Jardim de São Francisco (Fig.1) a meados da segunda década do século XX. O prolongamento, até à ribeira de São João, prosseguiu a partir da década de 1930 (Fig. 2)³⁵.

Ventura Terra projetou também uma praça ampla para a frente de mar, que comunicava diretamente com o cais da “Entrada da Cidade” (Fig. 3), considerando “que todo o movimento do Funchal advinha, em primeiro lugar, do seu porto”³⁶. Da enorme praça, fazia partir uma avenida (o primeiro tramo da atual Avenida Zarco) (Fig. 4), derrubando, pelo caminho, parte da Fortaleza Palácio de São Lourenço. Para a frente de mar, traçou uma avenida (a Avenida Marginal), que corria a baía desde a Ribeira de São João, a oeste, até ao Forte de São Tiago, no extremo este. A Avenida Marginal, já com outra definição, teve sequência a partir da década de 1930, deixando de lado a grande praça central, uma vez que, entretanto, a recepção aos turistas tinha passado

³¹ Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 29. Cf. “Planta da cidade do Funchal que representa o estado em que ficou depois do aluvião de 3 de Outubro de 1803, e a posição das Praças” (Estampa 1) in Rui Carita, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira* (Funchal: D.R.A.C., 1982), 48-49.

³² Rui Carita, “Planos e Projectos de Urbanização para o Funchal”, 29. Para uma síntese da evolução da cidade do Funchal no século XIX, ver Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, “A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes”, 124-125.

³³ Teresa Vasconcelos, *O Plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal (1.ª metade do séc. XX)*, 31-32.

³⁴ Avenida que se estende da Sé até ao Ribeiro Seco, a oeste. Corresponde a parte das atuais Avenidas Arriaga, do Infante e Monumental. Cf. Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 162.

³⁵ Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 87.

³⁶ *Ibidem*, 36.

para o molhe da Pontinha³⁷. O Plano definia três grandes vias longitudinais, que atravessavam o Funchal, conduzindo o movimento da cidade para a periferia: a Avenida Oeste, a Leste e a Norte (sobre a Ribeira de Santa Luzia). Destas, apenas a Avenida Oeste teve seguimento, “colidindo as anteriores com as forças vivas da cidade, impossíveis de contornar, como seja demolir os baluartes da Fortaleza de São Lourenço, ou deitar abaixo a torre e o transepto da Sé”³⁸.

Para a Nova Praça da República, que se estendia da Sé ao Jardim Pequeno, Ventura Terra propôs, no enfiamento da “Entrada da Cidade”, a colocação de um elemento escultório, em sintonia com a restante proposta global do plano, que previa para a composição do espaço urbano, nas praças e rotundas, a observação de outras manifestações artísticas.

O anteprojecto do plano foi aprovado pela Câmara Municipal do Funchal em 1914 e o projecto concluiu-se no ano seguinte. Todavia, a escala e a ambição dos “melhoramentos”, a conjuntura nacional³⁹ e internacional, em plena I Guerra Mundial, e de sequência o agravamento da crise económica e financeira do país, adiaram a sua concretização. Foi necessário esperar cerca de quinze anos para que o presidente da edilidade, Fernão Ornelas (1935-1946)⁴⁰, retomasse pontualmente a proposta de Ventura Terra.

No início da década de 1930, face à mudança de regime e a uma maior articulação entre a Junta Geral e a edilidade Funchalense, encomendou-se o “Plano de Urbanização para a Cidade do Funchal” (1931-33)⁴¹ a Carlos Ramos (1897-1969)⁴², de forma a promover a reformulação da estrutura viária e funcional da cidade e o enquadramento das áreas residenciais que acentuavam o crescimento desordenado à saída da cidade.

O novo plano retomou, em linhas gerais, o plano de Ventura Terra, nomeadamente, na organização funcional (e.g. hospital, bairros residenciais e centro administrativo) e na ideia, sem seguimento, de abrir avenidas sobre as ribeiras, ignorando a pujança das aluviões que arrasam ciclicamente a parte baixa da cidade. Previa, também, uma Avenida Marginal e o prolongamento da Avenida Oeste, no seguimento da Avenida Arriaga, então em construção⁴³.

Dentro do fecho temporal que interessa este estudo, o novo plano teve, sobretudo, incidência na definição do quarteirão confinante a norte com a Avenida Arriaga, opondo-se à demolição do velho Hospital da Misericórdia (século XVII), adaptado à instalação da Junta Geral. Não conseguiu impedir, no entanto, o prolongamento “a direito” da Avenida Zarco e de sequência, a demolição do extremo poente do antigo Hospital da Misericórdia⁴⁴. Com o prolongamento da Avenida, assentaram-se novos equipamentos (a ampliação da sede da Junta Geral, a sede do

³⁷ O velho cais e o porto do Funchal (molhe da Pontinha) foram ampliados na década de 1930, cf. Eduardo C. Pereira, *Ilhas de Zargo*, 804 e 808. Ver também, Nelson Veríssimo, O Funchal em cinco actos: o séc. XIX.

³⁸ Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 37.

³⁹ Sobreretudo a instabilidade política da I República e a frequente alteração de governadores civis na ilha, cf. Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 120.

⁴⁰ Fernão Ornelas Gonçalves (1908-1978), foi o principal motor da requalificação profunda do Funchal na primeira metade do século XX. Sobre a sua obra, ver Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, “A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes”, 138-141.

⁴¹ Apesar da crise económica instalada com o controlo financeiro da ditadura de Salazar, o Funchal solicitou em 1931 um novo plano de melhoramentos. O plano trouxe o prolongamento da Avenida Oeste, com a construção da Avenida do Infante, nas décadas de 1930 e 40. Cf. Rui Carita, *Funchal 500 anos de História* (Funchal: “Funchal 500 anos”, 2008), 151-152.

⁴² Sobre Carlos Ramos, ver Bárbara Santos Coutinho, *Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e ação. A procura do compromisso entre o modernismo e a tradição* (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001).

⁴³ O prolongamento da Avenida Arriaga, entre o Jardim pequeno e a Ribeira de São João, concluiu-se em 1934.

⁴⁴ A demolição ocorreu em 1936. O edifício tinha sido adquirido pela Junta Geral em 1932 e foi considerado por Carlos Ramos “um dos mais belos edifícios do século XVII que se podiam encontrar no Funchal, pronunciando-se contra o polémico prolongamento da Avenida Zarco a direito.” Teresa Vasconcelos, *O Plano Ventura Terra e a Modernização do Funchal (1.ª metade do séc. XX)*, 81. O edifício foi sucessivamente remodelado e recebeu uma nova frente sobre a Avenida Zarco, com projecto de Januário Godinho, em meados da década de 1940. Acolhe atualmente as instalações do Governo Regional. *Ibidem*, 173.

banco de Portugal⁴⁵ e o edifício dos Correios), e reafirmou-se o eixo da “Entrada da Cidade” e a monumentalidade do conjunto. O plano encontrou um enquadramento legal muito distinto do de 1915, que permitiu a expropriação pela edilidade das áreas necessárias à execução das obras⁴⁶ e a imposição de normas de edificação, ao longo das principais avenidas⁴⁷. Este processo de planeamento e investimento significativo em grandes obras públicas pode ser sintetizado nas palavras de Aldo Rossi, numa crítica ao programa de um governo autoritário: “conciliar o mínimo de direitos políticos com o máximo de prosperidade material”⁴⁸.

2. O contexto regional – a discussão sobre o alargamento da autonomia

No início da década de 1920 o Governo Central era acusado de não conhecer a realidade regional e ignorar as aspirações dos madeirenses⁴⁹. O discurso com, mais ou menos, ênfase nas dificuldades que atravessavam a ilha, assumiu contornos exacerbados no início das décadas de 1920 e de 1930. As dificuldades tinham-se agravado com a crise económica da I Guerra Mundial: o monopólio do açúcar, o regime cerealífero e infraestruturas pouco adequadas às exigências do turismo, nomeadamente a falta de condições do porto do Funchal, que afastava muitos navios para as Canárias e com eles uma parte importante do comércio da cidade do Funchal, muito dependente do movimento dos turistas⁵⁰. O agravamento da crise económica e financeira, a distância à capital e a morosidade nos contactos entre as autoridades locais e o governo central faziam esperar uma descentralização administrativa e económica, traduzida em mais autonomia para o governo da região. No longo debate que progressivamente uniu a opinião pública aos representantes locais, o progresso e o crescimento económico dependiam, quase exclusivamente, do alargamento da autonomia administrativa⁵¹. O movimento, com eco nos Açores, fez esperar uma estratégia concertada dos distritos insulares.

Do intenso debate que animou o Funchal nesse período, surgiu a sugestão de associar a campanha autonomista às Comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira (1922)⁵².

O projeto do estatuto autonómico elaborado pela Comissão da Madeira não chegou, no entanto, a ser apresentado no Congresso da República⁵³. Os autonomistas dos dois arquipélagos não chegaram a um consenso. O princípio da autonomia ampla esmoreceu deixando de lado grande parte das reivindicações. A falta de uma consciência regionalista bem definida, a ligação tradicional com a Inglaterra e a admiração pelo sistema administrativo que esta estabelecera para

⁴⁵ Foi projetada pelo Arq. Edmundo Tavares (1934) e inaugurada em dezembro de 1940. Ver Sérgio Miguel Gouveia Franco, “Obras por Ordem Cronológica”, *A obra de Edmundo Tavares no Funchal* (Diss. Mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2012) Anexos I, 14.

⁴⁶ Cf. Decreto n.º 17 508, de 22 de Outubro de 1929.

⁴⁷ Cf. Teresa Vasconcelos, *Op. cit.*, 62-73.

⁴⁸ Aldo Rossi, *A Arquitectura da Cidade* (Lisboa: Edições Cosmos, 2001), 208.

⁴⁹ A oposição encontrava eco nos periódicos funchalenses ao serviço dos vários partidos e dos movimentos corporativos, e.g. *O Proletário* e o *Trabalho e União* pelo operariado e o *Jornal da Madeira*, regionalista e pela monarquia, incitava o debate pelo alargamento da autonomia regional.

⁵⁰ Nélson Veríssimo, “O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)”, in *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal: Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1990), 493-507.

⁵¹ *Ibidem*, 439-507. Ver também, Rui Nepomuceno, *A Conquista da Autonomia da Madeira*, 72.

⁵² Cf. Rui Carita, “O monumento a Cristóvão Colombo de Francisco Franco”, *Isenha* (n.º 5, jul. – dez. 1989).

⁵³ “O senador Vasco Marques não chegou a apresentar no Congresso um projecto de lei sobre a autonomia dos distritos insulares, como a imprensa tinha noticiado, mas levou ao Senado, em 9 de Março de 1923, a questão da autonomia da Madeira. Depois de historiar o processo desencadeado desde Outubro de 1922, e apontar os principais problemas e reivindicações dos madeirenses, o senador concluiu que a Madeira prescindia da tutela do Terreiro do Paço, que não pedia mais receitas, apenas queria que deixassem os madeirenses governar livremente o que era caracteristicamente local.” Nélson Veríssimo, “O alargamento da autonomia dos distritos insulares, o debate na Madeira (1922-1923)”, 505.

as *Crown colonies*⁵⁴, impedia que a maior parte dos interlocutores do movimento autonomista se demarcasse do discurso extremista das cúpulas dos partidos a que pertenciam, confundindo no seu discurso as reivindicações dos madeirenses com separatismo⁵⁵.

No início da década de 1930, o descontentamento dava lugar à revolta⁵⁶. No contexto da Revolta da Madeira alterava-se a imagem de Salazar na imprensa madeirense. Se a meados da década de 1920, a sua presença nas conferências da Juventude Católica, no Funchal⁵⁷, tinha deixado a imagem de um homem erudito, profundamente consciente das dificuldades do país e do seu tempo, passava a ser visto como um homem sinistro, responsável pela miséria do povo. No *Notícias da Madeira*, porta-voz dos revoltosos, pode ler-se o seguinte:

“Perante as ilhas em revolta de facto, perante o país revoltado em espírito, continua ainda a sua obra sinistra. [...] A sua demissão seria o fim da luta, aponte de passagem para a normalidade constitucional. [...] Oliveira Salazar, eis o nome maldito, do responsável por todos os males da Pátria. Derrubá-lo do poder constitui uma necessidade imanente, para salvação nacional. Por isso o louco há-de cair desamparadamente, entre um coro formidável, imenso de alívio e alegria”⁵⁸.

A situação alterou-se rapidamente. À luta pela autonomia política e financeira da década de 1920 seguiu-se a Revolução Nacional de 1926. Progressivamente, a Junta Geral foi cerceada nos seus poderes e ambições e a autonomia regrediu⁵⁹. Na nova realidade política-administrativa, o centralismo orientava, à distância, as ambições do todo e de cada um.

3. A encomenda, a obra e a inauguração

⁵⁴ *Ibidem*: 494. Autonomia ampla com função governativa, compreendendo um Conselho Legislativo e um Conselho Executivo e função representativa desempenhada por um governador civil nomeado mediante consulta ao conselho executivo. Sobre o “projecto de bases” da autonomia, ver Manuel Pestana Reis, “Regionalismo. A autonomia da Madeira”, *Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira, Publicação comemorativa* (Funchal, Dezembro de 1922). Havia três tipos de colónia da Coroa no Império Britânico com diferentes graus de autonomia: os conselhos representativos (com uma ou duas Câmaras legislativas, com membros nomeados pela Coroa e alguns membros eleitos localmente), com os conselhos nomeados (inteiramente composta por membros nomeados pela Coroa, com alguns representantes nomeados a partir da população local) e governado diretamente por um governador. A proposta de Manuel Pestana Reis revia-se no primeiro tipo.

⁵⁵ Ver Rui Nepomuceno, *A Conquista da Autonomia da Madeira*, 99-138.

⁵⁶ “O governo português, para dominar a revolta, mandou fechar a ilha à navegação internacional isolando-a completamente do mundo; mandou bombardear os arredores do Funchal e desencadeou uma operação contra Machico.” João Soares, *A Revolta da Madeira* (Lisboa: Editorial Império, 1979), 252-260. Ver também, Rui Nepomuceno, *Op. cit.*, 79-95.

⁵⁷ Salazar visitou a Madeira em abril de 1925, onde realizou duas conferências, que intitulou “O Bolchevismo e a Congregação” e “Laicismo e Liberdades”. Estas conferências, aparentemente despreziosas, enunciavam o pensamento político do orador e prepararam a plateia para as linhas mestras do desígnio da nação: “À parte de todas as ideologias, começam a iluminar-se e a impor-se à atenção do Estado, três princípios que a moral há muito prezava sem se fazer obedecer: que a solidariedade social exige de todos os homens uma parte do trabalho da colectividade; que não deve atender-se ao supérfluo antes de satisfazer o necessário; que a riqueza, cristalização dum trabalho humano não deve ser desperdiçada, mas aplicada em proporção das necessidades que satisfaz – *trabalho, modéstia e economia*.” In “O Bolchevismo e a Congregação”, *Diário da Madeira* (15-04-1925), cit. por Emanuel Janes, “As conferências de Salazar e Mário de Figueiredo na Madeira”, *Islenha* (n.º 20, jan. – jun. 1997), 77-78.

⁵⁸ Ferro Alves, “O homem Sinistro Salazar Comanda a Guerra”, *Notícias da Madeira* (2-5-1931), cit. por Emanuel Janes, “As conferências de Salazar e Mário de Figueiredo na Madeira”, 77-78.

⁵⁹ “Nos primeiros anos ainda foi possível às Juntas Gerais dos Açores e da Madeira obterem o reconhecimento constitucional da especificidade insular através do artigo 124.º da Constituição de 1933, acompanhado de alguns aumentos de receitas e certo desafogo nas despesas. Mas foi sol de pouca dura. Com SALAZAR e a sua disciplina dos dinheiros públicos, a autonomia distrital viu-se de novo cerceada de meios; e, com o Estatuto de 1940, vigiada de perto pelos Governadores dos Distritos, directamente ligados ao Ministério do Interior, com poder para nomear e demitir os presidentes das juntas gerais e os das câmaras – e os regedores das freguesias.” Álvaro Monjardino, “Raízes da Autonomia Constitucional”, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990), 890. Ver também, Rui Nepomuceno, *A Conquista da Autonomia da Madeira*, 99-138. O decreto de 8 de agosto de 1901, estabeleceu a Autonomia Administrativa do Distrito do Funchal e a Lei n.º 88 de 7 de agosto de 1913 deu-lhe o enquadramento sucessivo, que se manteve, sem alterações significativas, até ao final do Estado Novo. Rui Nepomuceno, *Op. cit.*, 103-104.

O monumento a Gonçalves Zarco partiu de uma encomenda da Junta Geral do Distrito do Funchal, ao escultor Francisco Franco (1885-1955)⁶⁰, em 1918. Em 27 de Outubro de 1928, apresentava-se a estátua de Gonçalves Zarco⁶¹ na Avenida da Liberdade, em Lisboa, antes de ser embarcada para a Madeira⁶². Depois do primeiro impacto, as críticas no meio académico foram unânimes, a obra rompia com a representação do antigo regime. O modernismo de Franco traduzia o espírito de um tempo novo que “como um sopro, [difundia] todo o vigor do nosso passado de gente aguerrida e esforçada, consciente e fecunda”⁶³.

A fortuna de Francisco Franco marcou vários pontos do país e a presença assídua nas grandes Exposições das décadas de 1930 e 1940. Um Infante D. Henrique para as Exposições Coloniais de Paris (1931)⁶⁴ e de Nápoles (1934) ou um Salazar na Exposição Internacional de Paris (1937)⁶⁵ atestam a sua eficácia na tradução da comemorativa “Política do Espírito”, de António Ferro⁶⁶.

A primeira pedra do monumento a Gonçalves Zarco no Funchal, foi lançada em 29 de Dezembro de 1922, nas Comemorações do Quinto Centenário da Descoberta da Madeira. A obra foi inaugurada em 28 de Maio de 1934 (Fig. 6).

O projeto do pedestal, da autoria do arquiteto Cristino da Silva⁶⁷, engloba quatro baixos-relevos, também de Francisco Franco, num apelo a elementos alegóricos da Expansão que são toda uma ideologia programática: “Conquista”, “Colonização”, “Evangelição” e “Sabedoria”⁶⁸.

⁶⁰ Do escultor madeirense, afirmou-se, no seu tempo, que foi “o maior escultor português do século XX”. Lúcia Almeida Matos, *Escultura em Portugal no século XX (1910-1969)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007), 318. “A importância e o significado desta obra [o Zarco] não precisou de esperar por adesões tardias, forçadas em metódicas dúvidas, porque imediatamente suscitou admiração generalizada e o respeito da crítica que logo lhe sublinhou as potencialidades, [...]” (Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, O Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”, 654-655*). Sobre a biografia de Francisco Franco, a participação nos “5 Independentes”, a passagem por Paris e Roma, e a obra extraordinária deixada no Funchal, ver Rui Carita, “O monumento a Cristóvão Colombo de Francisco Franco”, 95-96; Artur Portela, *Francisco Franco e o “zarquismo”* (Lisboa: Imp. Nac. – Casa da Moeda, 1997), 13-26; António Carlos Valente, *As artes plásticas na Madeira (1910-1990): conjunturas, factos e protagonistas do panorama artístico regional no século XX* (Diss. Mestrado, Universidade da Madeira, Funchal: Edição do Autor, 1999), 33-35 e Lúcia Almeida Matos, *Op. cit.*, 171-183 e 312-318. A estátua aparece referida em várias obras como simplesmente “o Zarco”, e.g. Artur Portela, *Francisco Franco e o “zarquismo”*, e no Funchal é tratada familiarmente nesses mesmos termos. Como escreveu Nelson Veríssimo: “Nesse quotidiano ilhéu, Zarco assume vulto de patriarca, invocando para fazer valer as origens, eleito em tempo de demandas, quanto é imperioso afirmar a identidade. Zarco tornou-se símbolo desta comunidade. Faz parte do seu universo místico.” Nelson Veríssimo, “Editorial”, *Islenha* (n.º 3, jul. – dez. 1998), 5.

⁶¹ Francisco Franco tinha criado um busto para o Zarco em 1915, inaugurado em 2 de Julho de 1919, no Funchal, no Terreiro da Luta, cf. José de Sainz-Trueva e Nelson Veríssimo, *Esculturas da região autónoma da Madeira: Inventário* (Funchal: Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996), 45. Durante a década seguinte, realizou inúmeros estudos para a figura do Zarco. Ver António Carlos Valente, *As artes plásticas na Madeira (1910-1990): conjunturas, factos e protagonistas do panorama artístico regional no século XX*, 48-51 e Lúcia Almeida Matos, *Op. cit.*, 160-165 e 167-170.

⁶² Lúcia Almeida Matos, *Op. cit.*, 159.

⁶³ Mendes, 1928: 73 *apud* Artur Portela, *Francisco Franco e o “zarquismo”*, 33.

⁶⁴ Ver Lúcia Almeida Matos, *Op. cit.*, 236-238.

⁶⁵ No mesmo mês de maio de 1934 em que inaugurou “o Zarco” no Funchal, Franco realizava o seu primeiro busto de Salazar, a convite de António Ferro, exposto no ano seguinte na I Exposição de Arte Moderna do Secretariado de Propaganda Nacional, ver Fig. 8. Para a Exposição Universal de Paris, realizou vários estudos para uma estátua de Salazar envergando traje académico, inaugurada em 10 de junho de 1937, no Pavilhão de Portugal. Joaquim Saial, *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-1940)* (Amadora, Bertrand Editora, 1991), 153. O tema foi retomado sucessivamente (em reproduções em pedra e em bronze), na Exposição do Duplo Centenário de 1940, numa cópia para o átrio do Liceu Salazar (1952) na antiga Lourenço Marques, noutra cópia para o pátio interior do Palácio Foz (1959), entre outras. Um esboço em gesso, desse tema, encontra-se no depósito do Museu Henrique e Francisco Franco, no Funchal (cf. “Liceu Salazar em Lourenço Marques”, *Moçambique: Documentário Trimestral* (n.º 72, 1952), 148 e Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, 39-73).

⁶⁶ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”, 487-579* e Margarida Acciaiuoli, *António Ferro - A Vertigem da Palavra* (Lisboa: Autora e Editorial Bizâncio, 2013).

⁶⁷ Para a memória descritiva do pedestal, ver Luís Cristino da Silva, *Arquitetura* (ano II, n.º 15, dez. 1928), 228-230 *apud* Lúcia Almeida Matos, *Escultura em Portugal no século XX (1910-1969)*, 164.

⁶⁸ “As iniciais alegorias da “Força”, da “Ciência”, da “Lusitânia”, [...], sucederam-se, em projecto definitivo, as da “Conquista”, “Sabedoria”, “Cristianização” e “Colonização”, [...]. [...] e não é de excluir que tenham tido interferência sugestões do poder político já fortalecido e institucionalizado.” Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”* (nota 2), 917. Ver também Lúcia Almeida Matos, *Op. cit.*, 166.

Nas palavras da crítica de arte do regime, o vulto do “Zarco” e os quatro painéis inspiravam-se nos valores antigos da pintura de Nuno Gonçalves⁶⁹, oficializada em trabalhos sucessivos.

A colocação do monumento na principal artéria da cidade do Funchal, a eixo da Sé e no prolongamento da “Entrada da Cidade”⁷⁰, era aguardada localmente como um prenúncio de progresso.

“O prolongamento da Avenida Gonçalves Zarco dará lugar à construção dos novos edifícios do Banco de Portugal, com a fachada sobre esta artéria e a Avenida Arriaga, e dos Correios e Telégrafos, [...]”

[...] A colocação da bela estátua de Gonçalves Zarco na principal avenida e no centro do Funchal, virá indubitavelmente pôr uma nota artística na nossa cidade, presentemente desprovida de monumentos.

Devemos acrescentar que a solução dada pela digna Comissão Administrativa da Junta Geral do Funchal ao prolongamento da Avenida Gonçalves Zarco, fazendo-o em linha recta tirada da actual avenida, foi excelentemente aceite pelo público, [...]”⁷¹.

Efetivamente, o monumento inaugurou um período favorável a obras públicas estruturantes. Apoiada no “Plano de Urbanização” (1931-33), de Carlos Ramos, a cidade modernizou-se ao longo das décadas de 1930, 40 e 50, devido, em grande parte, à intervenção do Governo Central⁷².

A expansão da cidade para poente, a partir do prolongamento da Avenida do Oeste (as atuais Infante e Monumental), já apontada na Planta do brigadeiro Oudinot (1804)⁷³, criou as condições necessárias para a implantação de novas unidades hoteleiras e a assunção de um novo ciclo económico, que passou a orientar a estratégia económica e de desenvolvimento do arquipélago.

Nas palavras de José-Augusto França foi nesse processo de edificação de estruturas de suporte do Estado Novo que “se integrou um dos primeiros monumentos modernos [...] em Portugal, não em Lisboa mas no Funchal, para comemorar Gonçalves Zarco, o descobridor da ilha – primeira estátua de uma longa série que definiria a escultura nacional mais característica até aos primeiros anos 70, ao fim do regime que a encomendara”⁷⁴.

Nos periódicos madeirenses, tanto a encomenda, como o início dos trabalhos (que se arrastaram por 11 anos), e as cerimónias de inauguração, foram tratados com significativo enlevo. Nos dias que seguiram a inauguração, os periódicos da ilha exploraram de forma detalhada a solenidade, num tom “nacionalista”.

⁶⁹ A referência aparece num artigo de Artur Portela no *Diário de Notícias* de 15-02-1955; num artigo de Reynaldo dos Santos, “Francisco Franco”, *Colóquio* (n.º 38, 1966); na obra de José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XX (1911-1961)* (3ª ed., Venda Nova: Bertrand), 122 e em Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”*, 654.

⁷⁰ A inauguração da ampliação do Cais da “Entrada da Cidade” deu-se precisamente numa comemoração da Revolução Nacional do 28 de Maio, um ano antes. Faz-se notar que, na época, a entrada na ilha fazia-se por esse cais. Cf. Cecil Miles, “Madeira...era uma vez”, *Isenba* (n.º 15, jul. – dez. 1994), 83-87.

⁷¹ “A estátua do Descobridor da Madeira e o prolongamento da Avenida Gonçalves Zarco”, *Diário de Notícias* (18-02-1934), 1.

⁷² “[...] de onde se destacam a ampliação e o apetrechamento do porto do Funchal (3ª fase – 1934-39 e a 4ª fase – 1957-62), [...] melhorias nos Correios e nas comunicações e o lançamento de redes de saneamento básico”, Luísa Catarina Freitas Andrade Bettencourt, *op. cit.*, 132; ou ainda a construção dos Bairros operários de S. Gonçalo e das Murteiras, executados em 1940, nas Comemorações do duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, Eduardo C. Pereira, *Ilhas de Zargo*, 965. “Do Estado Novo, são exemplos significativos, [...], as Avenidas do Mar, do Infante e de Zarco, a Rua Dr. Fernão de Ornelas, os edifícios da Junta Geral do Distrito, do Liceu, do Mercado dos Lavradores, do Tribunal do Funchal, da Alfândega, da ‘Casa da Luz’, o arranjo urbanístico da Praça do Município ou da Rotunda do Infante.” Nelson Veríssimo, “O Funchal em cinco actos: o séc. XX”, *Diário de Notícias* (Funchal, 5-10-2008).

⁷³ Cf. “Planta da cidade do Funchal que representa o estado em que ficou depois do aluvião de 3 de Outubro de 1803, e a posição das Praças” (Estampa 1) in Rui Carita, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira*, 48-49.

⁷⁴ José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XX (1911-1961)*, 122.

Contrariamente ao afirmado por França, a encomenda não partiu do mesmo regime.

“O momento culminante, arrebatador, foi o do descerramento da Estátua: ao soltar-se a bandeira nacional a descobrir o vulto de Gonçalves Zarco todas as bandas romperam com A Portuguesa e aquela mole imensa de público se agitou num quente e formidável ovação.

Parece-nos que nunca se viveu no Funchal um instante tão grandioso, cuja recordação perdurará por largos anos na memória dos que a ele puderam assistir”⁷⁵.

O registo foi de júbilo, os valores da nação ressurgiam no revivalismo dos grandes momentos e das grandes personagens da História.⁷⁶ O “Zarco” associava-se aos preceitos da Revolução Nacional.

É interessante notar que, contrariamente às Comemorações do Quinto Centenário da Descoberta da Madeira, associadas ao movimento autonómico, desta vez o Governo central fazia-se representar por uma comitiva. Reuniram-se, em sintonia, no *Te Deum* na Sé, e logo de seguida, junto ao pedestal do ‘Zarco’, a hierarquia do poder, o presidente da União Nacional, o governador civil, o presidente da Junta Geral e o da Câmara Municipal. O protocolo e programa de festas, minuciosamente previsto e descrito nos principais periódicos da região, foi cumprido escrupulosamente.

Numa passagem do discurso do Presidente da Junta Geral, a multidão era convocada a cumprir o seu papel no desígnio nacional, o de melhor servir e imitar, nas mais humildes tarefas, a obra dos grandes:

“As figuras dos nossos antepassados têm de nos servir de exemplo e temos de as imitar, procurando cada um, dentro da sua esfera de acção, ser um herói, cumprindo com o seu dever.

Não é só o soldado que cai no campo da batalha, que morre pela Pátria. Cada um de nós, dentro da sua profissão, cumprindo com o seu dever, pode também morrer pela Pátria!”⁷⁷.

No decorrer do programa, procedeu-se também à inauguração dos retratos do general Óscar Carmona e de Oliveira Salazar, no edifício da Junta Geral, sito na mesma avenida. Cito do discurso de Basto Machado:

“As manifestações de hoje são o ‘grito de presente’ do distrito do Funchal ao chamamento do Chefe”⁷⁸.

Conclusão

Em vários momentos da História da Madeira, a imagem de Zarco encontrou sintonia no eco popular, institucional e revolucionário.

A encomenda do monumento a Zarco, surgiu no contexto da I República e a cerimónia do “lançamento da primeira pedra”, num período de aceso debate em torno do alargamento da autonomia, que encontrava, na figura de Zarco e dos Descobrimentos, justificação histórica

⁷⁵ “O descerramento da Estátua. A parada militar e o desfile do cortejo”, *Diário da Madeira* (30-05-1934).

⁷⁶ “A nação é pois, um produto histórico; só será nacionalista a política que procurar nas directrizes da história o engrandecimento [...] continuando e não quebrando a linha de evolução que o passado marca.” Mário de Figueiredo, “As várias formas do Nacionalismo”, cit. por Emanuel Janes, “As conferências de Salazar e Mário de Figueiredo na Madeira”, 75.

⁷⁷ “O descerramento da Estátua. A parada militar e o desfile do cortejo”, *Diário da Madeira* (30 -05-1934).

⁷⁸ “O descerramento da Estátua. A parada militar e o desfile do cortejo”, *Diário da Madeira* (30 -05-1934).

para a maioria: Zarco tinha inaugurado, aquilo que os homens do início do século XX compreenderam como, a primeira forma de descentralização administrativa, financeira e normativa, o regime de capitania. Todavia, a inauguração do monumento, desenrolava-se já em pleno Estado Novo. As reivindicações autonómicas tinham ficado pelo caminho com a carga militar de 1931 e a Madeira sujeita ao ressarcimento do dispêndio financeiro da operação, chegando o Governo Central ao ponto de “retirar, em 1931, do brasão de armas da cidade do Funchal o epíteto de nobre e leal”⁷⁹.

A imagem de um Zarco, símbolo de emancipação e progresso autonómico, a olhar para o futuro, dava lugar a um Zarco de “olhar heróico sobre o passado”⁸⁰, sob a atenção permanente do representante do Governo Central, residente no simbólico Palácio Fortaleza de São Lourenço (Fig. 6).

Tanto a formalização do tributo, como o plano de melhoramentos do Funchal (Ventura Terra, 1915), partiram de iniciativas regionais, sem sequência imediata. A ditadura apoderou-se de ambos, encontrando nestes símbolos a materialização progressiva da sua Identidade⁸¹, de acordo com a sua conveniência.

Termino com palavras de Oliveira Salazar a João Abel de Freitas⁸², recém-nomeado Presidente da Junta Geral do Distrito, onde se pode vislumbrar o que foi a política do (seu) Governo relativamente à autonomia e reivindicações da Madeira.

“O abandono da Madeira por parte do Poder Central, entrou na formação da consciência madeirense [...]. [...]

Apenas porque é preciso rectificar os erros, [...], é preciso dizer que há muitas dezenas de anos não tem a Madeira quem tanto a tenha protegido e defendido como eu. [...] com alguma ilustração ou memória (que os povos não têm mas pessoas cultas devem possuir) quem quer pode fazer a comparação de antes e depois, os problemas abandonados e os resolvidos e o quanto em dinheiro que isso tem custado. [...]

Dou graças a Deus por me ter permitido ver o que vi, quando da minha viagem, para compreender este fenómeno [...]. E, porque compreendo é que a Madeira continuará sendo tratada como terra privilegiada e com paciência, ao menos enquanto se não demandarem demais. Porque, se o fizerem, é conveniente não esperar a doçura da repressão usada da outra vez”⁸³.

⁷⁹ Maria Elisa de França Brazão e Maria Manuela Abreu, *A Revolta da Madeira 1931*, 123.

⁸⁰ Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal, o País, o Regime e as Artes, “Restauração” e “Celebração”*, 653.

⁸¹ Este processo pode ser visto em paralelo com o que se passava na “África Portuguesa”, onde os planos de urbanização, ao longo das décadas de 1940, 50 e 60, e os traços epopeicos da “modernização” imposta aos territórios colonizados, eram também uma forma de afirmação de poder. Ver José Manuel Fernandes, “Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura”, in *Património de Origem Portuguesa no Mundo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*, dir. José Mattoso (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010), 183-591.

⁸² Resposta a uma carta de 28-03-1935, onde o Dr. Abel de Freitas descrevia minuciosamente a crise na sociedade e na economia madeirense desde a década de 1920, “e o natural sentimento de abandono, ideia inclusivamente alimentada pelos políticos locais que acreditaram no novo regime.” Cit. por Alberto Vieira, *História da Madeira* (Funchal: Secretaria Regional da Educação, 2001), 335.

⁸³ António Oliveira Salazar, Lisboa, 23-05-1935, *apud* Alberto Vieira, *op. cit.*, 336-337.



Figura 1: Vista da Sé do Funchal para a Avenida Dr. Manuel de Arriaga, década de 1920. Arquivo Regional da Madeira



Figura 2: A Rotunda do Infante e o prolongamento da Avenida Arriaga, década de 1940. Arquivo Regional da Madeira



Figura 3: Cais da "Entrada da Cidade", início do século XX. Postal.
(Carlos Fotógrafo, Funchal).



Figura 4: Novo arranjo urbanístico junto à saída do cais da “Entrada da Cidade”.
José Manuel Melim Mendes, *Memórias do Funchal*, 80.



Figura 5: Inauguração do Monumento a Gonçalves Zarco, 28 de Maio de 1934.
(José Manuel Melim Mendes, *Op. cit.*, 266).



Figura 6: Avenida Arriaga, primeira metade da década de 1930. À direita, o edifício da Junta Geral do Distrito e à esquerda, a Fortaleza Palácio de S. Lourenço. Arquivo Regional da Madeira.



Figura 7: Vista da Avenida Arriaga, em direção à Sé. Postal antigo.



Figura 8: António Ferro, Oliveira Salazar e Francisco Franco, “ou a técnica do fabrico do mito. (Maio de 1934)”.
Artur Portela, *Francisco Franco e o “zarquismo”* (Lisboa: Imp. Nac. – Casa da Moeda, 1997).

Diogo Faria* e André Filipe Oliveira da Silva**

O ensino da História Medieval na Universidade do Porto (1963-1978). Continuidades e ruturas entre o Estado Novo e a democracia

R E S U M O | Neste artigo é analisada a evolução do ensino da história medieval na Universidade do Porto desde o momento em que a sua Faculdade de Letras foi (re)fundada até à reforma dos planos de estudos de 1978. Com base, fundamentalmente, nos cadernos de sumários e livros de termos produzidos entre 1963 e 1978, procurou-se identificar e conhecer: as disciplinas que eram dedicadas à história da Idade Média; o seu enquadramento nos planos de estudos; os conteúdos que eram lecionados; a forma como funcionavam as aulas e como se processava a avaliação; a evolução do corpo docente. No final, procurou-se explicar as transformações ocorridas no ensino da Idade Média na FLUP entre 1963 e 1978 tendo em conta as vicissitudes de uma faculdade que dava os primeiros passos e os contextos políticos que têm no 25 de abril um momento fundamental.
Palavras-chave: ensino; história medieval; Universidade do Porto.

A B S T R A C T | This article analyzes the evolution of the teaching of medieval history at the University of Porto, from the time that the Faculty of Arts was (re)founded until the 1978 curriculum reform. Using essentially the books of summaries and evaluation records produced between 1963 and 1978, the goal was identify and know: what disciplines were dedicated to the Middle Ages history; the way they were inserted in the curriculum; the subjects taught; how classes worked and how was made the evaluation; the evolution of Professors group. Finally, the transformations occurred between 1963 and 1978 were analysed taking into account the difficulties of a faculty giving the first steps and the political contexts after the Carnation Revolution, on 25 April, 1974.
Keywords: teaching; medieval history; University of Porto.

O objetivo geral deste trabalho é conhecer a história medieval que era ensinada aos estudantes da Universidade do Porto entre 1963 e 1978. Em concreto, pretendemos verificar como se enquadrava esta área de estudo nos currículos da licenciatura em *História*, examinar os programas das disciplinas e os conteúdos que eram lecionados, avançar informações sobre os métodos de ensino e avaliação e analisar a evolução do corpo docente associado a estas cadeiras¹. Terminamos com uma reflexão sobre as ruturas e as permanências que se verificaram no ensino

* Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (U. Porto) e do Instituto de Estudos Medievais (U. Nova de Lisboa).

** Mestrando em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ João Gouveia Monteiro publicou recentemente um estudo sobre o ensino da história medieval na Faculdade de Letras de Coimbra. Ainda que esse trabalho se debruce apenas sobre a história medieval europeia, abrange uma cronologia mais lata (1945-2011). Cf. João Gouveia Monteiro, "O Ensino da História da Idade Média Europeia na Faculdade de Letras de Coimbra (1945-2011) e no Portugal de hoje", *Revista Portuguesa de História* (nº 42, 2011), 313-345.

da história medieval na sequência do 25 de abril e da transição para a democracia.

A cronologia deste estudo é facilmente justificável. Começamos com o ano letivo de 1963/1964, o primeiro em que funcionaram cadeiras de história medieval na segunda Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)², que arrancara com os cursos de *História, Filosofia e Ciências Pedagógicas*. A nossa análise percorre os últimos 11 anos do Estado Novo, o 25 de Abril, o PREC e acaba por deter-se em 1978, ano em que entrou em vigor um novo plano de estudos da licenciatura em *História*, elaborado no âmbito de uma reforma protagonizada pelo ministro Sottomayor Cardia.

Os cadernos de sumários e os livros de termos das disciplinas de história medieval são as fontes fundamentais deste trabalho. Utilizamos estes documentos, preservados no Arquivo Central da FLUP, tendo presentes determinados condicionalismos: as informações contidas nos sumários variam bastante em função das disciplinas e dos docentes; por vezes, o que é anotado pelo professor não é suficiente para que saibamos de que forma decorreram certas aulas³ e, mesmo quando a informação é mais abundante, não podemos assegurar que as aulas foram exatamente aquilo que os sumários dizem que foram⁴; os livros de termos permitem-nos conhecer os alunos que foram avaliados e as respetivas classificações, mas não o número total de estudantes inscritos nas disciplinas⁵.

1. A história medieval nos planos de estudos⁶

A segunda FLUP foi fundada em 1961 e entrou em funcionamento no ano letivo de 1962/1963⁷. Por essa altura, encontrava-se em vigor nos três cursos de História do país (Coimbra, Lisboa e Porto) o plano curricular estabelecido pela lei orgânica das Faculdades de Letras promovida pelo ministro Leite Pinto em 1957⁸. Entre as principais novidades dessa reforma encontram-se a autonomização da *História* e da *Filosofia* em licenciaturas distintas e a introdução de um seminário de investigação no último ano do curso, onde eram preparadas as dissertações de licenciatura. Era no terceiro ano que os estudantes recebiam o grosso da sua formação em história medieval, altura em que frequentavam as disciplinas de *História da Idade*

² Apesar de a FLUP ter entrado em funcionamento em 1962/1963, as cadeiras de história da Idade Média apenas eram lecionadas no segundo ano da Licenciatura em *Filosofia* e no terceiro da Licenciatura em *História*, o que justifica que a cronologia deste trabalho tenha como ponto de partida o ano letivo de 1963/1964 (ou seja, o segundo de funcionamento da FLUP), e não o de 1962.

³ Por exemplo, todos os sumários das aulas práticas de *História de Portugal I* de 1971/1972, lecionadas por José Vieira de Carvalho, são iguais: "Orientação de trabalhos práticos". Facilmente se constata que esta formulação não nos permite avançar muito sobre o funcionamento dessas aulas... Cf. Arquivo Central da FLUP (ACFLUP), *Sumários da Licenciatura em História*, História de Portugal I [1965-1973].

⁴ Não temos a certeza absoluta se os sumários eram registados à medida que as aulas eram dadas. É possível que isso variasse de professor para professor. A repetição quase *ipsis verbis* dos sumários de algumas disciplinas ao longo de vários anos letivos permite constatar que alguns docentes tinham um elenco de sumários que repetiam sempre. Nada nos garante que a esse esquema fixo de sumários correspondesse uma prática letiva também fixa e reproduzida sem alterações em todos os anos letivos.

⁵ Alguns dos aspetos menos claros e das omissões em que estas fontes são ricas foram ultrapassados graças a informações fornecidas por Armando Luís de Carvalho Homem (estudante da licenciatura em *História* da FLUP entre 1968 e 1973 e docente de história medieval na mesma casa desde 1973) e Maria Alice Azevedo Castro (estudante da licenciatura em *História* da FLUP entre 1965 e 1970), a quem agradecemos reconhecidamente.

⁶ Para além dos diplomas normativos, seguimos: Luís Reis Torgal, "O ensino da História", in *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica*, Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga (Lisboa: Temas e Debates, 1998), 85-152, *maxime* 146-149; Regina Telo Padrão, "A História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1962-1974): ensino e investigação" (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 2004), 9-14.

⁷ Sobre a história da Faculdade de Letras do Porto e, particularmente, sobre a evolução do seu corpo docente, cf., por todos: Armando Luís de Carvalho Homem, "Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1919-1931 e 1962 ss.", *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo* (disponível em http://dichp.bnportugal.pt/instituicoes/instituicoes_flup.htm - consultado em 20/01/2014).

⁸ Decreto-Lei n.º 41/341, de 30 de outubro. Diário do Governo, I série, pp. 1030-140.

Média, História da Cultura Medieval e História de Portugal P. Para além destas cadeiras, existiam outras que, não sendo estritamente dedicadas ao estudo da Idade Média, acabavam por integrar conteúdos enquadráveis no âmbito dos estudos medievais, como a *História da Cultura Portuguesa*, a *História da Expansão Portuguesa* e a *História de Portugal II*. Finalmente, neste currículo tinham um peso significativo as unidades curriculares dedicadas às então designadas ‘ciências auxiliares da História’, como a *Paleografia e Diplomática*, a *Numismática* e a *Epigrafia*, onde eram desenvolvidas competências importantes para a investigação em história medieval.

Era ministro da Educação Nacional José Hermano Saraiva quando a necessidade de formar mais rapidamente professores para os liceus conduziu a uma reforma dos planos de estudos das Faculdades de Letras¹⁰. Criados em 1968 os bacharelatos, procurou-se concentrar nos primeiros anos dos cursos as cadeiras que eram consideradas fundamentais. Na sequência disso, as disciplinas de *História da Idade Média*, *História da Cultura Medieval* e *História Medieval de Portugal* (nova designação da *História de Portugal I*) passaram do terceiro para o segundo ano. O impacto desta reforma no que toca ao ensino da história medieval é praticamente nulo, na medida em que se limita a mudar unidades curriculares de um ano para outro e a ajustar uma denominação.

É muito mais complicado abordar a configuração dos cursos de História após o 25 de abril. O ano da revolução marca o fim da uniformização dos currículos a nível nacional, substituídos por auto-reformas de elevado teor marxista¹¹. As licenciaturas continuavam a ser estruturadas em dois ciclos distintos: o bacharelato, correspondente aos três primeiros anos; e a pré-especialização, uma novidade que surgiu com a mudança de regime, que abrangia os 4º e 5º anos e incluía um seminário bienal e seis cadeiras. Na FLUP, uma das pré-especializações era dedicada ao estudo da Idade Média, e dela faziam parte disciplinas como: *Economias e Sociedades do Mundo Medieval*, *História Peninsular Medieval*, *História dos Movimentos Sociais na Idade Média*, *História da Cultura Portuguesa Medieval*, *Paleografia Medieval*, *Instituições Medievais* e *História do Pensamento Político da Idade Média* (estas duas últimas nunca chegaram a funcionar efetivamente)¹². Integravam a formação geral ministrada nos três primeiros anos da licenciatura as cadeiras obrigatórias de *História da Idade Média Geral*¹³ e *História Medieval de Portugal*. Em suma, comparando com a orgânica curricular dos tempos do Estado Novo, verifica-se que nos primeiros anos após abril a Idade Média perdeu peso na formação geral e obrigatória (devido à supressão da cadeira de *História da Cultura Medieval*), tendo no entanto aumentado consideravelmente a possibilidade de os estudantes aprofundarem conhecimentos nesta área (graças à introdução da pré-especialização).

2. As disciplinas e os seus conteúdos (1963-1974)

A cadeira de *História da Idade Média* foi lecionada por diversos professores entre 1964 e 1974: Sérgio da Silva Pinto (aulas teóricas de 1964/1965 a 1968/1969), Luís António de Oliveira Ramos (aulas práticas em 1964/1965 e parte de 1965/1966), Carlos Santos Cardoso (aulas práticas de parte de 1965/1966 e de 1966/1967 e 1967/1968), Luís Adão da Fonseca

⁹ Como já foi referido, estas duas últimas cadeiras também integravam o plano de estudos do curso de *Filosofia*, mas no segundo ano.

¹⁰ Decreto-Lei n.º 48/627, de 12 de outubro. Diário do Governo, I série, pp. 1553-1556.

¹¹ O simples elenco de algumas das disciplinas então criadas dá conta disso. Em Coimbra, por exemplo, surgiram as cadeiras: *História das Sociedades Escravagistas*, *História do Pré-Capitalismo e do Capitalismo Comercial*, *História do Capitalismo Industrial e da Gênese do Socialismo* e *História do Capitalismo Monopolista e do Socialismo*. No Porto, também encontramos exemplos de unidades curriculares como: *História dos Movimentos Revindicativos*, *História do Mundo Agrário e do Campesinato na Época Moderna*, *História do Movimento Operário Português* e *História das Origens do Capitalismo*. Cf. Luís Reis Torgal, “O ensino da História...”, 148, e livros de sumários preservados no ACFLUP.

¹² Armando Luís de Carvalho Homem, “A Idade Média nas Universidades Portuguesas (1911-1987): legislação, ensino, investigação”, *Revista da Faculdade de Letras - História* (II série, vol. X, 1993), 351-361, *maxime* 354.

¹³ Dividida em *História da Idade Média I* e *História da Idade Média II* apenas no ano letivo de 1975/1976.

(aulas práticas de 1968/1969 e aulas teóricas e práticas de 1969/1970 a 1972/1973) e Eugénio dos Santos (aulas teóricas e práticas em 1973/1974).

Nos anos da regência de Sérgio da Silva Pinto, o programa incidia sobretudo sobre as problemáticas em torno das invasões bárbaras, da queda do Império Romano e do surgimento dos reinos germânicos. A matéria quedava-se pelo advento do Islão, ficando por estudar todo o período entre os séculos VIII e XV. Nas aulas práticas, a matéria teórica era consolidada através da análise de fontes primárias, destacando-se a *Germânia* de Tácito. Ainda que não abundem as referências bibliográficas que suportavam este programa bastante limitado cronologicamente, nos sumários encontram-se referências a obras de autores como Geoffrey Barraclough, Jean Daniélou, Ferdinand Lot e Henri Pirenne.

Com Luís Adão da Fonseca opera-se uma transformação profunda do programa, cuja cronologia se alarga consideravelmente, abrangendo o longo período compreendido entre a queda de Roma e o século XV. O elenco das matérias revela uma equilibrada distribuição de temas de história política, económica e social, destacando-se as abordagens a assuntos como as origens do feudalismo, a dinâmica económica e urbana pós-Ano Mil e as mutações sociais da Europa medieval. Na bibliografia da cadeira abundam as referências a autores franceses e a obras de orientação eminentemente económica e social. Os principais historiadores citados são: Marc Bloch, Robert Boutruche, P. Courcelle, Georges Duby, François-Louis Ganshof, J. Bernard Hogg e Henri Pirenne.

Finalmente, o programa de Eugénio dos Santos privilegiava a abordagem de assuntos de história da Alta Idade Média, como a constituição dos reinos germânicos e a construção da Europa carolíngia. Para além disso, houve nove aulas dedicadas à análise das origens e evolução do feudalismo. Na bibliografia, para além de autores citados em anos anteriores, destaca-se a referência ao historiador espanhol J. A. Garcia de Cortazar¹⁴.

Entre 1963 e 1974 a *História da Cultura Medieval* foi sucessivamente lecionada por António Cruz (1963/1964 e 1964/1965¹⁵), Cândida Pacheco (1965/1966 a 1969/1970), Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1970/1971), Aurélio de Oliveira (1971/1972 e 1972/1973) e João Sulpício Pereira de Freitas (1973/1974).

A estrutura dos programas variou em função dos docentes. Apesar disso, é possível enumerar conteúdos que eram abordados, com maior ou menor desenvolvimento, em quase todos os anos letivos: o conceito de Idade Média, a obra de Santo Agostinho, as origens e desenvolvimento do monaquismo europeu, o renascimento carolíngio e a fundação das universidades. Para além destes, havia assuntos específicos que só eram lecionados por alguns dos docentes.

António Cruz dedicou quatro aulas em 63/64 e duas em 64/65 à história dos *scriptoria* e do livro na Idade Média, matérias indissociáveis da sua experiência investigativa. O primeiro doutor pela nova FLUP prestava ainda uma particular atenção às experiências monásticas ibéricas.

O programa de Cândida Pacheco, nos cinco anos em que foi responsável por esta cadeira, incluía abordagens à importância das matrizes greco-latina, cristã, celto-germana-escandinava, bizantina e árabe na evolução cultural do Ocidente europeu. O mundo feudal também era objeto de atenção, tratando-se aspetos como o desenvolvimento de espírito de cruzada, a fundação das ordens militares e a identidade social da cavalaria, assuntos complementados com o estudo da canção de gesta. Em 1968/1969 houve uma aula dedicada ao papel da mulher na sociedade feudal.

¹⁴ Todas as considerações sobre o funcionamento da cadeira de *História da Idade Média* têm como fundamento: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História*, História da Idade Média [1965-1973] e História da Idade Média [1973/1974].

¹⁵ Neste ano letivo as aulas práticas foram asseguradas por Flório de Vasconcelos.

O curso lecionado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida incluía uma componente considerável de *história das mentalidades*, que suplementava o estudo das matérias mais presentes nos anos letivos anteriores. Nesse sentido, foram dadas aulas sobre “mentalidades, sociabilidades e atitudes nos séculos XII e XIII”, “projeção artística das mentalidades” e “mentalidade religiosa e laicização da sociedade”. As aulas práticas eram frequentemente dedicadas ao estudo da arte medieval. Os sumários elaborados por este docente permitem-nos conhecer a bibliografia fundamental da cadeira, na qual se incluíam várias obras, algumas à data muito recentes, de grandes historiadores franceses como Georges Duby, Jacques Le Goff e Henri-Irénée e Marrou.

Nas aulas de Aurélio de Oliveira eram tratados os assuntos mais ‘clássicos’ da cadeira, destacando-se como novidade a abordagem ao despertar dos nacionalismos na Idade Média. Finalmente, a escassez de sumários relativos ao ano letivo de 1973/1974 não nos permite detetar novidades no programa de João Sulpício de Freitas, para além do facto de a obra *Histoire Intellectuelle de l'Occident Médiéval*, de Jacques Paul, ser apontada como de leitura fundamental¹⁶.

Os docentes de *História de Portugal I*¹⁷ entre 1963/1964 e 1973/1974 foram António Cruz (1963/1964 e parte de 1964/1965), Sérgio da Silva Pinto (1965/1966 a 1968/1969), Carlos Santos Cardoso (1965/1966), José Vieira de Carvalho (1966/1967 a 1972/1973) e Aurélio de Oliveira (1973/1974).

O programa desta cadeira iniciava-se com a abordagem de aspetos da Pré e Proto-História do território português. Assuntos como a romanização, a história do reino dos Suevos e a evolução política do Condado Portucalense até ao governo de D. Teresa integravam as matérias lecionadas por todos os docentes. Quanto ao resto, há diferenças assinaláveis entre o programa regido por António Cruz e o que foi desenvolvido por Sérgio da Silva Pinto e, em linhas gerais, continuado por Vieira de Carvalho¹⁸.

A *História Medieval de Portugal* de António Cruz valorizava o estudo do reinado de Afonso Henriques, sendo tratadas questões como o nascimento do primeiro rei português, a batalha de S. Mamede, a política externa do *Conquistador* e a sua intitulação. Para além disso, este professor dedicava várias aulas à análise de aspetos da história política medieval portuguesa, como a origem e desenvolvimento do poder régio e das Cortes e a evolução dos regimes senhorial e municipal do reino, dando particular ênfase à questão da classificação dos concelhos. Não sendo abundantes as indicações bibliográficas, nos sumários são citados autores como Gama Barros, Carl Erdmann, Alexandre Herculano, David Lopes, Miguel de Oliveira, Claudio Sánchez-Albornoz, e Torquato Sousa Soares.

O magistério de Sérgio da Silva Pinto em *História de Portugal I* é marcado pelo elevado número de aulas dedicadas à história política do território onde viria a surgir Portugal, desde a romanização até ao tempo de D. Teresa, e à excessiva valorização de aspetos como os “fatores de individualização da terra portucalense”. Atingido o momento da tomada do poder por Afonso Henriques, eram dadas algumas aulas sobre a política externa do reino até ao reinado de D. Dinis. Os sumários registam que pontualmente foram abordados assuntos como o problema da existência ou não de feudalismo em Portugal (duas aulas em 1966/1967) e a organização interna do reino e a sua estrutura socioeconómica (uma aula em 1967/1968). Para além dos autores

¹⁶ Todas as considerações sobre o funcionamento da cadeira de *História da Cultura Medieval* têm como fundamento: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História*, História da Cultura Medieval [1963-1973] e História da Cultura Medieval [1973].

¹⁷ Designada *História Medieval de Portugal* na sequência da reforma de José Hermano Saraiva de 1968.

¹⁸ É difícil avaliar o papel desempenhado por Aurélio de Oliveira na leção desta cadeira, dado que não se preservaram os sumários das suas aulas teóricas de *História Medieval de Portugal*. As escassas informações disponíveis nos sumários das aulas práticas levam a supor que não terá alterado substancialmente o elenco das matérias que vinham sendo abordadas desde os anos anteriores. ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História*, História Medieval de Portugal e História Medieval de Portugal e da Península Ibérica [1974-1975].

que eram estudados quando António Cruz regia a cadeira, surgem nos sumários (normalmente das aulas práticas) referências a trabalhos de Marcello Caetano, Jaime Cortesão, Avelino de Jesus Costa, Damião Peres, Virgínia Rau, Orlando Ribeiro, Charles Verlinden e Luis Garcia de Valdeavellano¹⁹.

Para além destas disciplinas integralmente dedicadas à história medieval, os estudantes que frequentaram a licenciatura em *História* da FLUP entre 1963 e 1974 tiveram contacto com a Idade Média, de forma menos profunda, noutras cadeiras, como *História de Portugal II*, *História da Expansão Portuguesa* e *História da Cultura Portuguesa*. A componente medieval desta última disciplina foi particularmente acentuada nos anos letivos de 1969/1970 a 1972/1973, quando foi lecionada por Luís Adão da Fonseca²⁰. Entre os assuntos tratados contavam-se o ensino episcopal, monacal e universitário do Portugal medieval, a cronística do século XV e a literatura produzida pelos membros da família de Avis²¹. Note-se, finalmente, que também as cadeiras das então designadas ‘ciências auxiliares da História’, com destaque para a *Paleografia e Diplomática* e a *Numismática*, integravam conteúdos relacionados com a história medieval.

3. As disciplinas e os seus conteúdos (1974-1978)

Após 1974 e até 1978, a cadeira de *História da Idade Média* teve diferentes designações²², mas foi sempre lecionada pelo mesmo docente: o jovem assistente Armando Luís de Carvalho Homem, que apenas no ano de 1974/1975 partilhou as tarefas letivas com José Vieira de Carvalho (até 11 de março de 1975) e Humberto Baquero Moreno.

Os sumários demonstram que ao longo destes anos se foi estruturando um programa que tendeu a ser cada vez mais abrangente cronologicamente e a valorizar especialmente a história económica do Ocidente medieval. Em 1974/1975, a matéria inicia-se com a abordagem da crise do Império Romano a partir do século III e prolonga-se até à época da formação do Império Carolíngio. Entre os assuntos tratados, destaca-se o elevado número de aulas dedicadas à economia ocidental dos séculos V a X, perspectivada a partir de linhas de força como a evolução do mundo rural, o desenvolvimento urbano, o comércio internacional e a circulação monetária. De 1974/1975 a 1977/1978 o programa tende a aproximar-se dos séculos finais da Idade Média, sendo várias aulas dedicadas ao “Ocidente em expansão” dos séculos XI a XIII, à simultânea evolução dos laços feudo-vassálicos e à situação social de princípios do século XIV. A bibliografia que suportava o estudo da *História da Idade Média* era extensa e composta essencialmente por trabalhos de autores francófonos, muitos deles, à data, bastante recentes. Entre as obras mais citadas encontram-se títulos de: Marc Bloch, Robert Boutruche, Georges Duby, Robert Fossier, Guy Fourquin, François-Louis Ganshof, Maurice Lombard, Ferdinand Lot, Régine Pernoud e Pierre Riché²³.

Os registos de sumários da disciplina de *História Medieval de Portugal*, após o 25 de abril e até 1978, dizem respeito a apenas dois anos letivos: em 1974/1975, funcionou a cadeira semestral de *História Medieval de Portugal e da Península Ibérica*, tendo como docentes Aurélio de Oliveira

¹⁹ Todas as considerações sobre o funcionamento da cadeira de *História de Portugal I* têm como fundamento: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História de Portugal I* [1963-1973].

²⁰ No primeiro destes anos em conjunto com António Cruz.

²¹ Cf.: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História da Cultura Portuguesa* [1964/1973].

²² Tais como *História da Idade Média* (1974/1975), *História da Idade Média I* e *História da Idade Média II* (1975/1976) e *História da Idade Média Geral* (1976/1977 e 1977/1978).

²³ Todas as considerações sobre o funcionamento das cadeiras de *História da Idade Média* têm como fundamento: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História da Idade Média* [1974-1976], *História da Idade Média II* e *História da Idade Média Geral* [1975-1977] e *História da Idade Média Geral* [1977/1978].

e José Marques; em 1977/1978, a unidade curricular era anual e designava-se *História Medieval de Portugal*, sendo regida por Humberto Baquero Moreno, assistido por José Marques²⁴.

Em 1974/1975, o programa desta disciplina já era significativamente diferente do que era lecionado antes do 25 de abril: era mais abrangente cronologicamente (chegava ao final do século XIV) e, apesar de não descurar o estudo da história política, revelava uma maior valorização das histórias económica, social e cultural. Os pontos fundamentais do programa eram: “o quadro geográfico e cultural”, “papel e importância dos povos invasores”, “papel da Reconquista na formação dos estados peninsulares”, “o território, a população, as atividades [económicas]”, “a crise nacional do fim do século XIV” e “alguns aspetos da centralização do poder”. Neste ano letivo, o funcionamento da disciplina foi muito diferente de tempos anteriores, sendo valorizada a participação dos estudantes nas aulas e a apresentação de trabalhos práticos sobre temas muito diversos²⁵.

A *História Medieval de Portugal* de 1977/1978 revela-nos, porventura, o programa mais equilibrado cronológica e tematicamente. O ano letivo iniciou-se com seis aulas dedicadas à apresentação de diversas teses sobre as origens de Portugal. Seguiu-se a abordagem à evolução política do Condado Portucalense desde a sua fundação até ao reconhecimento internacional do reino de Portugal. A partir daí, os sumários dão-nos conta de que, normalmente, em cada aula era tratado um tema diferente enquadrado num de dois grandes blocos: a história política e institucional e a história económica e social do reino nos séculos XII a XV. No primeiro bloco, incluem-se as aulas sobre a estrutura e os cargos da administração central, o poder concelhio e as Cortes. Do segundo fazem parte as sessões onde se abordou o povoamento do reino, a exploração da terra, a estrutura da sociedade, a população, as consequências da peste negra e a evolução monetária na Idade Média portuguesa. Também houve aulas, ainda que em menor número, onde eram analisadas conjunturas concretas, como a crise dinástica de 1383-1385 e a batalha de Alfarrobeira. O elenco de autores e de títulos mencionados na bibliografia é extenso e diversificado, resultando em algum equilíbrio entre historiadores de gerações e perfis distintos. Entre eles encontram-se, por exemplo: Salvador Dias Arnaut, Jaime Cortesão, Maria José Pimenta Ferro, A. H. de Oliveira Marques, Paulo Merêa, Humberto Baquero Moreno, Damião Peres, António Sérgio, Joaquim Veríssimo Serrão e Torquato Sousa Soares²⁶.

No mesmo ano letivo, no âmbito da especialização em *História Medieval*, funcionaram três cadeiras sobre as quais não há notícias para outros anos: *História da Cultura Portuguesa Medieval*, *História Peninsular Medieval* e *Movimentos Sociais na Idade Média*.

A *História da Cultura Portuguesa Medieval* foi lecionada por Armindo de Sousa. O programa iniciou-se com uma série de aulas introdutórias onde, para além de se apresentar a bibliografia da cadeira, foram largamente discutidos os conceitos de cultura e civilização. No âmbito da cultura medieval portuguesa, foi ao lirismo galego-português que foram dedicadas mais aulas (20). Para além disso, foram tratados assuntos como a fundação e evolução do Estudo Geral português, a literatura produzida no mosteiro de Alcobaça e a prosa moralística do rei D. Duarte²⁷.

A cadeira de *História Peninsular Medieval* esteve a cargo de Humberto Baquero Moreno e de

²⁴ Existe, contudo, um livro de termos desta cadeira relativo a 1976/1977.

²⁵ As inovações pedagógicas deste ano letivo são abordadas com maior desenvolvimento no ponto seguinte deste trabalho. Entre os temas dos trabalhos elaborados pelos alunos, entre outros, encontravam-se: “aspetos do desenvolvimento urbano de Portugal durante a Idade Média”, “aspetos da cultura popular na Idade Média portuguesa”, “a questão dos cereais durante a Idade Média”, “a indústria em Portugal no período medieval”, “os judeus em Portugal no século XIV” e “conflitos sociais durante a Idade Média”.

²⁶ Todas as considerações sobre o funcionamento das cadeiras de *História Medieval de Portugal* têm como fundamento: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História Medieval de Portugal e História Medieval de Portugal e da Península Ibérica* [1974/1975] e *História Medieval de Portugal* [1977/1978].

²⁷ Cf.: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História da Cultura Portuguesa Medieval* [1977/1978].

Henrique David. A matéria iniciou-se com a abordagem aos efeitos das invasões germânicas na Península Ibérica e conseqüente formação de novas entidades políticas. A partir daí, a evolução política peninsular dos séculos seguintes foi estudada em paralelo com a análise da organização económica e social da Hispânia, tal como das manifestações artísticas que aí se desenvolveram.

A disciplina de *Movimentos Sociais na Idade Média* também foi lecionada por Humberto Baquero Moreno e Henrique David. Ao longo de todo o ano letivo, prestou-se particular atenção à evolução económica do Ocidente dos séculos XIV e XV para, a partir da análise de determinados fenómenos (como as crises agrárias e a peste negra), se dar conta dos movimentos sociais a que deram origem ou com os quais estiveram intimamente relacionados. Entre os vários temas abordados por ambos os docentes, acham-se matérias que então se encontravam muito em voga na historiografia internacional, como a pobreza e a vagabundagem, a marginalidade, a criminalidade e o anti-semitismo na Idade Média²⁸.

Tal como acontecia antes do 25 de abril, também nestes anos a Idade Média não deixava de estar presente nos programas de outras disciplinas. Como exemplo, tome-se a cadeira de *História das Origens do Capitalismo*, lecionada por João Francisco Marques em 1977/1978, onde foram analisados os aspetos económicos das invasões germânicas e islâmicas, assim como a importância da revitalização das cidades e do desenvolvimento do comércio internacional nos últimos séculos da época medieval²⁹.

4. O ensino e a avaliação

Os livros de sumários e de termos das disciplinas de história medieval lecionadas na FLUP entre 1963 e 1978 permitem-nos abordar, em linhas gerais, o funcionamento das aulas e da avaliação dessas cadeiras.

Nos sumários são claramente distinguidos dois tipos de aulas, as teóricas e as práticas, nem sempre a cargo do mesmo docente. Esta classificação, à partida, seria suficiente para que percebêssemos que enquanto umas lições eram dedicadas à apresentação e transmissão dos conteúdos dos programas das cadeiras (as teóricas), outras serviam para que as matérias abordadas nas primeiras fossem desenvolvidas e testadas através da análise de textos, da realização de exercícios, da elaboração de trabalhos, etc. Esta percepção é confirmada pelos sumários, que nos demonstram que as aulas práticas poderiam servir para:

- a) esclarecimento de matérias analisadas nas aulas teóricas;
- b) análise de fontes e de textos historiográficos relacionados com os assuntos das aulas teóricas;
- c) elaboração de trabalhos práticos orientados;
- d) abordagem de assuntos não tratados nas aulas teóricas mas que se enquadravam no âmbito geral da cadeira³⁰;
- e) realização de debates³¹.

Apesar de os sumários não indicarem isso, também não é de excluir a hipótese de, por vezes, as aulas práticas consistirem na continuação das aulas teóricas, especialmente quando apenas um docente era responsável pela cadeira.

²⁸ Cf.: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, Movimentos Sociais na Idade Média* [1977/1978].

²⁹ Cf.: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História das Origens do Capitalismo* [1977/1978].

³⁰ Por exemplo, nas lições práticas de *História da Cultura Medieval* de 1970/1971, lecionadas por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, encontram-se aulas sobre arte medieval, assunto que não era abordado nas aulas teóricas. Cf. ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História Cultura Medieval* [1963/1973].

³¹ Em 1977/1978, o sumário de uma aula prática de *História Medieval de Portugal*, a cargo de José Marques, regista a realização de um "Debate com os alunos sobre a matéria exposta referente à crise do século XIV". Cf.: ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História Medieval de Portugal* [1977/1978].

As fontes são muito menos ricas em informações sobre o funcionamento das aulas teóricas, permitindo supor que, na maior parte dos casos, consistiriam em sessões magistrais, em que o docente dissertaria sobre a matéria sem promover grande interação com os estudantes. No pós-25 de abril, contudo, encontramos algumas inovações. Em 1977/1978, por exemplo, na cadeira de *História Medieval de Portugal*, regida por Humberto Baquero Moreno, houve três aulas teóricas dedicadas a esclarecimento de dúvidas e à revisão das matérias dadas. Mas é preciso recuar até ao primeiro ano letivo do pós-revolução (1974/1975) para encontrarmos novidades metodológicas mais acentuadas. Na mesma disciplina, ainda que com cariz semestral e com uma designação ligeiramente diferente (*História Medieval de Portugal e da Península Ibérica*), então a cargo de Aurélio de Oliveira e de José Marques, achamos um primeiro sumário que é por si só bastante esclarecedor:

“Optou-se pela abordagem dos principais temas desta cadeira em grupos de trabalho, que depois dariam conta a toda a turma dos resultados do seu trabalho e da sua pesquisa. Como introdução a toda a cadeira e a todos os temas, o professor daria nas primeiras aulas uma visão geral da matéria, de modo a que todos ficassem senhores de uma panorâmica geral – que todos serão, aliás, obrigados a possuir.

Os temas seriam de livre escolha dos grupos de comum acordo com o professor, e cobrindo, tanto quanto possível, todo o programa proposto. A avaliação, salvo disposição em contrário, far-se-ia ao longo destes trabalhos, da exposição nas aulas e da intervenção nas mesmas.”³²

Os sumários das restantes aulas confirmam que, em linhas gerais, foi cumprido o plano de ensino apresentado na lição inaugural desta cadeira: a um conjunto de aulas asseguradas pelos docentes onde foram abordados os conteúdos fundamentais da disciplina, seguiu-se uma série de sessões temáticas, protagonizadas pelos estudantes, que ao mesmo tempo que apresentavam os seus trabalhos aos professores transmitiam as matérias que estudaram aos colegas. Estas inovações pedagógicas, que valorizavam o papel dos alunos no processo de ensino e aprendizagem e promoviam o desenvolvimento da sua autonomia, refletem uma intenção de rutura com os moldes tradicionais do ensino universitário da *História* (impossível de desligar do contexto revolucionário da época), que acabaria por não ter a devida sequência nos anos letivos seguintes. Na realidade, a maioria dos sumários das diversas disciplinas de história medieval de 1974 até 1978, se dão conta de uma renovação importante ao nível dos programas, dos seus conteúdos e da bibliografia que se lhes encontrava associada, não espelham novidades pedagógicas de monta.

Ao longo de todos anos letivos, a formação dos estudantes foi complementada com a participação em visitas de estudos e em conferências com oradores externos à FLUP. Nos sumários encontram-se referências a uma viagem de estudo a Conimbriga³³ e a conferências de Hernâni Cidade e Peter Russell³⁴.

Relativamente à avaliação, o exame final escrito foi, quase sempre, o elemento fundamental de controlo dos conhecimentos dos estudantes durante toda a cronologia estudada. No entanto, nem sempre foi o único elemento de avaliação. As provas orais existiram durante este período,

³² Parte do sumário da aula de 7/01/1975. A esta descrição segue-se a apresentação geral do programa da disciplina. ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História Medieval de Portugal e História Medieval de Portugal e da Península Ibérica* [1974/1975].

³³ Em 14 de março de 1972, segundo o sumário dessa data de *História da Cultura Medieval*. Cf. ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História Cultura Medieval* [1963/1973].

³⁴ Em 6 de dezembro de 1969 e em 11 de fevereiro de 1971, respetivamente, segundo os sumários de *História da Idade Média*. ACFLUP, *Sumários da Licenciatura em História, História da Idade Média* [1965-1973].

sendo obrigatórias, independentemente da nota dos exames escritos, antes do 25 de abril. Pontualmente, também integravam o processo de avaliação a realização de testes ou frequências ao longo do ano letivo e a elaboração de trabalhos escritos. Tanto quanto foi possível apurar, especialmente nos anos anteriores a 1974, não era determinado especificamente o peso dos trabalhos e da sua discussão na classificação final, apesar de serem elementos ponderados no momento da atribuição das notas.

Os livros de termos preservados no Arquivo Central da FLUP permitem-nos conhecer o número de estudantes avaliados a cada disciplina em cada ano letivo e as notas atribuídas³⁵. Dessa forma, a partir dessas fontes é possível determinar a média das classificações e a percentagem de estudantes aprovados face ao total de avaliados³⁶. Optamos por sistematizar esses dados em relação às duas disciplinas de história medieval que mais continuidade tiveram, apesar dos variados programas e designações, entre 1963 e 1978: a *História da Idade Média* e a *História Medieval de Portugal*.

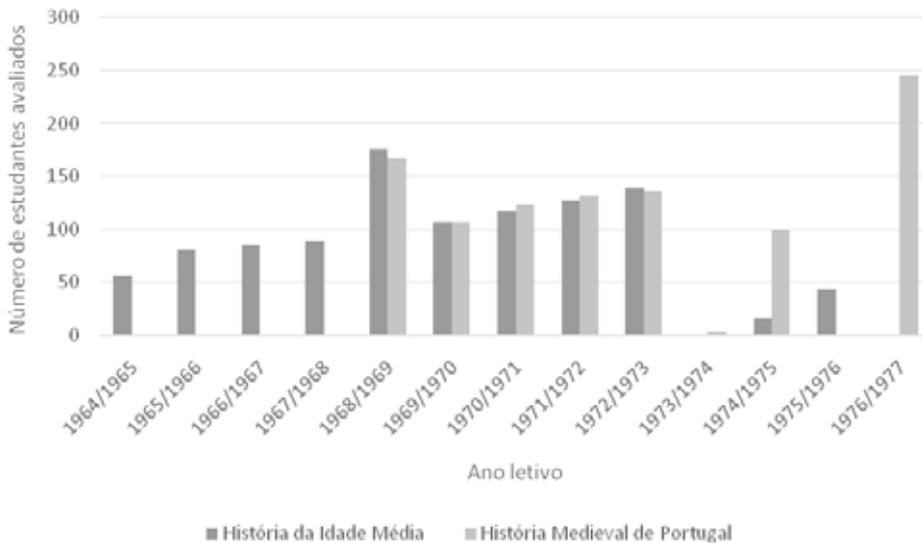


Figura 1: Número de estudantes avaliados em *História da Idade Média* e *História Medieval de Portugal*, na FLUP, entre 1964/1965 e 1976/1977³⁷.

³⁵ Como se poderá constatar mais à frente, não se preservaram os livros de termos relativos a todos os anos letivos.

³⁶ E não, note-se, face ao total de inscritos.

³⁷ Fonte: ACFLUP *Livros de Termos da Licenciatura em História*, “História Medieval de Portugal” [1969-1974, 1976/1977], “História Medieval de Portugal e da Península Ibérica” [1974/1975], “História da Idade Média” [1964-1968, 1969-1974, 1974/1975], “História da Idade Média I” e História da Idade Média II” [1975/1976].

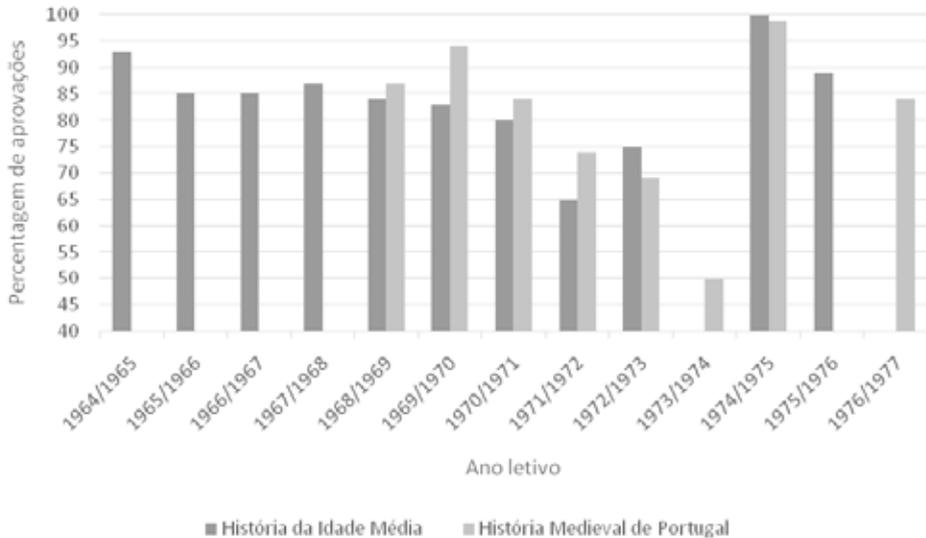


Figura 2: Percentagem de estudantes aprovados, face ao total de avaliados, nas disciplinas de *História da Idade Média* e *História Medieval de Portugal*, na FLUP, entre 1964/1965 e 1976/1977³⁸.

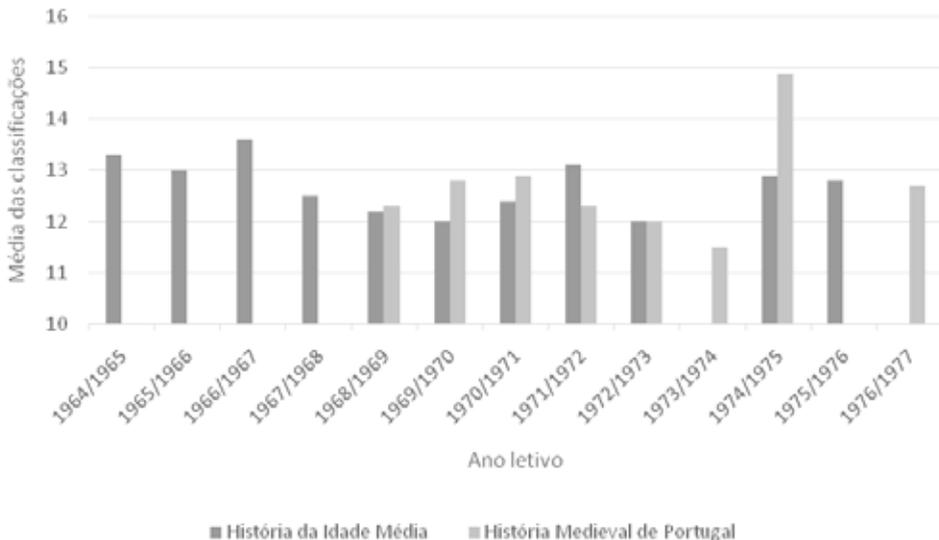


Figura 3: Média das classificações atribuídas aos estudantes aprovados nas disciplinas de *História da Idade Média* e *História Medieval de Portugal*, na FLUP, entre 1964/1965 e 1976/1977³⁹.

³⁸ Fonte: ACFLUP, *Livros de Termos da Licenciatura em História*, “História Medieval de Portugal” [1969-1974, 1976/1977], “História Medieval de Portugal e da Península Ibérica” [1974/1975], “História da Idade Média” [1964-1968, 1969-1974, 1974/1975], “História da Idade Média I” e História da Idade Média II” [1975/1976].

³⁹ Fonte: ACFLUP, *Livros de Termos da Licenciatura em História*, “História Medieval de Portugal” [1969-1974, 1976/1977], “História Medieval de Portugal e da Península Ibérica” [1974/1975], “História da Idade Média” [1964-1968, 1969-1974, 1974/1975], “História da Idade Média I” e História da Idade Média II” [1975/1976].

A leitura dos gráficos permite destacar os seguintes dados:

1. O número de estudantes avaliados tendeu a crescer da casa dos 80, nos primeiros tempos de funcionamento da FLUP, para cerca de 130 nos últimos anos do Estado Novo⁴⁰. Após o 25 de abril, os primeiros sinais de uma massificação do Ensino Superior, associados ao facto de no ano letivo de 1974/1975 não terem entrado novos alunos nas universidades, traduziram-se num aumento significativo do número de estudantes, como demonstra o facto de em 1976/1977 terem sido avaliados 245 alunos em *História Medieval de Portugal* (uma disciplina obrigatória).

2. Excluindo o muito particular ano letivo de 1973/1974, as percentagens de aprovações em ambas as disciplinas variaram entre os 65% (*História da Idade Média* em 1971/1972) e os 99% (*História Medieval de Portugal* em 1975/1976), situando-se na maior parte dos anos entre os 75% e os 85%. A percentagem de aprovações em *História Medieval de Portugal* foi mais alta do que a da *História da Idade Média* em quatro dos seis anos para os quais foi possível reunir dados relativos às duas cadeiras.

3. A média das classificações às duas disciplinas oscilou, na maioria dos anos letivos, entre os 12 e os 13 valores. A maior parte dos estudantes obtinha classificações que variavam entre os 11 e os 14 valores, sendo muito raras notas superiores a 16, especialmente antes do 25 de abril⁴¹. Tal como acontece quando se olha à percentagem de estudantes aprovados, parece haver alguma tendência para os resultados serem melhores em *História Medieval de Portugal* do que em *História da Idade Média*.

4. Em 1975/1976, a média das classificações em *História Medieval de Portugal* foi excepcionalmente elevada, atingindo os 15 valores. Nesse ano, os 101 estudantes avaliados, entre os quais apenas um reprovou, foram classificados apenas com 13 (20 alunos), 15 (69 alunos) e 18 valores (11 alunos), na sequência de instruções ministeriais para que se iniciasse uma transição de avaliações quantitativas para qualitativas. Dessa forma, em primeira instância, os estudantes aprovados foram classificados com as menções de “Satisfaz”, “Bom” e “Muito Bom”, que tinham, respetivamente, a equivalência quantitativa de 13, 15 e 18 valores.

Balanço

Entre 1963 e 1978 a Faculdade de Letras do Porto sofreu várias transformações. O quadro externo assim o determinou: como já referimos na introdução, esta cronologia abrange os últimos anos do salazarismo, a ‘Primavera Marcelista’, o 25 de abril, o PREC e o princípio da estabilização democrática; como é natural, o Ensino Superior não pôde ficar imune à sucessão dos regimes, dos governos, dos ministros. Nestes anos, a população escolar discente e docente cresceu bastante e a rede de instituições de Ensino Superior alargou-se muitíssimo. Já o quadro interno não era menos propício a mudanças: em 1962/1963 a FLUP era uma escola acabada de surgir, onde funcionavam apenas duas licenciaturas (*História e Filosofia*) e o curso de *Ciências Pedagógicas*, que tinha 427 estudantes inscritos e onde lecionavam dez professores (dos quais dois pertenciam aos quadros da Faculdade de Medicina)⁴²; em 1978, nesta Faculdade já existiam os cursos de

⁴⁰ São praticamente inexistentes os registos de avaliações para o ano letivo de 1973/1974; em *História Medieval de Portugal* apenas foram avaliados quatro estudantes extraordinários (que podiam realizar exames em qualquer altura do ano letivo), nos primeiros meses de 1974.

⁴¹ Note-se que considerando as duas disciplinas (e, como tal, 1652 avaliações) apenas encontramos um 18 antes do 25 de abril, atribuído a um futuro professor da FLUP à cadeira de *História de Portugal I*.

⁴² Cf. Armando Luís de Carvalho Homem, “Os 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente”, *Revista da Faculdade de Letras – História* (II série, vol. IV, 1987), 293-307, *maxime* 295-297.

Filologia Românica, Filologia Germânica e Geografia; o número de estudantes crescera de tal forma que, em 1972, a FLUP era faculdade da Universidade do Porto com mais alunos; o corpo docente também era cada vez maior e mais qualificado⁴³.

O ensino da história medieval evoluiu em função dos mencionados condicionalismos internos e externos. Em linhas gerais, pode-se apontar as seguintes transformações:

1. Até 1974, o grosso do ensino da história medieval concentra-se nas cadeiras anuais de *História da Idade Média*, *História da Cultura Medieval* e *História de Portugal I*. Após a revolução, durante o período em que os planos de estudos eram votados em cada escola, desaparece a disciplina de *Cultura Medieval* e mantêm-se as outras duas, apesar das oscilações nas designações. Em 1977/1978, no âmbito da então criada pré-especialização em *História Medieval*, surgem várias unidades curriculares desta área que, facultativamente, os alunos poderiam frequentar.

2. A evolução do corpo docente é notória. Nos primeiros anos da FLUP, grande parte das disciplinas da licenciatura em História, em geral, e da área da história medieval, em particular, era tutelada por António Cruz. Durante algum tempo, acompanharam-no na lecionação das cadeiras mencionadas alguns docentes que, por diversos motivos, acabariam por não desenvolver uma carreira académica ligada à história da Idade Média (Sérgio da Silva Pinto, que faleceu em 1970; Carlos Santos Cardoso e José Vieira de Carvalho, que deixaram o Ensino Superior; Luís António de Oliveira Ramos, que se especializou em temas de história moderna e contemporânea; Cândida Pacheco, que se dedicou ao estudo da filosofia medieval). A situação transformou-se a partir do momento em que começaram a ser contratados como assistentes alguns dos recém-formados pela escola. Durante este período, isso aconteceu com Luís Adão da Fonseca, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Armando Luís de Carvalho Homem, José Marques e Armindo de Sousa, apenas para mencionar os que prosseguiram carreira na casa no âmbito da história medieval. Após o 25 de abril, o corpo de medievistas da FLUP foi reforçado com Humberto Baquero Moreno, um recém-doutorado que lecionara durante alguns anos na Universidade de Lourenço Marques.

3. A evolução dos programas resultou, em larga medida, da evolução do corpo docente. Se nos primeiros anos se verifica que os programas das cadeiras diretamente lecionadas por António Cruz eram normalmente equilibrados e bem estruturados, o mesmo não se pode dizer em relação a outros professores. A situação transformou-se à medida que o corpo docente se foi renovando. No caso da *História da Idade Média*, por exemplo, há diferenças notórias a partir do momento em que Luís Adão da Fonseca assume a cadeira no final da década de 60: a cronologia alarga-se e a história económica ganha peso. Após o 25 de abril, já é possível encontrar nas cadeiras fundamentais de *História Medieval de Portugal* e *História da Idade Média* programas estruturados, equilibrados e assentes em bases bibliográficas atualizadas e internacionalizadas, onde o peso da historiografia francesa é esmagador.

4. Tendo em conta as fontes que privilegiámos, é mais complicado analisar as transformações no funcionamento efetivo das aulas. Ainda assim, é notório que após o 25 de abril o clima se tornou mais favorável a novas experiências pedagógicas, tendencialmente valorizadoras do papel do estudante no processo de ensino e aprendizagem. Ao que parece, estas mudanças acabariam por não vingar, o que se poderá compreender à luz do aumento exponencial do número de alunos e, conseqüentemente,

⁴³ *Ibidem*, 303.

da dimensão das turmas, que dariam pouca margem aos professores para fugirem aos moldes tradicionais do funcionamento das aulas teóricas e práticas.

Em suma, a evolução do ensino da história medieval da FLUP entre 1963 e 1978 deve ser perspetivada em função de dois conjuntos de circunstâncias fundamentais: as especificidades de uma escola nova que durante este período se forma e expande; o ambiente dos poderes que condicionam o Ensino Superior público e que é fortemente condicionado pelo 25 de abril e pelos acontecimentos que se lhe seguiram. É difícil apontar o que pesou mais, até porque ambos os fenómenos estão relacionados, mas é certo que nos últimos anos do Estado Novo já é possível detetar sinais das transformações que podem ser plenamente observadas nos alvares da democracia. No futuro, o recurso à história oral deverá permitir a confirmação e/ou revisão dos factos, interpretações e impressões avançados neste trabalho.

In Memoriam

José Manuel Vasconcelos*

**Antecedentes da Escola Médico-Cirúrgica do Porto.
A caminho da fusão da Medicina com a Cirurgia.
Etapas da afirmação institucional de uma profissão¹.**

Introdução

Quando se intenta construir uma perspectiva globalizante sobre o que foi o percurso do saber e da prática da Medicina em Portugal desde que o país se constituiu como monarquia independente até tempos bem mais próximos de nós, aos quais o nome da cidade do Porto pode ser associado numa posição demarcada, pela criação régia de escolas dedicadas ao seu ensino, em 1825 de Cirurgia e em 1836 de Medicina e Cirurgia, surgem-nos alguns nomes de autores que é mandatário consultar. De todos, sobressai Maximiano Lemos (1860-1923) que, desde 1881, data em que apresentou e defendeu perante a Escola Médico-Cirúrgica do Porto a tese intitulada *A Medicina em Portugal até aos fins do século XVIII* (Tentativa histórica) como acto de conclusão da sua formatura, e até ao fim dos seus dias, manteve um aceso interesse por esta temática². De acordo com esse autor, houve um atraso nas ciências médicas em Portugal no século XVII, em particular no estudo da Anatomia, sendo que «No século XVIII tentámos reganhar o perdido e lançámo-nos, em matéria científica, num trabalho desordenado e febril para acompanhar pelo menos o movimento que se efectuava no estrangeiro», traduzindo-se, no que à Medicina diz respeito, na criação das academias científicas, no aparecimento do jornalismo médico e nas reformas introduzidas no ensino cirúrgico em Lisboa e no ensino médico em Coimbra³.

Levando em conta a leitura adiada do texto referido e juntando-lhe o que Salvador Dias Arnaut, sinteticamente deixou escrito, «A Faculdade lançava bacharéis, licenciados, doutores em Medicina no País. A cirurgia era extra-universitária. Aprendia-se fora da Universidade – o que não impedia que um médico pudesse também ser cirurgião»⁴, consubstancia-se a ideia de que ambos os saberes eram ensinados em diferentes instituições e corriam como duas vias de saber frequentemente paralelas. «Em 15 de Maio de 1492 D. João II fundou o grande Hospital de Todos os Santos, e D. Manuel, talvez em 1504, instituiu lá o ensino da Cirurgia. Elevando o

* Médico Neurologista e Doutorando em História pela Universidade do Porto (1949-2014).

¹ Este artigo consubstanciou a submissão de um projeto de tese de doutoramento em História à FLUP, em Julho de 2013. Os editores agradecem a Rosa Capelão o contributo dado na revisão formal do texto e sua adequação às normas editoriais da “História – Revista da FLUP”

² Hernani Monteiro, “Biografia de Maximiano Lemos” in *História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições*, Vol. II, ed. Maximiano Lemos (Lisboa: Publicações D. Quixote/Ordem dos Médicos, 1991), 301-315.

³ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições*, 2 vols. (Lisboa: Publicações D. Quixote/Ordem dos Médicos, 1991), Vol. II, 9, 59.

⁴ Salvador Dias Arnaut, “A Medicina” in *História da Universidade em Portugal*, Vol. I (1290-1536), ed., Comissão Nacional para a Comemoração dos Setecentos Anos da Universidade de Coimbra (Coimbra: Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 300.

seu ensino, simultaneamente o unia mais à Medicina de raiz universitária»⁵. Pelo que fica dito se percebe que a respectiva prática estava na mão de indivíduos diferentes, cuja habilitação era concedida ou pelo Físico-Mor, cuja primeira determinação é de D. Afonso IV e data de 22 de Fevereiro de 1392⁶, ou pelo cirurgião-Mor, com regimento dado por D. Afonso V em 1448⁷.

I Parte. Contextos compreensivos

1. A Medicina europeia ao longo dos tempos

De acordo com António Nunes Ribeiro Sanches, o exercício da Medicina terá sido conjunto ao da Cirurgia desde o seu nascimento até ao século VII, altura em que surgiram, além dos médicos, os cirurgiões e os boticários. Segundo o mesmo autor, com a queda do Império Romano e a tomada das escolas de Medicina de Alexandria pelos Árabes e as de Roma e da Grécia pelos Povos Bárbaros, a Medicina ficou na posse dos eclesiásticos, impedidos pela sua disciplina do derramamento de sangue e logo da prática cirúrgica e conseqüente aprendizagem da Anatomia. Como a superstição proibia aos árabes a abertura dos cadáveres, estes apenas puderam reter as noções anatómicas transmitidas pela leitura das obras de Galeno por eles traduzidas para a língua própria⁸. De acordo com este autor, pelas razões expostas, os eclesiásticos e judeus formados nas escolas árabes de Córdova, Toledo, Fêz, na de Salerno e na de Montpellier foram os médicos até ao século XIV.

Se nos primeiros séculos da Idade Média a Medicina foi conventual, as razões assentam também no facto de que, em tempos de frequentes conflitos bélicos, era à volta daquelas instituições que se estabeleciam os hospitais para cuidar dos feridos e era entre os clérigos que circulava a literatura médica, uma vez que eram eles dos poucos a saber ler, nomeadamente o grego⁹.

No entanto, com o avançar dos tempos, persiste uma medicina laica enraizada nas tradições romanas e no ensino dos clássicos a par daquela¹⁰. Em Salerno existirá desde o século IX até ao XIV uma escola de Medicina, a funcionar em moldes idênticos aos da hipocrática de Cós, que sendo laica procurava não entrar em oposição com a eclesiástica, tal como a de Monte Cassino¹¹.

Aí se praticou a dissecação anatómica em porcos, se escreveu a primeira obra de cirurgia digna desse nome, em italiano, e se preparou uma classe de médicos laicos que vão desempenhar um papel de relevo durante a Renascença, ao lutar contra a Escolástica, na preparação de uma Medicina nova¹².

Os surtos de peste, iniciados em Itália em meados do século XIV, vão também contribuir para o desenvolvimento da literatura médica, em especial a dedicada ao tema e aos modos do seu combate, assim promovendo a consciência da necessidade de uma defesa individual e social, ideia contrária ao princípio teúrgico e escolástico vigente, imputando à divindade a origem de todo o bem e de todo o mal e preconizando a resignação e a oração como o único remédio¹³.

A rápida evolução dos estudos médicos nas Universidades italianas é comparativamente

⁵ Salvador Dias Arnaut, "A Medicina", 302.

⁶ *Ibidem*, 295.

⁷ M. Ferreira de Mira, *História da Medicina Portuguesa* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1947), 50.

⁸ António Nunes Ribeiro Sanches, "Método de estudar e aprender a Medicina" in *Obras*, Vol I. (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959), 49.

⁹ A. Castiglioni, *Histoire de la Médecine* (Paris: Payot, 1931), 247, 248.

¹⁰ *Ibidem*, 250.

¹¹ *Ibidem*, 251, 252.

¹² *Ibidem*, 263, 266.

¹³ *Ibidem*, 292-294.

menos evidente, devido ao desenvolvimento considerável das escolas de Medicina a Ocidente, em particular em França, em Espanha e em Portugal¹⁴. No século XVI, ainda marcava posição de destaque a obra do português Pedro Hispano, mais tarde papa João XXI, intitulada *Thesaurus pauperum*¹⁵, mas será ainda em Itália que a partir do século XIV se assiste ao renascimento da Medicina a partir da Anatomia, num movimento paralelo ao da Arte, exemplificado no trabalho de Leonardo da Vinci¹⁶.

A educação formal dos médicos, associada às universidades, esteve até ao século XVIII separada dos cirurgiões, os quais possuíam as suas próprias corporações, onde a aprendizagem e o treino prático eram enfatizados relativamente aos livros, coincidindo este último período com a passagem do comando dos hospitais para os municípios, abandonando o carácter de hospícios entregues aos cuidados dos religiosos e aceitando a participação de professores e a prática dos estudos anatómicos e do exame físico do corpo, enaltecendo o valor da aprendizagem do uso das mãos tanto para médicos como para cirurgiões¹⁷. No entanto, vir a ser um médico era apenas uma etapa de um processo complexo, composto de diversos elementos determinados socialmente, todos contribuindo para o contrato médico-doente, não sendo o simples facto da posse do grau garante da licença do exercício¹⁸.

No passado, médicos e cirurgiões-barbeiros tiveram de competir com outros agentes curadores, incluindo bruxas, parteiras, charlatães, curandeiros e adeptos de práticas médicas alternativas, constando da história da profissionalização médica a passagem dos cuidados de saúde pluralistas a um monopólio de uma poderosa ortodoxia¹⁹.

Será durante a Renascença que a cirurgia começa a ser considerada uma actividade digna de ser praticada pelos médicos, primeiro em Itália e depois em França, sendo-lhe associado até finais do século XVI o ensino da Anatomia, considerada por todo o lado como fazendo parte do currículo do ensino médico, construindo-se os primeiros Teatros Anatómicos (Pádua e Bolonha)²⁰.

Todavia, apesar do prestígio que algumas Universidades mantinham, devido aos seus professores ilustres, os alunos começam a procurar outros locais para aprender, nomeadamente na Europa do norte, crescendo o poder concorrencial de Leyden, Paris e Montpellier, organizando-se os professores em colégios sólidos, capazes de fornecer um programa de ensino teórico-prático a partir da observação directa do doente, perdendo-se o poder das corporações de estudantes com influência na escolha dos mestres²¹.

É uma época em que, apesar de já existir um número razoável de médicos com conhecimentos, ainda não se pode dizer que houvesse uma Medicina científica, sendo que, com o reconhecimento da colaboração estreita entre a medicina e as ciências naturais, em finais do século XVII, são projetadas as linhas essenciais do grande edifício da ciência médica experimental, tornando-se a cirurgia gradualmente uma arte de igual dignidade à da medicina, abandonando a prática da anatomia às mãos dos cirurgiões e dos barbeiros para se tornar uma ciência exacta, merecedora do maior respeito dos médicos²².

É esse o tempo do aparecimento das Academias, instituições paralelas das Universidades,

¹⁴ *Ibidem*, 285, 286.

¹⁵ *Ibidem*, 289.

¹⁶ *Ibidem*, 337, 338.

¹⁷ Jacalyn Duffin, *History of Medicine: A Scandalously Short Introduction* (Toronto: University of Toronto Press, 2010), 132.

¹⁸ *Ibidem*, 136.

¹⁹ *Ibidem*, 137.

²⁰ A. Castiglioni, *Histoire de la Médecine*, 381- 382, 397- 398, 461- 462.

²¹ *Ibidem*, 460.

²² *Ibidem*, 464,470- 471.

berço das futuras associações científicas e dos primeiros jornais literários, publicados em Paris, Roma, Parma e Veneza, precursores dos jornais científicos, tudo contribuindo para o que será a medicina moderna²³.

Será no decorrer do século XVIII que o cirurgião francês La Peyronie vai conseguir, em 1731, levar adiante a separação definitiva dos barbeiros, só mais tarde alcançada na Alemanha, impulso que o levará a ser um dos fundadores da Academia Real de Cirurgia²⁴.

Ao longo desse período, o médico abandona o interesse pela Alquimia e a Astrologia, dedicando-se apenas à Medicina, não confundindo essa profissão com a dos filósofos, e passando a ter um programa regular de ensino confiado a professores encarregados, as mais das vezes, de mais de uma disciplina²⁵.

Apesar da presença de um número considerável de empíricos, assiste-se a um aumento do número daqueles médicos cujos conhecimentos assentam em bases científicas, começando a Medicina a diferenciar-se em diversos ramos, aos quais é reconhecida uma idêntica dignidade, todos aceitando como verdade fundamental que os estudos anátomo-patológicos e patológicos devem constituir a raiz e o início de todo o estudo médico²⁶.

A Medicina europeia teve pois uma evolução ao longo dos séculos que não foi contínua e semelhante em todos os centros onde o seu ensino era praticado e de onde irradiavam os conhecimentos mais actualizados.

Os livros tiveram um papel preponderante como veículo da construção e circulação do saber médico ocidental, podendo-se afirmar que a esta área do conhecimento científico está associada a mais antiga e a mais vasta cultura literária, sendo aqueles as principais fontes de análise dos seus historiadores²⁷.

Essa mesma cultura literária médica é rica quanto à utilização de géneros literários, nos quais pontificam os comentários e epítomes, mas também os *aforismas*, as *disputationes*, as *curationes*, as *observationes*, as *materia medica*, os regimes de corpo e os tratados anatómicos, tendo a Medicina, ao contrário de outras áreas do saber científico, desde muito cedo uma implantação profissional e institucional²⁸.

O século XVIII representou um período distinto de mudança na história da civilização em geral e da Medicina em particular, durante o qual surgiram verdadeiros arquitetos de novos edifícios do pensamento que, para esta, constituíram sistemas ou correntes preocupados em explicar as questões mais importantes da vida, levando em consideração as descobertas da ciência e os resultados experimentais e que, assim fundamentados, ditaram as leis de novas formações ou factores, muitas vezes originados em especulações metafísicas que se acreditava provirem de dados positivos, substitutos dos valores considerados negligenciáveis²⁹.

Dos diversos criadores de novos sistemas médicos, um nome sobressai, Hermann Boerhaave, médico em Leyden, o mais considerado no seu tempo e nos que se seguiram. Considerado o mestre dos sistemáticos, será o primeiro médico dos tempos modernos a ser apelidado, com plena justiça, de discípulo de Hipócrates, na medida em que concentrava a sua atenção na observação do doente, numa tentativa de elaborar conclusões tão claras, tão simples quanto possível para somente depois construir teorias, o contrário do que era a prática até então. A sua visão eclética

²³ *Ibidem*, 471.

²⁴ *Ibidem*, 510, 512

²⁵ *Ibidem*, 534, 535.

²⁶ *Ibidem*, 543.

²⁷ Palmira Fontes da Costa e Adelino Cardoso, eds., *Percursos na História do Livro Médico (1450-1800)* (Lisboa: Colibri, 2011), 13-14.

²⁸ *Ibidem*, 20, 27.

²⁹ A. Castiglioni, *Histoire de la Médecine*, 474, 475.

da Medicina³⁰, a sua crença no poder do conhecimento e da prática cirúrgica para o médico, concentrado num dos seus *aforismas*, e do conhecimento da Medicina para o cirurgião³¹, podem ser considerados como os primeiros passos, com fundamento, da junção da Medicina e da Cirurgia no ensino e na prática médica. A propósito deste ilustre médico, vem a talho de foice referir que D. João V o convidou para vir ensinar Medicina em Lisboa³².

2. O ensino e a prática da arte de curar em Portugal

Munidos desta panorâmica muito geral do que foi a evolução da Medicina além-fronteiras até ao século XVIII, apontado no início do presente texto como um marco de tentativa de recuperação, entre nós, do atraso previamente sofrido em matéria de ciências médicas, é tempo de prosseguir a trajectória, agora centrada no território nacional.

No tocante ao ensino da Arte de Curar em Portugal, abrangendo o conjunto das actividades dos médicos e dos cirurgiões, compete dizer que, para a Medicina, o seu início teve origem no Mosteiro de Santa Cruz pela mão de D. Mendo Dias, clérigo e sobrinho do prior dessa instituição, que, estando em Paris a estudar Teologia, satisfaz as instruções de seu tio e aí aprendeu o que posteriormente veio a ler entre nós³³. Neste processo foi preponderante a acção de D. Sancho I, através da atribuição de uma importante quantia para custeamento das despesas originadas com a deslocação e o estudo.

A partir de 1290, esse ensino passa a ser autorizado e efectuado a nível universitário pela bula de 9 de Agosto do papa Nicolau IV, reconhecendo-lhe D. Dinis o seu interesse, em 15 de Fevereiro de 1309 e sendo Mestre Estêvão o 1º lente citado, em 10 de Outubro de 1314³⁴.

Quanto à Cirurgia, a par de um método ancestral e de raiz mais popular, consistindo na transmissão pessoal de conhecimentos, muitas vezes de pais para filhos, associado a uma habilidade manual pessoal, há, a partir de 1504, a criação de uma escola, a 1ª entre nós, no Hospital de Todos os Santos em Lisboa por vontade de D. Manuel³⁵, e no Hospital da Misericórdia do Porto, durante o reinado deste mesmo rei³⁶. Os hospitais militares foram também locais de ensino e aprendizagem desta arte, dadas as suas características de atendimento preferencial aos feridos de guerra, tendo em 1789 sido criada uma Aula de Anatomia e Cirurgia no Hospital de Chaves, exemplo copiado em Tavira, Elvas e Porto³⁷. O Hospital Inglês do Porto foi também uma importante escola de cirurgia, aí tendo estudado e trabalhado Manuel Gomes de Lima Bezerra, nome relevante do plano cultural da cidade no decorrer do século XVIII³⁸. Ainda a propósito do ensino da Cirurgia, convirá acrescentar que em 1557 a Universidade de Coimbra viu ser criada a respectiva cadeira, na sequência da reforma dos estudos aí desenvolvidos e pela vontade de S. João III, que para o efeito contratou em 1556 o médico de Granada, Afonso Rodrigues de Guevara para vir ensinar Anatomia, efectivando-se a desanexação destes dois ensinamentos em 1621³⁹. A permanência deste médico em Coimbra foi de curta duração, já que cinco anos depois era chamado a ensinar Anatomia no Hospital de Todos os Santos, onde acabou por deixar dois discípulos cirurgiões, António da Cruz e António Ferreira, autores de duas obras de cirurgia que

³⁰ *Ibidem*, 506.

³¹ António Nunes Ribeiro Sanches, "Método de estudar e aprender a Medicina", 50, 51.

³² Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol. II, 59.

³³ *Ibidem*, Vol. I, 18, 19.

³⁴ Salvador Dias Arnaut, "A Medicina", 286, 287.

³⁵ *Ibidem*, 302.

³⁶ Hernâni Monteiro, *História da Cirurgia Portuense*, (Porto: Araújo & Sobrinho, 1926), 1.

³⁷ *Ibidem*, 64.

³⁸ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol II, 94.

³⁹ *História da Universidade em Portugal*, Vol. II (1537-1771), 844.

irão constituir leitura obrigatória de quem quisesse praticar essa arte⁴⁰. Todavia, a orientação eminentemente teórica do ensino universitário assente na leitura de textos clássicos, a reduzida ou mesmo ausência da prática da dissecação anatómica no cadáver, a falta de ligação ao hospital para a observação e seguimento dos doentes e o desentendimento e concorrência entre as direções da Universidade e as individualidades à frente dos cargos de Físico-Mor e Cirurgião-Mor, fizeram com que o ensino da Cirurgia fosse sempre deficiente e descurado em Coimbra e realçado em Lisboa.

Entre nós, o poder régio esteve sempre presente, através de legislação que estabeleceu quer para o ensino quer para a prática da arte de curar. Os monarcas tiveram em mente a defesa do interesse público através da preservação da saúde das populações para o que requeriam profissionais competentes, bem adestrados e legalmente admitidos ao desempenho das suas funções no território em que exerciam o poder⁴¹. Ter-se-á de recuar a D. Afonso IV, e a 1338, para encontrar a primeira disposição representativa desta preocupação, mandando examinar pelos seus físicos todos aqueles que quisessem exercer a profissão de médico, cirurgião e farmacêutico⁴².

Não se pense que políticas destas não eram exercidas noutros reinos europeus, pois já em 1140, Rogério II da Sicília as havia disposto, posteriormente acrescentadas em 1240 por Frederico II, da obrigatoriedade de frequência de um ano de prática, sob a orientação de um médico de competência comprovada, e aprovadas em 1272 por Jaime I de Aragão, que a pôs em acção em Montpellier e seu território, onde desde 1239 era condição necessária para o exercício da profissão o exame universitário e um estágio de seis meses⁴³.

No que diz respeito ao ensino médico na Universidade portuguesa, a primeira disposição régia tendente ao controlo dos estudos naquela instituição foi expressa pela Carta Magna de Privilégios de D. Dinis (1309)⁴⁴. A partir desse documento, tido como correspondendo aos primeiros Estatutos da Universidade, foram apresentadas diferentes versões até à Reformação de 1612 (exemplo pioneiro que antecede disposições semelhantes em França e em Inglaterra) que será a base dos Estatutos Velhos, confirmados em 1653 por D. João IV e que vigorarão até 1771⁴⁵.

O Hospital de Todos os Santos teve, a partir de 1504, 19 de Fevereiro, o seu primeiro regimento⁴⁶, cujo texto continha uma simples disposição que previa a obrigatoriedade do cirurgião interno fazer a leitura diária de uma lição de anatomia a dois ajudantes, ensino esse de que foi praticamente o monopolizador até ao século XIX em Portugal⁴⁷.

Apesar das disposições régias que já havia para o ensino da Medicina, continuava a haver por cá um número substancial de indivíduos que ainda no tempo de D. João I exerciam a arte sem conhecimento adequado da mesma, o que levou esse monarca a estabelecer a 1ª disposição legislativa em relação ao seu exercício pela sua carta real de 28 de Junho de 1392, mediante a qual e após exame de aptidão perante o físico-mor, seria passada uma Carta, documento que

⁴⁰ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol. II, 12-13.

⁴¹ Iria Gonçalves, "Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas. As Cartas de Exame", *Do tempo e da História*, (nº1, 1965), 69-112.

⁴² Salvador Dias Arnaut, "A Medicina", 295, 296.

⁴³ Iria Gonçalves, "Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas", 71.

⁴⁴ Luís A. de Oliveira Ramos, "A Universidade de Coimbra" in *História da Universidade em Portugal*, Vol. II, (1537-1771), ed., Comissão Nacional Para a Comemoração dos Setecentos Anos da Universidade de Coimbra (Coimbra: Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 382.

⁴⁵ Fernando Taveira da Fonseca, "A Medicina". In *História da Universidade em Portugal*, Vol. II, (1537-1771), ed., Comissão Nacional Para a Comemoração dos Setecentos Anos da Universidade de Coimbra (Coimbra: Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 841- 844.

⁴⁶ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol. I, 63.

⁴⁷ M. Ferreira de Mira, *História da Medicina Portuguesa*, 100.

habilitaria o seu possuidor para a referida profissão⁴⁸.

A cirurgia só em 1448, 25 de Outubro, terá a primeira disposição relativa ao seu exercício, estabelecida pela vontade de D. Afonso V, documento que passa a constar como Regimento do cirurgião-mor e pelo qual se tornava obrigatória, a quem quisesse exercer a cirurgia entre nós, a posse de uma Carta, obtida após aprovação em exame de aptidão perante esta entidade⁴⁹.

Tanto o físico-mor como o cirurgião-mor, cargos criados numa tentativa de controlar o exercício ilegal da Medicina, a velar pelo brio e regularidade da profissão através do exame de pretendentes à mesma e da passagem de Cartas, foram dotados de amplos poderes, de tal modo que acabaram por ser alvo dos seus exageros, ora num sentido ora noutro, manifestados pelo povo em Cortes, por exemplo em Évora, em 1436, e em Coimbra, em 1472⁵⁰.

Até à sua expulsão ou reconversão, em 1497, a prática da Medicina estava na mão, também, de grande número de judeus que a exerciam de modo livre, inclusivamente na Corte, assente nos ensinamentos de Galeno⁵¹. A Medicina lusa deve muito a estes profissionais fazendo parte da população judaica, havendo já no século XII alguns de reconhecido mérito que deixaram obras de valor⁵². Nas palavras de Maximiano Lemos, autor de que nos vimos socorrendo, «... a medicina foi uma das ciências que mais estudaram e a que deram maior desenvolvimento», levando-a ao seu máximo esplendor no século XVI, muito pela forma como engrandeceram a medicina árabe que despiram das superstições grosseiras que aqueles lhe haviam acrescentado e que nada aproveitava a estes⁵³. Ao século XVI ficam para sempre associados os nomes de Amato Lusitano, João Rodrigues Castelo Branco (1511-1568), Rodrigo de Castro e de Garcia de Orta (1500- ca. 1568), cujos trabalhos e contribuições para a ciência médica universal, desnecessário se torna realçar. À transição deste século para o seguinte se deve associar o nome de Zacuto Lusitano (1575-1642). Ribeiro Sanches (1699-1783) será o grande representante português da medicina judaica para o século XVIII, ao qual se deve acrescentar o nome de Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762). Muitos mais nomes poderiam ser mencionados mas julga-se que, apesar de sucinta, a presente enumeração, pela fama do seu labor alcançada além-fronteiras é suficiente para atestar o real papel que os médicos de origem judaica tiveram entre nós em áreas como a botânica médica, a anatomia, a ginecologia, a medicina legal, a deontologia e a história da medicina⁵⁴.

Em plena Época Moderna, a medicina estava associada na prática à magia, à alquimia e ao ocultismo, sendo vulgar em Espanha, França e Holanda o concurso das deduções astrológicas para a prescrição medicamentosa, situação fomentada em Portugal pelo impedimento da circulação dos trabalhos inovadores de autores como Paracelso⁵⁵. A sangria de profissionais médicos cristãos-novos com a instalação inquisitorial, persistiu no século XVII, encontrando-se deles em Hamburgo um notável agrupamento, tanto mais que ao progenitor ou familiar directo aí refugiado se acrescentavam outros elementos na continuidade de uma tradição de prática médica, presente nessas famílias⁵⁶.

Rodrigo de Castro, autor do primeiro tratado de ginecologia de que se tem conhecimento, considerava essencial o estudo e prática da cirurgia pelos médicos, o conhecimento das obras

⁴⁸ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol. I, 73.

⁴⁹ *Ibidem*, Vol. I, 74.

⁵⁰ Iria Gonçalves, "Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas. As Cartas de Exame", 76.

⁵¹ Florbela Veiga Frade, Sandra Neves Silva, "Medicina e política em dois físicos portugueses de Hamburgo", *Sefarad*, (serie 1, vol. 71, 2011), 51-94:52.

⁵² Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol. I, 82.

⁵³ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol. I, 82-83.

⁵⁴ Florbela Veiga Frade, Sandra Neves Silva, "Medicina e política em dois físicos portugueses de Hamburgo", 53.

⁵⁵ *Ibidem*, 54.

⁵⁶ *Ibidem*, 57.

médicas clássicas de Galeno e Hipócrates e outros autores, uma cultura vasta contando com a temática de cariz político, enfatizando a capacidade do médico intervir a outros níveis que não o estrito do corpo⁵⁷.

3. A Medicina em Portugal no século XVIII

Entre nós, e à entrada deste período, a situação do ensino e da prática das artes médicas, ainda padeciam das marcas do passado, pouco acompanhando o que se passava no resto da Europa, assente em profissionais pouco instruídos e tecnicamente mal preparados, pertencendo a grupos diversos, estando o ensino oficial daqueles que nos importam, os médicos e os cirurgiões, sediados na Universidade de Coimbra e no Hospital de Todos os Santos de Lisboa, respectivamente.

No Porto, estes últimos, e só eles, poderiam fazer a sua formação nos Hospitais da Misericórdia, Militar e Inglês, como foi o caso de Lima Bezerra.

Acima de tudo, o que preponderava era a falta de uniformização entre ambos os ensinamentos e práticas, tendo-se perdido a visão una de quem estava doente e procurava auxílio.

Apesar da boa preparação cultural e científica dos médicos portugueses em geral e dos cristãos-novos em particular, tornadas possíveis pela manutenção da tradição e dos conhecimentos clássicos e de alguma abertura aos avanços da «arte» sem o desprezo pelo saber de experiência feito, a introdução do livro impresso em 1455⁵⁸, a limitação ou oposição total à ocupação dos ofícios públicos aos cristãos-novos na Península Ibérica, terão levado à fuga daqueles e ao impedimento do aparecimento de uma verdadeira nova escola⁵⁹. Acresce referir o papel do Tribunal da Inquisição, instituído em Portugal em 1536 na reprovação e controlo da publicação de livros e outros textos, especialmente das obras médicas estrangeiras, com destaque para as do inovador Paracelso, alvo semelhante do movimento congénere espanhol, o que obrigou à permanência das ideias galénicas por mais tempo⁶⁰.

Este panorama é-nos apresentado, na prática, por Ribeiro Sanches, para quem, quando alguém adoecia, aquele que era chamado em primeiro lugar para lhe acudir era o Cirurgião, pela proximidade e facilidade de acesso, dada a raridade dos médicos, nomeadamente na província, e o valor mais elevado dos seus honorários, o qual, sabendo ou não a causa do mal, se punha logo a sangrar, a purgar e a prescrever algo que julgasse adequado, ficando para mais tarde o recurso a estes últimos, quando a situação se complicava, a quem se ocultava o desenrolar do quadro patológico e a terapêutica já preconizada⁶¹.

O mesmo autor entendia tal metodologia e divisão de saberes como um sério prejuízo para o acto médico, numa perspectiva já muito aproximada à prática comum dos dias de hoje, em que o doente é visto como um todo e não como um corpo dividido em duas partes, interna e externa, sujeitas a diferentes patologias, alvo da atenção diferenciada do Médico e do Cirurgião, respectivamente⁶².

Do que foram esses tempos, vários são os registos chegados até nós, deixados por autores cujos nomes fazem parte da lista bibliográfica anteriormente elaborada e entregue com o texto do primeiro projecto de dissertação, que entrará na elaboração do trabalho que se tem em mãos.

No intuito de tornar o texto o menos fastidioso possível, tomar-se-á, como exemplos representativos desse conhecimento, as obras de Maximiano Lemos (1860-1923), Manuel

⁵⁷ *Ibidem*, 67, 69, 71, 90.

⁵⁸ Palmira Fontes da Costa e Adelino Cardoso, eds., *Percursos na História do Livro Médico*, 13.

⁵⁹ Florbela Veiga Frade, Sandra Neves Silva, “Medicina e política em dois físicos portugueses de Hamburgo”, 54

⁶⁰ Palmira Fontes da Costa e Adelino Cardoso, eds., *Percursos na História do Livro Médico*, 24-26.

⁶¹ António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*, 2 Vols. (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966), Vol. I, 50.

⁶² António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*, Vol. I, 50-51.

Ferreira de Mira (1875-1953), as quais vêm sendo utilizadas conforme as notas colocadas em rodapé, António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) e Manuel Gomes de Lima Bezerra (1727-1806).

Ribeiro Sanches é um nome incontornável para quem desejar conhecer a questão do ensino, da prática e da repercussão da Medicina na preservação da saúde entre nós, uma vez que, obrigado a sair de Portugal em 1726, pertence-lhe uma das melhores, senão a melhor, visão do seu estado para o período temporal considerado⁶³, mantendo uma correspondência regular com nacionais que por cá se mantiveram, como João Mendes Sachetti Barbosa (1691-1762)⁶⁴ e Joaquim Pedro de Abreu⁶⁵.

Pertencem a Ribeiro Sanches as palavras escritas sobre [...] «todas...as... entidades que intervinham no tratamento dos doentes», as quais [...] «... ao lado dos médicos saídos da única Faculdade do País, a da Universidade de Coimbra, ... havia ... os cirurgiões mata-sanos ou incharcos, os barbeiros sangradores, os curandeiros idiotas, os algebristas, os boticários, as parteiras, os oculistas, os dentistas...»⁶⁶.

De Lima Bezerra, cirurgião, licenciado em Medicina na Universidade de Coimbra de 1764 a 1770, intelectual, académico, escritor e responsável pelo primeiro periódico médico português⁶⁷, adiante se falará.

Pouco se sabe do movimento de disseminação e consolidação da Revolução Científica e das Luzes em Portugal, mormente dos seus actores, das resistências encontradas e das suas formas de expressão, supondo-se que a razão assente no facto de o país ser periférico, se encontrar em declínio após os períodos áureos de Quatrocentos e Quinhentos e de a direcção que o novo conhecimento tomava ser antes orientada para os maiores países europeus, seus produtores maioritários⁶⁸. No século XVIII foi tentada a colocação do nosso país junto das reinos mais avançados da Europa, onde se produzia o conhecimento científico, fazendo-se entre nós a disseminação do mesmo através da educação⁶⁹.

O transporte dessas imagens associadas ao racionalismo e ao progresso, fazendo parte da Ciência, uma forma de expressão cultural, vai estar a cargo dos *estrangeirados*, intelectuais europeizados, fazendo parte de uma rede de indivíduos pertencentes a campos disciplinares diversos e a uma elite nacional composta de elementos do clero, membros da aristocracia, frequentemente ligados à carreira diplomática, médicos e oficiais do exército⁷⁰.

Apesar do seu discurso e do sistema de valores se concentrar na Ciência, esta não foi associada a uma filosofia de progresso a que a Sociedade se apegasse em grande maioria, permanecendo esses actores como um segmento dianteiro de uma rede de canais difusores, ambicionando a incorporação de Portugal numa nova trama de elementos cognitivos e epistemológicos⁷¹.

É sabido que este movimento se espalhou ao longo dos reinados de D. João V (1707 - 1750), D. José (1750 - 1777) até D. Maria I (1777 - 1792)⁷².

É por esse motivo que se vai assistir à criação e desenvolvimento de várias academias oficiais e privadas e à promoção de debates e encontros, em especial durante o reinado de D. João V, assim

⁶³ Maximino Correia, "Introdução", In António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*, Vol. I, XIII.

⁶⁴ Maximiano Lemos, "Amigos de Ribeiro Sanches", *Arquivo Histórico Português*, (Vol. 8,1910) 3-93.

⁶⁵ Sanches, «Obras», 133-147.

⁶⁶ Maximino Correia, "Introdução", In António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*, Vol. I, XIII - XIV.

⁶⁷ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol. I, 94 - 96.

⁶⁸ Ana Carneiro, Ana Simões e Maria Paula Diogo, "Enlightenment Science in Portugal: The *Estrangeirados* and their Communication Networks", *Social Studies of Science*, (série 4, vol. 30, 2000), 591 - 619.

⁶⁹ *Ibidem*, 592.

⁷⁰ *Ibidem*, 593.

⁷¹ *Ibidem*, 593.

⁷² *Ibidem*, 593.

como, e ainda, ao comprometimento dos *estrangeirados* na transformação do sistema de ensino, estendendo-se pelo reinado de D. José, levando à fundação do Colégio dos Nobres (1761), ao processo que fez surgir a reforma da Universidade de Coimbra (1772) e ao aparecimento da Real Academia de Ciências de Lisboa (1779), no reinando D. Maria I⁷³.

Estas figuras, promotoras e a quem pertence um relevante papel na reforma intelectual ou das mentalidades em Portugal, apesar da sua ascendência, vão estabelecer ligações com o estrangeiro, especialmente em Itália, França e Grã - Bretanha⁷⁴.

Ribeiro Sanches foi laço marcante na ligação que se estabeleceu a Leyden, a São Petersburgo e a Paris, onde viveu desde 1747 a 1783⁷⁵.

Jacob Castro Sarmento (1691 – 1762), refugiado em Londres desde 1721, foi o iniciador da difusão das obras de Francis Bacon e Isaac Newton, contribuindo assim para a abertura do país às conquistas e aos benefícios da ciência experimental⁷⁶.

Apesar de não ter completado a tradução do *Novum Organum* de Bacon, requerida por D. João V, foi com a *Teórica Verdadeira, das Mares conforme à Philosophia do Incomparavel cavalheiro Isaac Newton* dedicada ao marquês de Cascais que se tornou conhecido entre nós⁷⁷.

O seu nome será recordado pela sua ligação à Real Sociedade de Londres e à Real Academia Médica de Madrid, das quais era sócio, e à *Água de Inglaterra*, fármaco de que se apregoava inventor e cuja acção se dirigia aos sintomas da malária⁷⁸.

A criação de uma nova mentalidade em Portugal materializou-se por via da reforma do Marquês de Pombal, idealizada a partir dos escritos de outros autores dos quais será necessário registar os nomes de Frei Manuel do Cenáculo (1724 – 1814) e de Luís António Verney (1713 – 1792)⁷⁹.

A começar o presente texto ficou expresso que no século XVIII foram introduzidas importantes mudanças no domínio da medicina que contaram com a participação dos *estrangeirados*.

Abandonados os estudos anatómicos no decorrer do século anterior, é altura do seu renascimento com a criação de uma aula destinada ao ensino da Anatomia, separado da Cirurgia, em 1704, que, com a morte do seu professor, Luiz Chalbert Falconet, cinco anos mais tarde, vai aguardar pelo ano de 1721 para um novo restauro, pela mão do catalão António de Monravá e Roca (1671 – 1753)⁸⁰. Apesar da laboriosidade de que dera provas ao nível do ensino e da publicação de trabalhos, terminou a sua acção por decreto de D. João V que o aposentou em 1732, em virtude das animosidades que entretanto criara⁸¹.

Em sua substituição, foi chamado o italiano Bernardo Santucci, que se revelou um professor competente na prática e na escrita, publicando em 1739 um livro de Anatomia destinado a servir de texto nas aulas do Hospital Real, foco de acesa contenda com Monravá e Roca, autor do *Desterro critico das Falsas Anatomias Que Um anatómico Novo Deu á Luz* e que, desde esse ano e até 1744, procurou fundar a Academia Cirúrgica Ulissiponense, cujos estatutos não obtiveram a aprovação de D. João V, e que tinha por objectivos a promoção dos avanços em conhecimentos de Cirurgia, a apresentação de conferências e a realização de intervenções cirúrgicas e disseccções

⁷³ *Ibidem*, 594.

⁷⁴ *Ibidem*, 597.

⁷⁵ Charles-Louis- François Andry “Précis Historique sur la vie du Docteur Sanches”, *Catalogues livres de Feu M. Ant. Nuñez-Ribeiro Sanches* (Paris, 1783) 1-25.

⁷⁶ Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003), 62.

⁷⁷ *Ibidem*, 44

⁷⁸ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol. I, 29-130.

⁷⁹ Ana Carneiro, Ana Simões e Maria Paula Diogo, “Enlightenment Science in Portugal”, 601.

⁸⁰ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol. I, 63.

⁸¹ *Ibidem*, Vol. I, 63 – 64.

anatômicas pelos seus sócios⁸². Como não era homem de se apoucar, manteve o ensino e a publicação das suas obras, agora associado à Academia das Quatro Ciências, de funcionamento irregular até que a morte de Monravá sobreveio, em 1753⁸³.

Apesar do que fica escrito, o anatomista de que se vem falando parece ter tido alguma influência na filosofia portuguesa, a qual, em conjunto com estas disputas, serviu para despertar a classe médica portuguesa.

Os movimentos científicos de Medicina que se iam desenrolando além-fronteiras eram essencialmente universitários e o seu reflexo entre nós demorava a verificar-se, pois a Universidade portuguesa estava num estado lamentável de degradação, suscitando o aparecimento de trabalhos escritos, de autores como os já referidos, com realce para o *Verdadeiro Método de estudar* (1747) de Luís António Verney, onde eram feitas as mais graves acusações ao seu funcionamento⁸⁴.

4. Ventos de mudança

Era esse o estado da Medicina e da Cirurgia em Portugal no período de setecentos. Todavia, outros olhares existiam, agora a partir da cidade do Porto, com o despertar, em 1748, da Academia Cirúrgica Protótipo Lusitânica Portuense, a que se seguiram em 1749 a Academia Médico-Portopolitana e em 1759 a Academia Real Cirúrgica Portuense. Todas tiveram influência do esforço formador de Lima Bezerra. Apesar da sua curta duração, merece realçar o facto importante de que tiveram estatutos com aprovação régia, o que denota o interesse com que a sua criação era vista nas altas esferas, em pleno contraste com o que sucedera com as tentativas de Monravá e Roca em Lisboa, pouco tempo antes. A 2ª, sob a protecção do Arcebispo de Braga D. José, irmão do monarca, era composta por doze círculos e seis meios círculos abrangendo os territórios de Portugal e Espanha, da Europa, África, Brasil, Índia, Ilhas, e Marítimo, compreendendo este as naus, fragatas e galés de Portugal e Espanha a navegar ou estacionadas nos diversos oceanos, aos quais estavam associados diversos académicos, formando uma rede internacional⁸⁵.

A 3ª Academia referida teve como presidente o primeiro Cirurgião-Mor, que não era médico, mas sim um cirurgião e consultor de Anatomia teórica, António Soares Brandão. Propunha-se abrir aulas de Anatomia, Cirurgia e Obstetrícia, abrir um teatro anatómico (só conseguido em 1800), publicar compêndios de Anatomia e de Cirurgia e as Memórias que fossem apresentadas pelos sócios⁸⁶.

Com estas academias, surgiu pela primeira vez em Portugal um jornal médico, o *Zodiaco Medico-Delphico*, órgão oficial da primeira, a que se seguiu em 1764 o *Diario Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia, etc*, que, tendo tido uma saída de poucos números⁸⁷, veio dar uma imagem de modernidade e de actividade, em tudo semelhante ao que se passava lá fora, movimento iniciado no século XVII com a publicação em Paris do *Journal des Sçavants*, que Teofrasto Renaudot, médico e comissário geral dos pobres em França, vai aplicar no primeiro jornal político *La Gazette*, surgido em 30 de Maio de 1631⁸⁸.

⁸² *Ibidem*, Vol. I, 65.

⁸³ *Ibidem*, Vol. I, 65.

⁸⁴ M. Ferreira de Mira, *História da Medicina Portuguesa*, 193-194.

⁸⁵ Maximiano Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Vol. I, 163.

⁸⁶ *Ibidem*, Vol. I, 165.

⁸⁷ *Ibidem*, Vol. I, 168 – 169.

⁸⁸ A. Castiglioni, *Histoire de la Médecine*, 466.

II Parte. Projecto de investigação

O título escolhido para este trabalho, *Antecedentes da Escola Médico-Cirúrgica do Porto: A caminho da fusão entre a Medicina e a Cirurgia*, contém a ideia de que se pretende estabelecer um olhar sobre uma actividade – o exercício da Medicina, e um grupo profissional - os médicos, num período que antecede a criação institucional no Porto de programas de ensino contemplados na Régia Escola de Cirurgia, em 1825, e na Escola Médico-Cirúrgica, em 1836.

Ao longo do texto foi-se traçando a evolução do percurso da profissão que, tendo como origem a prática conjunta, num só interveniente, dos saberes de médicos e cirurgiões, passa por um longo período de separação, até que, no decorrer de setecentos, surgem correntes e actores que defendem a sua reunião, em prol do Homem, como indivíduo, e dos povos, como unidades, a que se associa a ideia de Nação.

Como se viu, Portugal também vai querer nessa época juntar-se ao pelotão europeu que havia tomado a dianteira há pelo menos um século antes. Da forma como se estabeleceu esse processo, foram já apresentados alguns tópicos, necessariamente centrados no panorama europeu, sede de um movimento que vai chegar até nós, focando-se em Lisboa e no Porto, para o caso da Cirurgia, e em Coimbra, para o da Medicina.

Sentia-se um ambiente de insatisfação no seio de alguns sectores da sociedade portuguesa, com queixas de parte a parte e críticas acesas ao modo de formação de Médicos e Cirurgiões, anteveendo-se um espírito de mudança, temporariamente concentrado no Porto e tendo como base um movimento académico.

Sabendo-se que qualquer grupo, profissional ou social, constrói uma memória do seu passado, elemento base de um conjunto de características próprias que lhe permitem criar um reforço interno, diferenciar-se dos outros e torná-lo identificável, este estudo propõe-se aplicar este entendimento teórico ao caso particular dos médicos, numa análise da informação respeitante à sua formação, legislação a ela subjacente e ao modo de exercício/controlo da respectiva actividade. Contudo, como se acaba de verificar, a identidade do médico como hoje é entendido, quer entre nós, quer além-fronteiras, não estava ainda completamente formada, subsistindo uma outra categoria de agentes curadores, os cirurgiões, a crescer então em valorização como grupo, tanto a nível profissional como social, acabando os saberes de ambos, ainda de desconhecimento comum, por se intersectar, conduzindo mais tarde a uma nova figura, consistentemente formada e capaz de tomar em mãos a saúde do corpo humano enfermo, agora numa visão global.

Por esse motivo, há que atender a essas duas realidades, ainda presentes no dealbar de setecentos e que irá persistir por mais algum tempo, ainda que se esboçam tentativas de fusão de ambos os grupos num só. No intuito da sua plena identificação, baseados no que ambos os grupos construíram como prática, e como memória social e cultura de classe, será de identificar e analisar alguns indicadores em ordem a permitir a discussão da formação, competências, desempenhos e funções de cada um dos grupos, e de seguir, rumo à compreensão da formação e consolidação dos novos padrões de saber e de organização profissional, por forma a constituir um perfil comum aos dois grupos considerados.

Assim, ter-se-á que tomar como útil a pesquisa das práticas, das vivências quotidianas e dos usos, ainda que simbólicos, que os agentes de ambos os grupos realizam dentro das actividades comuns, inseridas nos espaços que frequentam, sabendo-se que, em conjunto, contribuem para a formação e a consolidação dessa identidade que os reconhece como grupos. Pertinente será também procurar identificar a consciência que ambos possuíam quanto à sua inserção num grupo socioprofissional e numa sociedade dada, e a imagem e valorização que esta lhes dispensava.

Retomando algumas ideias atrás expostas, convém resumir que o século XVIII português foi

de grande labor intelectual e político e que as ciências médicas quiseram seguir o mesmo rumo, não só nos locais onde o respectivo ensino estava sediado, Coimbra e Lisboa, mas também no Porto, aqui sob a forma de um movimento académico que ultrapassara as fronteiras e se ligara a instituições congéneres, através de uma rede de médicos e intelectuais que muito contou com os nacionais, anteriormente afastados por razões aparentemente de credo religioso.

Dos seus nomes e respectivas contribuições foram já feitas algumas apresentações, pelo que será de evitar um tratamento mais exaustivo, dadas as características do presente texto que tem por objectivo a apresentação de um projecto de trabalho, com vista à elaboração de uma dissertação de doutoramento.

1. A investigação: o que se sabe. Elementos disponíveis

A problemática esboçada, ainda que dizendo respeito a uma ciência, a Medicina, cuja prática esteve durante muito tempo nas mãos de diversos agentes com diversa formação e modos de exercício, não é de abordagem linear, nem pode ser feita com um único olhar, pois envolve muitas condicionantes que sofreram diferentes evoluções ao longo dos tempos e que motivaram influências mútuas. Leituras múltiplas e entrecruzadas são assim necessárias para o seu desenvolvimento. Apontam-se de seguida algumas dessas linhas de pesquisa bibliográfica e seus resultados preliminares.

Constituindo a prática médica uma actividade com interesse primordial na preservação e procriação do Ser Humano, desde tempos imemoriais passou a estar sob o supremo interesse de governantes e condutores de povos. Assim, torna-se necessário aceder a livros de História: de Portugal, pelas inevitáveis articulações do tema com a política, a cultura e as relações sociais coevas. No âmbito desta categoria, foram seleccionadas a *História de Portugal* conhecida como edição de Barcelos de 1928, direcção de Damião Peres como exemplo mais antigo, tendo tido a participação de autores ligados à Medicina, como Luís de Pina. Como representantes mais recentes deste tipo de obras, escolheram-se a que foi dirigida por José Mattoso, de 1997, e a *Nova História de Portugal*, edição de 2001, sob a direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Porque se está a lidar com memórias e prosseguindo rumo ao cerne do debate da questão levantada, é tempo de referir outro tipo de obras dedicadas à História: a da Universidade (portuguesa e europeia) e a da Medicina (essencialmente portuguesa e europeia, mercê do que existe e está acessível). Para o estabelecimento de ensino superior dedicado ao ensino médico, único em Portugal e em Coimbra, até à criação em 1911 de congéneres em Lisboa e no Porto, estão disponíveis as obras de Teófilo Braga, edição de 1892-1898, e a edição, em dois volumes, de 1997, comemorativa dos setecentos anos da mesma Universidade. Quanto à evolução da universidade europeia, foi possível aceder aos dois volumes que constituem a tradução portuguesa de *Uma História da Universidade na Europa*, edição de 1992, obra coordenada por Walter Rüegg e da iniciativa da Conferência Permanente de Reitores das Universidades Europeias. Em relação à história do ensino português na longa duração, surge-nos a obra escrita por Rómulo de Carvalho, numa 5ª edição de 2011. Em virtude da relevância alcançada pelo Hospital de Todos os Santos no campo da cirurgia e do exercício curativo, por exemplo no tratamento da sífilis, doença muito propagada e em que o mesmo era famoso, existem alguns textos inseridos em obras e em periódicos de acesso relativamente fácil, sendo de referir a obra *O Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa* da autoria de Mário Carmona, em edição de 1954, e o trabalho *Do Hospital Real de Todos os Santos à História hospitalar portuguesa*, da autoria de Luís de Oliveira Ramos, inserto na Revista da Faculdade de Letras do Porto, II Série.

Ainda com relação às instituições do ensino, da prática da Medicina e da Cirurgia, é

necessário anotar o trabalho de José Silvestre Ribeiro com o título *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*, publicado em 18 volumes, editados de 1871 a 1893. Ao longo das suas páginas está patente muita da legislação que foi sendo publicada a propósito do ensino e da prática médicas. A este propósito, é de mencionar o acesso relativamente fácil e ordenado que a este propósito é oferecido pelo *Jornal de Coimbra*, o qual, ao longo de sucessivos números, publicou os trabalhos de António d'Almeida sobre esse tema.

A História da Medicina, propriamente dita, está representada, para o nosso país, pelas obras de Maximiano Lemos – *História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições*, obra de 1991 em dois volumes, Manuel Ferreira de Mira – *História da Medicina portuguesa*, de 1948, J. A. Pires de Lima – *Epítome de História da Medicina Portuguesa*, de 1943, Augusto Silva Carvalho – *História da Medicina Portuguesa*, edição de 1928 e Germano de Sousa – *História da Medicina portuguesa durante a Expansão*, 1ª edição de 2013.

Com focagem no Porto e debatendo a questão do ensino médico e cirúrgico, há que ter em conta as obras de Maximiano Lemos – *História do ensino Médico no Porto*, edição de 1926, Hernâni Monteiro – *Origens da Cirurgia Portuense*, edição de 1926, Amélia Ricon Ferraz – *A Real Escola Médico-Cirúrgica do Porto*, 1ª edição de 2013, Jorge Alves – *Signo de Hipócrates: O Ensino Médico no Porto segundo Ricardo Jorge*, edição de 2003 e Jorge Alves e Marinha Carneiro – *Olhar o Corpo. Salvar o a Alma: História do Hospital Geral de Santo António e do Ensino e da Prática Clínica na Instituição*, edição de 2007.

Sendo o corpo humano o objecto sobre o qual é exercida a actividade de médicos e cirurgiões e tendo havido sobre o mesmo uma evolução de conceitos e mentalidades, natural se torna que haja um debruçar sobre o que está escrito sobre o mesmo, destacando-se os trabalhos de Jorge Crespo – *A História do Corpo*, em edição única de 1990 e de Cristina Azevedo Tavares (org.) – *Representações do Corpo na Ciência e na Arte*, edição de 2012, a obra *Arte Médica e Imagem do Corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, editada em 2010 sob a coordenação de Adelino Cardoso, A. Braz de Oliveira e M. Silvério Marques, e ainda os textos sobre esse tema incluídos na obra *Percursos na História do Livro Médico (1450-1800)*, editada em 2011, com organização de Palmira Fontes da Costa e Adelino Cardoso. Esta última obra merece um destaque especial, uma vez que foi a primeira a debruçar-se sobre o livro, objecto que irá ter uma presença e um papel de relevo, desde a descoberta da imprensa, na evolução, no ensino e na transmissão dos conhecimentos médicos. Sobre as origens do livro, o destaque vai para a obra *O Aparecimento do Livro* de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, numa tradução portuguesa de 2000.

As publicações periódicas também têm merecido a atenção dos autores com teses publicadas em ambiente universitário – *A circulação de informação médica: análise da revista médica portuense «A Medicina Moderna»*, tese de mestrado de Andreia Reis, edição de 2009, e obras como a *História Literária do Porto através das suas publicações periódicas* de Alfredo Ribeiro dos Santos, 1ª edição de 2009.

O período temporal e cultural abrangido pelo trabalho proposto é o da implantação das Luzes em Portugal, daí que seja de fazer uma referência, de entre as diversas que poderiam ser feitas, à obra de Ana Cristina Araújo – *A Cultura das Luzes em Portugal: Temas e Problemas*, edição de 2003.

Tem-se falado de Academias, e sobre o tema podem-se citar as obras de João Palma Ferreira – *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*, de Isabel Ferreira da Mota – *A Academia Real da História*, edição de 2003, e num registo mais clássico, a de Augusto da Silva Carvalho – *O culto de S. Cosme e S. Damião*, edição de 1928.

O período de Setecentos português mereceu a atenção de Hernâni Cidade, o qual lhe dedicou a obra *Ensaio sobre a Crise Mental do Século XVIII* e de Marie- Hélène Pwnik com a obra *Echanges erudits dans la Peninsule Ibérique 1750- 1767*, sendo esta de particular interesse, pois debruça-se sobre as Academias médicas portuenses que serão objecto da nossa análise.

Ainda sobre este mesmo assunto, há os trabalhos de Maria Luisa Malato Borralho – *O mito do legislador numa academia luso-espanhola*, Pedro Vilas Boas Tavares – *Experimentalismo, Iluminismo e Fisiocratismo na obra de um cirurgião moderno; Manuel Gomes de Lima Bezerra: O discurso ilustrado pela dignificação da Cirurgia* e O autor de “Os Estrangeiros no Lima”: vida e obra de um homem de ciência – todos citados em bibliografia final.

Sobre Lima Bezerra especificamente há outros trabalhos que poderiam ser citados mas, na impossibilidade de tornar a missão completa, vale a pena registar o de Júlio de Lemos - *O limianista Doutor Lima Bezerra*, talvez o mais completo sobre essa personalidade, para além dos já citados de Pedro Tavares.

Os diversos nomes das personagens científicas que farão parte do movimento portuense de Setecentos foram alvo de diferentes abordagens biográficas, cuja enumeração não vale a pena estar a fazer por ser trabalho fastidioso e constar de listas biográficas já conhecida. No intuito de exercer uma compreensão sobre o que o que era a prática corrente do estado da Medicina em outros estados, nomeadamente em Espanha, outras referências bibliográficas haverá que acrescentar a esta lista.

A Reforma Pombalina dos Estudos Médicos mereceu a atenção de João Pedro Miller Guerra e Amélia Ricon Ferraz e consta do enunciado do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade* que terá estado na origem daquela reforma.

2. A investigação: questões, fontes e metodologia

Tendo por base o que se acaba de expor, estabelecido o processo metodológico a seguir para a realização do trabalho, assente na procura da identificação e caracterização, ao longo do tempo, das funções desempenhadas pelos dois grupos de agentes apostados no tratamento do corpo doente e na preservação da saúde do mesmo, delineando as diferenças e as semelhanças de que ambos estavam dotados, interessa perceber de que forma se comportavam em ambiente social e reproduziam o que haviam conservado como memória da sua profissão.

Assim, será dado o ponto de partida para uma análise documental disponível, em busca de resposta para algumas questões que foram surgindo. Poderemos estruturar as múltiplas questões a responder em torno de três vectores: regulamentação e estatuto legal; formação e exercício profissional; etapas e mecanismos de construção de uma profissão segundo novos moldes.

Enunciam-se algumas das questões que mobilizarão o nosso trabalho:

2.1.Regulamentação e estatuto legal

Como se processou o reconhecimento institucional, em particular legal e regulamentar, da profissão de médico, em contraponto com a de cirurgião, e quais foram os indicadores e os marcos que permitiram, ao longo do tempo, primeiro a sua diferenciação, depois a sua assimilação?

Que estatutos específicos e autónomos lhes estavam reciprocamente reconhecidos (a existirem)?

Acreditando na existência de uma estruturação interna progressiva inerente a cada grupo, de que base se partiu e quais os mecanismos utilizados para a sua unificação?

2.2. Formação e exercício profissional

Que funções, profissionais e sociais, permitem individualizar cada um dos grupos profissionais entre si e relativamente a outros, e de que modo isso pode ser aferido num percurso historicamente identificável em Portugal?

Que percepção da situação dos respectivos programas de ensino/aprendizagem tinham os membros de cada grupo? E do grupo afim?

Que influência exerceu a formação universitária sobre a questão do estatuto social atribuído a qualquer dos grupos e quais os reflexos de ambos os factores sobre as facilidades de aprendizagem e de exercício da profissão?

Quais os graus de literacia dos membros de ambos os grupos e em que obras fundamentavam a respectiva aprendizagem?

O conhecimento da anatomia do corpo humano a partir da observação directa em resultado da prática de disseções no cadáver é tido unanimemente como um marco de avanço primordial nos conhecimentos teóricos e práticos de ambos os grupos. No período temporal em estudo, qual era o estado do seu uso, a nível nacional, na Universidade de Coimbra e na cidade do Porto? Como se objectivava esse conhecimento?

Qual era a prática cirúrgica, nomeadamente no Porto, quais eram os seus agentes e qual era o seu conhecimento pelos médicos licenciados?

2.3. - Etapas e mecanismos de construção de uma profissão segundo novos moldes

Tendo em mente o que se acaba de escrever, e sabendo-se que estava em curso no século XVIII uma proposta europeia e nacional de profunda alteração da situação do exercício profissional médico, como se posicionam médicos e cirurgiões, até aí vistos como representantes, uns de uma formação universitária e os outros de um conhecimento empírico, face a um novo reconhecimento e valorização profissional e social da Cirurgia, rumo à assimilação num só corpo de ambos os saberes e práticas?

Como se processou a afirmação profissional de cada grupo e que lutas foi necessário travar para a sua efectivação?

Que propostas, teóricas e práticas, foram apresentadas para a melhoria da situação?

Como se estabeleceram ligações a outros actores com influência no movimento portuense de raiz académica e qual a sua influência, nomeadamente dos intitulados estrangeirados?

Estando em curso um movimento reformista que conduzirá em 1772 a uma alteração marcada, de ponto de partida central, dos programas de estudos nacionais, com ênfase nos estabelecidos na Universidade, que papel pode ser atribuído às Academias médicas portuenses de meados de Setecentos e aos seus intervenientes?

Que relação e que paralelismos podem ser encontrados com movimentos afins no contexto europeu?

Quem foram as figuras-chave, em Portugal, desses movimentos?

Quais as vias de propagação dessas novas propostas? Quais os fóruns de debate e quais as principais polémicas?

Que índices de (in)sucesso dessa luta pela dignificação social e profissional da Cirurgia e da tentativa de construção de um novo profissional, que resultasse da simbiose e articulação de duas tradições e estatutos até aí não convergentes?

Além do que se poderá extrair dos textos incluídos na Bibliografia, alguns dos quais terão de ser considerados e utilizados como Fontes, o material das fontes primárias a analisar no contexto

da realização do presente trabalho tem de ter em conta os quadros jurisdicional e normativo nos quais se desenvolvem as acções destes grupos profissionais, estabelecidos quer no que toca à aprendizagem, quer no que diz respeito ao exercício profissional.

Regulamentação régia, estatutos da Universidade de Coimbra, estatutos e orgânica do Hospital de Todos os Santos; estatutos e regulamentos dos Hospitais das Misericórdias são alguns dos núcleos documentais a analisar. A acção normativa e regulamentadora de Pina Manique deverá merecer particular destaque.

Ao longo do presente texto foi realçado o papel dos estrangeirados no movimento portuense de Setecentos e no movimento reformista despoletado em finais do mesmo período cronológico, pelo que é mandatório que se analise o que eles escreveram de modo original, o que mereceu a sua crítica e mesmo o que passou a constituir as suas biografias.

Daqueles, será preciso reter o que escreveram Ribeiro Sanches, Jacob de Castro Sarmiento (nomeadamente com as obras *Materia Medica e Teórica verdadeira das marés*), Luís António Verney, Rodrigo de Castro (nomeadamente com a obra *Medicus Politicus*) e outros, como João Mendes Sachetti Barbosa, que, ainda que não tendo saído de Portugal, escreveu a obra *Considerações Médicas*, colaborou nas *Philosophical Transactions* e manteve correspondência com Sarmiento até à morte deste e depois com Emanuel Mendes da Costa, secretário da Royal Society e com outros elementos de outras sociedades científicas da época. Terá sido o proponente de diversos nomes para as Academias Médicas portuenses e terá sido mesmo o autor dos Estatutos da Faculdade de Medicina na corrente reformista dos estudos universitários de finais de Setecentos.

De António Nunes Ribeiro Sanches é absolutamente necessário referir:

- *Método para aprender e estudar a Medicina.*
- *Carta a Joaquim Pedro de Abreu.* Este escrito está ligado à obra anterior.
- *Apontamentos para fundarse hua Universidade Real na cidade do Reyno que se achasse mais conveniente*
- *Cartas sobre a educação da mocidade.*
- *Apontamentos para estabelecerse um tribunal & Colegio de Medicina.*
- *Tratado da Conservação da Saude dos Povos.*

Para além destes, é consulta de referência a Biografia de Ribeiro Sanches, escrita por Andry, seu amigo e colega, com quem muito conviveu e a quem prestou o seu apoio como clínico e que foi o fiel depositário dos seus manuscritos e de obras da sua biblioteca.

De Luís António Verney será, por necessário, reter *O verdadeiro método de estudar.*

Existindo a ideia, consubstanciada por diversos autores, de que os estrangeirados constituíram verdadeiros canais difusores entre nós dos conteúdos da revolução científica e do programa das Luzes e que, sendo Portugal periférico relativamente aos centros emissores dessas novidades, aqui chegariam as novidades do conhecimento, não por sua extensão directa, primeiramente intencionada às colónias daqueles países europeus, mas através de uma outra fórmula contida na promoção de actividades educativas, promovendo a Ciência como expressão cultural, com imagens ligadas ao racionalismo e ao progresso, importa analisar o que escreveram, quer como obras de autor, algumas das mais importantes já referenciadas neste texto, quer como artigos de jornal, quer com outro tipo de contribuições, como a elaboração de Estatutos, atrás referidos, quer através de intervenções nas sessões académicas, quer como material epistolar. Lamentavelmente, ainda não nos foi possível aceder aos conteúdos dos últimos, pelo que não se podem enumerar.

Das fontes a utilizar, impressas, farão parte também os textos escritos e publicados por outros autores, médicos e não só, que discorreram sobre o estado do ensino médico e o exercício profissional na visão dicotómica que foi característica da época em Portugal e vinha sendo

criticada por diversas personagens. Destes, destaque deve ser conferido a Lima Bezerra. Porque se referiu já o seu nome a propósito do movimento académico portuense de Setecentos, é de realçar a contribuição deste médico e cirurgião para o rol de textos impressos que serão fontes a consultar.

Começou cedo Lima Bezerra a intervir no panorama médico, na actividade organizativa e participativa de academias, ligadas aos temas da sua profissão e aos assuntos da sua terra natal, sendo de referir os textos:

- *Receptuario Lusitano Chymico-Pharmaceutico, Medico-Chirurgico, ou Formulario de Ensinar a Receitar em Todas as Enfermidades, Que Assaltão ao Corpo Humano*. Contem hum sellecto de cada queixa e todos os específicos, que com nomes diversos estamparão os mais famigerados escritores do universo. Porto: Oficina Prototypa Episcopal, 1749.

- *Reflexoens Criticas sobre os Escriitores Chirurgicos de Portugal... Reflexam I. Que comprehende o Universal, e parte do livro primeiro de Antonio Ferreira Lisbonense*. Salamanca: Oficina de Eugenio Garcia Honorato, 1752.

- *O Praticante do Hospital Convencido. Dialogo Chirurgico sobre a Inflamação Fundado nas Doutrinas do Incomparavel Boerhave, e Adornado de Algumas Observações Chirurgicas*. Porto: Oficina episcopal do capitão Manuel Pedroso Coimbra, 1756.

As Academias Literárias e Científicas são, neste processo, elemento nuclear. Assim, será dada uma particular atenção ao teor dos respectivos estatutos, às publicações delas emanadas e às denominadas *Orações inaugurais*, por aí estarem expressas muitas das preocupações contemporâneas em relação ao estado da temática defendida pela instituição.

Os Estatutos da Real Academia Médico-Portopolitana debaixo da Augusta Protecção do Serenissimo Príncipe D. Joseph, Arcebispo, Primaz e Senhor de Braga, editada em 1749, constituem um elemento de notável análise, sendo esperado aí antever os motivos da sua constituição, objectivos científicos e outros a que se propunha, círculos em que se dividia, bases de procedimento, membros académicos admitidos e eleitos para a sua direcção, categorias em que estava feita a divisão dos mesmos, cargos desempenhados, princípios de funcionamento da Academia, laços estabelecidos com instituições congéneres, etc.

Quanto às orações inaugurais, poderemos destacar:

- *Oração Inaugural com que se abriu a Conferencia Publica que a Real Academia de Cirurgia do Porto fez celebrar os Felicissimos Annos de El-Rei Nosso Senhor*. Porto: Oficina do cap. Manuel Pedroso Coimbra, 1760.

- *Oração Inaugural com que se abriu a Conferencia Publica na Real Academia Chirurgica do Porto em dia de S. Sebastião do Anno de 1761*. Porto: Oficina do cap. Mzanuel Pedroso Coimbra, 1761.

- Outra oração pronunciada em 1762.

Memórias cronológicas e críticas, diários informativos e colectâneas de crónicas e polémicas serão peças essenciais na nossa investigação. Destaque-se, a título exemplificativo:

- *Memorias Chronologicas e Criticas para a Historia da Cirurgia Moderna ou Noticia dos Principaes Progressos, Revoluções, Descobrimentos, Seytas, Privilegios, Academias, Obras Impressas e Varoens famosos da Cirurgia desde a Conquista de Constantinopla pelos Turcos, até o Tempo Presente*. Porto: Oficina do cap. Manuel Pedroso Coimbra, 1762. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1779.

- *Diario Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia, etc. Contem os Discursos e Observações trabalhados pelos Academicos das Duas Academias Medica e Cirurgica do Porto*. Lisboa: Oficina Patriacal de Francisco Luiz Ameno, 1764. Lisboa: Regia oficina typografica, 1772.

- *Reposta às Duas Cartas com que o Cirurgiam portuguez Assistente em Londres, Fingio responder às Outras Duas, Que se Tinham Escrito ao A. da Gazeta Litteraria, sobre os Reparos que Este fez à Oraçam Inaugural. Recitada na Real Academia de Cirurgia Portuense em 20 de Janeiro de 1761. Mostram-se os erros, e imposturas dos AA. Da Gazetta e das cartas expostas em outras que escreve ao dito cirurgiam portuguez hum praticante de cirurgia, assistente na cidade do Porto. Carta primeira.* Barcelona: Pablo Serràs, 1765.

- *Os Estrangeiros no Lima ou Conversações Eruditas sobre Varios Pontos de Historia Ecclesiastica, Civil, Litteraria, Natural, Genealogica, Antiguidades, Geographia, Agricultura, Commercio, Artes e Sciencias, etc.* 2 Tomos. Coimbra: Real Officina da Universidade, 1785 e 1791.

- *Memoria I remetida por um zeloso patriota residente na cidade do Porto aos senhores Editores do Jornal encyclopedico, sobre o conceito que ele forma da obra Bibliotheca Elementar noticiada no caderno do mesmo jornal do mez de Agosto deste anno de 1788.* No Jornal Encyclopedico de Maio e Junho de 1789.

Em paralelo, os sucessivos números do *Jornal de Coimbra*, serão de consulta obrigatória, também porque este passou a ser o órgão oficial de controlo nacional do estado da Medicina pela publicação das chamadas *Contas dos Médicos*, relatos dos casos clínicos, patologias diagnosticadas, terapêuticas utilizadas e resultados obtidos.

Ainda no âmbito dos periódicos, é preciso referir o *Archivo de Historia da Medicina Portuguesa*, a *Medicina Contemporanea*, a *Gazeta de Lisboa*, a *Gazeta Literária*, o *Zodiaco Lusitano Delphico*, o *Diario Universal de Medicina*, *Cirurgia*, *Pharmacia*, e o *Jornal Encyclopédico*, indispensáveis à percepção e ao conhecimento do ambiente médico da época, às publicações que iam surgindo dentro e fora de portas, aos movimentos científicos internacionais, às academias científicas e suas propostas, aos nomes de médicos e cirurgiões famosos, suas descobertas e actividades, e à repercussão além-fronteiras de congéneres nacionais, que também os houve.

Perseguindo o tipo de procura esboçado, é de crer que outros textos de autores diversos dos mencionados, portugueses e estrangeiros, venham a servir fins idênticos. Crê-se que alguns mais venham a ser detectados no decorrer da procura que se vem fazendo, mas é justo e conveniente acrescentar à lista mencionada a obra *Aviso ao Povo Sobre a Sua Saude*, por Mr. Tissot, *traduzido do francez sobre a ultima edição de Paris, revista e emendada pelo mesmo author e oferecida ao Senhor Bispo de Beja, Presidente da Real Meza Censória*, numa 2ª edição datada de 1777 – com o interesse particular de o título ser muito aproximado ao que Ribeiro Sanches deu a uma sua obra editada em Paris, no ano de 1761 e que, pela proximidade de datas, projecção internacional e científica dos autores, poderá trazer contributos notáveis sobre duas visões da problemática da saúde pública, a dar os seus primeiros passos. Uma outra, de nome *Aphorismos de Medicina e Cirurgia*, da autoria de António da Costa Paiva, Cavaleiro das Ordens de Cristo e da Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Doutor em Medicina pela Faculdade de Paris, Sócio correspondente das Academias Médico-Cirúrgicas de Marselha, Tolosa e Montpellier, incluída numa outra de título *Miscellanea Médica* – um modelo muito em uso na época - editada no Porto em 1837 deverá ser também considerada.

Discurso sobre a arte de curar, escrito e recitado por António D'Almeida, cavaleiro da Ordem de Cristo, Cirurgião da Real Câmara, Lente de Operações no Hospital Real de S. José e membro efectivo do Real Collégio de Cirurgiões de Londres, proferido na abertura das Aulas de Cirurgia em 1815 ou os *Elementos Geraes de Chirurgia Medica, Clinica, e Legal, em que se trata de umas regras gerais e da fisiologia do corpo humano, da higiene, matéria medica, patologia e terapêutica, e de todas as operações praticáveis no corpo humano até à época presente, obra muito útil especialmente para a mocidade que se quiser entregar ao estudo da Cirurgia*, oferecida por Jacinto da Costa, delegado

do Cirurgião-mor das Armadas e primeiro cirurgião do Hospital Real Militar da Marinha e Exércitos e examinador do número em Cirurgia em 1813 a Sua Alteza Real o Príncipe Regente – são dois outros exemplos a mencionar.

É conveniente referir que estas fontes serão objecto de um levantamento prosopográfico minucioso, nomeadamente nas que se referem aos intelectuais debruçados sobre a Ciência, nacionais e estrangeiros com conhecimento adequado e duradouro de Portugal, interessados na promoção da Cultura das Luzes, devendo ser seleccionado um grupo, especialmente dedicado à Ciência /Tecnologia, como emanações da Revolução Científica, ainda que se incluam outros intervenientes com diferentes orientações, embora apostadas na modernização do país através da Ciência, como é o caso de Luís Verney.

Aludiu-se já a uma polémica tecida entre Lima Bezerra e o irmão e o director da *Gazeta Literária* a propósito de uma *Oração Inaugural* proferida pelo primeiro em uma das sessões das Academias em que esteve presente no Porto. Essa disputa alastrou-se para fora de Portugal e acabou por registar a participação de diversos autores internacionais, motivando a publicação de livros e de artigos de jornal.

A matéria para a realização do nosso trabalho tem de ser buscada naquilo que os intervenientes da época, participantes em movimentos internacionais e nacionais, com destaque para o ambiente literário e científico portuense de Setecentos, escreveram, em particular pelos veículos assinalados, e que constituem a memória do que era esse ambiente, de qual era a percepção que dele tinham, quais as críticas que formulavam, dentro e fora das fronteiras, como objectivavam o seu conhecimento e por que meios tencionavam remediar a situação.

A partir dos elementos de análise atrás expostos, contidos nas fontes que foram sendo enunciadas, é expectável vir a retirar dados que nos elucidem sobre o que terá motivado o facto de, no Porto, uma cidade em que não havia um ensino estruturado de Medicina, constituindo o da Cirurgia um conjunto de normas básicas ainda não expressas em códigos ou legislação de ponto de partida superior, um cirurgião de Ponte de Lima, movido de uma capacidade fora do comum para a época, resolver dar um primeiro passo na proposta da complementaridade dos estudos teóricos aos do exercício prático que constituía a sua profissão e, não satisfeito, parta à descoberta do conhecimento que até então estava vedado a Portugal e assimile o modo habitual da sua comunicação nos países onde se produzia.

A visão que se colhe do que foi sendo lido é que muitos factores estiveram em jogo, indo desde as questões políticas às culturais, às sociais, com destaque para os lugares preenchidos pelos diferentes agentes intervenientes na cura do corpo doente, ao poder das instituições de ensino/formação dos mesmos, ponto relevante traduzido nas lutas entre a Universidade, o Físico-Mor, o Cirurgião-Mor e a qualidade do ensino praticado naquela e no Hospital de Todos os Santos.

Espera-se que as fontes venham a fornecer dados que permitam conhecer o panorama do ensino teórico e prático entre nós, em comparação com o ministrado lá fora, apreender qual era a consciência que então tinham os médicos e cirurgiões do saber respectivo e dos profissionais afins, do seu lugar na Sociedade, do que era para cada grupo o Ser Humano e o respeito que lhe era devido, e de como seria possível melhorar o que fosse julgado perfectível.

Sabendo-se que os elementos do estudo médico teórico de então estavam a ser criticados há bastante tempo nos locais de ensino estrangeiro, espera-se vir a encontrar um movimento idêntico nas fontes aludidas, sendo expectável encontrar a referência a obras precisas que tenham sido alvo dessa crítica e a outras que estivessem já na intenção de uso com vista à substituição daquelas. A aprendizagem da Anatomia no cadáver foi um alvo perseguido e alcançado além-fronteiras. Entre nós, até que ponto existia essa consciência, por que forma era expressa e que

propostas começavam a surgir para a sua implementação? A carência de Teatros Anatómicos e de Museus de peças de anatomia vinha sendo preenchida no estrangeiro, e entre nós havia queixas nesse sentido e se as havia, como se pretendia colmatar a sua falta?

É com esperança numa resposta a estas e outras questões que se parte para a análise das fontes.

Aludiu-se à diferente posição que na hierarquia social ocupavam médicos e cirurgiões. Era isto referido nas obras a consultar? A sociedade portuguesa estava ciente dessa diferença? Aceitava-a ou propunha-a e em que bases? Este sentimento era uma imitação do que havia lá fora ou era, e de que modo, diferente? Certamente que um assunto desta dimensão não deixará de ser abordado nos textos a analisar, permitindo construir uma imagem dessa sociedade e da forma como se hierarquizava.

Fez-se uma revisão, necessariamente não exaustiva, das principais tipologias de fontes a usar, a saber, obras de autor, estatutos de organizações, discursos inaugurais de diferentes sessões de instituições de carácter científico e ligadas à Medicina, devendo ser aceites como verdadeiras Orações de Sapiência, polémicas estabelecidas entre diferentes protagonistas do pensamento científico de então e que mereceram espaço em periódicos relevantes da época como a *Gazeta Literária*, o *Jornal Enciclopédico*, *Gazeta de Lisboa* e/ou foram objecto de edições sob a forma de livros e de artigos de jornais e de publicações periódicas, e mencionaram-se exemplos das mesmas, a que foi possível ter acesso nesta fase de pesquisa.

O que se julga ou espera vir a retirar da respectiva consulta foi sendo apresentado ao longo do presente texto, devendo-se realçar que se espera vir a poder definir o ambiente cultural e científico de Setecentos no país e a consciência que os profissionais da Medicina tinham do seu estado e da necessidade que parecem ter sentido de enveredar por outro caminho; que papel tiveram os jornais e as publicações periódicas de então em todo o processo que se adivinha; de que forma foram transmitidas as novidades diversas a serem operadas na Medicina além-fronteiras e como foram assimiladas e aceites pelo público. Sabe-se que essa forma de expressão escrita chegava junto das camadas gerais da população que sabiam ler e anunciava a par de assuntos comuns factos que se desenrolavam no estrangeiro, protagonizados por cientistas e médicos de renome em exercício profissional em membros da maior aristocracia local. Interessa averiguar como tudo isso se processava e se era dada alguma notícia do estado contemporâneo desses prodígios entre nós ou seja, se tudo isso era completa novidade para nós ou se existia já algum conhecimento e se se vislumbra a reacção proposta à sua implantação em terras lusas.

Accepta-se que haja ainda muito material a descobrir, certamente incluído nas tipologias descritas, o qual será analisado de acordo com o processo metodológico delineado.

3. Situação actual do percurso de investigação

O levantamento bibliográfico julga-se adiantado, embora seja prematuro considerá-lo definitivo. Durante o semestre que ora terminou fomos surpreendidos com mais elementos, alguns acabados de ser editados, o que conduz a uma posição de cautela e vigilância.

Essa leitura, estabelecida em profundidade desigual, tem permitido delinear estratégias relativamente ao que poderá ter estado em causa no desencadear do movimento referido, permitindo colocar hipóteses que abrangem os eventuais resultados e repercussões do mesmo, se é que os houve. A bibliografia tem permitido estabelecer as eventuais fontes a trabalhar, pelo que estas têm sido enriquecidas também por aquelas sugestões bibliográficas.

Foi já iniciada a análise das fontes selecionadas com referência às obras de autor e aos periódicos *Archivos de História da Medicina Portuguesa e Medicina Contemporânea*, estes últimos a fazer parte da biblioteca do ICBAS.

Há obras e artigos de revista cujo acesso não está facilitado, o que implica um planeamento futuro de excursões a serem marcadas sem tempo definido de demora, pois desconhece-se o que se irá encontrar.

Uma falha que se sente já entre o material disponível é a da correspondência epistolar que diversos autores dizem estar perdida. É nossa intenção fazer uma pesquisa em Ponte de Lima na expectativa de aí se encontrar a referente a Lima Bezerra. Pensa-se estabelecer essa deslocação durante o próximo período de férias.

A caminhada vem-se fazendo, mas adivinham-se tempos árduos de trabalho. É preciso ler, assimilar, imaginar o que se terá passado na época com o que se conhece hoje, mas mantendo a perspectiva de então.

Bibliografia

ABREU, Jean Luiz Neves – “Higiene e Conservação da Saúde no Pensamento Médico Luso-Brasileiro do Século XVIII”, *Asclepio*, (vol. 62, nº 1, 2010), 225-250.

ABREU, Jean Luiz Neves – “Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVII”, *Topoi*, (vol. 8, nº 15, 2007), 80-104.

ABREU, Jean Luiz Neves – “O Corpo, a Doença e a Saúde: O saber médico luso-brasileiro no século XVIII” (Dissertação de Doutoramento, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006).

ABREU, Jean-Luiz Neves – “Os estudos anatómicos e cirúrgicos na medicina portuguesa do século XVIII”, *Revista da Sociedade Brasileira de História de Ciência*, (vol. 5, nº 2, 2007), 149-172.

ABREU, Laurinda – “A especificidade do Sistema de Assistência Pública Português”, *Arquipélago*, (2ª série, vol. 6, 2002), 417- 434.

ABREU, Laurinda – “A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados” in *Arte médica e imagem do corpo: de Hipócrates ao final do século XVIII*, eds. Adelino Cardoso, António Braz de Oliveira, Manuel Silvério Marques (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010), 97-122.

ABREU, Laurinda – “Health and Welfare: Diversity and Convergence in Policy and Practice”, *Hygiea Internationalis*, (vol. 9, nº 1, 2010), 6-12.

ABREU, Laurinda – “Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI-XVIII: continuidades e alteridades”, *Varia Historia*, (vol. 26, nº 44, 2010), 347-371.

ABREU, Laurinda – “O papel das Misericórdias dos lugares de além-mar na formação do Império português”, *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, (série 3, vol. 8, 2001), 591-611.

ABREU, Laurinda – “O que ensinam os Regimentos Hospitalares? Um estudo comparativo entre os Hospitais das Misericórdias de Lisboa e do Porto (séculos XVI e XVII), a partir do Regimento do Hospital de Santa Maria Nuova de Florença” in *Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Actas do Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2 e 3 de Julho de 2009 (Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto e Alêtheia Editores, 2009), 267-285.

ABREU, Laurinda – “Políticas de caridade e assistência no processo de construção do Estado Moderno: Alguns elementos sobre o caso português” in *Las Relaciones discretas entre las monarquias hispana y portuguesa: Las Casas de las Reinas (siglos XV-XIX)*, eds. MARTINEZ

MILLÁN, José; LOURENÇO, M^a Paula Marçal (Madrid: Polifemo, 2009), Vol. II, 1451-1468.

ABREU, Laurinda – “Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)”, *Dynamis*, (vol. 20, 2000), 395-415.

ALBUQUERQUE, Luís de – “Universidade”, in *Dicionário de História de Portugal*, (dir.), SERRÃO, Joel (Porto: Iniciativas Editoriais, 1979), Vol. VI. 228-232.

ALEJO MONTES, Javier, RODRÍGUEZ GARCÍA, M^a Carmen – “Los estudios de la facultad de medicina en la Universidad de Salamanca de finales del siglo XVI”, *Espacio, Tiempo y Forma*, (série 4, Tomo 7, 1994), 37-50.

ALVES, Jorge Fernandes – *Signo de Hipócrates: O Ensino Médico no Porto segundo Ricardo Jorge* ([s.l.]: Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia, 2003).

ALVES, Jorge Fernandes, CARNEIRO, Marinha – *Olhar o Corpo. Salvar a Alma: História do hospital Geral de Santo António e do Ensino e da Prática Clínica na Instituição* (Porto: Hospital Geral de Santo António, 2007).

ANDRY, Charles-Louis- François – “Précis Historique sur la vie du Docteur Sanches”, *Cataloguedes livres de Feu M. Ant. Nuñez-Ribeiro Sanches* (Paris, 1783), 1-25.

ARAÚJO, Ana Cristina – *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003).

ARAÚJO, Ana Cristina – “Ilustração, Pedagogia e Ciência em António Nunes Ribeiro Sanches”, *Revista de História das Ideias*, (vol. 6, Tomo I, 1984), 377-394.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XV-XVIII)” in *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Familia y organización social en Europa y América siglos XV-XX*, Murcia-Albacete, 12-14 Diciembre 2007. <http://nuevomundo.revues.org/23482> (consult. 11 mar 2011).

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “As Misericórdias Portuguesas enquanto palcos de Sociabilidades no século XVIII”, *História: Questões & debates*, (nº 45, 2006), 155-176.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “O Hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna”, *Cadernos do Noroeste. Série História*, (serie 3, vol. 20, 2003), 341-409.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – “Os regimentos quinhentistas dos hospitais de Arraiolos e Portel”. *Biblos*, (vol. 77, 2001), 45-170.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra – “Healing the Body and Saving the Soul in the Portuguese Hospitals of the Early Modern Age”, *Hygiea Internationalis*, (vol. 9, nº 1, 2010), 35-52.

ARNAUT, Salvador Dias, “A Medicina” In *História da Universidade em Portugal*, Vol. I (1290-1536), ed., Comissão Nacional para a Comemoração dos Setecentos Anos da Universidade de Coimbra (Coimbra: Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997).

BALLESTER, Rosa; LÓPEZ TERRADA, María Luz; MARTINEZ VIDAL, Àlvar – “La realidad de la práctica médica: el pluralismo asistencial en la monarquía hispánica (ss. XVI-XVIII). Introducción”, *Dynamis*, (nº 22, 2002), 21-28.

BARBOSA, Maria Raquel; MATOS, Paula Mena; COSTA, Maria Emília – “Um olhar sobre o Corpo: O Corpo ontem e hoje”, *Psicologia e sociedade*, (vol. 23, nº 1, 2011), 24-34.

BARREIRA, Aníbal José de Barros – “A Assistência Hospitalar no Porto. 1750-1850”. (Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto, 2002).

BELLINI, Lígia – “Culturas de ofício e práticas de cura na Lisboa moderna”, *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, (vol. 14, nº 2, 2007), 613-617.

BELLINI, Lígia – “Notas sobre representação do corpo e Cultura Médica no Portugal Moderno”, *Caderno CRH*, (vol. 24, nº 61, 2011), 97-108.

BORRALHO, Maria Luisa Malato – “O mito do legislador numa academia luso-espanhola”, *Península*, (2003), 401-412.

BOTO, Carlota – “A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade”, *Revista Brasileira de Educação*, (vol. 15, nº 44, 2010), 282-299.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – “Medicina popular versus medicina universitária en el Portugal de Juan V”, *Dynamis*, (nº 22, 2002), 209-223.

BRAGA, Teóphilo – *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, Tomo II (1555 a 1700)(Lisboa: Academia Real das Ciências, 1895).

CARDOSO, Adelino – “O lugar da Medicina na Revolução Científica. Revista Portuguesa de Filosofia”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, (vol. 66, Fasc. 1, 2010), 25-40.

CARMONA, Mário – *O Hospital Real de Todos-os-Santos da cidade de Lisboa* (Porto: Imprensa portuguesa, 1954).

CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana – “Imagens do Portugal Setecentista: Textos de estrangeirados e de viajantes”, *Penélope*, (nº 22, 2000), 73-92.

CARNEIRO, Ana, SIMÕES, Ana e DIOGO, Maria Paula, “Enlightenment Science in Portugal: The Estrangeirados and their Communication Networks”, *Social Studies of Science*, (série 4, vol. 30, 2000), 591 – 619.

CARNEIRO, Marinha – “Ordenamento sanitário, profissões de saúde e cursos de parteiras no século XIX”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, (série III, vol. 8, 2007), 317-354.

CARVALHO, Augusto da Silva – *O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil: histórias das sociedades médicas portuguesas* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928).

CARVALHO, Rómulo de – *Historia do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano* (5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011).

CARVALHO, Silva – *História da Medicina Portuguesa* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1929).

CASTIGLIONI, A. – *Histoire de la Médecine* (Paris: Payot, 1931).

COMISSÃO NACIONAL PARA A COMEMORAÇÃO DOS SETECENTOS ANOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA eds., – *História da Universidade em Portugal*, Vol. I (1290-1536) e Vol. II (1537-1771) ([S.L.]: Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997).

CONDE PARRADO, Pedro – “«Por el orden de Celso»: aspectos de la influencia del De medicina en la cirugía europea del Renacimiento”, *Dynamis*, (nº 28, 2008), 217-241.

CORREIA, Maximino – “Introdução”, In *Obras*, SANCHES, António Nunes Ribeiro, Vol. II. (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1966).

COSTA, A. Celestino da – *Aperçu de l'évolution de la médecine au Portugal* (Coimbra: Institut Français au Portugal, 1940).

COSTA, Palmira Fontes da; CARDOSO, Adelino eds., – *Percursos na História do Livro Médico (1450-1800)* (Lisboa: Edições Colibri, 2011).

COSTA, Palmira Fontes da; JESUS, António – “António Ribeiro Sanches and the circulation of Medical knowledge in eighteenth-century Europe”, *Archives Internationales D'Histoire Des Sciences*, (vol. 56, nº 156-157, 2006), 185-197.

CRESPO, Jorge – *A História do Corpo* (Lisboa: Difel, 1990).

D'ESAGUY, Augusto – “A Page from the Portuguese History of Medicine”, *O Instituto*. (vol. 108, 1946), 195-219.

DIAS, José Pedro Sousa – “Até que as Luzes os separem. Hipócrates e Galeno na literatura Médico-Farmacêutica portuguesa dos séculos XVII e XVIII” in ANASTÁCIO, Vanda; CASTRO,

Inês Ornellas eds., – *Revisitar os saberes. Referências clássicas na Cultura portuguesa do Renascimento à Época Moderna* (Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, FLUL e IELT, 2010), 77-88.

DIAS, José Pedro Sousa – “Jacob de Castro Sarmento e a conversão à ciência moderna” in CORREIA, C. P. (ed.) – *Primeiro Encontro de História das Ciências Naturais e da Saúde*. (Aachen: Shaker Verlag / Instituto Rocha Cabral, 2005), 55-80.

DIAS, José Pedro Sousa – “Jacob de Castro Sarmento e a sua fuga para Londres em 1721”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, (nº 5, 2005), 53-61.

DUFFIN, Jacalyn – *History of medicine: a scandalously short Introduction* (Toronto: University of Toronto Press, 2010).

FONSECA, Fernando Taveira da – “A Medicina” in *História da Universidade em Portugal*, Vol. II, (1537-1771) ed., Comissão Nacional para a Comemoração dos Setecentos Anos da Universidade de Coimbra (Coimbra: Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 841-844.

FRADE, Florbela Veiga, SILVA, Sandra Neves - “Medicina e política em dois físicos portugueses de Hamburgo”, *Sefarad*, (série 1, vol. 71, 2011), 51-94.

FRESQUET FEBRER, Jose Luis – “La práctica médica en los textos quirúrgicos españoles en el siglo XVI”, *Dynamis*, (nº 22, 2002), 251-277.

GARCÍA BALLESTER, Luis – Galenismo e enseñanza médica en la Universidad de Salamanca del siglo XV”, *Dynamis*, (nº 20, 2000), 209-247.

GARCÍA, Sebastián – “Medicina y Cirugía en los Reales Hospitales de Guadalupe”, *Revista de Estudios Extremeños*, (tomo 59, nº 1, 2003), 11-77.

GOMES, Joaquim Ferreira- “Alguns vícios da Universidade de Coimbra no Século XVII, segundo a Devassa de 1619-1624”, *Cultura. História e Filosofia*, (vol. 6, 1987), 39-54.

GONÇALVES, Iria – “Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas. As Cartas de Exame”, *Do tempo e da História*, (nº 1, 1965), 69-112.

GONÇALVES, Iria – “Possibilidades de acesso ao médico diplomado na Beira de quatrocentos”, *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XIX*, (nº 1, 1989), 11-15.

GRAÇA, Luís – *A Arte Médica no Feminino por Graça e Mercê d’El-Rei*, <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos102.html> (Consult. 15 Abril 2011).

GRAÇA, Luís – *A Reforma Pombalina dos Estudos Médicos em 1772*, <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos66.html> (Consult. 28 Jan. 2013).

GRAÇA, Luís – *Diferenciação Socioeconómica dos Praticantes da Arte Médica até ao Século XIX*, <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos61.html> (Consult. 15 Abril 2011).

GRAÇA, Luís – *Evolução do Sistema Hospitalar: uma perspectiva sociológica*, http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/historia2_hospital.html (Consult. 07 out. 2012).

GRAÇA, Luís – *Físicos, Cirurgiões, Barbeiros-Sangradores, Parteiras e Outros Praticantes de artes Médicas: Uma História mais de Pudor do que de Poder*, <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos103.html> (Consult. 15 Abril 2011).

GRAÇA, Luís – *Quadro I – Alguns factos relevantes para a história da medicina e da saúde em Portugal, na Europa e no resto do Mundo (Da Antiguidade Clássica ao Século XX): 1. Antiguidade Clássica (Do Séc. V a. C. até ao fim do Império Romano do Ocidente)*, http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/historia2_sinopse1.html (Consult. 07 Out. 2012).

GRAÇA, Luís – *Quadro I – Alguns factos relevantes para a história da medicina e da saúde em Portugal, na Europa e no resto do Mundo (Da Antiguidade Clássica ao século XX): 2. Idade Média (477-1477)*, http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/historia2_sinopse1.html (Consult. 07 OUT. 2012).

GRAÇA, Luís – *Quadro I – Alguns factos relevantes para a história da medicina e da saúde*

em Portugal, na Europa e no resto do Mundo: 3. Renascença e início da construção do estado Moderno (1479-1620), http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/historia2_sinopse3.html (Consult. 07. Out. 2012).

GRAÇA, Luís – *Quadro I – Alguns factos relevantes para a história da medicina e da saúde em Portugal, na Europa e no resto do Mundo (Da Antiguidade Clássica ao Século XX): 4. Antigo Regime (1622-1807)*, http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/historia2_sinopse4.html (Consult. 07 Out. 2012).

GRAÇA, Luís – *Quadro I – Alguns factos relevantes para a história da medicina e da saúde em Portugal, na Europa e no resto do Mundo (Da Antiguidade Clássica ao Século XX): 5 Século XIX*, http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/historia2_sinopse5.html (Consult. 07 Out. 2012).

GRAÇA, Luís – *Saúde e Terror no antigo Regime*, <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos33.html> (Consult. 15 Abril 2011).

GRAÇA, Luís – *Vale Mais um Ano de Tarimba que Dez de Coimbra*, <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos13.html> (Consult. 25 Abril 2011).

GRAÇA, Luís; GRAÇA, J. – *História das Misericórdias Portuguesas. Parte I*, <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos58.html> (Consult. 15 Abril 2011).

GRANJEL, Mercedes, “Médicos y Redes Sociales. Mecanismos de Poder de la Profesión Médica en el Siglo XVIII”, *Asclepio*, (vol. 64, nº 2, 2012), 435-466.

GRMEK, Mirko D. (dir.), *Histoire de la pensée médicale en Occident*, 2 Vols. (Paris: Éditions du Seuil, 1995).

GUERRA, João Pedro Miller – “A Reforma Pombalina dos Estudos Médicos” in *Pombal revisitado: comunicações ao Colóquio Internacional/organizado pela Comissão das Comemorações do 2º Centenário da morte do Marquês de Pombal*, eds., SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Lisboa: Editorial Estampa, 1984).

JORGE, Ricardo, *Amato Lusitano. Comentários à sua vida, obra e época* (1ª ed. Lisboa: Editorial Minerva, 1908).

JUNIOR, Maximiano Lemos – *A Medicina em Portugal até aos fins do Século XVIII* (Porto: Imprensa Comercial, 1881).

LEMOS, Júlio de – “O Ilmianista Doutor Lima Bezerra”, *O Instituto*, (vol. 111, 1948), 323-384.

LEMOS, Maximiano Lemos, “Amigos de Ribeiro Sanches”, *Arquivo Histórico Português*, (vol. 8,1910), 3-93.

LEMOS, Maximiano – “Amigos de Ribeiro Sanches”, *News Letter – Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste*, (Nº 2, 2000) 7-11.

LEMOS, Maximiano – “Amigos de Ribeiro Sanches”, *News Letter – Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste*, (Nº 4, 2000), 2-3.

LEMOS, Maximiano – “Amigos de Ribeiro Sanches”, *News Letter – Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste*, (Nº 5, 2001), 6-11.

LEMOS, Maximiano – “Amigos de Ribeiro Sanches”, *News Letter – Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste*, (Nº 6, 2001), 4-10.

LEMOS, Maximiano – “Amigos de Ribeiro Sanches”, *News Letter – Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste*, (Nº 7, 2002), 9-15.

LEMOS, Maximiano, *História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições*, 2 vols. (Lisboa: Publicações D. Quixote/Ordem dos Médicos, 1991).

LEMOS, Maximiano – *História do Ensino Médico no Porto: Suplemento coordenado por Hernâni Monteiro* (Porto: Typ. a vapor da “Enciclopédia Portuguesa”, 1925).

LEMOS, Maximiano – “Notícia histórica da Escola Médica do Porto”, *O Tripeiro*, (vol. 2º, nº 68, 1910), 503.

LEMOS, Maximiano – “Notícia histórica da Escola Médica do Porto”, *O Tripeiro*, (vol. 2º, nº 69, 1910), 523-525.

LEMOS, Maximiano – “Notícia histórica da Escola Médica do Porto”, *O Tripeiro*, (vol. 2º, nº 70, 1910), 533-534.

LEÓN SANZ, Pilar – “Las Consultas Médicas en la España del Siglo XVIII: Razones de su existencia”, *Asclepio*, (vol. 54, nº 2, 2002), 61-82.

LEÓN, Pilar – “La consulta médica. Una práctica de la medicina en el siglo XVIII”, *Dynamis*, (nº 22, 2002), 279-302.

LIMA, J. A. Pires de – *Epítome de História da Medicina Portuguesa* (Porto: Portucalense Editora, 1943).

LINDEMANN, Mary – *Medicina e Sociedade no início da Europa Moderna. Novas abordagens da História Moderna* (Lisboa: Replicação, 2002).

LÓPEZ TERRADA, María Luz – “El control de las prácticas médicas en la monarquía hispánica durante los siglos XVI y XVII: el caso de la Valencia rural”, *Cuadernos de Historia de España*, (vol. 81, 2007), 91-112.

LÓPEZ TERRADA, María Luz – “El pluralismo médico en la Valencia foral. Um exemplo de curandeirismo”, *Estudis*, (nº 20, 1994), 167-182.

MARTINS, António Coimbra – “Sanches, António Nunes Ribeiro” in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, dir. SERRÃO, Joel (Porto: Iniciativas Editoriais, 1979), 434-438.

MARTINS, António Coimbra – “Vernei, Luís António” in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VI, (dir.), SERRÃO, Joel (Porto: Iniciativas Editoriais, 1979), 271-279.

McCLEERY, Iona – “Opportunities for Teaching and Studying Medicine in Medieval Portugal before the Foundation of the University of Lisbon (1290)”, *Dynamis*, (nº 20, 2000), 305-329.

Mc VAUGH, Michael – “Surgical Education in the Middle Ages”, *Dynamis*, (nº 20, 2000), 283-304.

MIRA, M. Ferreira de, *História da Medicina Portuguesa* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1947).

MONTEIRO, Hernâni - *História da Cirurgia Portuense* (Porto: Araújo & Sobrinho, 1926).

MONTEIRO, Hernâni – *Origens da Cirurgia Portuense* (Porto: Araújo & Sobrinho, 1926).

MONTEIRO, Hernani, “Biografia de Maximiano Lemos” In LEMOS, Maximiano, *História da Medicina em Portugal: Doutrinas e Instituições*, Vol. II (Lisboa: Publicações D. Quixote/Ordem dos Médicos, 1991), 301-315.

MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII* (Coimbra: Edições Minerva, 2003).

PANADERO DÍAZ, Matilde – “Del pluralismo médico a la profesionalización de la Medicina”, *Anduli*, (Nº 5, 2006), 32-42.

PARDO TOMÁS, José; MARTÍNEZ VIDAL, Àlvar– “Las consultas y juntas de médicos como escenarios de controversia científica y práctica médica en la época de los novatores (1687-1725)”, *Dynamis*, (nº 22, 2002), 303-325.

PEQUENO, A. Branquinho – “Corpo, Cirurgia e Macrocosmos na aurora da Época Moderna e a herança grega: Ideologias e Conjurações”, *Cultura. História e Filosofia*, (vol. 5, 1986), 271-288.

PEREIRA, José Esteves – “O pensamento económico de Manuel Gomes Lima Bezerra”,

Cadernos Vianenses, (Tomo 18, 1995), 193-203.

PESET, José Luis – “Academias y ciencias en la Europa Ilustrada”, *Península*, (2003), 391-400.

PINA, Luís de – “A Medicina Portuguesa no Século XV (Alguns Breves capítulos)”, *Studium Generale*, (vol. VII, 1960), 388- 531.

PINA, Luís de – *Medicina e Médicos*, in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, dir., SERRÃO, (Porto: Iniciativas Editoriais, 1979).

PINA, Luís de – “Ciência” in PERES, Damião, *História de Portugal* (Barcelos: Portucalense Editora, 1934), 493-548.

PITA, João Rui – *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)* (Coimbra: Minerva Editora, 1996), 13-35.

PUERTA, José Luis – “Andrés Vesalio. La reconciliación de la mano con el cerebro”, *ArsMedica*, (2004), 74-95.

RAMOS, Luís A. de Oliveira – “A Universidade de Coimbra”, in *História da Universidade em Portugal*, Vol. II, (1537-1771) ed., Comissão Nacional para a Comemoração dos Setecentos Anos da Universidade de Coimbra (Coimbra: Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997).

RAMOS, Luís de Oliveira – “Do Hospital Real de Todos os Santos à História Hospitalar Portuguesa”, *Revista da faculdade de Letras- História*, (série II. Vol. 10, 1993), 333-350.

REBOLLO, Regina Andrés – “A Escola Médica de Pádua: medicina e filosofia no período moderno”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, (vol. 17, nº 2, 2010), 307-311.

REIS, Andreia – *A Circulação de Informação Médica. Análise da revista médica “A Medicina Moderna (1894-1898)* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2009).

REIS, Fernando – “João Mendes Sacheti Barbosa (1714-1773/4?)”, *Ciência em Portugal. Personagens e Episódios*, (Lisboa: Instituto Camões, 2003). <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p3.html> (Consult. 10 Jan. 2013).

RIBEIRO, José Silvestre - *Historia dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal Nos Sucessivos Reinados da Monarchia* (Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871 e 1872), Vols I e II.

RICON-FERRAZ, Amélia – “Os Estudos Médicos em Portugal após a Reforma Pombalina”, *Colóquio/Letras*, (nº 13, 1993), 67-90.

RIERA PALMERO, Juan; ALBI ROMERO, Guadalupe – “El Avicenisimo Renacentista en la Universidad de Salamanca”, *ILUIL*, (vol. 27, 2004), 705-745.

RÜEGG, Walter; RIDDER-SYMOENS, Hilde – *Uma história da Universidade na Europa: As Universidades na Idade Média* ([S.I.]: CRUP, Fundação Eng. António de Almeida, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996).

RÜEGG, Walter; RIDDER-SYMOENS, Hilde – *Uma história da Universidade na Europa: As Universidades na Europa Moderna* ([S.I.]: CRUP, Fundação Eng. António de Almeida, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002).

RUPP, Jan C. C. – Michel Foucault, a Política do Corpo e a Expansão da anatomia Moderna, *PHYSIS*, (Vol. 3, Nº 2, 1993), 7-42.

SÁ, Isabel dos Guimarães – “As Misericórdias nas Sociedades Portuguesas do Período Moderno”, *Cadernos do Noroeste. Série História*, (vol. 15, (1-2) 2001), 337-358.

SÁ, Isabel dos Guimarães – *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal* (Lisboa: Livros Horizonte, 2001).

SÁ, Isabel dos Guimarães – “As Misericórdias: monarquia, senhorios e comunidades locais

no reinado de D. Manuel I” in *Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Actas do Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2 e 3 de Julho de 2009 (Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto e Alêtheia Editores, 2009), 207-221.

SÁ, Isabel dos Guimarães – “Devoção, Caridade e Construção do Estado ao tempo de D. Manuel I: o exemplo das Misericórdias” in *III Congresso Histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua época* (Guimarães: Camara Municipal de Guimarães, 2004), 317- 329.

SÁ, Isabel dos Guimarães – “Justiça e Misericórdia (s). Devoção, Caridade e Construção do Estado ao tempo de D. Manuel I”, *Penélope*, (nº 29, 2003), 7-31.

SÁ, Isabel dos Guimarães – “Os Hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno”, in *Actas do congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora* (Évora: Hospital do Espírito Santo de Évora, 1996), 87-103.

SANCHES, António Nunes Ribeiro, *Obras*, 2 Vols. (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959 e 1966),

SANTOS, Cândido dos – *História da Universidade do Porto* (Porto: Universidade do Porto, 2011).

SANTOS, Filipe Donato Vasconcelos dos – “Contributos para o estudo dos cirurgiões no Porto, no século XVIII”, *Revista da Faculdade de Letras. História* (série III, vol. 2, 2001), 145-165.

SANTOS, Georgina Silva dos – “A Arte de Sangrar na Lisboa do Antigo Regime”, *Tempo*, (nº 19, 2005), 43-60.

SILVA, J. Martins e – “Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911”, *Revista da Faculdade de medicina de Lisboa*, (série III, vol. 7, 2002), 237-249, 305-314.

SOURNIA, Jean-Charles – *História da Medicina* (Lisboa: Instituto Piaget, 1995).

SOUSA, M. Leonor Machado de – “English surgery and Portugal”, *Journal of the Royal Society of Medicine*, (vol. 78, nº 3, 1985), 240-252.

TAVARES, Pedro Vilas Boas – “Experimentalismo, Iluminismo e Fisiocratismo na Obra de um Cirurgião Moderno”, *Revista da Faculdade de Letras -Linguas e Literaturas*, (vol 5, nº 2 (1988), 517-548.

TAVARES, Pedro Vilas Boas – “Manuel Gomes de Lima Bezerra: o discurso ilustrado pela dignificação da cirurgia”, *Península*, (nº 5, 2008), 83-91.

TAVARES, Pedro Vilas Boas – “O autor de Os Estrangeiros no Lima: vida e obra de um homem de ciência” in BEZERRA, Manuel Gomes de Lima, *Os estrangeiros no Lima* (Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992), 13-21.

VALENZUELA CANDELARIO, José – “La apropiación de un espacio asistencial por una élite profesional. Los Médicos del Hospital Real de Granada en el siglo XVI”, *Asclepio*, (vol. 60, nº 1, 2008), 177-202.

Recensões Bibliográficas

Margarida Sobral Neto, *Problemática do Saber Histórico*, Coimbra: Palimage, dezembro de 2013 (113 pp.).

A obra *Problemática do Saber Histórico Guia de Estudo* foi publicada em dezembro de 2013. Esta edição enquadra-se num contexto curioso, uma vez que nos últimos anos têm sido dados à estampa alguns títulos que reflectem sobre temáticas relativas à História da Historiografia, à Teoria da História, à Epistemologia do Conhecimento Histórico. A obra em análise surge numa determinada conjuntura de crise política, económica e social, e não deve desligar-se a sua publicação de outros acontecimentos editoriais que versam problemáticas relacionadas com a História da Historiografia: *Outros Combates pela História* (2010), coordenado por Manuela Tavares Ribeiro, e *Para que serve a História?*, de Diogo Ramada Curto (2013). Lançada em Novembro de 2013, a colectânea *Historiografias Portuguesa e Brasileira do Século XX Ollhares Cruzados* pode ser comparada com os trabalhos citados, demonstrando um interesse crescente por matérias desta natureza, tanto mais relevante se tivermos em conta que se trata de assuntos tradicionalmente menos estudados. Essa relativa escassez está a ser enfrentada pelas investigações historiográficas enumeradas, que pretendem colmatar a lacuna apontada, que se prende com a complexidade das temáticas envolvidas, e o eventual melindre decorrente da auto-reflexão dos historiadores sobre o seu ofício, ou acerca da comunidade que se lhe encontra associada.

Convém saudar de modo enfático as iniciativas que rompem silêncios, omissões e obstáculos, e promovam a discussão e o debate sobre temáticas historiográficas. O objecto desta recensão é indissociável do percurso biográfico da sua autora, detalhadamente descrito na badana da obra. Margarida Sobral Neto nasceu em Sernancelhe e revelou desde cedo apetência por temáticas de História Moderna. A sua tese doutoramento, apresentada em dois volumes à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, intitula-se *Regime senhorial, sociedade e vida agrária: o Mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra*, elegendo a História Local numa perspectiva alargada, analisando-a sob o prisma da história económica e social, materializando uma historiografia de sólida base documental e conceptual, na qual as teorizações dependem da crítica de fontes. O texto *Problemática do Saber histórico Guia de Estudo* enquadra-se neste contexto, valorizando a prática empírica, a pesquisa documental e a metodologia crítica como elementos centrais de todo o processo.

Estamos perante um meritório *guia de estudo*, que cumpre uma função pragmática, associada a um desígnio programático, descrito na introdução (p.9-11). A autora é professora na Faculdade de Letras de Coimbra, ensinando há cerca de três décadas e meia uma disciplina de iniciação actualmente designada *História e Problemática do Saber Histórico*. A docente reconhece que a bibliografia com a qual se confrontou sucessivamente nem sempre era a mais adequada a alunos que tinham terminado o ensino secundário. Esta situação obrigou Margarida Sobral Neto a agir, compilando fontes e bibliografia, procedendo a uma organização lógica das matérias, de modo a torná-las mais facilmente apreensíveis e assimiláveis. A *Problemática do Saber Histórico Guia de Estudo* constitui uma resposta eloquente a estas inquietações e possui uma natureza pedagógico-didáctica, sem esquecer o apelo à investigação e à divulgação de conhecimentos. Apesar do carácter inovador deste trabalho no que tange à sua natureza, detentora de algumas afinidades com os esforços tendentes à composição de um manual, teve alguns antecedentes, ainda que escassos. Referimo-nos à obra de José Maria Amado Mendes intitulada *A História Como Ciência*, publicada em 1987, originalmente destinada a constituir um programa de uma disciplina dedicada à temática em apreço no título. Parcialmente, no mesmo sentido, em 1990, João Francisco Marques apresentou um relatório de agregação à Faculdade de Letras do Porto,

relativo à disciplina de *Teoria da História e do Conhecimento Histórico, programa conteúdo e método numa disciplina de licenciatura em História*. Em 1994, na referida instituição, Armando Carvalho Homem submeteu-se a provas da mesma natureza, desta vez referentes à disciplina de *Introdução à História, programa, conteúdos, métodos, bibliografia*.

No entanto, a leitura da *Problemática* (...) não fica imune às marcas que, em nosso entender, mais decisivamente a identificam: a necessidade de esquematização de conhecimentos; apresentação gráfica dos mesmos; a existência de sumários que colocam em prática exercícios de síntese; as explicações fornecidas, incisivas mas curtas, predominando uma sintaxe simples e clara; a abundância de citações de fontes históricas, extremamente criteriosas, visualmente destacadas. Esta obra divide-se em cinco pontos: *noções básicas de epistemologia histórica; conhecimento histórico; o ofício de historiador; territórios do historiador; lugar da História na sociedade actual*. Esta estrutura é dinâmica e portadora de uma cadência própria do contexto de sala de aula.

A autora começa, num primeiro ponto (pp. 13-14), por tentar definir História, apresentando algumas tentativas que a ligam ao *conhecimento do passado humano*, ou à *ciência dos homens no tempo*, distinguindo, em seguida, à maneira hegeliana, a *res gestae* (a realidade histórica, o devir dos acontecimentos) da *historia rerum gestarum* (reflexão historiográfica sobre esse passado).

Num segundo ponto deste guia (pp. 15-25), Margarida Sobral Neto procura identificar os principais discursos sobre a natureza do conhecimento histórico e situar a História no contexto das Ciências Sociais e Humanas. No primeiro caso, enumera três paradigmas: o *positivista*, os *anti-positivistas* e o pós-moderno. A *Revue Historique* liga-se apenas à escola metódica, distinguindo-se esta claramente do *positivismo* (liderado por Comte e centrado no apuramento de leis gerais). Dentro dos *Annales*, Margarida Sobral Neto destaca sabiamente Febvre e Bloch, ainda que seja possível observar algumas particularidades heterogêneas se percorrermos as várias obras de cada um destes historiadores e se compararmos o autor da *Apologia da História* com o responsável por *Combates pela História*.

Após a exposição dos modelos dos discursos historiográficos, Margarida Sobral Neto discorre breve e sagazmente sobre vias intermédias de conhecimento, *situadas entre a objectividade “ingénua” do positivismo [sic] e o subjectivismo extremo das concepções pós-modernas*. A autora defende que o conhecimento histórico resulta de uma relação recíproca entre os historiadores e as fontes, não sobrevivendo nenhuma das partes desta equação à ausência da outra. Concordamos com esta perspectiva, que já tinha sido apontada por Armando Carvalho Homem, no seu relatório de agregação, intitulado *Introdução à História (Programas, conteúdos, métodos e bibliografia)*. A terminar o segundo ponto, a investigadora defende uma perspectiva que salguarde e promova a interdisciplinaridade entre a História e as Ciências Sociais, referindo-se a Lucien Febvre, Fernand Braudel e Vitorino Magalhães Godinho, elogiando particularmente este último, de modo discreto mas sentido. A autora demonstra profunda capacidade de actualização bibliográfica, dado que noticia a reedição recente (em 2013) da obra *A crise da História e suas novas directrizes*. No entanto, Margarida Sobral Neto não apresenta a sua posição acerca do peso relativo da ciência de *Clio* no conspecto dos saberes correlativos, eximindo-se a pormenorizar e problematizar a perspectiva *braudeliiana* sobre este assunto.

No terceiro ponto (pp. 33-54), a autora começa por perguntar *o que é ser historiador hoje*, mas os indícios de resposta que esboça são lacónicos, apesar de se revelarem certos, uma vez que sublinha a importância dos produtores do conhecimento e dos seus contextos, salvaguardando a natureza cognitiva do trabalho dos cultores de *Clio*, bem como a importância dos aspectos práticos e metodológicos de que se reveste. Assim se compreende e justifica a passagem algo abrupta, mas cirúrgica, para o sub-ponto intitulado *Marcos da construção do ofício do historiador*,

ao qual a historiadora dedica particular atenção, que evidencia a importância conferida a este andamento específico no seu guia.

Num quarto ponto (pp. 55-82), a investigadora efectua um balanço sintético e bem conseguido dos estudos historiográficos em Portugal, naquilo que designa por *Territórios do historiador*, sem problematizar conceitos, como os de *campo historiográfico*, *domínios* ou dimensões. A autora divide o itinerário em dois momentos cronológicos, o primeiro de 1900 a 1970 (no qual predominavam a história económica e social e a demografia histórica) e o segundo de 1980 até à actualidade (no qual pontificam, por esta ordem: uma nova história social política e da cultura; as incertezas da história na viragem do século XX, a História da Historiografia; a procura de uma História Global, as *connected histories*, a história ecológica; a história das mulheres e da família; a história das vivências religiosas e das religiões, a história da ciência e os percursos de uma nova história local).

No quinto ponto (pp. 83-90), sobre *o lugar da história na sociedade actual*, Margarida Sobral Neto defende a necessidade da existência do historiador-cidadão, distinguindo a participação cívica de alguns excessos resultantes de enviesamentos ideológicos, considerando relevante situar historicamente as ideologias, de modo a compreender melhor o seu funcionamento. A historiadora aponta os estudos de Luís Reis Torgal e cita uma passagem de Georges Duby num diálogo com Guy Lardreau: «A história dá lições na medida em que ensina a dúvida metódica, o rigor, em que é aprendizagem de uma crítica da informação» (p. 86). Do nosso ponto de vista, o glossário (pp. 89-90) e a apropriada bibliografia (pp. 103-19) presentes no final do livro de Margarida Sobral Neto são excelentes fontes de aprendizagem, tal como o *guia* na sua totalidade, muito generoso ao nível do fomento da experiência, a partir e através do exemplo.

Nuno Bessa Moreira, FLUP/CITCEM

João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire (coordenadores) *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX: Olhares Cruzados*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, novembro de 2013 (392 pp. 17 euros).

A obra analisada resulta da colaboração entre o *Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX* (CEIS 20), de Coimbra e o *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC) / Fundação Getúlio Vargas, sendo os historiadores participantes essencialmente deles oriundos.

Do nosso ponto de vista, passível de discussão e de um saudável exercício do contraditório, a obra colectiva *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX: olhares cruzados* é difícil de classificar, dado que envolve múltiplos historiadores, provenientes de Portugal e do Brasil, portadores de metodologias, percursos e idiosincrasias diversos. Contudo, parece-nos possível arriscar, sem reservas, a predominância de uma abordagem teórico-prática, conforme julgamos deprender da leitura da introdução, na qual os coordenadores vão mais longe, ultrapassando dicotomias, dualismos ou junções binárias, e pretendem indagar dimensões teórico-metodológicas, epistemológicas e deontológicas.

Na perspetiva que advogamos, a história da historiografia não deve ser exclusiva ou aprioristicamente teórica. Possui uma dimensão teórica que irrompe, na maioria das vezes, da prática, mas também acontece largamente o contrário, dado que o trabalho empírico entra em diálogo com orientações teóricas que o segmentam e condicionam. No primeiro artigo, Luís Reis Torgal desenvolve uma metodologia que o próprio classifica de *ego-história*, lembrando os tempos nos quais fora aluno, em 1963, de Guilhermino César, na disciplina de História do Brasil. Compara o entusiasmo pelas suas lições, multifacetadas e ligadas à realidade, com o magistério de Sílvio de Lima, portador de algumas semelhanças com o do intelectual nascido no outro lado do atlântico. Esta evocação, objectiva e contidamente nostálgica, mas avessa a panegíricos, impulsiona uma rápida mas rigorosa inventariação, de teor cronológico, das relações entre as historiografias de Portugal e Brasil até à actualidade. O cultor de *Clio* conclui que nas últimas décadas se assiste a um fortalecimento das relações entre as historiografias portuguesa e brasileira, destacando, todavia, um maior paralelismo do que verdadeiro cruzamento entre ambas.

No estudo seguinte, Lúcia Maria Paschoal Guimarães elege *Os Congressos de História e os percursos da historiografia brasileira no século XX*. Privilegia um procedimento de cariz dedutivo, dado que define a natureza de certames multiformes como os congressos, considerando-os termómetros da atualidade do conhecimento histórico e lugares privilegiados da troca de ideias, fontes, bibliografias, temas e metodologias. A historiadora desenvolve uma metodologia comparativa, dado que analisa o primeiro congresso de História nacional do Brasil, ocorrido entre 7 e 14 de setembro de 1914 e o quarto, de 1949.

No artigo seguinte, João Paulo Avelãs Nunes alarga os limites de uma investigação comparativa, optando por uma perspetiva panorâmica e diacrónica sobre *O Estado, A Historiografia e outras ciências / tecnologias sociais*. Centra-se na realidade portuguesa ao longo do século XX até à atualidade. Os discursos sobre o passado são encarados como instrumentos de legitimação político-ideológica e de coesão nacional.

João Paulo Avelãs Nunes desenvolve as seguintes temáticas: *história da historiografia e da memória histórica*; *história política e história da historiografia*; *correntes historiográficas e instituições produtoras de conhecimento histórico*; *historiografia e outras ciências/tecnologias sociais*. Este artigo é, na nossa maneira de ver, nuclear na economia da obra da qual faz parte, tanto do ponto de vista metodológico, quanto epistemológico e também no plano teórico e deontológico, afirmando

a relevância de uma história da historiografia de temática essencialmente política e social, mas aberta ao diálogo com as outras ciências sociais, mormente a economia ou a sociologia.

Igualmente nucleares no conjunto dos textos apresentados são os dois trabalhos seguintes, da autoria de Helena Bomeny e do Professor Francisco Carlos Palomanes Martinho. A primeira escreveu o artigo intitulado *Ciências Sociais e História: Encontro Institucional* e concretiza um estudo de caso sobre *O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (1973)*. A autora aponta quatro princípios fundamentais do ofício de historiador contra o individualismo utilitarista: coesão grupal, solidariedade, efectividade e defesa de interesses motivados por valores.

Por seu turno, Francisco Palomanes Martinho enfrenta um tema complexo, suscitador de polémicas recorrentes: *O Estado Novo na Historiografia Portuguesa: sobre a questão do fascismo*. O historiador empreende uma revisão crítica do modo como os cultores de Clio encararam a temática patente no título e aceita o pioneirismo da perspectiva de Manuel Lucena, de 1971, segundo a qual o Estado Novo absorveu inequivocamente o fascismo italiano, embora se afaste desta leitura.

No artigo imediatamente a seguir, Jorge Ferreira empreende uma revisão bibliográfica, sobre um período parcialmente coincidente em termos cronológicos com o Estado Novo. Trata-se de *A experiência Liberal-Democrática no Brasil (1946-1964): Revisitando temas historiográficos*. O historiador pretende contribuir para ajudar a colmatar a relativa escassez de estudos histórico-historiográficos sobre este período. Centra-se em três questões: o estatuto do regime; os partidos e o Golpe de 1961.

Noutro artigo, Fernando Tavares Pimenta, investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX, escreveu sobre *A ideologia do Estado Novo, A guerra Colonial e a Descolonização em África*. Efetua uma bem fundamentada crítica da historiografia sobre a temática em análise. Afirma que a maioria dos estudos realizados em Portugal incide sobre a metrópole, sendo escassos aqueles que se dedicam especificamente às colónias.

A colectânea em análise continua a acompanhar, em diacronia, a cronologia da História de Portugal e Brasil, desta vez em conjunto, através do texto de Américo Freire e de Francisco Palomanes Martinho, intitulado *As Historiografias Brasileira e Portuguesa e o problema da transição para a Democracia*. Já no título, os historiadores revelam a metodologia seguida, baseada na crítica da aplicação do modelo de democracia ocidental.

O conjunto de artigos que se seguem deixa a história política geral para se dedicar à Educação, ao Ensino e àquilo que os organizadores da colectânea designam por tecnologias derivadas da História: *Didáctica, Museologia, Património*. No primeiro trabalho deste conjunto, o investigador do CEIS 20, Luís Mota estuda os *Modelos de Ensino e Aprendizagem da História. Da Formação enciclopédica à especialização (1901-1957)*, optando metodologicamente por uma linha que privilegia a História da Instituições, numa perspectiva diacrónica e explicativa.

Em seguida, Libânia Xavier e Ana Waleska Mendonça apresentam o estudo *História e Sociologia da profissão docente: Estudos em circulação no Brasil e em Portugal (1990-2010)*. Assiste-se a um número crescente de investigações que sublinham a progressiva proletarização da actividade docente.

Por sua vez, no seu texto, Isabel Barca pronuncia-se sobre *Educação Histórica e História da Educação*, distinguindo ambos os âmbitos. A investigadora elabora um estudo de caso em doze escolas, seis portuguesas e as restantes brasileiras. Testa a identidade e consciência histórica, os sentidos da mudança e o sujeito na História.

Num âmbito diferente, Marly Mota estuda as relações entre a história local e a nacional no

artigo intitulado *S. Paulo é a cabeça da Nação: A Historiografia regional e a História Nacional no Brasil Republicano*, analisando a construção político-ideológicas da memória histórica levadas a cabo pela elite cultural paulista.

Na abordagem que se segue, Álvaro Garrido, investigador do CEIS 20 e consultor do Museu Marítimo de Ílhavo, debruça-se sobre esta instituição e critica profundamente um modelo museológico passadista, assente numa retórica *maritimista, atlantista e navalista*, pugnano pela íntima conexão entre o Museu e as culturas marítimas, defendendo a necessidade de privilegiar a pluralização de memórias.

No seu estudo, a historiadora brasileira Lucia Lippi Oliveira elege o *Património Ontem e Hoje: O Caso Brasileiro*, destacando dois tempos. O primeiro é o da criação do *Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional* (1937) e o segundo, configurado após a Constituição de 1988, corresponde à adopção da categoria *bens imateriais* para designar o património. No primeiro período predomina a *instituição* do património, enquanto no segundo prevalece o seu *reconhecimento*.

No último artigo, Manuel Ferreira Rodrigues debruça-se sobre *A Primeira Historiografia da Indústria Portuguesa (1881-1930): Uma Síntese*, na qual conclui que esta é diversamente herdeira de Herculano, Oliveira Martins e Teófilo Braga, assentando numa historiografia factual e dos grandes homens, elitista, aristocrática e nacionalista.

Em síntese, A obra *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX* é extremamente relevante a vários níveis: contribui para diminuir a escassez de estudos sobre História da Historiografia; confirma uma conjuntura de consolidação desta área de estudos e demonstra robustez teórico-epistemológica, aliada a uma saudável preocupação com a crítica de fontes, reforçando a diversidade e vitalidade do *paradigma neo-moderno*.

Outro aspecto que comprova a importância desta obra prende-se com a abordagem da história da historiografia pelo prisma da *Nova História Política*, atenta sobretudo às dimensões sociais e ideológicas da historicidade. Por outro lado, a colectânea evidencia uma preocupação, comum a outros trabalhos, mas sempre importante, dado que ajuda a dissipar a ideia segundo a qual a história da historiografia trata matérias abstratas, desligadas da realidade e do devir Humano. No entanto, em trabalhos futuros, de cariz análogo, na história da historiografia, pode haver espaço para uma perspectiva maioritariamente sócio-cultural, implicando uma análise de conteúdos com uma análise de discurso, ambas autónomas, mas conjugáveis entre si. A nossa abordagem pode e deve incorporar muitas sugestões patentes na obra analisada.

Nuno Bessa Moreira (FLUP/CITCEM)

Notícias de Projetos

Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009), projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HIS-HIS/121001/2010).

No âmbito do projeto de investigação *Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009)*, (PTDC/HIS-HIS/121001/2010), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e cujo Investigador Responsável é o Professor Doutor Manuel Loff, foram desenvolvidas, até à data, as seguintes atividades de investigação:

- Seleção e análise de discursos de estadistas do período democrático sobre a experiência ditatorial portuguesa (1926-1974).
- Identificação dos membros nomeados para as comissões responsáveis pela organização das comemorações oficiais dos 3.º, 4.º, 5.º, 10.º, 20.º, 25.º e 30.º aniversários do 25 de Abril e compilação da legislação relacionada com as mesmas. Bem como realização de entrevistas aos presidentes dessas várias comissões (nomeadamente ao Presidente da Associação 25 de Abril, o Coronel Vasco Lourenço).
- Organização do workshop “História e memória da ditadura: o caso português” nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2013, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Organização do Seminário Internacional “Memória(s) e Ditadura(s): Portugal, Espanha, Brasil”, nos dias 8 e 9 de junho de 2012, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Consulta dos arquivos da Academia Militar, Escola Naval, e Instituto de Estudos Superiores Militares para análise dos conteúdos programáticos relacionados com a memória da ditadura portuguesa e da Guerra Colonial.
- Arquivo e análise de publicações do IDN (Instituto de Defesa Nacional), especificamente, dos *Cadernos do IDN* e da revista *Nação e Defesa*, bem como de outras publicações patrocinadas por instituições de ensino militar (ex. Boletim do Instituto de Estudos Superiores Militares).
- Seleção e análise de manuais escolares da disciplina de História do 9º e 12º anos, do período 1975-2009.
- Seleção e recolha de legislação sobre preservação de arquivos e sobre indemnização de prisioneiros políticos durante o período ditatorial.
- Seleção e análise de estudos historiográficos relevantes sobre o *Estado Novo*, produzidos desde 1974.
- Levantamento e análise de legislação e procedimentos legais sobre a restituição das vítimas de perseguições políticas e morais e de violência durante o período do regime autoritário, nomeadamente, identificação da existência de uma comissão de contagem especial de tempo de prisão, detenção e clandestinidade por razões políticas.
- Organização, entre os dias 27 e 29 de março de 2014, do congresso *Portugal, 40 anos de democracia* (<http://portugal40anos.eventqualia.net/pt/2014/inicio/>), realizado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), e com o apoio da FLUP. Este evento, para além de ter dinamizado o funcionamento de 10 outros painéis temáticos, das mais variadas Ciências Sociais, integrou, no painel «Estado e memória: 40 anos de políticas da memória da ditadura portuguesa», comunicações relacionadas com a temática da memória da ditadura portuguesa.

O evento teve o apoio das seguintes instituições:

- Arquivo Distrital do Porto
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)
- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)
- Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)
- Centro de Economia e Finanças da Universidade do Porto (CEF-UP)
- Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE)
- Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ)
- Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP)
- Governo de Portugal - Secretaria de Estado da Cultura
- Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC/FCSH/UNL)
- Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP)
- Porto Editora

A vigência deste projeto foi prorrogada pelo período de seis meses, tendo o mesmo terminado no dia 30 de setembro de 2014. Relativamente à investigação realizada no âmbito do mesmo, encontra-se em fase de preparação para publicação o livro *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*, coordenado por Manuel Loff, Luciana Soutelo e Filipe Piedade, e que contará com textos de: Manuel Loff (FLUP/IHC), Xosé Nuñez Seixas (Ludwig-Maximilians-Universität, Munique), Julián Casanova (USaragoça), Pere Ysàs Solanes (UABarcelona), Carme Molinero Ruiz (UABarcelona), Lucileide Costa Cardoso (UFBA [Universidade Federal da Bahia]), Carla Luciana Silva (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, IHC), Cristina Nogueira ((IHC), Ana Sofia Ferreira (IHC), Filipe Piedade (FLUP/IHC), Isabel Menezes (FPCEUP/CIIE), Luciana Soutelo (IHC), Fernando Rosas (FCSH/UNL, IHC), Bruno Monteiro (IS-UP), Silvestre Lacerda (DGARQ), Tiago Matos Silva (CRIA), Paula Godinho (FCSH/UNL), Enzo Traverso (Université de Picardie - Jules Verne), Luisa Passerini (USTorino).

DHEPI - Pós-Graduações
(2012-2013)

Curso de Doutoramento/3.º Ciclo em História

Autor: **Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira**

Título: ***A Revista de História (1912-28): uma proposta de análise histórico-historiográfica***

Palavras-chave: Revista de História, História da Historiografia, Fidelino de Figueiredo

Resumo

Nesta dissertação estudámos a *Revista de História*, essencialmente pelo prisma da História da Historiografia. O objeto da nossa investigação carece de uma identificação prévia. A *Revista de História* foi criada no seio da Sociedade Nacional de História, como veículo de informação privilegiado do respetivo ideário e forma de difusão das ideias da instituição.

O periódico em causa é composto por 16 volumes (1912-28). Começou antes da Iª Guerra Mundial, terminou dois anos depois da Instauração da Ditadura Militar de Gomes da Costa e foi contemporâneo do *Integralismo Lusitano*, da *Renascença Portuguesa* e da *Seara Nova*. A questão que se coloca é: qual a relevância cultural e historiográfica da *Revista de História* no contexto em que se desenvolveu?

A Historiografia tem sido, muitas vezes, equiparada à Teoria da História numa perspetiva epistemológica, mas sobretudo filosófica. Sem esquecer ou ignorar estas aceções, é possível integrá-las num reduto amplo, ancorado na diacronia, a coberto de especulações com tendência generalizante. Um determinado discurso historiográfico ocorre em espaço e tempo próprios, que condicionam o que expressa. Para concretizar melhor o que está em causa neste trabalho, convém proceder a uma descrição detalhada das motivações – subjetivas e objetivas – e das fontes e metodologias nele implicadas. Esta dissertação resulta do interesse que desde sempre nutrimos pela História Contemporânea, na vertente cultural. A publicação em causa representa, pelo período em que se inscreve, um esforço de conjunto no que respeita aos periódicos da especialidade na época republicana. Por outro lado, a História da Historiografia também constitui disciplina a aprofundar, a exemplo do que há mais tempo acontece em Espanha, França ou no Brasil. Dentro da Historiografia, a escolha da diacronia como prioridade prende-se com uma atitude metodológica que procura conferir destaque à *historicidade* do objeto de investigação.

Este estudo divide-se em três partes. Na primeira, procede-se ao enquadramento histórico, institucional e biográfico do periódico (capítulos 1 – 4). Num segundo momento, realiza-se a análise qualitativa de artigos da publicação, seguida de uma síntese dos conceitos historiográficos operatórios postos em prática pelos articulistas. (capítulos 5 – 9). A terceira parte deste trabalho contempla uma caracterização da *Revista de História*, assente num acompanhamento da atualidade patente ao longo da secção de *Factos e Notas* e no arranque do andamento dedicado à *Bibliografia* (capítulo 10). Exposto este percurso, concretiza-se um balanço epistemológico e ideológico da publicação (capítulo 11).

Trata-se de um periódico marcado pela diversidade temática, mas que não deve ser inserido numa única escola, frustrando qualquer prefiguração dos *Annales*.

Orientador: Armando Luís de Carvalho Homem

Data das provas: 21 de fevereiro de 2013

Curso de Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Autora: **Ana Paula de Sousa Santos**

Título: *A Leitura e a Escrita no processo de ensino-aprendizagem da História e da Geografia*

Palavras-chave: Documento Escrito, o texto científico, a leitura, a interpretação, a escrita, a literacia e os estilos de aprendizagem.

Resumo

No século XXI, a sociedade moderna e do conhecimento exige do cidadão competências e capacidades essenciais para que estes possam atuar e interagir no seu contexto académico, cívico, profissional e/ou pessoal, de forma ativa, ponderada, construtiva e assertiva. Estas competências estão relacionadas com a leitura, a interpretação e o uso de qualquer tipo de informação, presente em diferentes suportes escritos, para solucionar, de forma consciente, fundamentada e adequada, um determinado problema. Assim, a *Leitura e a Escrita no ensino da História e da Geografia* centrou a sua investigação na leitura e na interpretação do documento escrito, de âmbito técnico e científico, e na posterior transformação das informações e dos conhecimentos, adquiridos nos processos e no recurso didático anteriormente referidos, numa comunicação escrita original. O presente estudo foi desenvolvido no contexto da *Iniciação à Prática de Ensino Supervisionada*, inserida no Mestrado em Ensino de História e de Geografia, numa escola cooperante para o efeito, nomeadamente a Escola Secundária Inês de Castro. Neste contexto educativo, a nossa investigação incidiu numa turma de 10º ano de escolaridade do curso de Línguas e Humanidades, distinta na sua idade e no seu desenvolvimento ao nível cognitivo e sociomoral, tal como revelam diferenças na sua personalidade e no seu relacionamento com o processo de aprendizagem.

O nosso estudo versa sobre a importância do texto científico, como recurso didático motivador e facilitador de aprendizagens, a questão da literacia e dos hábitos de leitura da população geral e escolar portuguesa, mas também os estilos de aprendizagem, que individualizam e caracterizam cognitivamente cada indivíduo. Esta temática implicou o uso do *texto científico*, enquanto objeto de estudo privilegiado e exclusivo de conhecimento histórico e geográfico, tendo como pretensão a validação ou revogação da potencialidade do uso de documentos escritos, enquanto recurso motivador e facilitador de aprendizagens e promotor de hábitos de leitura e de melhoria do vocabulário específico de ambas as disciplinas, tal como demonstrar a importância deste recurso como fontes de informação para a compreensão dos conteúdos temáticos da disciplina de História e de Geografia, e como meios de desenvolvimento da capacidade de interpretar, recolher, tratar, sistematizar e mobilizar a informação contida nos mesmos.

Desta forma, esta investigação considerou como instrumentos de recolha de dados um *Pré-Teste*, os quatro *Exercícios Práticos de Exploração Textual* e uma *Avaliação Final*, construídos pelo docente e, *a posteriori*, pelos discentes. Estes instrumentos foram construídos tendo em conta os conteúdos temáticos definidos pelo Ministério, presente nos Programas Nacionais e nas Orientações Curriculares de ambas as disciplinas, mas também intenções investigativas, ou seja, o *Pré-teste* pretendia diagnosticar o nível de conhecimentos e as dificuldades dos alunos a diversos níveis e antecipar os resultados a serem obtidos com o presente estudo, enquanto os *Exercícios Práticos de Exploração Textual* tinham como objetivo avaliar o desempenho dos alunos no processo de leitura e da interpretação do texto científico, e, a *Avaliação Final* apenas nos permitiria observar as evoluções demonstradas pelos alunos, em termos de leitura e de

interpretação de um documento escrito, e a posterior transformação da informação recolhida em produções textuais próprias, corretamente escritas e sustentadas cientificamente. Estes instrumentos permitiram-nos inferir algumas considerações acerca de rotinas de leitura, de análise e de interpretação de documentos escritos, alcançadas com a aplicação de procedimentos metodológicos de natureza quantitativa e qualitativa, como a análise de conteúdo, que nos proporcionou a análise e o tratamento das particularidades de cada uma das produções textuais, presentes no *Pré-Teste* e na *Avaliação Final*, como forma de inferirmos sobre o seu conteúdo; e a análise quantitativa aplicada aos *Exercícios Práticos de Exploração Textual* permitiu-nos obter uma leitura mais descritiva, simples, fiel, exata e direta dos fenómenos presentes nos mesmos. O *Pré-Teste* e os seus dados permitiram-nos aferir que a maioria da amostra detém dificuldades na leitura e na interpretação das questões; na mobilização de determinados conhecimentos e de conceitos; no desenvolvimento e na aplicação da capacidade de argumentar; na utilização e na aplicação do vocabulário específico da disciplina; e, por último, na expressão escrita. No que respeita aos *Exercícios Práticos de exploração textual* em história e em geografia, estes evidenciaram problemas estruturais, como dificuldades ao nível da leitura, da interpretação, da seleção e de recolha de vocabulário e ideias-chave; registos incompletos ao nível do vocabulário e das ideias-chave; registo de ideias-chave sem aplicarem regularmente as regras de transcrição e de citação; registo de ideias-chave sob a forma de vocábulos ou de uma ideia-nuclear, sem a articular a um conceito; apropriação de informações textuais; e o desrespeito pelas regras de construção frásica e ortográfica. Porém, este instrumento permitiu que a amostra alcançasse melhorias, como a diminuição significativa da confusão entre vocabulário e ideias-chave; o aumento relativo do número de registos completos ou muito completos; o aumento da conjugação mais substancial de vocabulário, ideias-chave e interpretação pessoal ou apenas vocabulário e ideias-chave; e o aumento das transcrições e do registo de ideias-chave mais completas e articuladas ao seu conteúdo e à sua lógica interna e externa do texto científico. Desta forma, a amostra evidenciou a aquisição e o desenvolvimento de hábitos de leitura, mas, principalmente, de interpretação e de análise de informações textuais. Por último, a *Avaliação Final* demonstrou a persistência de problemas estruturais, como a apropriação acentuada de informações textuais; o desrespeito pelas regras de citação; a presença de ideias incompletas, descontextualizadas e incorretamente interpretadas e registadas; e a existência de uma comunicação escrita frágil ao nível da construção frásica e da ortografia; a construção de respostas, a partir do conteúdo e da ordem dos tópicos de desenvolvimento de uma determinada questão, e seguindo a linha conceptual e temática do texto científico; as dificuldades ao nível da leitura, da interpretação e do tratamento do texto científico; e a fragilidade dos procedimentos de recolha, de tratamento, de sistematização, da mobilização e de comunicação da informação recolhida.

Assim, a manutenção de problemas estruturais e o aparecimento de ínfimas melhorias permitiram-nos constatar que o texto científico poderá ser um recurso didático facilitador de aprendizagens, e, principalmente, promotor de hábitos de leitura e de interpretação e de comunicação escrita, e sob o qual a atenção docente deverá recair, como forma de se focar no indivíduo, formá-lo com capacidades e competências essenciais para responder às exigências da sociedade do conhecimento.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 30 de outubro de 2013

Autora: **Anabela Fernandes Ferreira da Costa Gomes**

Título: ***Aprender a história e a geografia da cidade do Porto pelo espaço: o contributo da visita de estudo***

Palavras-chave: visita de estudo; interdisciplinaridade; aprendizagem significativa; espaço urbano do Porto; História; Geografia.

Resumo

Sendo a visita de estudo uma experiência de aprendizagem que não decorre no espaço de sala de aula, mas que permite aos alunos, igualmente, construir o seu conhecimento de uma forma mais apelativa e motivadora, procuramos ao longo deste trabalho perceber o impacto que uma experiência deste género pode ter ao nível das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos. Como tal, o estudo de caso empreendido no âmbito do estágio pedagógico, realizado na Escola Básica Gomes Teixeira, no ano letivo de 2012/2013, apoiou-se na planificação, organização e implementação de uma visita de estudo ao espaço urbano do Porto, para uma turma do 9.º ano de escolaridade. Através da concretização desta experiência de aprendizagem era nosso propósito levar os alunos a olhar para a cidade, espaço tão familiar onde habitam, estudam e convivem, de um ponto de vista mais histórico e geográfico.

Por conseguinte, as visitas de estudo e, particularmente, o papel por estas desempenhado no processo de ensino-aprendizagem das disciplinas de História e de Geografia surgem-nos aqui como a temática central deste trabalho. Assim, a presente investigação foi estruturada para dar resposta a um duplo objetivo: saber um pouco mais acerca do potencial didático das visitas de estudo, tanto ao nível das aprendizagens proporcionadas aos alunos, em termos cognitivos e sócio afetivos, como enquanto estratégia potenciadora da interdisciplinaridade no ensino.

Pretendendo enquadrar teoricamente a problemática em estudo, centramos a nossa atenção, em primeiro lugar, no conceito de visita de estudo e nas vantagens e desvantagens que podem estar associadas à sua concretização na prática letiva. Além disso, procuramos também perceber o que dizem as Orientações Curriculares de Geografia e o Programa de História relativamente à implementação desta experiência de aprendizagem. Atendendo ao duplo objetivo traçado para este trabalho, apresentamos os fundamentos teóricos do conceito de interdisciplinaridade, procurando esclarecer e demonstrar a sua pertinência no sistema de ensino. De facto, ao conciliar os conceitos e conhecimentos pertencentes a diversas áreas disciplinares, a interdisciplinaridade surge cada vez mais como uma necessidade no quotidiano das nossas escolas. Por outro lado, procuramos esclarecer o conceito de aprendizagem significativa, apresentando as formas a partir das quais ela pode ocorrer. Por fim, e de forma breve, procedemos à caracterização da cidade enquanto objeto de estudo da História e da Geografia, focando especialmente o Centro Histórico do Porto e a sua evolução espaço-temporal.

Para recolher informação pertinente, que permitisse responder ao desafio levantado foram construídos e aplicados diversos instrumentos, posteriormente submetidos a uma análise de cariz quantitativo ou qualitativo, consoante a natureza dos dados suscitados. Privilegiou-se, contudo, a análise de conteúdo, como forma de apreender os olhares e as vozes dos vinte alunos que participaram na visita de estudo e que constituem a amostra do estudo de caso.

Na fase de preparação da visita foi aplicado um questionário inicial, cujo principal objetivo era fazer um levantamento das ideias que os alunos tinham da sua cidade, procurando perceber o que eles conheciam e destacavam como relevante na mesma. No fundo, ambicionávamos de alguma forma captar o tipo de olhar que os alunos tinham da sua cidade, para numa fase posterior, verificar se se registou algum tipo de transformação ou evolução.

Para acompanhar os alunos durante a visita de estudo foi elaborado um roteiro, ou seja, uma espécie de guia orientador da visita, que abarcava simultaneamente conhecimentos de História e de Geografia, apelava a competências transversais, como a capacidade de observação da realidade, e às sensações que a experiência de aprendizagem despertava nos alunos. Pretendia-se que estes aprendessem a observar e a pensar o espaço que os rodeia, guiados por um conjunto de tarefas e desafios a que teriam de dar resposta em contacto direto com a realidade. Ainda durante a realização da visita foram avaliadas quatro atitudes manifestadas pelos alunos (empenho, curiosidade, responsabilidade e cooperação), tendo sido construída uma grelha de avaliação atitudinal para o efeito.

Na sequência da visita de estudo, pediu-se aos alunos para refletirem e fazerem, por escrito, um balanço acerca da experiência de aprendizagem em que haviam participado, de modo a recolhermos as suas opiniões sobre a visita à cidade do Porto e entendermos a forma como estes percecionaram a experiência. Além disso, foi-lhes lançado o desafio de elaborar um pequeno relatório da visita de estudo, com base na informação recolhida (conhecimentos e fotografias tiradas ao longo do percurso).

Por fim, foi aplicado um questionário final, cujo objetivo era comparar as respostas dos alunos com as que haviam dado no questionário inicial, de modo a perceber se houve evolução ao nível do pensamento e da forma como encaram, descrevem e percecionam a sua cidade. Com efeito, pretendia-se avaliar o impacto de uma experiência de aprendizagem concreta, a visita de estudo, através das diferenças encontradas nas respostas construídas pelos alunos, que em nosso entender, refletem precisamente a sua conceção e perceção da cidade, no fundo, o seu olhar sobre a cidade do Porto.

Da análise dos dados recolhidos, pudemos tomar conhecimento da leitura que os alunos fizeram do espaço urbano do Porto, denotando-se que as visitas de estudo podem, efetivamente, proporcionar um importante contributo para o desenvolvimento de aprendizagens, tanto no domínio cognitivo, como sócio afetivo. De facto, consideramos que se verificou uma transformação na forma como os alunos concebem e encaram a cidade do Porto, reflexo, em nosso entender, de uma evolução de pensamento e, conseqüentemente, de uma aquisição de novos significados, na aceção de Ausubel, uma aprendizagem significativa. Com efeito, comparando as conceções dos alunos acerca da cidade do Porto em diferentes momentos, ou seja, antes e depois da realização da visita de estudo, denota-se uma evolução qualitativa na forma como estes descrevem a cidade, nos pontos de interesse que nela conseguem identificar e destacar e nos argumentos de que fazem uso para justificar as suas opções. Além disso, com base na análise dos comentários tecidos pelos alunos, nos diversos instrumentos de recolha de informação, conseguimos ver indícios, em alguns alunos, do desenvolvimento de uma consciência histórica e de uma consciência espacial.

No domínio atitudinal, os resultados obtidos foram muito positivos, sendo que a responsabilidade, uma das graves lacunas desta turma, em contexto normal de sala de aula, foi aqui atingida com 100% de sucesso, tendo em conta a definição desta atitude por nós previamente estabelecida.

No que respeita ao papel desempenhado pelas visitas de estudo na promoção da interdisciplinaridade, pudemos verificar que o espaço urbano do Porto, local selecionado para a nossa visita, parece apresentar reais potencialidades para a efetivação de experiências de ensino integrado, permitindo casar perfeitamente conhecimentos provenientes das áreas disciplinares de História e de Geografia. Assim, através da leitura que os alunos fizeram do espaço urbano do Porto, na sequência da visita de estudo em que participaram, conseguimos de alguma forma comprovar e concretizar a confluência e complementaridade destas duas áreas do saber.

Para terminar, gostaríamos apenas de referir que, apesar das limitações que possa comportar, este estudo procura fornecer um pequeno contributo para a implementação de práticas pedagógicas, de que são exemplo as visitas de estudo, que fomentem a motivação dos alunos e consequentemente a sua predisposição para aprender.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 5 de novembro de 2013

Autor: **André Nuno Rodrigues de Sousa**

Título: ***A avaliação de competências em História no 3.º Ciclo do Ensino Básico.***

Palavras-chave: Currículo Nacional do Ensino Básico, Competências, Didática, História.

Resumo

O tema deste relatório centra-se no trabalho por competências e a avaliação do desenvolvimento das mesmas. Focalizado na análise do aproveitamento dos alunos de uma turma de História do 9.º ano de escolaridade, o presente trabalho procura compreender a eficácia das técnicas de trabalho das fontes e de compreensão e comunicação em História aplicadas em sala de aula e o reflexo obtido nas fichas de avaliação sumativa, ao longo de cinco momentos específicos.

Assim, todo o processo de ensino e de aprendizagem, intimamente ligado ao desenvolvimento das competências específicas da História, foi alicerçado no documento orientador que lhe está subjacente, o *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*. O Decreto-lei n.º 6/2001 visa um conjunto de princípios e em particular a estabilidade dos processos de avaliação e as aprendizagens e competências que se pretendia que o aluno alcançasse ao longo do seu ciclo de estudos, assim como utilizar um conjunto diversificado de instrumentos de avaliação que sejam os mais adequados à aprendizagem que se desenvolve e atender ao contexto em que ocorrem e à natureza de cada escola.

Todavia, no decorrer do nosso trabalho, o contexto legal que lhe estava subjacente foi alterado, através do despacho n.º 17169/2011, de 23 de dezembro, no qual a tutela criticou duramente o documento orientador do Ensino Básico, referindo-se a este como um documento cheio de insuficiências, que teria acabado por prejudicar o ensino. A reflexão em torno da mudança legal e a comparação entre o documento orientador e as metas curriculares com carácter normativo ainda é prematura, mas afigura-se conveniente no espaço que este trabalho encerra.

Orientadora: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro

Data das provas: 12 de julho de 2013

Autor: **Bruno Tiago Araújo da Silva**

Título: ***A coavaliação como prática pedagógica no ensino de História e de Geografia***

Palavras-chave: Avaliação, Aprendizagem, Coavaliação, Avaliação partilhada, Metacognição.

Resumo

A Iniciação à Prática Profissional pretende a formação de professores reflexivos sobre o processo de ensino-aprendizagem. Pensar a avaliação é fundamental em todos os níveis de ensino e em todas as disciplinas, não só pela importância que a avaliação representa no percurso escolar do aluno, mas também pela preponderância desta componente para o quotidiano da função docente.

A principal função da avaliação é regular a atividade do professor e do aluno no processo ensino-aprendizagem. Para o professor a análise das aprendizagens representa um *feedback* da planificação construída, daí a sua pertinência ao longo de todo o processo de ensino. Para o aluno, avaliar não deve ser classificar, pois enquanto a classificação se expressa apenas numa escala de valores, avaliar diz respeito a uma análise cuidadosa das aprendizagens, dos objetivos atingidos e dos progressos realizados. Tal como para o professor a avaliação é fundamental na identificação de lacunas, permitindo assim ao docente criar estratégias alternativas, também para o aluno a avaliação proporciona uma reflexão, orientando-os na aprendizagem a realizar.

A utilização da Coavaliação, objeto de estudo deste relatório, promove ainda uma maior partilha entre professor e alunos, transformando-a numa estratégia essencial no processo de ensino-aprendizagem.

Orientadores: Luís Alberto Marques Alves e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 12 de novembro de 2013

Autora: **Carla Alexandra Silva Ferreira**

Título: ***Venham mais Cinco Músicas para o Ensino da História e da Geografia.***

Palavras-chave: música, emoções, sentimentos, cérebro, aprendizagem, reflexão.

Resumo

Desenvolvido no âmbito da unidade curricular - *Iniciação à Prática Profissional* do Mestrado em Ensino de História e Geografia, o presente trabalho emerge a partir da reflexão, sobre um conjunto de experiências, sustentadas num quadro teórico, sobre a pertinência da música no quadro do ensino e aprendizagem da História e da Geografia, particularmente na sua componente modeladora de experiências de aprendizagem. Música, emoções, sentimentos, aprendizagem e o nosso questionamento sobre como todos estes elementos, pensados holisticamente, podem incitar a emergência de significados outros a partir de conteúdos históricos e geográficos trabalhados pelos alunos.

O nosso quadro teórico, que se inicia com um breve capítulo sobre a história da música, foi sendo construído tendo por base a perspetiva do músico e neurocientista Daniel Levitin (2007) sobre o fascínio humano pela música. Uma visão que une música e ciência e algumas considerações sobre a complexidade das relações do cérebro humano com a música. O autor oferece-nos uma teoria (aceitando, como faz questão de sublinhar, que possa um dia vir a ser substituída por uma nova verdade) que explica a relação existente entre a nossa estrutura cerebral e a estrutura musical; o significado da música e do prazer musical; e de como a música invoca em todos nós emoções, e sentimentos.

Emergiu também ao longo da construção deste trabalho, a necessidade de atentar às informações que os avanços registados (sobretudo nos últimos anos), no âmbito das neurociências, nos têm revelado. Falar de emoções e tentar perceber as suas implicações nos sistemas cognitivos, implicava também fazer referência às conceções de António Damásio e às suas ideias que preconizam que os seres humanos tendem a relembrar mais facilmente acontecimentos que envolvam componentes emocionais; que as emoções adequadas, apressam e aceleram a tomada de decisões (Damásio, 1997); e que “os sentimentos colocam um carimbo nos mapas neurais, um carimbo em que se pode ler “Preste atenção!”” (Damásio, 2003, p. 204). Negligenciar as emoções evocadas com a música, no âmbito deste trabalho, significava em nossa opinião, perder a oportunidade de abordar uma questão que nos parece de importância fulcral no âmbito da educação, sobretudo se acolhermos as ideias do autor quando afirma que as emoções desempenham um papel central e fulcral, no condicionamento das decisões, da excelência do juízo e da própria inteligência (Damásio, 1997).

Adveio posteriormente, a necessidade de uma pequena reflexão, sobre a noção de inteligência humana, ancorada no pensamento da teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner, que ao revelar a sua noção de inteligência humana, instituiu um decisivo afastamento das conceções tradicionalistas, indicando que a inteligência implica, para além da capacidade de resolução de problemas, a capacidade de criar produtos importantes num determinado contexto cultural ou determinada comunidade (Gardner, 1998). Refutando a visão unitária de inteligência, Gardner apresenta-nos uma visão de inteligência mais abrangente, que engloba sete inteligências (musical, cinestésica, lógico-matemática, linguística, espacial, interpessoal e intrapessoal), contendo implicações que abrem novas possibilidades em educação, e alternativas a todos os que estão envolvidos com as práticas educacionais.

A consciência sobre a necessidade de descrever o quadro concetual, que orientou a nossa experiência, impulsionou por fim o entrelaçar de algumas considerações sobre a ideia do professor

reflexivo, que pensa, reflete e interroga-se sobre a sua prática e ação, contribuindo deste modo, para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Dito isto resta-nos acrescentar que, lançamo-nos neste desafio, tentando perceber e verificar se a música, (considerada de forma ampla e englobando também a canção) em contexto de sala de aula poderia conduzir, ou não, ao despertar de uma aprendizagem significativa. Abraçamos ainda, num esforço de clarificação da questão principal, um outro conjunto de questões como: i) a música contribuiu para a modelação das percepções afetivas e atitudes dos alunos, em contexto de sala de aula; ii) qual o contributo desempenhado pela música, em contexto de sala de aula; iii) quais as opiniões dos alunos, sobre a utilização da música, nas aulas de História e Geografia?

Recorremos, para o efeito, à recolha de dados e informação, através de um inquérito por questionário, escala de diferencial semântico e um inventário de sensações, objetivando-se uma melhor apreciação das opiniões dos alunos, sobre a utilização da música em contexto de sala de aula. O tratamento estatístico, essencialmente descritivo, a análise de conteúdo das informações recolhidas, e as nossas considerações sobre as percepções da realidade dos ambientes de sala de aula que vivenciamos, possibilitou-nos o encontro de algumas respostas à luz dos objetivos deste estudo, que sugerem que a música oferece múltiplas potencialidades ao processo, nomeadamente enquanto recurso inovador e diferente, enquanto elemento despoletador do interesse e atenção dos alunos, sendo que, e a par estes reconheceram que a música contribuiu significativamente para a facilitação das suas aprendizagens.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 25 de novembro de 2013.

Autora: **Carla Patrícia Freixo Ribeiro**

Título: ***O Trabalho de Grupo Cooperativo nas disciplinas de História e de Geografia***

Palavras-chave: Didática da História, Didática da Geografia, Aprendizagem cooperativa, Diferenciação pedagógica.

Resumo

A aprendizagem cooperativa apresenta-se como uma alternativa ao método tradicional expositivo, ainda muito utilizado no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula. Atualmente, ensinar significa muito mais que a mera transmissão de conhecimentos científicos e específicos de uma determinada disciplina, envolvendo a transmissão de atitudes e a prática de procedimentos para o exercício de uma cidadania ativa e responsável. Na Escola, o compromisso e a responsabilidade para com o *Outro* assumem uma perspectiva preponderante na formação integral do aluno e necessária para a vida em comunidade.

Neste sentido, e no âmbito do estágio pedagógico que realizámos, desenvolvemos uma atividade em trabalho de grupo cooperativo nas disciplinas de História e de Geografia, de forma a dotar os alunos de competências que lhes permitam desenvolver momentos de integração e interação com os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, conduzindo-os a uma participação ativa na construção do saber e a uma reflexão crítica sobre as ações individuais e coletivas. Tendo como referencial da nossa formação inicial de professores a necessidade de incrementar um ensino que valorize os diferentes estádios de desenvolvimento e respeite os diferentes ritmos de pensamento e ação, abordamos na nossa investigação a metodologia da diferenciação pedagógica, associando-a à aprendizagem cooperativa colocada em prática.

Após a aplicação do nosso estudo de caso foi possível inferir que o trabalho de grupo cooperativo é uma metodologia que favorece o envolvimento ativo do discente no processo de ensino-aprendizagem, a partilha de conhecimentos e capacidades e, ainda, o desenvolvimento de aprendizagens significativas.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 8 de novembro de 2013

Autor: Daniela Filipa Vidal de Almeida

Título: “A Paisagem no ensino de História e de Geografia: o ser humano como agente transformador da Paisagem”

Palavras-chave: Paisagem; Ser humano; Transformação da Paisagem; Bombardeamentos em Londres (*Blitz*); Central Park; Fotografia.

Resumo:

Pretendeu-se com este trabalho que a Paisagem fosse convenientemente explorada pelos alunos, e que fosse ainda devidamente valorizada, uma vez que a Paisagem encerra em si uma importância ambiental, patrimonial e cultural que deve ser devidamente trabalhada com os estudantes, não só Ensino Básico, mas também do Ensino Secundário.

Assim, o trabalho em questão intitula-se “A Paisagem no ensino de História e de Geografia: o ser humano como agente transformador da Paisagem”, e é o culminar de 9 meses de trabalho na Escola Básica, 2.º e 3.º Ciclo, Gomes Teixeira, no Concelho do Porto. Este trabalho foi assim desenvolvido junto de duas turmas do 9º ano (turma Y e turma W). A escola em questão localiza-se no Concelho do Porto, na Freguesia de Massarelos, sendo uma instituição de centro urbano, concentrando assim, um conjunto muito diverso de alunos.

Sendo a importância da Paisagem indiscutível, na Geografia, pretendeu-se também demonstrar que o estudo da Paisagem é igualmente possível e importante em História, constituindo um aspeto útil e interessante para estudar, com os alunos, o desenvolvimento e a evolução do ser humano, ao longo do tempo. Naturalmente, não é possível estudar o Homem de forma isolada. É imprescindível estudá-lo, no espaço, pois a evolução do ser humano fez-se sempre num determinado território. Portanto, o território e o Homem são duas variáveis que não se podem estudar isoladamente, nem em Geografia nem em História. Por isso, é que a Paisagem permite estudar o Homem e a sua evolução, uma vez que as Paisagens sejam elas naturais ou humanas, possibilitam aprender História e Geografia, de uma forma mais motivadora e atrativa.

O quadro teórico foi dividido em dois capítulos, ou seja, o trabalho foi iniciado com o estudo da Paisagem, mais especificamente a “Ideia de Paisagem”, onde se fez uma abordagem genérica desta questão. Posteriormente, procedeu-se à análise dos Currículos de História e de Geografia, e dos respetivos programas, sintetizando-se a informação analisada e identificando os grandes temas, os subtemas e as alíneas, em que a Paisagem está presente. Na parte empírica, deu-se início à “abordagem à Paisagem no 3.º Ciclo do Ensino Básico”, tendo como base a aplicação feita às turmas W e Y do 9º ano. Desta forma, foram tratadas as questões metodológicas, ou seja, o Homem como agente transformador da Paisagem, que se tratou junto dos alunos através: de imagens alusivas aos bombardeamentos da cidade de Londres, durante a 2.ª Guerra Mundial, na turma W (História) e do Central Park, junto da turma Y (Geografia). Foram ainda alvo de atenção os instrumentos usados para a recolha de dados, onde a fotografia tomou um lugar central, a seleção e caracterização da amostra e por fim, procedeu-se à análise e interpretação dos dados recolhidos.

Com o trabalho desenvolvido junto dos alunos, pretendeu-se dar resposta a duas questões centrais: em primeiro lugar, apurar se “os alunos conseguem identificar a transformação feita pelo Homem, nas Paisagens” e “como é que os alunos percebem a intervenção do Homem, nas Paisagens”.

Tanto na turma W como na turma Y, verificou-se que todos os alunos conseguiram identificar a Paisagem em estudo, ou seja, conseguiram perceber que as Paisagens retratadas, nas fotografias são Paisagens Humanas. Esta distinção poderia ser fácil, no caso da disciplina de

História, uma vez que nas fotografias vê-se uma cidade, com prédios, ruas, pontes ou meios de transporte. Portanto, é relativamente simples perceber que se trata de uma Paisagem Humana, devido aos elementos presentes nas imagens. No entanto, no caso dos dossiers de Geografia, onde os alunos estudaram o Central Park, não é tão fácil classificar a Paisagem em análise, uma vez que os elementos que formam esta Paisagem, tal e qual a conhecemos hoje, remete-nos para uma Paisagem Natural em bruto, ou seja, esta é uma área que copia fielmente a vegetação e o solo de um espaço verdadeiramente natural. Mesmo assim, verificou-se que todos os alunos conseguiram responder com sucesso a esta questão, uma vez que todos os estudantes classificaram a Paisagem como Humana.

Relativamente à segunda questão de partida colocada “Como é que os alunos percecionam a intervenção do Homem nas Paisagens?” verificou-se que perante um bom e um mau exemplo da transformação da Paisagem, pelo Homem, nem sempre é possível prever os resultados que vamos obter.

No caso da disciplina de Geografia, era relativamente fácil prever que a maioria dos alunos estaria de acordo com aquele tipo de transformação, uma vez que o espaço estudado passou de um espaço ocupado por habitações degradadas, para um espaço de lazer e de ócio, sendo atualmente um dos pontos turísticos de Nova Iorque, e o cenário de vários filmes, livros e videojogos. Mais difícil de prever seria o facto de alguns alunos conseguirem ver aspetos positivos nos bombardeamentos sofridos pela Inglaterra, entre 1940 e 1941. Sendo este um acontecimento marcante, responsável não só pela destruição de parte de uma nação, mas também pela morte de 60 000 pessoas, só no Reino Unido, era difícil prever que algum especto positivo fosse extraído desta batalha. Esta capacidade de os estudantes identificarem aspetos positivos, em um acontecimento tão terrível, poderá evidenciar a sua própria capacidade de adaptação às situações mais adversas que vão surgindo, uma vez que alguns alunos, da turma W, já passaram por situações dolorosas, apesar da sua curta vivência.

De salientar, no entanto, a opinião dos alunos quanto à perda de Paisagens, pela mão do ser humano. No grupo II de ambos os dossiês (tanto de História como de Geografia) era questionado aos alunos o que seria mais “grave o Homem fazer: destruir uma paisagem natural (por exemplo o Parque Nacional da Peneda Gerês) ou destruir uma paisagem humana (por exemplo a cidade de Lisboa)”. Tendo em conta as respostas dos 38 alunos que responderam às questões levantadas pelos dossiês, verificou-se que 58% da amostra, consideram mais grave a destruição de uma Paisagem Natural, enquanto, apenas 24% da amostra consideraram a perda de uma Paisagem Humana mais preocupante. Para além disso, 5% da amostra considerou que ambas as perdas são críticas e 13% dos alunos não responderam à questão em análise. Mesmo os alunos que estudaram a transformação/destruição de uma Paisagem Humana, mais especificamente o 9ºW, ficaram divididos quanto ao que seria a perda mais grave: uma Paisagem Humana ou uma Paisagem Natural, uma vez que 38% da amostra considerou mais grave a destruição de uma Paisagem Humana e outros 38% dos alunos considerou mais grave a destruição de uma Paisagem Natural. De referir ainda que 5 alunos não responderam à questão colocada. Já na turma Y, 82% dos alunos foram unânimes e consideraram mais grave a destruição de uma Paisagem Natural, enquanto 12% da amostra considerou que ambas as perdas eram graves e apenas 6% da amostra, considerou mais grave a perda de uma Paisagem Humana. Pode-se concluir assim, que independentemente de os alunos terem estudado as consequências terríveis da destruição de uma Paisagem Humana, como uma cidade, o que prevalece é a sua própria conceção de gravidade, bem como o que cada um considera mais vital para a sobrevivência do ser humano: uma cidade ou uma paisagem natural.

Assim, a forma como os alunos percecionam a intervenção, a transformação e a destruição das Paisagens, pelo Homem, é muito relativa e depende de múltiplos fatores: se a intervenção melhorou ou não a paisagem; se da intervenção podemos retirar algum especto positivo, os propósitos subjacentes à intervenção ou se o espaço intervencionado é vital para a sobrevivência do ser Humano. Portanto, não foi possível, através dos recursos criados e aplicados, responder à segunda questão de partida colocada.

Apesar de se ter conseguido incorporar o estudo e o trabalho da Paisagem, no 9º ano de escolaridade, tanto na disciplina de Geografia, como na disciplina de História, e dos alunos terem aderido bem ao estudo desta temática, a verdade é que não se conseguiu responder à segunda questão de partida formulada, ou seja, perceber como é que os alunos percecionam a intervenção do Homem nas Paisagens. Isto é, as questões feitas aos estudantes e as respostas dadas não foram suficientes para chegar a uma conclusão, relativamente a este debate. Isto, porque existem várias variáveis que condicionam a percepção dos alunos, como por exemplo: “se a intervenção melhorou ou não a paisagem; se da intervenção podemos retirar algum aspeto positivo, os propósitos subjacentes à intervenção ou se o espaço intervencionado é vital para a sobrevivência do ser Humano”.

No entanto, é preciso ter em conta que os resultados obtidos neste estudo estão diretamente relacionados com a amostra trabalhada, ou seja, com os alunos da turma W e da turma Y do 9º ano, uma vez que os alunos destas turmas proveem de contextos muito específicos.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 12 de julho de 2013

Autora: **Daniela Primo Ferreira de Oliveira**

Título: ***As potencialidades da revista National Geographic no ensino da História e Geografia***

Palavras-chave: Aprendizagem, Revista Temática, National Geographic, História, Geografia.

Resumo

O presente estudo desenvolveu-se no ambiente real da sala de aula, de acordo com uma abordagem construtivista da aprendizagem da História e da Geografia, com o intuito de aferir a percepção, o interesse e a motivação dos alunos acerca do uso didático da revista *National Geographic* no ensino destas áreas do saber.

As estratégias de ensino e aprendizagem têm sido um dos alvos de interesse da educação, em geral, e das Didáticas em específico, mas a sua utilização nestes domínios do conhecimento, como é evidente, não é recente. De facto, reflexões em torno das estratégias de ensino remontam às origens da própria educação (Novak, 1998). Todavia, só mais recentemente é que as estratégias de ensino/aprendizagem assumiram formalmente destaque como elemento constitutivo do processo educativo, fundamentalmente para propiciar a realização de aprendizagens por parte dos alunos.

Mas, genericamente, pode-se afirmar que se o professor pretende que o seu ensino seja efetivo, deve escolher estratégias que proporcionem a mais ativa participação dos alunos, um elevado grau de realidade ou concretização e um maior interesse pessoal ou envolvimento dos alunos.

Atendendo ao paradigma construtivista da aprendizagem, procurámos refletir sobre a múltipla função da revista temática enquanto recurso didático. Esta permite, a par com a imagem e com o documentário, enquadrar o sistema de ensino nos desafios da atual sociedade de informação e conhecimento, onde as tecnologias de informação e a linguagem audiovisual se apresentam como recursos orientados para a exploração do mundo e onde o professor tem um papel moderador preponderante.

Dada a natureza pluridisciplinar da revista temática *National Geographic*, aliada à combinação do documentário e da imagem, pretende-se que esta promova uma abordagem mais interativa, motivadora e próxima dos ambientes de aprendizagem dos alunos, pelo que se admite como facilitador do desenvolvimento do processo da aprendizagem.

Este projeto, em particular, teve a especial preocupação de dar o seu contributo na resposta a estes desafios. Desta forma, todo o processo de ensino e aprendizagem encontra-se condicionado pela quantidade de informação proveniente dos meios de comunicação que poderá ser um elemento mais prejudicial do que facilitador, caso esta informação não seja alvo de uma análise crítica por parte do aluno. Exige-se, pois, uma “forma de conhecer mais crítica, mais reflexiva” (Gonzalez, 1999, p. 77). Todos estes fenómenos e alterações obrigam, pois, a um repensar do sistema educativo em vigor, reformulando não só os seus conteúdos, como as práticas pedagógicas em curso.

Os argumentos anteriormente apresentados tornam claro que as revistas temáticas podem ser um valioso recurso didático para o ensino formal da História e da Geografia. Neste sentido, acredita-se que o recurso a notícias sobre assuntos científicos presentes nos *media* e nas revistas temáticas, em particular, deve assumir um maior protagonismo nas aulas de História e Geografia, de modo a encorajar os alunos a ler as revistas e a favorecer a sua capacidade de as ler com um olhar crítico, contribuindo, assim, para a sua formação quando se tornarem cidadãos ativos e de pleno direito.

Sendo a *National Geographic* uma revista temática de amplo reconhecimento editorial, acompanhadas com ótimas fotografias e documentários, e produzida por apaixonados por

Geografia e História de diferentes áreas, torna-se uma das conhecidas e respeitadas revistas temáticas do mundo. A sua sintonia com momentos históricos e geográficos vivenciados pela Humanidade, a sua objetividade, pertinência e a frequência com que os seus conteúdos científicos geográficos e históricos são atualizados, permite trazer para a sala de aula representações de diferentes espaços mundiais, levando que a Educação vá mais além da reflexão das necessidades da sociedade em que está inserida.

A exploração da *National Geographic* permitirá desenvolver ferramentas intelectuais bastante úteis para reconstruir o passado, compreender o presente e perspetivar o futuro. Poderá vir a contribuir para que os alunos compreendam melhor a pluralidade dos modos de vida, sensibilidades e valores em diferentes tempos e espaços. Proporcionará também ao professor, que produzindo estratégias didáticas e metodológicas, as irá transformar numa importante ferramenta de investigação e instrumento de alfabetização dos alunos, permitindo inspirá-los, para que estes trabalhem em parceria na melhoria do processo de ensino-aprendizagem, motivados a fazerem mais e melhor, geograficamente e historicamente, dentro e fora das salas de aula.

Para tal, o presente estudo foi aplicado com o propósito de averiguar qual a relevância atribuída pelos alunos ao uso da revista *National Geographic* como recurso de aprendizagem nas disciplinas de História e Geografia, e desenvolvido com um grupo de alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico.

Foram delineados alguns objetivos primordiais expectando-se o seu cumprimento, tais como demonstrar que as revistas temáticas constituem uma fonte de informação bastante rica para a compreensão do mundo que nos rodeia; mostrar aos alunos que as revistas temáticas, nomeadamente a revista *National Geographic*, é um recurso motivador no processo de ensino e aprendizagem dos alunos; levar os alunos à construção do seu pensamento crítico, em História e Geografia, a partir de uma panóplia de fontes e informação distribuída e sobretudo estimular hábitos de leitura dos alunos, e que consideramos que tenham sido devidamente alcançados.

A utilização dos novos recursos didáticos e novas fontes de conhecimento histórico e geográfico, levaram a que os alunos desenvolvessem novas competências como aprender a analisar, interpretar e avaliar novas fontes, relacionadas com as competências inerentes à problematização do objeto de estudo. A maioria dos alunos que participou nas aulas de História ou Geografia em que os conteúdos lecionados com recurso à *National Geographic*, ou excertos da mesma, mencionaram gostar das aulas, argumentando que a aprendizagem dos conteúdos é mais interessante e completa e que as aulas se tornam mais interessantes e motivadoras.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 22 de novembro de 2103

Autor: **Flávio António Soares do Couto**

Título: ***Experiências de Aprendizagem em História e Geografia para uma Educação Global: as Representações Sociais dos Alunos***

Palavras-chave: Ensino; História; Geografia; Representações Sociais; Cooperação Internacional; Desenvolvimento; Desenvolvimento Sustentável.

Resumo

O trabalho foi desenvolvido no contexto de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A investigação centrou-se no estudo das Representações Sociais dos alunos acerca do conceito de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/Desenvolvimento Sustentável.

Este trabalho encontra-se organizado em duas partes: a primeira de enquadramento teórico e a segunda de fundamentação metodológica e empírica.

No enquadramento teórico apresentamos uma definição para Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a sua evolução histórica e explicitamos alguns conceitos convergentes com esta noção. Exploramos igualmente alguns vetores significantes do conceito de representações sociais e realizamos uma abordagem à sua importância para o ensino. Por fim, fundamentamos os conceitos referidos na perspectiva dos documentos oficiais/oficiosos da educação Histórica e Geográfica em Portugal.

Relativamente à parte de fundamentação metodológica e empírica deste trabalho, esta insere-se num contexto de estágio pedagógico realizado no ano letivo 2012/2013, nas áreas disciplinares de História e Geografia, na Escola de 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico Gomes Teixeira (Porto).

Os instrumentos de recolha de dados levados a cabo neste estudo são de natureza *mista*, na medida em que tanto a metodologia de tratamento, como a análise destes instrumentos, têm tanto uma essência quantitativa, como qualitativa. O facto de termos optado por elaborar instrumentos de recolha de dados *mistos*, está relacionado com a necessidade de interpretar informações de um modo mais sistemático e direto (quantitativo), mas também mais pormenorizado (qualitativo).

A análise e interpretação dos dados recolhidos na nossa investigação revelaram que os inquiridos estudados, estabelecem uma conexão entre a essência da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e as noções de ajuda e de auxílio. No entanto, quando o paradigma do Desenvolvimento Sustentável é vinculado ao de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento esta passa a manifestar-se de formas distintas. Assiste-se a alterações na dimensão/alcance da Cooperação, assim como a diferenças nos motivos e nos tipos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Para além disto, quando se trata de alterar os hábitos da vida quotidiana e/ou futura dos alunos, nota-se uma maior resistência nas suas convicções.

Com o conhecimento das representações sociais dos alunos acerca da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/ Desenvolvimento Sustentável, os docentes terão à sua disponibilidade novos meios, que auxiliarão a aplicação de estratégias interdisciplinares entre as disciplinas de História e Geografia, e que contribuirão para a promoção de uma postura crítica por parte dos alunos. Mais do que uma mudança nas concepções, promoveriam uma mudança de atitudes perante as problemáticas em estudo, de modo a desenvolverem uma consciência de cidadania universal nos discentes, a apurar o seu espírito crítico e deste modo contribuir para uma constante otimização do ato educativo.

Em última instância, pretende-se que o conhecimento das representações sociais e a sua operacionalização, expostos no presente trabalho, contribuam para uma maior descentralização dos problemas educacionais, de modo a impulsionar uma constante otimização do ato educativo.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 30 de outubro de 2013

Autor: **Marco André Ribeiro de Pinho**

Título: ***TPC: Estratégia Modelo ou Método Pesadelo?***

Palavras-chave: Trabalho de Casa; TPC; Autorregulação; História; Geografia

Resumo

O TPC é uma estratégia que, apesar de comumente utilizada pelos professores nas escolas, não carece da devida atenção por parte destes. O presente relatório pretende refletir sobre a sua utilização, e verificar se existe uma relação entre a realização de TPC e as melhorias dos resultados às disciplinas de História e de Geografia.

A importância do TPC é também abordada neste relatório, sobretudo em relação aos processos autorregulatórios e ao seu papel educacional, e não apenas instrutivo do TPC.

Ao longo deste relatório, o TPC apresenta-se ainda como uma estratégia modelo que, apesar de não ser “milagreira” devido às inúmeras variáveis que poderão deitar por terra as suas vantagens educativas, pretende ser um complemento para aumentar o rendimento escolar dos alunos.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 21 de novembro de 2013

Autor: **Miguel Ângelo Alves Gomes Pinho da Rocha**

Título: ***A educação geográfica e histórica na assunção da cidadania***

Palavras-chave: Educação; Cidadania; Direitos / Deveres humanos; Valores; Educação Geográfica; Educação Histórica.

Resumo

Educar para a cidadania é fundamental na Contemporaneidade, dada a complexidade sociocultural em que vivemos. Urge, assim, uma formação do caráter dos nossos alunos, transversal a todas as disciplinas e níveis de ensino, promovendo-se os ideais democráticos, baseados na universalidade dos direitos e deveres humanos. Como tal, cabe ao professor, levar os discentes à adoção de boas condutas, na medida em que estes se afiguram enquanto futuros cidadãos responsáveis e participativos.

Não existindo um conceito pragmático e assertivo de “educação” e de “cidadania”, dada a sua complexidade teórica, investigar sobre estes dois conceitos no período limitado de um estágio pedagógico em História e Geografia, afigurou-se, evidentemente, uma tarefa em nada simples. Por conseguinte, e em virtude da transversalidade de uma educação cívica, alegada no currículo nacional e na própria Constituição portuguesa, o presente trabalho sustentou-se em referenciais teóricos que auxiliaram o delineamento de todo o seu processo investigativo.

Neste sentido, enquadrámos este estudo de caso através do desenvolvimento de situações de processo ensino/aprendizagem, sempre direcionadas para a assunção da cidadania. Tendo sido experimentadas numa amostra de quatro turmas do 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário, a utilidade daquelas viria a ser testada com a aplicação de inquéritos por questionário. Ao serem os instrumentos de recolha de dados de eleição utilizados nesta investigação, os inquéritos comprovaram, consequentemente, a “essência cívica” dos conteúdos geográficos e históricos abordados, bem como a concetualização de cidadania que os alunos adquiriram através destes mesmos conteúdos.

Portanto, os pressupostos e objetivos desta dissertação basearam-se, essencialmente, na opinião expressa dos alunos nos questionários. Curiosamente, o processo de análise e tratamento dos dados obtidos, declarou, em particular, uma similitude no que respeita à concetualização de cidadania por parte dos inquiridos, independentemente do ciclo de estudos ou disciplina (Geografia ou História) em que estavam inseridos.

Orientadoras: Olga Maria de Sousa Lima e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: Doze de julho de dois mil e treze.

Data das provas: 13 de junho de 2013

Autor: **Pedro Miguel Neto Oliveira Fernandes**

Título: ***O Retrato Social de Portugal em História e Geografia – o uso do documentário em sala de aula***

Palavras-chave: Audiovisual na escola; Documentário; Educação; Geografia; História.

Resumo

Os alunos, desde muito cedo, são confrontados com a realidade tecnológica enquanto fonte de lazer mas também de informação. Assim, importa trazer os meios audiovisuais existentes na esfera discente para o meio escolar. De entre os meios audiovisuais suscetíveis de serem utilizados, os documentários assumem especial importância pela capacidade informativa e meio atrativo de revelar a mesma. Não obstante, não podemos descurar que o documentário expressa o entendimento do realizador. Cabe ao docente, enquanto mediador, alertar para esse facto, contextualizar a elaboração do documentário e alertar para as perspetivas existentes.

De forma a aferir da importância dos documentários no ensino, na prática pedagógica supervisionada, utilizei vários documentários dando especial ênfase ao documentário *Retrato social – ganhar o pão* do autor António Barreto, realizando uma ficha de trabalho. Após a análise da mesma, é possível inferir que os documentários são importantes recursos didáticos e devem ser utilizados na edificação do processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 17 de julho de 2013.

Autor: **Tiago Fernandes da Silva**

Título: ***A Fotografia no Ensino da História e Geografia***

Palavras-chave: Fotografia; Ensino; Interpretação.

Resumo

Esta investigação resulta do trabalho desenvolvido na Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, no ano letivo de 2012/2013. A nossa preocupação passou pela utilização da fotografia nas disciplinas de Geografia e História.

No enquadramento teórico, procurámos conhecer a história da fotografia; as propostas de trabalho desta fonte na Geografia e na História; e o uso dado no manual escolar adotado e nos programas curriculares.

No enquadramento metodológico, aplicámos o nosso instrumento de avaliação, onde os alunos interpretando a mesma fotografia, em diferentes momentos de análise (separados pelo estudo, discussão e troca de ideias na sala de aula) buscavam a função descritiva (na Geografia) e a função narrativa (na História).

Para a avaliação das respostas dos alunos, usamos uma gradação do conhecimento em três níveis – pré iconográfico, iconográfico, e iconológico – tal como proposto por Erwin Panofsky.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 22 de novembro de 2013

Autor: **Tiago Moreira Fernandes da Silva**

Título: ***A importância do caderno diário no ensino-aprendizagem de História e de Geografia***

Palavras-chave: *Caderno diário, História, Geografia, Autonomia dos alunos, Avaliação.*

Resumo

Elemento tradicional nas escolas, a presença dos cadernos diários nas salas de aula passa, atualmente, quase despercebida, fruto da naturalidade com que estes são utilizados.

Desta forma, para perceber qual a importância efetiva desta ferramenta escolar na aprendizagem dos alunos, desenvolvemos este trabalho no contexto de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia.

Neste sentido, através da aplicação de um inquérito por questionário e da análise dos cadernos diários de História e de Geografia de uma turma do 9.º ano, recolhemos dados que nos permitiram traçar uma comparação entre as classificações destes alunos nas disciplinas de História e de Geografia e os seus respetivos cadernos, estabelecendo relações que possam explicar os dados obtidos.

Assim, o objetivo deste trabalho passa por compreender a relação entre o empenho que os alunos dedicam à organização dos seus cadernos diários, em História e em Geografia, e o aproveitamento alcançado nestas disciplinas.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 21 de novembro de 2013

Autor: **Vítor José de Oliveira Fontes**

Título: ***O Potencial Didático dos Mitos e das Lendas na Educação Histórica***

Palavras-chave: Mitos e Lendas; Imaginação Histórica; Didática da História; Educação Histórica

Resumo

Ensinar História é “*contar aquilo que aconteceu*”. Esta é a ideia dominante acerca da missão da educação histórica e da sua principal vocação. Ensinar História é contar histórias, perpetuando no tempo e na memória, individual e/ou coletiva, os homens que viveram antes do instante que se narra e os seus feitos. Por isso se considera que a história deriva da narrativa, não se definindo por um objeto de estudo, mas por um tipo de discurso. Na verdade, esta conceção da história enquanto narrativa tem sido um dos temas mais controversos e apaixonantes do debate epistemológico da historiografia, sobretudo a partir do século XIX.

De facto, a compreensão do posicionamento de maior ou menor distanciamento da História em relação às narrativas míticas ou lendárias torna incontornável a discussão em torno do posicionamento da própria História enquanto ciência ou enquanto disciplina literária. Note-se que, até ao século XIX, os mitos, as lendas e os contos sempre foram considerados para efeitos de produção do conhecimento histórico, sendo tão difícil distinguir “realidade” e “ficção”, “verdade” e “falsidade”, quanto traçar as fronteiras entre discurso dito histórico e o discurso mítico, lendário ou imaginário. Só a partir do século XIX é que a História, agora feita ciência social, com um *corpus* metodológico bem definido e blindado, passou a repudiar as narrativas (orais ou escritas) de natureza ficcional ou imaginada, temendo a sua despromoção por contaminação da fantasia. Mais recentemente assistimos a um reencontro da História com as narrativas imaginadas e fantasiosas, que voltam a ser consideradas para efeitos de produção do conhecimento histórico e da sua divulgação.

São muitos os que defendem a importância de um *regresso à narrativa*, reconhecendo a importância que ela pode ter na construção e divulgação do conhecimento histórico. Este relatório traduz a vontade de demonstrar o valor das narrativas ficcionais, de que os mitos e as lendas são excepcionais exemplos, no processo de ensino e aprendizagem da História. Embora reconheçamos as suas limitações ao nível da representação do real, estas narrativas (orais e/ou escritas) são poderosos instrumentos que nos possibilitam criar as nossas próprias representações do tempo histórico. Acreditamos que os professores de História têm, neste processo, uma responsabilidade especial que advém da nossa profunda convicção de que somos “construtores de imaginários”. Esta é a razão que nos leva a fazer a apologia de uma pedagogia do imaginário.

Lembremos José Mattoso (1997) na sua obra “*A Escrita da História*”, quando afirma que a busca da positividade em História não deve esquecer que “*ela só alcança o passado por intermédio de sinais e representações mediadoras da realidade e não por um exame direto da própria realidade. Esses sinais são as marcas da passagem do Homem, mas são também as próprias representações verbais ou mentais que permitem escolher entre eles os que são considerados representativos. A história é, portanto, uma representação de representações. É um saber, e não propriamente uma ciência.*” Assim, a História não pode ignorar o estudo das narrativas míticas, das lendas e dos contos enquanto representações da realidade, de um certo modo de viver e de pensar, de um imaginário colectivo fundamental para a compreensão do passado. Para Mattoso, a memória coletiva baseia-se numa reconstituição imaginária, mítica, mesmo quando resulta da transmissão escolar, porque condiciona, muitas vezes, os comportamentos coletivos.

No entanto, o uso de narrativas ficcionais como estratégias de ensino e aprendizagem é um processo difícil, complexo e delicado, desde logo porque a seleção de uma narrativa ficcional

(por exemplo, mito, lenda, ou conto) exige uma reflexão profunda, quer do ponto de vista literário, quer histórico, que deverá ser sustentada num rigoroso trabalho de investigação e cruzamento com outras fontes. Existe um conjunto de diferenças entre as histórias e a História apresentada nos manuais, desde logo, porque as histórias são mais próximas da vida real; focam as consequências dos eventos históricos nas pessoas de vários níveis sociais; usam muitas vezes o humor para descrever as pessoas e os acontecimentos; relatam tomadas de posição das pessoas, escolhas, perante acontecimentos e factos históricos, estimulando assim o pensamento crítico. Por esta razão, o papel do professor é vital para criar as condições que garantam que os alunos passem de uma dimensão mais emotiva, a da história, para uma dimensão mais analítica de outras fontes, para a interpretação da História. Deste modo, as narrativas podem ser usadas de múltiplas formas, apresentando diversas versões de um facto e/ou acontecimento histórico, o que ajuda os jovens a compreenderem que não há apenas uma versão correta do passado e que a sua compreensão exige um estudo rigoroso de diversas fontes. Outro dos méritos desta estratégia é a sua capacidade para ajudar os alunos a dar sentido ao que aprendem, a aprofundá-lo e integrá-lo no que já sabem; ajudar os alunos a explorar as fronteiras entre imaginação e realidade.

Neste relatório reportamos o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio pedagógico da componente de prática de ensino supervisionada da unidade curricular de iniciação à prática profissional na área disciplinar de História, realizado na Escola Secundária de Paredes, no ano letivo 2012/2013.

O nosso objetivo foi procurar compreender qual o potencial didático dos mitos e as lendas no processo de ensino e aprendizagem de História e construção do conhecimento histórico entre os jovens.

Este relatório encontra-se organizado em duas partes: a primeira de enquadramento teórico-metodológico e a segunda de apresentação dos resultados do estudo empírico.

No primeiro capítulo, procuramos clarificar a natureza dos conceitos, funções e significados dos mitos e das lendas, explorando o posicionamento da História face às narrativas ficcionais em perspetiva histórica e dando especial atenção à singularidade da historiografia portuguesa.

No segundo capítulo, refletimos sobre o potencial didático dos mitos e das lendas na educação histórica, defendendo uma prática pedagógica que valorize e potencie o pensamento imaginário dos nossos alunos. Além disso, apresentamos alguns princípios e orientações metodológicas que consideramos fundamentais para a sua utilização nas aulas de História.

No terceiro capítulo, apresentamos o enquadramento e opções metodológicas por nós utilizadas no processo de ensino e aprendizagem e um conjunto de intervenções educativas que exploram o potencial didático destas narrativas ficcionais nas aulas de História, nas suas múltiplas possibilidades: enquanto recurso, motivação, situação-problema e instrumento de avaliação das aprendizagens, expondo os resultados do nosso estudo empírico.

Assim, acreditamos no enorme potencial que a utilização dos mitos e das lendas podem ter como motivação para a educação histórica e como recurso para a promoção de aprendizagens verdadeiramente significativas para os alunos, estimulando a imaginação histórica e contribuindo para uma interpretação e apreciação crítica e lúcida das narrativas ficcionais.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 1 de novembro de 2013

Curso de Mestrado em História Contemporânea

Autor: **Pedro Almeida Leitão**

Título: **«Please call me Co'burn». A Cockburn Smithes e a marca *Special Reserve* no mercado inglês de vinho do Porto (1962-1976)**

Palavras-chave: Cockburn, Cockburn's Special Reserve, vinho do Porto, marketing.

Resumo

No contexto da grave crise das exportações vivida no sector comercial do vinho do Porto desde a II Guerra Mundial e da superação dessa crise ao longo dos anos sessenta, estudámos o percurso da Cockburn Smithes, uma firma exportadora de Gaia, também estabelecida em Inglaterra, prestando particular atenção ao período de recuperação e crescimento, entre 1962 e 1976.

Recorremos sobretudo ao arquivo da empresa (localizado em Gaia, nos antigos armazéns da Cockburn's), levantando fontes de diversos tipos, resultantes da laboração diária da firma durante aquele período: correspondência trocada entre diretores e gestores dos dois escritórios da empresa (em Portugal e em Inglaterra), relatórios departamentais, propostas comerciais, notas administrativas, documentos contabilísticos vários, circulares internas, etc. Cruzámos, sempre que possível, estas fontes com outras externas à empresa. Tentámos, assim, compreender a resposta dada pela organização e pelos seus órgãos de poder às profundas mudanças operadas ao longo do período estudado no seu meio envolvente e no principal mercado de exportação, a Inglaterra.

Alvo de um *takeover* em 1962, movido pelo grupo empresarial britânico Harveys of Bristol, foi inserida nesta estrutura que a Cockburn's procurou novas estratégias para reconquistar uma posição de liderança no estagnado mercado inglês de vinho do Porto. A inserção no grupo Harveys foi decisiva na criação da marca *Cockburn's Special Reserve*, um vinho *premium* que, lançado em 1969, catapultou a firma para a dianteira daquele mercado na década seguinte. Analisámos a forma como a Cockburn's viveu todas estas transformações, as relações entre os escritórios do Porto e de Bristol, bem como as posições e o papel dos diretores da empresa em Portugal.

Orientador: Gaspar Manuel Martins Pereira

Data das provas: 21 de outubro de 2013

Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento

Autor: **Diogo Nuno Machado Pinto Faria**

Título: ***A Chancelaria de D. Manuel I. Contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais***

Palavras-chave: Chancelaria, D. Manuel I, burocracia régia, sociedade política, prosopografia

Resumo

A renovação da história política do Portugal medieval passou, em larga medida, pelo estudo sistemático dos registos da *Chancelaria régia*. Tendo como obra de referência *O Desembargo Régio (1320-1433)*, de Armando Luís de Carvalho Homem, foram desenvolvidos na Universidade do Porto vários trabalhos sobre as chancelarias de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II que se debruçaram, fundamentalmente, sobre três aspetos: a) a tipologia dos documentos emitidos pelos monarcas; b) a estrutura da administração associada à redação dos diplomas; c) a oficialidade responsável pela elaboração dos atos. Este projeto de mestrado insere-se nesse programa historiográfico e partilha o seu quadro teórico.

A dimensão do objeto de estudo – a *Chancelaria de D. Manuel I* é constituída por 46 livros – obrigou a que o *corpus* documental da dissertação fosse restringido. Porventura, a solução mais natural seria optar por estudar exaustivamente um curto período de tempo. O caminho escolhido foi diferente, pois passou pela análise de quatro anos não consecutivos do reinado de D. Manuel: 1496, 1504, 1512 e 1521. Apesar de esta amostra, estatisticamente, não ser representativa da totalidade do reinado, pareceu interessante conhecer bem a atividade burocrática da administração central em quatro momentos distintos, o que permite efetuar comparações, constatar transformações e esboçar linhas de força.

Os números fundamentais são estes: quatro anos do reinado de D. Manuel, oito livros da sua *Chancelaria*, 3 157 diplomas. Em relação a 1504, 1512 e 1521 a análise foi praticamente exaustiva, pois foram tratados todos os livros cuja esmagadora maioria da documentação é relativa a esses anos. Quanto a 1496, foram examinados dois dos seis livros que contêm registos desse ano, o que corresponde a cerca de 30% dos atos, uma amostra estatisticamente válida à luz dos modelos matemáticos que já foram aplicados a este tipo de diplomas. A população de oficiais redatores que foi estudada através do método prosopográfico é constituída por 38 indivíduos.

A dissertação foi organizada em quatro capítulos. No primeiro, analisa-se a evolução arquivística da *Chancelaria de D. Manuel I* e a sua estrutura externa, apresenta-se os conteúdos dos diplomas estudados e compara-se o peso de cada área de incidência governativa na burocracia. O segundo é dedicado à figura rei, olhando-se às características particulares da realeza manuelina e à intervenção direta do monarca no quotidiano do despacho. No terceiro analisa-se a estrutura da administração associada à *Chancelaria*, através do tratamento individual de cada um dos cargos dos oficiais redatores de documentos. Finalmente, no quarto capítulo, com base no catálogo prosopográfico, estuda-se o grupo dos indivíduos que exerciam os cargos abordados anteriormente, procurando-se conhecer a sua inserção geográfica e social, os seus níveis económico e cultural e as suas carreiras.

A concretização dos objetivos desta dissertação permitiu chegar às seguintes conclusões:

1. A documentação que hoje integra os livros da *Chancelaria de D. Manuel I* corresponde a menos de 50% daquela que foi produzida e registada nesses tomos entre 1495 e 1521.

2. Durante o reinado do *Venturoso* operou-se uma transformação importante na forma como eram organizados os diplomas nos volumes da *Chancelaria*. De um primeiro momento em que em cada livro eram registados os mais diversos tipos de documentos, passou-se para uma organização temática dos tomos. Surgiram assim volumes de provimentos, de privilégios, de doações e de perdoes.

3. No que toca ao conteúdo dos documentos, esta *Chancelaria* não é pródiga em novidades. No entanto, o peso de cada setor da administração no seio do Desembargo régio altera-se neste período. A Fazenda é o “departamento” que mais se destaca, nele se enquadrando cerca de 50% dos documentos compulsados. Seguem-se a Administração Geral (que inclui a Defesa), a Graça e a Justiça (que praticamente se eclipsa da *Chancelaria*).

4. Teoricamente, D. Manuel I foi o redator de cerca de 42% dos documentos compulsados (este valor deve ser matizado, pois não é crível que o monarca interviesse diretamente na preparação de centenas de cartas “em forma” onde não se identificam outros redatores). Em termos absolutos, era no domínio da Fazenda que a sua intervenção mais se fazia sentir. No entanto, em termos relativos, verifica-se que era no âmbito da Graça que a subscrição régia tinha um peso maior.

5. Quanto aos ofícios da administração, constata-se que: a) descontando o desdobramento da Corregedoria da Corte em feitos cíveis e crimes, não há ofícios novos na administração do *Venturoso*; b) o Chanceler-mor, os Vedores da Fazenda e os Desembargadores do Paço são os principais redatores de atos régios; c) não se encontra qualquer sinal de ter existido um Vice-Chanceler neste reinado; d) o cargo de Escrivão da Pureza, no que toca à produção burocrática registada na *Chancelaria*, eclipsou-se; e) no domínio da Justiça, diminui o leque de magistrados com expressão no despacho de atos da *Chancelaria*; e) na Fazenda, assiste-se à complexificação das funções dos Vedores.

6. Os oficiais redatores desta *Chancelaria* não constituíam um grupo homogéneo. A nobreza tinha um peso significativo no seio da administração manuelina, que decorria da importância atingida pelos setores da Fazenda e da Defesa. Os letrados e os clérigos continuaram a ocupar os principais cargos da Justiça e da *Chancelaria* propriamente dita. Pertencer ao Desembargo era compensador: são abundantes os exemplos dos oficiais que, ao longo das suas carreiras, alcançaram títulos nobiliárquicos, desenvolveram redes clientelares, aumentaram o seu património e diversificaram os seus rendimentos. A evolução das carreiras variava consoante os setores da administração e o perfil social e académico dos oficiais.

Em linhas gerais, concluiu-se que a *Chancelaria de D. Manuel I*, tendo sofrido transformações, especialmente no que toca à forma como eram arquivados os documentos e ao peso dos diferentes setores da governação, não foi palco de mudanças radicais. O reinado do *Venturoso*, ainda que rico em reformas legislativas, parece não ter constituído um momento de viragem no que diz respeito ao funcionamento das instâncias superiores da burocracia do reino, correspondendo antes ao prolongamento, com adaptações, da realidade administrativa herdada de monarcas anteriores.

Orientadores: Armando Luís de Carvalho Homem e Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte

Data das provas: 13 de setembro de 2013

Curso de Mestrado em História e Património

Autora: **Carla Sofia Alves Mendes**

Título: *As Sentenças do Cabido da Sé do Porto – estudo do contexto e tratamento da informação.*

Palavras-chave: Sentenças; Cabido da Sé do Porto; Arquivística; Arquivo Distrital do Porto

Resumo

“Adquirir, armazenar e recuperar informação” são, nas palavras de Armando Malheiro, as funções principais de qualquer sistema de informação que se materializam nos Arquivos. Estes são lugares onde se preserva a memória coletiva, para que ela prevaleça para gerações futuras. Partindo deste princípio, e tendo como base a ideia de preservação da memória e, consequentemente, da História portuguesa, foi realizado um estágio no Arquivo Distrital do Porto, com a duração de 400 horas, que culminou na apresentação de um relatório de estágio sobre o trabalho desenvolvido.

O objeto de estudo foi uma série existente no Arquivo Distrital do Porto, designada de “Sentenças” e pertencente ao fundo do Cabido da Sé da mesma diocese. Trata-se de um conjunto documental não descrito arquivisticamente e que pertence a uma instituição com um peso significativo para a história da cidade. O objetivo principal do trabalho foi o de efetuar a descrição arquivística, de modo a disponibilizar ao utilizador do Arquivo o seu conteúdo.

A análise de cada livro e a sua posterior descrição teve por base a recolha da data, assunto, local e tipologia de cada documento que o constitui. Apesar de, inicialmente, se pretender fazer uma análise ao nível do documento, a dimensão alargada da série, que é constituída por 111 livros, 2199 documentos, obrigou a que se optasse por uma descrição intermédia entre a série e o documento, ou seja, ao nível da unidade física, oferecendo ao utilizador informações sobre os tipos de documentos que constituem cada livro analisado. A descrição ao nível do documento, abrangeu apenas os trinta primeiros livros, correspondentes a 546 documentos.

A história custodial da série aparece ligada à do fundo que a contém. Terá surgido pela necessidade que o Cabido sentia de guardar as decisões proferidas em meio judicial. Mas ao longo dos tempos, o Cabido passou também a armazenar, juntamente com as sentenças, outros documentos com informações relevantes para o seu dia-a-dia e funcionamento, como por exemplo os direitos que podia cobrar, autos de posse de propriedades, contratos, entre outros tantos registos que pudessem justificar determinada ação ou que tivessem um efeito probatório.

Ao nível das características físicas, a série apresenta-se encadernada sob a forma de livros, revestidos a pele, que são compostos por fólios de papel que formam cadernos. A elaboração dos documentos e a sua encadernação não terão ocorrido no mesmo período, as encadernações são todas semelhantes, apesar da variedade de datas apresentadas para cada um dos documentos constituintes de um livro.

A série desenvolveu-se ao longo de cinco séculos (1403 a 1853). Este facto dificultou a definição das tipologias documentais. A análise subjacente ao tratamento arquivístico dado a esta série foi uma análise tipológica e não diplomática, apesar de não se poder dissociar uma da outra. Assim, não existiu tanto a preocupação de classificar os documentos quanto ao assunto neles apresentados, mas sim quanto à sua forma interna. Para esta série, é possível falar de uma classificação do tipo jurídico-diplomática, o que significa que é ligeiramente mais ampla que a classificação diplomática, mas não tão precisa e abrangente como a classificação jurídica. Identificaram-se 114 tipologias documentais.

É impossível negar a variedade que a série apresenta, quer seja ao nível dos tipos documentais, quer seja ao nível das entidades produtoras que os elaboraram: régio, judicial, notarial, eclesiástico e particular. Apesar de ter sido organizada e mantida por uma entidade concreta, o cartório do Cabido da Sé do Porto, nela se encontram produtores e intervenientes de todo o reino.

Todos os documentos da série estão de alguma forma relacionados com o Cabido. Apesar de alguns, ao primeiro olhar, não parecerem ter nenhum elo de ligação com a instituição, ela está lá, caso contrário o Cabido não teria interesse em preservá-lo. Muitas vezes são até documentos provenientes de fora do bispado e dos seus domínios, mas cujo texto apresenta elementos que lhe são, ou que poderiam vir a ser, úteis. É interessante verificar que não se encontra um único documento cujo veredicto seja contra o Cabido. Guardava-se apenas aquilo que interessava e enaltecia o seu poder e não aquilo que dava conta dos seus fracassos.

Por se considerar que a função do arquivista não é somente fazer descrições mas também interpretar a informação que recolhe e torná-la o mais acessível possível ao utilizador, foram também apresentadas outras hipóteses de análise e tratamento passíveis de serem aplicados à série *Sentenças*. Por essa razão, foi feita:

1. Uma reconstrução intelectual da série tendo por base uma amostra, constituída pelos cinco primeiros livros das *Sentenças*. Com esta reconstrução procurou-se teorizar a melhor forma de ordenação e organização da série, caso fosse possível fazê-lo nesse momento.
2. Uma reorganização da série visando a sua estrutura primitiva, ou seja, tendo em atenção algumas referências encontradas sobre uma organização anterior à que foi feita durante o século XIX. Contudo, foi necessário ter presente a noção de que podia ser um trabalho muito limitativo e que poderia conduzir a alguns erros, já que essa organização dependeria da própria sensibilidade do arquivista e dos seus conhecimentos sobre a matéria.
3. Uma ordenação por assuntos e uma ordenação por lugares, tendo em conta dois aspetos fundamentais: em primeiro lugar os motivos pelos quais o Cabido guardava a sua documentação; em segundo, o tipo de organização que melhor corresponderia às pesquisas dos utilizadores.
4. Uma nova designação, pois verificou-se que a série contém muito mais do que sentenças e processos judiciais, oferece uma visão mais lata do Cabido e do seu património.

Deste trabalho resultou a descrição de todas as unidades de instalação que constituem a série e a descrição ao nível do documento apenas dos trinta primeiros livros, obtendo-se como produto final um catálogo da série. Procurou-se que a descrição fosse coerente e uniforme e que respondesse às necessidades do utilizador. Em suma, pretendeu-se dar a conhecer uma série até então pouco utilizada e na qual se acumulam várias memórias da cidade do Porto e, em especial, do Cabido.

Orientadoras: Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 2 de dezembro de 2013

Autora: **Cecília Manuela Lopes de Melo**

Título: ***Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira: análise do sistema de informação da câmara municipal (do Antigo Regime ao Estado Novo)***

Palavras-chave: História; Ciência da Informação; Arquivística; Sistema de Informação Municipal; Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira.

Resumo

Atualmente os arquivos já não são vistos apenas como meros espaços de conservação e custódia de documentos mas sim como serviços responsáveis pela receção, organização, conservação, gestão e difusão do sistema ou sistemas de informação das instituições, constituídos por conjuntos de documentos produzidos organicamente pelas mesmas, no âmbito das suas competências ou funções, na longa duração. Sendo assim, o trabalho a desenvolver pelo profissional da informação, num arquivo, deve refletir sempre a evolução orgânica de cada instituição, tendo em conta os princípios da ação estruturante, da integração dinâmica, da grandeza relativa e da pertinência.

O projeto desenvolvido no âmbito do 2º ciclo de Estudos em História e Património-ramo Arquivos Históricos teve como tema o Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira, como objeto de estudo o sistema de informação da câmara municipal (1514 a 1972), como opção, a organização de toda a documentação histórica que compõe esse sistema e, como objetivo, a criação de instrumentos de acesso/ recuperação dessa mesma informação.

O posicionamento teórico-metodológico adotado, assente epistemologicamente num emergente paradigma informacional e científico, considera a Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. Acentua a importância dada à *informação* como seu objeto de estudo, interpretada e explicada com o recurso à *Teoria Sistémica*, enquadrada e orientada por um dispositivo metodológico de investigação, o *Método Quadripolar*. Desenvolvido no âmbito das Ciências Sociais, adota uma dinâmica de investigação que se articula em volta de quatro pólos, ou etapas metodológicas, isto porque, numa perspetiva trans e interdisciplinar, este objeto de estudo exige uma abordagem científica que vai muito além da tradicional visão meramente tecnicista e/ou tecnológica.

O conjunto de operações realizadas ao longo deste trabalho, enquadrado segundo uma nova perspetiva científica da Arquivística, acabou por gerar um conhecimento que vai muito para além da tradicional aplicação de técnicas de recolha, tratamento e difusão da informação pois, entendemos que a análise e descrição de um sistema de informação, segundo uma lógica organizacional, dentro do universo sistémico que a envolve, só pode ser um trabalho rigoroso se der origem, ou for baseado, ao/no conhecimento da realidade arquivística onde o mesmo foi gerado. Deste modo tentámos perceber a forma como o mesmo se desenvolveu e se foi consolidando ao longo dos tempos com base na realidade histórico-institucional do nosso país, em geral, e do Município de Santa Maria da Feira, em particular, recorrendo a diversas fontes de informação disponíveis, que possibilitaram a consolidação dos conhecimentos necessários à representação intelectual e gráfica do objeto de estudo e sua descrição.

Tendo em conta o volume e antiguidade da documentação e as várias reformas operadas pelos diferentes regimes político-administrativos que vigoraram durante séculos, iniciamos este trabalho com um levantamento das diferentes fontes de informação disponíveis, nomeadamente livros de atas das reuniões de câmara, livros de acórdãos, códigos de posturas e regulamentos municipais, relatórios de gerência camarária, Ordenações, Diários do Governo, Diários da República, compilações de legislação, assim como vários estudos sobre municipalismo, estruturas administrativas e análise de sistemas de informação municipais. Iniciamos este estágio tendo em

conta a existência de um recenseamento prévio à documentação, mas que necessitava de uma abordagem prévia essencial, ou seja, a identificação dos órgãos e serviços da administração local e a sua relação com outros órgãos da administração com os quais interagiu ao longo dos séculos. Foi durante esta fase da investigação que nos inteiramos de que era imprescindível efetuar um novo recenseamento à documentação pois era notório que muita dela, que se encontrava recenseada como pertencendo ao sistema de informação da câmara municipal, era na realidade oriunda de outras proveniências. Apesar de esta ter sido uma tarefa não prevista revelou-se uma opção certa e fundamental para a correta organização, classificação e descrição do sistema de informação da câmara municipal.

Toda a contextualização histórica e institucional que precedeu o novo recenseamento teve como propósito esclarecer ambiguidades relativamente à proveniência de determinados documentos; identificar órgãos, serviços, secções e officios assim como as suas competências e funções; perceber a contextualização e dinâmica de produção da documentação e, por fim, sendo contudo o requisito essencial para a correta organização do sistema de informação, servir de suporte à elaboração de organigramas, quadros de contexto e de classificação para a documentação.

O produto final deste trabalho consistiu na criação de um instrumento base de suporte à organização e descrição do Sistema de Informação, segundo a estrutura orgânico-funcional da instituição, com o intuito de se criarem instrumentos de acesso à informação em suporte eletrónico.

O estudo retrospectivo desenvolvido ao longo deste estágio, assim como as operações de descrição, indexação e criação de instrumentos de acesso, pese embora todos os constrangimentos e condicionantes com que nos fomos deparando, pensamos constituírem uma representação aproximada da realidade em estudo.

Os resultados alcançados, apesar de os considerarmos genericamente positivos, carecem ainda de muita investigação, a ser realizada com base na análise da documentação existente no arquivo, de forma a obter elementos que consideramos essenciais à produção de conhecimento.

Sendo este um trabalho ao qual pretendemos dar continuidade, o conhecimento adquirido abriu caminho para a continuidade do estudo orgânico-funcional do município, com vista à organização total do sistema de informação arquivo do município, assim como de outros sistemas de informação, com os quais este se relacionou, ao longo dos séculos, e que também são parte integrante do Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 21 de outubro de 2013

Autora: **Edite Mafalda Gama Correia**

Título: ***O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: Estudo e Tratamento Arquivístico – Modelo Sistémico***

Palavras-chave: História; Ciência da Informação; Misericórdias Portuguesas; Modelo Sistémico; Santa Casa da Misericórdia de Barcelos; Arquivo Histórico

Resumo:

O título dado a este relatório, O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos: Estudo e Tratamento Arquivístico – Modelo Sistémico, identifica a necessidade de pesquisa e tratamento do acervo documental a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos (SCMB), respeitando uma realidade alargada, tendo em conta a sua estrutura interna e os seus agentes de ação que produziram e geriram este sistema de informação.

Este projeto iniciou-se a partir de um conjunto de questões pertinentes tais como: quem são os elementos produtores de informação dentro da SCMB e que deram forma ao atual Arquivo Histórico? Como é que esta instituição se estruturou ao longo da sua existência e de que forma as suas ações provocaram alterações na natureza e volume documental? De que forma terão os seus estabelecimentos, como, por exemplo, o Hospital e Asilo, contribuído para a documentação a cargo do Arquivo Histórico?

Para responder a todas estas perguntas houve necessidade de uma pesquisa e recolha de informação bibliográfica, que foi uma fase importante deste trabalho já que forneceu um importante material de apoio e estudo para este projeto.

Por falta de trabalhos anteriores acerca da história e estrutura interna da SCMB, foi imprescindível recorrer às fontes manuscritas do próprio arquivo, de forma a entender a sua constituição e estrutura orgânica, nomeadamente os compromissos, regulamentos e estatutos.

A nível da arquivística atual, as publicações e estudos do Doutor Armando Malheiro e da Doutora Fernanda Ribeiro, foram fundamentais para a compreensão a nível teórico da criação do modelo sistémico de informação aplicado neste projeto.

Assim tornou-se essencial trabalhar o acervo documental, conhecer a estrutura orgânica e funcional da instituição, já que mediante as concepções arquivísticas, é necessário primeiro proceder à identificação dos órgãos que compõem a instituição em causa e fazer o reconhecimento das suas funções e competências, para mais tarde se poder distribuir a documentação sob cada produtor, já que dentro de uma mesma instituição existem vários produtores de informação que contribuem para o total global da documentação presente em arquivo. Aplicamos, pois nesta fase do trabalho o método arquivístico baseado na investigação quadripolar recomendada pelos autores da obra Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação, que se mostrou essencial para a correta reconstrução do contexto orgânico-funcional e temporal da produção documental.

O primeiro passo deste trabalho começou com a identificação da estrutura interna de gestão da SCMB e dos seus estabelecimentos. Paralelamente, empreendeu-se um estudo e levantamento da documentação a cargo do Arquivo Histórico da SCMB, num trabalho contínuo sobre a documentação, de forma a construir um recenseamento e posteriormente um catálogo.

Assim, para a criação dos organogramas e quadros de competências, procedeu-se, a um levantamento de todos os compromissos, regulamentos e estatutos da SCMB e dos seus estabelecimentos para o período abarcado pela documentação do Arquivo Histórico, ou seja, desde cerca de 1498 a 2000.

Foi possível observar que existiam 4 documentos (Compromissos) relativos à administração

e gestão da SCMB, o que nos conduziu ao estabelecimento de 4 grandes divisões temporais em termos da lógica sequencial da produção documental. Além daqueles, existiam 7 regulamentos complementares, relativos aos diversos estabelecimentos da instituição, que permitem observar a existência de uma acumulação de competências em diversos cargos comuns à SCMB e aos seus estabelecimentos.

No que toca aos Quadros Orgânico-Funcionais representados, encontram-se divididos em 5 colunas, que conduziram a uma estruturação da informação em quadros sistematizadores da informação: Objetivos/Atribuições, Estrutura, Competências, Atividades e Séries/Documentos, de forma a apresentar uma explicação textual, quer no que diz respeito à sua estrutura orgânica quer à sua utilização de cariz funcional, acrescendo ainda a produção documental correspondente à respetiva estrutura.

Assim, este estudo orgânico-funcional irá mais tarde servir de suporte para a implementação e avaliação do sistema de informação, permitindo também a representação e acesso à informação.

A par do estudo sobre a estrutura orgânico-funcional da SCMB, estabeleceu-se como objetivo o recenseamento da documentação, pelo que foi fundamental a utilização da Normais Internacionais como a ISAD(G) e a ISAAR(CPF). Após o recenseamento, ficou-se na posse de todos os elementos necessários para a criação de um catálogo da documentação e para a descrição arquivística do fundo. O passo seguinte foi o da organização dos documentos recenseados em séries documentais, podendo-se atribuir aos diversos órgãos e cargos produtores cada uma das séries e subséries criadas, de forma a construir um quadro de classificação adequado aos quatro quadros orgânico-funcionais e respetivos organogramas.

Após os estudos já mencionados, da estrutura orgânico-funcional da SCMB, e organizado o quadro de classificação e a descrição do Fundos e das Séries Documentais, a fase final foi a criação de pontos de acesso à documentação, ou seja, o Catálogo. O nosso objetivo sempre fora o de construir um instrumento de acesso à informação a nível de catálogo, ou seja uma descrição ao nível de documento, não nos limitando à construção das séries documentais, por permitir ao utilizador conhecer o conteúdo do acervo a um nível de grande especificidade.

Para além da construção do instrumento de acesso à informação, quisemos deixar presentes, algumas sugestões a considerar, a nível de ações futuras, de mediação do Arquivo Histórico da SCMB, para a possível dinamização e difusão da documentação a seu cargo, de forma a criar ações de promoção cultural e de divulgação, num processo de contínua mediação patrimonial.

Orientadores: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva

Data das provas: 3 de dezembro de 2013

Autor: **Jorge Manuel Teixeira do Amaral Resende**

Título: ***O Inventário Arqueológico de Cinfães – uma Reflexão: O Inventário como ferramenta de Gestão, Divulgação e Conservação do Património Arqueológico***

Palavras-chave: Inventário, Património Arqueológico, Gestão, Divulgação, Conservação do Património, Município de Cinfães

Resumo

A conservação é um dos temas principais do discurso e do pensamento patrimonial e o inventário como uma das formas de *como* conservar, dado que se torna impossível gerir o património se não o conhecermos, encontra-se em primeiro plano na política do património. O que levou a uma reflexão sobre as práticas patrimoniais de hoje e de há cem anos atrás, tanto mais que os objetos de estudo, monumentos, sítios e materiais, transmitem valores através das práticas, métodos e teorias arqueológicas. Por isso, o ato de inventariar significa dar um valor que se quer transmitir.

Já a escolha para o estudo de caso, da intervenção arqueológica no Município de Cinfães, prende-se com o facto de não existir uma inventariação completa atualizada do património arqueológico municipal, embora existam dois estudos importantes: *Inventário Arqueológico do Concelho de Cinfães: primeiros resultados* (1986) de Eduardo Jorge Lopes da Silva e Ana Maria Cunha; *Património Arqueológico do Vale do Bestança* (1997) de Luís Silva Pinho.

Metodologicamente a construção desta dissertação dividiu-se em 3 partes. Primeiro foi obtida a informação a ser utilizada na parte teórica da dissertação, que se justifica como aviso contextualizador de processos comparativos noutros países e em Portugal. Depois refletiu-se sobre o património arqueológico no concelho de Cinfães a partir da informação compilada. De seguida recorreu-se à prospeção arqueológica para a localização e identificação dos sítios arqueológicos, justificando uma observação, no terreno, reunindo um conjunto de dados a serem tratados na última fase. O uso de cartografia adequada foi essencial, como as cartas militares (escala 1:25000) referentes ao concelho, que serviram de base à georreferenciação dos objetos arqueológicos (em SIG). Esta prospeção foi fundamental, por responder à necessidade de actualização dos inventários já conhecidos, acrescentando novos vestígios arqueológicos ou avaliando as suas condições de conservação. Os dados obtidos resultaram na construção de um inventário/ base de dados. Esta teve que ser previamente construída, tendo em conta os objetivos do trabalho, a bibliografia consultada e o tipo de património com que se está a trabalhar.

Para esta dissertação foram selecionadas dois tipos de fontes, complementares: as fontes arqueológicas e as documentais. As fontes arqueológicas constituem os sítios e vestígios arqueológicos propriamente ditos. Estas apresentam grandes vantagens, uma vez que, ao observarmos o objeto arqueológico, podemos saber a sua cronologia, a geomorfologia, a sua função, o seu enquadramento paisagístico, alguns pormenores (como a decoração) e o seu estado de conservação atual. Contudo, este tipo de fonte apresenta também aspetos negativos. Sem um estudo pormenorizado do sítio, por exemplo uma escavação, há muita informação que ficará por revelar. Além de que o elevado estado de degradação do objeto poderá dificultar o acesso a informações sobre o mesmo.

As fontes documentais utilizadas mereceram uma crítica cerrada. Relatórios e estudos publicados sobre o património arqueológico do município de Cinfães, como, por exemplo, relatórios de escavação, de prospeção, e outros estudos publicados, mostraram-se vantajosas, por incluírem informações pormenorizadas sobre o sítio arqueológico, como a indicação de estruturas e espólio que estão impercetíveis hoje em dia, uma datação mais exata do sítio (indicada pela

estratigrafia e/ou pelo espólio), indicação do espólio, descrição pormenorizada do sítio (a nível da geografia, solos, vegetação, estratigrafia, etc.). Também o uso de imagens, fotografias, desenho arqueológico e cartografia, nos dão informações relevantes sobre os arqueossítios. Mas estas fontes têm a uma validade limitada, que o tempo, a metodologia direcionada para determinados objetivos, num certo momento, certamente não concedem. Daí a necessidade em comparar os dados, confrontando-os e actualizá-los através de trabalho no terreno, observando o aspeto atual do sítio.

Os dados obtidos após a conclusão do Inventário Arqueológico de Cinfães traçaram um cenário de relativo abandono deste património. Principalmente no que toca ao estado de conservação dos sítios e à sua cobertura vegetal. Relativamente ao estado de conservação o cenário não é insatisfatório de todo. Sendo que 69,3% dos sítios registados apresentam um estado de conservação bom ou razoável, segundo os termos definidos para o referido inventário (embora em 4,6% de registos o estado de conservação seja indeterminado, devido à inacessibilidade ou à impossibilidade de identificação do sítio/vestigio). Dos restantes 26% destacam-se alguns vestígios (9,3%) subterrados e semi-subterrados. O que impede uma avaliação profunda dos mesmos. Contudo, o grande sinal de abandono do património arqueológico de Cinfães é o avanço da cobertura vegetal, contando apenas com 58,3% de registos cuja cobertura vegetal é inexistente ou muito pouco densa (embora apenas um sítio se revelasse completamente inacessível).

Sendo um dos objetivos deste trabalho a promoção de medidas de intervenção no património arqueológico do Município de Cinfães, e tendo em conta a ameaça a que este está sujeito pelo aumento da cobertura vegetal, uma das medidas mais urgentes a ter em conta é a limpeza dos sítios arqueológicos. Assim como a identificação dos mesmos através de sinalética e a construção de centros interpretativos, a ser feita, pelo menos, nos sítios mais conhecidos e com maior monumentalidade. Muito deste património precisa também de trabalhos de restauro. Por outro lado, há que fazer o aproveitamento turístico dos sítios do município que apresentam características favoráveis para tal. Num nível mais académico, alguns dos sítios arqueológicos de Cinfães poderiam ser melhor aproveitados. Quer pela realização de estudos mais aprofundados, como novas prospeções com o intuito de descobrir património inédito, ou o estudo de sítios ainda pouco conhecidos, quer, ainda, pela realização de escavações.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data das provas: 7 de novembro de 2013

Autor: **José Eugénio Carvalho da Silva**

Título: ***Vizela, Desenvolvimento e Antagonismos Políticos: as disputas autonómicas da Regeneração à República***

Palavras-chave: Vizela; progresso; termas; política; memória

Resumo

De harmonia com o seu título, o trabalho desejou a construção/desconstrução de uma memória sobre Vizela e como Vizela a foi edificando, referente ao período do Liberalismo português que decorreu entre 1851 e 1910, ou seja da Regeneração à República.

O objeto de estudo foi a povoação de Vizela, constituída pelas freguesias de São Miguel e São João das Caldas (o espaço da contemporânea cidade de Vizela e sede do mesmo município), inseridas, administrativamente, à época, no concelho de Guimarães, do distrito de Braga. Pelo seu crescente poder de atração, o estudo alargou-se ao espaço constituído por mais 7 freguesias circunvizinhas pertencentes aos concelhos de Guimarães, Lousada, Felgueiras e Santo Tirso (todas do distrito do Porto), designado, de forma operativa, por “*Território de Vizela*”.

Analisou o processo de reivindicação e de construção de um espaço político - o concelho de Vizela - e a avaliação da sua vontade política autonómica em contextos argumentativos de desenvolvimento e/ou estagnação. Na articulação das três partes do trabalho pretendeu-se as respostas para duas questões: será na interação de crescimento económico, social, cultural e demográfico que radicam os principais agentes dinamizadores na construção de uma memória territorial, de uma centralidade territorial que, por sua vez, lhe conferirá a legitimação da vontade política de autonomia administrativa? Ou será, pelo contrário, a perceção da carência de progresso e de um vagaroso desenvolvimento que gerará tensões políticas e justificará licitude aos anseios independentistas de Vizela?

Sendo um trabalho em torno da história local e regional, procurou-se a informação destinada a responder às questões, essencialmente, nas bibliotecas e nos arquivos eminentemente regionais - públicos e privados.

Na primeira parte – *Vizela, Definição e Reivindicação de um Espaço* – abordaram-se as condições ideais oferecidas pelo vale do Vizela para a fixação de povoações nativas, dispersas por castros e cristelos; no decorrer da ocupação romana destacou-se a grandiosidade das termas romanas, a importância da rede viária e da sua ponte; analisou-se a constituição do efémero concelho de Vizela, criado em 1361, através da doação de D. Pedro I ao Infante D. João das terras de *Riba de Vizella*, extinto, em 1408, por D. João I; e os 5 *Recenseamentos Gerais da População* (de 1864 a 1911), facultaram a evolução demográfica do *Território de Vizela*, mostrando-se, sistematizados, um acentuado crescimento demográfico e índices elevados de densidade populacional.

Na segunda parte - *Progresso e Desenvolvimento* - revelou-se que Vizela foi estimulada pelos contributos das obras governamentais (os fatores exógenos), quando contemplada com a criação de infra-estruturas de comunicação: moderna Estrada Real n.º 36 que ligou a povoação a Guimarães e Penafiel, servida, pela Ponte de D. Luís I (peça chave na transposição rápida e segura do rio Vizela); linha férrea da Trofa a Guimarães, que ligou Vizela à emergente rede ferroviária nacional; e estação de telégrafo.

Mostrou-se o recrudescer na reivindicação e implementação de planos de fomento e obras de transformação da povoação (os fatores endógenos), a título oficial ou particular, a nível individual ou coletivo, bem patentes nas múltiplas, ideias, projetos, petições, reclamações, alvarás e licenças, registadas nas *Actas de Vereação* do município vimaranense, fundamentadas, muitas vezes, num discurso reivindicativo que incorporava o sentido secular das raízes de um espaço histórico (que

justifica a escrita da primeira e segunda partes).

Em 1881, a Companhia dos Banhos de Vizela inaugurou e explorou um novo e modelar complexo termal, potenciador de um muito acentuado fluxo de aquistas, servindo esta companhia em 3 décadas uma média de 66 380 banhos ao ano. Durante o período balnear (de maio a setembro) a população residente via-se acrescida pela visita de 35 000 a 40 000 aquistas e veraneantes. Este movimento termal ajudou a explicar a coexistência, em 1887, de 7 unidades hoteleiras, de inúmeras pensões e casas particulares destinadas ao seu alojamento. Assistiu-se, também, a partir de 1882, ao empreendedorismo noutras áreas do comércio vocacionado para o apoio da vida termal ou por ela fomentado. Inúmeras atividades ligadas à cultura, diversão e lazer nasceram, também, no decorrer deste período, nomeadamente, os bailes, os cafés, os casinos e as touradas.

Pelo estímulo das termas e do termalismo, o edificado, a partir da década de setenta do século XIX, registou apreciáveis variações quantitativas, com acentuado aumento do número de fogos, e onde as qualitativas muito marcaram a sua fisionomia urbana. A povoação cresceu ao longo da Estrada Real n.º 36, das novas ou renovadas ruas, largos, travessas e caminhos, mas sempre propensa à concentração, articulando-se com os novos espaços de circulação, o que levou à constituição de um núcleo central contínuo, muito semelhante ao que hoje nos é apresentado.

O fulgor do desenvolvimento urbano e crescimento habitacional da povoação despertou na elite residente a necessidade da criação e organização de equipamentos sociais. Com denodo e bairrismo criaram o hospital, a corporação de bombeiros, a filarmónica e o parque termal.

Na terceira parte - *Política, Antagonismos Políticos e Cultura da Memória* - mostrou-se, através da informação prestada pelos *Recenseamento Eleitorais* e pelas *Actas de Eleições*, uma elite residente, rica, prestigiada, poderosa e letrada (proprietários/capitalistas, profissões liberais e eclesiásticos) a pugnar pelo progresso e crescimento de Vizela junto dos poderes central, regional e municipal. Monopolizou, ainda, a mediação entre o poder local e o poder municipal. Do seu seio saíram os cidadãos eleitos vereadores à Câmara Municipal de Guimarães.

Pelas *Actas de Vereação* revelou-se que, pelo crescimento da povoação, a elite exigia ao município vimaranense a criação de equipamentos sociais, a execução de obras e/ou manutenção dos espaços públicos, a iluminação pública, a distribuição e abastecimento de água potável, a limpeza e saneamento. Por letargia, desinteresse e incapacidade financeira do município vimaranense estas obras convertiam-se em inócuas intenções. Em paralelo engrossou na consciência da elite vizelense que mais progresso e desenvolvimento apenas sobreviriam com a independência administrativa. Foi nestes desígnios que fundamentaram as três representações secessionistas de 1852, 1869 e 1905, que acumulam uma experiência memorialista de reivindicações, que congregam e, surpreendentemente, desagregam intenções locais na sua relação com outros poderes locais e centrais.

Conclui-se, então, que, no decorrer do segundo período da Monarquia Liberal, Vizela reuniu todas as condições e predicados para se constituir em concelho, que a colocaria à frente de muitos dos 13 municípios do distrito de Braga. Faltou-lhe, porém, arte e fortuna para criar, ou arregimentar, um estadista forte, influente e respeitado, capaz de mostrar e fazer ouvir as suas razões na, cada vez mais, macrocéfala capital.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data das provas: 4 de novembro de 2013

Autor: **Sofia Adelaide Moreira Olazabal Almada Simaens**

Título: ***A Igreja do Mosteiro de S. Martinho de Caramos. Inventário dos bens culturais - uma forma de reconhecimento do património crúzio***

Palavras-chave: Felgueiras (mosteiro de Caramos); Património Cultural; Identidade Religioso-cultural; Santo Agostinho

Resumo

A dissertação sobre a Igreja do Mosteiro de S. Martinho de Caramos, pertencente à Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, em Felgueiras, teve como objetivo o estudo dos bens culturais desta igreja no século XVIII. A inventariação e análise da cultura material ligada a esta igreja permitiria desvendar funções desempenhadas por este património muito específico, com projeção em três níveis: o da relação da comunidade conventual com a população; a relação interna vivida na comunidade conventual e a relação da comunidade com o sagrado.

Para a realização desta dissertação, foi necessário, em primeiro lugar, inserir este mosteiro no espaço civil e religioso da sua história (freguesia, concelho e ordem religiosa). Também foi fundamental encontrar e identificar a extensa produção escrita do mosteiro. Esta encontra-se dispersa pelos arquivos distritais de Braga e Porto, e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e ainda em Coimbra e Mafra.

A documentação relativa à igreja e que respondesse aos objetivos delineados é relativamente escassa. Assim, as principais fontes foram dois inventários do século XVIII (1711 e 1770). Para além da documentação diretamente produzida pela instituição foram ainda de grande valia as “Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho” de Craesbeeck, 1726 e “As Memórias Paroquiais” de 1758.

Da bibliografia em torno da Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, de Felgueiras, de Caramos, e da História de Portugal e da História Religiosa assim como sobre Liturgia e Iconografia, destacaria O THESAURUS - Vocabulário de Objectos de Culto Católico (em linha).

A dissertação enquadra a vida do mosteiro ao longo da História Religiosa de Portugal, procurando compreender se esta comunidade teria sido igual a tantas outras no país ou teria diferido em algum aspeto. Com a extinção do mosteiro, em 1770, não terminam as funções paroquiais da igreja, que sobreviveu aos tempos e permanece ainda ativa.

Em termos de métodos de análise da informação selecionada e recolhida sistematicamente para uma base de dados, optou-se por definir, a partir do conhecimento da liturgia e do ritual católico do período moderno, as grandes áreas de funcionalidade e classificar os objetos segundo essas áreas.

Os bens culturais identificados nos Inventários de 1711 e 1770 revelam alterações no interior da igreja e levantam também diversas questões. Revelam uma igreja materialmente bastante rica e ligada à sua comunidade exterior através das funções sacramentais identificadas pela referência à pia batismal, aos óleos santos, à unção dos enfermos, aos confessionários e a diversos objetos necessários às cerimónias (toalhas de altar, galhetas, cálices, ferros para fazer hóstias e vasos de comunhão, por exemplo).

Os inventários permitem, ainda, deduzir da prática de procissões e outros ritos ligados e interpretados pelas confrarias locais que tinham os seus objetos de culto em uso na Igreja de S. Martinho de Caramos. As imagens são outro indício das devoções locais, quer da própria comunidade religiosa, quer da população circundante.

Por outro lado, os inventários revelam também indícios de que esta comunidade religiosa,

seguidora da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho teria obedecido aos seus princípios (estudo, catequização e louvor a Deus):

A identificação de diversos livros, entre os quais breviários, livros de solfejar, o martirologio acrescentado com o caderno de santos novos e cadernos de reza remetem-nos não só para as orações mas também para o estudo, o ensino e a catequese. Os livros de coro e o órgão, ainda hoje existente na Igreja) aludem à prática e conhecimento de música sacra como uma das formas destes cónegos louvarem a Deus e divulgarem junto das populações novas formas musicais.

A apresentação deste património que, em muitos dos seus elementos, permanece vivo na igreja (as imagens dos santos, a realização de cerimónias sagradas e a sua preservação) e da sua história e funções, à população local, permitirá que esta atribua um outro tipo de valor ao seu património material e imaterial e o fortalecimento da sua identidade como comunidade civil, religiosa e cultural. Assim, esta dissertação é um pequeno contributo para a consciencialização e valorização de tão rico e inestimável património que o Mosteiro de S. Martinho de Caramos e a sua Igreja Paroquial constituem.

Orientadoras: Maria Helena Cardoso Osswald e Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data das provas: 18 de novembro de 2013

Autor: **Vanessa Maria da Costa Pita**

Título: ***A evolução da paisagem urbana da cidade da Guarda: ativação/desativação do património edificado***

Palavras-chave: Património; Património edificado; Urbanismo; Centro histórico; Cidade da Guarda; Processos de valorização e desvalorização.

Resumo

A proposta desta dissertação, o estudo da paisagem urbana da cidade da Guarda, tem em consideração os processos de conceção e intervenção patrimonial, numa perspetiva da análise do património edificado, mais concretamente, do que se considera hoje o “centro histórico”, o qual aqui se encontra percecionado como o espaço intramuros. Por si só, o designativo “centro histórico” implica uma valorização, classificação, num dado momento. Importa aqui descortinar quais os movimentos que a malha edificada desta cidade sofreu, certamente os mais recentes, mas também os que se realizaram ao longo do tempo, procurando detetar os critérios adotados. Partindo da explicitação das noções de património, urbanismo e centro histórico, seguimos com a caracterização do espaço de estudo, ou seja, a inserção da própria cidade da Guarda no respetivo concelho e distrito. Análise efetuada de um ponto de vista da evolução histórica em concordância com a história urbanística da cidade em si e do que dela se avista e a envolve.

Por fim, identificaram-se e justificaram-se os processos de valorização e desvalorização dos principais testemunhos de património edificado, presentes no centro histórico da cidade da Guarda – Castelo da Guarda, Convento de Santa Clara, Sé Catedral e Igreja de São Vicente –, assim como de edifícios que, apesar da sua localização extramuros, contribuíram para o desenvolvimento urbanístico da cidade e, em larga medida, para a proteção do património intramuros – Igreja da Misericórdia e Sanatório Sousa Martins. Este percurso serve-nos, ainda, para demonstrar os usos patrimoniais aplicados ao turismo ou como este parece ter ativado um olhar sobre o património.

Para efetuar esta análise, recorreremos ao estudo de planos e projetos urbanísticos estruturantes, nomeadamente o projeto realizado pela Universidade de Aachen (Alemanha), “*Concepção do desenvolvimento urbano da capital do distrito da Guarda*”; Plano Diretor Municipal, Plano Estratégico, e o Programa Polis, assim como à enumeração da informação produzida por várias associações/instituições, cívicas ou públicas – Culturguarda, AGPUR, Turismo da Guarda –, que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que o turismo se tornasse num fator valorativo de relevância, no sentido de proteger e divulgar o património da cidade da Guarda.

O que procurámos clarificar, foi, em primeiro lugar, quais os principais processos de valorização e desvalorização do património, e entender quais os agentes que os levaram a cabo, ao longo do tempo, e com que propósito. No fundo, a valorização dos edifícios, no seu conjunto geral, implica a valorização do centro histórico da cidade da Guarda, da própria cidade, e, num sentido mais lato, do seu concelho, e até distrito. Esta parece ser uma das conclusões: um processo que apresenta ritmos diferentes, dependentes de conjunturas, políticas, económicas e culturais e de agentes múltiplos: elites, *experts*, comunidades.

A análise da evolução da noção de património relativamente ao caso específico da cidade da Guarda demonstra precisamente esta multiplicidade de fatores e de variáveis, de evidências entre uma falta de sensibilidade relativamente ao património edificado numa época, e por outro lado a sua preservação numa outra. Apesar de todas estas ambivalências, não se pode falar de uma completa falta da noção do que é património e da sua importância na cidade da Guarda. Porém, esses valores mudaram conforme a época, o discurso, e a necessidade. Tais mudanças explicam como um monumento numa época pode ser valorizado e noutra, desvalorizado, tendo em conta os

usos e os desusos. Ou seja, a questão é avaliar, de futuro, se o património assume um papel central no discurso e na ação políticas, responsável pela afirmação da cidade no mosaico competitivo das cidades portuguesas, se ele é visto como fator de atração, de fixação e de rentabilização.

Verifica-se que apesar de várias situações lamentáveis, das quais se destaca a degradação da judiaria e do antigo Sanatório Sousa Martins, no geral o património foi, institucionalmente, valorizado. O que se encontra em maior défice nesta cidade é sua projeção e desenvolvimento de atividades que vincassem a especificidade da vida envolvente ao centro histórico, dando-lhe uma projeção turística. Seria interessante que a cidade da Guarda potenciasse o seu património através de atividades como feiras medievais ou feiras de artesanato, as quais por norma chamam um grande número de pessoas, à procura de sabores seculares e práticas vivenciais.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data das provas: 6 de novembro de 2013.

Autor: **Vilma Joana Correia Paiva de Freitas Cardoso**

Título: ***O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico***

Palavras-chave: História; Ciência da Informação; Arquivística; arquivos de família; modelo sistémico; Casa das Mouras

Resumo

O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico é o título do relatório de estágio desenvolvido no Arquivo Municipal de Penafiel, ao longo do 2º ano do Mestrado de História e Património, ramo Arquivos Históricos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, apoiado num estágio realizado no Arquivo Municipal de Penafiel.

O principal objetivo centrou-se no estudo orgânico e catalogação do Arquivo da Casa das Mouras, contribuindo não só para a reflexão e revisão dos modelos de organização da informação, segundo o modelo sistémico, como para a própria preservação e estudo genealógico deste arquivo de família.

O interesse pela peculiaridade dos arquivos de família e a inserção do Arquivo Municipal de Penafiel numa região onde abundam casas solares, apresentaram-se como importantes fatores para a decisão de escolher o arquivo familiar em questão, a Casa das Mouras, que se situava na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Penafiel, depositado naquele Arquivo desde 2004.

Os objetivos do trabalho foram vários e complementares, aliando o estudo e investigação histórica à organização arquivística dentro do local de trabalho. Em primeiro lugar, dar a conhecer a história da família que produziu esta documentação, os seus laços genealógicos, os seus hábitos e métodos de organização documental, se porventura estes existiram e em que medida constituíram processos de construção de uma memória identitária. Em segundo lugar, reconstruir toda a genealogia direta e colateral de Columbano Pinto Ribeiro de Castro Portugal da Silveira, considerado como figura central desta(s) família(s). Por fim, a organização do arquivo, utilizando a orgânica da família como estrutura produtora da informação, apoiando-nos no modelo sistémico, classificando e descrevendo os documentos e construindo assim um instrumento de pesquisa de apoio à investigação.

A busca de fontes dividiu-se entre procura de bibliografia especializada relativa ao tema dos arquivos familiares e a fontes bibliográficas e manuscritas, que permitissem reconstruir a genealogia da família e o perfil biográfico dos seus indivíduos. Para estes últimos, a consulta dos fundos paroquiais dos arquivos distritais do Porto e Lisboa, foram fundamentais para a certificação de datas e nomes, a par da leitura dos documentos do Arquivo da Casa das Mouras, assim como a consulta a fundos de testamentos da Administração do Concelho de Penafiel, no AMPNF. Consultou-se ainda o catálogo *online* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo para comprovar dados acerca das carreiras profissionais dos membros das famílias.

Em termos de fontes bibliográficas, foram consultados nobiliários, como o *Nobiliário das Famílias de Portugal* de Felgueiras Gayo, índices de alunos da Universidade de Coimbra do século XIX, que permitiram complementar as informações providas dos registos manuscritos. Monografias locais sobre o concelho de Penafiel e bibliografia especializada em Arquivística, arquivos familiares e ainda acerca dos conceitos e metodologia que suportassem a aplicação do modelo sistémico, foram essenciais para a execução da segunda etapa do projeto de organização do arquivo.

A construção da árvore genealógica permitiu a descoberta de não uma, mas de duas famílias envolvidas na produção deste arquivo, unidas por laços de casamento e alicerçadas em instituições

vinculares. Os proprietários originais da Casa das Mouras, os Moura e Castro, que apresentaram uma produção pouco volumosa de documentação e sem organização evidente, viam o seu espólio documental crescer exponencialmente a partir de 1835, quando D. Efigénia Amália Moura Torres casou com Columbano Pinto Ribeiro de Castro Portugal da Silveira. Natural do Porto, filho do Desembargador Columbano Pinto Ribeiro de Castro, Columbano, tornou-se uma figura central tanto na produção deste arquivo como na sua conservação.

Com o casamento, Columbano trouxe toda a documentação dos seus antepassados paternos. Pudemos apontar seu 4º avô, Belchior Ribeiro, como o primeiro produtor de informação, tendo fundado em 1673, um vínculo que se prolongaria até Columbano. Em 1741, seu avô Manuel Pinto Ribeiro de Castro, tirou Carta de Brasão de Armas e, com a entrada na nobreza, notou-se um maior esforço, consciente, de organização da documentação, tanto na constituição de tombos de propriedades para comprovação da posse de terras, do património, como no aumento da produção de informação, prova escrita e documentada da longa linha geracional. Herdando toda esta documentação sobre o Morgado de Nossa Senhora da Vela, Columbano apresenta-se como o maior produtor de informação, seja na produção de documentos relacionados à sua carreira política, ao património da família e ao gosto pessoal por teatro e literatura. Revelou ainda um esforço por perpetuar a história e genealogia da própria família através da conservação de documentação antiga e no registo de eventos familiares e genealogia.

Se em 2004, o arquivo e biblioteca da Casa das Mouras foi depositado no Arquivo Municipal de Penafiel, no entanto, não nos foi possível um maior debruçar sobre a segunda. Mesmo assim, estatisticamente, reúne obras que vão desde o século XVI ao século XX, sendo que a maioria das edições data do século XVIII (mais de 70% das obras), seguindo-se obras do século XIX (quase 18%), menos de 10% em obras do século XVII (8,7%), século XX (2,5%) e menos de 1% em obras do século XVI.

O tratamento arquivístico obedeceu a uma organização segundo o modelo sistémico, ou seja, a identificação das gerações e/ou membros ligados por laços de parentesco que correspondem a secções dentro do organigrama do arquivo, modelo, já testado em outros arquivos familiares, embora merecesse uma discussão empírica. Contabilizaram-se vinte e cinco secções, correspondendo ao número de produtores de informação reunidos na documentação, agrupando-se, em cada uma, os respetivos documentos. A documentação que não foi produzida por nenhum membro da família e que diz respeito às propriedades (como os tombos) que posteriormente adquiriram, foi organizada fora das secções, enquadrando-se diretamente no sistema, reunidos numa série.

A construção deste catálogo contribuiu não só para a descoberta e compreensão da história desta família, de como o arquivo se constituiu no tempo e espaço. Provou-se ainda que, mesmo fora do circuito das grandes casas brasonadas, a família de Columbano demonstrava já uma organização operativa das suas propriedades, legitimando a posse de terra, numa família cuja riqueza se fazia maioritariamente desse ramo. A presença de uma biblioteca, com maior volume que o próprio arquivo, demonstrou uma cultura de leitura especializada e escrita na família, tanto ligada às carreiras jurídicas como ao gosto literário, afinal uma alternativa ou complementaridade à propriedade fundiária.

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 15 de outubro de 2013

Curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Autora: **Ana Rita Cardoso Cleto Machado**

Título: ***A Internacionalização das PME: A Cultura e a Interculturalidade como entraves ou sucesso nas Relações Negociais***

Palavras-chave: Internacionalização, PME, Globalização, Cultura, Dimensões Culturais, Interculturalidade, Gestão do Conhecimento.

Resumo

Este trabalho tem como objeto um estágio no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Este estágio teve lugar nas instalações da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – no Porto. As atividades que realizei focaram sempre a temática da internacionalização das empresas portuguesas bem como a exportação como atividade primordial da internacionalização. As atividades ligaram-se ao âmbito do programa INOV Contacto e a conferências sobre o processo de internacionalização em países específicos com a colaboração, cooperação e testemunho de representantes de empresas a atuar no mercado em questão com sucesso.

Desse modo, participei ativamente nas atividades decorrentes das conferências organizadas pela AICEP, registando, documentando e publicando documentos integrais sobre a internacionalização, de acordo com os objetivos gerais traçados no meu projeto de estágio. Desenvolvi e redigi ainda um documento direcionado às empresas portuguesas sobre a interculturalidade nas relações negociais, visando países específicos e regiões geográficas mundiais.

Foi principalmente pela participação ativa nestas conferências, pela recolha de informação de anteriores já documentadas e pela elaboração do documento sobre a interculturalidade nos negócios que a minha componente investigativa e crítica deste estágio foi despotelada. Através de documentação conjugada com os testemunhos registados em conferências, e a revisão de literatura sobre componentes teóricos das relações internacionais, economia e gestão, a temática da internacionalização das empresas tornou-se um diamante em bruto pronto a ser lapidado sob as lentes da cultura e da interculturalidade, conduzindo-me às reflexões que estruturam este trabalho e as conclusões nele descritas.

Ao longo do trabalho desenvolvido, desde as atividades inicialmente indicadas na proposta de projeto de estágio às atividades desenvolvidas durante o período de estágio na instituição de acolhimento, a AICEP, foi-me possível desenvolver, adquirindo as ferramentas que me foram surgindo consoante as atividades realizadas e os objetivos nelas traçadas, a experiência desejada nas áreas das relações internacionais e de gestão a nível empresarial, e ter a perceção inequívoca de um aspeto muitas vezes desvalorizado devido à sua transparência, a cultura, no que diz respeito à concretização de relações negociais com sucesso. Menciono ainda que, a possibilidade de trabalhar num ambiente de natureza empresarial, bem como o contacto com pessoal da área, me proporcionou a capacidade de desenvolver competências no mesmo âmbito, como também me permitiu adquirir aptidões técnicas. De facto, toda a experiência de trabalho foi muito positiva para mim tanto a nível profissional como pessoal. Do mesmo modo, espero que também para os colaboradores da AICEP e para os clientes, as empresas portuguesas, o meu trabalho se tenha revelado uma mais-valia.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 22 de novembro de 2013

Autora: **Anara Kakimova**

Título: **Educational policy for sustainable development in Kazakhstan**

Palavras-chave: Education for sustainable development, public policies, Kazakhstan,

Resumo

The theme of current Master thesis is devoted to the educational policy for sustainable development in Kazakhstan reviewed on the experience available on the international scale, in general, and on the European Union's countries, in particular. The aim of the research is the analysis of current educational policy for sustainable development in Kazakhstan. It is mainly considered the introduction of curriculum subject for classroom-teachers by proposing a strategy with different and new approaches of teaching starting from workshops to motivate students for creating local projects for sustainable development. Also it is expected to review the achievements and results of sustainable development policy provided by government, state agencies, non-governmental organizations on the example of Central Asian Regional Ecological Centre in Kazakhstan. This thesis consists of three main chapters and each chapter includes three subthemes. The first chapter is devoted to consideration of theoretical background of sustainable development concept, explanation of notion of sustainability and considers the education for sustainable development in particular view on difference between environment education and education for sustainable development. The second part has a more descriptive character as it directs to analyse the current political, economic and social spheres in the Republic of Kazakhstan with focus on implementation and initiatives of sustainable development concept in all three areas. Moreover, this part also contains the analysis of the short interview (survey by questionnaire) with the Minister of Education and Science of the Republic of Kazakhstan in order to clarify some questions about current education policy for sustainable development. The last chapter provides analysis of the educational policy for sustainable development in Kazakhstan, firstly initiated by government's policy for higher education level. Consequently, this activity was introduced into educational policy with the main aim of reorienting educational policy for sustainable development, thus the second subtheme of this chapter is devoted specifically to narrow consideration of results of ESD implementation in Kazakhstan. The final part of the thesis gives explanations of the proposed curriculum subject by this Master thesis comparing with the already experienced subject "Ecology and Sustainable development" in higher education and underlining the importance of new methods used within proposed subject. Thus, theoretical and methodological ideas and approaches formulated by the author of this work and approved on its basis the concept of education for sustainable development and new educational programme as pedagogical model on the example of curriculum subject allows to consider it as theoretical base and important direction of modernization of educational policy in the Republic of Kazakhstan.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 28 de junho de 2013

Autora: **Arianna Mazzieri**

Título: ***A eficácia da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Estudo de dois projetos da ONGD Leigos para o Desenvolvimento em Angola***

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Monterrey Consensus; eficácia; Angola; ONGD

Resumo

O trabalho de investigação trata a questão da eficácia das intervenções de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (C.I.D.).

O debate académico sobre o tema da eficácia das intervenções neste campo intensificou-se nos anos Noventa, as críticas dirigidas contra o paradigma vigente nessa altura, o *Washington Consensus*, levaram à afirmação de um novo paradigma no alvor do século XXI, ou seja o *Monterrey Consensus*.

Este novo paradigma tentou responder às críticas avançadas promovendo uma série de princípios orientadores para a ação neste campo, que constituíram a base para a construção de uma nova parceria entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. O enfoque sobre a eficácia das intervenções de C.I.D. manteve-se vivo e concretizou-se na experimentação de novos percursos e ferramentas, porém os conhecimentos resultantes deste processo estão ainda longe de atingir o estado de um corpo de doutrinas sistematizadas.

O trabalho pretende portanto diagnosticar o atual funcionamento da C.I.D. Em particular, quer-se analisar as práticas atuais que deveriam realizar os princípios orientadores proclamados pelo *Monterrey Consensus* do ponto de vista da sua eficácia potencial. Esta operação visa ao mesmo tempo avançar num sentido terapêutico, permitindo detetar e corrigir as práticas capazes de influenciar negativamente o alcance de um grau satisfatório de eficácia pelos projetos de C.I.D.

A análise da literatura especializada selecionada conduziu à identificação de três principais categorias de variáveis, em função das quais podem mudar os resultados obtidos pelo sistema da C.I.D., a saber: grau de *feedback* e *accountability*, grau de eficiência do aparelho burocrático e tipo de abordagem (micro ou macro).

Em ordem a tornar as variáveis mensuráveis, foram formulados quatro indicadores de potencial eficácia dos projetos, ou seja: apropriação e alinhamento, harmonização, gestão centrada nos resultados e responsabilidade mútua e, por fim, especificidade do projeto. Os indicadores visam certificar a presença, o estado das variáveis e as interações que intercorrem entre elas e, para que esses fenómenos fossem observáveis, cada indicador foi subdividido em subindicadores.

O procedimento de investigação empírica seguiu o modelo de estudo de caso, que contemplou a avaliação da ação da ONGD Leigos para o Desenvolvimento em dois projetos implementados em Angola. Trata-se de dois centros de formação, ou seja o Centro Cultural de Santa Cruz, situado no Uíge, e o Centro Juvenil da Graça, localizado em Benguela.

A recolha de dados sobre os projetos foi executada por meio da pesquisa documental na sede da ONGD em Lisboa e através da realização de entrevistas e inquéritos.

No que se refere às entrevistas, foram elaboradas duas tipologias de entrevistas, a ser dirigidas a duas categorias distintas de entrevistados: os representantes dos órgãos sociais dos Leigos para o Desenvolvimento e os voluntários que participaram respetivamente nos dois projetos. A matriz de ambas as entrevistas foi articulada em quatro blocos, em correspondência com os quatro indicadores precedentemente apresentados.

Os questionários seriam destinados aos utentes dos serviços dos centros com o objetivo de medir o seu grau de satisfação a respeito aos serviços que utilizaram. Todavia por razões

organizacionais e logísticas que nos ultrapassaram, tais questionários não puderam ser realizados.

A investigação desenvolveu-se em quatro fases. Na primeira fase houve a recolha de dados na sede da ONGD. Na segunda fase efetuou-se a sistematização das informações levantadas e a uma prévia análise SWOT para cada um dos centros. Ao mesmo tempo avançou-se para o estudo do contexto socioeconómico da República de Angola, que alberga os dois projetos. A seguir na terceira fase realizaram-se as entrevistas aos voluntários da ONGD que participaram nos dois projetos em momentos diferentes, desde o encaminhamento até ao alcance da autonomia dos centros. Adicionalmente foram realizadas entrevistas a membros dos órgãos sociais da ONGD julgados relevantes para a investigação. Por fim, procedeu-se à aplicação dos indicadores aos dois estudos de caso e ao tratamento das informações recolhidas.

Quanto às fontes utilizadas, a análise dos projetos baseou-se nomeadamente no estudo da documentação disponibilizada. Distinguem-se no conjunto de documentos acessíveis cinco categorias fundamentais: os relatórios da associação, os Projetos Comunitários de Missão (PCM), os Projetos Individuais de Missão (PIM), os relatórios de atividades dos projetos e o plano estratégico para o período 2011-2015. De particular interesse para a investigação foram os PIM, em que a visão integrada dos projetos expressa nos PCM toma uma forma mais específica e os objetivos gerais são traduzidos em tarefas particulares, a ser atingidas por cada voluntário. Achou-se de interesse também o plano estratégico para o período 2011-2015, o qual evidencia a mudança organizacional ocorrida na ONGD no ano 2010 e o relevo adquirido pela dimensão estratégica, fruto do interesse da associação em assegurar uma maior estabilidade às suas atividades.

Por fim, lembram-se as fontes orais, ou seja as entrevistas, das quais emergiu a existência de umas discrepâncias entre o quadro teórico da ação da ONGD ilustrado pelos representantes dos órgãos sociais e a efetiva aplicação do mesmo quadro pelos voluntários no terreno. Ao mesmo tempo as entrevistas permitiram conhecer a posição dos voluntários sobre questões específicas e a identificação de uns aspetos das intervenções passíveis de melhoramento.

O balanço traçado da ação dos Leigos relativamente ao CCSC e ao CJG fez emergir os caracteres distintivos da sua ação. Em síntese, os projetos analisados apresentaram de forma geral resultados encorajadores em todos os indicadores, apesar de existirem pontos de fraqueza, alguns dos quais resultam de uma escolha consciente e que portanto não serão considerados como passíveis de melhoramento pela ONGD. Além disso é preciso que os Leigos tratem com urgência a questão do processo de avaliação dos projetos implementados, tentando encontrar soluções viáveis do ponto de vista financeiro.

Enfim foi possível reconhecer um claro caminho evolutivo realizado pela associação no decorrer do tempo, as mudanças experimentadas pelos Leigos são conformes aos princípios essenciais promovidos pelo *Monterrey Consensus* em ordem a incrementar a eficácia das intervenções de C.ID.

Contudo o caráter de novidade que se vem afirmando neste campo reflete-se nomeadamente na ação de organizações não governamentais, enquanto que as intervenções guiadas por entidades estatais ou intergovernamentais continuam a mostrar uma atitude identificável no conceito de “política de piedade”.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 17 de dezembro de 2013

Autora: **Carla Patrícia Forneira Prado**

Título: ***A diplomacia do Estado Novo e a guerra de independência da Argélia (1954-1962)***

Palavras-chave: colonialismo, Argélia, independência, França, Portugal

Resumo

Com esta investigação pretende-se averiguar a forma como o Estado Novo acompanhou a luta pela independência argelina contra a França de 1954 a 1962. À época, a posse e administração de territórios coloniais tinha um grande peso ideológico em ambos os países que, por sua vez, mutuamente contra as críticas formuladas no seio das organizações de que quer franceses quer portugueses faziam parte (ONU e NATO).

Assim sendo, o principal objetivo desta dissertação é perceber se a longa e sangrenta disputa armada que opôs a França à sua principal colónia (Argélia), com um desfecho favorável a esta última, foi encarado pela diplomacia portuguesa como um prelúdio do fim da sua própria situação colonial (lembrando que apenas um ano antes da independência argelina – que teve lugar em 1962 – eclodiu a Guerra Colonial portuguesa em Angola, cujo desenlace contribuiria para a queda definitiva do regime vigente em Portugal em 1974). Partindo de uma extensa contextualização da situação política vivida pelos dois países durante o período cronológico em estudo (do lado português, com uma atenção especial dedicada às obras de Fernando Rosas, António Costa Pinto e Valentim Alexandre, para melhor entendermos os pilares político-ideológicos do Estado Novo e da importância que o colonialismo tinha para o regime; do lado francês, salientando as obras de Benjamin Stora e Allistair Horne como forma de melhor compreender os meandros do conflito franco-argelino, bem como a política seguida pelo Estado francês nesta questão), procuramos trazer algo de novo ao tema, analisando a correspondência diplomática portuguesa neste período de tempo, em particular as cartas do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros provenientes da Embaixada Portuguesa em Paris, à época chefiada por um dos homens de confiança de Salazar, Marcello Mathias.

Através delas, podemos perceber, tal como equacionámos à partida – embora os meios diplomáticos portugueses e franceses sempre fizessem questão de diferenciar as situações vividas no Ultramar português e nas colónias africanas francesas – o receio e, sobretudo, a prudência com que a diplomacia do Estado Novo encarou a situação vivida pela França na Argélia, tentando sempre alinhar as suas posições com as dos franceses (sobretudo no seio das organizações internacionais – ONU e NATO – de que ambos faziam parte), sob risco de perder um dos seus mais importantes aliados a nível político-ideológico no que dizia respeito à posse de colónias ultramarinas (numa época em que, recordemos, os países sob dominação colonial europeia intensificavam o seu discurso nacionalistas e começavam, pouco a pouco, a independentizar-se) e, sobretudo, sob risco de os “ecos” deste longo e penoso conflito afetarem os territórios sob administração portuguesa em solo africano.

Orientador: José Maciel Honrado Morais Santos

Data das provas: 29 de novembro de 2013

Autor: **Marcos David Silva dos Santos**

Título: ***A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821): perspectivas diplomáticas e independência do Brasil***

Palavras-chave: Portugal, Brasil; Política Externa.

Resumo

O objeto de investigação em que centramos a nossa dissertação de mestrado foi sobre o papel da presença da corte portuguesa no Brasil e as consequências disto para a declaração da independência brasileira. O estudo é feito em torno das posições diplomáticas tomadas pelo governo do Príncipe Regente D. João, que passou a residir no Rio de Janeiro após a transferência da corte. A temática em questão dispõe de uma vasta produção historiográfica, no entanto, existe uma lacuna na historiografia portuguesa quanto ao tratamento e aprofundamento da diplomacia de D. João no Rio de Janeiro. Desta forma, tendo em conta o panorama da historiografia lusa, julgamos que esse trabalho traz novidades quanto à política externa do período.

A elaboração do trabalho foi influenciada por algumas obras de história diplomática de renome internacional, como por exemplo, os livros do diplomata brasileiro Manuel de Oliveira Lima, os do historiador Amado Cervo que contribuiu para um melhor conhecimento da política externa brasileira no século XIX. Outros estudos que merecem ser mencionados são os do historiador português Jorge Borges de Macedo, que com a sua perspetiva sobre a historiografia lusa enriqueceu este trabalho. Também foram citadas obras de caráter geral da historiografia luso-brasileira, assim, como bibliografias francesa, inglesa e norte-americana.

A documentação manuscrita que utilizamos na elaboração deste trabalho está guardada no Arquivo Distrital de Braga, no acervo documental do conde da Barca e família. Neste núcleo documental encontramos um grande volume de correspondência diplomática, importante para o nosso estudo. António de Araújo Azevedo, conde da Barca, foi ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de D. João VI por duas vezes, também exerceu funções no Ministério do Reino. A mais valia desse arquivo, deriva do facto de muita da documentação dele constante, estar praticamente inédita. Dado que ainda não se encontra digitalizada, para a consulta, tivemos que nos deslocar a Braga. Explorámos também a biblioteca digital do Senado Federal do Brasil, onde existem algumas cartas enviadas pelo Príncipe D. Pedro a seu pai o rei D. João VI, quando o monarca já estava em Lisboa. Utilizámos ainda alguns documentos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro disponíveis *online*. Estamos cientes que não esgotamos toda a documentação existente e pertinente aos temas em causa, pelo que esperamos que esta dissertação tenha constituído um ponto de partida para outros estudos sobre as questões levantadas ao longo do trabalho.

O primeiro capítulo aborda as relações diplomáticas de Portugal e a sua posição face às outras potências, sendo importante a percepção do contexto histórico de 1750 até 1807, assim como o Bloqueio Continental e as consequências para Portugal da transferência da corte para o Brasil. No segundo capítulo, a respeito da presença da corte em terras sul-americanas, são abordadas as primeiras decisões do governo e as transformações estruturais do território brasileiro, bem como da sua capital, a cidade do Rio de Janeiro. Já no terceiro capítulo são estudadas as perspetivas da diplomacia portuguesa para com a América do Sul e a Europa. Por fim, no quarto e último capítulo são debatidas as influências da Revolução Pernambucana de 1817 e também da Revolução Liberal de 1820, para a permanência da corte no Brasil. Estas vão propiciar, juntamente com outros fatores, o retorno de D. João VI e a independência brasileira conduzida pelo Príncipe Regente D. Pedro.

Esta mudança para o Brasil representou um momento único na história da América e das

colônias europeias em todo mundo, ou seja, nunca um monarca europeu tinha estabelecido a sede do seu governo fora dos seus limites territoriais da Europa. Quanto à diplomacia da corte portuguesa, esta pautada pela neutralidade, em conflitos anteriores, teve a sua orientação redirecionada para a América do Sul e teve como primeiro alvo a questão das fronteiras com a Guiana Francesa. O território dependia da França, mas D. João tratou de enviar uma expedição que tomaria posse da Guiana e faria desta um território português. Outra posição do regente foi relativa à região do Rio da Prata, possessão da Espanha e que D. João tentou anexar ao Brasil, através de sua esposa a princesa Carlota Joaquina e também de seu sobrinho D. Pedro Carlos também ele membro da família real portuguesa e espanhola. Esta orientação fora pautada pela legitimação destes no que diz respeito aos direitos que teriam sobre os domínios espanhóis na América, com o intuito de anexar o território ao império português. Apesar do jogo de intrigas esta integração foi conseguida apenas com a Província da Cisplatina, a qual foi incorporada ao território brasileiro em 1817, através de uma investida militar.

As relações diplomáticas com a Europa nesse período foram pautadas, sobretudo, por duas fases, que poderemos definir como sendo, uma antes da Paz Geral e outra depois do Congresso de Viena. Até a resolução dos conflitos na Europa, a política externa portuguesa esteve muito ligada à Grã-Bretanha. Contudo, após o Congresso de Viena, a diplomacia da corte do Rio de Janeiro aproximou-se da Europa, sobretudo da Áustria e renovou o relacionamento com Espanha e a França. A permanência da família real, na América do Sul, fez com que, em 1815, o Brasil fosse elevado à categoria de reino, deixando formalmente de ser uma colônia e passando a ser um estado à semelhança de Portugal continental.

Todo aparelho de estado construído após a chegada de D. João possibilitou a formação de um sistema administrativo, com uma economia centralizada no sudeste do Brasil. Contudo, nas províncias do nordeste existia descontentamento em relação a esta centralização. O fim do antigo regime e a consequente independência das colônias espanholas fez surgir em Pernambuco um movimento que procurava uma provável independência brasileira. Este episódio foi o fim de uma ideia que defendia que o Brasil estava longe do “contágio do liberalismo”. Assim, o grande império português na América estava pela primeira vez ameaçado. Em Portugal continental a regência do Marechal inglês Beresford provocava descontentamento na população. A continuação da presença do rei D. João VI, no Brasil, fez surgir um sentimento entre a população e os jornais que este era um monarca que abandonara os seus súbditos. Na cidade do Porto, a partir do ano de 1818, surge uma tertúlia secreta denominada do Sinédrio que, no ano de 1820, vai ter um papel decisivo na instauração do liberalismo em Portugal e exigir em conjunto com os liberais lisboetas o regresso do soberano.

Os efeitos do liberalismo em Portugal serão sentidos no Rio de Janeiro, cerca de um ano depois D. João VI volta a Lisboa e em seu lugar, ficou como Regente, o Príncipe herdeiro D. Pedro. Contudo, os anos de permanência da corte em terras brasileiras e as infraestruturas que foram criadas, vão ser importantes para o futuro de um Brasil que cada vez mais estava independente de Portugal. À roda do Príncipe Regente encontrava-se uma “nobreza brasileira”, representada por grandes burgueses que, na sua maioria, tinham recebido títulos da mão de D. João VI. Estes fizeram crescer no Paço Real do Rio de Janeiro, um enraizamento de uma identidade nacional. É de ressaltar que, nas colônias espanholas, crescia o ideal republicano e o número de países que se tornavam independentes das metrópoles europeias. No entanto, no Brasil a nobreza desfrutava de um ambiente propício para o crescimento do sentimento nacional, a par das ideologias liberais.

À chegada a Lisboa o rei defrontou-se com uma nova arquitetura do poder, presente na primeira Constituição Liberal Portuguesa, que colocava o poder do monarca em segundo

plano. As decisões tomadas pelas cortes liberais vão enfraquecer a unidade brasileira buscando o desmembramento do grande composto geográfico. Outra atitude foi a debilidade da governação de D. Pedro, que ficou expressa na ordem do regresso dele à Europa. Contudo, o príncipe representava a unidade nacional garantida pelos Braganças. A sua partida teria como consequência uma situação semelhante à ocorrida nas ex-colónias espanholas da América e o possível fracionamento do Brasil em várias repúblicas, principalmente devido às políticas elaboradas pelas cortes, que procuravam a fragmentação do Brasil.

O Dia do Fico como foi denominado, ou seja, a decisão do Príncipe Regente em permanecer no Brasil, salvou o desmembramento deste imenso território. Os acontecimentos que se seguiram a esta atitude do príncipe culminaram com o *Grito do Ipiranga*, o qual é considerado pela historiografia brasileira clássica como o marco da independência. Por fim, a corte portuguesa por ter permanecido 13 anos além Atlântico, estabeleceu num espaço tão grande um sentimento nacional e um aparelho de estado, capaz de fazer deste, o único país da América do Sul a declarar a sua independência sob a forma monárquica, com um imperador europeu à frente da governação.

Orientador: Jorge Manuel Martins Ribeiro.

Data de defesa: 24 de julho de 2013

Autora: **Sílvia Daniela Leal da Rocha**

Título: ***A Ucrânia na relação UE-Rússia no século XXI***

Palavras-chave: Relação UE-Rússia, Política Externa, Espaço Pós-Soviético, Ucrânia, Identidade, Geopolítica, Influência

Resumo

Esta dissertação explora a temática da relação UE-Rússia, centrado a sua atenção na influência exercida pela Ucrânia no seu contexto, e na capacidade de Kiev alterar o normal funcionamento da primeira.

A União Europeia e a Rússia tornaram-se, desde o fim da Guerra Fria, as duas entidades geopolíticas mais importantes na Europa. O estabelecimento de uma relação bilateral de cooperação, proximidade e entendimento era um objetivo comum e, durante os anos 90, esse objetivo pareceu estar ao alcance das duas partes, tendo a relação UE-Rússia conhecido vários desenvolvimentos nesse sentido. A relação ficou marcada, neste período, pela génese de um quadro de necessidades recíprocas, no qual a Rússia precisava do capital proveniente da UE para recuperar a sua economia e a UE pretendia assegurar a entrada no mercado russo e o acesso aos seus recursos energéticos, além de desejar ver o país entrar na rota da integração europeia. No entanto, a chegada de Putin ao poder na Rússia, que marca o início da recuperação económica, permitiu ao país adotar uma nova postura negocial com a UE, passando Moscovo a afirmar de forma mais clara os seus interesses e objetivos, bem diferente da anterior subserviência manifestada em relação aos interesses da UE.

O duplo alargamento da UE/NATO a Leste, em 2004, marcou a entrada da UE num espaço tido, tradicionalmente, como de influência russa, colocando frente a frente estratégias e objetivos diferentes para a mesma região. O Espaço Pós-Soviético tornou-se, então, palco preferencial de uma competição por influência entre a União Europeia e a Rússia. Dentro do espaço pós-soviético, a Ucrânia assume um papel de destaque. Distinguindo-se dos restantes estados pós-soviéticos pelas suas especificidades geográficas, demográficas, históricas, socioculturais, económicas e políticas, a Ucrânia situa-se, literalmente, no centro da relação UE-Rússia. Desde que, em 2004, depois da Revolução Laranja, a Ucrânia manifestou com convicção a sua vontade em fazer parte da União Europeia, tem-se assistido ao acentuar da tensão na relação Ucrânia-Rússia e ao crescente afastamento político entre Bruxelas e Moscovo, uma vez que nenhum dos intervenientes fez qualquer cedência na prossecução dos seus objetivos. Neste contexto, a presente dissertação advoga que a Ucrânia reúne todas as condições necessárias para influenciar o desenvolvimento da relação UE-Rússia. Apesar da possibilidade de funcionar como um elemento de mediação da mesma, devido ao cruzamento de vários objetivos e interesses comuns, a Ucrânia tem-se revelado um elemento de afastamento e de desestabilização da relação UE-Rússia.

O problema que esta dissertação se propôs estudar foi analisado a partir de três correntes teóricas, reconhecendo a complexidade da questão e a necessidade de se observar o caso de múltiplas perspetivas, que se complementam e providenciam uma leitura mais completa da questão. Assim, os vários interesses dos atores internacionais envolvidos são analisados segundo a Teoria Realista das RI; a Teoria da Interdependência Complexa é usada para explicar a relação de dependência entre eles, justificando a existência de uma relação de cooperação internacional; e a Teoria Construtivista é usada na análise dos diferentes discursos oficiais. Recorreu-se, para a elaboração deste trabalho, a um levantamento bibliográfico de vários textos (livros, artigos, entrevistas, discursos, comunicados e relatórios oficiais), bem como algumas notícias referentes aos mais recentes desenvolvimentos da crise política na Ucrânia e à atuação da UE e da Rússia

a este propósito, que foram, posteriormente, sujeitas a uma análise qualitativa. Depois de uma análise estrutural da relação UE-Rússia no último quarto de século e de uma listagem dos vários elementos de proximidade e afastamento subjacentes a essa relação, procurou-se focar o papel da Ucrânia nessa relação, atentando à forma como o país evoluiu após a independência da URSS e às características das relações bilaterais do país com a UE e com a Rússia, tentando perceber as consequências de uma aproximação do país a um destes centros de poder em detrimento do outro.

Conclui-se que, apesar das diferenças de desenvolvimento socioeconómico e institucional que separa a Ucrânia da UE e atrasam a sua entrada na UE e das vantagens económicas a curto prazo de uma aproximação da Ucrânia à Rússia, todos os intervenientes beneficiarão de uma maior integração da Ucrânia na União Europeia.

Orientadoras: Teresa Maria Resende Cierco Gomes e Maria Raquel de Sousa Freire

Data das provas: 28 de julho de 2014

Autora: **Tânia Vanessa Monteiro Neves**

Título: ***A Educação para o Desenvolvimento: Percorrer contextos, práticas e percepções***

Palavras-chave: Educação para o Desenvolvimento, Educação para a Cidadania Global, Formação.

Resumo

O relatório de estágio “A Educação para o Desenvolvimento: Percorrer contextos, práticas e percepções” foi desenvolvido no âmbito do mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Este trabalho constitui uma problematização concetual e reflexão crítica sobre a Educação para o Desenvolvimento (ED), ilustrada empiricamente a partir da intervenção em contexto de estágio, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), particularmente no Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED). A investigação/intervenção teve como objetivo geral o aprofundamento da análise da Educação para o Desenvolvimento enquanto compromisso de educação para a cidadania global a partir da clarificação do conceito e de percepções de diferentes atores em diversos contextos educativos.

Neste sentido, adotou-se como pressuposto de investigação/objeto de estudo, por um lado, quadros concetuais e de complexificação da discussão em torno da relação educação e desenvolvimento, nomeadamente de ED, e, por outro lado, percepções de diferentes atores que animam os vários contextos de intervenção do estágio e que ajudam a definir a prática educativa.

Foram definidos quatro objetivos específicos, coincidentes com as atividades determinadas para a intervenção: 1) Analisar as diferentes abordagens ao conceito de ED; 2) Acompanhar e apoiar atividades de ED no GEED; 3) Comparar percepções e práticas de Educação para o Desenvolvimento nos contextos educativos formal e não-formal; 4) Reconhecer contributos e desafios de ED em diferentes contextos educativos e formativos.

Configurou-se, para este trabalho, a conjugação de diversos métodos de trabalho, como análise concetual, a observação, a análise estatística e a análise de conteúdo. Estas opções metodológicas estiveram ao serviço da construção e uso de ferramentas/instrumentos para validação dos objetivos de intervenção e consecução das tarefas propostas. As atividades que estruturaram o trabalho de estágio foram: 1) Acompanhamento e apoio ao trabalho, desenvolvimento ao nível da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) – entre o qual, a dinamização do Centro de Recursos ESE em ED; 2) Apoio e desenvolvimento do departamento de comunicação do GEED; 3) Participação e frequência de diversos cursos formativos – entre os quais o Curso Livre “Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento”, ministrado pelo GEED, a partir do qual foi desenvolvido um projeto de investigação; 4) Acompanhamento de uma turma de 3º ano da Licenciatura em Educação Básica na unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional III (IPP3), a partir do qual foi desenvolvido um projeto de investigação sobre o processo de integração da ED no âmbito formal, a partir do acompanhamento de um par de estudantes da unidade curricular de IPP3.

A intervenção em contexto de estágio aconteceu na conjugação constante entre a investigação – estruturação do conhecimento em Educação para o Desenvolvimento – e a ação – experiência de intervenção no terreno, o que permitiu, por um lado, a clarificação do conceito de ED, através da análise de diferentes abordagens e, por outro lado, o mapeamento das práticas de ED a partir da comparação de percepções de atores em distintos contextos de formação.

Especificamente para cada uma das atividades, foram conseguidos resultados significativos e importantes para a resposta a cada um dos objetivos antes determinados. É ainda de realçar, no

conjunto global do trabalho desenvolvido em estágio, o papel ativo na área de ED do GEED, na ESE-IPVC, resultado da sua responsabilidade na capacitação da ESE-IPVC na área de ED e, depois, na operacionalização do dispositivo de planeamento, monitorização e avaliação da ENED.

De forma particular, no que diz respeito à primeira atividade delineada, foi feito um trabalho relevante na dinamização do Centro de Recursos da ESE-IPVC em matéria de ED. Além da seleção de obras incontornáveis nas áreas da ED, da cooperação e do desenvolvimento, a elaboração de fichas de leitura de algumas destas obras permitiu um enquadramento teórico efetivo e direto de diferentes abordagens e perspetivas acerca do conceito em análise. Ainda no âmbito da primeira atividade, o acompanhamento próximo com o trabalho desenvolvido ao nível da ENED, nomeadamente com o Plano Anual de Atividades das entidades subscritoras da ENED e com a Planificação de Atividades das mesmas, foi fundamental para a perceção mais clara do processo. Estando a meio do período de vigência da ENED (2010-2015), considerou-se ser fundamental a continuação do trabalho constante de monitorização do trabalho no âmbito da orientação estratégica nacional, como forma de autorregulação das práticas de ED. Ainda que prematura, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de uma avaliação final de balanço da ENED, para a elaboração de novas ou mais inovadoras estratégias de ação. Esta avaliação garantirá, ainda, a qualidade das atividades de ED reportadas no plano anual de atividades e na planificação de atividades, pelo que a sua sustentabilidade dependerá desse investimento ao nível da recolha de dados e do seu tratamento. Esta preocupação com a avaliação não impede, contudo, a necessidade contínua de formação sobre a ENED.

Depois, especificamente sobre as atividades 3 e 4, e como forma de conhecimento das práticas de ED, procurou-se complexificar a investigação através do contacto com dois âmbitos educativos distintos – a educação formal e a educação não-formal. O estudo dos dois contextos possibilitou o contacto direto com o terreno e a oportunidade de análise e reflexão da ED nas duas realidades. O primeiro caso, no âmbito educativo não-formal, foi desenvolvido a partir da frequência e estudo do Curso Livre “Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento”, a partir da sua estrutura, base concetual e metodológica. Foram aplicados inquéritos por questionário aos formandos do curso e foram ainda realizadas entrevistas semi-estruturadas aos formadores e organizadores da modalidade formativa.

No segundo caso, foi feito o acompanhamento do projeto de introdução da ED na IPP3, unidade curricular da licenciatura em Educação Básica. Também para este estudo, foram aplicados inquéritos por questionário aos estudantes da licenciatura e foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas – responsável pela licenciatura em Educação Básica na ESE-IPVC e docente responsável pela unidade curricular de IPP3, responsável do GEED e ainda técnica do GEED responsável pela dinamização das sessões de IPP3 no âmbito da ED. Além deste trabalho, foi ainda feito o acompanhamento a dois pares de estudantes da disciplina, na preparação e dinamização das suas intervenções nas escolas cooperantes.

Destacaram-se, neste contexto, duas questões. Por um lado, a introdução da ED no currículo escolar, ora no 2º ciclo do Ensino Básico, ora no Ensino Superior, enquanto componente de formação pessoal, social e ética corresponde a um dos objetivos específicos da ENED: “Promover a consolidação da ED no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas”.

Por outro lado, destacou-se o apoio e promoção da formação da prática profissional dos estudantes e futuros docentes da ESE-IPVC. De facto, pelo propósito de capacitação da ESE-IPVC em matéria da ENED, este projeto permite que a formação destes estudantes tenha na sua

base a preocupação com a construção de um sentido de educação global.

Para ambos os âmbitos educativos aqui explorados e discutidos, sublinhou-se a complexidade do conceito e a ténue fronteira das práticas da ED. Efetivamente, e no sentido da construção de uma cidadania global ativa e consciente, realçou-se a necessidade última de uma abordagem holística à noção de ED, baseada na sua concetualização e mapeamento de práticas e alcance metodológico.

Em suma, considerou-se pertinente e urgente a investigação em ED a partir da realidade do terreno, identificando, classificando e determinando práticas de trabalho. Nomeadamente no contexto educativo formal, julgou-se necessária uma reflexão real do papel, alcance e impacto da integração efetiva da ED no currículo escolar. Para tal, concluiu-se que é necessário um trabalho no terreno, junto dos diversos atores educativos, e a formação de agentes de ED, especializados em questões específicas de Cidadania Global e de Desenvolvimento. Identificou-se ainda a escola como o espaço privilegiado para a disseminação e promoção da ED, através da explicitação a ENED enquanto instrumento de acompanhamento, monitorização e avaliação desta prática.

O possível contributo para o conhecimento nesta área consequente deste trabalho resultou efetiva e primeiramente no mapeamento e reflexão de diferentes abordagens ao conceito de ED, bem como no reconhecimento de práticas, contributos e desafios da ED na atualidade.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 1 de novembro de 2013

Nota bibliográfica
de Autores

Adrião Pereira da Cunha, natural de Penafiel, é licenciado, mestre e doutorando em História pela FLUP. Com formação em Gestão, Administração e Marketing desenvolveu atividade profissional na área empresarial.

André Filipe Oliveira da Silva é licenciado em História e mestrando em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Escreveu um capítulo sobre D. Mumadona para Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura, após seleção por concurso. Tem como principais áreas de interesse a História da Cultura e do Ensino e a Alta Idade Média Peninsular.

Diogo Faria é licenciado em História e Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (U. Porto) e do Instituto de Estudos Medievais (U. Nova de Lisboa), onde integra a equipa do projeto JUSCOM – Juízes da terra, juízes de fora. A história política dos séculos finais da Idade Média é o seu principal interesse de investigação.

Emanuel Cardoso Pereira. Nasceu a 12 de Maio de 1988 em Caracas. Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010, e, na mesma instituição, ingressou no curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, concluindo-o em 2013 com uma dissertação intitulada: *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média. Relações de dependência e de confronto dos séculos XII a XIV*. É investigador do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE e interessa-se pelo estudo do municipalismo, Ordens Militares e das relações de poder em geral para o período medieval.

Elsa Cardoso é investigadora associada do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo-lhe sido atribuída uma bolsa de mérito. Licenciada em Estudos Asiáticos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2012, é actualmente mestranda em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, na mesma faculdade, com o tema de tese *A Diplomacia e a Orientalização da Corte de Córdoba (sécs. IX – X)*, sob orientação do Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes.

Filipe Piedade concluiu em 2010 a licenciatura em Línguas e Relações Internacionais na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em 2012 obteve o grau de Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto após a aprovação da dissertação com o título «A caminho do Estado Novo e do Terceiro Reich: a “Lição de Hitler” e a “Lição de Salazar” na imprensa portuguesa (1930-1933)». Atualmente é bolseiro de investigação do projeto *Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009)*, (PTDC/HIS-HIS/121001/2010), sob a orientação do Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff.

Flamarion Maués é doutor e mestre em História pela Universidade de São Paulo. Realiza pós-doutorado na Universidade de São Paulo e é investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Sua tese de doutorado intitulou-se *Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80*. Autor de *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984* (São Paulo, Publisheer, 2013). É bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e ex-bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian/Portugal. Email: flamaues@gmail.com

Gaspar Martins Pereira é professor catedrático do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do

CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória». Entre Julho de 1975 e Fevereiro de 1977, trabalhou no processo SAAL, como auxiliar técnico, na Brigada de S. Mamede Infesta (Matosinhos).

Gonçalo de Carvalho e Matos Baeta Ramos (Lisboa, 1991) é licenciado em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e mestrando em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, na mesma instituição, com uma dissertação registada no Departamento de História, intitulada *Paradigmas de Liminaridade no Entre-Douro-e-Têjo: um interface arqueológico de poderes (987-1131)*, sob orientação do Prof. Dr. Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, a respeito da qual apresentou uma comunicação ao seminário do Centro de História da UL, “Memórias, Discursos e Práticas Sociais”, em Maio de 2013. Bolseiro de Mérito da Universidade de Lisboa nos anos lectivos 2010/2011 e 2013/2014, por desempenho escolar excepcional. Bolseiro pela Fundação Amadeu Dias/Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 2011/2012, com um projecto intitulado “*O Estatuto do Muçulmano na Modernidade: na génese de um modelo identitário contemporâneo (estudo de história comparada das representações)*”. Investigador Associado do dito centro de investigação, no seu Grupo de I&D *Modelos Identitários*. Os seus interesses de investigação passam pela História do Al-Ándalus (sobretudo em contexto transicional para os reinos da “Reconquista”), a História do Império Otomano (em particular nas suas dinâmicas com o *limes* bizantino e o seu contexto representativo na Europa moderna) e Teoria da História e Historiografia.

Lisandra Franco de Mendonça, doutoranda em regime de cotutela na Universidade de Coimbra (Centro de Estudos Sociais/ Instituto de Investigação Interdisciplinar) na vertente de arquitetura e urbanismo, e na Universidade de Roma ‘La Sapienza’ na vertente de História e Restauro da Arquitetura (desde 2010), desenvolve a tese de doutoramento com enfoque na conservação da arquitetura de génese colonial da cidade de Maputo. Especialização em Restauro dos Monumentos pela Escola de Especialização em Restauro dos Monumentos da Universidade de Roma ‘La Sapienza’ (2011-2013). Licenciatura em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (1992-1998).

Lucileide Costa Cardoso é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2004). Professora Associada do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, área de concentração História Contemporânea e História do Brasil República. Tem experiência de pesquisa com ênfase em História da(s) Ditadura(s) e das sociedades pós-ditatoriais, atuando nos seguintes temas: historiografia, literatura memorialística e discurso político. Autora do livro *Criações da Memória: Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985)*, publicado em 2012 e de artigos na Revista Brasileira de História, 1994 e 2011, Revista da Associação Brasileira de História Oral, 2012, Revista Anos 90, 2013, Revista Antíteses, 2013, Revista Binacional Brasil-Argentina, 2014. Líder do Grupo de Pesquisa *Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades*, UFBA/CNPq. Integrante da linha de pesquisa *Espaço Público e Memória* que reúne equipe de investigação externa vinculada ao Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade do Porto. Email: lucileidec@ufba.br.

Manuel Baião nasceu em Vila Verde de Ficalho, em 1969. É investigador no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora desde 1995 (CIDEHUS.UE). Foi colaborador do Departamento de História da Universidade de Évora entre 1999 e 2003. Obteve a *Licenciatura em Ensino de História* pela Universidade de Évora em 1993 e o *Mestrado em História dos séculos XIX e XX (secção do séc. XX)* pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1999, após defesa da tese intitulada:

“Elites políticas locais na transição da I República para a Ditadura Militar (1925-1926). O caso de Évora”. Em 2012 concluiu o *Doutoramento em História Contemporânea* pela Universidade de Évora, após defesa da tese intitulada: “Elites e Organizações Políticas na Primeira República Portuguesa. O Caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)”. Organizou o Seminário Internacional - *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* que decorreu na Universidade de Évora nos dias 3 e 4 de Junho de 2002. As suas principais publicações são as seguintes: Manuel Baiôa, *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-26)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, 344 páginas; Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS, 2004, 479 páginas; Manuel Baiôa, Paulo Jorge Fernandes; Filipe Ribeiro de Meneses, “The Political History of Twentieth-Century Portugal”, *e-Journal of Portuguese History*, Brown University, Volume 1, number 2, Winter 2003, pp. 1-18; Manuel Baiôa, “O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites”, *Análise Social*, ICS, Vol. XVI, N.º 178, 2006, pp. 99-123; Manuel Baiôa, “Decadencia y disolución del Partido Republicano Nacionalista (1926-1935)” in Mercedes Gutiérrez Sánchez; Diego Palacios Cerezales (Eds.), *Conflicto Político, Democracia y Dictadura. Portugal y España en la Década de 1930*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007, pp. 99-153.

Maria Clotilde Henriques da Costa Martins **Cristino** é natural de Louriçal do Campo – Castelo Branco. Licenciada em História pela FLUP, possui o grau de Mestre em História e Educação pela mesma Faculdade. Foi Técnica de Som da ex-Emissora Nacional (1973-1994), Assessora para a Comunicação Social (1994-1998) e Vereadora da Câmara Municipal de Gondomar (1998-2004).

Paola Nestola é bolsista de pós-doutoramento da FCT (SFRH/BPD/62887/2009) e investigadora colaboradora no CHSC da Universidade de Coimbra. Doutorou-se em 2004, na Universidade de Lecce e na Universidade Ca’ Foscari de Veneza, beneficiando também de um programa *Marie Curie Actions* (2002-2003) desenvolvido na Universidade Pablo de Olavide de Sevilla. Os seus principais interesses científicos versam sobre História Religiosa da Europa do Sul e do Mediterrâneo (instituições eclesásticas e geografia diocesana, santidade, episcopado europeu, Inquisição); História Social, História Urbana e Micro-História (Sécs. XVI-XVIII). No âmbito da História da Mentalidade e da Cultura e, nomeadamente, sobre o tema da representação do poder, desenvolveu atividade de investigação incidindo designadamente sobre fontes textuais e de natureza iconográfica. Esta orientação metodológica é patente no seu livro *I grifoni della fede. Vescovi-inquisitori in Terra d’Otranto fra ‘500 e ‘600*, Galatina (Le), Congedo, 2008, pp. 292, assim como em outros trabalhos científicos editados em revistas e atas congressuais. Pela coleção *MeditEuropa*, traduziu para italiano dez estudos confluídos no livro de José Pedro Paiva, *Un episcopato vigile. Portogallo, secoli XVI-XVIII*, Lecce: Edizioni Grifo, 2013, pp. 345.

Rui Calado é Mestre em História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorando em Altos Estudos em História pela mesma faculdade versando a temática “A mobilização da História nos discursos e práticas nas Políticas de Memória - Das transições democráticas aos nossos dias (Estudo comparativo entre Argentina e o Brasil)”. Investigador Colaborador no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX e no Grupo de Estudos “Diálogos Lyrianos” da Universidade de Brasília. Foi professor associado no Instituto Superior Politécnico Sol Nascente em Huambo – Angola e investigador no projecto “Huambo e a Reflexão sobre o rosto e a Memória”.

Vasco Ribeiro é doutor em ciências da comunicação pela Universidade do Minho, mestre em comunicação política pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e licenciado

em comunicação social pela Escola Superior de Jornalismo. Leciona áreas de “Comunicação Política”, “Assessoria de Imprensa”, “Relações Públicas”, “Projecto” em três cursos da FLUP e é professor convidado da *Porto Business School*. Profissionalmente foi assessor de imprensa/director de comunicação na Assembleia da República, Parlamento Europeu, Reitoria da Universidade do Porto, Hospital de S. João, Câmara Municipal do Porto, Normetro e Associação Nacional de Jovens Empresários. Foi também consultor e autor de dezenas de planos estratégicos de comunicação em Portugal e Moçambique. Email: vribeiro@letras.up.pt

Painel de Avaliadores
científicos (IV Série da Revista)

Alexander Keese (CEAUP) | Amândio Barros (ESSSE-IPPorto, CITCEM) | Amélia Veiga (CIPES-U. Porto) | Américo Freire (U. Federal do Rio de Janeiro, FGV) | Ana Cristina Roque (Instituto de Investigação Científica Tropical) | Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa) | Ana Isabel Madeira (U. Lisboa) | Ana Isabel Queiroz (U. Nova de Lisboa) | Ana Leonor Pereira (U. Coimbra) | Ana Sofia Ferreira (IHC-U. Nova de Lisboa) | Andrea Caracusi (U. Pádua) | Ângela Domingues (Instituto de Investigação Científica Tropical) | António Barros Cardoso (U. Porto) | Armando Luís de Carvalho Homem (U. Porto) | Carla Luciana Silva (UNIOESTE-U. Estadual do Oeste do Paraná) | Carlinda Leite (U. Porto, CIE) | Cláudia Castelo (Instituto de Investigação Científica Tropical) | Cristina Joanaz de Melo (U. Nova de Lisboa) | Cristina Osswald (U. Nova de Lisboa, CITCEM) | Daniel Strum (Hebrew University of Jerusalem) | Décio Gatti Júnior (U. Federal de Uberlândia) | Demian Melo (UFRJ-U. Federal do Rio de Janeiro) | Denise Rollemberg (UFF-U. Federal Fluminense) | Ernesto Castro Leal (U. Lisboa) | Eugénia Mata (U. Lisboa) | Fátima Sequeira Dias (U. Açores) | Fernanda Rollo (U. Nova de Lisboa) | Fernanda Santos (U. Porto) | Gonçalo Canto Moniz (U. Coimbra) | Hélder Fonseca (U. Évora) | Helena Osswald (U. Porto) | Heloísa Paulo (CEIS20) | Hermenegildo Fernandes (U. Lisboa) | Hermínia Vilar (U. Évora) | Isabel Morujão (U. Porto) | Ivo Veiga (University College, Londres) | Jack Owens (Idaho State University) | Jean-Pierre Dedieu (CNRS-Lyon) | Joaquim Pintassilgo (U. Lisboa) | Jorge Fernandes Alves (U. Porto) | Jorge Seabra (U. Coimbra) | José Augusto Pizarro (U. Porto) | José C. Curto (York State University) | José Ferreira Gomes (U. Porto) | José Neves (IHC-U. Nova de Lisboa) | José Subtil (U. Lusófona) | La Salette Coelho (ESSE-IPVC, CEAUP) | Luís Alberto Marques Alves (U. Porto) | Luís de Oliveira Ramos (U. Porto) | Luís Espinha da Silveira (U. Nova de Lisboa) | Luís Farinha (IHC-U. Nova de Lisboa) | Manuel Loff (U. Porto) | Margarida Sobral Neto (U. Coimbra) | Maria Cristina Gouveia (U. Federal de Minas Gerais) | Maria da Conceição Meireles Pereira (U. Porto) | Maria do Céu Pinto (U. Minho) | Maria Filomena Barros (U. Évora) | Maria Inácia Rezola (IHC-U. Nova de Lisboa) | Maria Teresa Pinto Coelho (U. Nova de Lisboa) | Mário Barroca (U. Porto) | Nelson Veríssimo (U. Madeira) | Nuno Luís Madureira (ISCTE) | Nuno Medeiros (ESTSL-IPL, CesNova) | Pablo Pozzi (U. Buenos Aires) | Paula Pinto Costa (U. Porto) | Pedro Paiva (U. Coimbra) | Pedro Villas Boas Tavares (U. Porto) | Pierrick Pourchase (U. Bretagne Occidentale, Brest) | Reto Monico (Doutor pela U. Genebra) | Rita Luís (U. Pompeu Fabra, Barcelona) | Rui Pita (U. Coimbra) | Saul Gomes (U. Coimbra) | Sílvia Marzagalli (U. Nice) | Suzana Cavaco (U. Porto) | Tania Toffanin (U. Pádua) | Teresa Cierco (U. Porto) | Toshiaki Tamaki (U. Kyoto) | Virgílio Borges Pereira (U. Porto) | Xosé Manuel Nuñez Seixas (U. Ludwig-Maximilian - Munique) | Zulmira Santos (U. Porto) |

I. Artigos

1. As propostas de publicação de artigos devem ser enviadas por correio electrónico para o seguinte endereço: *revista.historia@letras.up.pt*.
 - 1.1. Os autores devem preparar e anexar à mensagem electrónica duas versões do seu artigo: uma conterá o texto completo; a segunda deverá eliminar qualquer informação que identifique o autor, de forma a permitir o anonimato exigido pelo processo de arbitragem científica.
2. O documento electrónico com a versão completa do artigo (não anónima) deve ser identificado pelo nome do autor(a) e pelo título do trabalho.
 - 2.1. O documento electrónico com a versão anónima do artigo deve ser identificado pelo seu título e pela menção explícita de "Texto para Avaliação".
3. O artigo deve ter uma extensão não superior a aditar-se 7500 palavras, incluindo anexos e ilustrações, e deve ser acompanhado por dois resumos, em língua portuguesa e inglesa (com um máximo de 150 palavras por cada resumo), e um conjunto de até quatro palavras-chave.
4. É necessário identificar na mensagem electrónica a informação relativa ao endereço postal, endereço electrónico e telefone do autor(a).
5. Os artigos submetidos devem ser redigidos em aplicação informática de processamento de texto compatível com o MS Office Word, com espaço e meio entre linhas, tipo Arial e corpo a 12 pontos.
 - 5.1. Os parágrafos devem ser indicados de forma clara e as páginas devem estar todas numeradas.
 - 5.2. Os quadros/tabelas, figuras/gráficos, mapas e/ou imagens devem ser enviadas em formato TIF (*Tagged Image File Format*) ou JPEG (*Joint Photographic Experts Group*). Os respectivos ficheiros devem ser anexados à mensagem electrónica, com ficheiros separados e com designações curtas e objectivas (exemplos: "Quadro 1", "Figura 3", etc.). O texto do artigo deve conter a indicação clara quanto ao local da inserção das imagens no texto.
 - 5.3. Imagens a preto e branco ou cópias de fotografias são autorizadas desde que o autor do artigo declare explicitamente que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização junto da entidade competente.
6. As notas de rodapé devem ser identificadas por ordem numérica.
7. Um outro documento anexo deve conter informação biográfica e profissional do autor, para integrar a secção da Revista referente às «Notas sobre os Autores». Essa nota não deve exceder um parágrafo.
8. Referências documentais e bibliográficas.

Todas as referências documentais e bibliográficas são citadas em nota de rodapé.

8.1. Citações de documentos

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa. A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, l. v. 15, fl. 89.

8.2. Citações bibliográficas - monografias

Em texto, qualquer citação bibliográfica (de monografia, artigo de publicação periódica, contribuição em obra colectiva, dissertações académicas, material áudio-visual ou publicações magnéticas – em suporte electrónico ou disponibilizada *on-line*) deverá ser referenciada em nota de pé de página, de acordo com os critérios a seguir exemplificados, incluindo o nome do autor, o ano de publicação da obra e a página ou páginas a que a citação se reporta.

Ex.: Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos* (2ª ed., Lisboa: Moraes Editores, 1982), 72.

8.2.1. Citação de dissertações académicas

Ex.: Luís Carlos Amaral, "Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)" (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2007), 142.

Ex.: Gaspar Martins Pereira, "Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX: a freguesia de Cedofeita" (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 1986), 85.

8.3. Citações de estudos insertos em obras colectivas

8.3.1. Congressos

Ex.: José Mattoso, "A mulher e a família" in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio, Coimbra, 20 a 22 Março 1985* (Coimbra: Faculdade de Letras - Instituto de História Económica e Social, vol. I, 1986), 35-49.

8.3.2. Capítulos ou partes de obras colectivas

Ex.: Joaquim Romero de Magalhães, "O enquadramento do espaço nacional" in *História de Portugal. III Vol., No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), 13-60.

8.4. Citações de publicações periódicas

Ex.: António Rosas; Ramón Maiz, "Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas", *Revista da Faculdade de Letras - História* (III série, vol. 9, 2008), 337-356.

8.5. Bibliografia disponível em linha (*on-line*)

Devem ser seguidas as normas previstas nos *itens* precedentes, quando aplicáveis, seguidas dos elementos relativos à sua disponibilidade *on-line* e data da respectiva consulta.

Ex.: Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)* (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2007), 142 (disponível em <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf> - consultada em 12/09/2009).

Ex.: Luís Carlos Amaral, "Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)", *Revista da Faculdade de Letras - História* (III série, vol. 9, 2007), 337-356 (disponível em <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf> - consultada em 12/09/2009).

8.6. *Ibidem* e *Idem*:

Recomenda-se a utilização de *Ibidem*, quando se cita a fonte ou trabalho referido na nota de rodapé imediatamente anterior, e de *Idem*, quando se continua a citar a mesma fonte ou trabalho, depois de *Ibidem*, sem interrupções ou quando se cita o mesmo autor. (Em caso de dúvida, recomenda-se a repetição do nome do autor e a citação curta.)

Ex.: ¹ Luís Filipe R. Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Linda-a-Velha: Difel, 1994), 67.

Ex.: ² *Ibidem*, 71.

Ex.: ³ *Idem*, 43.

8.7. Recomenda-se a utilização de uma citação curta sempre que o trabalho tenha sido identificado em nota de rodapé anterior, não imediata.

Ex.: ⁴ Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos* (2ª ed., Lisboa: Moraes Editores, 1982), 72.

Ex.: ⁵ Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal*, 90.

8.8. As situações omissas nas presentes instruções de citação bibliográfica devem ser reguladas pelas normas definidas pelo *Chicago Manual of Style* (disponível em <http://www.chicagomanualofstyle.org/contents.html>).

II. Recensões críticas

9. As recensões devem ser precedidas da citação completa da obra, incluindo o seu preço de mercado:

Ex.: Patrick O'Flanagan, *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*. Burlington: Ashgate, 2008 (xvii + 332 pages, US\$144.95 hardcover)

10. As recensões não devem ultrapassar as 1.500 palavras.

III. Direitos de publicação

11. Os autores dos artigos e recensões críticas publicados cedem à **Revista** o direito de publicação em suporte de papel e *on-line*, e receberão 2 exemplares do número da Revista e uma cópia em versão PDF (*Portable Document Format*) dos seus artigos.

Para mais informações consulte a nossa webpage: <http://web.letras.up.pt/Revista.Historia>

Detailed publishing rules must be accessed at <http://web.letras.up.pt/Revista.Historia>

ISSN: 0871-164X

HISTÓRIA

HISTÓRIA Revista da FLUP

U.PORTO

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO